SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 8ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

11/05/2022
QUARTA-FEIRA
às 09 horas

Presidente: Senadora Kátia Abreu
Vice-Presidente: VAGO

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM

8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

quarta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 94/2020** - Não Terminativo -	**SENADORA NILDA GONDIM**	**10**
2	**MSF 4/2022** - Não Terminativo -	**SENADORA MARA GABRILLI**	**153**
3	**MSF 12/2022** - Não Terminativo -	**SENADORA SORAYA THRONICKE**	**283**
4	**MSF 10/2022** - Não Terminativo -	**SENADOR CHICO RODRIGUES**	**337**
5	**MSF 88/2021** - Não Terminativo -	**SENADORA DANIELLA RIBEIRO**	**383**
6	**MSF 6/2022** - Não Terminativo -	**SENADORA SORAYA THRONICKE**	**488**

7	**MSF 41/2022** - Não Terminativo -	**SENADOR ESPERIDIÃO AMIN**	**549**

(22)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES				SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP)						
Renan Calheiros(MDB)(9)(50)(53)	AL	3303-2261	1	Dário Berger(PSB)(9)(50)(53)(52)	SC	3303-5947 / 5951
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE	3303-2182 / 4084	2	Carlos Viana(PL)(9)(50)(53)(66)	MG	3303-3100
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE	3303-3522	3	Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53)	PB	3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(51)(50)(53)	PB	3303-6490 / 6485	4	Flávio Bolsonaro(PL)(4)(35)(21)(51)(50)(53)(34)(40	RJ	3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC	3303-6446 / 6447 / 6454	5	VAGO(10)(42)		
Kátia Abreu(PP)	TO	3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	6	Eliane Nogueira(PP)(61)(60)	PI	3303-6187 / 6188 / 6192
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil(PODEMOS, PSDB)						
Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP	3303-2191	1	Plínio Valério(PSDB)(7)(28)(26)(33)(45)	AM	3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PTB)(7)(45)	MA	3303-1437 / 1506	2	Tasso Jereissati(PSDB)(13)(67)(68)(62)(45)	CE	3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR	3303-6301	3	Soraya Thronicke(UNIÃO)(14)(39)(54)	MS	3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(25)(19)(64)(44)(63)	ES	3303-6747 / 6753	4	Giordano(MDB)(25)(19)(27)(36)(44)(56)(58)	SP	3303-4177
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos(PSD, REPUBLICANOS)						
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(2)(65)(69)(43)	RR	3303-5291 / 5292	1	Lucas Barreto(PSD)(2)(32)(43)	AP	3303-4851
Nelsinho Trad(PSD)(2)(29)(43)	MS	3303-6767 / 6768	2	Sérgio Petecão(PSD)(2)(29)(43)	AC	3303-4086 / 6708 / 6709
Daniella Ribeiro(PSD)(47)(72)	PB	3303-6788 / 6790	3	Carlos Portinho(PL)(70)(71)	RJ	3303-6640 / 6613
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL)						
Chico Rodrigues(UNIÃO)(3)(37)	RR	3303-2281	1	Marcos Rogério(PL)(3)	RO	3303-6148
Zequinha Marinho(PL)(3)	PA	3303-6623	2	Maria do Carmo Alves(PP)(3)	SE	3303-1306 / 4055 / 2878
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS, PSB)						
Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA	3303-6390 / 6391	1	Fernando Collor(PTB)(6)(46)	AL	3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE	3303-6285 / 6286	2	Telmário Mota(PROS)(15)(6)(46)	RR	3303-6315
PDT/CIDADANIA/REDE(REDE, PDT, CIDADANIA)						
Cid Gomes(PDT)(49)	CE	3303-6460 / 6399	1	Fabiano Contarato(PT)(57)(49)	ES	3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP	3303-6777 / 6568	2	Weverton(PDT)(49)	MA	3303-4161 / 1655

(1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

(2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

(3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

(4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

(7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

(8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

(9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

(10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

(13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

(14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).

(15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).

(16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

(17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

(18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)

(19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).

(20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).

(21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).

(22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

(23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.

(24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
(25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
(26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
(27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
(28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
(29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
(30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
(31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
(32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
(33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
(34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
(35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
(36) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
(37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
(38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
(39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
(40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
(41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
(42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
(43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
(44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
(45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
(46) Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
(47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
(48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
(49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
(50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
(51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
(52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
(53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
(54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
(55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
(56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
(57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
(58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
(59) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
(60) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
(61) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)
(62) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).
(63) Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS).
(64) Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS).
(65) Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
(66) Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB)
(67) Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
(68) Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
(69) Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, parar compor a Comissão (Ofício nº 1/2022-BLPSDREP).
(70) Em 25.04.2022, o Senador Nelsinho Trad, Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, cedeu 1 vaga de suplente ao Partido Liberal (Of. nº 9/2022-BLPSDREP).
(71) Em 03.05.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, em vaga cedida ao Partido Liberal, para compor a comissão (Of. 26/2022-GLPL).
(72) Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 16/2022-BLPSDREP).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 11 de maio de 2022
(quarta-feira)
às 09h

PAUTA

8ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:
1. Inclusão de item (04/05/2022 11:53)
2. Mudança de finalidade da reunião: de Deliberativa para Indicação de Autoridades. (06/05/2022 21:09)
3. Reordenamento da reunião (07/05/2022 10:39)
4. Inclusão de documento (10/05/2022 15:20)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 94, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO LUIZ DALCERO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 88, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JANDYR FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

1

MENSAGEM Nº 731

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de dezembro de 2020.

EM nº 00222/2020 MRE

Brasília, 7 de Dezembro de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI**, ministra de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados que atualmente ocupa.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.006910/2020-48

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 759/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 11 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 11/12/2020, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2276799** e o código CRC **EA362EA4** no site:



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006910/2020-48 SEI nº 2276799

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI*
CPF.: 032.980.512-68
ID.: 6532 MRE

1952	Filha de Walter Leite Caminha e Maria Virginia dos Santos Caminha, nasce em 29 de maio, em Belém/PA
Dados Acadêmicos:	
1973	Letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará
1975	Especialização em Literatura Americana pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1976	CPCD - IRBr
1982	CAD - IRBr
2003	CAE - IRBr, A Identificação de Oportunidades Comerciais no Mercado Exterior - As Empresas de Menor Porte e a BRAZILTRADENET
Cargos:	
1977	Terceira-secretária
1979	Segunda-secretária
1987	Primeira-secretária, por merecimento
1996	Conselheira, por merecimento
2004	Ministra de segunda classe, por merecimento
Funções:	
1977	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
1982	Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
1985	Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente
1989	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Primeira-Secretária
1992	Embaixada em Madri, Primeira-Secretária
1995	Departamento de Promoção Comercial, assessora
1996	Divisão de Informação Comercial, Chefe substituta e Chefe
1999	Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunta
2003	Embaixada em Assunção, Conselheira
2005	Embaixada em Seul, Ministra-Conselheira
2008-2014	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Coordenadora-Geral
2014-2019	Consulado-Geral em Caiena, Cônsul-Geral
2019-	Embaixada do Brasil em Bridgetown, Embaixadora
Condecorações:	
17/09/2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
08/04/2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
26/5/2017	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio/2020

DADOS BÁSICOS SOBRE SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS	
NOME OFICIAL:	Federação de São Cristóvão e Névis
GENTÍLICO:	São-cristovense
CAPITAL:	Basseterre
ÁREA:	261 km² (Brasília: 470 km²)
POPULAÇÃO (2020):	53.821 habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante (74,4%); Católica (6,7%); Rastafári (1,7%); Testemunha de Jeová (1,3%); outros (7,6%); nenhuma (5,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Democracia parlamentar federal sob monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional unicameral
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral Samuel Seaton
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Timothy Harris
CHANCELER:	Mark Anthony G. Brantley
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US$ 1,01 bilhão (Brasil: US$ 1,869 trilhões)
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US$ 1,39 bilhão (Brasil: US$ 3,372 trilhões)
PIB *PER CAPITA* (2018):	US$ 19.275 (Brasil: US$ 8.920)
PIB PPP *PER CAPITA* (2018):	US$ 26.530 (Brasil: US$ 16.096)
VARIAÇÃO DO PIB:	2,15% (2018); -2,77% (2017); 1,98% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019)	0,777/73º lugar (Brasil: 0,761/79º lugar)

EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	76,6 anos (Brasil: 76)
ALFABETIZAÇÃO:	97%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2001):	5,12%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar do Caribe do Leste
BRASILEIROS NO PAÍS (2018):	-

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS (US$ MILHÕES)

Brasil-São Cristóvão e Névis	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	1,21	5,54	3,02	3,12	3,2	5,88	4,2	3,4	4,6	3,94	3,9
Exportações	1,09	3,92	1,62	2,53	2,1	5,14	3,2	2,9	3,9	3,14	3,4
Importações	0,11	1,62	1,39	0,59	1,09	0,74	1,0	0,5	0,7	0,8	0,5
Saldo	0,97	2,29	0,23	1,94	1,01	4,40	2,2	2,4	3,2	2,34	2,9

APRESENTAÇÃO

Quando Cristóvão Colombo chegou a São Cristóvão, em 1493, em sua segunda viagem às Américas, encontrou a região habitada pelos *caribes*, que chamavam a ilha de "*Liamuiga*" (terra fértil).

Durante o século XVII, São Cristóvão se tornou a principal base para a expansão inglesa e francesa no Caribe.

O tratado de Utrecht, de 1713, firmado com a França, foi a primeira garantia formal obtida pela Grã-Bretanha de soberania sobre São Cristóvão, mas a rivalidade entre as Coroas perduraria até a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1783, pelo qual a França reconheceu definitivamente a soberania britânica sobre a colônia.

Na virada do século XVIII, São Cristóvão era a colônia britânica mais rica do Caribe, como resultado do comércio de açúcar. As ilhas, formadas por florestas e com solo fértil de origem vulcânica, apresentavam as condições ideais para a introdução da cultura da cana-de-açúcar, com base no modelo de *plantation*, voltado para a exportação e com uso intensivo de mão-de-obra escrava.

Embora pequenas e separadas por apenas 3 km de mar, as ilhas de São Cristóvão e de Névis foram governadas separadamente pelos britânicos até o final do século XIX, quando foram unificadas à ilha de Anguilla.

Durante o período colonial, as ilhas passaram por uma série de reestruturações administrativas: em 1671, foram unidas como parte do *Leeward Caribbee Islands Government*; em 1806, a *Leeward Caribbee* foi dividida em duas partes, uma capitaneada por São Cristóvão, Névis e Anguilla, e a outra pelas Ilhas Virgens Britânicas; em 1882, com a formação da *Leeward Islands Federation*, São Cristóvão, Névis e Anguilla passaram a comandar o bloco – um *status* que permaneceu até 1956.

Em 1967, o território insular de São Cristóvão, Névis e Anguilla tornou-se um Estado associado ao Reino Unido, com total autonomia interna. A metrópole prosseguiu respondendo pelas relações externas e pela defesa das ilhas.

A ilha de Anguilla se rebelou e foi autorizada pelo Parlamento inglês a separar-se em 1971. São Cristóvão e Névis alcançaram a independência em 1983. O novo Estado adotou a monarquia parlamentarista, preservou a rainha Elizabeth II como chefe de Estado e se manteve na *Commonwealth*.

PERFIS BIOGRÁFICOS

TIMOTHY HARRIS
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1964, em Tabernacle (São Cristóvão). Bacharel em Contabilidade (*University of the West Indies*) e doutor em Administração e Contabilidade (*Concordia University*). Ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores de 2001 a 2013. Foi também ministro da Agricultura, Terras e Habitação e ministro da Educação, Trabalho e Previdência Social. Filiou-se ao *St. Kitts-Nevis Labour Party* em 1993, tendo saído vitorioso nas eleições parlamentares de 1995, 2000, 2004 e 2010. Em 2013, fundou o *People's Labour Party*. Em 2015, seu partido formou a aliança *Team Unity* (com o *People's Action Movement* e o Concerned *Citizens' Movement)*, que venceu as eleições. Harris é o terceiro primeiro-ministro de São Cristóvão e Nevis, havendo sucedido Denzil Douglas, que ocupou o cargo por 20 anos.

SAMUEL WEYMOUTH TAPLEY SEATON
Governador-Geral



Nascido em 28 de julho de 1950, em São Cristóvão. Formado em Direito pela Universidade das Índias Ocidentais, continuou seus estudos no *Council of Legal Education* e na Universidade de Bordeaux. Ingressou no Serviço Judicial de São Cristóvão e Névis, onde atuou como Secretário do Supremo Tribunal. Foi procurador-geral da ilha e posteriormente nomeado para o Conselho da Rainha. Também foi distinguido com comenda da *Royal Victorian Order*. Seaton tem participação em vários conselhos, comitês nacionais e organizações, incluindo a Câmara de Indústria e Comércio e a Ordem dos Advogados de São Cristóvão e Névis.

RELAÇÕES BILATERAIS

A abertura, em 1985, da embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis, cumulativa com a embaixada em Kingston, representou um marco nas relações bilaterais. Em 2007, foi criado o consulado honorário em Basseterre, com jurisdição sobre todo o território de São Cristóvão e Névis. Em 2009, foi estabelecida embaixada residente em Basseterre, com o objetivo de estreitar os laços de amizade e diversificar a agenda bilateral.

A intensificação no relacionamento se inseriu em processo mais amplo de aproximação política e econômica com a região do Caribe. Entre as iniciativas que contribuíram para a mencionada aproximação, destaca-se a realização da I Cúpula Brasil–CARICOM (Brasília, 26 de abril de 2010), que reuniu 10 dos 14 Chefes de Governo da CARICOM (Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis, Suriname).

O então primeiro-ministro Denzil Douglas participou da Cúpula e, na ocasião, firmou os seguintes acordos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Acordo de Cooperação Cultural; e Acordo sobre a Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

No contexto de renovada estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental, que busca compatibilizar a presença na área com a otimização e racionalização dos recursos disponíveis, as atividades da Embaixada do Brasil em Basseterre foram encerradas, e a representação junto ao governo são-cristovense passou a ser exercida (segundo determinado pelo Decreto 10.348, de 13 de maio de 2020) em caráter cumulativo pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados.

Cooperação técnica

Técnicos de São Cristóvão e Névis participaram dos seguintes projetos de capacitação ofertados pelo Brasil: processamento de frutas e coco-verde; horticultura orgânica em

áreas tropicais; ferramentas de planejamento do uso da terra; políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional; melhoramento genético dos rebanhos; alimentação de ruminantes em clima tropical; tecnologia de produção de caprinos e ovinos; fortalecimento da gestão de recursos hídricos em países caribenhos; tecnologias de gestão de solos.

A exitosa realização da atividade "Treinamento em Tecnologias de Manejo de Solo" concluiu-se em 10.07.2015, com exercício de campo para análise do solo e de faixas agricultáveis em São Cristóvão e Névis. Foram examinadas técnicas de conservação do solo, como a rotação de culturas e a plantação em curvas de nível.

Em março de 2018, o ministro da Agricultura, Pesca e Recursos Naturais, Alexis Jeffers, integrou missão caribenha ao Brasil para avaliar a possibilidade de compra de insumos, alimentos e produtos básicos de fornecedores brasileiros. A missão, organizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, contou também com a participação de altas autoridades na área agrícola de Antígua e Barbuda, Bahamas, Dominica, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Suriname.

Assuntos consulares

Em 07.03.2015, entrou em vigor Acordo para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de ambos os Países.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura governamental

A Federação de São Cristóvão e Névis organiza-se de acordo com o modelo parlamentarista, sob uma monarquia constitucional, reconhecendo a rainha Elizabeth II como chefe de Estado. A rainha é representada por um governador-geral.

O sistema legislativo é unicameral, com parlamento (*National Assembly*) composto por 14 membros (mais o Advogado-Geral da União, caso este não seja um dos membros eleitos), 11 dos quais são sufragados pelo voto direto e três são nomeados (dois por indicação do primeiro-ministro e um por indicação do líder da oposição). A ilha de Névis dispõe de considerável grau de autonomia, com assembleia à parte, composta de cinco membros eleitos por voto direto e três nomeados.

Os partidos políticos de São Cristóvão são o *People's Action Movement*, o *People's Labour Party* e o *Saint Kitts and Nevis Labour Party*. Em Névis, há dois partidos políticos: *Concerned Citizens Movement e Nevis Reformation Party*.

Eleições de 2015

As eleições de fevereiro de 2015 foram vencidas pela coalizão *Team Unity*. A coalizão conquistou sete das 11 cadeiras no parlamento e seu líder, Timothy Harris, foi empossado como novo primeiro-ministro da Federação. A vitória da *Team Unity* pôs fim ao mandato de Denzil Douglas, que governara o país por cerca de 20 anos.

Ao assumir suas funções, Timothy Harris prometeu "tranquilidade, suavidade e rapidez nos ajustes", com vistas a acalmar investidores quanto ao perfil pretendido de governo, que seria amigável e receptivo aos negócios.

As próximas eleições gerais estão previstas para junho de 2020.

POLÍTICA EXTERNA

Participação em organismos regionais

São Cristóvão e Névis é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO). Merece destaque a cooperação com parceiros como Cuba, Taiwan e União Europeia. O país também é membro da Petrocaribe, aliança em matéria petroleira entre alguns países do Caribe e a Venezuela.

No plano multilateral, a política conduzida pelo primeiro-ministro Timothy Harris prioriza as seguintes áreas temáticas: (a) promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo; e (b) questões climáticas e ambientais, nas quais se incluem mecanismos de financiamento, adaptabilidade, conversões de matrizes energéticas, energias renováveis, mudança ambiental, cooperação e transferências de tecnologia, assim como modalidades de crédito e compensação.

Cabe ressaltar o pleito são-cristovense de acesso facilitado a instrumentos creditícios públicos internacionais e a rejeição a conceitos vigentes de graduação de países com base em metodologias de renda per capita, enquadramento que dificulta crédito concessional disponível a Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento.

Relações com a Venezuela

Os governos são-cristovense e venezuelano mantêm relacionamento próximo. No âmbito da Petrocaribe, a Venezuela tem desenvolvido projetos voltados à melhora da infraestrutura energética do país, com a construção de estações de armazenamento de combustível.

Relações com Taiwan

As relações diplomáticas com Taiwan completaram recentemente 32 anos. O país foi o primeiro a reconhecer a independência de São Cristóvão e Névis e figura como um dos

principais prestadores de cooperação. Com donativos taiwaneses, foram inaugurados centros à base de energia solar, pavimentadas vias urbanas, realizada iluminação pública, ampliado o programa de bolsas de estudo e entregue equipamento de informática à rede escolar. Foram ainda inaugurados dois laboratórios dedicados à pesquisa agrícola.

Relações com o México

Outro ator de relevo no país é o México, que dispõe de fundo para aplicação no Caribe e América Central. A cooperação realiza-se sobretudo no âmbito do treinamento de forças de segurança urbana, de defesa e de assistência civil.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Panorama econômico

Nos últimos anos, a economia tem experimentado diversificação, com o aumento da participação do turismo, serviços financeiros e indústrias leves na formação do PIB. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, mas o setor financeiro *offshore* vem também adquirindo relevância, sobretudo em Névis.

Até 2011, São Cristóvão e Névis tinha alto índice de endividamento público em relação ao PIB, de quase 200%. Além de realizar acordo com o Fundo Monetário Internacional, o governo iniciou a renegociação da dívida pública de US$ 1,1 bilhão. Um desconto de 50% do valor nominal dos títulos antigos foi aceito por 96% dos credores, os quais receberam novos *bonds* com 20 anos de maturidade. Alguns países perdoaram a totalidade ou grande parte da dívida oficial.

O acordo *stand-by* com o FMI, no valor de US$ 80,7 milhões, ocasionou a introdução de imposto sobre valor agregado de 17% e elevou substancialmente as tarifas de eletricidade, combustível e internet. Estima-se que tal rigor fiscal permitirá alcançar meta pactuada no acordo com o Fundo, de reduzir a dívida pública de 80% (2015) do PIB para patamar de 60% do PIB em 2020.

Programa Cidadania por Investimento

O Programa de Aquisição de Cidadania por Investimento de São Cristóvão e Névis, estabelecido há quase 30 anos, direciona a aplicação financeira ao mercado de imóveis, mas modalidade nova contempla a aquisição direta de passaportes com recursos destinados ao Fundo para Diversificação da Indústria Açucareira, voltado também para projetos sociais.

O primeiro-ministro Harris anunciou, entre as prioridades do governo, a revitalização e o aperfeiçoamento do programa, com a implantação de 20 recomendações feitas pela *International Professional Security Association*, que presta serviços de consultoria a programas de cidadania por investimento em todo o Caribe.

COVID-19

A pandemia de COVID-19 causou impacto significativo em São Cristóvão e Névis, que deverá registrar uma retração de 8% do PIB no corrente ano. A título de comparação, a projeção de retração da economia local é mais alarmante que a verificada no auge da crise financeira de 2009, quando o país viu seu PIB encolher 4%.

É possível concluir que a economia local, em linha com a tendência dos demais países caribenhos, foi afetada pelas limitações aos fluxos internacionais de pessoas, com impactos significativos no setor de turismo e nas cadeias econômicas a ele associadas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1493	Chegada de Cristóvão Colombo nas ilhas, que recebem o nome de São Cristóvão em homenagem a seu santo padroeiro.
1623	Os britânicos estabelecem sua primeira colônia do Caribe em São Cristóvão.
1626	Massacre de 2.000 índios *caribes* pelos britânicos.
1628	Os britânicos estabelecem uma colônia em Névis.
1671	Unificação de São Cristóvão, Névis e Anguilla como dependência britânica.
1783	A França renuncia à posse sobre São Cristóvão no Tratado de Versalhes.
1932	Criação do Partido Trabalhista (PTSCN), de centro-esquerda.
1967	São Cristóvão, Névis e Anguilla tornam-se membros autônomos dos Estados Associados das Índias Ocidentais, com o líder do Partido Trabalhista, Robert Bradshaw, como primeiro-ministro.
1970	Fundação do Partido da Reforma de Névis.
1971	Anguilla é colocada sob o domínio direto britânico após uma rebelião contra São Cristóvão.
1980	Revogação formal da união de Anguilla com São Cristóvão e Névis.

1983	São Cristóvão e Nevis, em conjunto, conquistam independência dentro da Comunidade Britânica, com Kennedy Simmonds como primeiro-ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2004	Os interesses brasileiros em São Cristóvão e Névis passam a ser representados pela embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados.
2005	Visita do primeiro-ministro de São Cristóvão a São Paulo e Rio de Janeiro, no âmbito de missão da CARICOM.
2009	Abertura da embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis, com sede na capital Basseterre.
2010	Visita do primeiro-ministro de São Cristóvão e Névis ao Brasil, por ocasião da I Cúpula Brasil – CARICOM, em Brasília.
2013	O então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, encontra-se com seu homólogo de São Cristóvão e Névis durante a 43ª Assembleia Geral da OEA.
2020	O decreto 10.348, de 13 de maio de 2020, determina seja a representação do Brasil junto ao governo são-cristovense exercida pela embaixada em Bridgetown, Barbados.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Dt. Celebração	Status	Dt. Dec. Legislativo	Dt.Ratif. Brasil	Dt. Ratif. Outra Parte	Dt. Exp. Mot. promulg	Dt. Promulg
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis	15/4/2016	Tramitação Congresso Nacional					
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Cristóvão e Névis, para o estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de ambos os Países	20/1/2015	Em Vigor					2/3/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/4/2010	Em Vigor		1/11/2010	18/10/2012		9/6/2014
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis	26/4/2010	Em Ratificação	19/6/2019				

Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis	26/4/2010	Em Vigor	4/7/2017	27/7/2017	1/8/2017	23/8/2017	27/11/2017

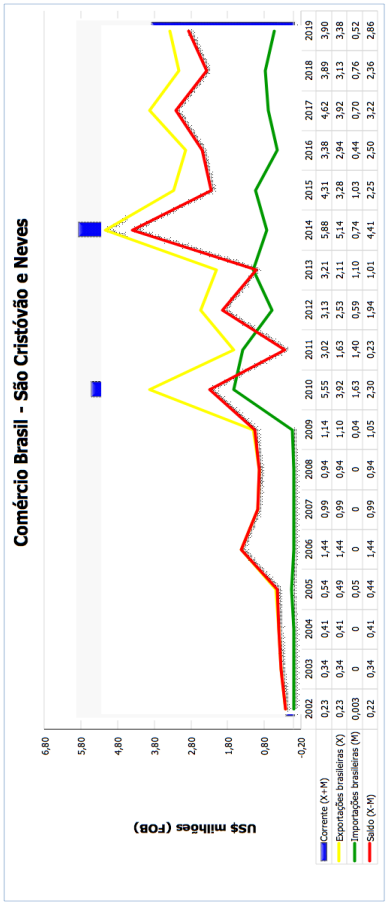
Ministério das Relações Exteriores - MRE
Divisão de Produção da Indústria - DPIND

São Cristóvão e Neves

Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo



Maio 2020

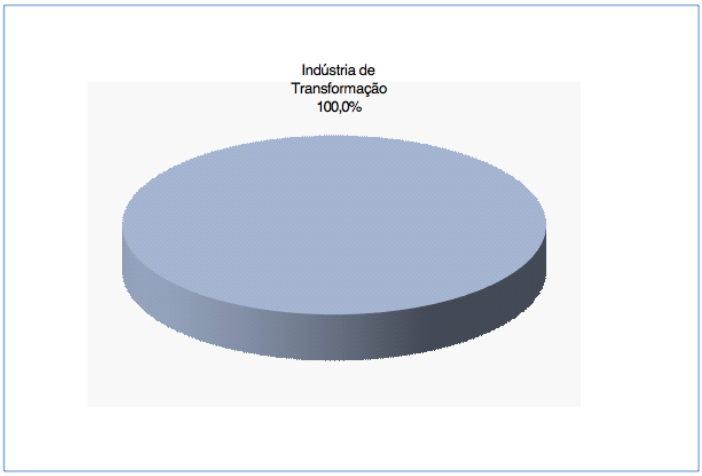


2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-abr)	1,07	0,29	1,36	0,77
2020 (jan-abr)	1,08	0,02	1,10	1,06

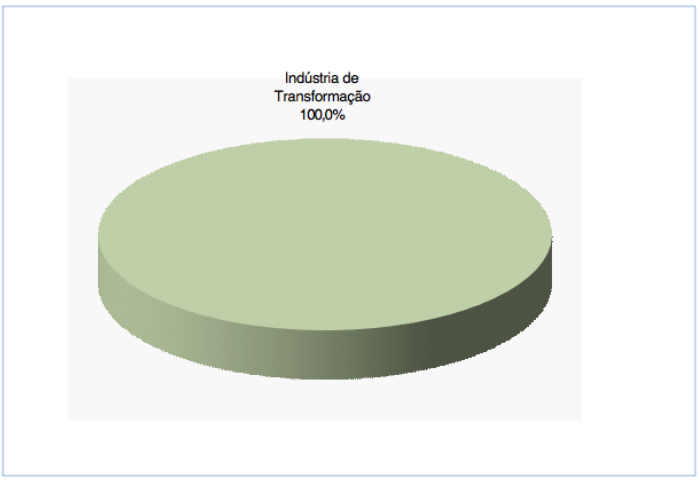
Elaborado pelo MREI/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



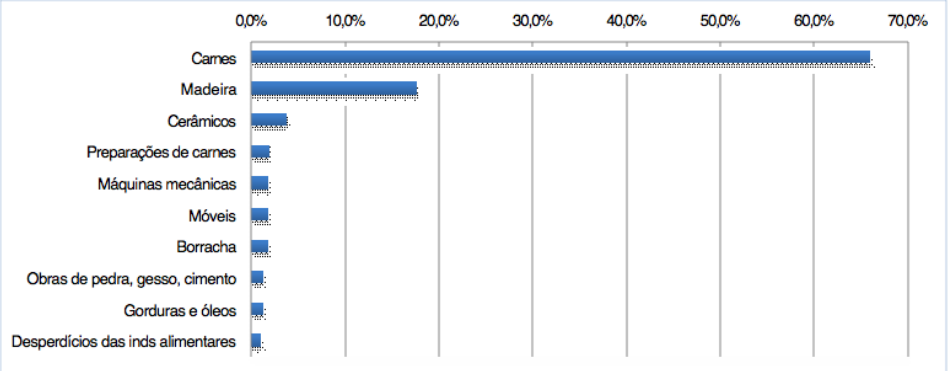
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

Composição das exportações brasileiras para São Cristóvão e Neves
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	2,20	56,1%	2,08	66,5%	2,23	66,1%
Madeira	0,51	12,9%	0,60	19,3%	0,60	17,7%
Cerâmicos	0,11	2,8%	0,18	5,7%	0,13	3,8%
Preparações de carnes	0,19	4,8%	0,13	4,2%	0,07	2,0%
Máquinas mecânicas	0	0,0%	0,003	0,1%	0,07	1,9%
Móveis	0,02	0,6%	0,04	1,1%	0,06	1,9%
Borracha	0	0,0%	0	0,0%	0,06	1,8%
Obras de pedra, gesso, cimento	0	0,0%	0	0,0%	0,05	1,4%
Gorduras e óleos	0,13	3,3%	0,04	1,4%	0,04	1,3%
Desperdícios das inds alimentares	0,02	0,4%	0,04	1,2%	0,04	1,1%
Subtotal	**3,17**	**80,9%**	**3,11**	**99,5%**	**3,35**	**99,0%**
Outros	**0,75**	**19,1%**	**0,02**	**0,5%**	**0,03**	**1,0%**
Total	**3,92**	**100,0%**	**3,13**	**100,0%**	**3,38**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

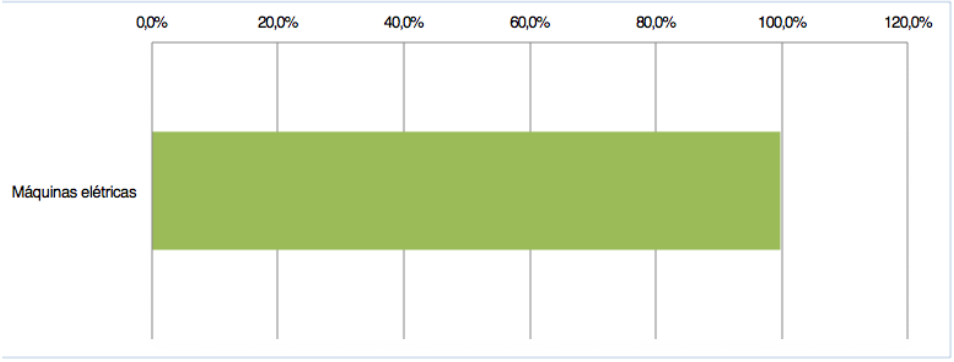


Composição das importações brasileiras originárias de São Cristóvão e Neves
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	0,70	100,0%	0,76	100,0%	0,52	99,8%
Subtotal	**0,70**	**100,0%**	**0,76**	**100,0%**	**0,52**	**99,8%**
Outros	**0,00**	**0,0%**	**0,00**	**0,0%**	**0,00**	**0,2%**
Total	**0,70**	**100,0%**	**0,76**	**100,0%**	**0,52**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020

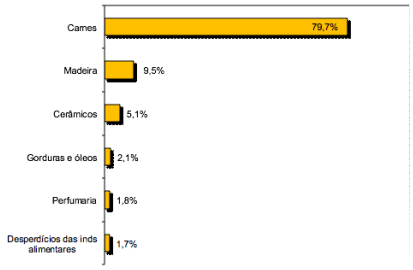
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

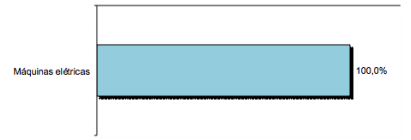
Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-abr)	Part. % no total	2020 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	0,74	69,7%	0,86	79,7%
Madeira	0,24	22,0%	0,10	9,5%
Cerâmicos	0,02	2,2%	0,06	5,1%
Gorduras e óleos	0,02	1,8%	0,02	2,1%
Perfumaria	0	0,0%	0,02	1,8%
Desperdícios das inds alimentares	0	0,0%	0,02	1,7%
Subtotal	**1,02**	**95,7%**	**1,08**	**99,9%**
Outros	**0,05**	**4,3%**	**0,00**	**0,1%**
Total	**1,1**	**100,0%**	**1,1**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020

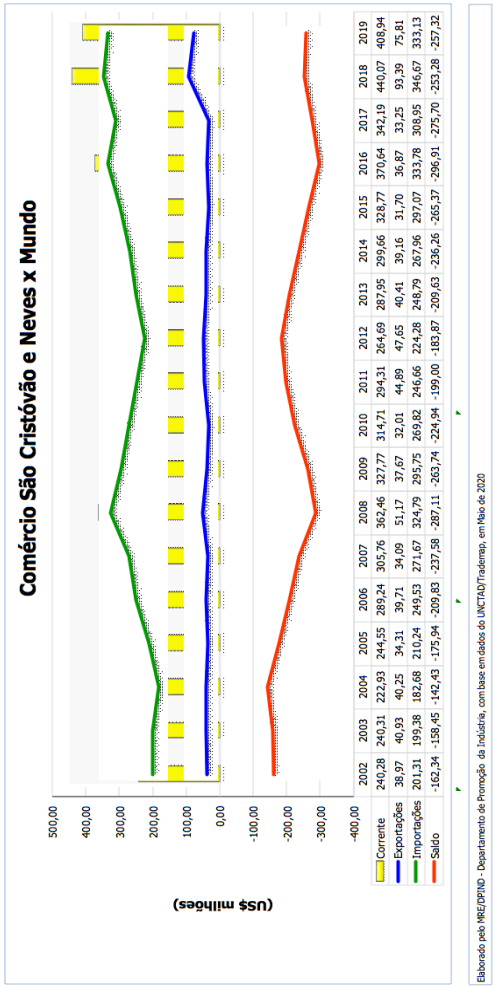


Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-abr)	Part. % no total	2020 (jan-abr)	Part. % no total
Importações				
Máquinas elétricas	0,29	99,7%	0,02	100,0%
Subtotal	**0,29**	**99,7%**	**0,02**	**100,0%**
Outros produtos	**0**	**0,3%**	**0**	**0,0%**
Total	**0,29**	**100,0%**	**0,02**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Maio de 2020



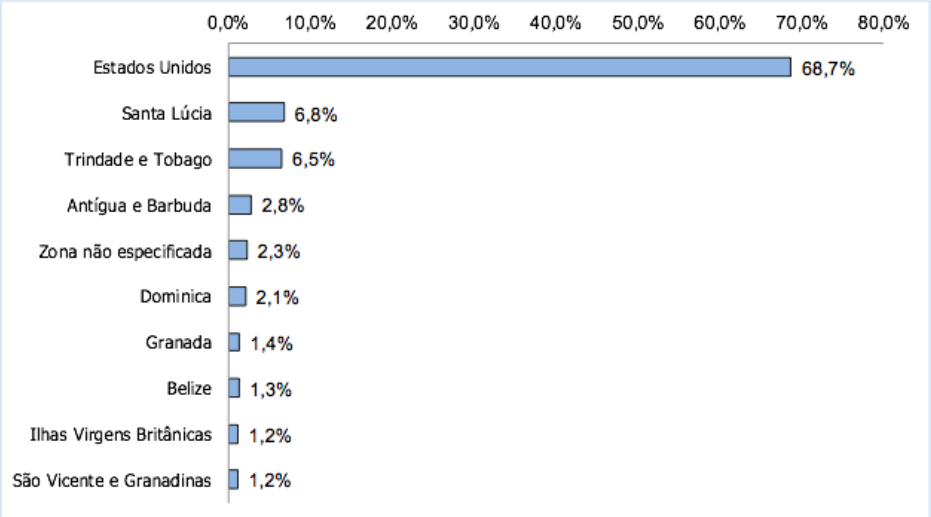
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente	240,28	240,31	222,93	244,55	289,24	305,76	362,46	327,77	314,71	294,31	264,69	287,95	299,66	328,77	370,64	342,19	440,07	408,94
Exportações	38,97	40,93	40,25	34,31	39,71	34,09	51,17	37,67	32,01	44,89	47,65	40,41	39,16	31,70	36,87	33,25	93,39	75,81
Importações	201,31	199,38	182,68	210,24	249,53	271,67	324,79	295,75	269,82	246,66	224,28	248,79	267,96	297,07	333,78	308,95	346,67	333,13
Saldo	-162,34	-158,45	-142,43	-175,94	-209,83	-237,58	-287,11	-263,74	-224,94	-199,00	-183,87	-209,63	-236,26	-265,37	-296,91	-275,70	-253,28	-257,32

Principais destinos das exportações da São Cristóvão e Neves
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Estados Unidos	22,83	68,7%
Santa Lúcia	2,27	6,8%
Trindade e Tobago	2,17	6,5%
Antígua e Barbuda	0,93	2,8%
Zona não especificada	0,76	2,3%
Dominica	0,70	2,1%
Granada	0,46	1,4%
Belize	0,43	1,3%
Ilhas Virgens Britânicas	0,40	1,2%
São Vicente e Granadinas	0,39	1,2%
Brasil	-	-
Subtotal	**31,34**	**94,3%**
Outros países	**1,91**	**5,7%**
Total	**33,25**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais destinos das exportações

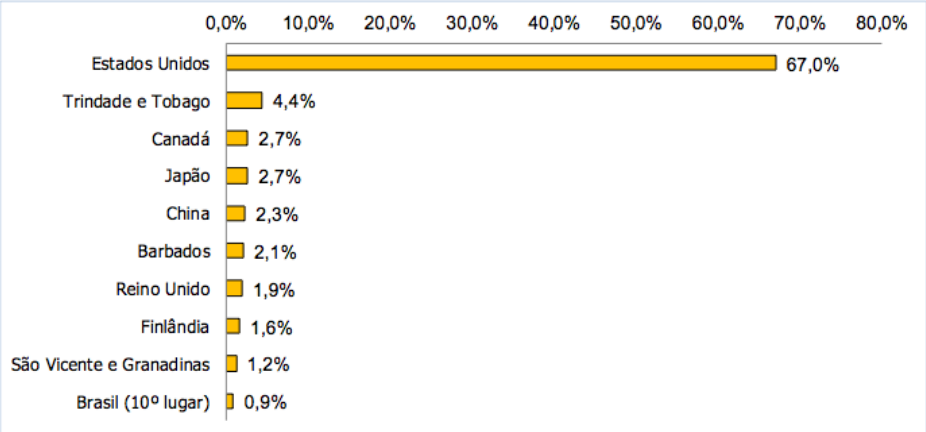


Principais origens das importações da São Cristóvão e Neves
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Estados Unidos	207,145	67,0%
Trindade e Tobago	13,62	4,4%
Canadá	8,28	2,7%
Japão	8,21	2,7%
China	7,21	2,3%
Barbados	6,50	2,1%
Reino Unido	5,93	1,9%
Finlândia	5,0	1,6%
São Vicente e Granadinas	3,83	1,2%
Brasil (10º lugar)	2,8	0,9%
Subtotal	**268,51**	**86,9%**
Outros países	**40,43**	**13,1%**
Total	**308,95**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais origens das importações

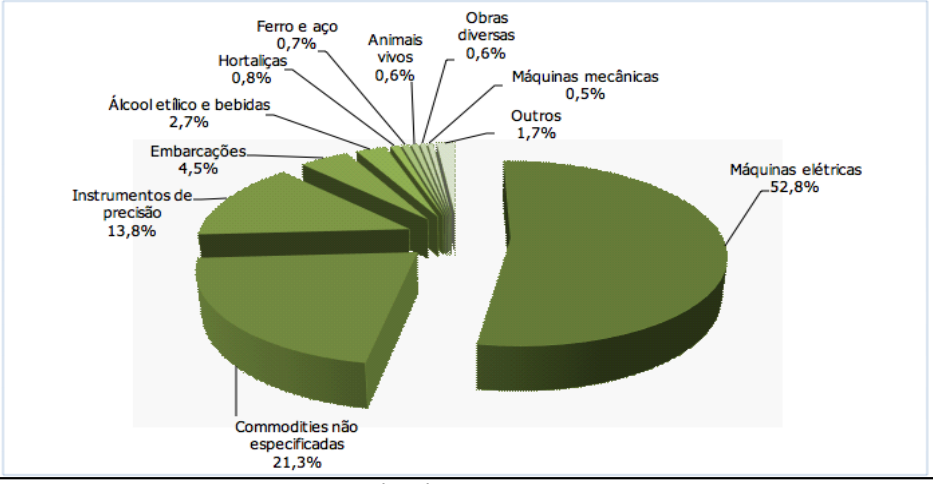


Composição das exportações da São Cristóvão e Neves
US$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Máquinas elétricas	40,00	52,8%
Commodities não especificadas	16,14	21,3%
Instrumentos de precisão	10,43	13,8%
Embarcações	3,43	4,5%
Álcool etílico e bebidas	2,06	2,7%
Hortaliças	0,62	0,8%
Ferro e aço	0,53	0,7%
Animais vivos	0,47	0,6%
Obras diversas	0,42	0,6%
Máquinas mecânicas	0,41	0,5%
Subtotal	**74,51**	**98,3%**
Outros	**1,30**	**1,7%**
Total	**75,81**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

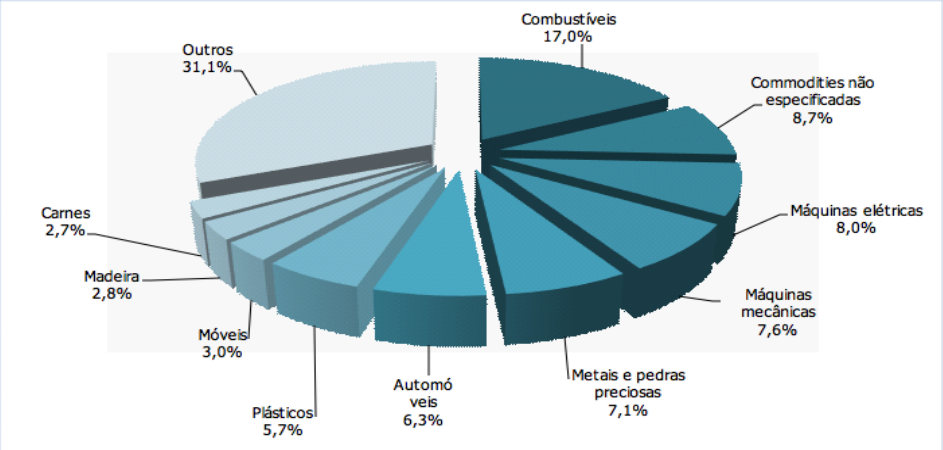


Composição das importações da São Cristóvão e Neves
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	56,73	17,0%
Commodities não especificadas	29,13	8,7%
Máquinas elétricas	26,73	8,0%
Máquinas mecânicas	25,29	7,6%
Metais e pedras preciosas	23,51	7,1%
Automóveis	21,06	6,3%
Plásticos	18,83	5,7%
Móveis	10,08	3,0%
Madeira	9,38	2,8%
Carnes	8,86	2,7%
Subtotal	**229,59**	**68,9%**
Outros	**103,54**	**31,1%**
Total	**333,13**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos importados



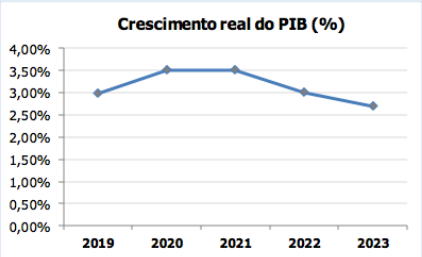
Principais indicadores socioeconômicos de São Cristóvão e Neves

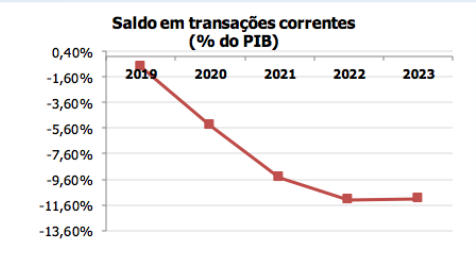
Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Crescimento real do PIB (%)	2,99%	3,50%	3,50%	3,00%	2,70%
PIB nominal (US$ bilhões)	1,02	1,06	1,12	1,18	1,23
PIB nominal "per capita" (US$)	18.203	18.714	19.581	20.391	21.174
PIB PPP (US$ bilhões)	26.507,09	27.157,40	27.823,66	28.368,55	28.839,87
PIB PPP "per capita" (US$)	29.820	31.095	32.523	33.849	35.124
População (milhões habitantes)	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06
Desemprego (%)	-	-	-	-	-
Inflação (%)(2)	-2,05%	1,97%	1,97%	1,97%	1,97%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,81%	-5,40%	-9,50%	-11,21%	-11,15%
Dívida externa (US$ bilhões)	-	-	-	-	-
Câmbio (EC$ / US$)(2)	-	-	-	-	-

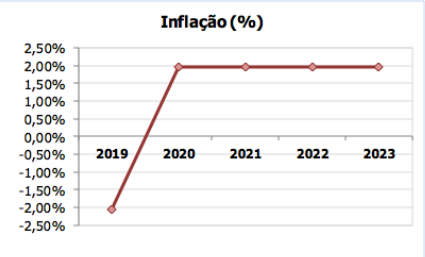
Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

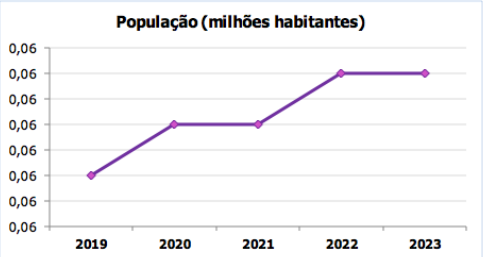
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SÃO VICENTE E GRANADINAS







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio/2020

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	São Vicente e Granadinas
GENTÍLICO:	São-vicentino
CAPITAL:	Kingstown
ÁREA:	389 km² (Baía de Guanabara: 390 km²)
POPULAÇÃO:	101.390 habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS:	Inglês, inglês creole e francês patois
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante (75%); Católica (6,3%); Testemunhas de Jeová (0,8%); Rastafári (1,1%); outras (4,7%); nenhuma (7,5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Democracia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Legislativa (*House of Assembly*) unicameral
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II, representada pela Governadora-Geral Susan Dougan
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves
CHANCELER:	Louis Straker
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US$ 811,3 milhões (Brasil: US$ 2,141 trilhões)
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US$ 1,41 bilhão (Brasil: US$ 3,217 trilhões)
PIB *PER CAPITA* (2018):	US$ 7.361 (Brasil: US$ 10.309)
PIB PPP *PER CAPITA* (2018):	US$ 12.770 (Brasil: US$ 15.646)
VARIAÇÃO DO PIB:	1,8% (2018); 0,7% (2017); 1,6% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019)	0.728/94º lugar (Brasil: 0,761/79º lugar)

EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	76,4 anos (Brasil: 76)
ALFABETIZAÇÃO :	96 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	19,7 %
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar do Caribe Oriental
BRASILEIROS NO PAÍS (2018):	-

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – SÃO VICENTE E GRANADINAS (US$ milhões)											
Brasil-São Vicente e Granadinas	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	2,43	1,63	2,42	2,03	4,0	1,91	3,28	2,0	1,57	2,29	-
Exportações	2,42	1,63	2,36	2,03	4,0	1,91	3,28	2,0	1,57	2,26	-
Importações	0,01	0,0	0,05	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,03	-
Saldo	2,41	1,63	2,31	2,02	4,0	1,91	3,28	2,0	1,57	2,23	-

APRESENTAÇÃO

São Vicente e Granadinas é um país insular situado nas Pequenas Antilhas (ao leste do mar do Caribe). Compõe-se da ilha principal, São Vicente, e da cadeia de ilhas menores, Granadinas, que se estendem para o sul em direção a Granada. O país faz parte do arco das ilhas vulcânicas das Pequenas Antilhas.

Inicialmente, o nome de São Vicente se aplicava ao conjunto do arquipélago. Após a conquista da independência, em 1979, as ilhas foram renomeadas para São Vicente e Granadinas. A capital (Kingstown) está na ilha de São Vicente.

Antes da ocupação europeia, São Vicente fora habitada pelos indígenas *ciboney*, conquistados posteriormente pelos *arawak*. Cerca de um século antes da chegada dos exploradores europeus, os *arawak* foram deslocados pelos *caribes*.

Os *caribes* resistiram às frequentes tentativas britânicas, francesas e holandesas de se estabelecerem em São Vicente, mas acabaram por permitir, no início do século XVIII, a instalação de assentamento francês na costa oeste. Em 1763, com o Tratado de Paris, a Grã-Bretanha obteve o controle da ilha e deu início à ocupação. A resistência contínua dos *caribes* à presença britânica levou a duas guerras (1772-1773 e 1795-1796). Os indígenas foram expulsos após a segunda guerra e a Coroa britânica assumiu total controle.

O século XX foi caracterizado por lutas em prol da substituição do sistema de governo colonial por sistema representativo. Em 1925, foi estabelecido um conselho legislativo.

Como consequência do impacto econômico da Grande Depressão, a década de 1930 foi marcada por levantes que abriram

caminho para novas reformas. Em 1951, foi introduzido o sufrágio universal.

Entre 1958 e 1962, São Vicente fez parte da Federação das Índias Ocidentais. Em 1960, foi adotada nova constituição. São Vicente tornou-se membro da Área de Livre Comércio do Caribe em 1968 e Estado associado ao Reino Unido em 1969. Ingressou na Comunidade e no Mercado Comum do Caribe (CARICOM) em 1973 e na Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO) em 1981.

A independência de São Vicente foi declarada em 27 de outubro de 1979, ocasião em que se adotou o nome oficial de São Vicente e Granadinas e o país tornou-se membro da *Commonwealth*.

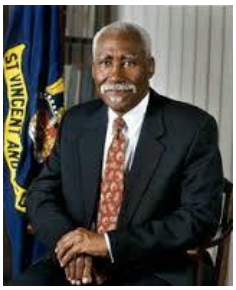
PERFIS BIOGRÁFICOS

RALPH GONSALVES
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1946, em Colonarie, São Vicente. Formou-se em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais e obteve doutorado em Assuntos Governamentais na Universidade de Manchester, Reino Unido. É líder do Partido da União Trabalhista desde 1998. Cumpre atualmente seu quarto mandato como primeiro-ministro, tendo vencido as eleições de 2001, 2005, 2010 e 2015. O primeiro-ministro acumula as pastas da Defesa, Desenvolvimento Portuário, Imigração e Justiça.

FREDERIK NATHANIEL BALLANTYNE
Governador-Geral



Nasceu em 1936, em Layou, São Vicente. Graduou-se em medicina na *State University of New York Upstate Medical University*. Teve desempenho destacado como médico e também atuou como presidente do Millenium Bank (*offshore* registrada em São Vicente e Granadinas) e da empresa farmacêutica *Dimethaid International Inc*. É coproprietário de *resort* turístico.

LOUIS HILTON STRAKER
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Graduou-se em Ciência Política pelo Hunter College (NY) com mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de Long Island, tendo trabalhado no setor privado americano pelos 25 anos subsequentes. Entre 1994 e 2001, ocupou assento no parlamento pelo Partido Trabalhista (ULP). Em 2001, foi empossado como vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio. Em maio de 2005, foi nomeado ministro dos Transportes, Obras e Habitação. No mesmo ano, retornou à pasta de Negócios Estrangeiros, onde permaneceu até 2010. Em 2015, voltou a ocupar a pasta dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por cooperação e diálogo fluido nos planos bilateral e multilateral. A intensificação no relacionamento insere-se em processo mais abrangente de aproximação política e econômica com o Caribe a partir da década passada. A abertura da embaixada brasileira em Kingstown (2009) contribuiu, por sua vez, para a ampliação da agenda bilateral.

O governo de São Vicente e Granadinas, sobretudo por meio do primeiro-ministro Ralph Gonsalves, tem demonstrado interesse em estreitar o relacionamento bilateral. Gonsalves visitou o Brasil em 2011, quando manteve encontros empresariais em São Paulo.

O patrimônio do relacionamento bilateral compõe-se de acordos bilaterais em vigor nos setores de cooperação técnica em agricultura, cooperação educacional e cooperação cultural.

A Agência Brasileira de Cooperação tem executado várias iniciativas bilaterais e regionais com os países membros da CARICOM. Algumas fases de capacitação executadas conjuntamente com aqueles países têm contado com a participação de representantes de São Vicente e Granadinas.

No contexto de renovada estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental, que busca compatibilizar a presença na área com a otimização e racionalização dos recursos disponíveis, as atividades da Embaixada do Brasil em Kingstown foram encerradas e a representação junto ao governo são-vicentino passou a ser exercida em caráter cumulativo pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados (segundo determinado pelo Decreto 10.348, de 13 de maio de 2020).

Visita de navios-patrulha

Entre 5 e 8 de maio de 2018, a operação CARIBEX 2018, constituída pelos navios-patrulha Macau, Bocaina e Graúna, realizou visita a São Vicente e Granadinas. Foi a primeira missão da Marinha brasileira após a abertura da embaixada em Kingstown. Da programação, constaram reuniões protocolares com autoridades do país e atividades de cunho social, além da visitação pública aos navios. Recepção oferecida a bordo do navio Bocaina contou com a presença do primeiro-ministro Ralph Gonsalves.

Assistência humanitária

O Brasil prestou assistência humanitária a São Vicente Granadinas em algumas oportunidades. Entre elas, destacam-se contribuições à FAO e à Agência Caribenha de Resposta Emergencial a Desastres (CDEMA) para apoiar esforços em favor das populações atingidas por tempestades tropicais.

Assuntos consulares

Em 20/10/2014, realizou-se troca de notas para a conclusão de acordo de isenção de vistos de turismo e negócios, gesto apreciado pela comunidade local e pelo primeiro-ministro Gonsalves.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura governamental

São Vicente e Granadinas é uma democracia parlamentar sob monarquia constitucional. A rainha Elizabeth II é a chefe de Estado, representada localmente por um governador-geral, cargo atualmente exercido por Frederick Ballantyne. O parlamento do país tem como modelo o parlamento britânico, mas, em lugar de duas casas (Câmara dos Comuns e Câmara dos Lordes), o sistema são-vicentino é unicameral, composto apenas por Assembleia Legislativa (*House of Assembly*).

A Assembleia conta com 23 membros, entre 15 deputados, 6 senadores, o procurador-geral e um presidente. Os senadores são nomeados pelo governador-geral (quatro indicados pelo primeiro-ministro e dois pelo líder da oposição). Após as eleições legislativas, o líder do partido majoritário na assembleia torna-se o primeiro-ministro. Os dois partidos políticos com representação parlamentar são o *New Democratic Party* (NDP) e o *Unity Labour Party* (ULP).

Líder político do ULP, Ralph Gonsalves exerce seu quarto mandato como primeiro-ministro. As últimas eleições nacionais foram realizadas em dezembro de 2015, quando o ULP conquistou oito das 15 cadeiras no parlamento. Foi a quarta vitória seguida do partido, a despeito dos desafios econômicos enfrentados pelo país.

O NDP não reconheceu o resultado das eleições. A agremiação aguarda pronunciamento definitivo da Justiça sobre recursos impetrados após a realização do pleito.

POLÍTICA EXTERNA

São Vicente e Granadinas procura manter-se alinhado aos esforços integracionistas de toda a região. É membro da CARICOM, da Associação dos Estados do Caribe (AEC) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO). O país integra também a *Commonwealth*.

Enquanto cultiva relacionamento próximo com países desenvolvidos como o Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Taiwan, o governo são-vicentino tem buscado também estreitar relações com novos parceiros, entre os quais o Brasil. Favorece, ademais, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com aumento no número de membros permanentes e não permanentes. O país participa do grupo de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e, em 2009, tornou-se membro da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).

Na arena global, o primeiro-ministro Gonsalves busca fazer a defesa das instituições multilaterais. Em pronunciamento perante a Assembleia Geral das Nações Unidas em 2018, Gonsalves reconheceu a urgência em promover reformas no sistema multilateral e ponderou que a ONU segue sendo a única instituição com autoridade e capacidade para viabilizar a cooperação em nível global. Sobre mudança do clima, Gonsalves enfatizou as dificuldades enfrentadas pelos pequenos estados insulares em desenvolvimento, sobretudo em razão da intensificação das tempestades tropicais, bem como da elevação da temperatura e do nível dos oceanos.

São Vicente e Granadinas conquistou assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), na vaga reservada ao GRULAC para o biênio 2020/21. Esse fato tem sido celebrado internamente como sinal de prestígio internacional.

Relações com Taiwan

São Vicente e Granadinas possui relações tradicionais com Taiwan, baseadas sobretudo na cooperação técnica e financiamento ao desenvolvimento. Nesse contexto, o vice-ministro taiwanês de Relações Exteriores realizou visita a Kingstown em 2017, ano de celebração de 36 anos de relações ininterruptas.

Cuba e Venezuela

A cooperação com Cuba e Venezuela se desdobra em diversas áreas, sobretudo na cooperação em saúde e no fornecimento de combustível. O governo de São Vicente e Granadinas permanece um dos mais sólidos aliados dos regimes cubano e venezuelano no Caribe.

Os resultados pragmáticos da associação com a ALBA – como a inauguração da planta de armazenamento de combustíveis *Hugo Chávez*, em 2015, ou o fornecimento de petróleo subsidiado pela Venezuela – reforçam o embasamento ideológico da aliança.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Covid-19

A pandemia de COVID-19 causou forte impacto sobre o país. As receitas do turismo, responsáveis por 25% do PIB, praticamente desapareceram. Calcula-se que a economia deverá sofrer contração de 5,5% em 2020 (havia expectativa de crescimento de 2,3% antes da crise). A queda nos ingressos, combinada com os gastos diretos em saúde e assistência social, deverá aprofundar o déficit fiscal.

Nesse contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou desembolso de US$ 16 milhões para cobertura do balanço de pagamentos e combate imediato à pandemia.

Turismo

Com a economia fortemente dependente do turismo, São Vicente e Granadinas beneficiava-se, até a eclosão da pandemia, da retomada econômica dos Estados Unidos, principal emissor de turistas para o país.

A entrada em operação do aeroporto internacional de Argyle ampliara consideravelmente o fluxo de turistas, com marcado efeito multiplicador sobre a rede hoteleira e a economia local. O crescimento significativo da chegada de navios de cruzeiro vinha também contribuindo para o bom desempenho do setor até o surgimento da pandemia.

Desafios

Em linhas gerais, São Vicente e Granadinas tem como desafios econômicos a ampliação da base produtiva e a redução do endividamento. Este se aproxima de 80% do PIB, contra meta de 60% estabelecida pela CARICOM.

O país enfrenta, ademais, taxa de desemprego global da ordem de 25% e, na faixa entre 15 e 35 anos de idade, de quase 50%.

Além dos investimentos em turismo, o governo tem procurado incentivar a retomada da produção de cacau e chocolate, bem como o cultivo e beneficiamento de café de alta qualidade.

O setor financeiro se mantém estável. A legislação vicentina inviabiliza, na prática, as operações de empresas *offshore* no país, o que lhe tem granjeado menções favoráveis nos setores internacionais especializados no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1498	Na sua terceira viagem ao Caribe, Cristóvão Colombo visita a ilha.
1783	Os Tratados de Versalhes reconhecem São Vicente como colônia britânica.
1834	Abolição da escravatura, com a liberação de mais de 18.000 escravos pelos proprietários das plantações. Trabalhadores estrangeiros foram contratados.
1951	Adotado o sufrágio universal para adultos.
1958	São Vicente se torna membro da Federação das Índias Ocidentais.
1962	Dissolução da Federação das Índias Ocidentais.
1969	Concedido o direito ao autogoverno, com o Reino Unido mantendo a responsabilidade pelos assuntos externos e de defesa.
1979	São Vicente e Granadinas se torna independente, com Milton Cato, do Partido Trabalhista de São Vicente, como primeiro-ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980	Os interesses brasileiros em São Vicente e Granadinas são representados pela embaixada em Port of Spain, Trinidad e Tobago.
2004	Os interesses brasileiros passam a ser representados pela embaixada em Bridgetown, Barbados.
2008	Participação do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas na I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauipe.
2009	Abertura da embaixada em São Vicente e Granadinas, com sede em Kingstown.
2010	Participação do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas na I Cúpula Brasil-CARICOM, em Brasília.
2011	Visita do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas a São Paulo.
2012	Participação do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
2018	Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros de São Vicente e Granadinas na Reunião de Consultas Regionais da América Latina e Caribe para o Pacto Global sobre Refugiados, em Brasília.

2020	O decreto 10.348, de 13 de maio de 2020, determina seja a representação do Brasil junto ao governo são-vicentino exercida pela embaixada em Bridgetown, Barbados.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Dt. Cele-bração	Status	Dt. Envio Congresso	Dt.Ratif. Brasil	Dt. Ratif. Outra Parte	Dt.
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	7/6/2017	Tramitação Congresso Nacional	8/6/2018			
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	15/10/2014	Em Vigor				20/1
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/4/2010	Em Vigor		25/5/2010	8/6/2010	27/7
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	26/4/2010	Em Vigor		31/5/2010	1/6/2010	4/2/

Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	26/4/2010	Em Vigor	29/10/2015	24/11/2017	12/6/2013	18/1
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	26/4/2010	Em Vigor	28/5/2015	24/11/2017	12/6/2013	5/11

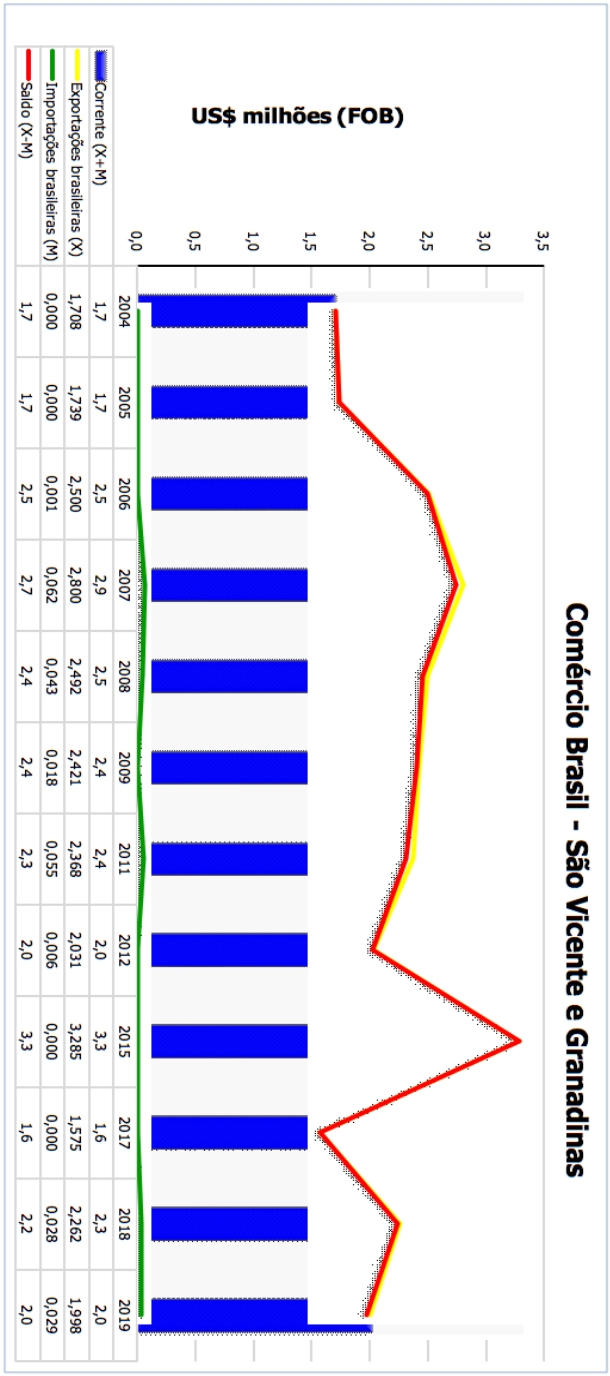
Ministério das Relações Exteriores - MRE
Divisão de Promoção da Indústria - DPIND

São Vicente e Granadinas

Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo



Maio 2020



Corrente (X+M)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2015	2017	2018	2019
Exportações brasileiras (X)	1,7	1,7	2,5	2,9	2,5	2,4	2,4	2,0	3,3	1,6	2,3	2,0
Importações brasileiras (M)	1,708	1,739	2,500	2,800	2,492	2,421	2,368	2,031	3,285	1,575	2,262	1,998
Saldo (X-M)	0,000	0,000	0,001	0,062	0,043	0,018	0,055	0,006	0,000	0,000	0,028	0,029
	1,7	1,7	2,5	2,7	2,4	2,4	2,3	2,0	3,3	1,6	2,2	2,0

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-abr)	0,60	0,00	0,60	0,60
2020 (jan-abr)	0,38	0,00	0,38	0,38

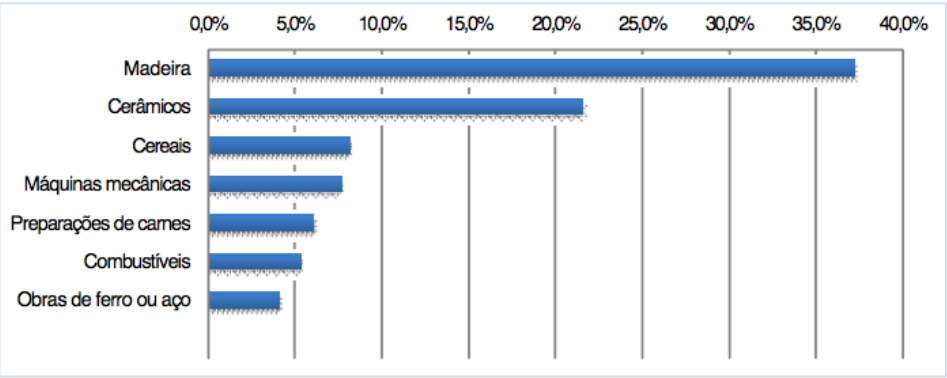
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Composição das exportações brasileiras para São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Madeira	0,4	26,9%	0,5	24,2%	0,7	37,2%
Cerâmicos	0,4	28,5%	0,4	18,4%	0,4	21,5%
Cereais	0,1	3,2%	0,1	5,5%	0,2	8,2%
Máquinas mecânicas	0,1	7,1%	0,1	4,4%	0,2	7,7%
Preparações de carnes	0,3	18,7%	0,2	10,6%	0,1	6,1%
Combustíveis	0,0	0,0%	0,6	24,4%	0,1	5,4%
Obras de ferro ou aço	0,0	1,8%	0,1	5,4%	0,1	4,2%
Subtotal	**1,4**	**86,1%**	**2,1**	**92,9%**	**1,8**	**90,2%**
Outros	**0,2**	**13,9%**	**0,2**	**7,1%**	**0,2**	**9,8%**
Total	**1,6**	**100,0%**	**2,3**	**100,0%**	**2,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

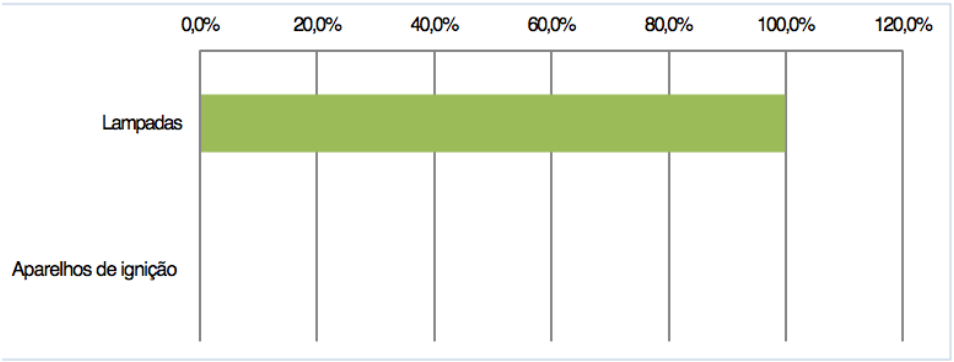


Composição das importações brasileiras originárias de São Vicente e Granadinas
US$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Lampadas	0,00	0,0%	29,0	100,0%	29,3	100,0%
Aparelhos de ignição	0,10	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**0,10**	**100,0%**	**29,0**	**100,0%**	**29,3**	**100,0%**
Outros	**0,00**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**0,10**	**100,0%**	**29,0**	**100,0%**	**29,3**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

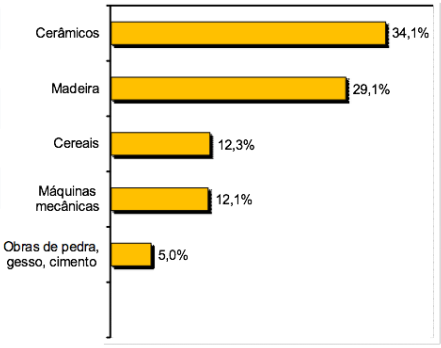
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



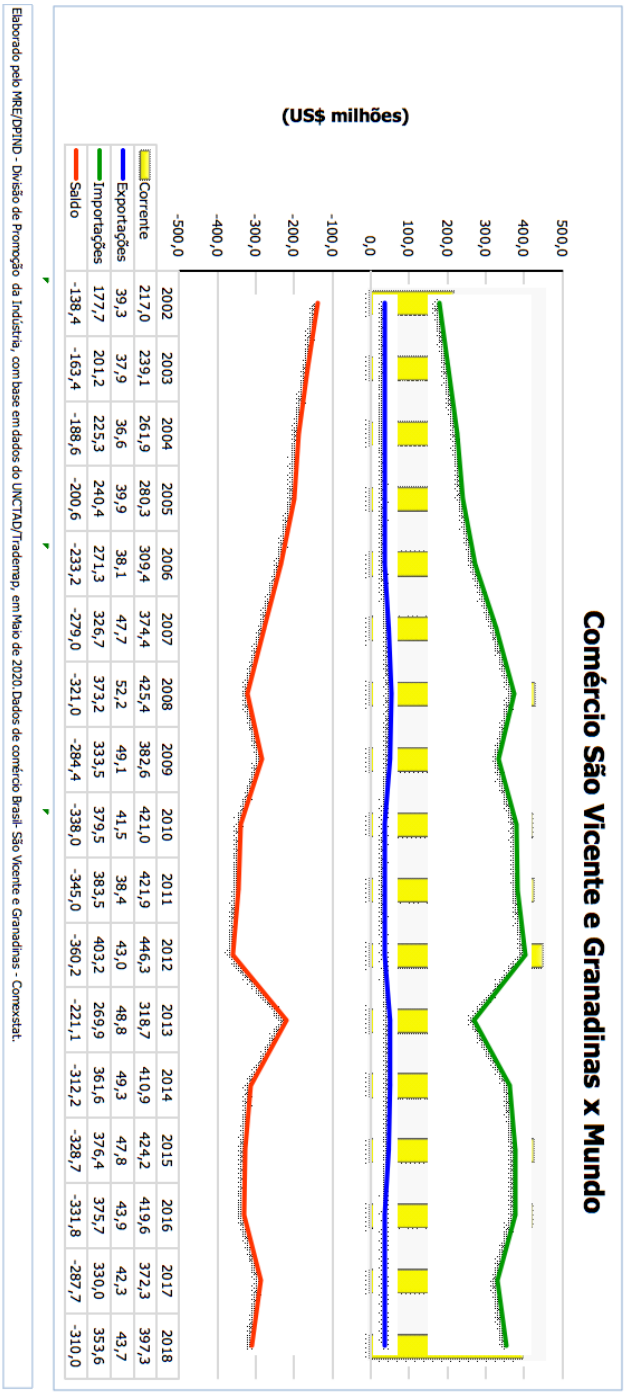
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-abr)	Part. % no total	2020 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Cerâmicos	0,103	17,1%	0,130	34,1%
Madeira	0,170	28,2%	0,111	29,1%
Cereais	0,240	39,8%	0,047	12,3%
Máquinas mecânicas	0,030	5,0%	0,046	12,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	0,029	4,8%	0,019	5,0%
Subtotal	**0,6**	**94,9%**	**0,4**	**92,7%**
Outros	**0,0**	**5,1%**	**0,0**	**7,3%**
Total	**0,6**	**100,0%**	**0,4**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Corrente	217,0	239,1	261,9	280,3	309,4	374,4	425,4	382,6	421,0	421,9	446,3	318,7	410,9	424,2	419,6	372,3	397,3
Exportações	39,3	37,9	36,6	39,9	38,1	47,7	52,2	49,1	41,5	38,4	43,0	48,8	49,3	47,8	43,9	42,3	43,7
Importações	177,7	201,2	225,3	240,4	271,3	326,7	373,2	333,5	379,5	383,5	403,2	269,9	361,6	376,4	375,7	330,0	353,6
Saldo	-138,4	-163,4	-188,6	-200,6	-233,2	-279,0	-321,0	-284,4	-338,0	-345,0	-360,2	-221,1	-312,2	-328,7	-331,8	-287,7	-310,0

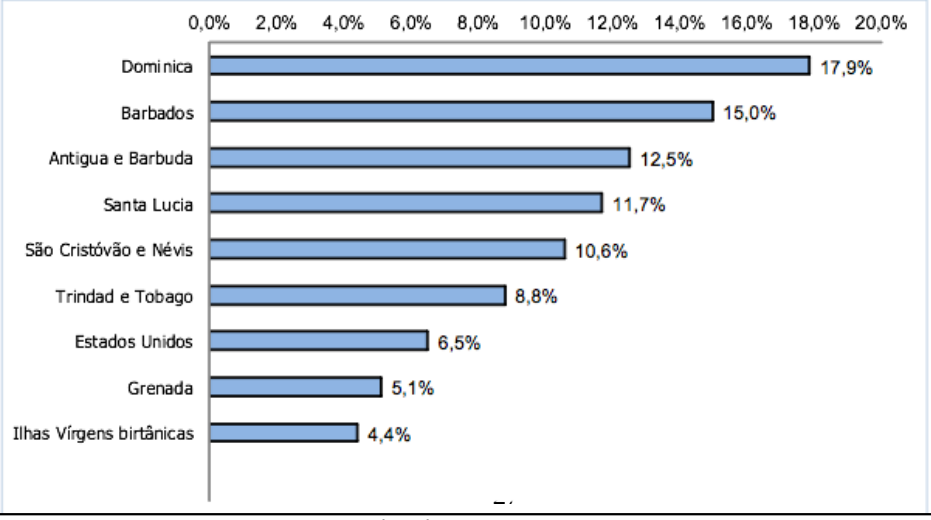
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.Dados de comércio Brasil- São Vicente e Granadinas - Comexstat.

Principais destinos das exportações de São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Dominica	7,80	17,9%
Barbados	6,54	15,0%
Antigua e Barbuda	5,46	12,5%
Santa Lucia	5,10	11,7%
São Cristóvão e Névis	4,61	10,6%
Trindad e Tobago	3,84	8,8%
Estados Unidos	2,84	6,5%
Grenada	2,23	5,1%
Ilhas Vírgens birtânicas	1,92	4,4%
...		
Brasil (49º lugar)	**0,03**	0,1%
Subtotal	**40,35**	**92,4%**
Outros países	**3,32**	**7,6%**
Total	**43,67**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020. Dados de comércio Brasil- São Vicente e Granadinas - Comexstat.

10 principais destinos das exportações

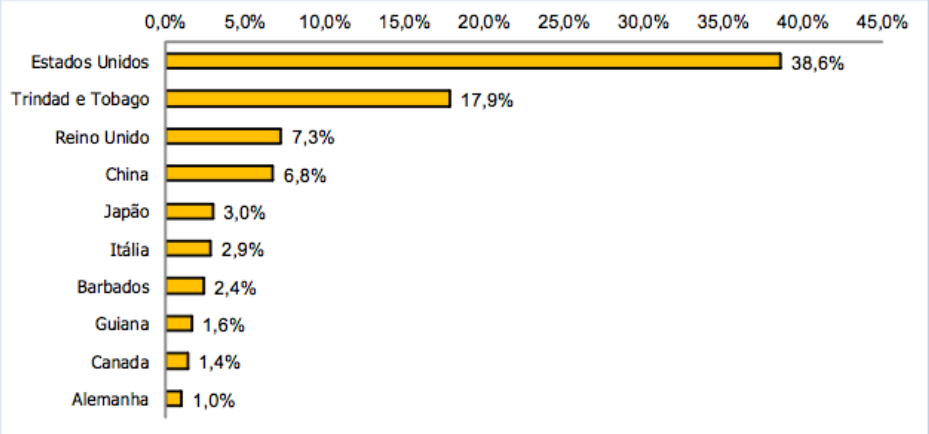


Principais origens das importações de São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Países	2018	Part.% no total
Estados Unidos	136,62	38,6%
Trindad e Tobago	63,17	17,9%
Reino Unido	25,73	7,3%
China	23,95	6,8%
Japão	10,51	3,0%
Itália	10,12	2,9%
Barbados	8,42	2,4%
Guiana	5,82	1,6%
Canada	4,92	1,4%
Alemanha	3,66	1,0%
...		
Brasil (13º lugar)	2,26	0,6%
Subtotal	**295,18**	**83,5%**
Outros países	**58,45**	**16,5%**
Total	**353,63**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020. Dados de comércio Brasil- São Vicente e Granadinas - Comexstat.

10 principais origens das importações

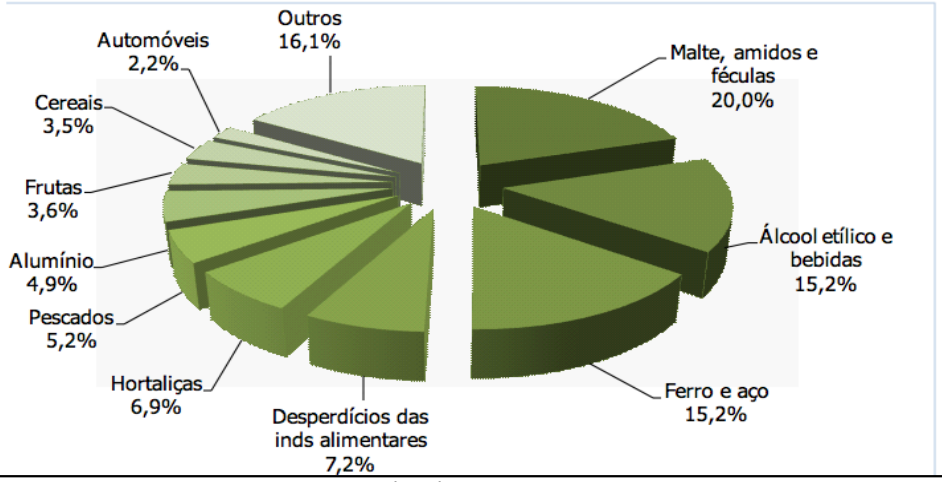


Composição das exportações de São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Malte, amidos e féculas	8,72	20,0%
Álcool etílico e bebidas	6,66	15,2%
Ferro e aço	6,62	15,2%
Desperdícios das inds alimentares	3,16	7,2%
Hortaliças	3,02	6,9%
Pescados	2,26	5,2%
Alumínio	2,14	4,9%
Frutas	1,57	3,6%
Cereais	1,54	3,5%
Automóveis	0,94	2,2%
Subtotal	**36,62**	**83,9%**
Outros	**7,05**	**16,1%**
Total	**43,67**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2019

10 principais grupos de produtos exportados

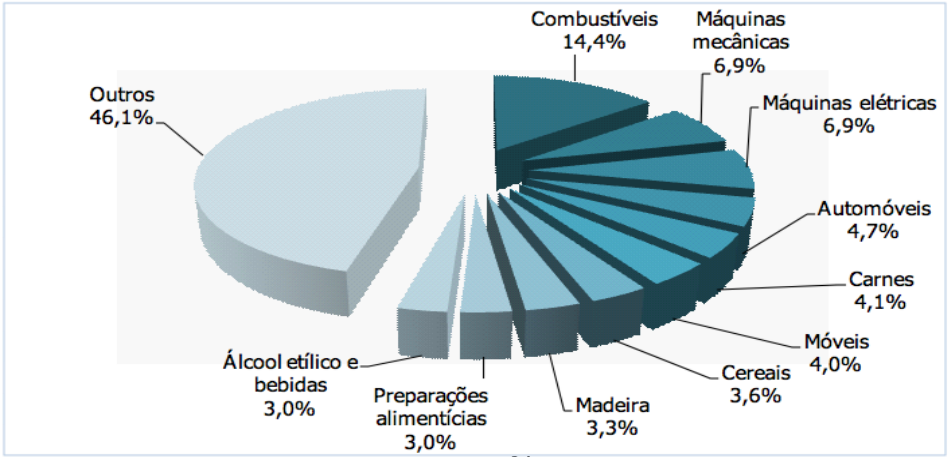


Composição das importações de São Vicente e Granadinas
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Combustíveis	50,88	14,4%
Máquinas mecânicas	24,47	6,9%
Máquinas elétricas	24,32	6,9%
Automóveis	16,60	4,7%
Carnes	14,66	4,1%
Móveis	14,15	4,0%
Cereais	12,57	3,6%
Madeira	11,67	3,3%
Preparações alimentícias	10,74	3,0%
Álcool etílico e bebidas	10,53	3,0%
Subtotal	**190,60**	**53,9%**
Outros	**163,03**	**46,1%**
Total	**353,63**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2019

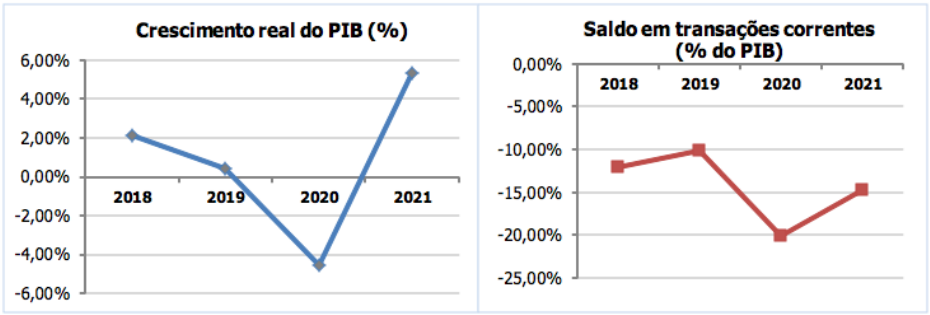
10 principais grupos de produtos importados

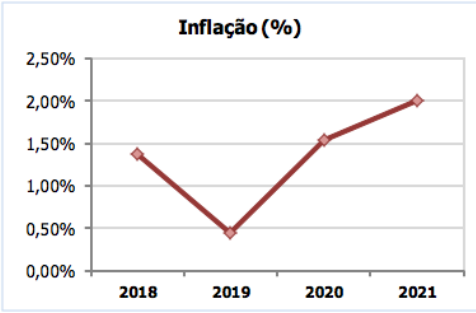


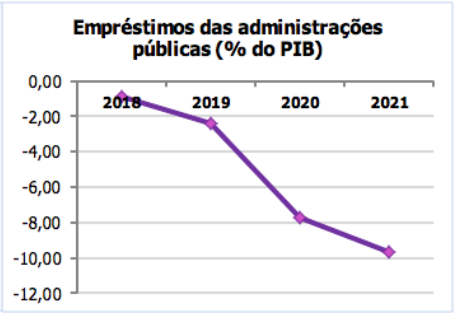
Principais indicadores socioeconômicos de São Vicente e Granadinas

Indicador	2018	2019	2020	2021
Crescimento real do PIB (%)	2,16%	0,40%	-4,55%	5,35%
PIB PPP (US$)	1,35	1,38	1,33	1,43
PIB PPP "per capita" (%)	2,1%	0,3%	-4,6%	5,2%
Empréstimos das administrações públicas (% do PIB	-0,90	-2,38	-7,73	-9,68
Desemprego (%)	_	_	_	_
Inflação (%)(2)	1,37%	0,45%	1,54%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-11,99%	-10,11%	-20,06%	-14,80%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Maio 2020.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média do período.







SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 94, DE 2020

(nº 731/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados.

AUTORIA: Presidência da República

Página da matéria

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANTÍGUA E BARBUDA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio/2020

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	**Antígua e Barbuda**
GENTÍLICO:	**Antiguano**
CAPITAL:	**Saint John's**
ÁREA:	**440 km²**
POPULAÇÃO (2018):	**96.286 habitantes**
LÍNGUA OFICIAL:	**Inglês**
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	**Cristã (76,5%), outras (18%), nenhuma (6%)**
SISTEMA DE GOVERNO:	**Parlamentarismo**
PODER LEGISLATIVO:	**Bicameral (Câmara Baixa e Senado)**
CHEFE DE ESTADO:	**Rainha Elizabeth II**
CHEFE DE GOVERNO:	**Primeiro-Ministro Gaston Browne**
CHANCELER:	**Paul Chet Greene**
PRODUTO INTERNO BRUTO NOMINAL (2019):	**US$ 1,717 bilhões**
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (2019):	**US$ 2,731 bilhões**
PIB PER CAPITA (2019):	**US$ 18.416**
PIB PPP PER CAPITA (2019):	**US$ 29.298**
VARIAÇÃO DO PIB:	**7,4% (2018), 3,1% (2017), 5,5% (2016), 3,8% (2015)**
ÍNDICE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018)	**0.786**
EXPECTATIVA DE VIDA:	**76,7 anos**
ALFABETIZAÇÃO:	**99%**
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	**11%**
UNIDADE MONETÁRIA:	**Dólar do Caribe Oriental**
BRASILEIROS NO PAÍS:	**-**

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ MILHÕES FOB) – MECON

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	**5,6**	**5,2**	**4,8**	**6,6**	**6,0**	**6,8**	**6,0**	**7,04**	**7,7**	**16,28**	**24,9**
Exportações	**5,6**	**5,2**	**4,8**	**6,3**	**5,8**	**6,8**	**6,0**	**6,7**	**7,7**	**16,2**	**24,8**
Importações	**-**	**-**	**-**	**0,3**	**0,2**	**-**	**-**	**0,34**	**-**	**0,08**	**0,14**

Saldo	**5,6**	**5,2**	**4,8**	**6,0**	**5,6**	**6,8**	**6,0**	**6,36**	**7,7**	**16,12**	**24,7**

APRESENTAÇÃO

O país é geograficamente um arquipélago situado entre o mar do Caribe e o Oceano Atlântico, com destaque para duas grandes ilhas, distantes 40 quilômetros entre si: Antígua (onde se localiza a capital, Saint John's) e Barbuda.

Antígua foi descoberta em 1493 por Cristóvão Colombo, mas sua colonização por exploradores britânicos teve início apenas em 1632. Em 1678, iniciou-se a colonização de Barbuda.

A exploração maciça de mão de obra escrava africana, utilizada nas plantações de tabaco e açúcar, redundou em revoltas nos anos de 1701, 1729 e 1736. Assim como em outras ilhas do Caribe, a emancipação dos escravos nas colônias britânicas em 1833 também provocou rearranjos sociais e econômicos em Antígua e Barbuda. Tiveram início, na ocasião, os primeiros ensaios de tomada de consciência política pela população de origem africana.

Antígua e Barbuda foi parte da Federação das Índias Ocidentais entre 1958/1962 e, em 1967, tornou-se Estado associado ao Reino Unido, assumindo responsabilidade pelos assuntos internos.

O cenário político doméstico na década de 1970 foi marcado pela disputa entre o *Antigua Labour Party* (ALP), de Vere Bird, e o *Progressive Labour Party* (PLP), de George Walter. Bird foi primeiro-ministro de 1967 a 1971 e de 1976 a 1981, enquanto Walter ocupou o cargo no período de 1971 a 1976.

A independência do país ocorreu em 1º de novembro de 1981. Antígua e Barbuda manteve-se integrante da *Commonwealth* e tem a rainha Elizabeth II como chefe de Estado.

Os primeiros anos de independência foram marcados pela ascendência de Vere Bird, que governou o país de 1981 a 1994, seguido por seu filho Lester Bird, de 1994 a 2004. O longo período dos Bird no poder, apesar de relativa estabilidade política e da promoção do turismo no país, ficou também marcado por acusações de corrupção.

Em 2004, o ALP perdeu as eleições gerais para o *United Progressive Party* (UPP). Dez anos depois, foi reconduzido ao poder, onde permanece até hoje.

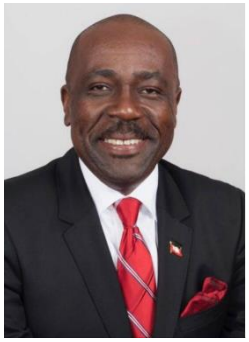
Em setembro de 2017, o furacão Irma destruiu mais de 95% da infraestrutura do país, provocando a evacuação completa da ilha de Barbuda.

PERFIS BIOGRÁFICOS



GASTON BROWNE
Primeiro-Ministro e Ministro Das Finanças

Nascido em Potters Village, na ilha de Antígua, Browne fez graduação e pós-graduação em Finanças. Atuou como parlamentar e Ministro do Planejamento e Comércio. Foi investido como primeiro-ministro em 2014 e reeleito em 2018.



PAUL CHET GREENE
Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Imigração

Formado em Gestão Esportiva, Chet Greene foi ministro do Comércio, Indústria, Esportes, Cultura e Festivais Nacionais. Por ocasião da reeleição do PM Browne, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Imigração de Antígua e Barbuda.



RODNEY WILLIAMS
Governador-Geral

Médico, Williams entrou para a política em 1984 como parlamentar pela província de St Paul. Entre 1992 e 2004, atuou no gabinete como ministro, encarregado das pastas de educação, cultura, tecnologia, desenvolvimento econômico, turismo e meio ambiente. Representou St. Paul até 2004, quando perdeu assento nas eleições gerais.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu representação perante o governo antiguano em 1982, cumulativa com a embaixada residente em Kingston, poucos meses após a independência do país. As relações bilaterais caracterizam-se, desde então, pelo diálogo cordial e pela aproximação, sobretudo a partir da criação da embaixada residente em Saint John's (2009) e da Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, 2010), à margem da qual houve encontro entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o então primeiro-ministro Baldwin Spencer.

Na ocasião, foram assinados acordos de Cooperação Educacional e de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço.

Em sua primeira visita ao Brasil, o primeiro-ministro Gaston Browne assistiu à partida final da Copa do Mundo de 2014 e participou do Encontro Presidencial Brasil–China–Quarteto da CELAC-Países da América do Sul-México, na qualidade de presidente *pro tempore* da CARICOM.

No contexto de renovada estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental, que busca compatibilizar a presença na área com a otimização e racionalização dos recursos disponíveis, as atividades da Embaixada do Brasil em Saint John's foram encerradas, e a representação junto ao governo antiguano passou a ser exercida (segundo determinado pelo Decreto 10.348, de 13 de maio de 2020) em caráter cumulativo pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados.

Relações Econômicas

Produtos brasileiros competitivos, como carne de frango e bovina, são adquiridos pela população por meio de conexões comerciais geralmente com os Estados Unidos.

Em 2018, a corrente de comércio bilateral registrou importante crescimento, tendência que se repetiu em 2019. As exportações brasileiras para Antígua e Barbuda aumentaram 222% de 2017 para 2019, saindo de US$ 7,7 milhões para um total de US$ 24,8 milhões.

Cooperação em Matéria de Defesa

Em 2014, foi assinado Acordo-Quadro de Cooperação na Área de Defesa, por ocasião da visita ao Brasil do ex-ministro

da Defesa, Errol Cort. O documento prevê parceria em pesquisa e desenvolvimento, compartilhamento de conhecimentos, ações conjuntas de treinamento, apoio logístico e aquisição de produtos.

Em 2014, o navio de transporte Almirante Saboia aportou em Saint John's. Durante sua estadia, foram realizados programas esportivos e de ação comunitária conjunta por parte da tripulação e membros das forças antiguanas.

Em 2015, foi realizada visita operativa dos navios patrulha Bracuí, Bocaina e Macau, no âmbito da Comissão CARIBEX.

Em 2017, novamente no âmbito da CARIBEX, navios patrulha visitaram Antígua e o Comandante da Flotilha manteve encontro protocolar com o chefe das Forças de Defesa de Antígua e Barbuda, Coronel Sir Trevor A. Thomas. Na ocasião, militares brasileiros também realizaram pintura de edifício do complexo hospitalar *Clarevue*, em contexto de projeto de assistência à comunidade local.

POLÍTICA INTERNA

Antígua e Barbuda é uma monarquia parlamentarista. A Rainha Elizabeth II exerce a função de chefe de Estado, representada localmente pelo governador-geral, enquanto o primeiro-ministro exerce a função de chefe de Governo.

O Poder Legislativo é bicameral, com 17 parlamentares eleitos de forma direta para a Câmara Baixa e 17 parlamentares nomeados ao Senado (11 indicados pelo primeiro-ministro; 4, pelo líder da oposição; e 1, pelo Conselho de Barbuda).

Os principais partidos políticos são: *United Progressive Party (UPP); Barbuda's People's Movement (BPM); e Antigua Labour Party (ALP).*

Antigua Labour Party

O ALP retornou ao poder em 2014, quando logrou vitória sobre o UPP nas eleições gerais, conquistando 14 dos 17 assentos da Câmara Baixa. Gaston Browne, líder do partido desde 2012, foi então escolhido como primeiro-ministro, sucedendo Baldwin Spencer, do UPP. Dez anos antes, em 2004, a posse de Baldwin Spencer, havia colocado fim ao domínio de 60 anos da família Bird em Antígua e Barbuda.

Eleições de 2018

Nas eleições realizadas em março de 2018, o ALP obteve vitória em 16 das 17 circunscrições eleitorais, enquanto o partido de oposição UPP saiu vitorioso em apenas uma.

Contribuíram para tanto os esforços da administração Browne para, em seu primeiro termo de governo (2014/18), atrair investimentos internacionais e reduzir passivos financeiros.

A continuada ajuda recebida da China, o apoio mantido pela Venezuela e os anúncios de investimentos turísticos de fontes privadas alimentaram também as expectativas positivas em relação ao governo.

POLÍTICA EXTERNA

Antígua e Barbuda é país membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO).

Os Estados Unidos são seu maior parceiro comercial. Reino Unido e Canadá são as principais fontes de investimentos para o setor turístico e dos fluxos de turistas.

Em novembro de 2019, Antígua e Barbuda realizou o depósito de seu instrumento de ratificação do Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares (TPAN), convertendo-se assim no 34º Estado-Parte do referido Tratado.

Merece também destaque a cooperação bilateral com países como Japão (bolsas de estudo e aparelhamento do complexo pesqueiro), Cuba (bolsas de estudo, assistência médica e de engenharia hidráulica e de transportes), Venezuela (Petrocaribe e aportes financeiros para programas sociais) e China (bolsas de estudo, cooperação e empréstimos para obras públicas).

Venezuela

As relações com a Venezuela mantêm particular relevância para o país, em virtude de sua adesão à Petrocaribe, em setembro de 2005, e à Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), em junho de 2009.

Em 2006, a *PDVSA* e a PDV Caribe Antígua e Barbuda assinaram contrato de fornecimento de combustíveis. O esquema permitiu compra de combustíveis por meio de empréstimos amortizados no prazo de 25 anos, a juros de 2%.

Antígua e Barbuda e Venezuela assumiram, por intermédio da *PDVSA*, o controle da refinaria de St. John's, de propriedade da *West Indies Oil Company* (WIOC). Em março de 2015, a então chanceler da Venezuela, Delcy Rodriguez, assinou com o primeiro-ministro Gaston Browne acordo para aquisição, pela Venezuela, de 25% de participação no capital da WIOC. Em outubro de 2015, Nicolás Maduro visitou o país para concluir a transação.

China

Antígua e Barbuda foi o primeiro país do Caribe Oriental a estabelecer relações diplomáticas com a China.

O primeiro-ministro Browne realizou visita oficial àquele país em agosto de 2014. Na ocasião, foi negociado pacote de medidas de apoio ao desenvolvimento e assinados acordos de cooperação financeira, econômica, técnica e educacional.

A China é o maior investidor em infraestrutura no país e financiou a construção do novo aeroporto de Saint John's.

No final de 2016, o governo de Antígua e Barbuda recebeu empréstimo chinês de US$ 100 milhões para a primeira fase das obras de revitalização do porto de Saint John's. O projeto, no valor total de US$ 200 milhões, é financiado pelo *Eximbank* chinês, com execução a cargo da *China Civil Engineering Construction Corporation*.

Adicionalmente, o governo chinês construiu a sede da Universidade de Antígua (parte da *West Indies University*), com aporte de US$ 50 milhões.

Em outubro de 2016, foi anunciada a doação de US$ 19 milhões no âmbito de ações de cooperação nas áreas de emergência e desastres naturais, recursos hídricos, eletricidade e esportes.

Em 2018, Antígua e Barbuda assinou memorando de entendimento no âmbito da iniciativa *Silk Road Economic Belt*, tornando-se um dos primeiros países do Caribe Oriental a integrar-se à iniciativa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia antiguana depende fortemente do turismo, que responde por 60% do PIB e por 40% dos investimentos.

A produção agrícola é voltada sobretudo para o mercado interno e sofre com a escassez de água e de mão de obra.

Na década de 1990, o país enfrentou período de recessão, após três décadas de crescimento impulsionado pelo turismo.

A passagem do furacão Luis, que atingiu a ilha em 1995, afetou severamente o setor turístico e o PIB registrou recuo de 5%.

Em 2008, a economia antiguana foi duramente atingida pela crise econômica internacional, com queda significativa em receitas provenientes do turismo.

A economia recuou 12% em 2009; 7,5% em 2010; e 1,95% em 2011. Um ciclo de recuperação teve início em 2012, quando o país cresceu 3,3%. Após recuo de 0,5% em 2013, Antígua e Barbuda cresceu 3,8% (2014), 3,8% (2015), 5,5% (2016), 3,1% (2017) e 7,4% (2018).

Apesar da pouco numerosa população (aproximadamente 96 mil habitantes), o país destaca-se por elevada renda *per capita*. Os investimentos estrangeiros em infraestrutura e as remessas de residentes no exterior constituem parte importante do PIB.

Nos últimos anos, o país continua a atravessar situação de dificuldade orçamentária. Como não existem fontes perenes de água potável, a estiagem gera despesas adicionais para o governo, pela necessidade de aumentar o volume de produção de água dessalinizada, dependente de usinas movidas a combustível importado.

A situação foi agravada pela passagem do furacão Irma, que causou prejuízos estimados em 9% do PIB. Os custos de reconstrução foram estimados, à época, em 15% do PIB. Consequentemente, a razão dívida/PIB aumentou para 87% (2017), acima da meta de 60%, estipulada pela *Eastern Caribbean Currency Union* (ECCU).

O governo tem procurado implementar reformas fiscais e institucionais, mas prevalecem os desafios gerados pela dependência histórica de importações de petróleo e alimentos.

Turismo

Em agosto de 2015, entrou em operação o aeroporto internacional do país (*V. C. Bird International Airport)*. A obra representou significativo avanço em infraestrutura aeroportuária. Estima-se que o terminal, com capacidade inicial de 1,5 milhão de passageiros por ano, esteja apto a atender ao fluxo turístico esperado para os próximos 30 a 50 anos.

Furacão Irma

Em 05 de setembro de 2017, o furacão Irma passou pelo país, ocasionando danos catastróficos à ilha de Barbuda.

Levantamento preliminar estima que mais de 95% das construções, sistemas de telecomunicações, linhas de transmissão de energia e demais infraestruturas básicas de Barbuda tenham sido comprometidos. Nesse cenário devastador, foi necessário proceder à completa evacuação da ilha.

COVID-19

A pandemia de COVID-19 causou impacto significativo em Antígua e Barbuda, que deverá registrar uma retração de 10% do PIB no corrente ano, sobretudo em virtude da redução da atividade turística. A título de comparação, em 2019 o país teve crescimento de 5,3% e a última queda similar da economia local havia sido no auge da crise financeira de 2009, quando o país viu seu PIB retrair –se em 12%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1493	Descobrimento da ilha de Antígua por Cristóvão Colombo
1632	Colonização britânica do território da ilha de Antígua
1678	Colonização britânica do território da ilha de Barbuda
1701	Revolta de escravos
1729	Revolta de escravos
1736	Revolta de escravos
1958	Entre 1958 e 1962, o país integra a Federação das Índias Ocidentais
1967	Antígua e Barbuda torna-se estado associado ao Reino Unido, assumindo responsabilidades pelos seus assuntos domésticos
1981	Independência de Antígua e Barbuda
1981	Governo de Vere Bird (1981 – 1994)
1994	Governo de Lester Bird (1994 – 2004)
2004	Governo de Baldwin Spencer (2004 – 2014)
2014	Governo de Gaston Browne (2014 – presente)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1982	A representação dos interesses brasileiros junto a Antígua e Barbuda está a cargo da embaixada do Brasil em Kingston, Jamaica
2008	É realizada transferência da representação junto a Antígua e Barbuda, desta vez para a embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados
2009	É criada a embaixada residente do Brasil em Antígua e Barbuda, com sede em Saint John's
2010	É realizada a I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM), em Brasília. O PM de Antígua e Barbuda encontra-se com o então presidente Lula e é emitido Comunicado Conjunto Brasil – Antígua e Barbuda
2010	O PM de Antígua e Barbuda e o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, encontram-se à margem da 65ª AGNU
2013	O PM de Antígua e Barbuda encontra-se com o então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, durante a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
2020	As atividades da embaixada em Saint John’s são encerradas e a representação junto ao governo antiguano passa a ser exercida, em caráter cumulativo, pela embaixada em Bridgetown, Barbados.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda sobre Isenção de Vistos de Turismo e Negócios	20/11/2014	Em Vigor
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda sobre Cooperação em Matéria de Defesa	26/03/2014	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda	26/04/2010	Tramitação Congresso Nacional
Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda.	17/08/1982	Em Vigor

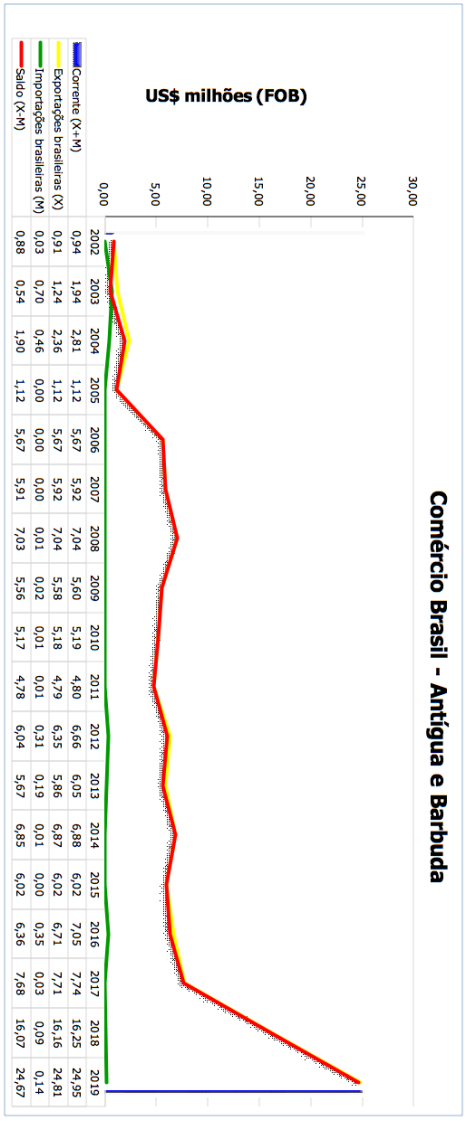
Ministério das Relações Exteriores - MRE
Divisão de Promoção da Indústria - DPIND

Antígua e Barbuda

Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo



Maio 2020

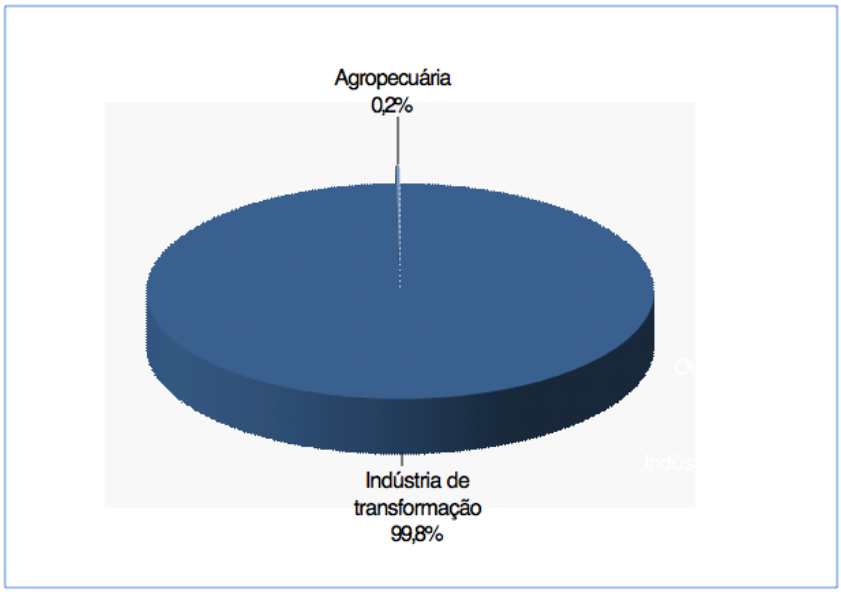


2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-abr)	7,07	0,04	7,11	7,04
2020 (jan-abr)	8,71	0,02	8,73	8,69

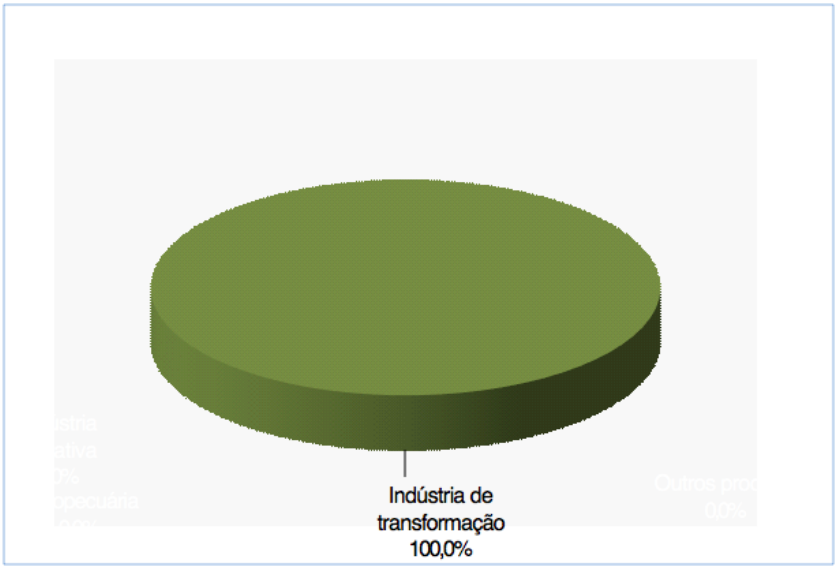
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



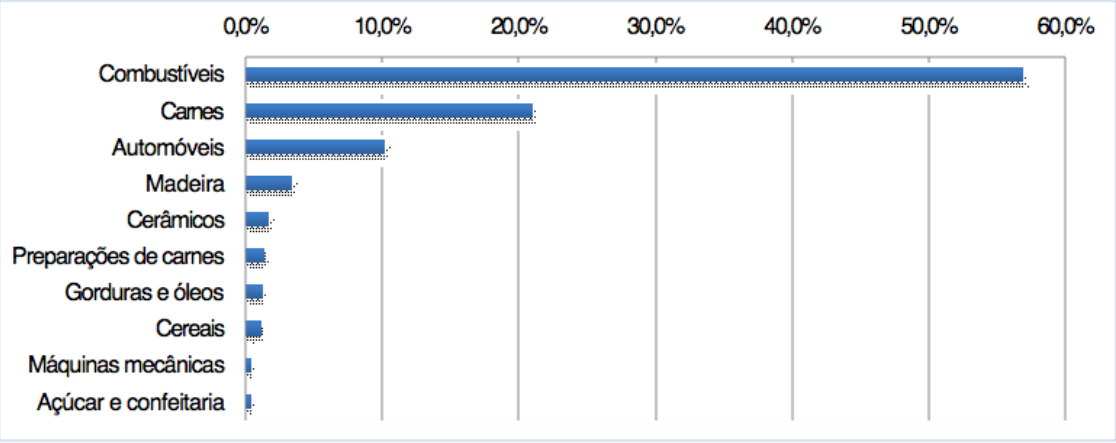
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Composição das exportações brasileiras para Antígua e Barbuda
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	0,0	0,0%	7,7	47,5%	14,1	56,9%
Carnes	4,6	59,5%	4,2	25,9%	5,2	21,1%
Automóveis	0,0	0,0%	0,9	5,3%	2,5	10,2%
Madeira	0,9	11,2%	1,2	7,1%	0,8	3,4%
Cerâmicos	0,4	5,2%	0,5	3,0%	0,4	1,8%
Preparações de carnes	0,3	3,3%	0,4	2,6%	0,3	1,4%
Gorduras e óleos	0,4	4,7%	0,4	2,5%	0,3	1,3%
Cereais	0,3	3,6%	0,2	1,1%	0,3	1,2%
Máquinas mecânicas	0,1	1,1%	0,1	0,3%	0,1	0,5%
Açúcar e confeitaria	0,2	2,9%	0,1	0,4%	0,1	0,5%
Subtotal	**7,0**	**91,4%**	**15,5**	**95,8%**	**24,4**	**98,2%**
Outros	**0,7**	**8,6%**	**0,7**	**4,2%**	**0,4**	**1,8%**
Total	**7,7**	**100,0%**	**16,2**	**100,0%**	**24,8**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

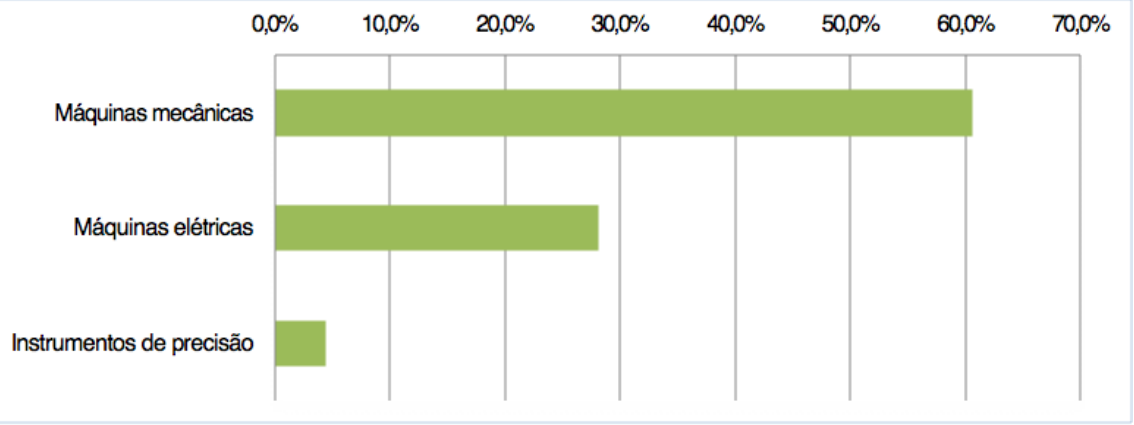


Composição das importações brasileiras originárias de Antígua e Barbuda
US$ milhares

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	32,0	100,0%	61,0	68,5%	86,6	60,6%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	14,5	16,3%	40,3	28,2%
Instrumentos de precisão	0,0	0,0%	1,0	1,1%	6,4	4,4%
Subtotal	**32,0**	**100,0%**	**76,5**	**86,0%**	**133,2**	**93,2%**
Outros	**0,0**	**0,0%**	**12,5**	**14,0%**	**9,8**	**6,8%**
Total	**32,0**	**100,0%**	**89,0**	**100,0%**	**143,0**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

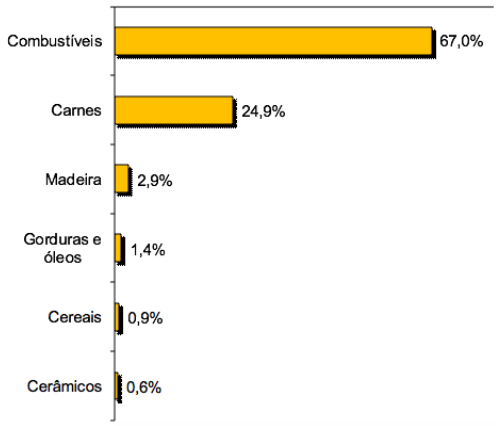
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

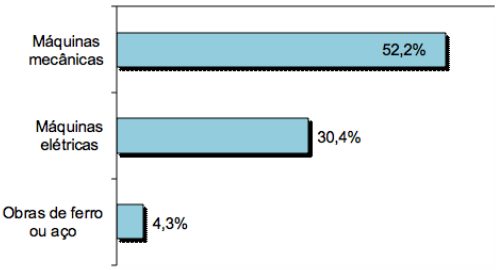
Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-abr)	Part. % no total	2020 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Combustíveis	4,5	63,3%	5,8	67,0%
Carnes	1,7	24,3%	2,2	24,9%
Madeira	0,2	3,0%	0,3	2,9%
Gorduras e óleos	0,1	1,4%	0,1	1,4%
Cereais	0,1	0,9%	0,1	0,9%
Cerâmicos	0,1	2,0%	0,1	0,6%
Subtotal	**6,7**	**95,0%**	**8,5**	**97,7%**
Outros	**0,4**	**5,0%**	**0,2**	**2,3%**
Total	**7,1**	**100,0%**	**8,7**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020

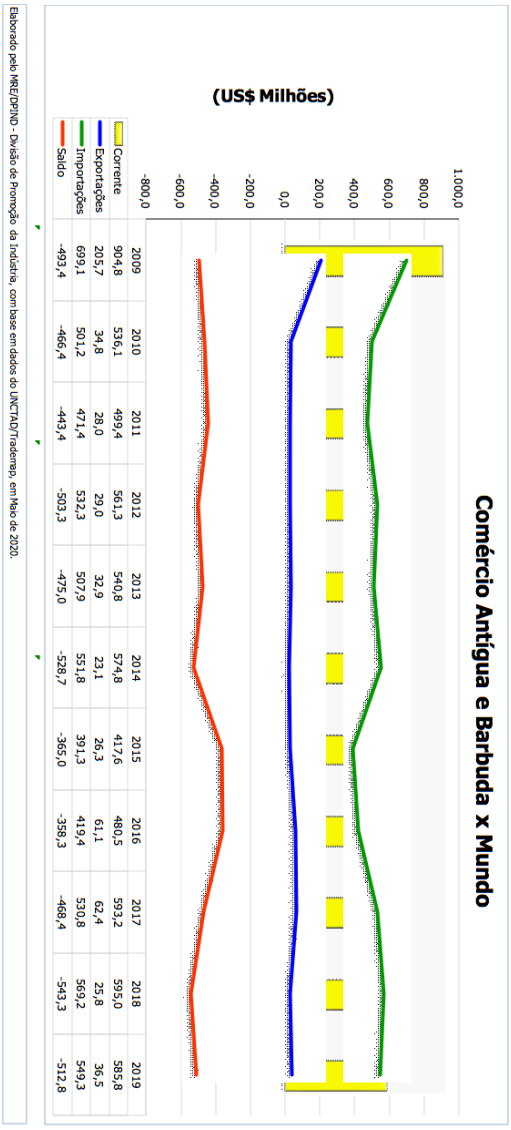


Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-abr)	Part. % no total	2020 (jan-abr)	Part. % no total
Importações				
Máquinas mecânicas	0,02	50,0%	0,01	52,2%
Máquinas elétricas	0,01	27,8%	0,01	30,4%
Obras de ferro ou aço	0,002	5,6%	0,001	4,3%
Subtotal	**0,03**	**83,3%**	**0,02**	**87,0%**
Outros produtos	**0,01**	**16,7%**	**0,00**	**13,0%**
Total	**0,04**	**100,0%**	**0,02**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

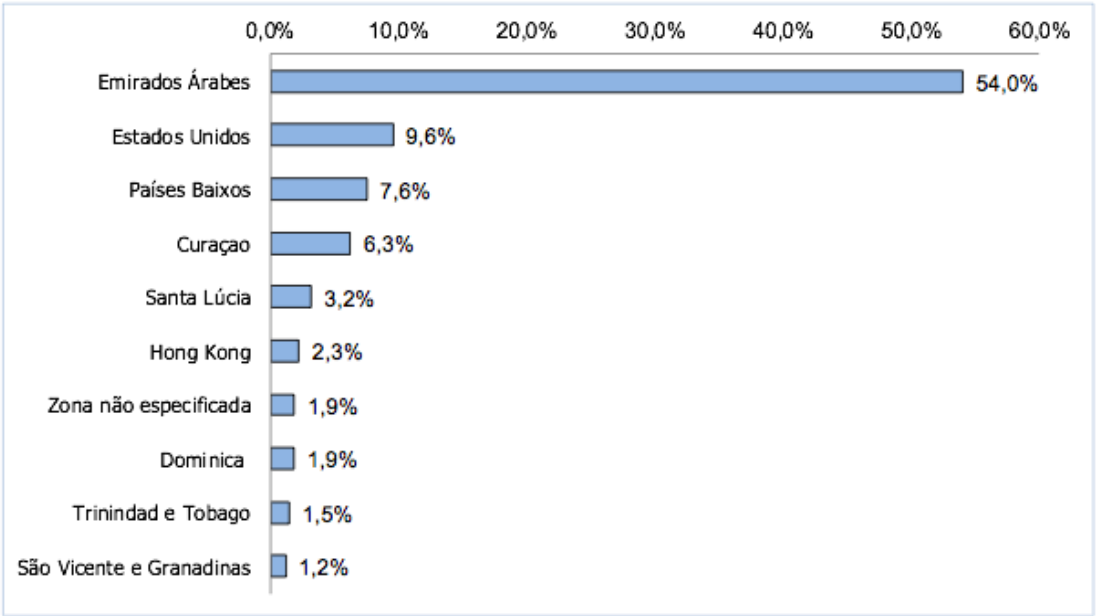

Comércio Antígua e Barbuda x Mundo
(US$ Milhões)
1.000,0
800,0
600,0
400,0
200,0
0,0
-200,0
-400,0
-600,0
-800,0
Corrente
Exportações
Importações
Saldo
2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019
904,8 536,1 499,4 561,3 540,8 574,8 417,6 480,5 593,2 595,0 585,8
205,7 34,8 28,0 29,0 32,9 23,1 26,3 61,1 62,4 25,8 36,5
699,1 501,2 471,4 532,3 507,9 551,8 391,3 419,4 530,8 569,2 549,3
-493,4 -466,4 -443,4 -503,3 -475,0 -528,7 -365,0 -358,3 -468,4 -543,3 -512,8
Elaborado pela MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

Principais destinos das exportações de Antígua e Barbuda
US$ Milhões

Países	2019	Part.% no total
Emirados Árabes	19,73	54,0%
Estados Unidos	3,50	9,6%
Países Baixos	2,78	7,6%
Curaçao	2,30	6,3%
Santa Lúcia	1,18	3,2%
Hong Kong	0,84	2,3%
Zona não especificada	0,70	1,9%
Dominica	0,69	1,9%
Trinindad e Tobago	0,56	1,5%
São Vicente e Granadinas	0,44	1,2%
...		
Brasil (32º lugar)	**0,03**	0,1%
Subtotal	**32,73**	**89,7%**
Outros países	**3,77**	**10,3%**
Total	**36,50**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

10 principais destinos das exportações

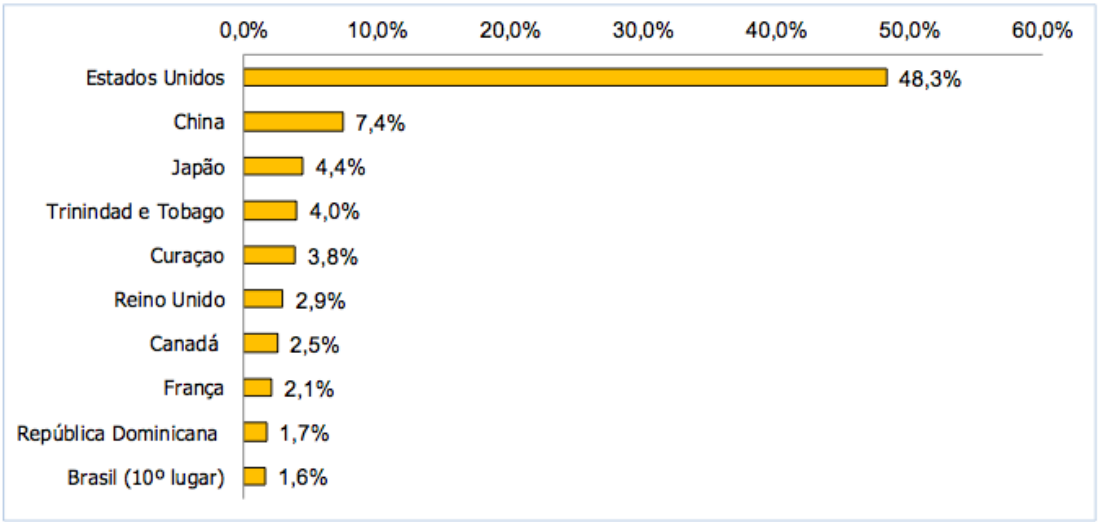


Principais origens das importações de Antígua e Barbuda
US$ Milhões

Países	2019	Part.% no total
Estados Unidos	265,19	48,3%
China	40,80	7,4%
Japão	24,41	4,4%
Trinindad e Tobago	21,92	4,0%
Curaçao	21,15	3,8%
Reino Unido	16,12	2,9%
Canadá	13,65	2,5%
França	11,41	2,1%
República Dominicana	9,31	1,7%
Brasil (10º lugar)	**8,71**	**1,6%**
Subtotal	**432,65**	**78,8%**
Outros países	**116,63**	**21,2%**
Total	**549,28**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

10 principais origens das importações

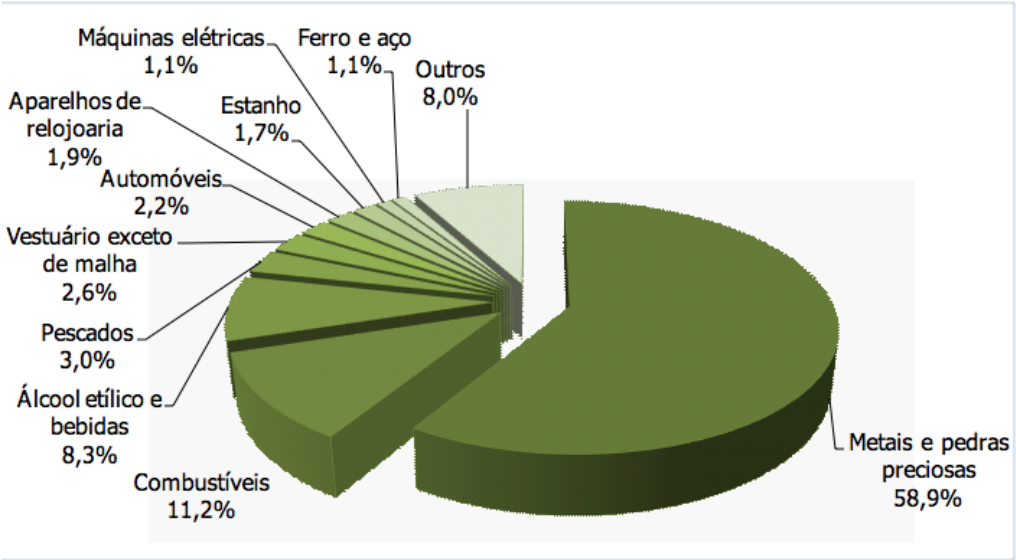


Composição das exportações de Antígua e Barbuda
US$ Milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Metais e pedras preciosas	21,49	58,9%
Combustíveis	4,10	11,2%
Álcool etílico e bebidas	3,04	8,3%
Pescados	1,09	3,0%
Vestuário exceto de malha	0,93	2,6%
Automóveis	0,80	2,2%
Aparelhos de relojoaria	0,71	1,9%
Estanho	0,63	1,7%
Máquinas elétricas	0,39	1,1%
Ferro e aço	0,39	1,1%
Subtotal	**33,57**	**92,0%**
Outros	**2,93**	**8,0%**
Total	**36,50**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

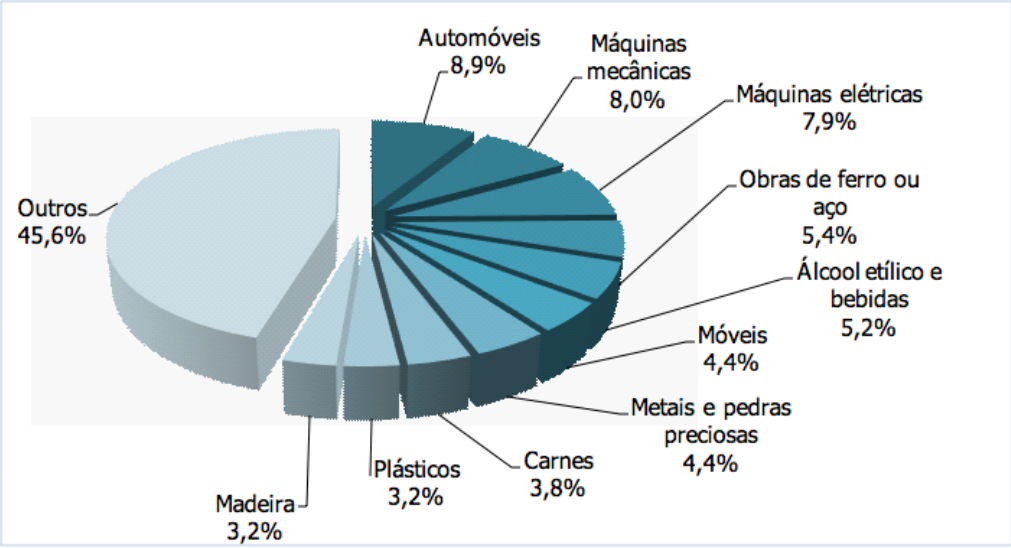


Composição das importações de Antígua e Barbuda
US$ Milhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Automóveis	48,78	8,9%
Máquinas mecânicas	43,79	8,0%
Máquinas elétricas	43,24	7,9%
Obras de ferro ou aço	29,66	5,4%
Álcool etílico e bebidas	28,78	5,2%
Móveis	24,39	4,4%
Metais e pedras preciosas	24,28	4,4%
Carnes	20,84	3,8%
Plásticos	17,79	3,2%
Madeira	17,36	3,2%
Subtotal	**298,90**	**54,4%**
Outros	**250,39**	**45,6%**
Total	**549,28**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Antígua e Barbuda

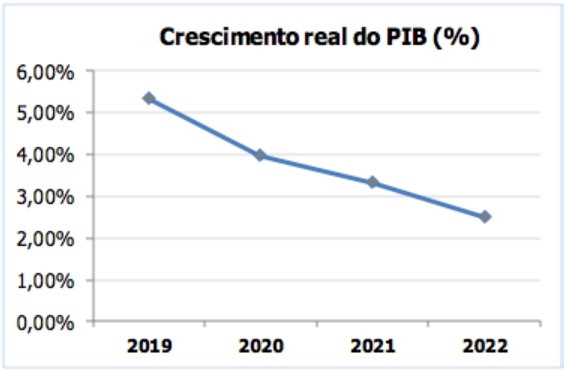
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	5,33%	3,98%	3,31%	2,50%
PIB nominal (US$ bilhões)	1,63	1,72	1,81	1,89
PIB nominal "per capita" (US$)	17.636	18.416	19.199	19.859
População (milhões habitantes)	0,09	0,09	0,09	0,10
Desemprego (%)	n.d	n.d	n.d	n.d
Inflação (%)(2)	2,23%	2,01%	2,01%	2,01%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,75%	-3,50%	-3,71%	-3,87%

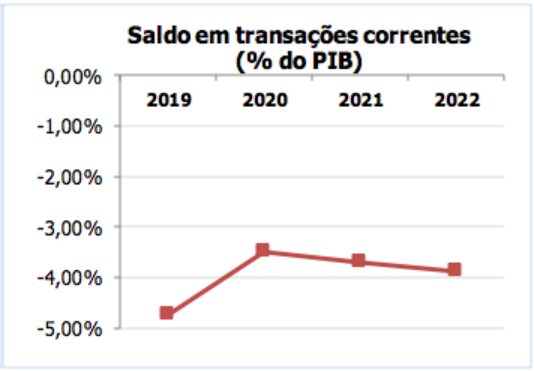
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, consultados em Maio 2020

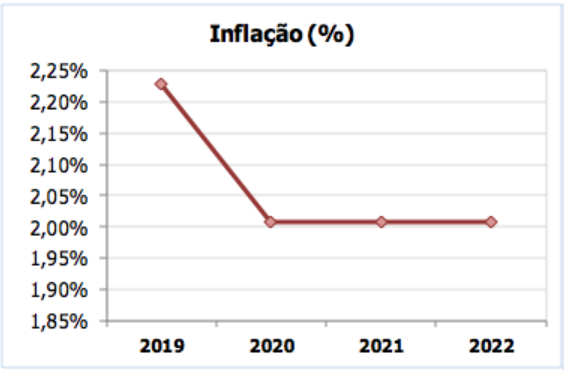
(n.d.) Dado não disponível.

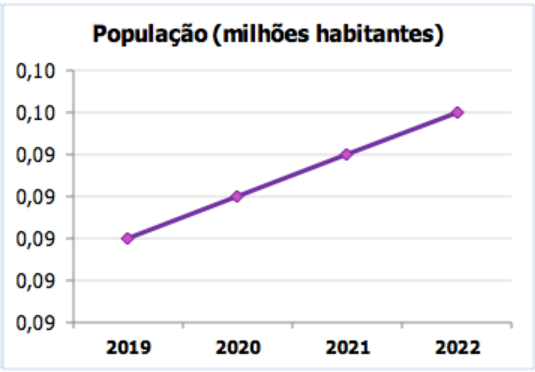
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









EMBAIXADA DO BRASIL EM BASSETERRE

RELATÓRIO DE GESTÃO (2013 - 2019)

EMBAIXADOR DOUGLAS WANDERLEY DE VASCONCELLOS

Estabelecida pelo Decreto n° 6.774, de 22/02/2009, a Embaixada do Brasil em Basseterre foi chefiada pelo embaixador Miguel Júnior França Chaves de Magalhães, de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2013, e pelo embaixador Douglas Wanderley de Vasconcellos, de setembro de 2013 a agosto de 2019. Nos períodos restantes, funcionários do Serviço Exterior Brasileiro exerceram as funções de encarregados de negócios. As atividades do posto foram encerradas em agosto de 2019.

2. Na sabatina no Senado Federal, em 2013, duas justificativas sustentavam a missão: (a) a liderança regional do então primeiro-ministro Denzil Douglas; e (b) a cooperação bilateral em matéria penal e combate a ilícitos transnacionais. Essas eram as circunstâncias vislumbradas da representação e do trabalho substantivo para a Embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis.

3. Ao longo dos primeiros três anos à frente da Embaixada, múltiplas possibilidades de cooperação técnica foram aventadas, mas as iniciativas não tiveram continuidade por restrições orçamentárias conjunturais.

4. Identificam-se, como pontos estratégicos para as relações bilaterais, a tramitação de lista adicional de produtos beneficiários de São Cristóvão e Névis, no âmbito da ALADI; o desenvolvimento de cooperação esportiva; capacitação técnica em uso do solo; e realização do II Curso para Diplomatas do Caribe.

POLÍTICA EXTERNA

5. São Cristóvão e Névis é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO). Merece destaque a cooperação com parceiros como Cuba, Taiwan e União Europeia. O país também é membro da Petrocaribe, aliança em matéria petroleira entre alguns países do Caribe e a Venezuela.

6. No plano multilateral, a política conduzida pelo primeiro-ministro Timothy Harris priorizou as seguintes áreas temáticas: (a) promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo; e (b) questões climáticas e ambientais, nas quais se incluem mecanismos de financiamento, adaptabilidade, conversões de matrizes energéticas, energias renováveis, mudança ambiental, cooperação e transferências de tecnologia, assim como modalidades de crédito e compensação.

7. Cabe ressaltar o pleito são-cristovense de acesso facilitado a instrumentos creditícios públicos internacionais e a rejeição a conceitos vigentes de graduação de países com base em metodologias de renda per capita, enquadramento que dificulta crédito concessional disponível a Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento.

POLÍTICA INTERNA

8. A Federação de São Cristóvão e Névis organiza-se de acordo com o modelo parlamentarista, sob uma monarquia constitucional cuja chefe de Estado é a rainha

Elizabeth II, representada por um governador-geral. A ilha de Névis dispõe de considerável grau de autonomia.

9. Os partidos políticos de São Cristóvão são o *People's Action Movement,* o *People's Labour Party* e o *Saint Kitts and Nevis Labour Party*. Em Névis, há dois partidos políticos: *Concerned Citizens Movement e o Nevis Reformation Party*.

10. As eleições de fevereiro de 2015 foram vencidas pela coalizão *Team Unity*. A coalizão conquistou 7 das 11 cadeiras no parlamento, e seu líder, Timothy Harris, foi empossado como novo primeiro-ministro da Federação. A vitória da *Team Unity* pôs fim ao mandato de Denzil Douglas, que governara o país por cerca de 20 anos.

11. Ao assumir suas funções, Timothy Harris prometeu "tranquilidade, suavidade e rapidez nos ajustes", com vistas a acalmar investidores quanto ao perfil pretendido de governo, que seria amigável e receptivo aos negócios.

ECONOMIA

12. Nos últimos anos, a economia tem experimentado diversificação, com o aumento da participação do turismo, serviços financeiros e indústrias leves na formação do PIB. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, mas o setor financeiro *offshore* vem adquirindo relevância, sobretudo em Névis.

13. Até 2011, São Cristóvão e Névis tinha alto índice de endividamento público em relação ao PIB, de quase 200%. Além de realizar acordo com o Fundo Monetário Internacional, o governo iniciou a renegociação da dívida pública de US$ 1,1 bilhões. Um desconto de 50% do valor nominal dos títulos antigos foi aceito por 96% dos credores, os quais receberam novos títulos com 20 anos de maturidade. Alguns países perdoaram a totalidade ou grande parte da dívida oficial.

14. O acordo *stand-by* com o FMI, no valor de US$ 80,7 milhões, ocasionou a introdução de imposto sobre valor agregado de 17% e elevou substancialmente as tarifas de eletricidade, combustível e internet.

EMBAIXADA DO BRASIL EM KINGSTOWN

RELATÓRIO DE GESTÃO (2016 - 2019)

EMBAIXADOR ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO

Estabelecida pelo Decreto 6.776, de 22 de fevereiro de 2009, a Embaixada do Brasil em Kingstown foi chefiada pelo embaixador Renato Xavier, de 19 de janeiro de 2010 a 14 de julho 2012, pelo embaixador Michael Francis de Maya Monteiro Gepp, de 17 de julho de 2012 a 7 de julho 2014, e pelo embaixador Antonio José Rezende de Castro, de 10 de janeiro de 2016 a 15 de junho de 2019. Nos demais anos, funcionários do Serviço Exterior Brasileiro exerceram a função de encarregado de negócios. Este relatório refere-se ao período de gestão do embaixador Antonio José Rezende de Castro, encerrado em junho de 2019.

2. As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizaram-se por diálogo fluido e aproximação em matéria de cooperação. Ainda que a abertura da embaixada brasileira em Kingstown, em 18 de fevereiro de 2009, tenha contribuído para a ampliação da agenda com o país, a intensificação no relacionamento insere-se em processo mais abrangente de aproximação política e econômica com a região do Caribe, impulsionada pela realização da I Cúpula Brasil–CARICOM, em 26 de abril de 2010, em Brasília, que contou com a participação de 10 dos 14 chefes de governo da CARICOM, dentre eles, o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves. A realização da cúpula ampliou as expectativas de tais países com relação à manutenção do diálogo de alto nível e do aporte de recursos de cooperação. No entanto, diante de cenário de restrições orçamentárias, sobretudo a partir de 2011, o Brasil passou a enfrentar dificuldades para dar continuidade a ações concretas no Caribe.

3. Mais recentemente, o governo Gonsalves buscou novo adensamento de suas relações com o Brasil. Nesse sentido, merece destaque o interesse em receber iniciativa de cooperação na área de esportes, especialmente futebol. Trata-se de área na qual nenhum outro país com embaixada residente em Kingstown possui tradição.

4. Segundo autoridades locais, o futebol é o esporte mais popular em São Vicente e Granadinas, tendo superado o críquete, e que tem despertado interesse em maior grau junto à população feminina, inclusive como fator de coesão social. Nesse contexto, solicitou-se apoio da embaixada para custear despesas de acomodação de técnico brasileiro, que seria contratado para atuar junto à seleção sub-20 vicentina. Aludiu-se, ainda, a outras modalidades de apoio ao desenvolvimento do futebol, a exemplo da realização de "workshops" sobre a administração e organização do futebol e a preparação de jovens desportistas.

5. Ainda no que se refere à cooperação bilateral, autoridades locais sublinharam o interesse vicentino em desenvolver programas de assistência técnica para cultivo de flores e pecuária, com ênfase em três subgrupos: bovinos, com ênfase em inseminação artificial; e ovinocultura (ovelhas barriga negra).

6. De 5 a 8 de maio de 2018, a operação CARIBEX 2018, constituída pelos navios-patrulha Macau, Bocaina e Graúna, visitou São Vicente e Granadinas, na primeira missão da marinha

brasileira ao país desde a abertura da Embaixada do Brasil em Kingstown. Foi oferecida recepção a bordo do navio Bocaina, com a presença do primeiro-ministro Ralph Gonsalves. Da programação constaram, ainda, visitas públicas aos navios e visitas protocolares às autoridades do país, além de atividades de cunho social.

POLÍTICA EXTERNA

7. São Vicente e Granadinas procura manter-se alinhado aos esforços integracionistas de toda a região, sendo membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Associação dos Estados do Caribe e da Organização dos Estados do Caribe Oriental. Participa do grupo de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e, em 2009, tornou-se membro da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA). O país também é membro da "Commonwealth".

8. O governo vicentino tem mantido relacionamento próximo a países desenvolvidos, como o Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Taiwan. Ao mesmo tempo, tem buscado estreitar relações com novos parceiros, entre os quais se insere o Brasil. Ademais, é a favor da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com aumento no número de membros permanentes e não permanentes.

9. Em 2018, em pronunciamento perante a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o primeiro-ministro Ralph Gonsalves reconheceu a urgência em promover reformas no sistema multilateral, mas ponderou que a ONU segue sendo a única instituição com autoridade e capacidade de facilitar a cooperação em nível global. Sobre mudança do clima, o pronunciamento de Gonsalves na AGNU destacou a situação particular dos pequenos estados insulares em desenvolvimento, criticando os grandes emissores de gases de efeito, que ignoram as metas de redução.

10. São Vicente e Granadinas conquistou assento não permanente no CSNU, na vaga reservada ao GRULAC para o biênio 2020/21. São Vicente e Granadinas é o menor (389 km²) e menos populoso (110 mil habitantes) Estado-membro a ser eleito para assento não permanente no CSNU. Esse fato tem sido celebrado como sinal de prestígio multilateral do país e considerado uma conquista de toda a CARICOM.

11. A capilaridade da ação diplomática vicentina é reduzida. O país possui pequena rede de postos diplomáticos, nenhum deles na África, Ásia ou Oriente Médio. Com o fechamento da embaixada do Brasil, apenas Cuba e Venezuela possuem embaixadas residentes em Kingstown. A missão da República da China (Taiwan) também conta com representação no país, com estatuto idêntico ao de embaixada.

POLÍTICA INTERNA

12. São Vicente e Granadinas é uma democracia parlamentar sob monarquia constitucional e tem a Rainha Elizabeth II como chefe de estado, representada localmente pela governadora-geral, Susan Dougan. O atual primeiro-ministro, Ralph Gonsalves, exerce seu quarto mandato e é líder político do Unity Labour Party (ULP) - um dos dois partidos políticos com representação parlamentar, em sistema unicameral; o outro partido é o New Democratic Party (NDP). As últimas

eleições nacionais foram realizadas em dezembro de 2015, quando o ULP conquistou 8 das 15 cadeiras no parlamento.

13. Gonsalves aposta na diversificação econômica, no funcionamento do aeroporto internacional de Argyle, inaugurado em 2017, e na atração de novos parceiros econômicos e de cooperação para consolidar os avanços econômicos e sociais obtidos, enquanto tenta manter sob controle a crescente insatisfação popular.

14. O NDP não reconheceu o resultado das eleições de 2015, o que deu origem a forte embate entre as forças políticas internas durante toda a gestão do embaixador Antonio José Rezende de Castro.

ECONOMIA

15. São Vicente e Granadinas conta com base econômica reduzida, concentrada no setor agrícola. O endividamento do país continua alto, próximo a 80% do PIB, contra uma meta de 60% estabelecida pela CARICOM e que faz parte dos esforços de médio prazo do país (que busca alcançar esse patamar em 2030).

16. O país tem uma das maiores cargas fiscais e gastos salariais em proporção ao PIB na União Monetária do Caribe Oriental (ECCU). Missão do FMI recomendou, no final de 2018, limitação de 3,5% a.a. para o crescimento desses gastos, além do estabelecimento de teto de 3,9% do PIB para despesas de capital.

17. O crescimento econômico do país em 2018 foi de 2,163%, dentro do projetado. Nesse mesmo ano, a inflação se manteve entre 2% e 3%, contrariando a expectativa anterior de queda para 1,5%. Um dos principais problemas de São Vicente e Granadinas continua sendo, entretanto, o desemprego, que apresenta taxa global de 25% e, na faixa de 15 a 35 anos de idade, de quase 50%.

18. O setor financeiro mantem-se estável, apesar da vulnerabilidade na área não bancária (cooperativas de crédito e companhias de seguro). O governo vicentino aprovou legislação que inviabiliza, na prática, as operações de empresas ‘offshore’ no país, o que tem sido louvado como esforço no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

19. O turismo contribui com cerca de 25% do PIB de São Vicente e Granadinas. A entrada em operação do aeroporto internacional de Argyle ampliou consideravelmente o fluxo de turistas, com marcado efeito multiplicador sobre a economia local.

EMBAIXADA DO BRASIL EM SAINT JOHN'S

RELATÓRIO DE GESTÃO (2011 - 2018)

EMBAIXADOR RAUL CAMPOS E CASTRO

Estabelecida pelo Decreto n.° 6.777, de 22 de fevereiro de 2009, a Embaixada do Brasil em Saint John's foi chefiada pelo embaixador Brian Michael Fraser Neele, de 20 de janeiro de 2010 a 18 de maio de 2011, e pelo embaixador Raul Campos e Castro, de 15 de dezembro de 2011 a 4 de dezembro de 2018. Nos demais períodos, servidores do Serviço Exterior Brasileiro exerceram a encarregatura de negócios, até o fechamento do Posto, em março de 2019. Este relatório refere-se ao período de gestão do embaixador Raul Campos e Castro, encerrado em dezembro de 2018, bem como à encarregatura de negócios exercida pela conselheira do quadro especial da carreira de diplomata, Eliane Gama e Abreu de Andrade, até março de 2019.

2. As relações bilaterais caracterizam-se pelo diálogo cordial e pela aproximação, sobretudo a partir da abertura da embaixada residente em Saint John's (2009) e da Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, 2010).

3. O Brasil é visto com simpatia pela população das ilhas gêmeas e há especial identificação com as expressões culturais do futebol e do carnaval.

4. Durante o período em que funcionou, a embaixada em Saint John's foi instrumento para a ampliação e aprofundamento da agenda bilateral, havendo intermediado a negociação de acordos, como os de Cooperação Educacional (2010); Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (2010); Cooperação em Matéria de Defesa (2014); e Isenção de Vistos de Turismo e Negócios (2014).

5. A embaixada participou da organização da bem sucedida primeira visita ao Brasil do primeiro-ministro Gaston Browne. Na ocasião, Browne assistiu à partida final da Copa do Mundo de 2014 e participou do Encontro Presidencial Brasil–China–Quarteto da CELAC-Países da América do Sul-México, na qualidade de presidente pro tempore da CARICOM.

6. Em 2017, a embaixada acompanhou o debate entre a situação e a oposição a respeito da suposta utilização de banco offshore antiguano para o pagamento de favores pela construtora brasileira Odebrecht a autoridades locais.

7. Em 2019, no contexto de renovada estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental, que busca compatibilizar a presença na área com a otimização e racionalização dos recursos disponíveis, as atividades da embaixada em Saint John's foram encerradas. Ao comunicar ao governo antiguano a referida decisão, a embaixada manifestou a intenção do governo brasileiro de preservar a solidariedade e a amizade que caracterizam o relacionamento bilateral. Expressou também o propósito de intensificação e aprofundamento das iniciativas que conformam o patrimônio conjunto das relações entre os dois países. Em resposta, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional e Imigração manifestou o firme interesse do governo antiguano

de aprofundar o relacionamento e de seguir promovendo a cooperação mútua em todos os setores.

Cooperação técnica

8. A cooperação técnica é uma das dimensões mais importantes do relacionamento do Brasil com o Caribe. O Programa Bilateral Brasil-Antígua e Barbuda tem como marco jurídico a assinatura do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre ambos os governos, em 17 de agosto de 1982. Sob sua égide, desenvolveram-se, com apoio da embaixada, projetos de cooperação técnica no âmbito bilateral até 2015. As iniciativas sofreram redução a partir daquele ano, devido a diversos fatores, entre os quais a escassez de recursos orçamentários brasileiros.

9. Realizou-se em 2019, em Bridgetown, Barbados, o *workshop* "Compartilhando Experiências Nacionais em Acesso e Repartição de Benefícios da Biodiversidade: O Caso Brasileiro". Participaram representantes de oito países caribenhos, inclusive Antígua e Barbuda. O curso teve por objeto o aprimoramento da regulamentação do acesso a recursos genéticos e de sua exploração sustentável. A partir da experiência brasileira, os países envolvidos tiveram a oportunidade de compartilhar conhecimentos sobre o tema e identificar áreas passíveis de iniciativas de cooperação.

Defesa

10. A embaixada apoiou as negociações que levaram à assinatura, em 2014, do Acordo-Quadro de Cooperação na Área de Defesa, por ocasião da visita ao Brasil do ex-ministro da Defesa antiguano, Errol Cort. O documento prevê parceria em pesquisa e desenvolvimento, compartilhamento de conhecimentos, ações conjuntas de treinamento, apoio logístico e aquisição de produtos.

11. Em 2014, o navio de transporte Almirante Saboia aportou em Saint John's. Durante sua estadia, foram realizados, com apoio e acompanhamento da embaixada, programas esportivos e de ação comunitária conjunta por parte da tripulação e de membros das forças antiguanas.

12. Em 2015, foi realizada visita operativa dos navios patrulhas Bracuí, Bocaina e Macau, no âmbito da Comissão CARIBEX. Em 2017, novamente no âmbito da CARIBEX, navios patrulha visitaram Antígua. Na ocasião, o Comandante da Flotilha manteve encontro protocolar com o chefe das Forças de Defesa de Antígua e Barbuda, Coronel Sir Trevor A. Thomas. Militares brasileiros realizaram também a pintura de edifício do complexo hospitalar Clarevue, em contexto de projeto de assistência à comunidade local.

Cooperação energética

13. A geração elétrica em Antígua e Barbuda depende de combustível importado, o que torna seu preço ao consumidor um dos mais caros da região. O petróleo refinado, fornecido majoritariamente pelos EUA (63%), representa 14% do total de importações. O país integra também a iniciativa Petrocaribe.

14. A embaixada acompanhou os esforços dos membros da CARICOM e especialmente de Antigua e Barbuda para ampliar a participação de fontes renováveis em suas matrizes energéticas. Nesse contexto, sempre indicou às autoridades locais a

permanente disposição do Brasil de compartilhar sua experiência nesse tema, sobretudo nas áreas de biocombustíveis e aproveitamento hidrelétrico.

A dívida antiguana com o Brasil

15. Em 2011, Brasil e Antígua e Barbuda firmaram Memorando de Entendimento sobre a renegociação da dívida antiguana (US$ 20 milhões), seguindo fórmula adotada entre o país e credores reunidos no Clube de Paris em 2010 (reescalonamento, sem perdão). O contrato de reestruturação de dívida não chegou a ser assinado, e, em 2017, o país indicou que não reconheceria a dívida com o Brasil, alegando que esta teria sido contraída pelo governo anterior, e que teria havido ruptura de contrato em 1982 por parte do Brasil, que fez desembolso apenas parcial do crédito previsto. Na visão brasileira, essas alegações não eliminam a obrigação antiguana de pagar a parte do crédito recebida, e o governo brasileiro espera que o tema possa ser encaminhado no âmbito do Clube de Paris, onde busca atuar de modo a favorecer tratamento adequado à dívida antiguana.

Comunidade brasileira

16. A embaixada em Saint John's não logrou identificar brasileiros residentes no país. Viajantes brasileiros passaram pelo país em turismo esporádico de curta duração, muitas vezes a bordo de navios de cruzeiro ou de embarcações particulares de menor porte.

Comércio bilateral

17. Em 2018, a corrente de comércio bilateral registrou importante crescimento, tendência que se repetiu em 2019. As exportações brasileiras para Antígua e Barbuda aumentaram 222% de 2017 para 2019, saindo de US$ 7,7 milhões para um total de US$ 24,8 milhões.

18. Produtos brasileiros competitivos, como carne de frango e bovina, são adquiridos pela população por meio de conexões comerciais geralmente com os Estados Unidos. Nesse contexto, a embaixada atuou junto a diversas autoridades do governo e à mídia local a fim de prestar esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo governo brasileiro no contexto de irregularidades apontadas na operação Carne Fraca (2017).

POLÍTICA EXTERNA

19. Antígua e Barbuda é país membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO). Os Estados Unidos são seu maior parceiro comercial. Reino Unido e Canadá, por sua vez, são as principais fontes de investimentos para o setor de turismo e dos fluxos de turistas.

20. Merecem destaque a cooperação bilateral com países como Japão (bolsas de estudo e aparelhamento do complexo pesqueiro), Cuba (bolsas de estudo, assistência médica e de engenharia hidráulica e de transportes), Venezuela (Petrocaribe e aportes financeiros para programas sociais) e China (bolsas de estudo, investimentos, cooperação e empréstimos para obras públicas).

Venezuela

21. A embaixada acompanhou o aprofundamento das relações com a Venezuela, particularmente relevantes em razão da dependência do petróleo daquele país. Antigua e Barbuda aderiu à iniciativa Petrocaribe, em 2005, e à Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), em 2009.

22. Em 2006, a PDVSA e a PDV Caribe Antígua & Barbuda assinaram contrato de fornecimento de combustíveis. O esquema permitiu compra de combustíveis através de empréstimos amortizados no prazo de 25 anos, a juros de 2%.

23. Antígua e Barbuda e Venezuela assumiram, por intermédio da PDVSA, o controle da refinaria de St. John's, de propriedade da West Indies Oil Company (WIOC). Em março de 2015, a então chanceler da Venezuela, Delcy Rodriguez, assinou com o primeiro-ministro Gaston Browne acordo para aquisição, pela Venezuela, de 25% de participação no capital da WIOC.

China

24. Antígua e Barbuda foi o primeiro país do Caribe Oriental a estabelecer relações diplomáticas com a China. O primeiro-ministro Browne realizou visita oficial àquele país em agosto de 2014. Na ocasião, foi negociado pacote de medidas de apoio ao desenvolvimento e assinados acordos de cooperação financeira, econômica, técnica e educacional.

25. Ao longo de seu período de funcionamento, a embaixada pôde observar o crescimento dos investimentos chineses. A China é o maior investidor em infraestrutura e financiou a construção do novo aeroporto de Saint John’s. A obra representou significativo avanço em infraestrutura aeroportuária. Estima-se que o terminal, com capacidade inicial de 1,5 milhão de passageiros por ano, esteja apto a atender ao fluxo turístico esperado para os próximos 30 anos.

26. No final de 2016, o governo de Antígua e Barbuda recebeu empréstimo chinês de US$ 100 milhões para a primeira fase das obras de revitalização do porto de Saint John's. O projeto, no valor total de US$ 200 milhões, é financiado pelo Eximbank chinês, com execução a cargo da *China Civil Engineering Construction Corporation*. Adicionalmente, o governo chinês construiu a sede da Universidade de Antígua (parte da *West Indies University*), com aporte de US$ 50 milhões.

27. Em outubro de 2016, foi anunciada a doação de US$ 19 milhões no âmbito de ações de cooperação nas áreas de emergência e desastres naturais, recursos hídricos, eletricidade e esportes.

28. Em 2018, Antígua e Barbuda assinou memorando de entendimento no âmbito da iniciativa *Silk Road Economic Belt*, tornando-se um dos primeiros países do Caribe Oriental a integrar-se à iniciativa. O memorando visa a promover o intercâmbio de mercadorias, tecnologia, capital e pessoas, bem como a expansão do financiamento chinês a novos projetos de infraestrutura.

POLÍTICA INTERNA

29. A embaixada acompanhou e relatou atentamente a dinâmica da política interna de Antígua e Barbuda, regime parlamentar no qual a Rainha Elizabeth II (chefe de Estado) é representada localmente pelo governador-geral, enquanto o primeiro-ministro exerce a função de chefe de Governo.

30. Em 2014, o *Antigua Labour Party* (ALP) retornou ao poder, quando logrou vitória sobre o *United Progressive Party* (UPP), nas eleições gerais, conquistando 14 dos 17 assentos da Câmara Baixa. Gaston Browne, líder do partido desde 2012, foi então escolhido como primeiro-ministro, sucedendo Baldwin Spencer, do UPP. Dez anos antes, em 2004, a posse de Baldwin Spencer, havia colocado fim ao domínio de 60 anos da família Bird em Antígua e Barbuda.

31. A embaixada acompanhou de perto a realização, em 2018, de referendo proposto pelo governo para retirar do "*Judicial Committee of the Privy Council*", sediado em Londres, a competência de tribunal final de apelação para questões do país, e atribuir essa função à Corte Caribenha de Justiça, em Trinidad. De um total de 52.999 eleitores registrados, apenas 17.743 compareceram às urnas. Desse número, 52,07% (9.234) votaram contra a medida e 47,96% (8.509), a favor. Considerando o resultado da consulta, ficou decidido que o país permaneceria atrelado à Corte de Apelação do Reino Unido.

Eleições de 2018

32. A embaixada também observou e relatou o processo eleitoral de março de 2018. No pleito, o ALP obteve vitória em 16 das 17 circunscrições eleitorais, enquanto o partido de oposição UPP saiu vitorioso em apenas uma. Contribuíram para tanto os esforços da administração Browne para, em seu primeiro termo de governo (2014-2018), atrair investimentos internacionais e reduzir passivos financeiros.

ECONOMIA

33. A economia antiguana depende fortemente do turismo, que responde por 60% do PIB e por 40% dos investimentos. A produção agrícola é voltada sobretudo para o mercado interno e sofre com a escassez de água e de mão de obra.

34. Na década de 1990, o país enfrentou período de recessão, após três décadas de crescimento impulsionado pelo turismo. A passagem do furacão Luis, que atingiu a ilha em 1995, afetou severamente o setor turístico, e o PIB registrou recuo de 5%.

35. Em 2008, a economia antiguana foi duramente atingida pela crise econômica internacional, com queda significativa em receitas provenientes do turismo. A partir de então, a economia recuou 12% em 2009; 7,5% em 2010; e 1,95% em 2011.

36. A embaixada pôde observar e relatar o ciclo de recuperação iniciado em 2012, quando o país cresceu 3,3%. Após recuo de 0,5% em 2013, Antígua e Barbuda cresceu 3,8% (2014), 3,8% (2015), 5,5% (2016), 3,1% (2017) e 7,4% (2018).

37. Apesar da pouco numerosa população (aproximadamente 96 mil habitantes), o país destaca-se por elevada renda per capita (US$ 26.400). Os investimentos estrangeiros em infraestrutura e as remessas de residentes no exterior constituem parte importante do PIB.

38. A embaixada acompanhou algumas das dificuldades estruturais da economia antiguana. Uma delas diz respeito à insuficiência de água e de eletricidade. O período anual de estiagem, especialmente durante os anos marcados pelo fenômeno *El Niño*, gera pesado ônus. Este decorre da necessidade de aumentar o volume de produção de água dessalinizada (para produção de alimentos e consumo humano e animal), dependente de usinas movidas (assim como as termelétricas) a combustível importado.

39. A situação foi agravada pela passagem do furacão Irma, que causou prejuízos estimados em 9% do PIB. Levantamento preliminar estima que mais de 95% das construções, sistemas de telecomunicações, linhas de transmissão de energia e demais infraestruturas básicas de Barbuda tenham sido comprometidos. Nesse cenário, foi necessário proceder à completa evacuação da ilha.

40. Os custos de reconstrução foram estimados, à época, em 15% do PIB. Consequentemente, a razão dívida/PIB aumentou para 87% (2017), acima da meta de 60% estipulada pela *Eastern Caribbean Currency Union*.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PARA SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS

(CUMULATIVIDADE COM A EMBAIXADA EM BRIDGETOWN /BARBADOS)

EMBAIXADORA VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI

PERFIL DA CANDIDATA



Nascida em 29/05/1952 em Belém/PA, a Ministra de Segunda Classe Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti é graduada em Letras – Português e Inglês - pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará.

Ingressou na carreira diplomática em 1976. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1982 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2003, com a tese *"A Identificação de Oportunidades Comerciais no Mercado Exterior - As Empresas de Menor Porte e a BRAZILTRADENET".*

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assistente da Divisão de Agricultura e Produtos de Base entre 1977 e 1982, quando passou a trabalhar na Divisão de Transportes e Comunicações. Entre 1985 e o início de 1989, colaborou com a Divisão da Associação Latino-Americana de Integração. Ao retornar ao Brasil em 1995, trabalhou como assessora no Departamento de Promoção Comercial e posteriormente chefiou a Divisão de Informação Comercial até ser removida em 1999. Em 2008, retornou ao Brasil como Coordenadora-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

No exterior, serviu na Delegação Permanente junto à ALADI, em Montevidéu, entre 1989 e 1992, quando foi removida para a Embaixada em Madri como Primeira-Secretária. Em 1999, atuou como Cônsul-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Los Angeles. Em 2003, serviu como Conselheira na Embaixada em Assunção. Em 2005, como Ministra-Conselheira na Embaixada em Seul. Em 2014, chefiou o Consulado-Geral em Caiena e desde 2020 é Embaixadora na Embaixada em Bridgetown.

A embaixadora Vera Lúcia Campetti é casada com Carlos Roberto Campetti e tem uma filha e um filho.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) 1

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

VISÃO

Ser reconhecida como promotora dos interesses políticos e econômicos e da cooperação do Brasil e dos brasileiros em São Cristóvão e Névis e região por meio de ação diplomática focada e atenta para as especificidades e desafios locais, aí incluída a reestruturação da estratégia brasileira para o Caribe, com o fechamento da sede física do Brasil em Basseterre e a transferência da cumulatividade para a embaixada em Bridgetown.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações, em coordenação com parceiros locais e internacionais, que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações com São Cristóvão e Névis e demais países do Caribe, articulando-se em rede regional que favoreça a interlocução brasileira em temas de interesse como a promoção de produtos e investimentos brasileiros e o estímulo a intercâmbios culturais, turísticos e esportivos.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar parcerias e a inserção econômica competitiva do Brasil em São Cristóvão e Névis e no Caribe, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil na região.
3. Oferecer serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios regionais e a capacidade de articulação local em temas multilaterais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais como a OEA, a CARICOM, a AEC e a OECO.
6. Intensificar a promoção dos produtos e de investimentos, trabalhar para ampliar redes e contatos locais, fluxos de turismo, serviços e negócios.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Ampliar as exportações brasileiras.

As exportações brasileiras para São Cristóvão e Névis vem-se reduzindo desde 2017. Em 2021, do total de US$3,1 milhões até agora vendido, o principal produto foi carne de aves, com o percentual de 77%. Há, portanto, margem para a ampliação de vendas pela diversificação da pauta exportadora.

2) Promover investimentos brasileiros.

As principais importações de São Cristóvão e Névis são combustíveis, o que aponta na direção da produção de energia alternativa, como um setor onde os investimentos podem servir como base de exportações de equipamentos e insumos do Brasil.

A área agrícola e de processamento de alimentos pode também constituir nicho para investimentos e aumento de vendas de produtos relacionados. Naturalmente, ambos os setores requerem análise de interesse por parte do setor produtivo e exportador brasileiro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Variação das exportações brasileiras, por volume e por preço;
2) Variação setorial dos investimentos brasileiros no país.
3) Variação setorial dos investimentos estrangeiros produtivos no Brasil.
4) Número de reuniões de estratégia econômica com parceiros dos setores público e privado.
5) Número anual de relatórios econômicos.

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Manter diálogo fluido e construtivo com as autoridades são-cristovenses colaborando para a manutenção de laços de amizade e cooperação política, de modo a ampliar a capacidade de articulação brasileira com as nações caribenhas nos foros regionais e multilaterais.
2) Do mesmo modo que Barbados, São Vicente e Granadinas e Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Névis participa das associações regionais, inclusive a Comunidade do Caribe (CARICOM), na qual os países caribenhos harmonizam posições e cooperam, coordenando a atuação conjunta nas instituições multilaterais.
3) Elaborar informes regulares sobre a situação política local.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos com autoridades locais e com atores relevantes do cenário político são-cristovense.
2) Número de relatórios produzidos sobre a situação local.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

Não há organismos regionais ou multilaterais com sede em São Cristóvão e Névis. Em Barbados, onde se situa a embaixada, há representações da ONU, OPAS, OEA com as quais a embaixada interage para promover os interesses brasileiros nos países da representação cumulativa. Nesse contexto, a meta é fortalecer a interlocução em temas específicos do interesse brasileiro no Caribe.

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Número de reuniões e contatos mantidos.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Fortalecer a imagem do Brasil nos meios culturais locais e entre a população em geral, a partir de atividades desenvolvidas via internet, a partir de Barbados, dada a situação de representação à distância, e presencialmente quando recomendável. *Aproveitar, por exemplo, datas especiais para a realização de eventos culturais virtuais, com filmes, músicas, danças típicas e mostras fotográficas, inclusive da arquitetura brasileira.*

2) Procurar identificar eventual interesse dos clubes brasileiros para o oferecimento de cooperação para as organizações esportivas locais.
Na área de esportes, principalmente o futebol, que é muito popular no Caribe, onde os times brasileiros são admirados e congregam muitos fãs, há muito interesse nesse tipo de iniciativa. Já houve algumas iniciativas que poderiam ser retomadas, como o custeio de estágio esportivo de atletas são-cristovenses em clube brasileiro, proposta simples, de baixo custo, mas de alta repercussão política.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de eventos e atividades culturais propostos e realizados.
2) Número de participantes nas atividades virtuais realizadas.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Entendida a cooperação, em todas as suas vertentes, como instrumento de promoção de imagem e de ações tangíveis de reciprocidade ao apoio caribenho a candidaturas e causas do Brasil, avaliar a possibilidade de programa conjunto na área da cooperação técnica, que englobe os outros países confiados à representação de Barbados, enfocando temas simples em áreas de interesse comum, como, por exemplo, nos setores da produtividade agrícola, manejo de solo, gestão de águas, agricultura familiar, rotação de culturas, segurança alimentar, desenvolvimento rural e habitação popular.

2) Procurar identificar parceiros brasileiros e avaliar a possibilidade de propor inclusões no âmbito das atividades da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para o desenvolvimento de atividades com São Cristóvão e Névis na área da produção de energia alternativa. Essa proposta está em consonância com interesses já adiantados pelo governo são-cristovense, de vez que, do mesmo modo que outros países caribenhos, São Cristóvão é dependente e arca com os altos custos das importações de petróleo e seus produtos para a composição da sua matriz energética.

Entre Brasil e São Cristóvão e Névis já foram analisadas diversas possibilidades de cooperação em iniciativas simples, mas de grande efeito como instrumento de desenvolvimento sustentável e com significado na questão da reciprocidade em relação à arregimentação de votos favoráveis ao Brasil em foros internacionais. Destaca-se, nesse sentido, a solicitação da inclusão de classificações tarifárias adicionais, que constituem áreas importantes do programa de revitalização produtiva e elevação social que vem sendo desenvolvido pelo país caribenho, como concessão brasileira no acordo de alcance parcial bilateral. Esse pedido recebeu recente resposta negativa da área técnica e, no entanto, do ponto de vista político seria sinalização importante a um país de considerável influência no Caribe, região com relativa densidade eleitoral nos foros internacionais. Como tema específico, destaca-se, também, a assistência técnica para o beneficiamento de curtumes, solicitado há algum tempo pelo governo são-cristovense.

3) Por meio de diálogo e entendimentos com as autoridades e empresários locais, procurar identificar, nos projetos de preservação dos recursos marinhos, meteorologia e questões climáticas, vulnerabilidades insulares, destacados como área de grande interesse por todos os países caribenhos, temas de possível cooperação com o Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Reuniões e entendimentos mantidos sobre os assunto e eventuais projetos propostos.

2) Número de projetos propostos.

3) Número de projetos em andamento.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Propor consulta à Embrapa e eventuais parceiros empresariais, na área das pequenas indústrias, para identificar potenciais projetos de cooperação em ciência, tecnologia e inovação, áreas de grande carência em toda a região do Caribe.

2) Avaliar possibilidades de prestação de assistência técnica e tecnológica em áreas já indicadas de interesse comum caribenho, como, por exemplo, a da biotecnologia, vacinação animal, programas de combate a doenças inclusive à COVID-19, implementação coordenada de programas de saúde pública, segurança no trabalho, cooperação policial e na área da defesa civil, infraestrutura turística.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Reuniões e entendimentos mantidos sobre o assunto e eventuais projetos propostos.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Procurar identificar instituição brasileira interessada em colaborar para o oferecimento de um curso online da língua portuguesa falada no Brasil, para atender a pedidos de muitos interessados, não só de São Cristóvão e Névis, como de Barbados e dos outros países de representação cumulativa do posto.

2) Propor divulgação, virtual ou em visita presencial, a universidades e instituições de ensino para estender a São Cristóvão e Névis e dar a conhecer a possíveis interessados o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), de modo a reforçar a cooperação na área da educação.

3) Verificar possibilidades de cooperação na área da saúde, uma das principais carências da ilha, dada a condição de São Cristóvão e Névis de país receptor de assistência técnica e cooperação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de contatos mantidos e visitas realizadas.
2) Manifestações de interesse recebidas.
3) Matrículas efetuadas nos Programas PEC-G e PEC-PG.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Considerando a posição de São Cristóvão e Névis de país receptor de ajuda e assistência técnica, reativar os programas de cooperação iniciados, na área do processamento de frutas, horticultura orgânica especializada em áreas tropicais, agricultura familiar, segurança alimentar, gestão de solos e outros.
São todos programas que tendem ao emprego de mão de obra e ao oferecimento recursos de subsistência digna para populações carentes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Contatos realizados.

2) Número de projetos retomados.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

Não há registro de brasileiros com residência permanente em São Cristóvão e Névis. A embaixada em Barbados costuma ser acionada pontualmente apenas em casos de emergências ou desastres naturais que afetem cidadãos brasileiros, normalmente aqueles que trabalham como tripulantes em navios de turismo.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PARA SÃO VICENTE E GRANADINAS

(CUMULATIVIDADE COM A EMBAIXADA EM BRIDGETOWN /BARBADOS)

EMBAIXADORA VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI

PERFIL DA CANDIDATA



Nascida em 29/05/1952 em Belém/PA, a Ministra de Segunda Classe Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti é graduada em Letras – Português e Inglês - pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará.

Ingressou na carreira diplomática em 1976. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1982 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2003, com a tese *"A Identificação de Oportunidades Comerciais no Mercado Exterior - As Empresas de Menor Porte e a BRAZILTRADENET".*

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assistente da Divisão de Agricultura e Produtos de Base entre 1977 e 1982, quando passou a trabalhar na Divisão de Transportes e Comunicações. Entre 1985 e o início de 1989, colaborou com a Divisão da Associação Latino-Americana de Integração. Ao retornar ao Brasil em 1995, trabalhou como assessora no Departamento de Promoção Comercial e posteriormente chefiou a Divisão de Informação Comercial até ser removida em 1999. Em 2008, retornou ao Brasil como Coordenadora-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

No exterior, serviu na Delegação Permanente junto à ALADI, em Montevidéu, entre 1989 e 1992, quando foi removida para a Embaixada em Madri como Primeira-Secretária. Em 1999, atuou como Cônsul-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Los Angeles. Em 2003, serviu como Conselheira na Embaixada em Assunção. Em 2005, como Ministra-Conselheira na Embaixada em Seul. Em 2014, chefiou o Consulado-Geral em Caiena e desde 2020 é Embaixadora na Embaixada em Bridgetown.

A embaixadora Vera Lúcia Campetti é casada com Carlos Roberto Campetti e tem uma filha e um filho.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) 1

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.

8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida como promotora dos interesses políticos e econômicos e da cooperação do Brasil e dos brasileiros em São Vicente e Granadinas e região por meio de ação diplomática focada e atenta para as especificidades e desafios locais, aí incluída a reestruturação da estratégia brasileira para o Caribe, com o fechamento da sede física do Brasil em Kingstown e a transferência da cumulatividade para a embaixada em Bridgetown.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações, em coordenação com parceiros locais e internacionais, que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações com São Vicente e Granadinas e demais países do Caribe, articulando-se em rede regional que favoreça a interlocução brasileira em temas de interesse como a promoção de produtos e investimentos brasileiros e o estímulo a intercâmbios culturais, turísticos e esportivos.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar parcerias e a inserção econômica competitiva do Brasil em São Vicente e Granadinas e no Caribe, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.

2. Promover a imagem e cultura do Brasil na região.

3. Oferecer serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios regionais e a capacidade de articulação local em temas multilaterais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais como a OEA, a CARICOM, a AEC e a OECO.
6. Intensificar a promoção dos produtos e de investimentos, trabalhar para ampliar redes e contatos locais, fluxos de turismo, serviços e negócios.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e aos objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Na área de vendas de produtos, continuar a ampliar as exportações brasileiras por meio da presença no país e de iniciativas de cooperação vinculadas.

Historicamente, as exportações brasileiras têm-se mantido em níveis em torno de 2 milhões de dólares, mas cresceram significativamente de janeiro a setembro de 2021, elevando-se a mais de 3 milhões e meio de dólares FOB. O mercado local é pequeno – pouco mais de 100 mil habitantes – mas pode constituir um nicho para certas exportações brasileiras, como as de alimentos, em geral, e carnes, em particular, que hoje, embora procedam do Brasil, são intermediadas pelos Estados Unidos. Outra área que poderia vir a servir de base para essa ampliação é a de máquinas elétricas e mecânicas, que se encontram entre os principais produtos da importação são-vicentina.

2) Promover investimentos brasileiros.

No contexto econômico e social do arquipélago, consequente da destruição da base agrícola e do comprometimento das condições de vida da população pela erupção do vulcão "La Soufrière", em abril, e pela passagem do furacão Elsa, em julho, promover investimentos da indústria brasileira na reconstrução da base agrícola da ilha, com a contrapartida da venda de insumos, maquinário agrícola e outros produtos destinados a pequenas indústrias.

3) Examinar, nessas duas áreas (de venda de produtos e investimentos), outras possibilidades de promoção do mercado exportador e de investimentos brasileiros a partir de contatos com órgãos nacionais, como a APEX e associações empresariais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Variação das exportações brasileiras, por volume e por preço.
2) Variação setorial dos investimentos brasileiros no país.
3) Variação setorial dos investimentos estrangeiros produtivos no Brasil.
4) Número de reuniões de estratégia econômica com parceiros dos setores público e privado.
5) Número anual de relatórios econômicos.

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Manter diálogo fluido e construtivo com as autoridades são-vicentinas, colaborando para a manutenção de laços de amizade e ampliando a cooperação política, de modo a favorecer a capacidade de articulação brasileira com as nações caribenhas nos foros regionais e multilaterais.

2) São Vicente e Granadinas integra associações regionais, sendo membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Associação dos Estados do Caribe (AEC), da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO) e também da Comunidade do Caribe (CARICOM), sendo este último o foro onde os países caribenhos

harmonizam posições e cooperam inclusive para fins de coordenação nas demais órgãos multilaterais.

3) Elaborar informes regulares sobre a situação política local

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos com autoridades locais e com atores relevantes do cenário político são-vicentino.

2) Número de relatórios produzidos sobre a situação local.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

Não há organismos regionais ou multilaterais com sede em São Vicente e Granadinas. Em Barbados, onde se situa a embaixada, há representações da ONU, OPAS, OEA com as quais a embaixada interage para promover os interesses brasileiros nos países de representação cumulativa. Nesse contexto, a meta é fortalecer a interlocução em temas específicos do interesse brasileiro no Caribe.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos mantidos.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Fortalecer a imagem do Brasil nos meios culturais locais e entre a população em geral, a partir de atividades desenvolvidas via internet, a partir de Barbados, dada a situação de representação à distância, e presencialmente, quando recomendável. *Aproveitar, por exemplo, datas especiais, como o Dia da Independência, para a*

realização de eventos culturais virtuais, com filmes, músicas, danças típicas e mostras fotográficas, inclusive da arquitetura brasileira.

2) Procurar identificar eventual interesse dos clubes brasileiros para o oferecimento de cooperação para as organizações esportivas locais. *Na área de esportes, principalmente o futebol, que é muito popular no Caribe, onde os times brasileiros são admirados e congregam muitos fãs, há muito interesse nesse tipo de iniciativa.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de eventos e atividades culturais propostos e realizados.

2) Número de participantes nas atividades realizadas.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Entendida a cooperação, em todas as suas vertentes, como instrumento de promoção de imagem e de ações tangíveis de reciprocidade ao apoio caribenho a candidaturas e causas do Brasil, avaliar a possibilidade de programa conjunto na área da cooperação técnica, que englobe os outros países nos quais a representação brasileira foi confiada à Embaixada em Barbados, enfocando atividades simples de cooperação técnica em áreas de interesse comum, como, por exemplo, nos setores da produtividade agrícola, manejo de solo, gestão de águas, agricultura familiar, rotação de culturas, segurança alimentar, desenvolvimento social rural e habitação popular.

2) Procurar identificar parceiros brasileiros e avaliar a possibilidade de propor inclusões no âmbito das atividades da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para o desenvolvimento de atividades com São Vicente e Granadinas na área da produção de energia alternativa. Essa proposta está em consonância com interesses já adiantados pelo governo são-vicentino, de vez que o país é dependente e arca com os altos custos das importações de petróleo e seus produtos para a composição da sua matriz energética.

3) Por meio de diálogo e entendimentos com as autoridades e empresários locais, procurar identificar, nos projetos de preservação dos recursos marinhos, meteorologia e questões climáticas, vulnerabilidades insulares - destacados como área de grande interesse por todos os países caribenhos - temas de possível cooperação com o Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e entendimentos mantidos sobre o assunto e eventuais projetos propostos.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Propor consulta à Embrapa e eventuais parceiros empresariais, na área das pequenas indústrias, para identificar potenciais projetos de cooperação em ciência, tecnologia e inovação, áreas de grande carência em toda a região do Caribe.

2) Avaliar possibilidades de prestação de assistência técnica e tecnológica em áreas já indicadas de interesse comum caribenho, como, por exemplo, a da biotecnologia, vacinação animal, programas de combate a doenças inclusive à COVID-19, implementação coordenada de programas de saúde pública, segurança no trabalho, cooperação policial e na área da defesa civil, infraestrutura turística.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos com autoridades brasileiras e locais, setor privado e sociedade civil, para possíveis parcerias

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Procurar identificar instituição brasileira interessada em colaborar para o oferecimento de um curso online da língua portuguesa falada no Brasil, para atender a pedidos de muitos interessados, não só de São Vicente, como de Barbados e dos outros países de representação cumulativa do posto.

2) Propor divulgação, virtual ou em visita presencial, a universidades e instituições de ensino para estender a São Vicente e Granadinas e dar a conhecer a possíveis interessados o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), de modo a reforçar a cooperação na área da educação.

3) Verificar possibilidades de cooperação na área da saúde, uma das principais carências da ilha, dada a condição de São Vicente de país receptor de assistência técnica e cooperação.

4) Apoiar a continuidade da Operação CARIBEX da Marinha do Brasil, que visita periodicamente São Vicente e reforça a presença e o interesse brasileiro na região.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de contatos mantidos e visitas realizadas.
2) Manifestações de interesse recebidas.
3) Matrículas efetuadas nos Programas PEC-G e PEC-PG.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Procurar identificar eventual interesse e disposição de instituições e empresas da área da produção agrícola e da indústria alimentícia em oferecer apoio e assistência técnica para a recuperação da agricultura são-vicentina, completamente destruída pelos desastres naturais recentes, é que é fonte de emprego para grande parte da população.

2) Identificação de áreas adicionais para a cooperação brasileira, como, por exemplo, a área farmacêutica e de saúde, que concentra, no momento, as principais necessidades da ilha, que é de condição econômica insuficiente, baixos recursos financeiros e dificuldades sociais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de contatos realizados e de eventuais projetos sugeridos
2) Número de projetos em andamento.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

Não há registro de brasileiros com residência permanente em São Vicente e Granadinas. A embaixada em Barbados costuma ser acionada pontualmente apenas em casos de emergências ou desastres naturais que afetem cidadãos brasileiros, normalmente aqueles que trabalham como tripulantes em navios de turismo.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PARA ANTÍGUA E BARBUDA

(CUMULATIVIDADE COM A EMBAIXADA EM BRIDGETOWN /BARBADOS)

EMBAIXADORA VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI

PERFIL DA CANDIDATA



Nascida em 29/05/1952 em Belém/PA, a Ministra de Segunda Classe Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti é graduada em Letras – Português e Inglês - pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará.

Ingressou na carreira diplomática em 1976. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1982 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2003, com a tese *"A Identificação de Oportunidades Comerciais no Mercado Exterior - As Empresas de Menor Porte e a BRAZILTRADENET".*

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assistente da Divisão de Agricultura e Produtos de Base entre 1977 e 1982, quando passou a trabalhar na Divisão de Transportes e Comunicações. Entre 1985 e o início de 1989, colaborou com a Divisão da Associação Latino-Americana de Integração. Ao retornar ao Brasil em 1995, trabalhou como assessora no Departamento de Promoção Comercial e posteriormente chefiou a Divisão de Informação Comercial até ser removida em 1999. Em 2008, retornou ao Brasil como Coordenadora-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

No exterior, serviu na Delegação Permanente junto à ALADI, em Montevidéu, entre 1989 e 1992, quando foi removida para a Embaixada em Madri como Primeira-Secretária. Em 1999, atuou como Cônsul-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Los Angeles. Em 2003, serviu como Conselheira na Embaixada em Assunção. Em 2005, como Ministra-Conselheira na Embaixada em Seul. Em 2014, chefiou o Consulado-Geral em Caiena e desde 2020 é Embaixadora na Embaixada em Bridgetown.

A embaixadora Vera Lucia Campetti é casada com Carlos Roberto Campetti e tem uma filha e um filho.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) 1

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

VISÃO

Ser reconhecida como promotora dos interesses políticos e econômicos e da cooperação do Brasil e dos brasileiros em Antígua e Barbuda e região por meio de ação diplomática focada e atenta para as especificidades e desafios locais, aí incluída a reestruturação da estratégia brasileira para o Caribe, com o fechamento da sede física do Brasil em Saint John e a transferência da cumulatividade para a embaixada em Bridgetown.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações, em coordenação com parceiros locais e internacionais, que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações com Antígua e Barbuda e demais países do Caribe, articulando-se em rede regional que favoreça a interlocução brasileira em temas de interesse como a promoção de produtos e investimentos brasileiros e o estímulo a intercâmbios culturais, turísticos e esportivos.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar parcerias e a inserção econômica competitiva do Brasil em Antígua e Barbuda e no Caribe, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil na região.
3. Oferecer serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios regionais e a capacidade de articulação local em temas multilaterais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais como a OEA, a CARICOM, a AEC e a OECO.
6. Intensificar a promoção dos produtos e de investimentos, trabalhar para ampliar redes e contatos locais, fluxos de turismo, serviços e negócios.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO

1) Na área de vendas de produtos, ampliar as exportações de produtos nacionais através da presença brasileira no país e de iniciativas de cooperação vinculadas.

Desde 2017 as exportações brasileiras cresceram significativamente, subindo de 7.7 milhões a 23.3 milhões em dados de setembro de 2021, com base na exportação de petróleo refinado, carne de frango e carros. Nos últimos três anos, as exportações têm mantido níveis em torno de 23/24 milhões de dólares. O mercado local é pequeno – pouco menos de 100 mil habitantes - mas o crescimento recente e a concentração da pauta sinalizam para possibilidades de maior elevação, com base na diversificação de vendas. Deve-se ter em conta também que as exportações de carne de frangos e bovinos produzidas no Brasil são vendidas por meio de conexões comerciais, geralmente com os Estados Unidos.

2) Promover investimentos brasileiros.

No contexto econômico e social do arquipélago, ainda se observa a persistência de dificuldades nas áreas produtiva e social agrícola, resultantes da destruição operada pelo furacão Irma, que destruiu mais de 95% da infraestrutura de Barbuda, provocando a evacuação da ilha. Investimentos na área da produção agrícola e capacitação na área de processamento alimentício são áreas que possibilitam uma ação de expansão comercial conexa do Brasil.

3) Examinar nessas duas áreas, de venda de produtos e investimentos, outras possibilidades de promoção do mercado exportador e de investimentos brasileiros, a partir de contatos com órgãos nacionais como a APEX e associações empresariais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Variação das exportações brasileiras, por volume e por preço;
2) Variação setorial dos investimentos brasileiros no país.
3) Variação setorial dos investimentos estrangeiros produtivos no Brasil.
4) Número de reuniões de estratégia econômica com parceiros dos setores público e privado.
5) Número anual de relatórios econômicos.

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Manter diálogo fluido e construtivo com as autoridades antiguanas, colaborando para a manutenção de laços de amizade e cooperação política, de modo a ampliar a capacidade de articulação brasileira com as nações caribenhas nos foros regionais e multilaterais.

Do mesmo modo que Barbados, São Vicente e Granadinas e São Cristóvão e Névis, Antígua e Barbuda participa das associações regionais, sendo membro da Comunidade do Caribe (CARICOM), foro onde os países caribenhos harmonizam posições e cooperam, coordenando atuação conjunta nas instituições multilaterais.

2) Elaborar informes regulares sobre a situação política local.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos com autoridades locais e com atores relevantes do cenário político antiguano.
2) Número de relatórios produzidos sobre a situação local.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

Não há organismos regionais ou multilaterais com sede em Antígua e Barbuda. Em Barbados, onde se situa a embaixada, há representações da ONU, OPAS, OEA com as quais a embaixada interage para promover os interesses brasileiros nos países de representação cumulativa. Nesse contexto, a meta é fortalecer a interlocução em temas específicos do interesse brasileiro no Caribe.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos mantidos.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Fortalecer a imagem do Brasil nos meios culturais locais e entre a população em geral, a partir de atividades desenvolvidas via internet, a partir de Barbados, dada a situação de representação à distância, e presencialmente quando recomendável.

Aproveitar, por exemplo, datas especiais para a realização de eventos culturais virtuais, com filmes, músicas, danças típicas e mostras fotográficas, inclusive da arquitetura brasileira.

2) Procurar identificar eventual interesse dos clubes brasileiros para o oferecimento de cooperação para as organizações esportivas locais.

Na área de esportes, principalmente o futebol, que é muito popular no Caribe, onde os times brasileiros são admirados e congregam muitos fãs, há muito interesse nesse tipo de iniciativa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de eventos e atividades culturais realizados e propostos.

2) Número de participantes e intercâmbios nos projetos desenvolvidos.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Entendida a cooperação, em todas as suas vertentes, como instrumento de promoção de imagem e de ações tangíveis de reciprocidade ao apoio caribenho a candidaturas e causas do Brasil, avaliar a possibilidade de programa conjunto na área da cooperação técnica, que englobe os outros países confiados à representação de Barbados, enfocando temas simples em áreas de interesse comum, como, por exemplo, nos setores da produtividade agrícola, manejo de solo, gestão de águas, agricultura familiar, rotação de culturas, segurança alimentar, desenvolvimento social rural e habitação popular.

2) Procurar identificar parceiros brasileiros e avaliar projetos no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para o desenvolvimento de atividades com Antígua e Barbuda na área da produção de energia alternativa. Essa proposta está em consonância com interesses comuns a todos os países do Caribe, de vez que são países dependentes e arcam com os altos custos das importações de petróleo e seus produtos para a composição da sua matriz energética.

3) Por meio de diálogos e entendimentos com as autoridades e empresários locais, procurar identificar, nos projetos de preservação dos recursos marinhos, meteorologia e questões climáticas, vulnerabilidades insulares – destacados como área de grande interesse por todos os países caribenhos – temas de possível cooperação com o Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e entendimentos mantidos sobre o assunto.
2) Número de eventuais projetos propostos.
3) Número de projetos em andamento.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO

1) Propor consulta à Embrapa e eventuais parceiros empresariais, na área das pequenas indústrias, para identificar potenciais projetos de cooperação em

ciência, tecnologia e inovação, áreas de grande carência em toda a região do Caribe.

2) Avaliar possibilidades de prestação de assistência técnica e tecnológica em áreas já indicadas de interesse comum caribenho, como, por exemplo, a da biotecnologia, vacinação animal, programas de combate a doenças inclusive à COVID-19, implementação coordenada de programas de saúde pública, segurança no trabalho, cooperação policial e na área da defesa civil, infraestrutura turística.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e entendimentos mantidos sobre o assunto e eventuais projetos propostos.
2) Número de projetos desenvolvidos.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Procurar identificar instituição brasileira interessada em colaborar para o oferecimento de um curso online da língua portuguesa falada no Brasil, para atender a pedidos de muitos interessados, não só de Antígua e Barbuda, como de Barbados e dos outros países de representação cumulativa do posto.
2) Propor divulgação, virtual ou em visita presencial, a universidades e instituições de ensino para estender a Antígua e Barbuda e tornar conhecido o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), de modo a reforçar a cooperação na área da educação e dar maior visibilidade à iniciativa.
3) Verificar possibilidades de cooperação na área da saúde, uma das principais carências da ilha, dada a condição de Antígua e Barbuda de país receptor de assistência técnica e cooperação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de contatos mantidos e visitas realizadas.

2) Manifestações de interesse recebidas.

3) Matrículas efetuadas nos Programas PEC-G e PEC-PG.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO**

1) Considerando a posição de Antígua e Barbuda de país receptor de ajuda e assistência técnica, examinar junto a eventuais contrapartes no Brasil, a possibilidade de desenvolver programas de cooperação na área de biocombustíveis e outras fontes de energia alternativa, agricultura principalmente de subsistência e agricultura familiar. São todos programas que tendem ao emprego de mão de obra e ao oferecimento recursos de subsistência digna para populações carentes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de contatos realizados e projetos de retomada de atividades.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO

Até o momento, apenas duas pessoas residentes em Antígua e Barbuda registraram-se como brasileiras no setor consular. A embaixada em Barbados costuma ser acionada pontualmente em casos de emergências ou desastres naturais que afetem cidadãos brasileiros, normalmente aqueles que trabalham como tripulantes em navios de turismo.

RELATÓRIO Nº , DE 2021

SF/21434.34035-36

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 94, de 2020 (nº 731, de 2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VERA LUCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixadora do Brasil em Barbados*.

Relatora: Senadora **NILDA GONDIM**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora VERA LÚCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em Antígua e Barbuda e, cumulativamente, na Federação de São Cristóvão e Névis e em São Vicente e Granadinas, sem prejuízo de suas atribuições como Embaixadora do Brasil em Barbados.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A Sra. VERA LÚCIA DOS SANTOS CAMINHA CAMPETTI é filha de Walter Leite Caminha e Maria Virgínia dos Santos Caminha e nasceu em Belém/PA, em 29 de maio de 1952.

SF/21434.34035-36

Ingressou na carreira diplomática em 1977, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Antes, em 1973, graduou-se em Letras pela Universidade Federal do Pará e concluiu especialização em Literatura Americana na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi promovida a Primeira-Secretária em 1987; a Conselheira, em 1996; e a Ministra de Segunda Classe, em 2004. Todas as promoções foram por merecimento.

Na conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2003, teve aprovada sua tese intitulada "A identificação de oportunidades comerciais no mercado exterior – as empresas de menor porte e a BRAZIL TRADENET".

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos:

- 1989 a 1992 – Primeira-Secretária na Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu;
- 1992 a 1995 – Primeira-Secretária na Embaixada em Madri;
- 1996 a 1999 – Chefe substituta e Chefe da Divisão de Informação Comercial;
- 1999 a 2003 – Cônsul-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Los Angeles;
- 2003 a 2005 – Conselheira na Embaixada em Assunção;
- 2005 a 2008 – Ministra-Conselheira na Embaixada em Seul;
- 2008 a 2014 – Coordenadora-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares;
- 2014 a 2019 – Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Caiena; e
- 2019 até o presente – Embaixadora na Embaixada do Brasil em Bridgetown.

A embaixadora Vera Lúcia dos Santos Caminha Campetti é portadora de importantes condecorações do Governo Brasileiro pelos relevantes serviços prestados à nação.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário

executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Antígua e Barbuda, Federação de São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas, o qual informa acerca das relações bilaterais desses países com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

SF/21434.34035-36

- Antígua e Barbuda

O país é geograficamente um arquipélago situado entre o mar do Caribe e o Oceano Atlântico, com destaque para duas grandes ilhas, distantes 40 quilômetros entre si: Antígua (onde se localiza a capital, Saint John's) e Barbuda.

Antígua e Barbuda foi parte da Federação das Índias Ocidentais entre 1958/1962 e, em 1967, tornou-se Estado associado ao Reino Unido, assumindo responsabilidade pelos assuntos internos.

A independência do país ocorreu em 1º de novembro de 1981. Antígua e Barbuda manteve-se integrante da *Commonwealth* e tem a rainha Elizabeth II como chefe de Estado.

A economia antiguana depende fortemente do turismo, que responde por 60% do PIB e por 40% dos investimentos. A produção agrícola é voltada sobretudo para o mercado interno e sofre com a escassez de água e de mão de obra.

Apesar da pouco numerosa população (aproximadamente 96 mil habitantes), o país destaca-se por elevada renda per capita. Os investimentos estrangeiros em infraestrutura e as remessas de residentes no exterior constituem parte importante do PIB.

Nos últimos anos, o país continua a atravessar situação de dificuldade orçamentária. Como não existem fontes perenes de água potável, a estiagem gera despesas adicionais para o governo, pela necessidade de aumentar o volume de produção de água dessalinizada, dependente de usinas movidas a combustível importado. A situação foi agravada pela passagem do furacão Irma, em 2017, que causou prejuízos estimados em 9% do PIB. Os custos de reconstrução foram estimados, à época, em 15% do PIB.

O Brasil estabeleceu representação perante o governo antiguano em 1982, cumulativa com a embaixada residente em Kingston, poucos meses após a independência do país. As relações bilaterais caracterizam-se, desde

então, pelo diálogo cordial e pela aproximação, sobretudo a partir da criação da embaixada residente em Saint John's (2009) e da Cúpula Brasil-CARICOM (Brasília, 2010), à margem da qual houve encontro entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o então primeiro-ministro Baldwin Spencer.

Produtos brasileiros competitivos, como carnes de frango e bovina, são adquiridos pela população por meio de conexões comerciais geralmente com os Estados Unidos. Em 2018, a corrente de comércio bilateral registrou importante crescimento, tendência que se repetiu em 2019. As exportações brasileiras para Antígua e Barbuda aumentaram 222% de 2017 para 2019, saindo de US$ 7,7 milhões para um total de US$ 24,8 milhões.

Em 2014, foi assinado Acordo-Quadro de Cooperação na Área de Defesa, por ocasião da visita ao Brasil do ex-ministro da Defesa, Errol Cort. O documento prevê parceria em pesquisa e desenvolvimento, compartilhamento de conhecimentos, ações conjuntas de treinamento, apoio logístico e aquisição de produtos.

- São Cristóvão e Névis

Em 1967, o território insular de São Cristóvão, Névis e Anguilla tornou-se um Estado associado ao Reino Unido, com total autonomia interna. A metrópole prosseguiu respondendo pelas relações externas e pela defesa das ilhas.

A ilha de Anguilla se rebelou e foi autorizada pelo Parlamento inglês a separar-se em 1971. São Cristóvão e Névis alcançaram a independência em 1983. O novo Estado adotou a monarquia parlamentarista, preservou a rainha Elizabeth II como chefe de Estado e se manteve na *Commonwealth*.

A abertura, em 1985, da embaixada do Brasil em São Cristóvão e Névis, cumulativa com a embaixada em Kingston, representou um marco nas relações bilaterais. Em 2007, foi criado o consulado honorário em Basseterre, com jurisdição sobre todo o território de São Cristóvão e Névis.

Em 2009, foi estabelecida embaixada residente em Basseterre, com o objetivo de estreitar os laços de amizade e diversificar a agenda

SF/21434.34035-36

bilateral. A intensificação no relacionamento se inseriu em processo mais amplo de aproximação política e econômica com a região do Caribe.

Entre as iniciativas que contribuíram para a mencionada aproximação, destaca-se a realização da I Cúpula Brasil–CARICOM (Brasília, 26 de abril de 2010), que reuniu 10 dos 14 Chefes de Governo da CARICOM (Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis, Suriname). O então primeiro-ministro Denzil Douglas participou da Cúpula e, na ocasião, firmou os seguintes acordos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Acordo de Cooperação Cultural; e Acordo sobre a Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

SF/21434.34035-36

No contexto de renovada estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental, que busca compatibilizar a presença na área com a otimização e racionalização dos recursos disponíveis, as atividades da Embaixada do Brasil em Basseterre foram encerradas, e a representação junto ao governo são-cristovense passou a ser exercida (segundo determinado pelo Decreto nº 10.348, de 13 de maio de 2020) em caráter cumulativo pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados.

Nos últimos anos, a economia tem experimentado diversificação, com o aumento da participação do turismo, serviços financeiros e indústrias leves na formação do PIB. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, mas o setor financeiro *offshore* vem também adquirindo relevância, sobretudo em Névis.

- São Vicente e Granadinas

São Vicente e Granadinas é um país insular situado nas Pequenas Antilhas (ao leste do mar do Caribe). Compõe-se da ilha principal, São Vicente, e da cadeia de ilhas menores, Granadinas, que se estendem para o sul em direção a Granada. O país faz parte do arco das ilhas vulcânicas das Pequenas Antilhas.

A independência de São Vicente foi declarada em 27 de outubro de 1979, ocasião em que se adotou o nome oficial de São Vicente e Granadinas e o país tornou-se membro da *Commonwealth*. A capital (Kingstown) está na ilha de São Vicente.

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por cooperação e diálogo fluido nos planos bilateral e

multilateral. A intensificação no relacionamento insere-se em processo mais abrangente de aproximação política e econômica com o Caribe a partir da década passada.

A abertura da embaixada brasileira em Kingstown (2009) contribuiu, por sua vez, para a ampliação da agenda bilateral. O governo de São Vicente e Granadinas, sobretudo por meio do primeiro-ministro Ralph Gonsalves, tem demonstrado interesse em estreitar o relacionamento bilateral. Gonsalves visitou o Brasil em 2011, quando manteve encontros empresariais em São Paulo.

O patrimônio do relacionamento bilateral compõe-se de acordos bilaterais em vigor nos setores de cooperação técnica em agricultura, cooperação educacional e cooperação cultural. A Agência Brasileira de Cooperação tem executado várias iniciativas bilaterais e regionais com os países membros da CARICOM. Algumas fases de capacitação executadas conjuntamente com aqueles países têm contado com a participação de representantes de São Vicente e Granadinas.

Assim como ocorreu com a Embaixada do Brasil em Basseterre, as atividades da Embaixada do Brasil em Kingstown foram encerradas e a representação junto ao governo são-vicentino passou a ser exercida em caráter cumulativo pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados (segundo determinado pelo Decreto 10.348, de 13 de maio de 2020).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/21434.34035-36

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR*
CPF: 874.509.097-15

1965	Filho de Adhemar Seabra da Cruz e de Benedita Aguida da Silva Seabra da Cruz, nasce em 2 de outubro, em Petrópolis/RJ.
Dados Acadêmicos:	
1987	Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ (UERJ)
1991	CPCD-IRBr
1995	Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasilia (UnB)
1999	Mestre em Filosofia, Lógica e Método Científico pela London School of Economics and Political Science (LSE), Londres, Reino Unido
2001	Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)
2001	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr
2009	LIV Curso de Altos Estudos - CAE: "Diplomacia, Desenvolvimento e Sistemas Nacionais de Inovação: Estudo Comparado entre Brasil, China e Reino Unido"
Cargos:	
1991	Terceiro-secretário
1996	Segundo-secretário
2005	Primeiro-secretário
2009	Conselheiro
2014	Ministro de segunda classe
Funções:	
1991-92	Subchefe da Divisão de Difusão Cultural (DDC)
1992-96	Assessor do chefe do Departamento Cultural (DC)
1996-2000	Embaixada em Londres, segundo-secretário
2000-03	Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro
2001-03	Diretor nacional do Projeto BRA/00/001, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
2003-06	Embaixada em Lima, segundo-secretário, primeiro-secretário e encarregado de negócios
2006-09	Embaixada em Montevidéu, primeiro-secretário
2009-15	Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC)
2015-16	Assessor especial do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
2016	Coordenador-geral de procedimentos disciplinares - Corregedoria do Serviço Exterior
2016-21	Consulado-Geral em Toronto, cônsul-geral adjunto e encarregado do consulado-geral
2021-	Embaixada em Varsóvia, ministro-conselheiro
Publicações:	
1993	"Brazil's Foreign Policy under Collor". Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Miami, v. 35, p. 119-144
2002	"Brazil: coping with the structural constraints", in Diplomacy and Developing Nations: post-Cold War Foreign Policy-Making and Structures. Londres, Frank Cass Publishers (com Lampreia, L. F.)
2003	"Pelo Exemplo e pela Germinação: a atualidade do pensamento de San Tiago Dantas". Ius et Iustitia, São Paulo, vol. 1, pp. 55-78
2004	"Justiça como Equidade: Liberais, Comunitaristas e a Autocrítica de John Rawls". Lumen Juris/RJ
2004	"Paz e Terrorismo", com Proença Jr., D., Brigagão, C. & Valladão, A. (organizadores), Editora HUCITEC/SP
2007	"Um Novo Bipolarismo - Notas Metodológicas para a Definição do Sistema Internacional", in Contexto Internacional (PUC-RJ), vol. 28, pp. 399-464
2009	"Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, v. 1 p. 288

2011	"Globalização, Inovação e Sistema Internacional: o Brasil e as Transformações da Economia Mundial". Revista FAAC, v. 1, p. 165-178
2013	"Constituinte e Democratização no Brasil: o impacto das mudanças do sistema internacional". Revista Lua Nova (CEDEC), v. 88, p. 217-256
2019	"'Seguro de si mesmo': a política externa brasileira no regime militar: continuidade, adaptação e estratégias para a ordem bipolar", Brasília, FUNAG (no prelo)

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

2

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE





OSTENSIVO

ÍNDICE

3

PERFIS BIOGRÁFICOS **4**
RELAÇÕES BILATERAIS **5**
POLÍTICA INTERNA **19**
POLÍTICA EXTERNA **21**
ECONOMIA **25**
MAPA **29**
DADOS COMERCIAIS **30**

4

PERFIS BIOGRÁFICOS



Filipe Jacinto Nyusi - *Presidente da República*. Nascido em 9 de fevereiro de 1959 na província de Cabo Delgado, formou-se em engenharia mecânica (na antiga Tchecoslováquia) e administração (na Universidade de Manchester, na Inglaterra). Foi diretor-executivo da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa pública que gere os sistemas ferroviário e portuário do país, tendo sido indicado para o conselho diretor da companhia em 1995. Foi nomeado Ministro da Defesa em 2008. Em 2012, foi eleito para o Comitê Central da Frelimo. Em março de 2014, foi escolhido – com o apoio do Presidente Armando Guebuza – candidato da Frelimo à presidência de Moçambique nas eleições gerais daquele ano. Eleito em outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015 e foi reconduzido ao cargo nas eleições gerais de outubro de 2019.



Carlos Agostinho do Rosário – *Primeiro-Ministro.* Nascido em 26 de outubro de 1954 em Maxixe, foi nomeado Primeiro-Ministro em 15 de janeiro de 2015. É graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane e possui mestrado em Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural pelo Wye College, no Reino Unido. Exerceu funções no Ministério de Obras Públicas entre 1977 e 1983; foi nomeado governador da província de Zambézia em 1987; elegeu-se deputado em 1994, e foi titular da pasta da Pesca e Agricultura entre 1994 e 1999. Como diplomata, atuou na Índia e no Sri Lanka, e foi embaixador de Moçambique n Indonésia de 2009 a 2015, cargo que deixou para assumir o atual posto de Primeiro-Ministro.



Verónica Nataniel Macamo Dlhovo – *Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação***.** Nascida em 1º de novembro de 1957, no Distrito de Bilene, na Província de Gaza. Graduou-se em Direito na Universidade Eduardo Mondlane. Exerceu cargos de Alfabetizadora na Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos (1978-1983), de Assessora Jurídica de Empresas desde 1994, de Presidente do Conselho de Administração do Fundo do Turismo (2000-2009), de Conselheira de Justiça (2005-2007), de Assessora Jurídica do Ministro das Finanças (2002-2009). Na carreira política, foi deputada da Assembleia da República de 1994 a 2020, tendo sido, nesse período, Primeira Vice-Presidente da Assembleia da República (2000-2009) e Presidente da Assembleia da República (2010-2020). Além disso, foi também Presidente do Comitê de Modernização da Assembleia da República (1999-2005) e Presidente do Conselho Consultivo de Administração da Assembleia da República (2005-2009). É integrante da Comissão Política da Frelimo, partido governista, desde 1997, e de seu Comitê Central desde 1991, de cujo Secretariado exerceu as funções de Secretária para s Relações Exteriores (1995-1997).

RELAÇÕES BILATERAIS

5

O Brasil mantém relações diplomáticas com Moçambique desde 1975, ano da independência do país, declarada em 25 junho e imediatamente reconhecida pelo Brasil. Em 1º de março de 1976, o então Consulado-Geral do Brasil em Lourenço Marques (antigo nome da capital Maputo) foi transformado na Embaixada do Brasil em Moçambique. A embaixada moçambicana em Brasília, por sua vez, foi aberta em janeiro de 1998.

Moçambique e seu povo têm grandes expectativas com relação ao Brasil. O passado colonial comum, a mesma língua e a forte identidade cultural compõem o pano de fundo a partir do qual a relação bilateral é percebida pelos moçambicanos. O Brasil é visto como país que alcançou estágio de desenvolvimento que permitiria contribuir para a superação de desafios econômicos e sociais em países irmãos como Moçambique.

Aliada a essa percepção positiva, o Brasil tem presença ampla e abrangente no país, sobretudo nas áreas de cooperação e investimento. Moçambique é o maior beneficiário de cooperação brasileira no continente africano, com projetos pioneiros e estruturantes. O Brasil reagiu, ainda, com rapidez, em dois episódios marcantes experimentados por aquele país em 2019: os ciclones Idai e Kenneth, em março e abril, respectivamente.

Reuniões bilaterais

O caráter estratégico das relações bilaterais revela-se pela frequência de visitas de alto nível. O então Presidente Lula visitou três vezes o país – em 2003, 2008 e 2010. A então Presidente Dilma Rousseff visitou Moçambique em 2011. O então Vice-Presidente Michel Temer visitou Maputo em 2012, no contexto da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O então Presidente moçambicano Armando Guebuza também visitou o Brasil três vezes – em 2007, 2009 e 2012 (no contexto da Rio+20). O Presidente Filipe Nyusi, ainda na condição de candidato à presidência, esteve no Brasil em 2014.

O então Chanceler Oldemiro Balói visitou o Brasil em novembro de 2016, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. O Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira esteve em Maputo em 2015, e, em 2017, o Ministro Aloysio Nunes Ferreira visitou Moçambique.

Os chanceleres, que já trocaram convites para visitas a seus países, têm mantido contato frequente para tratar da vasta agenda bilateral, tendo sido o último encontro à margem da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2021. Na ocasião, conversaram sobre cooperação técnica e humanitária, comércio e investimentos, cooperação em defesa, entre outros.

Mecanismo de consultas políticas

Brasil e Moçambique firmaram, em 11/05/2017, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas, que entrou em vigor na data de sua assinatura. O instrumento prevê reuniões regulares sobre temas bilaterais, bem como sobre questões regionais e internacionais de interesse comum, a serem realizadas alternadamente no Brasil e em Moçambique.

Em janeiro de 2019, o então ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, José Pacheco, manifestou interesse em visitar o Brasil e inaugurar o mecanismo, cuja primeira reunião poderia servir também para preparar eventual visita do presidente Filipe Nyusi ao país – o que não se concretizou. Em janeiro de 2020, na cerimônia de posse de seu segundo

mandato, o presidente Nyusi manifestou pessoalmente ao embaixador Ruy Pereira, representante do Senhor PR na ocasião, a intenção de viajar ao Brasil.

À exceção de encontros à margem da Cúpula e do Conselho de Ministros da CPLP, a última visita bilateral de um MNE moçambicano ao Brasil ocorreu em 2011. Desde então, três ex-chanceleres brasileiros estiveram em Maputo: em 2012, 2015 e 2017.

Cooperação técnica

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na África, com iniciativas em áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e projetos estruturantes.

As ações de cooperação técnica com Moçambique estão amparadas pelo Acordo Geral de Cooperação, promulgado em 15 de setembro de 1981. Devido ao intenso programa de cooperação entre os países, um novo acordo mais abrangente foi firmado em 30 de março de 2015, mas, no momento, ainda segue em tramitação no Congresso Nacional.

As iniciativas de cooperação técnica bilateral com Moçambique foram afetadas, a partir do início de 2019, em função da passagem devastadora dos ciclones Kenneth e Idai, que mobilizou os esforços governamentais para a superação da destruição causada no país, em especial em sua estrutura produtiva e de segurança alimentar e nutricional. Em 2020, a pandemia de Covid-19 também afetou fortemente a execução e prospecção de projetos. A partir do segundo semestre de 2021, os projetos interrompidos durante a pandemia vêm sendo retomados.

O programa de cooperação bilateral com Moçambique conta com 6 (seis) projetos de cooperação em execução:

1. *Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique – Fase II*: em colaboração com o SENAI, o projeto tem como objetivo implementar um Centro de Formação Profissional na área de alimentos em Nampula, bem como criar unidades de formação na mesma área nas escolas de Malema e Cuamba, situadas na região Norte de Moçambique;
2. *Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais*: o projeto, em colaboração com a FIOCRUZ, tem previsão de vigência até 2022 e é complementar à implantação da fábrica de medicamentos em Moçambique, e tem como objetivo capacitar os profissionais moçambicanos que atuarão nas operações de produção de produtos farmacêuticos. Foi recentemente assinada sua revisão, para acomodar algumas alterações nas atividades, como, por exemplo, a capacitação à distância, em função das dificuldades de locomoção internacional decorrentes da pandemia da COVID-19.
3. *Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II*: a iniciativa tem o intuito de contribuir para a redução do déficit habitacional em Moçambique. Na execução do projeto, cerca de 100 técnicos brasileiros promoveram ações de capacitação e transferência de tecnologia, assim como vieram ao Brasil 22 técnicos moçambicanos. Considera-se que mais de 200 técnicos moçambicanos foram capacitados, tanto da administração pública quanto da sociedade civil. O projeto está em fase de conclusão, e realizam-se agora as atividades de avaliação;
4. *Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados*: o projeto pretende aprimorar o acesso e a aplicação da Justiça no país, dotando as instituições moçambicanas de recursos humanos

7

qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições. Prevê a capacitação de formadores do Centro de Formação Jurídica e Judiciária em Moçambique, de lideranças da magistratura moçambicana e demais magistrados para a elaboração de instrumentos eficazes de atuação no âmbito penal e no de interesses gerais e difusos. Serão capacitados 60 (sessenta) formadores e magistrados moçambicanos. Duas turmas já foram capacitadas;

5. *Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique*: os dois projetos são implementados conjuntamente. A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (REDEBLH-BR) é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde – OMS e tem dado suporte aos países africanos que implantaram Bancos de Leite Humano, com base no modelo brasileiro. A implantação dos projetos consiste em estabelecer uma unidade de Banco de Leite Humano no Hospital Central de Maputo, o que contribuirá para redução da mortalidade materna, neonatal e infantil em Moçambique
6. *Apoio à Implantação do Centro de Telessaúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique*: ambos os projetos são implementados conjuntamente e se propõem a desenvolver competências locais, por meio de qualificação de recursos humanos, para atuarem como multiplicadores das ações estratégicas de saúde da mulher e do recém-nascido; e assim formar a massa crítica necessária para processar as demandas do setor.

Há, ainda, duas ações simplificadas em execução:

1. *Apoio à consolidação da MoRENet:* o projeto desenvolverá ações de capacitação técnica em engenharia, gestão e governança de redes nacionais avançadas.
2. *BRAMOTEC II - Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica de Moçambique:* tem o objetivo de melhorar a qualificação de 64 professores moçambicanos nas áreas de Agricultura (30), Design de Interiores (10) e Turismo & Hotelaria (24);

8

Cooperação Técnica Trilateral com Países Desenvolvidos

Moçambique também é beneficiado com as seguintes iniciativas do Programa de Treinamento para Terceiros Países – TCTP, no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão – JBPP.

1. *ProSavana (PEM – Projetos de Extensão e Modelos):* as formações propostas no âmbito do "ProSavana-PEM Programa de Formação de Capacidades em Extensão Rural. Corredor de Nacala" têm por objetivo o fortalecimento da extensão rural como indutora do desenvolvimento rural integrado e sustentável em Moçambique. As capacitações visam fortalecer o Sistema Nacional de Extensão (SISNE) e os Serviços Unificados de Extensão (SUE) por meio de três componentes técnico-científicos: a concepção e operacionalização da extensão rural como sistema; banco de dados e informações estruturadas pelo Sistema de Recolha e Análise de Dados (Plataforma SIRADE); e a exploração da agropecuária pela base técnica da agricultura de conservação. Até o presente momento foram treinados 118 técnicos da Direção Nacional de Extensão Agrária – DNEA de Moçambique.
2. *Curso Internacional de Atenção Humanizada à Mulher e ao Recém-Nascido – promovido pelo Hospital Sofia Feldmann, de Belo Horizonte*: o curso é direcionado a profissionais de saúde e gestores de unidades de atendimentos de saúde e hospitais de Angola e Moçambique, e tem como propósito capacitá-los para a humanização do parto.
3. *Curso Internacional de Capacitação para Gestores de Unidades de Formação Profissional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI – São Paulo)*: o curso tem como objetivo propiciar visão sistêmica do processo de educação profissional, envolvendo planejamento, implantação e gestão de unidades escolares, considerando aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, e permitindo aos participantes conceituar estrutura de gestão de unidades de formação profissional; analisar e avaliar conhecimentos, habilidades e atitudes do diretor ou gestor de processo de unidade de formação profissional; compreender práticas exitosas de gestão e de direção de unidades de formação profissional; experimentar vivências em diferentes ambientes de ensino e em ambientes industriais; e conhecer técnicas para aproximar o setor produtivo da unidades de formação profissional.

A parceria de cooperação técnica trilateral com Portugal está amparada pelo "Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Ações de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento em Terceiros Países", assinado em 01/11/2016, em Brasília, à margem da Cimeira Luso-Brasileira.

1. Produção Sustentável de Café no Parque Nacional da Gorongosa como um Sistema Agroflorestal Integrado no Contexto da Deflorestação, Alterações Climáticas e Segurança Alimentar. Por meio da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Brasil apoia os técnicos e agricultores locais do Parque Nacional da Gorongosa no melhoramento dos atuais sistemas de produção de café, com a introdução e otimização das práticas de desenvolvimento sustentável.

9

Além das ações de capacitação, o Brasil apoiará a elaboração de um manual de boas práticas de gestão e manejo da cultura (plantio; colheita; e armazenagem de café) para as comunidades locais em Moçambique. Espera-se, igualmente, apoiar o Governo moçambicano na obtenção de certificação de qualidade do café de acordo com os padrões internacionais.

Cooperação técnica regional

Programa de capacitação de diplomatas: o Instituto Rio Branco (IRBr) implementa, em parceria com a ABC, desde o ano de 2008, programa de capacitação para diplomatas estrangeiros com vistas a atender jovens profissionais dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Até o ano de 2020, formaram-se no IRBr 6 diplomatas moçambicanos. No biênio 2021/2022, um moçambicano participa do programa.

Programa de capacitação de militares: a ABC, em parceria com o Ministério da Defesa, tem apoiado, desde o ano de 2009, a oferta de vagas para militares da América Latina e da África em diversos cursos nas Academias das Forças Armadas brasileiras. No período de 2009 a 2020, foram capacitados 144 militares moçambicanos nesse programa. Para 2022, está confirmada a oferta vagas para 8 militares moçambicanos.

Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze: o projeto, executado em parceria com a EMBRAPA, foi assinado em 2014, e tem por objetivo ampliar a capacidade institucional e de recursos humanos nacionais (pesquisadores, extensionistas e produtores-líderes), do Malawi e de Moçambique, na utilização e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades. Renovado até junho de 2022, o projeto entrará em seu último ano de execução, já tendo realizado 93 missões, 15 cursos de treinamentos e 8 "dias de campo", nos quais houve o envolvimento de aproximadamente 2 mil pessoas, entre técnicos do projeto, representantes da ABC e da EMBRAPA, bem como de outras instituições. Após a avaliação final dos impactos do projeto, concluiu-se que os principais ganhos para os países africanos foram o aumento de renda dos produtores, a melhoria na gestão das propriedades agrícolas, a internalização de boas práticas na produção do algodão, o aumento na produção e na produtividade de algodão (dobrou a produção), o fortalecimento técnico das instituições envolvidas, a melhoria e a aprovação da lei de sementes certificadas, a melhoria das infraestruturas e a aquisição de equipamentos e veículos.

Brasil – PALOP + Timor Leste – Portugal

1. *PROCULTURA – ("Promoção do Emprego nas Atividades Geradoras de Rendimento no Setor Cultural nos PALOP e Timor-Leste"). O projeto está em fase de assinatura.* O PROCULTURA tem por objetivo contribuir para o aumento do emprego e das atividades geradoras de rendimento nos PALOP-Timor Leste. O projeto destina-se a instituições de ensino técnico e formação profissional; instituições de ensino superior; tutelas da cultura; estudantes do ensino secundário e superior; criadores e profissionais líderes de desenvolvimento dos setores culturais; operadores econômicos nos setores da música, de artes cênicas e da literatura e, como beneficiários finais, os operadores dos setores da cultura, em particular da música, das artes cênicas e da literatura e cidadãos dos PALOP e Timor-Leste.

Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais

10

Estão em execução dois projetos de cooperação trilateral com organismos internacionais nas áreas de subprodutos e culturas associadas ao algodão (Alternativas de Produção e Escoamento dos Subprodutos do Algodão e Culturas Associadas em Moçambique), em parceria com o Programa Mundial de Alimentação (PMA); e de trabalho decente na cadeia de algodão (Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente nos países produtores de algodão na África e na América Latina – GLO/14/45/BRA, dentre os quais faz parte Moçambique), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

1. Alternativas de Produção e Escoamento dos Subprodutos do Algodão e Culturas Associadas em Moçambique. O objetivo do projeto-país é apoiar pequenos produtores de algodão e instituições públicas no escoamento da produção dos subprodutos do algodão (óleo, torta, etc.) e de produtos advindos da produção consorciada de algodão (milho, sorgo, feijão etc.), com vistas a contribuir para o aumento de renda dos pequenos produtores e para sua segurança alimentar e nutricional. Em março de 2021, foi realizado o primeiro Comitê de Acompanhamento de Projeto (CAP), quando foi discutido e aprovado o plano de trabalho para 2021. Foi realizada, em agosto de 2021, visita de campo da coordenadora do projeto às províncias de Tete e de Manica para a apresentação do detalhamento do projeto, bem como para reforçar a importância do envolvimento, ativo e direto, dos técnicos do Serviços Distrital de Atividade Econômica (SDAE), que serão treinados e farão a disseminação de conhecimento e técnicas de plantio aos agricultores. Encontram-se em elaboração cursos virtuais sobre a análise de solo e de manejo da cultura do algodão, que poderão ser lançados no primeiro trimestre de 2022.

2. *Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente nos países produtores de algodão em Moçambique*. O objetivo do projeto-país é contribuir com a promoção do trabalho digno, a fim de melhorar as condições de trabalho ao longo da cadeia do algodão em Moçambique, com base nos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho. De modo a viabilizar a negociação do projeto-país, em agosto de 2017, foi realizada missão de prospecção com a participação do Governo moçambicano e de instituições privadas e da sociedade civil locais, representadas pelo então Instituto de Algodão de Moçambique (IAM), pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), pelo Fórum Nacional de Produtores de Algodão (FONPA), pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Florestas (SINTAF) e pela Universidade Eduardo Mondlane, dentre outros, além das citadas contrapartes brasileiras. Em fevereiro de 2020, foi realizado o primeiro Comitê de Acompanhamento de Projeto (CAP) e elaborado o planejamento para a implementação das atividades. O projeto foi assinado em abril de 2021, iniciando-se, na sequência, a implementação de suas atividades por meio virtual, em decorrência da pandemia da COVID-19

11

Cooperação Técnica com a CPLP

Dentre os projetos que o Brasil implementa em parceria com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique é parceiro em dois:

Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES): executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa prioriza o intercâmbio do conhecimento e a mobilidade acadêmica no espaço da Comunidade. Estudantes, docentes, coordenadores de cursos, gestores e técnicos das instituições públicas de ensino superior dos Estados membros são os beneficiários diretos deste projeto.

Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP: executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), o projeto tem como objetivo apoiar os governos dos Estados membros da Comunidade na gestão dos recursos hídricos locais, por meio da transferência de tecnologia de redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; da capacitação de quadros de funcionários locais; e também da promoção de intercâmbio de experiências no desenvolvimento de marcos legais e de gestão de instituições responsáveis pelo tema.

Cooperação humanitária

Moçambique é parceiro prioritário da cooperação humanitária do Brasil.

Ciclones Idai e Kenneth

O ciclone Idai, que atingiu Moçambique em 14 de março de 2019, foi considerado o mais grave desastre natural de que se tinha registro naquele país. Não apenas o número de vítimas fatais elevou-se a mais de 1.300 pessoas, como também extenso dano foi causado à infraestrutura, incluindo a destruição de lavouras às vésperas da colheita. Além do cenário de insegurança alimentar, grave surto de cólera alastrou-se pela região central do país, que não dispunha de meios eficazes para combater a enfermidade. Além dos milhares de casos confirmados da doença, o número de infectados pela malária também subiu exponencialmente, chegando a mais de quinze mil pacientes. Simultaneamente, milhares de famílias ficaram desabrigadas.

A situação em Moçambique agravou-se ainda mais no dia 25 de abril daquele ano, quando o ciclone Kenneth, o mais forte já registrado em todo o continente africano, com ventos de até 220km/h, atingiu a província de Cabo Delgado, no norte do país. Apesar das ações preventivas adotadas, inclusive com o apoio brasileiro, o novo ciclone gerou mais algumas centenas de mortos e dezenas de milhares de desabrigados.

No contexto da catástrofe humanitária de grande porte representada pelo ciclone Idai, o Brasil empreendeu seus melhores esforços para auxiliar Moçambique nos trabalhos de resgate e assistência às vítimas.

No âmbito da CPLP, criou-se rubrica específica, em seu Fundo Especial, voltada a receber doações para Moçambique. Estados membros, Observadores Associados e terceiros países foram convidados a doar recursos, a serem remetidos para o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades moçambicano. O Brasil, além de colaborar com a doação de 100 mil euros provenientes de sua

contribuição ao Fundo Especial da CPLP, também contribuiu para minorar os efeitos do desastre, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Além da doação via CPLP, o Brasil prontamente ofereceu imagens satelitais para apoiar os trabalhos de resgate e salvamento no terreno. Enviou, ainda, duas aeronaves da FAB, com 40 bombeiros da Força Nacional e do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Minas Gerais, bem como kits de uso emergencial, num total de 865 quilos de medicamentos. A gravidade da situação fez com que a missão, inicialmente prevista para cerca de 15 dias, fosse prorrogada por mais 20 dias.

Após o agravamento da situação humanitária no país, causado pela passagem do ciclone Kenneth, o Brasil acedeu a pedido do governo moçambicano no sentido de autorizar que os 30 bombeiros que se encontravam na região atingida pelo ciclone Idai fossem transferidos para a região norte de Moçambique, assolada pelo segundo ciclone. Adicionalmente, atendendo a novo pedido do país africano, o Brasil enviou outra equipe de socorristas, para substituir os bombeiros, acrescida de dez especialistas em saúde pública. O apoio brasileiro foi extensamente reconhecido pelo governo e pela sociedade moçambicanos.

Ademais, foi aberta conta bancária pela Caixa Econômica Federal, em nome do PMA, e campanha pública junto à sociedade brasileira que arrecadou cerca de US$ 100 mil para apoio aos esforços de recuperação e reconstrução em Moçambique.

Pandemia de Covid-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde de que o surto do novo coronavírus constituía Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o Brasil contribuiu para o enfrentamento à pandemia em Moçambique mediante doação de US$ 100 mil, com apoio do PMA, para a aquisição de equipamentos e insumos médico-hospitalares.

Em seguimento aos compromissos assumidos em 2019, o Brasil está ultimando as providências para o envio, com o apoio do PMA, da doação de 4 mil toneladas de arroz beneficiado dos estoques públicos brasileiros administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para reforçar a segurança alimentar e nutricional moçambicana, ainda mais afetada pela pandemia.

Antibiótico azitromicina

Em 7 de julho de 2021, foi realizada entrega simbólica ao ministro da Saúde de Moçambique, Armando Tiago, da doação brasileira de 18,3 mil ampolas do antibiótico injetável azitromicina 500mg, constante da Lista de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial de Saúde.

Doação humanitária brasileira para Cabo Delgado

O Brasil realizou a doação de 100 mil euros ao PMA em Moçambique, destacados de recursos depositados no Fundo Especial da CPLP, com o objetivo de contribuir para minorar a insegurança alimentar no quadro da crise humanitária na província de Cabo Delgado.

A iniciativa integra um amplo programa de iniciativas de cooperação com Moçambique que está sendo formulado pela Agência Brasileira de Cooperação para beneficiar, direta e indiretamente, a segurança pública e o desenvolvimento econômico e social de Moçambique.

13

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA, na sigla em inglês), o deslocamento contínuo e a destruição dos meios de subsistência estariam exaurindo os recursos escassos das famílias, levando a uma grave crise de fome em meio a várias emergências de saúde e proteção. Um terço de toda a população de Cabo Delgado seria constituída de deslocados internos.

Cooperação Educacional

O Brasil é importante parceiro na formação de cidadãos moçambicanos. A título de exemplo, Moçambique é um dos principais beneficiários dos programas de bolsas para formação universitária de graduação e pós-graduação do governo federal e das universidades públicas brasileiras. Centenas de moçambicanos fizeram seus estudos universitários no Brasil, em especial no âmbito do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

PEC-G/PEC-PG

O PEC-G, criado em 1965, promove o acesso a cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, por meio da oferta gratuita em 111 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, das quais 61 federais, 17 estaduais e 33 privadas.

Desde 2000, foram selecionados 237 estudantes moçambicanos para o PEC-G, conforme detalhamento abaixo:

2000	*2001*	*2002*	*2003*	*2004*	*2005*	*2006*	*2007*	*2008*	*2009*	*2010*	
12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	
2011	*2012*	*2013*	*2014*	*2015*	*2016*	*2017*	*2018*	*2019*	*2020*	*2021*	***Total***
7	8	13	18	9	1	3	2	8	3	0	**237**

No ano de 2020 houve 3 estudantes selecionados (ver tabela acima).

Bolsistas moçambicanos apoiados pelo MRE

Os estudantes do PEC-G podem receber bolsas de estudo do governo brasileiro em casos específicos. Atualmente, o MRE oferece as seguintes bolsas pelo período de um semestre, passíveis de renovação:

- Bolsa Mérito: concedida a estudantes-convênio que apresentem notável rendimento acadêmico. Além da bolsa, o aluno recebe passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação.

- Bolsa MRE: dada a estudantes-convênio de instituições não federais que apresentem debilitada situação financeira após um ano de permanência no Brasil.

O Ministério da Educação também oferece bolsas, de igual valor, a estudantes PEC-G de Universidades Federais, conhecidas pela sigla Promisaes (abreviatura de Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior). O repasse, entretanto, é feito diretamente às universidades federais participantes, que se encarregam dos respectivos processos seletivos.

14

Programa de Estudantes–Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)

No mais recente edital do Programa (segundo semestre de 2018 e ingresso em 2019, exclusivo para doutorados) foram ofertadas 65 bolsas para moçambicanos do total geral de 103, o que colocou o país em posição de relevo. Angola e Colômbia, nas posições seguintes, receberam 7 e 4 bolsas, respectivamente.

No período de 2000 a 2019, foram selecionados 485 bolsistas moçambicanos. No ranking de países beneficiários, Moçambique ocupa atualmente a segunda posição, atrás da Colômbia (724), seguido de Peru (344) e Cabo Verde (163).

A seleção e o pagamento das bolsas PEC-G são de competência da CAPES e do CNPq.

Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global da CAPES

Com vistas a centralizar e harmonizar as políticas de apoio às relações entre Instituições de Ensino Superior brasileiras e parceiros situados fora do eixo prioritário do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), a CAPES lançou em 2019 o Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global (COOPBRASS), voltado a estimular a formação de redes de pesquisa e aprimorar a produção acadêmica conjunta com os países com os quais o Brasil mantêm acordo de cooperação educacional. Dos 10 projetos selecionados em 2019, um contemplou o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, em parceria com a FIOCRUZ. O programa tem duração prevista de até 4 anos, tendo iniciado em 2020.

UNILAB

A Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) é instituição vinculada ao Ministério da Educação voltada para capacitação das juventudes brasileira e africana, com sede em Redenção, no Ceará, e unidade em São Francisco do Conde, na Bahia. A Unilab iniciou suas primeiras turmas de graduação em 2011, com a oferta dos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia de Energias e Letras. Participam da seleção nacionais dos países africanos de língua portuguesa e do Timor Leste.

Desde sua criação, a Unilab já formou 22 alunos de Moçambique em cursos de graduação nas mais diversas áreas. Atualmente, a universidade conta com 40 alunos moçambicanos ativos na graduação, e um na pós-graduação (mestrado).

A Unilab assinou, em abril de 2021, acordo de cooperação com o Instituto de Bolsas de Estudo (IBE) de Moçambique para ampliar a presença moçambicana naquela instituição acadêmica brasileira. Com vigência de cinco anos, o acordo prevê a oferta de 180 bolsas anuais de graduação, pós-graduação e capacitação de quadros.

Cooperação Educacional-Militar | Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros - PEPME

Moçambique apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento de interesse estratégico. O Programa oferece cursos de formação ministrados em português, com a inclusão de custeio de alojamento, alimentação, uniforme, auxílio financeiro, entre outras facilidades proporcionadas ao aluno.

15

No âmbito do PEPME 2018, foram selecionados 8 moçambicanos para participar dos cursos de graduação de Oficial de Náutica de Navegação (FONT) e de Oficial de Máquinas (FOMQ). Não houve, contudo, candidaturas moçambicanas em 2019, 2020 e 2021.

ProAfri

O Programa dedica-se à Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (ProAfri) foi iniciado em 2018. Total de 74 docentes moçambicanos foram admitidos no primeiro ano do programa, com bolsas, para a realização de seus cursos de mestrado ou doutorado em Instituições de Ensino Superior brasileiras, ao tempo em que mantiveram o vínculo com as instituições nas quais lecionam em Moçambique. Na segunda edição do ProAfri, em 2021, 75 professores universitários moçambicanos foram aprovados para estudos de mestrado e doutorado no Brasil.

O ProAfri tem o potencial de converter-se em valioso aporte ao desenvolvimento de longo prazo de Moçambique, uma vez que se trata de investimento educacional com elevado potencial multiplicador. O objetivo do ProAfri é dotar Moçambique de autonomia para formação de professores e pesquisadores. Terá significativo impacto, uma vez que diagnóstico do próprio governo moçambicano aponta a insuficiente qualificação do corpo docente como principal gargalo para a qualidade do ensino.

Atualmente há 48 instituições de ensino superior legalmente constituídas em Moçambique. Elas contam com cerca de 5.300 docentes em regime de dedicação integral. Destes, cerca de 540 são doutores e 1700, mestres. Os demais, quase 60% do total, possuem apenas a graduação.

Ensino técnico profissionalizante

Na área de ensino técnico e profissionalizante, têm sido implementadas iniciativas como o projeto "BRAMOTEC II", que tem como objetivo fortalecer a formação de 64 professores moçambicanos nas áreas de Agricultura, Design de Interiores e Turismo & Hotelaria.

A ação conta com envolvimento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e do Ministério da Educação. Em face das limitações de locomoção internacional resultantes da pandemia de Covid-19, parte das atividades previstas no âmbito do programa foi postergada.

Cooperação em defesa

Com território de cerca de 800 mil km² e costa de aproximadamente 2,5 mil km, Moçambique é grande receptor de cooperação no setor, provida por países como Estados Unidos, China, França e Rússia. No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Brasil e Portugal despontam como os principais colaboradores.

A atuação da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica junto à Embaixada em Maputo tem dinamizado a cooperação na área.

O Brasil mantém colaboração com o Instituto Superior de Estudos de Defesa de Moçambique (ISEDEF), instituição na qual, desde a sua fundação, instrutores militares brasileiros provenientes das três Forças têm participado da formação de oficiais moçambicanos. De 2019 a 2021, cerca de 400 militares moçambicanos foram beneficiados pelo intercâmbio com os instrutores brasileiros, cuja atuação se tem concentrado em cinco disciplinas: Curso de Altos

Comandos; Curso de Estado-Maior Conjunto; Curso de Adequação de Quadros; Curso de Promoção a Oficial Superior; e Curso de Chefe de Operações. Esses cursos tratam de assuntos como fundamentos de estratégia, técnicas de Estado-Maior, operações defensivas, operações de cooperação e coordenação com agências, operações conjuntas e combinadas, doutrina naval e legislação aeronáutica.

Além desse apoio, os instrutores brasileiros têm assessorado o Comando do ISEDEF e das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique em questões técnicas militares, quando solicitados. Em 2021, destacaram-se as seguintes demandas: alteração de grade curricular do Instituto, preparação de militares para atuação em operações psicológicas, apoio na montagem de Curso de Paz e Segurança da Universidade do Rovuma, apresentação da sistemática de gestão de pessoal do Exército Brasileiro e participação em seminários.

Militares moçambicanos também recebem formação em instituições brasileiras, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do Exército – que acolhe, neste momento, seis cadetes moçambicanos – a Escola Naval e a Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), entre outras, em intercâmbios que contam com envolvimento da Embaixada e de sua Adidância militar, particularmente no que toca ao processo de prospecção de interesses e necessidades por parte do governo moçambicano, ao processo de seleção de oficiais para os cursos e ao apoio prestado aos contemplados. Adicionalmente, a Escola Superior de Ciências Náuticas de Moçambique (ESCN), vinculada ao Ministério dos Transportes e Comunicação, tem histórico de participação de seus alunos nos cursos de graduação do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros da Marinha do Brasil.

Cooperação em Energia

Moçambique é um dos países com maior potencial energético da África. Possui grandes reservas estimadas de carvão (23 bilhões de toneladas) e de gás natural (127 bilhões de metros cúbicos comprovados), além de elevado potencial de geração de energias renováveis, como eólica (4.700 MW), solar (2.700 MW) e bioenergia (2.200 MW).

Ademais, o país é o sétimo maior produtor de energia hidrelétrica na África subsaariana (2.187 MW) e apresenta um dos maiores potenciais hidrelétricos no continente (19.000 MW), ainda pouco aproveitado, o que representa boa perspectiva para investimentos, tanto na construção de usinas quanto na implantação de linhas de transmissão, do que o país é particularmente carente.

Quanto à geração elétrica, a maior parte advém de fontes renováveis, principalmente de usinas hidrelétricas (86%, 2015).

Moçambique apresenta forte aptidão agrícola, havendo grande potencial de produção de biocombustíveis, em razão de condições agroclimáticas favoráveis e da disponibilidade de terras aráveis (mais de 60 milhões de hectares), além de localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção para Ásia, Europa e África do Sul. Pode-se destacar o potencial do país para produção de bioetanol a partir de cana-de-açúcar, especialmente tendo em vista a existência de quatro grandes usinas de açúcar já instaladas no país, uma delas, a Açucareira de Sena, na província de Sofala, controlada pelo grupo brasileiro Guarani.

O uso da biomassa para a produção de combustíveis de transportes e cogeração de eletricidade, contudo, ainda é incipiente. Apesar de a legislação moçambicana prever a mistura de

10% de etanol à gasolina (E10), o governo tem enfrentado obstáculos para sua implementação, principalmente devido à carência de capacitação técnica em áreas como fiscalização e regulação.

Gás Natural

A confirmação, em 2011, de vultosas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, no extremo norte do país, e o projeto de liquefação de gás deverão posicionar Moçambique entre os maiores exportadores mundiais de gás. Além das oportunidades que poderão surgir para empresas brasileiras nesse processo, o Brasil poderá seguir contribuindo com Moçambique no compartilhamento de experiências.

Moçambique tem o potencial de se tornar o terceiro maior exportador de gás do mundo, na esteira do desenvolvimento das reservas da bacia do Rovuma, situada na província de Cabo Delgado. Preveem-se, para os próximos anos, expressivos investimentos internacionais, da ordem de 60 bilhões de dólares, para o aproveitamento dos hidrocarbonetos. Entre as grandes empresas de energia, a norte-americana ExxonMobil e a francesa Total desenvolvem projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL) na localidade.

Realizou-se, em dezembro de 2020, o III Seminário Brasil-Moçambique de Petróleo, Gás e Setores Correlatos. Considerado um sucesso por ambas as partes, o evento foi organizado pela Embaixada do Brasil em Maputo, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) e a estatal moçambicana Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH). Entre os temas abordados, sublinhou-se que a experiência do Brasil na modernização do ambiente regulatório, na oferta periódica de áreas ao mercado e na subsequente atração de grandes multinacionais para o aproveitamento das reservas do pré-sal poderá ser compartilhada com a parte moçambicana, à luz do desenvolvimento do setor gasífero naquele país.

Investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é marcante e diversificada. Segundo dados do Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Brasil é hoje o maior investidor estrangeiro no país. Teve papel crucial na construção desse cenário a participação da Vale no projeto do Corredor Logístico Integrado de Nacala. Estima-se que o investimento total da mineradora em Moçambique ultrapasse a casa dos USD 10 bilhões.

Não há registro de fluxos recentes de investimentos moçambicanos no Brasil.

Comércio bilateral

A corrente total de comércio fechou o ano de 2020 em US$ 72,3 milhões, revelando uma variação negativa da ordem de 50% em relação ao ano anterior. Tanto as exportações brasileiras (US$ 33,5 milhões, queda de 4,5%) quanto as importações (US$ 38,8 milhões, queda de 65,3%) apresentaram variação negativa em comparação a 2019.

O recuo acentuado das importações, especificamente, deve-se em grande medida à redução das compras de carvão tipo hulha, extraído pela Vale Moçambique da mina de Moatize. A empresa brasileira manteve por extenso período de tempo suas unidades de processamento paradas, em razão de trabalhos de manutenção e de readequação das plantas.

Os bens com maior peso na pauta exportadora brasileira em 2020 foram, por ordem de importância, produtos residuais de petróleo (15%), gordura e óleos vegetais (14%), carnes de aves

(11%), sais e peroxossais (5,7%), produtos da indústria de transformação (4,8%), calçados (4,5%), artigos de borracha (3,7%) e produtos de perfumaria (3%).

Quanto às importações de produtos moçambicanos, além do carvão tipo hulha (90%), destaca-se apenas o tabaco (7,4%). Vale registrar que, apesar da queda abrupta nos fluxos comerciais, o perfil das pautas permanece basicamente inalterado, com razoável diversificação de exportações brasileiras e forte concentração das importações.

19

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. No entanto, o país viu-se mergulhado em guerra civil que opôs a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) ao governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) de 1977 até 1992, quando se assinou Acordo de Paz, conhecido como “Acordo de Roma”.

O fato de o Acordo de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu prestígio internacional ao país. A realização de eleições multipartidárias (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; e a liberdade de expressão, religiosa e de associação chegaram a situar Moçambique como modelo para países em situação pós-conflito.

Apesar do Acordo de Paz e da realização regular de eleições, os desentendimentos entre a Frelimo e a Renamo nunca foram inteiramente superados. Persistem desavenças em certos assuntos, tais como o desarmamento total da Renamo e a incorporação de suas forças residuais às Forças Armadas de Moçambique.

Processo de paz

Em 6 agosto de 2019, foi assinado, em Maputo, o Acordo de Paz e Reconciliação. O evento histórico foi apresentado como conclusão do processo de paz entre o governo moçambicano e a Renamo. O instrumento foi firmado pelo presidente de Moçambique, Felipe Nyusi, e pelo general Ossufo Momade, líder da Renamo. O acordo tinha como propósito declarado encerrar conflitos remanescentes, não solucionados em mais de quatro décadas, em seguimento às tratativas de paz empreendidas por ocasião do fim da guerra civil (recorde-se que a guerra civil moçambicana teve início em 1977, dois anos após a independência do país, e terminou somente em 1992, com a assinatura do chamado "Acordo Geral de Paz", pelo então presidente da República, Joaquim Chissano, e pelo então presidente da Renamo, Afonso Dhlakama).

Compareceram à cerimônia de assinatura do "Acordo de Paz e Reconciliação" chefes de Estado e de governo, como Cyril Ramaphosa, da África do Sul, Paul Kagame, de Ruanda, e Edgar Lungu, da Zâmbia. Altos representantes de outros países africanos estiveram presentes, bem como a então Alta Representante da União Europeia para Política Externa e Segurança, Federica Mogherini.

Desde a assinatura do acordo de paz, no entanto, um segmento que se designa como "Junta Militar" da Renamo, liderada pelo general Mariano Nhongo, considerou nulo o ato, que previa um processo de desmilitarização, desarmamento e reintegração (conhecido pela sigla DDR) de membros do braço armado da oposição. Ataques da “Junta Militar” nas províncias centrais do país voltaram a crescer nos últimos dois anos, causando mortes e destruição.

Em janeiro de 2021, o presidente Nyusi novamente conclamou o general Mariano Nhongo a entregar as armas. Em julho último, Nyusi reiterou o convite a Nhongo para aderir à terceira fase do processo DDR, lançada naquele mês. O processo vem sendo implementado de forma irregular e sofreu certa paralisia ao longo do primeiro semestre de 2021, enquanto o país se voltava ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 e ao combate à insurgência extremista no norte do país.

20

Em 11 de outubro último, foi noticiado que o líder da "Junta Militar" havia sido morto em operação conduzida pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique.

Eleições de 2019

O presidente Felipe Nyusi, da Frelimo, foi reeleito em 2019, no primeiro turno, com 73,4% dos votos, derrotando Ossufo Momade, candidato da Renamo, principal partido de oposição. Nyusi tomou posse em 15 de janeiro de 2020.

As eleições de 2019 representaram vitória da Frelimo, que, além de reeleger o presidente pela maior diferença percentual de votos desde 2009, também obteve 71,2% dos votos para a Assembleia da República, garantindo 184 dos 250 assentos no Parlamento. Dessa forma, o partido conta hoje com maioria qualificada no Legislativo, o que o habilita a promover até mesmo reformas constitucionais, para as quais são exigidos 2/3 dos votos no parlamento.

Poder Legislativo

A Assembleia da República de Moçambique é parlamento unicameral, com 250 membros eleitos diretamente por sistema de representação proporcional em lista fechada para mandatos de cinco anos. A última eleição legislativa foi realizada em outubro de 2019, sendo que, atualmente, três partidos estão representados no parlamento moçambicano: Frelimo (184 cadeiras), Renamo (60 cadeiras) e MDM (Movimento Democrático de Moçambique – 6 cadeiras).

Província de Cabo Delgado

Desde outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, vem sofrendo ataques do autodenominado "Al-Shabaab Moçambicano" (ASM), que, em poucos anos, se fortaleceu a ponto de ameaçar a estabilidade dessa porção do país.

Estima-se que a instabilidade no norte de Moçambique tenha resultado, até o momento, em mais de 2.500 mortes e 800 mil deslocados. A crise é agravada por doenças endêmicas e pela pandemia.

Em 10/03/2021, os EUA anunciaram inclusão do ASM em lista de "organizações terroristas estrangeiras".

Com a aprovação pela reunião de cúpula extraordinária da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês), foi iniciada oficialmente, em Pemba, em 09/08, a Missão da SADC para Moçambique (SAMIM), formada por tropas de África do Sul, Angola, Botsuana e Tanzânia.

O governo de Ruanda anunciou, em 09/07, que, a pedido de Moçambique, enviaria mil efetivos, entre militares e policiais, para combater a insurgência em Cabo Delgado.

Em 08/08, as Forças de Defesa de Ruanda (RDF) anunciaram que, em conjunto com as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, retomaram o porto e a vila sede do distrito de Mocímboa da Praia, a mais importante posição mantida pelos extremistas. A retomada de Mocímboa constitui marco simbólico e estratégico fundamental para Maputo.

Doação humanitária brasileira para Cabo Delgado

21

O Brasil doou € 100 mil ao PMA em Moçambique, em 28 de junho de 2021, com o objetivo de contribuir para minorar a insegurança alimentar no quadro da crise humanitária na província de Cabo Delgado.

A iniciativa integra um amplo programa de iniciativas de cooperação com Moçambique que está sendo formulado pela Agência Brasileira de Cooperação para impactar positivamente, direta e indiretamente, a segurança pública e o desenvolvimento econômico e social de Moçambique.

POLÍTICA EXTERNA

Em sua inserção internacional, Moçambique privilegia como principais plataformas sua participação na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana. A situação em Cabo Delgado, com a envolvimento de forças da SADC, reforçou essa prioridade.

No momento, o país está engajado em esforço de ampliar sua voz no cenário internacional, consubstanciado em sua candidatura ao CSNU para o mandato 2023/2024, projeto que, ao lado do combate à insurgência no norte do país, tem marcado a agenda de política externa moçambicana. Até o momento, houve endossos da União Africana e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) à candidatura moçambicana.

Sobre as principais parcerias do país com seus vizinhos, ressaltam-se: a relação econômico-comercial com a África do Sul; os vínculos políticos com a Tanzânia e o Zimbábue, que remontam ao período da formação do Estado nacional; e a relação com o Malawi, com interesses econômicos, questões lindeiras e vínculos étnicos entre as populações fronteiriças.

Moçambique também cultiva relacionamento privilegiado com os demais membros da CPLP, sobretudo em razão dos vínculos históricos, culturais e linguísticos que os unem. O país mantém, ainda, relações próximas com parceiros tradicionais - países europeus, EUA, Canada e Japão -, bem como com a China - que executa importantes obras de infraestrutura no país - e a Índia.

A questão da distribuição equitativa internacional de vacinas contra a pandemia de covid-19 constitui atualmente uma das prioridades da política externa moçambicana.

África do Sul

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, as intensas relações econômicas fazem da África do Sul o principal parceiro de Moçambique no continente africano.

Para ilustrar, a África do Sul é destino de aproximadamente 17% das exportações de Moçambique e é seu principal fornecedor externo, respondendo por 26% das importações moçambicanas, que se concentram em energia e automóveis.

Rússia

Moçambique esteve na zona de influência soviética desde a independência, em 1975, até 1987, quando, após a recusa pela União Soviética de sua entrada no Conselho para Assistência

Econômica Mútua (COMECON), abandonou o socialismo e aproximou-se do governo de Ronald Reagan, adotando o Plano de Reestruturação Econômica no início da gestão do ex-presidente Joaquim Chissano (1985-2005).

Nos últimos anos, Moçambique e Rússia ensaiaram movimentos de reaproximação que culminaram com a assinatura de importantes acordos, sobretudo em cooperação militar, tendo a Rússia oferecido treinamento de pessoal e equipamentos militares para o governo moçambicano. Em novembro de 2017, a Rússia anunciou o perdão de 90% da dívida moçambicana (herdada em boa medida do período soviético), convertendo o restante (cerca de USD 140 milhões) em créditos para projetos de cooperação.

Em 2018 os ministros do exterior dos dois países visitaram-se mutuamente, e foi anunciada a intenção de aprofundar os projetos de cooperação tanto na área de defesa quanto nos investimentos da Rosneft no norte de Moçambique. Dois meses após realizar visita oficial de quatro dias a Moscou, o presidente Nyusi representou Moçambique na I Cúpula Rússia-África, em Sochi, em outubro de 2019. Nyusi aproveitou sua nova passagem pela Rússia para avançar na agenda econômica e de investimentos, bem como para adensar a cooperação em defesa.

A Rosneft tem participação de 20% em consórcio capitaneado pela Exxon Mobil, que tem a concessão de prospecção e exploração de três grandes blocos de gás natural na costa do país. Até o momento, o principal investimento russo em território moçambicano é o Projeto Tazeta, de exploração de areias pesadas na Zambézia, estimado em cerca de US$ 100 milhões.

China

Os acordos entre China e Moçambique, mormente de cunho político e militar, desenhados no contexto da guerra de independência do país africano são elementos determinantes do posterior desenvolvimento das relações bilaterais. O apoio de Pequim à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) nos anos sessenta, por exemplo, ajudou a pavimentar esse intercâmbio.

Entre 1998 e 2020, verificaram-se uma visita presidencial chinesa a Moçambique (2007) e nove visitas de mandatários moçambicanos à China, sendo duas de Joaquim Chissano, quatro de Armando Guebuza e três de Filipe Nyusi. Mais recentemente, o país aderiu ao *Belt & Road Initiative* (BRI), e Joaquim Chissano foi nomeado para presidir o Conselho Consultivo do Instituto China-África.

Os investimentos chineses notabilizaram-se em diversos setores da economia moçambicana, com destaque para o sistema financeiro; empresa do bilionário Stanley Ho, por exemplo, deu origem ao importante Moza Banco e outras instituições voltadas ao desenvolvimento de projetos agrícolas e de biocombustíveis no vale do rio Zambeze; outras multinacionais atuam no setor extrativo de mineração (ouro, ferro, diamantes e calcário, entre outros) e de petróleo e gás.

A China constitui importante parceiro que tem prestado ajuda a Moçambique no combate à pandemia. Especialmente no início da crise, em fevereiro de 2020, repercutiu positivamente a doação de materiais médicos e de kits de testes oferecidas pelo governo chinês ao governo moçambicano, quando a oferta dos bens era escassa. A entrega de materiais doados pela Fundação Jack Ma ao continente africano, distribuídos a partir da Etiópia pela Ethiopian Airlines, foi igualmente muito bem acolhida pela opinião pública local como gesto de solidariedade. Foram recebidos em Moçambique 500 respiradores, mais de 100 mil máscaras e kits de testes, entre outros equipamentos. A operação logística para efetivação da doação teve apoio do PMA.

23

Portugal

Portugal é um dos principais investidores externos no país e mantém com Moçambique um dinâmico intercâmbio educacional e cultural.

O Primeiro-Ministro António Costa participou, em Maputo, em julho de 2018, da III Cimeira Luso Moçambicana, e, em julho de 2019, o Presidente Filipe Nyusi esteve em Portugal para a IV edição do encontro de alto nível. Naquela oportunidade, António Costa afirmou haver "nova dinâmica" nas relações entre os dois países, recordando que nos dois últimos anos houve duas cimeiras, o que demonstraria a intensidade e a relevância das relações entre Portugal e Moçambique. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, realizou visita a Moçambique, de 13 a 18 de janeiro de 2020, por ocasião da posse do Presidente Filipe Nyusi, realizada em 15 de janeiro.

No contexto da pandemia de Covid-19, o Governo português anunciou, em 21 maio de 2021, a assinatura de contratos para operacionalização naquele país do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP). Trata-se de instrumento financeiro estabelecido entre os dois governos para apoio a micro, pequenas e médias empresas moçambicanas, com vistas a fomentar a atividade econômica no contexto da crise sanitária.

Estados Unidos

Dois fatores sobre o interesse norte-americano em Moçambique podem ser destacados: os volumosos investimentos já iniciados por empresas dos Estados Unidos na exploração de gás "offshore" na costa moçambicana - que têm o potencial de catapultar o crescimento da economia local - e a preocupação com o recrudescimento de grupos terroristas de orientação jihadista no norte do país.

Realizou-se em Maputo, em junho de 2019, a XII Cimeira de Negócios EUA-África, foro bienal que constitui espaço privilegiado para a identificação de novas oportunidades de negócio e o fortalecimento das parcerias comerciais e de investimentos existentes entre os Estados Unidos e o continente africano. Além do presidente Filipe Nyusi, participaram mandatários de países do entorno de Moçambique, nominalmente os da Zâmbia, do Zimbábue, da Namíbia, do Esuatíni e o chefe de governo e premiê do Lesoto.

No contexto do apoio ao combate ao terrorismo no norte de Moçambique, os Estados Unidos, recentemente, direcionaram USD 42 milhões a projetos de prioridade da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte, criada neste ano pelo governo moçambicano com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico da região norte.

O governo dos Estados Unidos tem igualmente divulgado reforço de parcerias com Moçambique para apoiar o enfrentamento à pandemia. Sob coordenação da embaixada estadunidense nesta capital, a USAID, o PEPFAR e o CDC oferecem apoio ao Ministério da Saúde e ao Instituto Nacional de Saúde, entre outros órgãos. As agências americanas participaram de todo o processo de formulação e implementação das políticas públicas moçambicanas contra o coronavírus – desde a elaboração do plano nacional até as mais variadas ações de terreno para controle epidemiológico.

União Europeia

24

Moçambique recebe expressivo apoio financeiro por parte da União Europeia (UE). Em conjunto com os Estados-Membros, o bloco responde por cerca de dois terços da ajuda internacional ao país.

Tal apoio obedece aos termos do Acordo de Cotonou, que, assinado em 2000 e revisto em 2005 e 2010, rege a cooperação entre o bloco europeu e seus Estados-membros, de um lado, e os países do grupo ACP (África, Caribe e Pacífico), do outro. Sob a égide do Acordo de Cotonou, o Programa Indicativo Nacional para Moçambique do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento previu recursos da ordem de 734 milhões de euros para o período de 2015 a 2020, com foco em boa governança e desenvolvimento rural.

Em outubro de 2020, a União Europeia aceitou pedido de ajuda apresentado pelo governo moçambicano para o enfrentamento da violência extremista em Cabo Delgado. Bruxelas já coopera na assistência aos deslocados internos e em projetos de desenvolvimento regional.

O Conselho da União Europeia formalizou, em 15/10/2021, a decisão de oficialmente lançar a Missão de Treinamento da União Europeia na República de Moçambique (EUTM MOZ), destinada a apoiar resposta das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique à crise na província de Cabo Delgado. Prevista para durar dois anos, com 140 militares, sob o comando do brigadeiro-general português Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, a missão está avaliada em 15 milhões de euros e será custeada pelo Mecanismo Europeu para a Paz.

A UE tem-se apresentado como um dos principais colaboradores de Moçambique no combate contra a Covid-19. Ao divulgar pacote europeu de resposta à pandemia, intitulado "Equipe Europa" (que combina fundos da UE, dos Estados-membros e das instituições financeiras europeias como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, somando 36 bilhões de euros, dos quais ao menos 7 bilhões serão canalizados para a África), a delegação da União Europeia em Maputo anunciou que 170 milhões de euros já teriam sido mobilizados para Moçambique. Os recursos estão sendo destinados a ações em áreas-chave (como capacitação do sistema de saúde local, aquisição de materiais médicos e assistência às autoridades moçambicanas), bem como a ações de mitigação do impacto socioeconômico da crise. Parte do montante corresponde a contribuições bilaterais dos Estados-membros, muitas vezes em coordenação com organismos internacionais.

ECONOMIA

Moçambique vem enfrentando difícil situação financeira. A depreciação de sua moeda (metical), os elevados índices inflacionários, a queda no preço das commodities (especialmente o carvão, que apenas recentemente tem dado sinais de melhoras) e a deterioração das contas públicas compõem cenário de grande pressão sobre o governo moçambicano. Como pano de fundo, problemas herdados – sobretudo a dívida decorrente de polêmicos “empréstimos secretos”, que não passaram por canais oficiais de aprovação – reduziram substancialmente a capacidade de financiamento do Estado e constituem o cerne das mais graves questões econômicas hoje enfrentadas pelo país.

Desde a eclosão da crise das "dívidas ocultas", em 2015, o governo de Moçambique viu-se obrigado a iniciar um processo de arrocho fiscal e monetário, em função do corte de ajuda direta ao orçamento por parceiros internacionais. As políticas adotadas pela equipe econômica do governo de

25

Filipe Nyusi surtiram efeitos moderados a partir dos anos seguintes, e o país iniciou um ciclo de recuperação econômica gradual, a despeito de disputas políticas internas, catástrofes naturais e surgimento de focos de ação terrorista no norte do país, que, desde 2017, ameaçam o desenvolvimento da indústria extrativista local

Antes do início da pandemia de Covid-19, embora Moçambique ainda se recuperasse do impacto de ciclones tropicais Idai e Kenneth, que devastaram extensas porções territoriais nas regiões centro e norte do país, no começo de 2019, as perspectivas econômicas de instituições financeiras e analistas em geral eram positivas. O FMI, por exemplo, previa para 2020 um crescimento do PIB na ordem de 5,5% e inflação anual na casa dos 3%. Da mesma forma, para a década atual, estimavam-se taxas de crescimento de dois dígitos, em função dos maciços investimentos ligados aos megaprojetos de exploração do gás natural da Bacia do Rovuma, na porção setentrional do território moçambicano.

As previsões otimistas viram-se frustradas com a eclosão, já no início de 2020, das primeiras notícias sobre o avanço do Covid-19 em escala global. De forma a amenizar o impacto da retração econômica, que afetou de maneira substancial o país, o governo adotou série de medidas emergenciais de contenção à pandemia, tais como a redução da taxa de juros e o lançamento de pacotes de estímulo fiscal e monetário aos setores mais afetados.

Nesse contexto, o FMI aprovou um desembolso de US$ 309 milhões, no âmbito da Facilidade Rápida de Crédito (RCF), em abril de 2020, para ajudar Moçambique a suprir necessidades fiscais e em termos de balança de pagamentos decorrentes da pandemia COVID-19. Concomitantemente, o apoio financeiro externo materializou-se também por meio de programas do Banco Mundial e no âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, arranjo ao qual Moçambique aderiu com o objetivo de aliviar as pressões sobre a liquidez monetária, dando margem fiscal para a atuação do governo em resposta ao impacto sanitário, social e econômico da pandemia.

Em linha com as previsões do Banco de Moçambique, que em seu mais recente comunicado, de fins de janeiro, projetou um ritmo de recuperação econômica mais lento do que o previsto anteriormente, é de se esperar que o volume do comércio bilateral continue em níveis baixos, ao menos no curto prazo.

26

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Moçambique
GENTÍLICO:	moçambicano
CAPITAL:	Maputo
ÁREA:	801 590 km^2
POPULAÇÃO (CENSO 2017):	30.366.036
LÍNGUA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo; Islã; Protestantismo.
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da República de Moçambique; Parlamento unicameral, composto por 250 membros, eleitos com mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Filipe Nyusi (desde 15 de Janeiro de 2015, reeleito em 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Carlos Agostinho do Rosário (desde 17 de Janeiro de 2015)
CHANCELER:	**Verónica** Nataniel **Macamo** Dlhovo (desde jan/2020)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	US$ 14 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2020):	US$ 40,52 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2020)	US$ 448
PIB PPP *PER CAPITA* (2020)	US$ 1.296
VARIAÇÃO DO PIB	-1,28% (2020); 2,28$ (2019); 3.44% (2018); 4,75% (2017);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,416 (181ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	60,9 anos
EXPECTATIVA DE ANOS DE ESCOLARIDADE (2019):	10 anos

27

UNIDADE MONETÁRIA:	Metical (MZN)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Gamiliel Sepúlveda João Munguambe (*agrément* em 11/06)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1500 brasileiros residentes em Moçambique

28

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Moçambique	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	**110,3**	**42,4**	**85,3**	**146,4**	**148,5**	**74,1**	**88**	**73,7**	**169,5**	**157,6**	**147,12**	**72**
Exportações	108,2	40,4	81,2	122,3	123,8	63,9	69,1	50,6	29,9	26,24	35,1	34
Importações	2,1	2	4,1	24,1	24,7	10,2	18,9	23,1	139,6	131,45	112,02	39
Saldo	**106,1**	**38,4**	**77,1**	**98,2**	**99,1**	**53,7**	**50,2**	**27,5**	**-109,6**	**-105,21**	**-76,92**	**-5**

29

MAPA

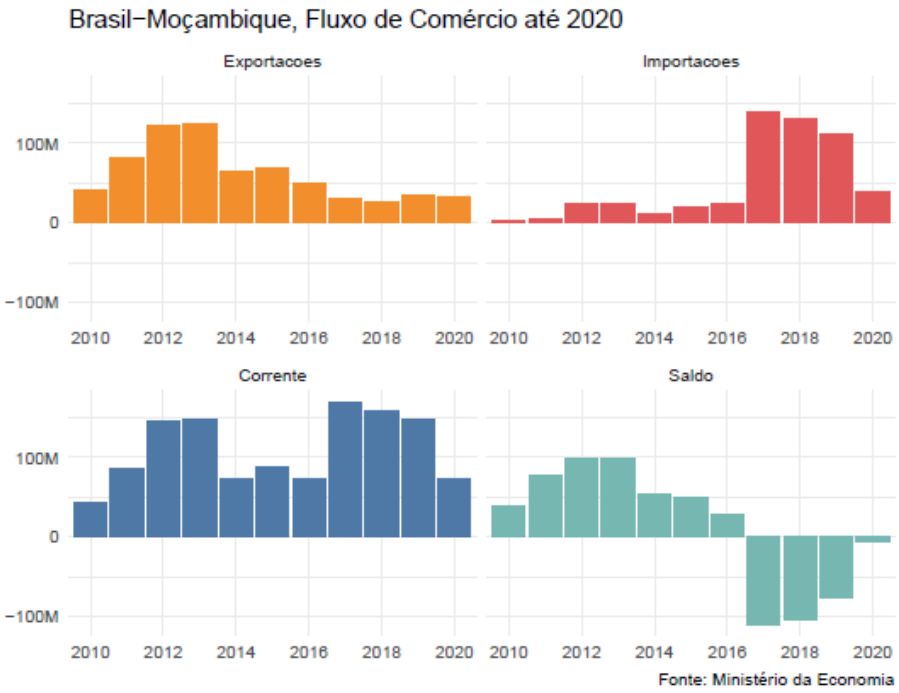


DADOS COMERCIAIS

30

1 Dados anuais

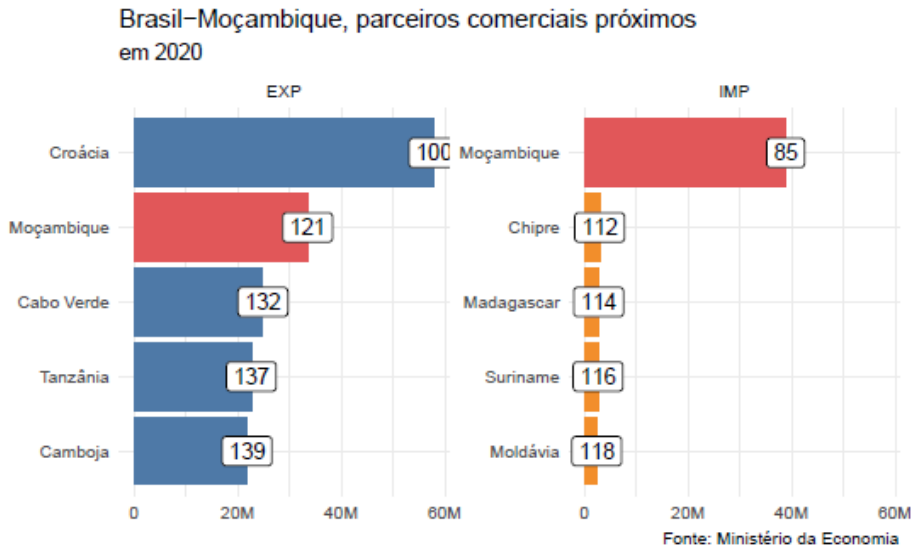
1.1 Fluxo de Comércio

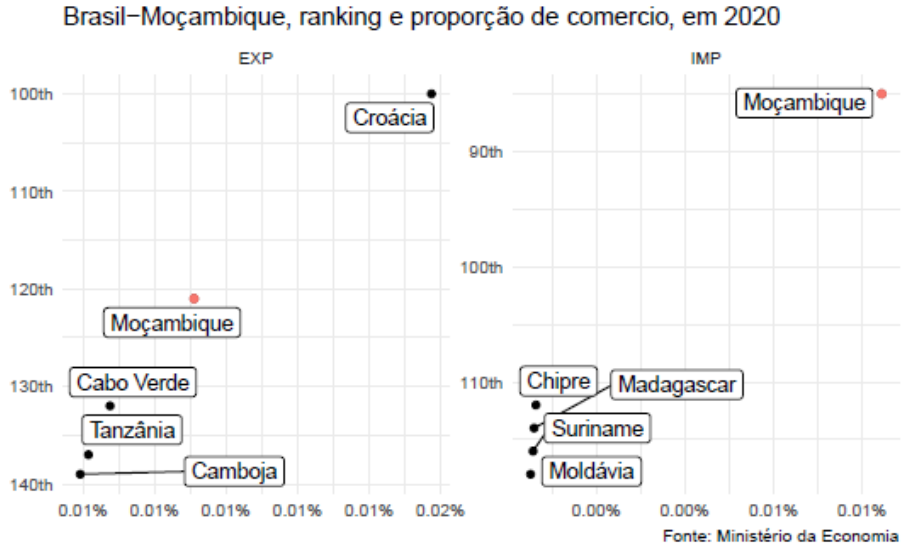


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	34M (-4.5%)	35M (33.8%)	26M (-12.4%)	30M (-40.8%)	51M (-26.8%)
Importacoes	39M (-65.3%)	112M (-14.8%)	131M (-5.9%)	140M (505.5%)	23M (21.8%)
Saldo	-5M (-106.94%)	-77M (-173.11%)	-105M (-195.93%)	-110M (-498.75%)	28M (-45.16%)
Corrente	72M (-50.82%)	147M (-6.70%)	158M (-7.01%)	170M (130.34%)	74M (-16.37%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	69M (8.2%)	64M (-48.3%)	124M (1.1%)	122M (50.6%)	81M (101.1%)
Importacoes	19M (85.5%)	10M (-58.7%)	25M (2.3%)	24M (489.8%)	4M (104.5%)
Saldo	50M (-6.47%)	54M (-45.73%)	99M (0.80%)	98M (27.28%)	77M (100.91%)
Corrente	88M (18.90%)	74M (-50.05%)	148M (1.30%)	146M (71.73%)	85M (101.24%)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações



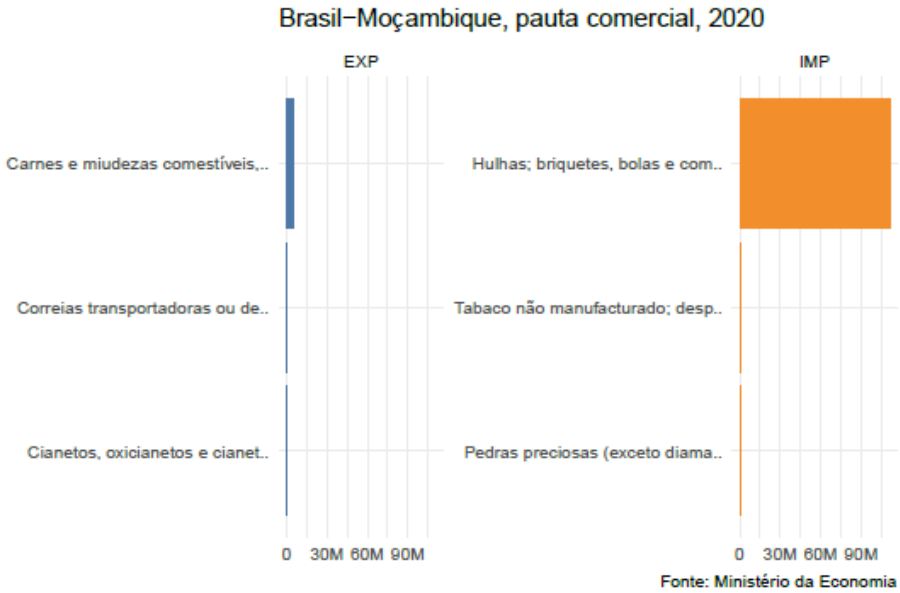


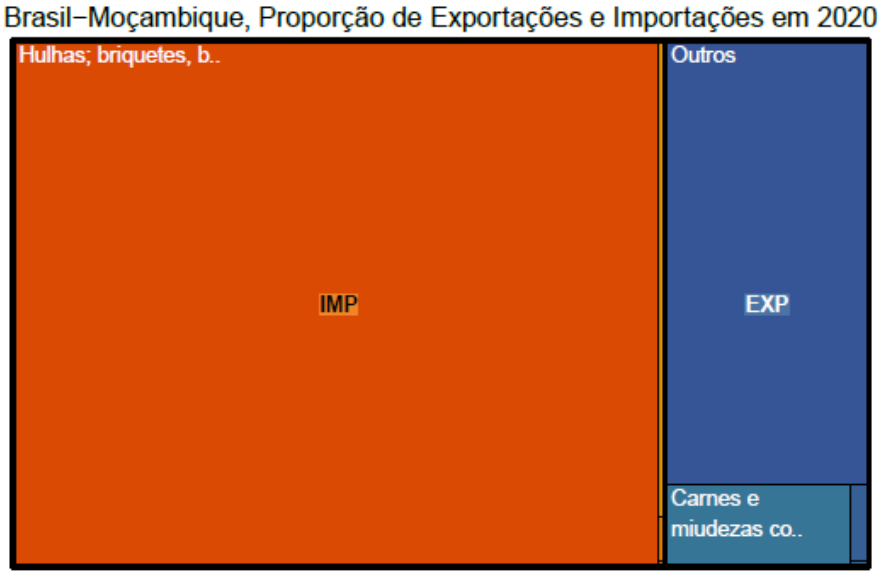
32

Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Croácia	57.91M	-35,73%	0,02%
	Moçambique	**33.51M**	**-4,55%**	**0,01%**
	Cabo Verde	24.86M	0,34%	0,01%
	Tanzânia	22.64M	39,25%	0,01%
	Camboja	21.80M	13,65%	0,01%
IMP	**Moçambique**	**38.84M**	**-65,33%**	**0,01%**
	Chipre	2.92M	-21,91%	0,00%
	Madagascar	2.72M	-15,50%	0,00%
	Suriname	2.61M	166,34%	0,00%
	Moldávia	2.36M	-52,29%	0,00%
2019				
EXP	Croácia	90.12M	-12,46%	0,02%
	Moçambique	**35.10M**	**33,77%**	**0,01%**
	Cabo Verde	24.78M	36,73%	0,01%
	Camboja	19.18M	121,50%	0,00%
	Tanzânia	16.26M	-13,53%	0,00%
IMP	**Moçambique**	**112.02M**	**-14,78%**	**0,03%**
	Moldávia	4.95M	10,19%	0,00%
	Chipre	3.74M	127,10%	0,00%
	Madagascar	3.22M	4,57%	0,00%
	Suriname	979.50K	-7,97%	0,00%
2018				
EXP	Croácia	102.94M	35,95%	0,02%
	Moçambique	**26.24M**	**-12,39%**	**0,01%**
	Tanzânia	18.80M	-37,00%	0,00%
	Cabo Verde	18.12M	-20,34%	0,00%
	Camboja	8.65M	38,95%	0,00%
IMP	**Moçambique**	**131.45M**	**-5,86%**	**0,03%**
	Moldávia	4.49M	72,28%	0,00%
	Madagascar	3.08M	66,28%	0,00%
	Chipre	1.65M	-76,73%	0,00%
	Suriname	1.06M	-80,17%	0,00%
2017				
EXP	Croácia	75.72M	-22,95%	0,02%
	Moçambique	**29.95M**	**-40,76%**	**0,01%**
	Tanzânia	29.84M	65,97%	0,01%
	Cabo Verde	22.75M	15,24%	0,01%
	Camboja	6.22M	4,70%	0,00%
IMP	**Moçambique**	**139.63M**	**505,54%**	**0,04%**
	Chipre	7.07M	1 753,04%	0,00%
	Suriname	5.37M	9 361,36%	0,00%
	Moldávia	2.61M	73,72%	0,00%
	Madagascar	1.85M	60,38%	0,00%

1.3 Produtos comercializados





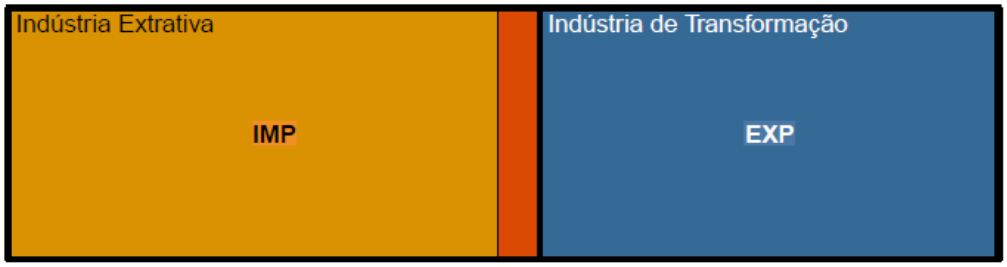
34

Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

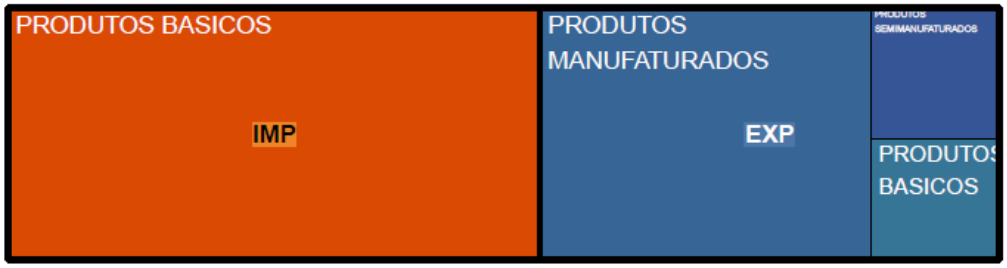
	Dados Anuais					
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari-ação	Pro-porção
2020						
	EXP	Coque de petróleo, betume de petróleo e outros res..	2713	5.05M	8 980,6%	15,1%
		Óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinad..	1507	4.81M	7 870,2%	14,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.65M	-27,1%	10,9%
		Cianetos, oxicianetos e cianetos complexos	2837	1.90M	4 861,9%	5,7%
		Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	1.23M	161,9%	3,7%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	35.08M	-68,4%	90,3%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	2.89M	203,6%	7,4%
		Minérios de nióbio, tântalo, vanádio ou de zircóni..	2615	642.57K	74,6%	1,7%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	108.00K	20,3%	0,3%
2019						
	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.01M	108,0%	14,3%
		Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	470.47K	-81,3%	1,3%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	110.97M	-14,6%	99,1%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	952.33K	-35,8%	0,9%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	89.77K	1 065,3%	0,1%
2018						
	EXP	Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	2.52M	-21,3%	9,6%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.41M	-5,5%	9,2%
		Óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinad..	1507	60.33K	-99,4%	0,2%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	129.94M	-4,8%	98,9%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	1.48M	-50,9%	1,1%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	7.70K	-95,5%	0,0%
2017						
	EXP	Óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinad..	1507	9.28M	-69,2%	31,0%
		Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	3.20M	442 828,8%	10,7%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.55M	-35,9%	8,5%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	136.44M	531,3%	97,7%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	3.02M	142,9%	2,2%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	171.66K	63,4%	0,1%

1.4 Classificações do Comércio

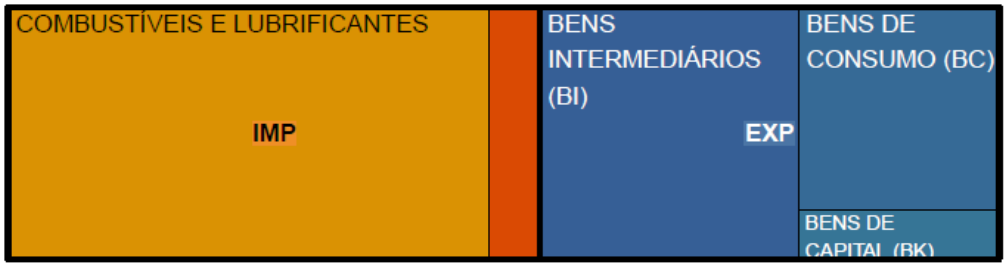
Classificação ISIC em 2020



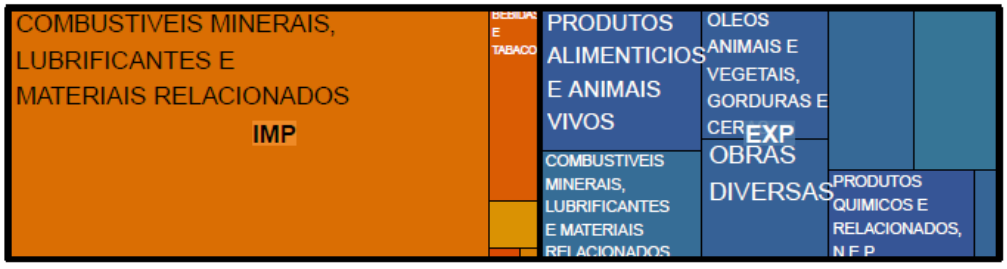
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



37

Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	33.2M	99,2%
	Outros Produtos	213.0K	0,6%
	Agropecuária	68.3K	0,2%
	Indústria Extrativa	1.5K	0,0%
IMP	Indústria Extrativa	35.8M	92,1%
	Indústria de Transformação	3.1M	7,9%

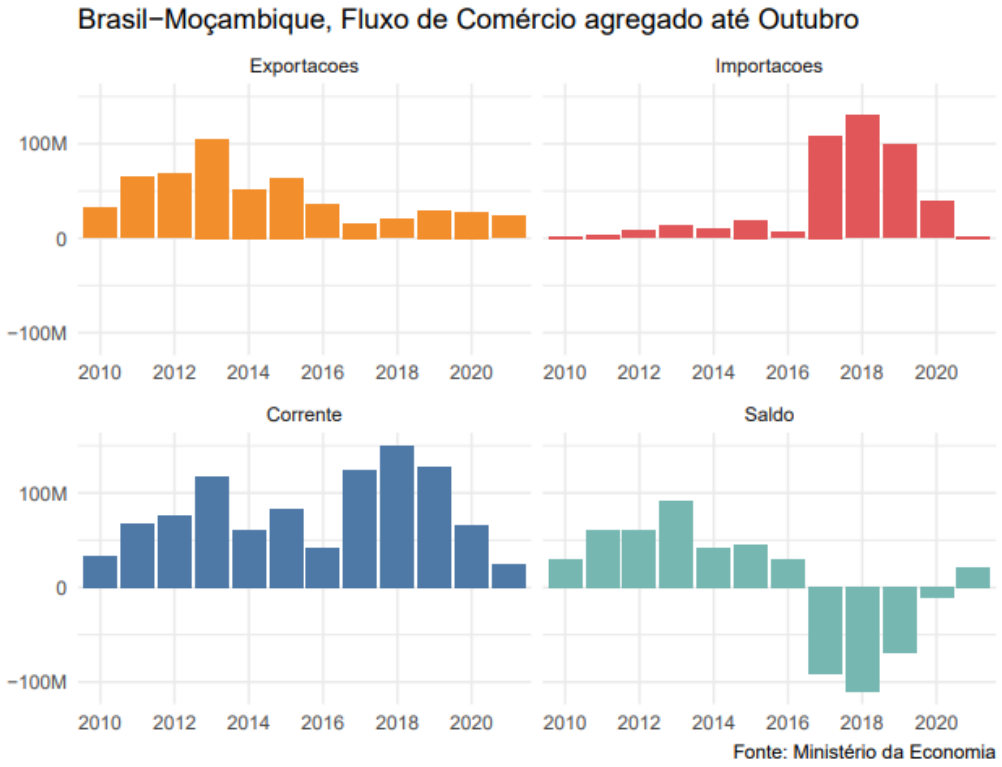
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	24.2M	72,2%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	4.8M	14,4%
	PRODUTOS BASICOS	4.5M	13,4%
IMP	PRODUTOS BASICOS	38.8M	99,8%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	72.1K	0,2%

Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	18.9M	56,4%
	BENS DE CONSUMO (BC)	11.7M	35,0%
	BENS DE CAPITAL (BK)	2.9M	8,5%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	35.8K	0,1%
IMP	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	35.1M	90,3%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	3.8M	9,7%

Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	6.7M	20,0%
	COMBUSTIVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	5.1M	15,2%
	OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS, GORDURAS E CERAS	4.8M	14,4%
	OBRAS DIVERSAS	4.4M	13,2%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	4.1M	12,1%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	4.0M	12,0%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	3.8M	11,3%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	624.6K	1,9%
	BEBIDAS E TABACO	5.4K	0,0%
IMP	COMBUSTIVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	35.1M	90,3%
	BEBIDAS E TABACO	2.9M	7,4%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	693.8K	1,8%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	108.0K	0,3%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	72.1K	0,2%

2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	23M (-16.53%)	28M (-3.74%)	29M (45.46%)	20M (24.40%)	16M (-54.86%)
Importacoes	2M (-94.9%)	39M (-60.8%)	99M (-24.2%)	130M (20.5%)	108M (1 597.5%)
Saldo	21M (100.8%)	-11M (-115.3%)	-70M (-163.2%)	-110M (-219.8%)	-92M (-413.6%)
Corrente	25M (-61.949%)	67M (-47.791%)	128M (-14.869%)	151M (21.030%)	124M (195.253%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	36M (-44.15%)	64M (24.16%)	52M (-50.90%)	105M (54.32%)	68M (4.95%)
Importacoes	6M (-66.3%)	19M (85.4%)	10M (-22.4%)	13M (73.5%)	8M (112.9%)
Saldo	29M (-34.8%)	45M (9.0%)	41M (-55.0%)	92M (51.9%)	60M (-1.3%)
Corrente	42M (-49.207%)	83M (34.287%)	62M (-47.725%)	118M (56.245%)	76M (10.566%)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

ESSUATÍNI







OSTENSIVO

Dezembro de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE ESSUATÍNI	
NOME OFICIAL:	Reino de Essuatíni
GENTÍLICO:	suázi
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.364 km^2
POPULAÇÃO (2013, BM):	1,25 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e Suázi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (90%); Islã (2%); Outras: 8%, incluindo Baha'i, Budsmo, Hinduísmo e Judaísmo.
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, consistindo em Assembleia Nacional (65 assentos, sendo 55 eleitos e 10 indicados pelo Rei) e Senado (30 assentos, sendo 10 indicados pela Assembleia Nacional e 20 indicados pelo Rei).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25 de abril de 1986)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro: Cleopas Sipho Dlamini (desde julho de 2021)
CHANCELER:	Thuli Dladla (desde 2018)
PIB:	US$ 3,9 bilhões (2020, Banco Mundial)
PIB PPP:	US$ 10,32 bilhões (2019, Banco Mundial)
PIB PER CAPITA:	US$ 3.415 (2020, Banco Mundial)
PIB PPP PER CAPITA:	US$ 8.853 (2020, Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-1,63% (2020); 2,24% (2019); 2,37% (2018); 2,02% (2017)
IDH (2020life):	0,611 (138ª posição entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	60,2 anos (PNUD, relatório de 2020)
ALFABETIZAÇÃO:	88,4% (PNUD, relatório de 2020)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	22,1% (PNUD, relatório de 2020)
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Njabuliso Gwebu (Embaixadora residente em Washington, desde 2019; cumulatividade)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Nove pessoas

PERFIS BIOGRÁFICOS

MSWATI III
Rei



Nascido Makhosetive (“Rei das Nações”) em 19 de abril de 1968, o rei de Essuatíni sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos filhos do monarca e filho único de Inkosikati LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em abril de 1986, aos 18 anos de idade. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de Indovukazi (“A Grande Elefanta”), regem juntos.

CLEOPAS SIPHO DLAMINI
Primeiro-ministro



Empresário, exerceu, anteriormente, a função de presidente do Fundo de Pensão do Serviço Público de Essuatíni.

Sem filiação partidária, foi designado premiê pelo rei Mswati III em 16 de julho de 2021.

THULI DLADLA
Chanceler



Política local, foi senadora. Primeira mulher a tornar-se ministra das Relações Exteriores de Essuatíni, ocupando o cargo desde novembro de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

No dia 19 de abril de 2018, em cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, o Rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de Essuatíni. O termo Essuatíni significa, na língua suázi (siSwati), "lugar dos Suázis" e deve sua origem a Mswati II, que, durante seu reinado (1840-1868), expandiu e unificou o país. Suazilândia é versão anglicizada do termo. À diferença de muitos países do entorno, a então Suazilândia não modificou seu nome quando da independência do país, em 1968. A ideia de restituir ao país seu nome original não era nova, tendo sido debatida após a independência. Em 2015, legisladores discutiram a possibilidade de mudança, ao passo que o próprio rei já havia empregado o nome em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014 e na abertura do ano parlamentar suázi em 2017.

As relações bilaterais foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao então Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com os Ministros das Relações Exteriores e dos Transportes. Delegação suázi, chefiada pelo então Ministro da Educação Wilson M. Ntshangase participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará. Em maio de 2010, o então Ministro da Agricultura Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília. Em 2012, o Rei Mswati III participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.

O Embaixador do Brasil em Maputo, Carlos Alfonso Iglesias Puente, apresentou cartas credenciais ao rei Mswati III em 25/07/2019 em cerimônia solene no palácio real Lozitha. Na ocasião, o soberano manifestou interesse em receber cooperação e investimentos brasileiros em ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável. Em encontro com a Chanceler Thulisile Dladla, foram-lhe revelados planos de abertura de embaixada em Brasília, que viria a ser a primeira embaixada residente do país na América do Sul. Não houve, até o momento, novos desdobramentos sobre o tema.

Cooperação técnica, educacional, humanitária e em saúde

As relações na área da cooperação entre Brasil e Essuatíni têm como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, ratificado pelo Brasil em 23 de dezembro de 2008, mas ainda não em vigor por falta de ratificação daquele país. Registrou-se, em 2011, o interesse suázi em cooperar na área de HIV/Aids. Também houve demanda na área de agricultura. Entretanto, não há, no momento, nenhuma atividade de cooperação em curso com o governo daquele país.

O rei Mswati III identifica a segurança alimentar como desafio precípuo para seu país, no curto e no médio prazo, em função da ameaça de pestes nas colheitas e

de doenças animais transfronteiriças. Essuatíni tem sofrido com secas regionais que afetam as plantações. O monarca também tem defendido incrementar subsídios para garantir implementos e insumos à produção agrícola.

Essuatíni poderia beneficiar-se, ainda, de cooperação brasileira em áreas como educação e saúde, embora o país não tenha apresentado demandas concretas no plano bilateral.

Recentemente, Essuatíni submeteu um projeto de cooperação na área de saneamento ao Fundo IBAS (fundo de apoio a projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo, constituído no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - IBAS, criado em junho de 2003).

No âmbito trilateral, identifica-se o Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, assinado em 2010, executado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), com vigência prevista até 30 de junho de 2022. Esta iniciativa conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como instituição brasileira cooperante, e 23 países prioritários da África e da Ásia. O objetivo do programa é reforçar a capacidade e os conhecimentos, a nível nacional, em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

No âmbito desse programa, delegação de Essuatíni esteve em Brasília no período de 31 de julho a 4 de agosto de 2017, em uma visita de estudo autofinanciada, cujo fim era conhecer o modelo brasileiro de alimentação escolar, suas conquistas e desafios. A partir dos conhecimentos adquiridos, o Ministério da Educação daquele país desenvolveu um Programa Nacional de Alimentação Escolar sustentável e ligado a compras locais. A delegação também buscou aprender sobre mecanismos de integração de ministérios relevantes e partes interessadas na implementação e gestão de um Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No campo da cooperação humanitária, o governo brasileiro registra doação ao governo suázi de mil toneladas de arroz, com valor declarado de US$ 470 mil, por meio do PMA, em 2012.

Assuntos Consulares

A embaixada tem conhecimento de que apenas nove brasileiros estariam residindo no Reino de Essuatíni atualmente, sendo seis mulheres e três homens. Há duas famílias de quatro pessoas, cada uma delas com duas crianças menores de idade. Os serviços consulares provenientes daquela jurisdição resumem-se, em geral, a pedidos de vistos para nacionais suázis e estrangeiros que lá residem.

Em abril de 2020, durante o período de fechamento de fronteiras sul-africanas em razão da pandemia de Covid-19, foi prestado apoio para que brasileiro residente em Essuatíni, retido na África do Sul, pudesse retornar por terra àquele país, ainda que fazendo longo desvio por Namíbia, Botsuana, Zimbábue e Moçambique.

Pandemia de Covid-19

Na esteira da identificação da variante Ômicron e sua classificação pela OMS como "variante de preocupação", o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) manifestou interesse em colocar à disposição a capacidade científica da "Rede Vírus" para colaboração em estudos e iniciativas junto a instituições dos seguintes países: África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Namíbia e Zimbábue.

Por meio da Portaria nº 660, de 27/11/2021, o governo brasileiro estabeleceu restrições temporárias a voos internacionais que tenham origem ou passagem por esses países, o que tem gerado protestos por parte de vários governos da região, embora Essuatíni não se tenha pronunciado até o momento.

POLÍTICA INTERNA

A então Suazilândia tornou-se independente do Reino Unido em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1986, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de reformas políticas no país que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, as quais, porém, não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica de Essuatíni e o peso da África do Sul na economia do país fazem que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

A cada cinco anos, realizam-se eleições parlamentares. Segundo o sistema suázi, conhecido como "*tinkhundla system*", 59 candidatos à Assembleia Nacional são nomeados por cada tribo ("chiefdom") para representar cada um dos 59 distritos administrativos ("*tinkhundla*"). Após as nomeações, os candidatos são eleitos por voto direto em dois turnos eleitorais (na tribo e, posteriormente, em cada um dos 59 distritos administrativos). Completam a Assembleia Nacional 10 candidatos nomeados pelo Rei. Além da Assembleia Nacional, há um Senado no país composto por 30 membros, dos quais nenhum é eleito diretamente: 20 são indicados pelo Rei e 10 são escolhidos pela Assembleia Nacional.

Depois de longo processo de negociação, foi promulgada em 2006 a nova Constituição do país que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes.

Em 2008, foram realizadas as primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes, e a missão observadora da *Southern African Development Community* (SADC) considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos.

Em setembro de 2013, realizaram-se novas eleições parlamentares. O pleito transcorreu sem incidentes e em "ambiente tranquilo e pacífico", segundo relatório da missão observadora da União Africana. Os resultados eleitorais explicitaram a vontade

popular de renovação das lideranças: 44 deputados, incluindo seis ministros, foram derrotados em seus distritos. A oposição tem-se tornado crescentemente vocal na defesa de reformas políticas, em particular no que diz respeito à adoção de um sistema multipartidário.

A missão observadora da União Africana às eleições de 2013 reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento da democracia no país e instou o governo suázi a garantir os direitos de liberdade de expressão e de livre associação, em conformidade com o direito internacional e com os princípios que devem reger eleições democráticas em países da União Africana.

As últimas eleições foram realizadas em 2018. A missão observadora da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) felicitou a *Elections and Boundaries Commission* (EBC) pela condução profissional do pleito, concluindo que o processo ocorreu em ambiente pacífico e de acordo com a Constituição de Essuatíni, apesar de ter identificado áreas passíveis de melhora, como maior participação feminina e o estabelecimento de tribunal especial para lidar com disputas eleitorais. Outras missões de observação sublinharam o grau limitado de liberdade de expressão durante o pleito, mas não houve questionamento dos resultados. O índice de participação eleitoral foi de 60,5% (330.785 votantes, em um total de 546.784 eleitores registrados).

No contexto da pandemia de Covid-19, Essuatíni teve sua reação inicial reconhecida por organismos internacionais, como a OMS, o Banco Mundial, o FMI, e outros. O país estabeleceu um centro para internação e tratamento de doentes sintomáticos que viessem a necessitar de apoio e arregimentou equipes médicas de reposta rápida para atendimento aos infectados, em que pese a precariedade e limitação da rede médico-hospitalar do país. Logo em fevereiro de 2020, foi implementada política de quarentena para pacientes suspeitos (com sintomas de gripe e histórico de viagens à China). Declaração de Estado de Emergência – adotada já em 17 de março – refletia esse mesmo sentido de precaução, ao impor medidas de distanciamento social e restrições de trânsito nas fronteiras (inicialmente voltadas para pessoas com histórico de viagens a países considerados de risco e posteriormente estendidas a todos os viajantes).

POLÍTICA EXTERNA

O Reino de Essuatíni mantém relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a então Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (atualmente, Essuatíni é o único país africano a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia de que o Estado suázi desfrutou no passado junto às potências ocidentais, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os EUA, em especial, consideraram a estabilidade da então

Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não dispondo o país de qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Brasil e Cuba).

África do Sul

O encapsulamento territorial de Essuatíni entre a África do Sul e Moçambique torna as relações bilaterais com os dois únicos vizinhos fronteiriços absolutamente essenciais. Em especial, são naturalmente profundos os laços com a África do Sul, potência regional cuja economia diversificada e infraestrutura bem desenvolvida acaba por oferecer soluções a necessidades do pequeno reino. Nesse sentido, Essuatíni é, em grande medida, fortemente dependente da África do Sul. Além dos vínculos econômicos, Essuatíni depende da África do Sul para uma série de serviços essenciais, como formação educacional de contingentes importantes da população, serviços médicos mais complexos e construção de infraestrutura, entre outros.

EUA e União Europeia

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o governo americano opera programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Em 2014, os EUA condicionaram a renovação do acesso preferencial da então Suazilândia ao mercado estadunidense oferecido ao amparo do *US African Growth and Opportunity Act* (AGOA) a emendas nas esferas laboral e de direitos humanos.

Essuatíni conta ainda com benefícios para o acesso de seus produtos ao mercado da União Europeia e tem acordos bilaterais de comércio com o Reino Unido e a Alemanha, com a qual também tem acordo de proteção de investimentos.

Taiwan e China

O Reino de Essuatíni mantém relações diplomáticas com Taiwan, apesar das pressões de Pequim. Taipé é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, contando com acordo de proteção de investimentos.

A parceria com Taipé produziu frutos durante a pandemia, na forma de doações taiwanesas de recursos financeiros e alimentares e envio de missões médicas, entre outras medidas de apoio à contenção da Covid-19. Ressalte-se que, apesar de manter relações diplomáticas com Taiwan, Essuatíni também se beneficiou de doações provenientes da China.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, Essuatíni é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação do país na COMESA – que conflitava com seu status de membro da SACU –, chegou ao fim com o anúncio de que Essuatíni permanecerá como membro da organização e beneficiário de membro não-recíproco da respectiva Área de Livre Comércio, mas não integrará sua união alfandegária.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e para que seja retirado da lista de países de renda média, o que o impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpre ainda mencionar que, em 2010, o país manifestou interesse em tornar-se Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com Moçambique. Não houve, porém, continuidade do processo de negociação.

Os principais provedores de ajuda financeira, humanitária e técnica a Essuatíni são agências das Nações Unidas, os Estados Unidos, a União Europeia e países europeus, de forma individualizada. Em algumas áreas, a assistência estrangeira tem resultado em avanços expressivos, como no combate à Aids e no atendimento a portadores de HIV. Essuatíni é um dos dois únicos países do mundo que alcançaram, com apoio da UNAIDS e de programas como o "President's Emergency Plan for AIDS Relief" (PEPFAR) dos EUA, a meta 95-95-95 no controle da epidemia de HIV/AIDS (ou seja, 95% da população com HIV estão diagnosticados, 95% das pessoas diagnosticadas estão em tratamento e 95% das pessoas em tratamento lograram suprimir o vírus).

Pandemia de Covid-19

A presteza da reação inicial das autoridades suázis foi reiteradamente reconhecida por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial, o FMI e outros. Com vistas a implementar seu plano de contenção e equipar unidades de saúde, o reino solicitou apoio a parceiros.

Os Estados Unidos, a União Europeia, Taiwan, as Nações Unidas e o Banco Mundial estão entre os principais atores que buscaram atender às necessidades locais ao longo da pandemia. Milhares de dólares foram investidos pelos parceiros em ações de apoio humanitário e técnico. A título de exemplo, o governo dos Estados Unidos anunciou pacote específico de assistência técnica e financiamento para ações de combate ao coronavírus em Essuatíni equivalente a US$ 5,5 milhões, conforme divulgado em cerimônia que contou com participação do primeiro-ministro e da embaixadora estadunidense naquele país. O foco da iniciativa era equipar unidades de saúde para tratar pacientes com Covid-19, prover treinamento e equipamento de proteção a profissionais médicos, fortalecer a capacidade de testagem, de rastreamento e de resposta rápida, bem como garantir a entrega de medicamentos essenciais (inclusive

contra HIV) a pacientes durante a crise.

ECONOMIA

Panorama Econômico

O Reino de Essuatíni tem economia de porte pequeno, com PIB nominal de US$ 3,9 bilhões (2020), fortemente vinculada à África do Sul, que é destino de 65% de suas exportações e fonte de 70% das importações. Estima-se que o PIB cresça 1,3% em 2021, uma revisão para baixo a partir de um crescimento previamente projetado de 1,5%, o que pode ser reflexo das medidas de contenção relacionadas à pandemia implementadas no início de 2021. De todo modo, a recuperação econômica permanece incerta e depende da evolução do quadro pandêmico, da distribuição de vacinas e do ritmo de recuperação das economias regionais, particularmente a da África do Sul.

Desde a independência, foram adotados princípios de livre- mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE, tornaram a diversificação crucial para Essuatíni, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da CMA restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. No período de 2009 a 2012, uma rápida redução das receitas alfandegárias oriundas da SACU produziu déficits anuais na faixa de 8%. Posteriormente, o nível das receitas alfandegárias da SACU recuperou-se, representando hoje cerca de 50% da renda do país.

Antes da pandemia, a situação econômica do país já era preocupante. Com crescimento cronicamente baixo, o déficit fiscal e a dívida pública do país aumentavam, ao passo que as reservas internacionais se reduziam, em meio a quadro de elevada pobreza e alto desemprego. A pandemia gerou grandes necessidades de financiamento, ampliando estes desafios. Essuatíni recebeu apoio financeiro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no ano fiscal de 2020/21, o que ajudou a amenizar os desafios fiscais. O déficit fiscal foi de 8,7% do PIB em 2020.

A pobreza tem persistido em Essuatíni, apesar do status de país de renda média baixa. Segundo os dados mais recentes, de 2017, 58,9% dos habitantes viviam abaixo da linha nacional de pobreza, contra 63% em 2009 e 69,0% em 2001.

De acordo com os últimos dados da OMS, publicados em 2019, a expectativa de vida em Essuatíni é de 60 anos. Após uma redução drástica na expectativa de vida nos últimos trinta anos, havendo-se atingido 42 anos em 2005, o país logrou retornar a números similares àqueles apresentados no início da década de 1990. A queda esteve diretamente relacionada à alta prevalência de HIV/AIDS na população, a maior do mundo, com 27,3% da população entre 15 e 49 anos infectada, de acordo com os dados mais recentes da UNAIDS. A facilitação do acesso a testes rápidos e a ampliação da distribuição de medicamentos antirretrovirais (87% dos adultos e 76%

das crianças infectadas estariam recebendo tratamento) possibilitaram a recuperação na expectativa de vida e apontam para tendência de aumento nos próximos anos.

No âmbito do comércio bilateral, os fluxos não são significativos, em reflexo da dimensão diminuta do país e de suas características econômicas, sociais e geográficas. Em 2020, Essuatíni importou bens do Brasil que somaram US$ 2,45 milhões (62% desse valor correspondem à compra de carnes). As exportações suázis para o Brasil no mesmo ano não ultrapassaram mil dólares, segundo dados compilados pelo UN Comtrade.

Agricultura

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB de Essuatíni é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados daquela década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, chegando a registrar índice negativo de 0,6% em 2011, seguido por alguma recuperação nos anos subsequentes (1,8% em 2012; 2,7% em 2013; e 2,1% em 2014).

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 7,5% em 2011, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente o têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 47,7% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 44,8%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto estas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, com grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, aquelas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical foi planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob o AGOA com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão.

Indústria

Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira,

frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para Essuatíni, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA.

DAF II, 01/12/2021

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XVI	O povo suázi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Séc. XIX	Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836	Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888	Consentimento suázi em estabelecer um governo provisório, formado por representantes do governo britânico, sul-africano e suázi.
1889	Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suázi.
1903	Os suázis passam a ser administrados pelo governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949	Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia pela União-Sul-Africana.
1963	É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suázis.
1967	É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968	A Suazilândia torna-se independente do Reino Unido. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973	Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes nas mãos do Chefe de Estado.
1986	Ascensão do Rei Mswati III ao trono suázi e introdução de importantes reformas políticas no país.
2006	Promulgação da nova Constituição.

2008	Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição.
2013	Realização de eleições parlamentares.
2018	Mudança do nome do país para Reino de Essuatíni.
2018	Realização de eleições parlamentares

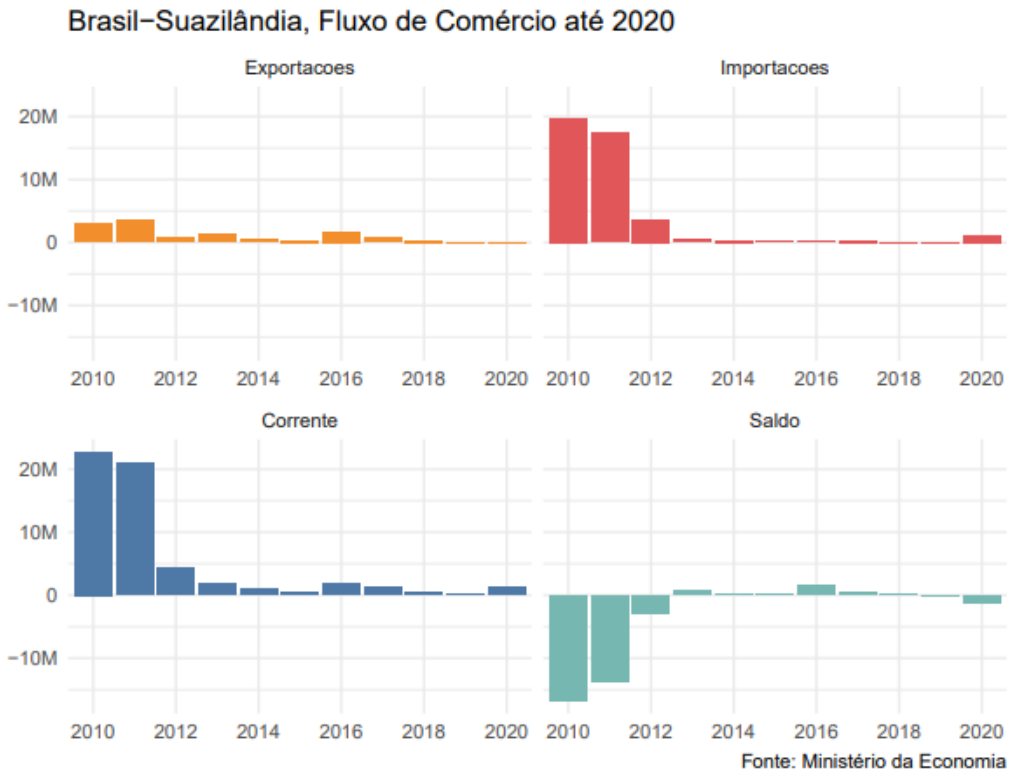
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

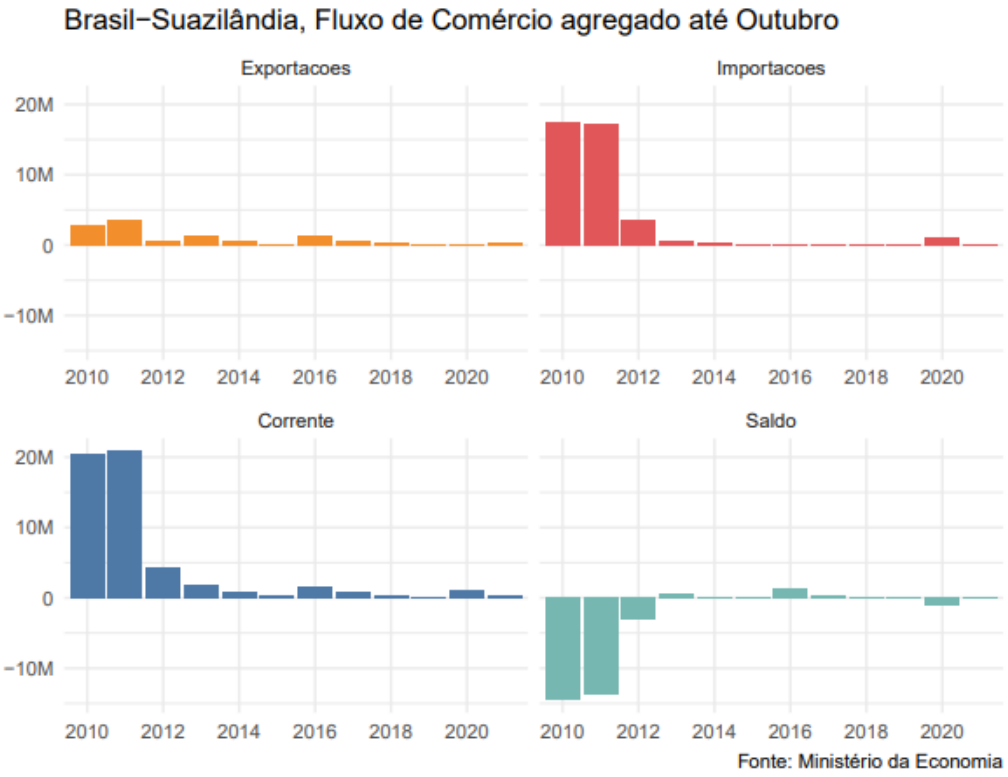
1978	É estabelecida a Embaixada do Brasil junto ao então Reino da Suazilândia, com residência em Maputo, Moçambique.
1993	O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2009	Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.
2010	O Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participa do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.
2012	O Rei Mswati III visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.
2018	Cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, da qual participou o então chefe do Posto, embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares. Na ocasião, o rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de Essuatíni.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia	25/01/2008	Ratificado pelo Brasil. Em processo de ratificação pela outra parte

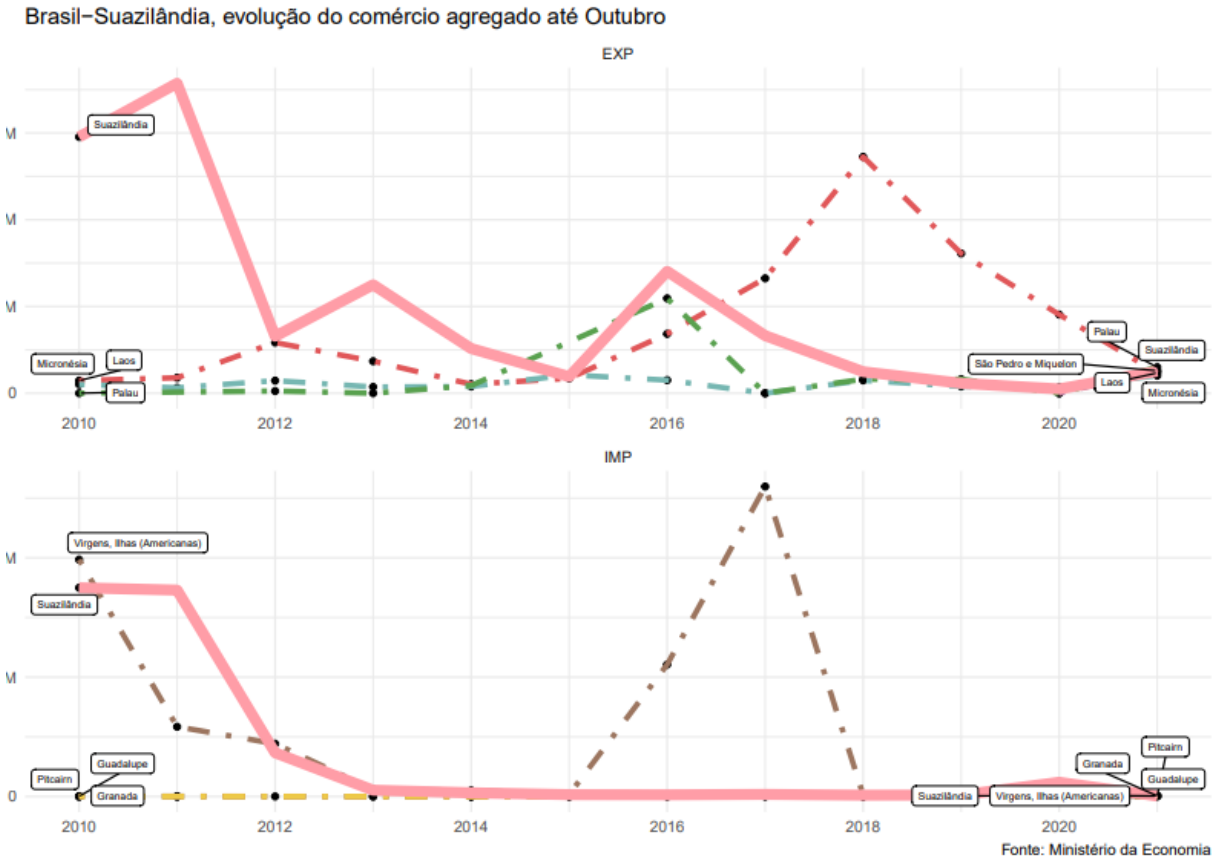
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

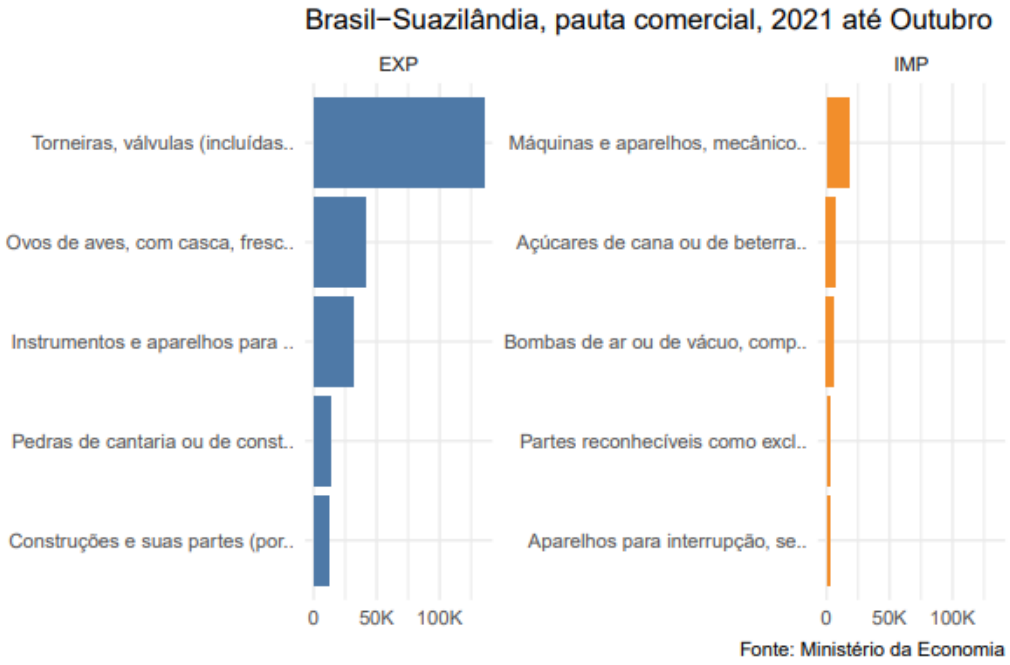


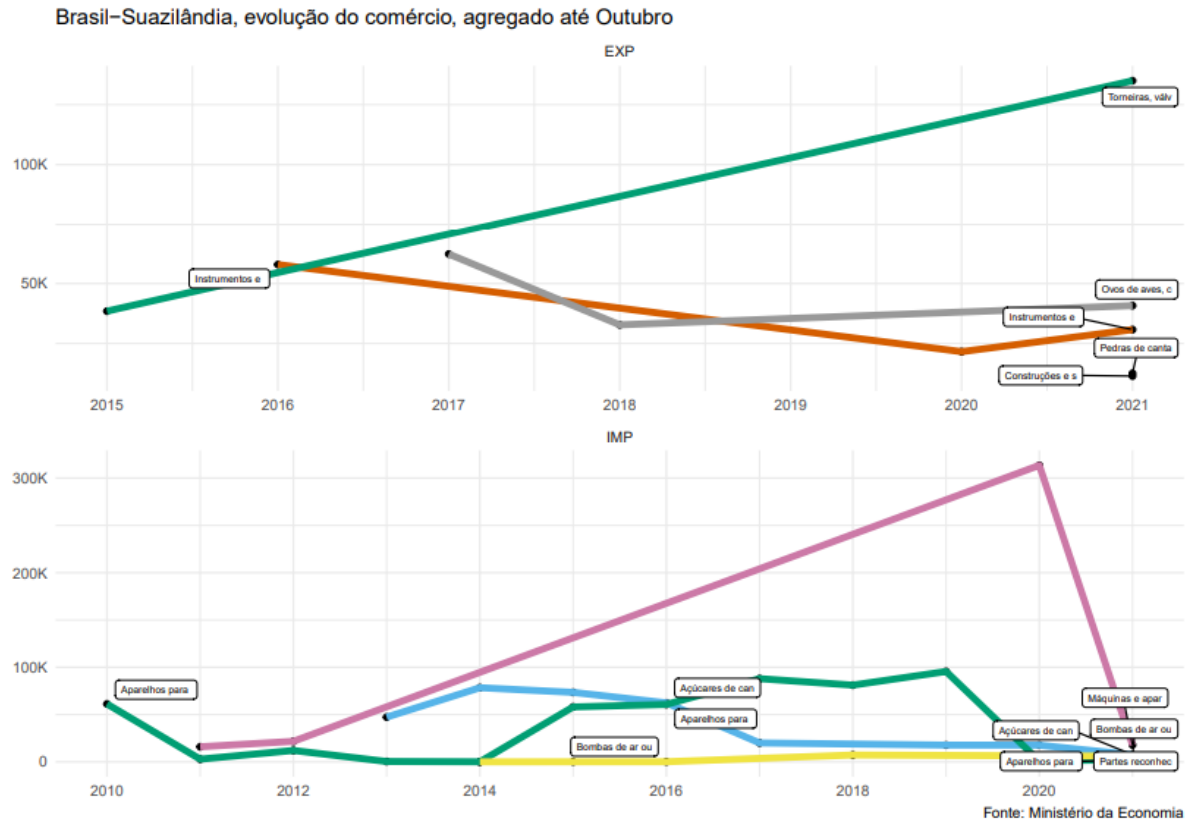


	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	255K (415.51%)	49K (-57.01%)	115K (-53.63%)	248K (-62.68%)	664K (-52.74%)
Importacoes	39K (-96.7%)	1M (909.1%)	118K (6.5%)	111K (-36.5%)	174K (24.0%)
Saldo	215K (-81.11%)	-1M (-37 942.14%)	-3K (-102.20%)	137K (-72.00%)	490K (-61.27%)
Corrente	294K (-76.29%)	1M (432.29%)	233K (-35.05%)	359K (-57.23%)	838K (-45.76%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	1M (633.33%)	192K (-62.85%)	516K (-58.75%)	1M (90.55%)	656K (-81.63%)
Importacoes	141K (-7.5%)	152K (-50.7%)	308K (-41.2%)	524K (-85.7%)	4M (-78.8%)
Saldo	1M (3 089.44%)	40K (-80.90%)	208K (-71.42%)	726K (-75.83%)	-3M (-121.91%)
Corrente	2M (349.89%)	344K (-58.30%)	824K (-53.57%)	2M (-58.91%)	4M (-79.30%)


Brasil−Suazilândia, evolução do comércio agregado até Outubro
EXP
Suazilândia
Micronésia
Laos
Palau
São Pedro e Miquelon
2010
2012
2014
2016
2018
2020
IMP
Virgens, Ilhas (Americanas)
Suazilândia
Pitcairn
Guadalupe
Granada
2010
2012
2014
2016
2018
2020
Fonte: Ministério da Economia


Brasil−Suazilândia, pauta comercial, 2021 até Outubro
EXP
IMP
Torneiras, válvulas (incluídas..
Ovos de aves, com casca, fresc..
Instrumentos e aparelhos para ..
Pedras de cantaria ou de const..
Construções e suas partes (por..
Máquinas e aparelhos, mecânico..
Açúcares de cana ou de beterra..
Bombas de ar ou de vácuo, comp..
Partes reconhecíveis como excl..
Aparelhos para interrupção, se..
0
50K
100K
Fonte: Ministério da Economia


Brasil−Suazilândia, evolução do comércio, agregado até Outubro
EXP
100K
50K
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
Instrumentos e
Torneiras, válv
Ovos de aves, c
Instrumentos e
Pedras de canta
Construções e s
IMP
300K
200K
100K
0
2010
2012
2014
2016
2018
2020
Aparelhos para
Açúcares de can
Aparelhos para
Bombas de ar ou
Máquinas e apar
Açúcares de can
Bombas de ar ou
Aparelhos para
Partes reconhec
Fonte: Ministério da Economia

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 714

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de dezembro de 2021.

EM nº 00267/2021 MRE

Brasília, 15 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1048/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 23/12/2021, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com

158 fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3090346** e o código CRC **43CB5377** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

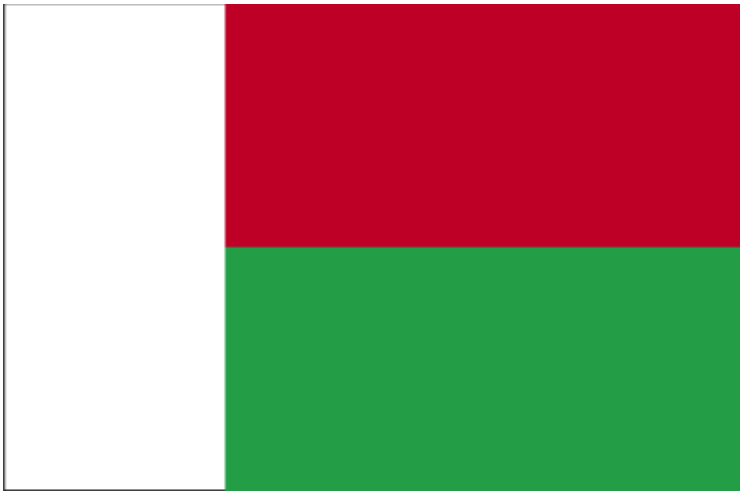
Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009978/2021-60 SEI nº 3090346

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MADAGASCAR





OSTENSIVO

Dezembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
GENTÍLICO:	Malgaxe
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km^2
POPULAÇÃO:	26.291 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Malgaxe, Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante, Católica, Crenças Tradicionais
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. Assembleia Nacional Malgaxe composta de 151 membros eleitos para mandatos de 5 anos. Senado composto por 33 membros, sendo 22 eleitos nas províncias e 11 indicados pelo presidente, para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Andry Rajoelina (desde 19 de janeiro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Christian Ntsay (desde 6 de junho de 2018, reconduzido em 15 de agosto de 2021)
CHANCELER:	Patrick Rajoelina (desde 15 de agosto de 2021)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2021):	US$ 14,19 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US$ 45,25 bilhões (Banco Mundial)
PIB *PER CAPITA* (2021)	US$ 498,68
PIB PPP *PER CAPITA* (2019)	US$ 1.677
VARIAÇÃO DO PIB	2,9% (2021); -6,1% (2020); 4,4% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,528 (164ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	67 anos

ALFABETIZAÇÃO (2019):	74,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1,8% (https://tradingeconomics.com/)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary (MGA)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado (residente em Washington)
BRASILEIROS NO PAÍS:	20

APRESENTAÇÃO

A República de Madagascar localiza-se no sudeste do continente africano e seu território ocupa uma extensa ilha (a quarta maior do mundo, excluindo-se a Austrália) banhada pelo Oceano Índico. Historicamente, foi habitada por povos austronésios, povos bantos e outros grupos étnicos que se estabeleceram na ilha ao longo dos séculos, sendo o grupo dos Merinas o majoritário. No final do século XIX, a França derrotou os nobres de etnia merina e estabeleceu uma colônia na ilha, que só recuperaria a independência em 1960.

Dado o caráter insular do território, estima-se que 90% da vida selvagem do país seja exclusiva, não sendo encontrada em nenhum outro lugar do planeta. O avanço da ocupação humana tem gerado efeitos danosos no meio ambiente, sendo elevado o número de espécies em risco de extinção.

PERFIL BIOGRÁFICO

ANDRY RAJOELINA
Presidente da República



Nascido em 30 de maio de 1974, governou Madagascar entre 2009 e 2014.

Em sua primeira gestão, a economia malgaxe enfrentou sérias dificuldades, uma vez que os doadores tradicionais diminuíram o fluxo de recursos para Madagascar, em razão da ruptura da ordem democrática. Ainda assim, "DJ", como é localmente conhecido, logrou adotar medidas econômicas de forte apelo popular, como a concessão de subsídios para energia elétrica, combustível e alimentos. Ao longo daquele quinquênio, exerceu a presidência de maneira interina, à frente de "Alta Autoridade Transitória". Também em razão de pressão internacional, abriu mão de concorrer nas eleições presidenciais de 2013, quando conseguiu eleger o candidato de sua preferência. A popularidade angariada por Rajoelina garantiu seu retorno ao poder em Antananarivo.

PATRICK RAJOELINA

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em 1954, na França, é historiador e foi professor, durante 20 anos, na Escola Superior de Jornalismo de Paris. Regressou a Madagascar em 2017.

Designado chanceler de Madagascar em agosto de 2021, exerceu o cargo, anteriormente, de conselheiro especial do presidente da República, de quem possui o mesmo sobrenome, embora sem parentesco.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas em 1996. A suspensão do país da União Africana (UA) em 2009, em razão de rupturas institucionais, levou à interrupção de projetos de cooperação incipientes. Somente com a plena reintegração de Madagascar à UA, em 27 de fevereiro de 2014, à luz dos resultados das eleições realizadas no país no final de 2013, as relações diplomáticas bilaterais voltaram à normalidade.

A ausência de embaixadas residentes em Brasília e em Antananarivo, entre outros motivos, tem concorrido para a manutenção do quadro de pouca densidade das relações bilaterais.

Além de restrições de viagens em vigor, observa-se que o governo daquele país tem dificultado a entrega de credenciais por embaixadores não residentes de diversas nacionalidades, possivelmente como estratégia para incentivar a abertura de representações estrangeiras em Antananarivo. Nesse contexto, entre os últimos seis embaixadores designados pelo Brasil junto a Madagascar, quatro não conseguiram apresentar credenciais.

Ainda que sem viabilizar a aproximação política na esfera da representação, o governo de Madagascar respondeu bem às principais gestões substantivas, realizadas pela Embaixada em Maputo, em prol de assuntos de interesse do Brasil. Nesse sentido, o governo malgaxe reagiu com alguma agilidade a solicitações apresentadas pelo posto para apoio a pleitos brasileiros em fóruns internacionais, havendo manifestado oficialmente apoio ao Brasil quando das exitosas candidaturas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (junho de 2021) e a duas instâncias no âmbito da União Postal Universal (UPU), em agosto de 2021, a saber, ao Conselho de Operações Postais e ao Conselho de Administração.

Caberia assinalar igualmente que, apesar das dificuldades de aproximação entre os dois países, o comércio bilateral tem sido superavitário para o Brasil.

Em setembro de 2017, o embaixador do Brasil em Madagascar, residente em Maputo, participou da Feira Internacional de Agricultura, realizada em Antananarivo. À margem do evento, foi recebido pelo então presidente Hery Rajaonarimampianina, que solicitou apoio do Brasil para o desenvolvimento da agropecuária malagaxe.

Não existe acordo de cooperação técnica bilateral, e não há registro de ações de projetos e ações simplificadas de parte do governo brasileiro em favor de Madagascar. No que toca à cooperação humanitária, o Brasil registra doação, em 2012, de 2.150 toneladas de arroz, com valor declarado de US$ 1.015.973,00, e 292 toneladas de feijão, com valor declarado de US$ 261.216,87, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Assuntos Consulares

Nos últimos anos, a Embaixada em Maputo monitorou a situação de cerca de vinte nacionais brasileiros residentes em Madagascar, sendo um terço do sexo feminino e ao menos dois menores de idade. Um empresário brasileiro, Anivaldo de Jesus, estabelecido no país há algum tempo, teve seu nome proposto como cônsul honorário em Antananarivo. Duas brasileiras são missionárias associados à Igreja Católica e seis brasileiros estão vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus. Não se tem notícias de mais brasileiros naquele país em caráter permanente.

Em 2019, o posto apoiou, inclusive com envio de missão consular, a repatriação (após o cumprimento de pena) de brasileira que se encontrava detida em Madagascar por tráfico internacional de entorpecentes. Em 2020, durante a pandemia, foi prestado apoio para que uma veterinária e quatro médicos brasileiros retidos no país pudessem retornar ao Brasil ou a seus países de residência.

Após dois anos de gestões, o governo de Madagascar concordou com a criação, em fins de 2020, de um Consulado Honorário do Brasil em Antananarivo, com jurisdição sobre todo o território malgaxe. Portaria com a criação da repartição honorária foi publicada no Brasil em 21 de dezembro de 2020.

POLÍTICA INTERNA

Tendo servido como entreposto comercial para árabes, desde o século VII, Madagascar passou a servir de entreposto também para europeus, a partir do século XVII, com a França assumindo o controle absoluto sobre o território em 1895-96. Revoltas nacionalistas iniciadas em 1947 provocaram a reforma das instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência, obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo oposicionista Albert Zafy. O novo governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana. Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Em abril de 2002, a Corte Constitucional proclamou o prefeito da capital como vencedor. E em julho, Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional, fugiram do país e exilaram-se na França.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de cinco anos.

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo então prefeito da capital Antananarivo, Andry

Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a deposição do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma "Autoridade Nacional de Transição" (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores – os três ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador da SADC. Após diversas tentativas, logrou-se consenso, em 2011, em torno de um "Mapa do Caminho", pelo qual as autoridades transitórias se comprometeram com a criação das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana, bem como com a realização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2012, foram finalmente realizadas no final de 2013, após acordo pela retirada de candidaturas inicialmente apresentadas por Rajoelina, pela esposa de Ravalomanana e por Ratsiraka. Apoiado por Rajoelina, Hery Rajaonarimampianina (sem partido) venceu o segundo turno com 53,3% dos votos, contra 46,5% de Jean-Louis Robinson, apoiado por Ravalomanana.

Ao longo do período de exceção, entre 2009 e final de 2013, Madagascar sofreu com a implementação de sanções por parte da comunidade internacional e viu retirados fundos externos que beneficiavam o país. O prolongamento da incerteza institucional levou à acentuada piora dos indicadores econômicos e sociais do país.

Não obstante a realização de eleições reconhecidas internacionalmente, persistem focos de tensão política. Em outubro de 2014, Marc Ravalomanana foi detido em Antananarivo, depois de retornar

clandestinamente ao país e convocar conferência de imprensa na qual questionou a legitimidade do Governo eleito. Ravalomanana permaneceu em prisão domiciliar até maio de 2015. Depois de liberado, retornou às suas atividades empresariais, tendo sido posteriormente eleito para a presidência do partido TIM (“Tiako I Madagasikara”, isto é, “Eu amo Madagascar”).

Evolução recente e perspectivas

Embora a eleição de Rajaonarimampianina tenha colocado termo temporário à instabilidade institucional, nos últimos anos a situação política em Madagascar voltou a se deteriorar. Em abril de 2018, protestos violentos eclodiram na esteira da aprovação, por margem estreita, de três projetos de lei sobre as eleições gerais previstas para o fim daquele ano.

A Alta Corte Constitucional de Madagascar (HCC) considerou inconstitucionais vários dispositivos da nova legislação eleitoral. Os partidos de oposição, em resposta, apresentaram à Corte pedido de destituição do governo Rajaonarimampianina. O tribunal acolheu o pedido da oposição e deu prazo de dez dias para o presidente formar novo governo de união nacional.

A decisão da HCC e a nomeação de Ntsay representaram um golpe contra as aspirações eleitorais do presidente Rajaonarimampianina, que, no início de 2018, havia anunciado sua candidatura à reeleição.

Em janeiro de 2019, a Alta Corte Constitucional do país confirmou a vitória de Andry Rajoelina nas eleições presidenciais. Ex-presidente interino entre 2009 e 2014, Rajoelina voltou ao poder pela via democrática. Após a decisão do tribunal, o mandatário emitiu declaração em tom conciliatório, reduzindo a tensão com Marc Ravalomanana, candidato derrotado e seu principal adversário político. Rajoelina tomou posse em 18 de janeiro de 2019.

Após período de otimismo da população com o novo governo, a partir de 2020, o presidente tem enfrentado desafios em sua popularidade em razão da difícil situação econômica do país, da gestão da pandemia de Covid-19 pelo governo e da repressão a movimentos de protesto ocorridos ao longo de 2020 e 2021. Esse quadro político-econômico culminou em alegadas tentativas de golpe contra o governo em 2021, em cujo contexto de crise o presidente Rajoelina demitiu todos os 25 ministros, vice-ministros e secretários de estado.

Na apresentação do novo gabinete – agora com 32 nomes em função do desmembramento de algumas pastas –, foram indicados 22 novos ministros e anunciadas dez reconduções. Entre os novos indicados, destacam-se a ministra das Finanças, Rindra Hasimbelo Rabarinirinarison, ex-presidente da Comissão de Compras Governamentais, e o chanceler, Patrick Rajoelina, que, até então, ocupava o cargo de conselheiro especial do presidente (com quem compartilha o sobrenome, apesar de não guardar parentesco).

Poder Legislativo

Madagascar conta com um parlamento bicameral. A Assembleia Nacional é composta por 151 assentos, com membros eleitos pelo voto popular para mandatos de cinco anos, e o Senado é integrado por 33 membros, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, também com mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitem suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e as relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos insulares (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido particularmente ativo na Comissão do Oceano Índico, organização internacional voltada para a cooperação dos países da região. As relações com a França (seu principal parceiro político e econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela maior intensidade, em comparação com os vizinhos continentais.

O advento da crise política, em 2009, alterou os rumos da política externa malgaxe, dando início a cinco anos de sanções e intensa participação da União Africana e, sobretudo, da SADC, nas negociações com vistas à normalização da política interna no país. As eleições de 2013 levaram ao levantamento de sanções e à retomada da participação nos organismos dos quais o país havia sido suspenso (União Africana, SADC, Organização Internacional da Francofonia). O FMI e a União Europeia retomaram o apoio financeiro ao país em meados de 2014, e os EUA restauraram, a partir de janeiro de 2015, a participação malgaxe no *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), programa que oferece acesso preferencial ao mercado norte-americano para países africanos selecionados.

Nos últimos anos, tema de destaque no âmbito da inserção internacional de Madagascar tem sido a reiteração, junto à França, da reivindicação de soberania sobre as chamadas "Ilhas Esparsas" (cinco ilhas desabitadas no oceano Índico, quatro delas no canal de Moçambique). O arquipélago, disperso no oceano Índico, foi reconhecido por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas como arbitrariamente separado de Madagascar à época de sua independência, mas permanece sob controle francês. Em governos anteriores, Antananarivo parecia evitar ressuscitar o pleito de forma mais contundente, possivelmente por temer animosidades na relação com a França, de onde provêm vultosos recursos de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Em face da resistência francesa, as reivindicações de soberania malgaxe sobre aquele arquipélago nunca avançaram.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conjuntura Econômico-Comercial

Um dos mais pobres do mundo, Madagascar não foge ao padrão de grande parte dos países da África subsaariana, qual seja, de economia baseada em *commodities* e com reduzido índice de desenvolvimento social.

A economia do país é, em larga medida, baseada na agricultura, na pecuária bovina e na pesca. Detentor de aproximadamente 70% da força de trabalho, o setor primário ainda é predominantemente rudimentar, carecendo de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores,

razão por que o país é muito dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política de 2009, cerca da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos EUA, foi igualmente prejudicado após o golpe. A restauração do acesso preferencial ao mercado norte-americano em 2015, ao amparo do AGOA, ajudou a revigorar as exportações de têxteis.

A pandemia de Covid-19 prejudicou a trajetória de crescimento econômico sustentado desde o retorno à ordem constitucional, em 2013. Após expansão de 4,4% do PIB em 2019, o país entrou em recessão em 2020, com redução de 4% da atividade econômica.

Os setores de manufatura, mineração e serviços foram os mais atingidos em decorrência das medidas restritivas. O déficit em conta corrente deteriorou-se para 3,5% do PIB em 2020, contra 2,3% em 2019, sobretudo em razão de queda nas exportações, nas receitas advindas do turismo internacional e do investimento estrangeiro direto. A receita tributária caiu, ao passo que os gastos governamentais aumentaram significativamente. Como resultado, o déficit orçamentário elevou-se de 1,4% do PIB em 2019 para 6,3% em 2020.

Para além do impacto negativo da pandemia, enchentes no norte do território malgaxe e seca prolongada ao sul aprofundaram a recessão econômica. Madagascar é especialmente vulnerável a fenômenos climáticos extremos, tendo registrado mais de 50 desastres naturais nos últimos 35 anos. No ano de 2021, a região sul do país foi duramente atingida pela pior seca dos últimos 40 anos – fenômeno que, de acordo com relatório das Nações Unidas, está intimamente ligado às mudanças climáticas globais.

Em março de 2021, o Conselho Executivo do FMI aprovou novo crédito de US$ 320 milhões em 40 meses para Madagascar ("Extended Credit Facility"). O acordo foi elaborado com base em taxa de crescimento projetada de 3,2% em 2021 e 5% em 2022, indicando a expectativa de que, diminuídas as restrições relacionadas à Covid-19, o país deverá recuperar o caminho do crescimento econômico. Entre as prioridades do acordo com o Fundo, estão o aumento da receita pública, o aumento significativo dos gastos sociais e a melhoria da transparência do orçamento, a fim de restaurar a confiança entre doadores, investidores e a população.

Comércio

O comércio exterior malgaxe está concentrado em número limitado de produtos agrícolas e minerais. Os principais itens exportados são baunilha, níquel, titânio e camarões. A baunilha corresponde a quase 30% da pauta exportadora do país, que detém, praticamente, o monopólio da produção mundial do produto.

O Brasil acumula superávits com Madagascar, embora a corrente total de comércio seja pouco expressiva. Em 2021, as importações brasileiras do país somaram US$ 2,5 milhões, e as exportações, US$ 40,9 milhões, dos quais mais de 80% correspondem à venda de açúcar.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1880-1905	França consolida o domínio sobre Madagascar.
1910-20	Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946	Madagascar torna-se Território Ultramarino.
26/06/1960	Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975	O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeado República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito presidente.
1992	Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993	Albert Zafy eleito presidente.
1996	Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à presidência.
Maio de 2001	Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001	Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.

Fevereiro de 2002	Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002	A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002	Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002	O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004	O BIRD e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006	Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007	O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Março de 2009	Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).
Out/Dez de 2013	Realização de eleições presidenciais e legislativas
Janeiro de 2014	Inauguração do mandato do Presidente Hery Rajaonarimampianina
Abril/Maio de 2018	Fortes protestos forçam a renúncia do primeiro-ministro e a formação de novo gabinete de ministros
Janeiro de 2019	Inauguração do mandato do Presidente Andry Rajoelina

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Outubro de 1996	Estabelecimento de relações bilaterais. Brasil passa a manter Embaixada cumulativa com a missão em Maputo.
Janeiro de 2009	O Governo brasileiro não reconhece Governo instalado após golpe de estado.
Janeiro de 2014	Relações normalizadas, após a inauguração de Governo legítimo.

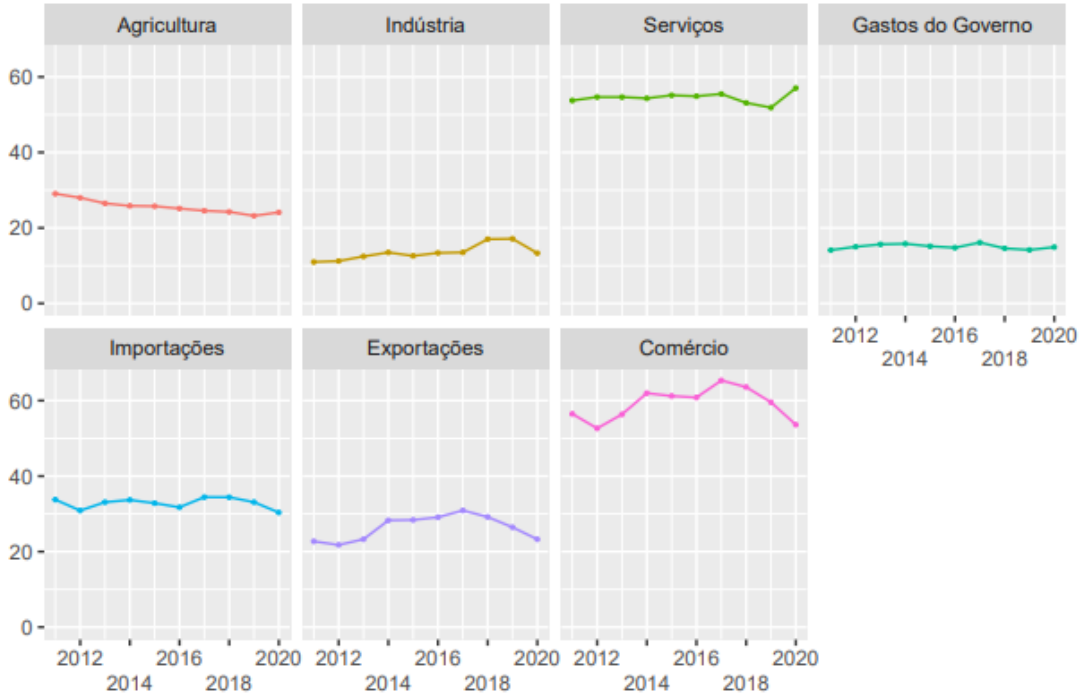
ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Madagascar.

DAF II, 01/12/2021

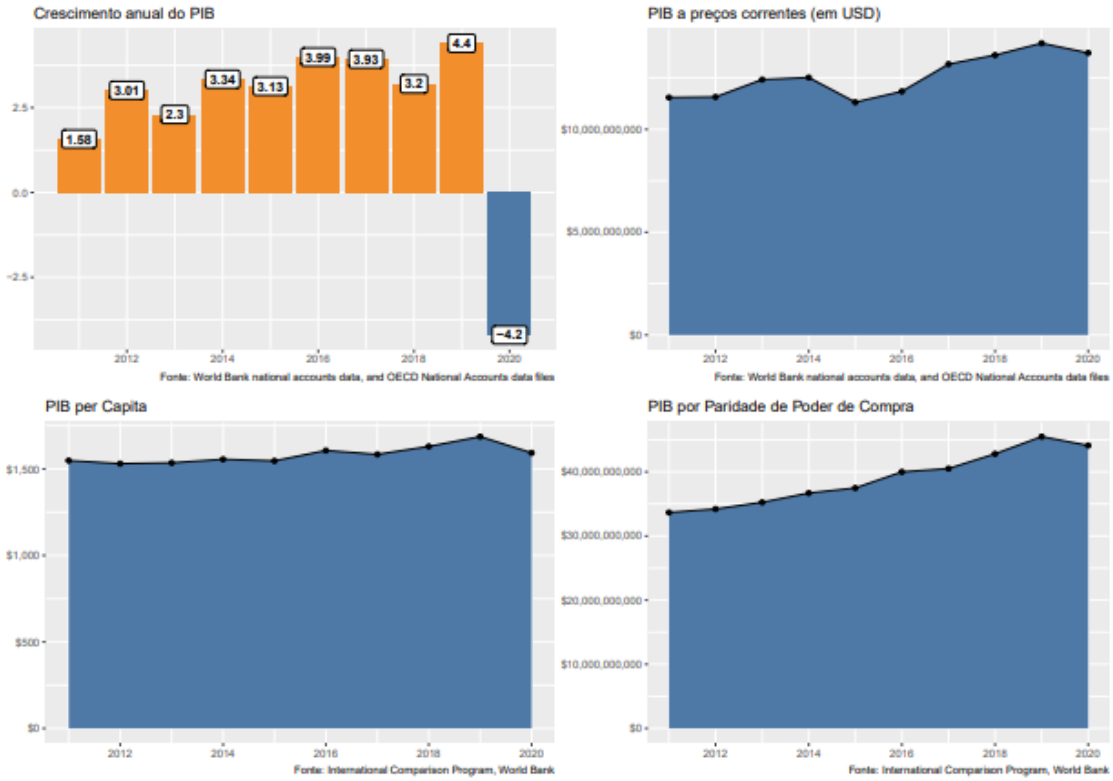
DADOS ECONÔMICOS

Estrutura da Economia em Proporção do PIB



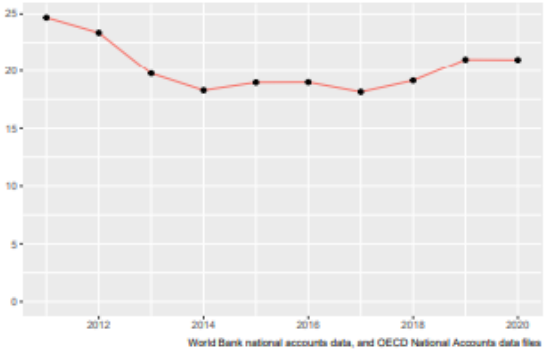
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Produto Interno Bruto



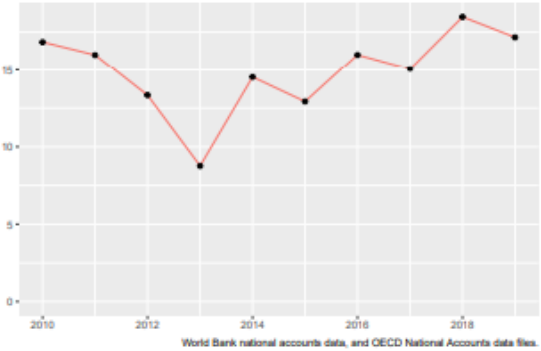
Indicadores de Investimento

Formação Bruta de Capital Fixo



World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

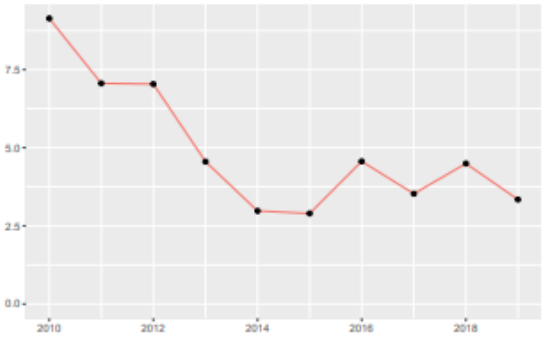
Poupança Interna



World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

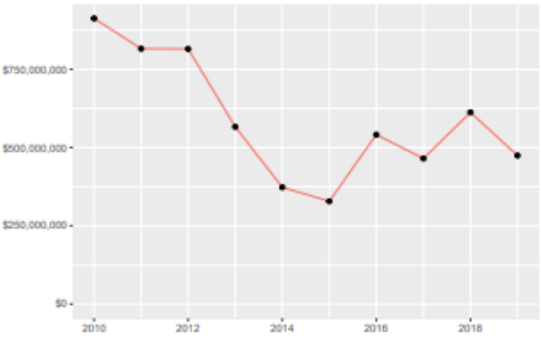
Fluxo de Investimentos

Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

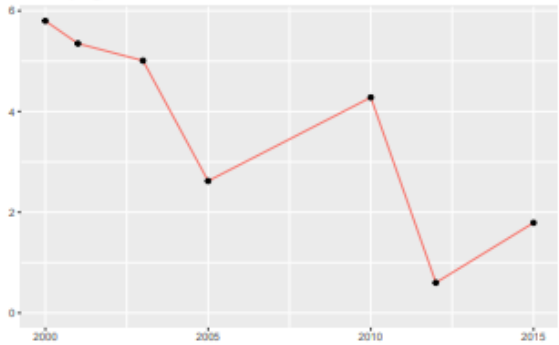
Entrada Líquida de Investimento Direto (US$)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

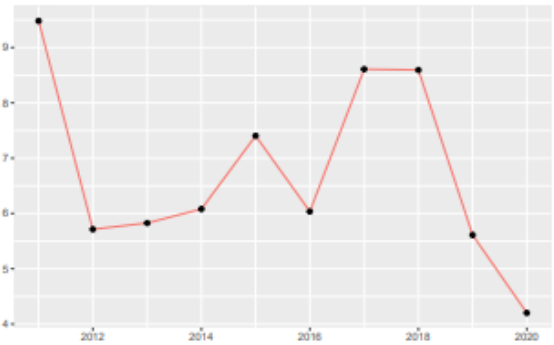
Indicadores de Inflação e Desemprego

Desemprego



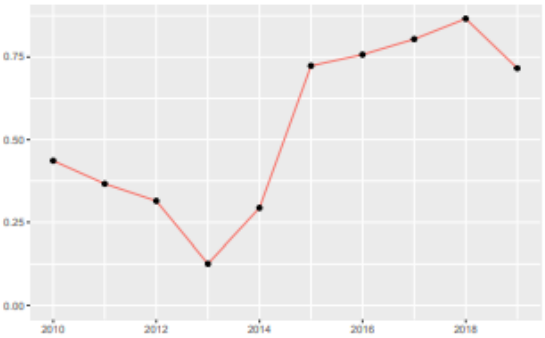
Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

Inflação



International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files.

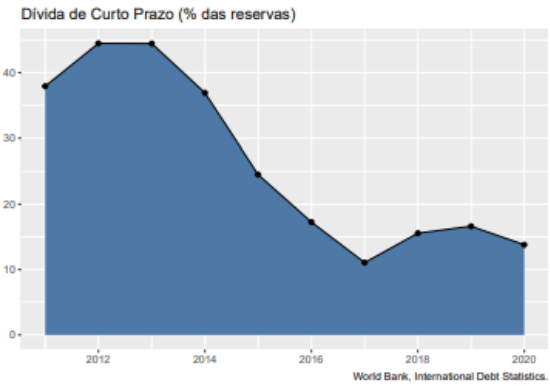
Saída Líquida de Investimento Direto (% do PIB)

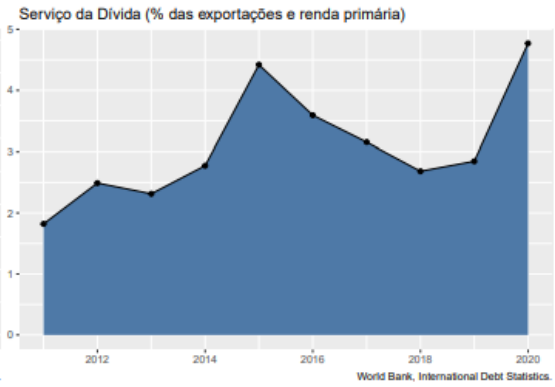


Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

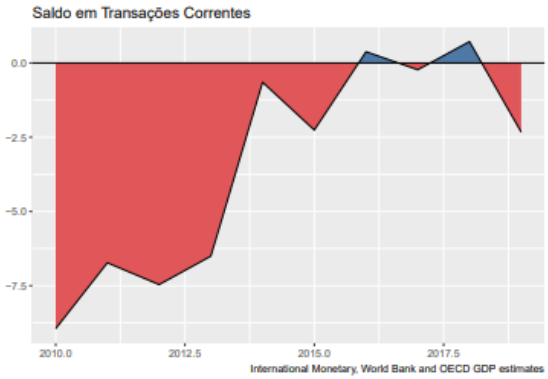
Saída Líquida de Investimento Direto (US$)

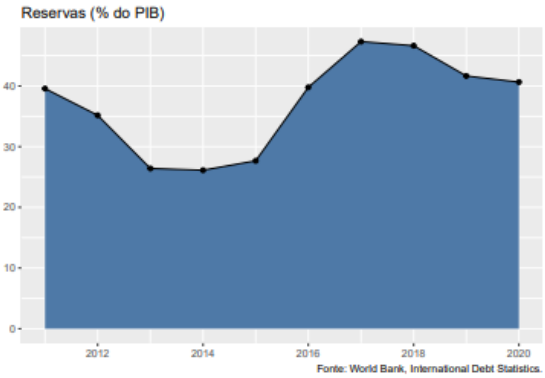
Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

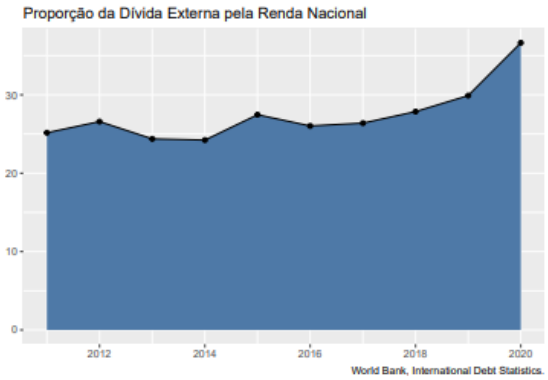




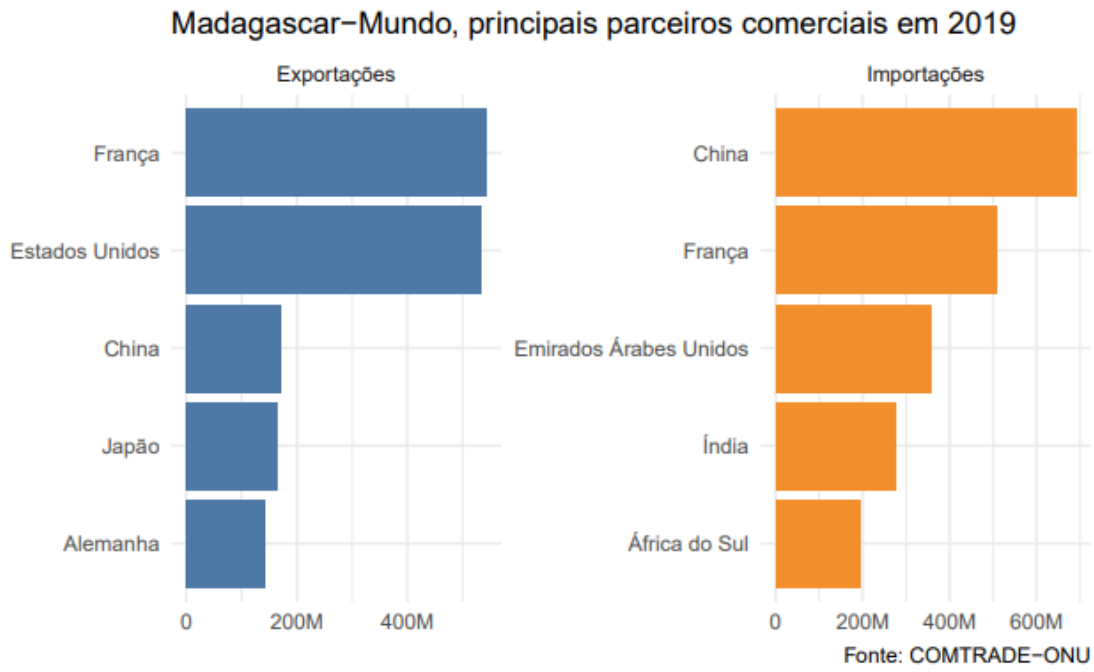
Indicadores de Solvência Externa

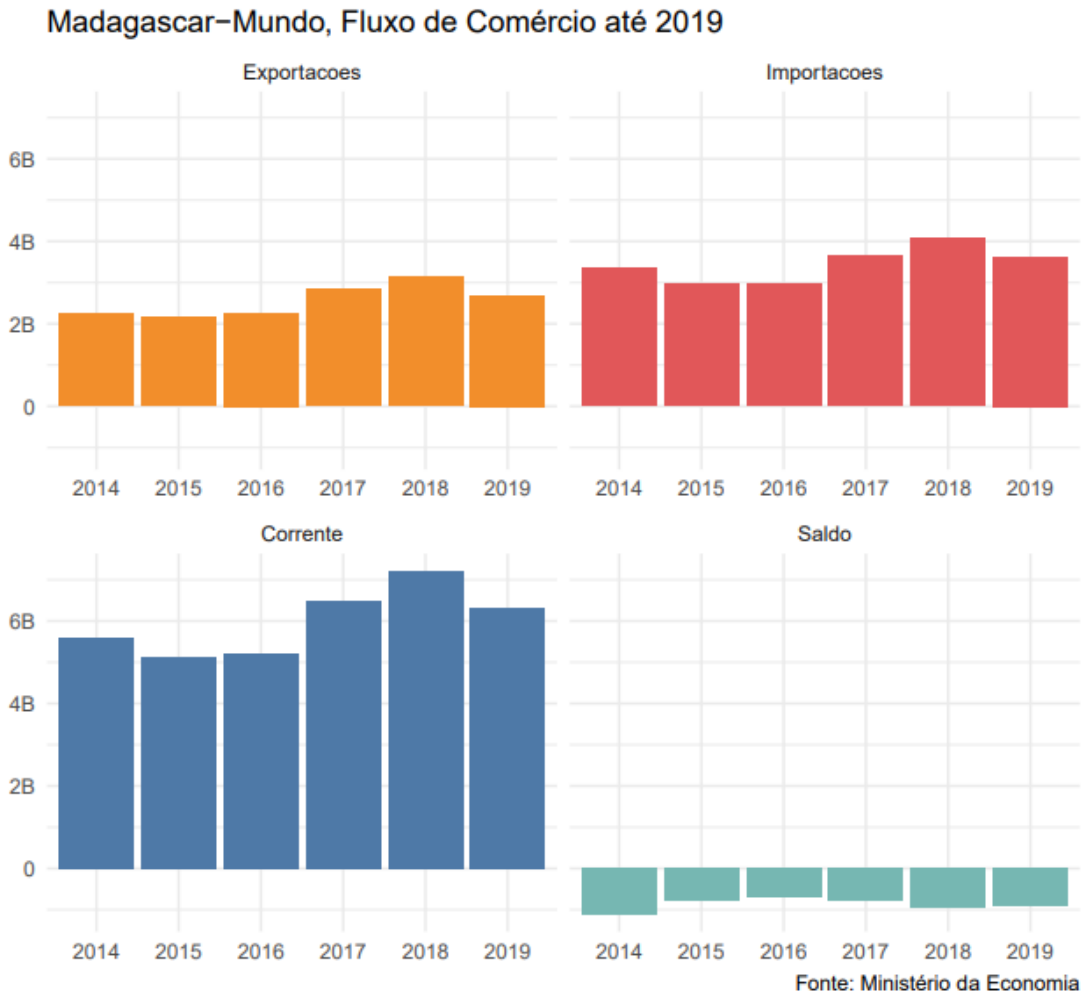


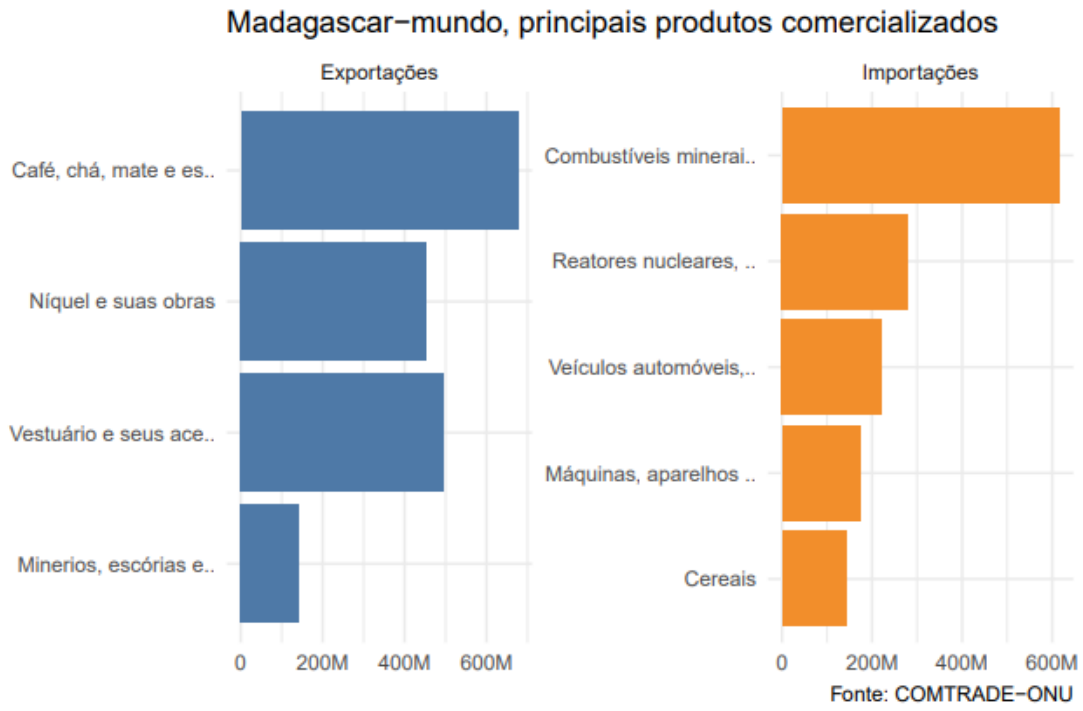







Madagascar−Mundo, principais parceiros comerciais em 2019
Exportações
França
Estados Unidos
China
Japão
Alemanha
0
200M
400M
Importações
China
França
Emirados Árabes Unidos
Índia
África do Sul
0
200M
400M
600M
Fonte: COMTRADE−ONU


Madagascar−Mundo, Fluxo de Comércio até 2019
Exportacoes
Importacoes
6B
4B
2B
0
2014
2015
2016
2017
2018
2019
Corrente
Saldo
Fonte: Ministério da Economia


Madagascar−mundo, principais produtos comercializados
Exportações
Café, chá, mate e es..
Níquel e suas obras
Vestuário e seus ace..
Minerios, escórias e..
0
200M
400M
600M
Importações
Combustíveis minerai..
Reatores nucleares, ..
Veículos automóveis,..
Máquinas, aparelhos ..
Cereais
0
200M
400M
600M
Fonte: COMTRADE−ONU

EMBAIXADA DO BRASIL EM MAPUTO

RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2021)

EMBAIXADOR CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE

ESSUATÍNI

O relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Maputo, no período de dezembro de 2018 a novembro de 2021, na parte relativa ao Reino de Essuatíni, está organizado da seguinte forma:

I) POLÍTICA INTERNA;
II) POLÍTICA EXTERNA;
III) PANORAMA ECONÔMICO;
IV) RELAÇÕES BILATERAIS;
V) ASSUNTOS CONSULARES;

I) POLÍTICA INTERNA

2. Com território incrustado entre a África do Sul e Moçambique, sem acesso ao mar, o Reino de Essuatíni tem uma população em torno de 1,16 milhão de habitantes.

3. Essuatíni figura na 138ª posição no último "ranking" de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). De acordo com o Banco Mundial, cerca de 60% da população suázi sobrevive abaixo da linha da pobreza.

4. Conforme determinado na constituição do país, o rei, além de desempenhar funções executivas, tem ascendência sobre o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o aparato de segurança. O monarca detém o poder de designar o primeiro-ministro, os membros do gabinete de ministros e os juízes. Goza ainda da prerrogativa de chancelar ou vetar leis aprovadas pelo parlamento e de dissolvê-lo.

5. Quando assumi a Embaixada em Maputo, em dezembro de 2018, Essuatíni encontrava-se em período pós-eleitoral. As eleições gerais haviam sido realizadas entre agosto e setembro de 2018 (as primeiras desde 2013). As votações ocorrem localmente, nas várias subdivisões distritais (chamadas "Tinkhundla"), com base em candidaturas individuais, sem a participação de partidos políticos, banidos por decreto real em 1973.

6. Malgrado essa restrição, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) emitiu relatório, à época, em que considerava o pleito eleitoral em Essuatíni como pacífico, exitoso e em conformidade com a legislação doméstica. O índice de participação eleitoral foi de 60,5% (330.785 votantes, em um total de 546.784 eleitores registrados).

Pandemia de Covid-19

7. O governo de Essuatíni buscou implementar medidas de contenção à pandemia de Covid-19 tão logo os primeiros casos foram registrados na vizinha África do Sul. Em movimentos intermitentes entre restrições à circulação de pessoas e ações de preservação e recuperação da economia, o governo

local articulou-se com parceiros internacionais para obter apoio financeiro e técnico para seu plano de combate à crise sanitária. A presteza da reação inicial das autoridades suázis foi reiteradamente reconhecida por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial, o FMI e outros.

8. O país estabeleceu um centro para internação e tratamento de doentes sintomáticos que viessem a necessitar de apoio e arregimentou equipes médicas de reposta rápida para atendimento aos infectados. Logo em fevereiro de 2020, foi implementada política de quarentena para pacientes suspeitos (com sintomas de gripe e histórico de viagens à China). Declaração de Estado de Emergência - adotada já em 17 de março - refletia esse mesmo sentido de precaução, ao impor medidas de distanciamento social e restrições ao trânsito nas fronteiras (inicialmente voltadas para pessoas com histórico de viagens a países considerados de risco e posteriormente estendidas a todos os viajantes).

9. Com vistas a implementar seu plano de contenção e equipar unidades de saúde, o reino solicitou apoio a parceiros. Os Estados Unidos, a União Europeia, Taiwan, as Nações Unidas e o Banco Mundial estão entre os principais atores que buscaram atender às necessidades locais ao longo da pandemia. Milhares de dólares foram investidos pelos parceiros em ações de apoio humanitário e técnico. A título de exemplo, o governo dos Estados Unidos anunciou pacote específico de assistência técnica e financiamento para ações de combate ao coronavírus em Essuatíni equivalente a US$ 5,5 milhões, conforme divulgado em cerimônia que contou com participação do primeiro-ministro e da embaixadora estadunidense naquele país. O foco da iniciativa era equipar unidades de saúde para tratar pacientes com Covid-19, prover treinamento e equipamento de proteção a profissionais médicos, fortalecer a capacidade de testagem, de rastreamento e de resposta rápida, bem como garantir a entrega de medicamentos essenciais (inclusive contra HIV) a pacientes durante a crise.

10. A limitação da rede hospitalar e da capacidade médica local ao longo das ondas de contaminações, contudo, resultaram na morte de figuras de relevo da sociedade suázi. O caso de maior repercussão foi o do primeiro-ministro Ambrose Mandvulo Dlamini, que contraiu a doença em novembro de 2020 e foi internado em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), em hospital público em Mbabane (capital do país). Em dezembro, o primeiro-ministro foi transferido para hospital na África do Sul, onde veio a falecer.

II) POLÍTICA EXTERNA

11. O Reino de Essuatíni é membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O bloco austro-africano é o principal veículo de inserção internacional do país, que também é membro da União Africana e da "Commonwealth". Ao lado da África do Sul, de Botsuana, do Lesoto e da Namíbia, Essuatíni integra ainda a União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês).

12. No âmbito regional, o encapsulamento territorial de Essuatíni entre a África do Sul e Moçambique torna as relações bilaterais com os dois únicos vizinhos fronteiriços absolutamente essenciais. Em especial, são naturalmente profusos os laços com a África do Sul, potência regional cuja economia diversificada e infraestrutura bem desenvolvida acaba por oferecer soluções a necessidades do pequeno reino. Nesse sentido, Essuatíni é, em grande medida, fortemente vinculado à África do Sul. Além dos vínculos econômicos, Essuatíni conta com a África do Sul para uma série de serviços essenciais, como formação educacional de contingentes importantes da população, serviços médicos mais complexos e construção de infraestrutura, entre outros.

13. Essuatíni conta com benefícios para o acesso de seus produtos aos mercados dos Estados Unidos e da União Europeia sem a incidência de tarifas de importação. O país tem acordos bilaterais de comércio com Alemanha e Reino Unido e acordos de proteção de investimentos com Alemanha, Egito, Ilhas Maurício e Taiwan.

14. Os principais provedores de ajuda financeira, humanitária e técnica a Essuatíni são agências das Nações Unidas, os Estados Unidos, a União Europeia e países europeus, de forma individualizada. Em algumas áreas, a assistência estrangeira tem resultado em avanços expressivos, como no atendimento a portadores de HIV. Essuatíni é um dos dois únicos países do mundo que alcançaram, com apoio da UNAIDS e de programas como o "President's Emergency Plan for AIDS Relief" (PEPFAR) dos EUA, a meta 95-95-95 no controle da epidemia de HIV/AIDS (ou seja, 95% da população com HIV estão diagnosticados, 95% das pessoas diagnosticadas estão em tratamento e 95% das pessoas em tratamento lograram suprimir o vírus).

III) PANORAMA ECONÔMICO

15. O Reino de Essuatíni tem economia de porte pequeno, com PIB nominal de US$ 3,9 bilhões (2020), fortemente vinculada à África do Sul, que é destino de 65% de suas exportações e fonte de 70% das importações. Essuatíni é membro da Área Monetária Comum, sob a qual o "Essuatíni lilangeni" (a moeda nacional) está indexado ao rand sul-africano, que também tem curso legal no país. As receitas fiscais dependem em grande parte das receitas da União Aduaneira da África Austral (SACU).

16. Estima-se que o PIB tenha crescido 1,3% em 2021, uma revisão para baixo a partir de um crescimento previamente projetado de 1,5%, o que pode ser reflexo das medidas de contenção relacionadas à pandemia implementadas no início de 2021. De uma forma geral, a recuperação econômica permanece incerta e depende da evolução do quadro pandêmico, da distribuição de vacinas e do ritmo de recuperação das economias regionais, particularmente a da África do Sul.

17. Antes da pandemia, a situação econômica do país se caracterizava por crescimento baixo, aumento do déficit fiscal e da dívida pública, bem como redução das reservas internacionais. A

pandemia gerou grandes necessidades de financiamento, ampliando esses desafios. Essuatíni recebeu apoio financeiro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no ano fiscal de 2020/21, o que ajudou a amenizar os desafios fiscais. O déficit fiscal foi de 8,7% do PIB em 2020.

18. Segundo os dados mais recentes, de 2017, 58,9% dos habitantes viviam abaixo da linha nacional de pobreza, contra 63% em 2009 e 69,0% em 2001.

19. De acordo com os últimos dados da OMS, publicados em 2019, a expectativa de vida em Essuatíni é de 60 anos. Após uma redução drástica na expectativa de vida nos últimos trinta anos, havendo-se atingido 42 anos em 2005, o país logrou retornar a números similares àqueles apresentados no início da década de 1990. A queda esteve diretamente relacionada à alta prevalência de HIV/AIDS na população. A facilitação do acesso a testes rápidos e a ampliação da distribuição de medicamentos antirretrovirais (87% dos adultos e 76% das crianças infectadas estariam recebendo tratamento) possibilitaram a recuperação na expectativa de vida e apontam para tendência de aumento nos próximos anos.

20. No âmbito do comércio bilateral, em 2020, Essuatíni importou bens do Brasil que somaram US$ 2,45 milhões (62% desse valor correspondem à compra de carnes). As exportações suázis para o Brasil no mesmo ano não ultrapassaram mil dólares, segundo dados compilados pelo UN Comtrade.

IV) RELAÇÕES BILATERAIS

21. As relações diplomáticas entre Brasil e Essuatíni foram estabelecidas em 1978, dez anos depois da independência do país. O único ato internacional bilateral assinado desde então - a saber, o Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 2008 - foi ratificado em 2010 pelo Brasil, após aprovação pelo Congresso Nacional. A ratificação suázi segue pendente.

22. Apresentei minhas cartas credenciais ao rei Mswati III em 25/07/2019, em cerimônia solene no palácio real Lozitha. Na ocasião, o soberano manifestou interesse em receber cooperação e investimentos brasileiros em ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável.

23. Observo ainda que, à época, a segurança alimentar foi identificada pelo monarca como desafio precípuo no curto e médio prazo, em função da ameaça de pestes nas colheitas e de doenças animais transfronteiriças, na esteira de dificuldades resultantes de mudanças climáticas. Recordo que, com 59% da população vivendo abaixo da linha de pobreza, o país tem sofrido com secas regionais que afetam as plantações. Nesse contexto, o rei assinalou que uma das metas de sua gestão para o futuro seria incrementar subsídios para garantir implementos e insumos à produção agrícola, em iniciativa que poderia a um só tempo, a meu ver, contar com apoio técnico brasileiro e beneficiar empresas brasileiras.

24. Parece lícito supor que Essuatíni poderia beneficiar-se de cooperação brasileira em áreas como agricultura, educação e saúde, embora o país não tenha apresentado demandas concretas no plano bilateral. De toda forma, a ausência de um acordo de cooperação técnica bilateral que constituiria o marco jurídico adequado para regular possíveis ações futuras da Agência Brasileira de Cooperação no país tende a dificultar o avanço de quaisquer iniciativas.

25. É oportuno assinalar ainda que, durante minha gestão, o governo de Essuatíni submeteu projeto de cooperação na área de saneamento ao Fundo IBAS (fundo de apoio a projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo, constituído no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS, criado em junho de 2003).

V) ASSUNTOS CONSULARES

26. A embaixada tem conhecimento de que apenas nove brasileiros estariam residindo no Reino de Essuatíni atualmente, sendo seis mulheres e três homens. Há duas famílias de quatro pessoas, cada uma delas com duas crianças menores de idade. Os serviços consulares provenientes daquela jurisdição resumem-se, em geral, a pedidos de vistos para nacionais suázis e estrangeiros que lá residem.

27. Em abril de 2020, durante o período de fechamento de fronteiras sul-africanas em razão da pandemia de Covid-19, foi prestado apoio para que brasileiro residente em Essuatíni, retido na África do Sul, pudesse retornar por terra àquele país, ainda que fazendo longo desvio por Namíbia, Botsuana, Zimbábue e Moçambique.

EMBAIXADA DO BRASIL EM MAPUTO

RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2021)

EMBAIXADOR CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE

MADAGASCAR

O relatório de minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Maputo, no período de dezembro de 2018 a novembro de 2021, na parte relativa à República de Madagascar, está organizado da seguinte forma:

I) POLÍTICA INTERNA;
II) RELAÇÕES BILATERAIS;
III) POLÍTICA EXTERNA;
IV) PANORAMA ECONÔMICO;
V) ASSUNTOS CONSULARES;
VI) RECOMENDAÇÕES

I) POLÍTICA INTERNA

2. A República de Madagascar tem pouco mais de 28 milhões de habitantes, com PIB per capita (PPC) de US$ 1.593 em 2020, segundo dados do FMI. Encontra-se também entre os 25 países de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com cerca de 77% de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza.

3. Quando assumi a Embaixada do Brasil em Maputo, em fins de dezembro de 2018, Madagascar acompanhava desdobramentos da apuração das eleições do país. Em janeiro de 2019, a Alta Corte Constitucional do país confirmou a vitória de Andry Rajoelina nas eleições presidenciais. Ex-presidente interino por cerca de cinco anos (2009-2014), Rajoelina voltou ao poder pela via democrática. Após a decisão do tribunal, o mandatário emitiu declaração em tom conciliatório, reduzindo a tensão com Marc Ravalomanana, candidato derrotado e seu principal adversário político. Rajoelina tomou posse em 18 de janeiro de 2019.

4. Além de manifestações contra as medidas de contenção da pandemia, Rajoelina enfrentou protestos contra seu governo entre janeiro e abril de 2021, articulados nos bastidores por líderes políticos de oposição. O movimento encontrou eco entre alguns setores da população.

Tentativa de golpe

5. Autoridades malgaxes vieram a público, em julho de 2021, para denunciar tentativa de golpe de Estado. Alegou-se que a pretendida sublevação envolveria planos de assassinato de diversos dignitários, inclusive do presidente da República. Nesse contexto, investigações e operações de busca culminaram na prisão de seis suspeitos, bem como na apreensão de 930 mil euros e de uma arma na residência de um dos envolvidos.

Reforma ministerial

6. Como desdobramento da crise política, Rajoelina anunciou, em agosto de 2021, a demissão de todos os 25 ministros, vice-ministros e secretários de estado. Após cinco dias de expectativas, especulações e tensões, o presidente anunciou novo gabinete.

7. Na apresentação do novo gabinete - agora com 32 nomes em função do desmembramento de algumas pastas -, foram indicados 22 novos ministros e anunciadas dez reconduções. Entre os reconduzidos, as atenções concentraram-se no primeiro-ministro, Christian Ntsay.

8. Ganharam destaque, também, reconduções dos ministros da Defesa, da Segurança Pública e das Comunicações, tidos como os principais sustentáculos do mandatário malgaxe durante a onda de protestos. Entre os novos indicados, destacaram-se a ministra das Finanças, Rindra Hasimbelo Rabarinirinarison, ex-presidente da Comissão de Compras Governamentais, e o chanceler, Patrick Rajoelina, que, até então, ocupava o cargo de conselheiro especial do presidente (com quem compartilha o sobrenome, apesar de não guardarem parentesco).

II) RELAÇÕES BILATERAIS

9. As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas em 1996. A suspensão do país da União Africana (UA) em 2009, em razão de rupturas institucionais, levou à interrupção de projetos de cooperação incipientes. Somente com a plena reintegração de Madagascar à UA, em 27 de fevereiro de 2014, à luz dos resultados das eleições realizadas no país em finais de 2013, as relações diplomáticas bilaterais voltaram à normalidade.

10. As comunicações entre o posto e o governo malgaxe têm sido dificultadas pela ausência tanto de embaixada residente de Madagascar em Maputo quanto de rota aérea comercial direta entre aquele país e Moçambique. Em todo caso, durante minha gestão, foi possível manter interlocução com a embaixada de Madagascar em Pretória (conforme orientações da chancelaria malgaxe), bem como engajamento ativo com instituições em Antananarivo, particularmente com apoio de contatos-chave no Ministério dos Negócios Estrangeiros naquela capital.

11. A despeito de insistentes gestões ao longo dos últimos três anos, em diversas instâncias, realizadas antes e durante a pandemia, não logrei apresentar credenciais ao presidente da República de Madagascar. O governo malgaxe chegou a indicar, em 2019, que agendaria sessão para apresentação de credenciais de embaixadores não residentes - promessa que malogrou definitivamente após o início da pandemia.

12. Ainda que sem viabilizar a aproximação política na esfera da representação, o governo de Madagascar respondeu bem às principais gestões substantivas que realizei em prol de assuntos de interesse do Brasil. Nesse sentido, o governo malgaxe reagiu com alguma agilidade a solicitações apresentadas pelo posto para apoio a pleitos brasileiros em foros internacionais, havendo manifestado oficialmente apoio ao Brasil quando das exitosas candidaturas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (junho de 2021) e a duas instâncias no âmbito da União Postal Universal (UPU), em agosto de 2021, a saber, ao Conselho de Operações Postais e ao Conselho de Administração.

13. Caberia assinalar igualmente que, apesar das dificuldades de aproximação entre os dois países, o comércio bilateral tem sido superavitário para o Brasil (cerca de USD 38,5 milhões em 2021).

III) POLÍTICA EXTERNA

Questão das Ilhas Esparsas

14. Durante minha gestão, tema de destaque no âmbito da inserção internacional de Madagascar foi a reiteração, junto à França, da reivindicação de soberania sobre as chamadas "Ilhas Esparsas" (cinco ilhas desabitadas no oceano Índico, quatro delas no canal de Moçambique, que separa este país de Madagascar). Recordo que o arquipélago, disperso no oceano Índico, foi reconhecido por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas como arbitrariamente separado de Madagascar à época de sua independência, mas permanece sob controle francês. Em face das resistências francesas, as reivindicações de soberania malgaxe sobre aquele arquipélago nunca avançaram.

15. Em visita do presidente Rajoelina a Paris, em maio de 2019, concordou-se em estabelecer comissão bilateral para buscar solução definitiva para a disputa até junho de 2020. A iniciativa foi proposta pela França, em resposta à demanda malgaxe.

16. Os chefes de Estado malgaxe e francês reencontraram-se em agosto de 2021. Na ocasião, não foram divulgadas informações específicas sobre o tema, mas o tom sereno e amistoso adotado por ambos os presidentes em declarações públicas ao fim das reuniões suscitou especulações de que arranjos diplomáticos tenham logrado ao menos abrandar a controvérsia sobre as ilhas no curto e médio prazo.

17. De toda forma, em discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2021, o presidente Rajoelina reiterou a legitimidade do pleito malgaxe com respeito às Ilhas Esparsas e afirmou que a questão permanecia por resolver. Assinalou que estaria trabalhando com o presidente Emmanuel Macron em busca de solução para o litígio, e disse acreditar em chegariam a um resultado positivo e justo.

IV) PANORAMA ECONÔMICO

18. A pandemia de Covid-19 prejudicou o crescimento econômico experimentado por Madagascar desde o retorno à ordem constitucional, em 2013. Após crescimento real do PIB de 4,4% em 2019, o país entrou em recessão em 2020, com redução de 4% do produto.

19. Os setores de manufatura, mineração e serviços foram os mais atingidos em decorrência das medidas restritivas. O déficit em conta corrente deteriorou-se para 3,5% do PIB em 2020, contra 2,3% em 2019, sobretudo em razão de queda nas exportações, no turismo e no investimento estrangeiro direto. A receita tributária caiu, ao passo que os gastos governamentais aumentaram significativamente. Como resultado, o déficit orçamentário elevou-se de 1,4% do PIB em 2019 para 6,3% em 2020.

20. Para além do impacto negativo da pandemia, enchentes no norte do território malgaxe e seca prolongada ao sul aprofundaram a recessão econômica. Madagascar é especialmente vulnerável a fenômenos climáticos extremos, tendo registrado mais de 50 desastres naturais nos últimos 35 anos.

No ano de 2021, a região sul do país foi duramente atingida pela pior seca dos últimos 40 anos - fenômeno que, de acordo com relatório das Nações Unidas, está intimamente ligado às mudanças climáticas globais.

21. O comércio exterior malgaxe está concentrado em número limitado de produtos agrícolas e minerais. As principais exportações são baunilha, níquel, titânio e camarões. A baunilha corresponde a quase 30% da pauta exportadora do país, responsável pela produção de cerca de 80% da baunilha em nível global.

22. O comércio bilateral é superavitário para o Brasil. Em 2021, as importações brasileiras do país atingiram meros US$ 2,5 milhões, contra exportações de US$ 40,9 milhões, dos quais mais de 80% correspondentes à venda de açúcar.

23. Em março de 2021, o Conselho Executivo do FMI aprovou novo crédito de US$ 320 milhões em 40 meses para Madagascar ("Extended Credit Facility"). O acordo foi elaborado com base em taxa de crescimento projetada de 3,2% em 2021 e 5% em 2022, indicando a expectativa de que, diminuídas as restrições relacionadas à Covid-19, o país deverá recuperar o caminho do crescimento econômico. Entre as prioridades do acordo com o Fundo, estão o aumento da receita pública, o aumento significativo dos gastos sociais e a melhoria da transparência do orçamento, a fim de restaurar a confiança entre doadores, investidores e população.

V) ASSUNTOS CONSULARES

Comunidade brasileira e assistência consular

24. Ao longo de minha gestão, o posto monitorou a situação de cerca de vinte nacionais brasileiros residentes em Madagascar, sendo um terço do sexo feminino e ao menos dois menores de idade. Um empresário brasileiro, Anivaldo de Jesus, estabelecido exitosamente no país há algum tempo, teve seu nome proposto como cônsul honorário em Antananarivo. Duas brasileiras são missionárias associados à Igreja Católica e seis brasileiros estão vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus. Não se tem notícias de mais brasileiros naquele país em caráter permanente.

25. Em 2019, o posto apoiou, inclusive com envio de missão consular, a repatriação (após o cumprimento de pena) de brasileira que se encontrava detida em Madagascar por tráfico internacional de entorpecentes. Em 2020, durante a pandemia, foi prestado apoio para que uma veterinária e quatro médicos brasileiros retidos no país pudessem retornar ao Brasil ou a seus países de residência.

Abertura de Consulado Honorário em Antananarivo

26. Após dois anos de gestões, o governo de Madagascar concordou com a criação, em fins de 2020, de um Consulado Honorário do Brasil em Antananarivo, com jurisdição sobre todo o território malgaxe. Portaria com a criação da repartição honorária foi publicada no Brasil em 21 de dezembro de 2020, conquanto não tenha sido ainda possível obter a aprovação do governo local à designação, como cônsul honorário, do mencionado cidadão brasileiro (Anivaldo de Jesus), residente na capital do país.

VI) RECOMENDAÇÕES

27. O fortalecimento das relações entre Brasil e Madagascar, caso seja considerado de interesse pelo governo brasileiro, demandaria o incremento de canais de comunicação entre autoridades e instituições de Estado - a exemplo do aumento da frequência de viagens de diplomatas brasileiros àquele país, da obtenção de anuência malgaxe à designação do cônsul honorário em Antananarivo e eventuais interlocuções entre representantes de alto nível. Ao longo de minha gestão, iniciativas dessa natureza foram dificultadas pelas restrições afetas à pandemia de Covid-19, mas teriam potencial de prosperar nos próximos anos, após a efetiva contenção da crise sanitária.

28. Ações de cooperação poderiam também ter o condão de agregar valor às relações bilaterais, sobretudo nas áreas de agricultura, segurança alimentar e saúde. No curto e médio prazo, entendo que seria muito bem-vinda assistência brasileira, possivelmente em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, para combate à crise de fome que tem assolado a região sul do país desde o ano passado, na esteira de sucessivas secas que causaram prejuízos e danos à agricultura local.

EMBAIXADA DO BRASIL EM MAPUTO

RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2021)

EMBAIXADOR CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE

I) POLÍTICA INTERNA

a) Contextualização

Assumi o posto em dezembro de 2018. As tragédias dos ciclones "Idai" e "Kenneth", em março e abril do ano seguinte, agravaram o quadro ao impactar a infraestrutura e as vidas de milhares de pessoas nas regiões atingidas.

2. O país estava também às vésperas de ano eleitoral, com pleito marcado para outubro de 2019 - do qual saiu vitorioso, no primeiro turno, o presidente Filipe Nyusi, eleito para segundo mandato. Poucos meses depois, o país foi atingido pela pandemia de Covid-19, que segue como um dos temas centrais da agenda de política interna até hoje.

b) Ciclones "Idai" e "Kenneth"

3. Os ciclones tropicais "Idai" e "Kenneth" atingiram a região central e o norte de Moçambique em março e abril de 2019, respectivamente. Resultaram na morte de 1.300 pessoas, desencadearam epidemia de cólera no país e destruíram infraestruturas que ainda impactam a vida de milhares de pessoas. O combate à crise humanitária que se sucedeu contou com importante atuação do Brasil, comentada de forma pormenorizada mais adiante, no subitem "IV.a".

c) Eleições gerais

4. O presidente Felipe Nyusi, da Frelimo, foi reeleito em 2019, no primeiro turno, com 73,4% dos votos, derrotando Ossufo Momade, candidato da Renamo, principal partido de oposição e adversário histórico da Frelimo desde a independência do país. Nyusi tomou posse em 15 de janeiro de 2020.

5. As eleições de 2019 representaram vitória da Frelimo, que, além de reeleger o presidente pela maior diferença percentual de votos desde 2009, também obteve 71,2% dos votos para a Assembleia da República, garantindo 184 dos 250 assentos no Parlamento. Dessa forma, o partido conta hoje com "maioria qualificada" no Legislativo, que o habilita a promover até mesmo reformas constitucionais, às quais são exigidos 2/3 dos votos no parlamento.

d) Processo de paz

6. Em 6 agosto de 2019, foi assinado, em Maputo, o "Acordo de Paz e Reconciliação". O evento histórico foi apresentado como conclusão do processo de paz entre o governo moçambicano e a Renamo. O instrumento foi firmado pelo presidente de Moçambique, Felipe Nyusi, e pelo general Ossufo Momade, líder da Renamo. O acordo tinha como propósito declarado encerrar conflitos remanescentes, não solucionados em mais de quatro décadas, em seguimento às tratativas de paz empreendidas por ocasião do fim da guerra civil (recorde-se que a guerra civil moçambicana teve

início em 1977, dois anos após a independência do país, e terminou somente em 1992, com a assinatura do chamado "Acordo Geral de Paz", pelo então presidente da República, Joaquim Chissano, e pelo então presidente da Renamo, Afonso Dhlakama).

7. Desde a assinatura do acordo de paz em 2019, no entanto, a autoproclamada "Junta Militar" da Renamo, liderada pelo general Mariano Nhongo, considerou nulo o ato, que previa um processo de desmilitarização, desarmamento e reintegração (conhecido pela sigla DDR) de membros do braço armado da oposição. O grupo rechaçava também a liderança de Momade.

8. Em 11 de outubro de 2021, contudo, o avanço do processo de paz sofreu importante inflexão, com o anúncio, pelo governo, de que o líder da Junta Militar havia sido morto em operação conduzida pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique.

e) Insurgência na província de Cabo Delgado

9. Durante minha gestão, a insurgência jihadista na província setentrional de Cabo Delgado agravou-se substancialmente, convertendo-se no principal tema da agenda política moçambicana, tanto no âmbito interno como externo.

10. A esse respeito, observo que, em perspectiva histórica, Moçambique não tem experimentado conflitos de natureza precipuamente religiosa: as diferentes denominações confessionais no país têm tradicionalmente convivido em significativa harmonia. A população islâmica de Moçambique representa cerca de 20% do total, sendo que as confissões cristãs representam, em seu conjunto, em torno de 63% da população (dos quais quase a metade católica); 3% professam outras religiões e cerca de 14% declaram não ter religião. Em três das quatro províncias mais setentrionais do país (Cabo Delgado, Niassa e Nampula), os muçulmanos constituem a maioria (entre 40 e 60% da população, dependendo da província). Em Cabo Delgado, a população islâmica congrega 52% do total.

11. Cabo Delgado destaca-se atualmente como a província com maior potencial de geração de riquezas do país, consubstanciado nas reservas de gás descobertas na última década e em jazidas de minérios e pedras preciosas de seu subsolo. Essas riquezas, sobretudo as reservas de gás, atraíram o interesse de grandes conglomerados internacionais do setor de energia e poderão vir a ter efeito transformador para o destino do país.

12. Os incidentes multiplicaram-se sensivelmente, tanto em frequência como em intensidade, ao longo de 2019 e, principalmente, em 2020. Em agosto de 2020, os islamistas lograram sobrepor-se às forças do Estado e ocuparam a sede de Mocímboa da Praia, passando a controlá-la.

13. Nos meses seguintes, o grupo expandiu a área sob seu controle. A cidade de Palma, considerada "a capital do gás" (por constituir o maior centro urbano nas vizinhanças da península de Afungi, onde a empresa TotalEnergies lançara as bases de seu projeto de exploração das reservas), esteve por longos meses cercada pelos jihadistas, até ser invadida em fins de março de 2021 - para somente ser retomada em 6 de abril pelas forças oficiais.

14. A invasão da cidade de Palma constitui capítulo dramático para os desdobramentos do combate à insurgência. A cidade está localizada a cerca de 30 km das instalações construídas pela empresa

TotalEnergies (principal concessionária nos projetos de exploração de gás). Embora seu domínio tenha sido recobrado pelo governo no início de abril, dois terços da infraestrutura da cidade haviam sido destruídos. O incidente resultou ainda em mais de 30 mil deslocados e elevado número de mortos, entre os quais as primeiras vítimas estrangeiras dos conflitos. A gravidade da situação ensejou a inédita retirada integral dos empregados da TotalEnergies da península de Afungi.

Apoio internacional

15. Parceiros internacionais de Moçambique procuraram oferecer apoio ao combate à insurgência, por meio de propostas em diversas áreas, com destaque para ajuda humanitária e cooperação em defesa e segurança. Sobressaem nesse esforço os EUA, a África do Sul, a França, a União Europeia, Ruanda e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (conhecida pela sigla SADC, do nome em inglês "Southern Africa Development Community")

16. Em termos concretos, para além da assistência humanitária liderada por agências da ONU, os primeiros países a viabilizar projetos de capacitação militar para tropas moçambicanas foram os EUA, Portugal e a África do Sul. O governo estadunidense forneceu a Moçambique, ademais, apoio financeiro para compra de equipamentos - como helicópteros, tanques e armamentos -, entre outras iniciativas.

17. Em março de 2021, os EUA incluíram o agrupamento insurgente atuante em Cabo Delgado na lista de "Organizações Terroristas Estrangeiras" e passaram a identificá-lo como "Estado Islâmico do Iraque e Síria Moçambique/ISIS-Moçambique". A medida abriu caminhos para aprofundamento da cooperação prestada pelos EUA a Moçambique.

18. Nesse quadro, o governo moçambicano passou a admitir parcerias militares para combate aos terroristas, sem abrir mão da supervisão e coordenação soberana das incursões. Maputo articulou-se então com o governo de Ruanda, o que resultou no recebimento, em julho de 2021, de significativo contingente de militares ruandeses para combate no terreno. Paralelamente, negociou-se iniciativa de resposta regional da SADC, intitulada "Missão da SADC em Moçambique" ("SADC Mission in Mozambique - SAMIM").

19. A ação coordenada entre as Forças de Defesa e Segurança moçambicanas e as tropas de Ruanda e da SADC logrou resultados significativos em curto período, a despeito de incidentes ocasionais de novos ataques terroristas a civis. Já em agosto foi possível retomar Mocímboa da Praia - cidade de relevo que, sob domínio dos insurgentes por cerca de um ano, havia-se convertido em importante centro operacional para o grupo terrorista.

II) POLÍTICA EXTERNA

20. Em sua inserção internacional, Moçambique privilegia como principais plataformas sua participação na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana. A situação em Cabo Delgado, com a envolvimento de forças da SADC, reforçou essa prioridade.

21. No momento, o país está engajado em esforço para ampliar sua voz no cenário internacional, consubstanciado em sua candidatura ao CSNU para o mandato 2023/2024, projeto que, ao lado do combate à insurgência no norte do país, tem marcado a agenda de política externa moçambicana. A candidatura moçambicana foi endossada pela União Africana e conta, igualmente, com o apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

22. Sobre as principais parcerias do país com seus vizinhos, ressaltam-se: a relação econômico-comercial com a África do Sul; e os vínculos políticos com a Tanzânia e o Zimbábue, que remontam ao período da formação do Estado nacional.

23. Moçambique também cultiva relacionamento privilegiado com os demais membros da CPLP, sobretudo em razão dos vínculos históricos, culturais e linguísticos que os unem. O país mantém, ainda, relações próximas com doadores tradicionais - países europeus, EUA, Canada e Japão -, bem como com a China - que executa importantes obras de infraestrutura no país - e a Índia.

Relações bilaterais

24. Os laços culturais, históricos e linguísticos entre Brasil e Moçambique constituem plataforma para o desenvolvimento das relações bilaterais e servem de base para que os dois países se reconheçam como parceiros privilegiados. A profícua cooperação bilateral - Moçambique é um dos principais beneficiários da cooperação brasileira, conforme explanado na seção pertinente, mais adiante -, a comunhão entre o Brasil e o país africano no seio da CPLP e o frequente apoio mútuo em eleições em foros internacionais refletem o excelente estado de amizade compartilhada, aspecto característico da evolução das conjunturas políticas e históricas. Nesse quadro, a percepção do Brasil como país irmão é difundida em Moçambique e frequentemente mencionada por líderes políticos, representantes da sociedade civil e população em geral.

25. Na esfera política, autoridades de alto nível do governo moçambicano têm manifestado interesse na realização de encontros que catalisem a evolução das relações bilaterais, conquanto se reconheça que o ritmo de desenvolvimento de parcerias é significativo.

26. Nessa linha, em janeiro de 2020, na cerimônia de posse em seu segundo mandato, o presidente Nyusi manifestou pessoalmente ao diretor da Agência Brasileira de Cooperação (na condição de representante do presidente Jair Bolsonaro) a intenção de viajar ao Brasil. À época, em sintonia com os acenos moçambicanos, foi renovado à então recém-empossada ministra do Negócios Estrangeiros, Verónica Macamo, convite para visita ao Brasil. Procurou-se, assim, dar seguimento a tratativas que vinham sendo avançadas desde janeiro de 2019, quando seu antecessor (ministro José Pacheco) manifestara interesse em realizar viagem oficial ao Brasil, particularmente no intuito de inaugurar Mecanismo de Consultas Políticas estabelecido por memorando de entendimento correspondente, firmado em 2017. Cogitou-se também a possibilidade de visitas de alto nível a Maputo para o ano de 2020. A ocorrência dos ciclones Idai e Kenneth em 2019, as eleições gerais em Moçambique no

mesmo ano e a pandemia de Covid-19, a partir de 2020, frustraram, contudo, os planos mais imediatos de visitas bilaterais oficiais.

27. As dificuldades conjunturais não impediram que a interlocução se mantivesse em alto nível durante todo o período de minha gestão. Assinalo, por exemplo, telefonema realizado pelo presidente Jair Bolsonaro ao presidente Filipe Nyusi em 2019, quando da passagem do ciclone Idai em conversa que contou com meu apoio em seus preparativos e lançou as bases para o envio a Moçambique de missão humanitária brasileira de salvamento e resgate. Foi também possível organizar, em fevereiro de 2021, videoconferência entre o então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e a ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Verónica Macamo. No encontro, passou-se em revista o estado das relações bilaterais e foram tratados temas diversos, entre os quais a situação da insurgência jihadista em Cabo Delgado e situação da dívida de Moçambique com o Brasil. Ao encontro virtual, seguiu-se telefonema entre Vossa Excelência e a chanceler moçambicana, realizado em abril de 2021, bem como encontro presencial entre chanceleres à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro último, ocasiões em que foi transmitida a disposição brasileira de reforçar a cooperação e o apoio humanitário a Moçambique, particularmente no contexto do enfrentamento à insurgência em Cabo Delgado e aos deslocamentos de populações dela decorrentes, bem como face às ainda presentes sequelas dos ciclones.

28. De minha parte, além de oferecer apoio aos preparativos de encontros e diálogos bilaterais de alto nível, busquei manter, ao longo de meus três anos como embaixador do Brasil em Moçambique, intensa agenda política com autoridades do governo moçambicano e com lideranças da sociedade local. Avistei-me, em diversas ocasiões, com os ministros de Negócios Estrangeiro e Cooperação; da Defesa Nacional; da Saúde; da Economia e Finanças; da Indústria e Comércio; da Cultura e Turismo; da Terra e Ambiente; e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, entre outros. Mantive também contatos e encontros com a Procuradora-Geral da República, com o Secretário de Estado da Juventude e Emprego, com vice-ministros e diretores nacionais no âmbito dos ministérios moçambicanos, bem como com representantes de relevo da sociedade civil. As consultas e gestões por mim realizadas serviram para explorar possibilidades de iniciativas conjuntas, acelerar a coordenação entre instituições brasileiras e moçambicanas e avançar ações em prol da aproximação e do entendimento entre Brasil e Moçambique, como refletido em diversos desdobramentos das relações bilaterais constantes do presente relato.

III) ECONOMIA

a) Cenário econômico moçambicano

29. Nos últimos anos, Moçambique tem enfrentado cenário desafiador em muitos sentidos. O país tem experimentado grandes desafios, com uma série de transtornos climáticos, de que são exemplos fortes secas na região sul e as passagens dos ciclones Idai (em março de 2019) e Kenneth (em abril do mesmo ano); a eclosão da pandemia de Covid-19, que exigiu esforços do governo no sentido de impor restrições e medidas sanitárias rígidas; e o acirramento do combate à insurgência em Cabo Delgado. Tal contexto prejudicou significativamente as perspectivas de recuperação da economia nacional, que registrou queda de 1,3% do PIB em 2020 - a primeira recessão desde o fim da guerra civil, em 1992.

30. Embora os riscos associados às incertezas em torno da pandemia de Covid-19 persistam, o Banco Mundial estima que a economia moçambicana se recupere gradualmente, podendo alcançar taxa de crescimento de 4% em 2022, particularmente com o incremento da demanda agregada e o levantamento gradual das restrições que desregularam, quando não interromperam, as cadeias de abastecimento de bens e serviços nos centros urbanos do país. A esse respeito, é importante ressaltar que as populações urbanas, envolvidas em sua maioria no setor informal da economia, foram as mais prejudicadas pela pandemia, apesar de o governo ter tomado medidas relativamente rápidas para seu controle, reduzindo assim contaminações e óbitos no período.

31. Os projetos de gás natural liquefeito na região setentrional, levados adiante por grandes consórcios internacionais liderados pela italiana ENI e pela francesa TotalEnergies, afirmam-se, mais do que como chave para o incremento socioeconômico nacional, como empreendimento de importância global. A localização geográfica estratégica tornará o país importante fornecedor para mercados no continente africano, no Oriente Médio e na Ásia, regiões com as quais as petrolíferas já têm firmado contratos futuros de venda de gás liquefeito.

b) Relações econômicas bilaterais

32. Nesse contexto, durante minha gestão, a embaixada tem organizado anualmente seminários sobre petróleo, gás e setores correlatos, valendo-se das oportunidades de negócios decorrentes do desenvolvimento dos campos de gás natural em Moçambique. Essa iniciativa soma-se ao esforço realizado pelo posto de tornar as oportunidades no setor extrativista conhecidas do público brasileiro. Moveu-me, a esse respeito, a percepção de que o momento de incertezas atual exige da parte de governos e da sociedade em geral a busca por soluções inovadoras, e o perfil altamente positivo do relacionamento bilateral é um fator relevante para a definição de uma agenda econômico-comercial propositiva. Moçambique pode, ademais, valer-se da experiência brasileira acumulada nas últimas décadas, com a exploração do pré-sal, para desenvolver o potencial transformacional das reservas da bacia do Rovuma, que devem atrair para Moçambique investimentos da ordem de US$ 60 bilhões nos próximos anos.

33. Quanto ao intercâmbio comercial com Moçambique no período de janeiro a junho de 2021, o Brasil exportou US$ 12,2 milhões e importou US$ 1,95 milhão, totalizando US$ 14,35 milhões de corrente comercial bilateral. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, as exportações sofreram queda de 37,8% e as importações reduziram-se em 92,6%. O intercâmbio comercial foi superavitário para o Brasil em US$ 10,2 milhões.

34. A pauta de exportações brasileiras para a Moçambique continua a caracterizar-se pela diversidade de produtos, como em anos anteriores. Os dez principais produtos exportados representam aproximadamente 74,5% do total da pauta exportadora. Segundo a classificação adotada desde 2019 pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Secex/ME), que divide a pauta de comércio exterior em "indústria de transformação", "indústria extrativa", "agropecuária" e "outros produtos", as exportações brasileiras no período foram na quase totalidade compostas por produtos da indústria de transformação, que respondeu por cerca de 99,2% do total. Registro que alguns dos principais produtos tradicionalmente exportados para o mercado moçambicano enquadram-se nesse grupo, a exemplo de carne de aves, móveis e suas partes, calçados, tratores, geradores e motores elétricos.

35. Segundo plataforma do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) local, que disponibiliza dados atualizados até março último, o Brasil ocupa no presente ano o 128º lugar entre os maiores exportadores para Moçambique, com 0,4% de participação no mercado. Os maiores exportadores para o mercado local, no período, são a África do Sul, com 31,1%; a Índia, com 18,2%; a China, com 16,7%; o Zimbábue, com 3,0%; e a Austrália, com 3,0%. De acordo com dados oficiais brasileiros (plataforma Comex Vis), atualizados para o período de janeiro a julho de 2021, Moçambique também ocupa o 128º lugar entre os países de destino de exportações brasileiras e o 112º entre os países de origem de importações.

36. De modo a impulsionar as trocas comerciais e investimentos bilaterais, particularmente prejudicadas pela pandemia de Covid-19, o posto tem empreendido uma série de ações dentro de seu plano estratégico, a exemplo da proposição e realização de missões empresariais, seminários e rodadas de negócio e a participação em feiras e eventos.

37. Em 2019 e 2021, com apoio da APEX-Brasil, o posto organizou a participação de empresas brasileiras na feira multissetorial FACIM, a principal do país e a mais importante ocasião para a exposição de produtos e serviços. Dezenas de empresas brasileiras puderam, por meio dessa ação, realizar negócios em diversas áreas, entre as quais se destacam agronegócio, processamento industrial, bens de capital, recursos minerais, infraestrutura e serviços turísticos. Também no contexto da FACIM, o posto tem proporcionado ambiente para que empresários e investidores brasileiros organizem "webinars" e rodadas de negócios, a exemplo do seminário "Brasil-Moçambique: oportunidades para os atores da cadeia do agronegócio", iniciativa que teve o objetivo de discutir temas e identificar áreas de sinergia para negócios e investimentos na economia moçambicana.

38. Da mesma forma, tenho insistido na necessidade de incrementar atividades de inteligência e informação comercial, de modo a fazer frente aos desafios impostos pela pandemia e estimular o setor privado brasileiro a posicionar-se adequadamente para o momento de retomada do ritmo das atividades econômicas em Moçambique. O posto tem monitorado as barreiras tarifárias e não tarifárias em vigor no país, com especial atenção às exportações industriais e agrícolas brasileiras, bem como outras situações de mercado que afetem o comércio com terceiros países e que possam representar oportunidades para produtos e serviços brasileiros. Insere-se também nesse contexto o acompanhamento da implementação do Acordo de Livre Comércio Continental Africano, que poderá influenciar a dinâmica do relacionamento brasileiro com a África e, de modo particular, com Moçambique.

39. Em 2020, a embaixada assinou convênio com a Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique (CCIABM), entidade que possui histórico positivo de contribuição para as ações de promoção comercial do posto. A CCIABM tem, por exemplo, participado da organização de uma série de eventos e missões comerciais, em particular as relacionadas à feira multissetorial FACIM e ao seminário sobre petróleo, gás e setores correlatos.

IV) COOPERAÇÃO

a) Cooperação técnica e humanitária

40. Moçambique é um dos principais beneficiários da cooperação técnica e humanitária brasileira na África e em todo mundo. Ao longo de minha gestão, a embaixada apoiou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na execução de atividades de cerca de trinta projetos, bem como envidou esforços

para avançar novas iniciativas que buscam atender a prioridades e demandas apresentadas pelo governo moçambicano. A atuação estende-se por diversas áreas, com destaque para saúde, agricultura e ensino profissionalizante.

41. A concepção de cooperação horizontal de natureza não impositiva e sem condicionalidades distingue a cooperação brasileira daquela prestada a Moçambique por países desenvolvidos e tem contribuído para fortalecer a percepção moçambicana de que o Brasil constitui parceiro de confiança, que compreende os desafios locais e está genuinamente disposto a colaborar para o desenvolvimento do país. O idioma comum e as similaridades históricas e culturais também concorrem para adensar e facilitar a cooperação bilateral.

42. A relação de confiança, estabelecida no lastro do robusto histórico de cooperação, expressa-se na constância da demanda local por novas iniciativas, bem como na extensão e complexidade do portfólio de projetos, até mesmo sob impacto da pandemia de Covid-19 (que desacelerou o progresso de algumas iniciativas e inibiu a realização de missões técnicas). Nesse sentido, para além de sua precípua motivação solidária e humanista, a cooperação converte-se em valioso ativo de política externa, que tem o condão de abrir portas ao Brasil junto a instituições e autoridades moçambicanas também em outras áreas, como corolário do bom acolhimento local à consolidada parceria técnica e humanitária entre os dois países.

43. Nesse contexto, a embaixada conta, desde 2016, com um setor dedicado exclusivamente à cooperação. O setor é responsável, entre outras atividades, por promover articulação com as instituições locais; apoiar missões técnicas brasileiras; acompanhar a execução de atividades no âmbito dos projetos; relatar missões e resultados das atividades; identificar e acolher demandas de Moçambique; e identificar desafios na execução dos projetos.

44. Sob minha gestão, a cooperação desenvolvida com Moçambique foi marcada pelo apoio ao enfrentamento aos desastres causados pelos ciclones Idai e Kenneth em 2019; por ações em prol da prevenção e combate à pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021; pelo reforço da cooperação para enfrentar as consequências do terrorismo na província de Cabo Delgado; e por desdobramentos de projetos de cooperação técnica de relevo, conforme comentado mais adiante.

Ciclones Idai e Kenneth: ajuda humanitária brasileira

45. Em março e abril de 2019, poucos meses após a minha assunção, Moçambique foi assolado por dois ciclones de grandes proporções, que em conjunto constituíram a maior tragédia climática da história do país.

46. No início de março daquele ano, uma massa de ar de baixa pressão que permanecera estacionária por cerca de uma semana na província de Sofala - causando chuvas, alagamentos e dezenas de mortes - derivou para o oceano, ganhou força de ciclone de categoria IV e, batizada de Idai, atingiu a cidade da Beira e as províncias de Sofala e de Manica, bem como o Zimbábue, a África do Sul e Botsuana. A infraestrutura da Beira, terceira maior cidade do país, sofreu abalos significativos, com desabamentos de escolas, tetos de hospital e destruição das redes de energia e telefonia. Aldeias inteiras foram alagadas e varridas pelas águas, rios transbordaram, comportas a montante tiveram de ser abertas e a fértil região entre os rios Púngue e Búzi ficou submersa a dois metros de profundidade, sob lago com superfície similar à de Luxemburgo. A região ficou ilhada e sem comunicação por ao

menos dois dias, antes que se pudesse organizar ação de resposta. Ao final do incidente, o governo moçambicano e agências do sistema ONU estimaram mais de mil vítimas fatais, para além da destruição de infraestrutura e comprometimento de solos.

47. À época, a embaixada sugeriu fosse considerada a possibilidade de envio imediato de ajuda brasileira a Moçambique para auxiliar na resposta à devastação. O governo brasileiro, nesse contexto, foi um dos primeiros a se engajarem com o governo moçambicano para enfrentamento aos desastres. Logo em 14 de março, ainda antes da chegada do Idai à Beira, o Brasil acionou a "International Charter Space and Major Disaster" para o fornecimento a Moçambique de imagens de sensoriamento remoto em alta resolução, que por semanas contribuíram para as operações internacionais de busca e salvamento e para avaliação dos danos causados. Na sequência, o governo brasileiro doou recursos previamente aportados a fundo no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para ações emergenciais do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

48. Quando a região ainda estava isolada, sem comunicação, apoiei o presidente Jair Bolsonaro em telefonema ao presidente de Moçambique, Filipe Nuysi, realizado com o objetivo de registrar a solidariedade brasileira a este país. Na ocasião, foi definido o envio de ajuda a Moçambique, em iniciativa coordenada pela ABC, com apoio da embaixada (inclusive no terreno).

49. A missão brasileira chegou à cidade da Beira em 1º de abril, em duas aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). Recepcionei pessoalmente a equipe de 40 bombeiros da Força Nacional de Segurança Pública (FN) e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), que trouxeram consigo equipamentos, veículos, drones, motosserras e barcos, além dos seis kits completos de medicamentos e de insumos de primeira necessidade para prover assistência emergencial a até nove mil pessoas, por ao menos um mês. Atendendo à solicitação moçambicana, a missão foi prorrogada de 20 para 40 dias. Nesse período, logrei ainda obter junto à Vale Moçambique doação de vacinas contra o cólera e promover, com auxílio dos bombeiros, vacinação da comunidade brasileira residente nas províncias afetadas, composta por cerca de 300 pessoas, contra surto da doença que assolou a região.

50. Com a partida de equipes de resposta humanitária de outros países, após o atendimento emergencial, os brasileiros passaram a ser o único grupo internacional especializado em resgate, busca e salvamento no terreno. Nesse contexto, a equipe estava disponível para oferecer resposta de primeira mão à devastação causada pelo ciclone Kenneth, que adentrou Moçambique pouco depois, em 25 de abril, ao norte da cidade de Pemba (capital da província de Cabo Delgado). Com ventos à velocidade de 220 km/h, o segundo ciclone converteu-se no mais intenso a atingir o país desde o início da série histórica. Apesar de mais potente, o Kenneth afetou área de menor densidade demográfica, onde as infraestruturas são mais esparsas, ainda assim vitimando mais de uma dezena de pessoas.

51. Após a passagem do ciclone Kenneth, o Brasil enviou equipe adicional de 29 bombeiros, que seguiu atuando em solo moçambicano até 6 de junho, sempre com apoio da embaixada. No total, foram 66 dias de presença contínua de bombeiros brasileiros em Moçambique.

52. Tratou-se de uma das maiores ações de cooperação humanitária já realizada pelo Brasil no exterior, tendo contribuído para resgatar pessoas, desobstruir estradas, levar mantimentos a necessitados, montar abrigos, abastecer de combustível a estação de bombeamento de água da Beira e avaliar e

reabilitar prédios, escolas e hospitais danificados, entre outras atividades conduzidas em colaboração com o governo moçambicano e com agências do sistema ONU.

Pandemia de Covid-19: situação em Moçambique e apoio brasileiro

53. Moçambique enfrentou três ondas de contaminações pelo coronavírus desde o início da pandemia. As duas primeiras ocorreram ao longo de 2020, conquanto os números de casos e óbitos não tenham sido significativos em comparação com os países mais atingidos pelo surto.

54. Em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, contudo, a situação agravou-se. As precárias redes de saúde pública e privada do país experimentaram então superlotação de pacientes e registraram elevado aumento no número de mortos. A situação melhorou somente a partir de abril, após o reforço das restrições à circulação de pessoas (com estabelecimento de toque de recolher, entre outras medidas).

55. Em resposta a pedido do governo moçambicano de apoio ao plano nacional de prevenção e combate à pandemia, o Brasil realizou doação ao Ministério da Saúde local, coordenada pela ABC e com assistência da embaixada, de equipamentos de proteção pessoal e de materiais médicos, em valor equivalente a US$ 100 mil. A doação brasileira, de caráter bilateral, foi operacionalizada em parceria com o Programa Mundial de Alimentos e entregue, em janeiro de 2021, à Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM) - braço licitatório do Ministério da Saúde local -, encarregada de armazenar e distribuir o material. A ação foi celebrada em cerimônia realizada em março de 2021, com participação minha e do ministro da Saúde de Moçambique, Armindo Tiago.

56. Com respeito à vacinação contra Covid-19, Moçambique aderiu à iniciativa COVAX como principal plataforma para obtenção de imunizantes. Ademais, o país tem recebido doações de parceiros internacionais relevantes, como China, Índia, Portugal e Estados Unidos. O plano de vacinação do governo moçambicano (que estabeleceu o objetivo de imunizar cerca de 16 milhões de pessoas - pouco mais de 50% da população) avança com morosidade, em razão da escassez de vacinas. Em 15 de outubro de 2021, cerca de 1,9 milhão de pessoas (6,3% da população) haviam recebido ao menos a primeira dose da vacina e 1,8 milhão (5,8% da população) estavam plenamente vacinadas.

Cabo Delgado: reforço da cooperação brasileira

57. O governo brasileiro comprometeu-se a doar quatro mil toneladas de arroz beneficiado a Moçambique, em caráter humanitário, com vistas a atender a necessidades alimentares de cidadãos moçambicanos em situação de vulnerabilidade, sobretudo contingentes de pessoas deslocadas pelos conflitos na província de Cabo Delegado.

58. Sob coordenação da ABC, a doação de arroz encontra-se em fase avançada de implementação: após a realização de operação de compra e venda simultânea, conduzida pela Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil (CONAB), o arroz foi adquirido, beneficiado e ora aguarda ser transportado a Maputo. O frete internacional está sendo providenciado pelo governo brasileiro, em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). Em Moçambique, a embaixada estabeleceu estreita coordenação com o Instituto Nacional de Gestão e Redução de Risco de Desastres (INGD), órgão subordinado ao Conselho de Ministros, para viabilizar o recebimento, armazenamento e distribuição da carga pelas instituições competentes. O embarque do primeiro lote

de mil toneladas de arroz estava previsto para fins de novembro de 2021, com chegada estimada em fevereiro de 2022.

59. A reiterada demanda por apoio brasileiro no quadro da insurgência suscitou ainda o início de tratativas para lançamento de programa reforçado de cooperação técnica e humanitária para Moçambique, de caráter holístico, ora em consideração pela ABC e por demais instituições relevantes no Brasil. Pretende-se contemplar, no âmbito da iniciativa, os três eixos considerados primordiais na composição de solução para a crise no norte de Moçambique, a saber: (i) promoção da segurança; (ii) ações humanitárias; e (iii) fomento ao desenvolvimento socioeconômico.

Principais desdobramentos de projetos de cooperação técnica

60. A seguir, comento alguns dos principais avanços institucionais e desdobramentos de projetos de cooperação técnica durante minha gestão:

i. Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em 30/03/2015:

- A embaixada ratificou junto ao governo moçambicano, em março de 2021, o novo acordo de cooperação entre Brasil e Moçambique - então recém-aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do decreto legislativo nº 10, de 17/03/2021. O posto realizou ainda gestões para que fosse agilizada a ratificação moçambicana do instrumento, necessária para sua entrada em vigor - o que veio a se concretizar em julho de 2021. O acordo atualizou as bases jurídicas da cooperação técnica e facilitará a implementação de novas iniciativas. Foi estabelecida isenção alfandegária para equipamentos e outros bens importados que se destinem à execução dos projetos - inovação que soluciona dificuldades antes enfrentadas pelas instituições de Estado receptoras da cooperação em Moçambique, que tinham de arcar com as taxas aduaneiras correspondentes de equipamentos, publicações e materiais, entre outros bens providenciados pelo Brasil.

ii. Projeto e instalação da fábrica da Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM):

- Trata-se do maior projeto de cooperação bilateral, em termos de orçamento. Por meio dele, a Fiocruz/Farmanguinhos transferiu a Moçambique tecnologia e capacidade para produzir localmente 14 classes de medicamentos de caráter essencial e alta demanda, como analgésicos, anti-inflamatórios, antidiabéticos, antimicrobianos e anti-hipertensivos. O projeto, reconhecido mutuamente como marco do adensamento das relações bilaterais, foi concluído em 30/09/2021, na esteira de missão de transferência de tecnologia composta por técnicos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que contou com apoio da embaixada. Em treze anos de trabalho, foi possível promover a implantação da infraestrutura fabril; a aquisição, doação e instalação de equipamentos; a transferência de tecnologias para a produção de medicamentos; e a capacitação de pessoal para que a SMM passasse a ser autonomamente gerida pelo governo de Moçambique, nos âmbitos administrativo e técnico, conforme constante de declaração conjunta adotada por ambos os governos ao fim do projeto.

iii. Projeto para o fortalecimento do setor algodoeiro nas bacias do Baixo Shire e do Zambeze:

- A ABC vem implementando o projeto Shire-Zambeze ao longo de sete anos. Trata-se de programa de transferência de tecnologia, equipamentos e técnicas de manejo voltado à estruturação de um programa nacional de produção de sementes certificadas de algodão. Renovada até junho de 2022, a iniciativa já promoveu cerca de 90 missões, quinze cursos de treinamentos e outras atividades, que contaram com envolvimento de aproximadamente 2000 pessoas, entre técnicos do projeto,

representantes da ABC e da Embrapa, bem como de outras instituições brasileiras e moçambicanas. Os agricultores assistidos pelo projeto lograram mais do que triplicar a produtividade média de suas regiões. Além de aprimorar a produção por meio de capacitação e apoio técnico aos produtores locais, em todas as fases do cultivo, o projeto transfere tecnologia para beneficiamento de sementes em Moçambique e apoia a comercialização das safras. Segundo avaliação do projeto, os principais ganhos para Moçambique até o momento foram o aumento de renda dos produtores, a melhoria na gestão das propriedades agrícolas, a internalização de boas práticas na produção do algodão, o aumento na produção e na produtividade de algodão (dobrou-se a produção), o fortalecimento técnico das instituições envolvidas, a melhoria e a aprovação da lei de sementes certificadas, a melhoria das infraestruturas e a aquisição de equipamentos e veículos. A iniciativa está em sua etapa final e, após concluída, poderá desdobrar-se em novo projeto, para seguimento de ações de natureza mais avançada, ora em negociação.

iv. Projeto de implantação do Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique Fase II:

- Brasil e Moçambique assinaram projeto que tem como objetivo implementar, em colaboração com o SENAI, um centro de formação profissional com enfoque na área de processamento de alimentos (mas também dedicado a outras áreas de formação técnica e profissionalizante), na província de Nampula, região norte de Moçambique. Está prevista também a criação de unidades de formação associadas ao centro, nas escolas das cidades de Malema e Cuamba. Durante minha gestão, o documento do projeto foi revisado, a pedido do governo de Moçambique, para incluir curso de oficina de máquinas agrícolas e veículos pesados na unidade de Malema. Conquanto a execução das atividades tenha sido dificultada pela pandemia, as partes avançaram com as primeiras ações (em especial, a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia das instalações). Para além da sua missão educativa e formativa, o Centro contribuirá para: (a) melhorar a alimentação local, com a introdução de conceitos de manipulação segura de alimentos; (b) capacitar a população através de cursos de formação; (c) sensibilizar a comunidade para uso eficiente dos recursos associados a alimentos; (d) aumentar as oportunidades de emprego no mercado; (e) ampliar a oferta de profissionais qualificados, contribuindo para que a utilização de mão de obra local atinja seu potencial; (f) aumentar a competitividade do setor industrial; e (g) disseminar conhecimentos de gestão em formação profissional em Moçambique. Pretende-se agilizar a implementação do projeto no primeiro semestre de 2022.

v. Implantação do Banco de Leite Humano:

- Com apoio do Brasil, o Hospital Central de Maputo inaugurou o primeiro banco de leite humano do país em agosto de 2018, cuja operação tem contribuído para diminuir a mortalidade neonatal. A cooperação brasileira envolveu a construção do edifício para abrigar o banco de leite e a doação dos equipamentos necessários ao tratamento e armazenamento do leite materno a ser utilizado na alimentação dos bebês internados no HCM. Nos últimos anos, instituições cooperantes brasileiras mantiveram contato com o banco de leite em Moçambique, pelos canais da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (REDEBLH-BR), sobretudo à distância. A Rede oferece treinamentos, análises e estudos científicos, seminários e discussões de casos, que constituem métodos de orientação e suporte técnico ao lado moçambicano. A introdução de leite materno nos hospitais contribui para o maior êxito dos tratamentos de neonatologia, além de poupar recursos antes destinados à aquisição de alimentos industrializados.

vi. Promoção do Trabalho Decente na Lavoura do Algodão Moçambique:

- Durante minha gestão, foi concluída a negociação e assinatura de projeto trilateral entre o Brasil, Moçambique e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para promoção do trabalho digno na cadeia produtiva do algodão em Moçambique, com base nos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho. Entre os componentes de maior relevo do projeto, está o combate ao trabalho infantil. A iniciativa conta com envolvimento do Ministério do Trabalho e Previdência do Brasil e da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA); bem como do Ministério do Trabalho e Segurança Social (MITSS) e do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) do lado moçambicano, entre outras instituições cooperantes.

vii. Novas iniciativas de cooperação:

- Durante minha gestão, a embaixada, em coordenação com a ABC, engajou-se na negociação de novos projetos de cooperação que poderão ser assinados e implementados nos próximos anos, tão logo estejam consolidados, com destaque para:

- "Fortalecimento da Governança em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Moçambique": a iniciativa promoverá a elaboração, adoção e distribuição de guias alimentares, entre outras atividades;

- "Caminhos do Algodão: Implementação do Centro de Inovação do Algodão de Moçambique (CIAM)": o projeto tem o objetivo de instalar em Moçambique um centro de formação com enfoque em produção do algodão, complementando outras ações brasileiras na área; e

- "Desenvolvimento de Capacidades de Profissionais de Saúde de Moçambique em Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer: o posto envolveu-se na negociação de documento de ação simplificada, em coordenação com a ABC, para oferecer apoio à continuidade e aprofundamento de atividade desenvolvida pela entidade "The University of Texas MD Anderson Cancer Center" (MD Anderson) em Moçambique. O programa pretende oferecer formação e capacitação de profissionais de saúde em Moçambique. Está prevista a participação do Hospital de Câncer de Barretos e do Instituto Nacional do Câncer do Brasil, que coordenarão missões de médicos oncologistas brasileiros a Moçambique. O documento está em fase final de negociação;

- Doação de sementes e apoio técnico para cultivo: emenda parlamentar, aprovada pelo Congresso Nacional no segundo semestre de 2021, viabilizou o início de tratativas para doação e cultivo de sementes de leguminosas e hortaliças, em ação a ser conduzida em áreas afetadas pelos ciclones Idai e Kenneth. A ação envolverá a ABC, a Embaixada, a Universidade Federal de Lavras e a Universidade Federal do Sul de Minas, do lado brasileiro, e, como contrapartes moçambicanas, o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Pretende-se construir hortas comunitárias que servirão de base para criação de mudas das sementes. As mudas serão então distribuídas entre a população para cultivo doméstico. Há previsão de capacitação técnica para viabilizar a sustentabilidade das hortas e da cultura das sementes.

b) Cooperação educacional e apoio permanente à formação de quadros

61. No âmbito da cooperação bilateral, o Brasil tem prestado apoio à formação de cidadãos moçambicanos. A título de exemplo, Moçambique é um dos principais beneficiários dos programas

de bolsas para formação universitária de graduação e pós-graduação do governo federal e das universidades públicas brasileiras. Centenas de moçambicanos fizeram seus estudos universitários no Brasil, em especial no âmbito do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

62. Durante minha gestão, destaco a realização da segunda edição, em 2021, do Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (ProAfri) para Moçambique, por meio do qual cerca de 75 professores universitários moçambicanos desenvolverão estudos de mestrado e doutorado no Brasil, mediante atribuição de bolsas. Promovido pelo Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), o ProAfri tem o propósito de atender a demanda moçambicana no sentido de dirimir carência crônica de qualificação dos quadros universitários do país. A iniciativa contou com apoio institucional da embaixada e do Instituto de Bolsas de Estudo (IBE) de Moçambique, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (MCTES) local.

63. Em coordenação com o posto, também a UNILAB assinou, em abril de 2021, acordo de cooperação com o IBE para ampliar a presença moçambicana naquela instituição acadêmica brasileira, em evento que contou com participação minha e do ministro da Ciência, Tecnologia e Educação Superior de Moçambique. Com vigência de cinco anos, o acordo prevê a oferta de 180 bolsas anuais de graduação, pós-graduação e capacitação de quadros.

64. Na área de ensino técnico e profissionalizante, têm sido implementadas iniciativas como o projeto "BRAMOTEC II", que tem como objetivo fortalecer a formação de 64 professores moçambicanos nas áreas de Agricultura, Design de Interiores e Turismo & Hotelaria. A ação conta com envolvimento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e do Ministério da Educação. Em face das limitações de locomoção internacional resultantes da pandemia de Covid-19, parte das atividades previstas no âmbito do programa foram postergadas.

65. Brasil e Moçambique têm avançado também com programas para formação de quadros institucionais do Estado. Entre as principais iniciativas nessa área, estão a capacitação jurídica de magistrados e formadores de magistrados moçambicanos, oferecida pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU); a capacitação de diplomatas no Instituto Rio Branco; a formação de militares em cursos nas Academias das Forças Armadas brasileiras; e a formação de membros da marinha mercante moçambicana, sobretudo no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha da Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro, em processo seletivo e de apoio aos bolsistas que tem contado com envolvimento da embaixada.

c) Cooperação em Defesa:

66. Durante minha gestão, o Brasil manteve colaboração, com o Instituto Superior de Estudos de Defesa de Moçambique (ISEDEF), instituição na qual, desde a sua fundação, instrutores militares brasileiros provenientes das três Forças têm participado da formação de oficiais moçambicanos. De 2019 a 2021, cerca de 400 militares moçambicanos foram beneficiados pelo intercâmbio com os instrutores brasileiros, cuja atuação tem-se concentrado em cinco disciplinas, a saber: Curso de Altos Comandos; Curso de Estado-Maior Conjunto; Curso de Adequação de Quadros; Curso de Promoção a Oficial Superior; e Curso de Chefe de Operações. Os cursos tratam de assuntos tais como, entre

outros, fundamentos de estratégia, técnicas de Estado-Maior, operações defensivas, operações de cooperação e coordenação com agências, operações conjuntas e combinadas, doutrina naval e legislação aeronáutica.

67. Além do apoio prestado nestes cursos, os instrutores brasileiros têm assessorado o Comando do ISEDEF e das FADM em questões técnicas militares, quando solicitados. Em 2021, destacaram-se as seguintes demandas: alteração de grade curricular do Instituto, preparação de militares para atuação em operações psicológicas, apoio na montagem de Curso de Paz e Segurança da Universidade do Rovuma, apresentação da sistemática de gestão de pessoal do Exército Brasileiro e participação em seminários.

68. Militares moçambicanos também recebem formação em instituições brasileiras, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do Exército - que acolhe, neste momento, seis cadetes moçambicanos - a Escola Naval e a Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), entre outras, em intercâmbios que contam com envolvimento da embaixada e de sua adidância militar, particularmente no que toca ao processo de prospecção de interesses e necessidades por parte do governo moçambicano, ao processo de seleção de oficiais para os cursos e ao apoio prestado aos contemplados. Adicionalmente, a Escola Superior de Ciências Náuticas de Moçambique (ESCN), vinculada ao Ministério dos Transportes e Comunicação, tem histórico de participação de seus alunos nos cursos de graduação do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros da Marinha do Brasil.

69. O Brasil tem também participado ativamente do Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP), entidade com sede em Maputo, que se dedica à promoção de pesquisas, estudos e difusão de conhecimento na área de defesa, com enfoque em temas de interesse comum entre os Estados-membros. No momento, o CAE/CPLP é dirigido por capitão-de-mar-e-guerra brasileiro, que tem realizado valioso trabalho de revitalização da entidade, com incremento do número de atividades e melhorias de infraestrutura. As atividades do CAE/CPLP têm sido regularmente acompanhadas pela embaixada e pela adidância.

70. Todas essas inciativas concorrem para que a interlocução com o governo moçambicano seja mantida em alto nível. Tal engajamento reflete-se, por exemplo, na organização de reuniões e estabelecimento de fóruns como a Conferência Bilateral de Estado-Maior (CBEM) Brasil-Moçambique.

V) RELAÇÕES CULTURAIS

71. As relações culturais entre Brasil e Moçambique são tradicionalmente intensas. A língua em comum, o contato frequente e as similaridades históricas contribuem para que moçambicanos cultivem afinidades com o Brasil em áreas distintas como música, cinema, literatura, teatro, artes plásticas e dança. Notícias do Brasil são acompanhadas nos meios de comunicação locais e programas brasileiros assistidos nos principais canais de televisão deste país.

72. O Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM), instituição subordinada à Embaixada em Maputo, desempenha papel fundamental não apenas na promoção do intercâmbio cultural bilateral como também na própria dinâmica da capital moçambicana nessa área. Após assumir o posto, rapidamente percebi a importância do CCBM para a movimentada cena cultural de Maputo e esforcei-

me para que o Centro mantivesse seu histórico papel, mesmo, posteriormente, com as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19. Em novembro de 2019, tive a distinção de abrir a semana de celebração pelos trinta anos do CCBM, com intensa programação, que incluiu a apresentação de espetáculos teatrais, shows e atividades infantis. Recomendo vivamente a meus sucessores que continuem a cultivar o CCBM como uma instituição cultural da cidade de Maputo e como um valiosíssimo instrumento para as relações bilaterais e o posicionamento brasileiro nesta capital.

73. Antes da pandemia, o Centro costumava abrigar de quatro a seis eventos semanais e contava com programação variada, que incluía, entre outras atividades culturais, shows, exposições, peças de teatro, concertos, projeções de filmes, desfiles de moda, apresentações de dança, palestras e seminários, cursos, oficinas, debates, lançamentos de livros e aulas diversas.

74. Em conjunto, os eventos reuniam público cuja média mensal girava em torno de mil espectadores, sem computar as tradicionais "Festa de Carnaval do CCBM" e "Festa Junina do CCBM", que atraíam, cada qual, público de 700 a 1.200 pessoas, a depender da edição.

75. Dos mais de 160 eventos realizados em 2019, poderiam ser destacados: i) em maio, o primeiro evento voltado a histórias em quadrinhos, com a participação do premiado autor brasileiro Marcelo D´Salete e de coordenadora da Bienal de Quadrinhos de Curitiba; ii) a partir de agosto, realização da "Roda de Samba do CCBM", evento que ganhou periodicidade mensal, atraindo média de 300 a 500 pessoas, sempre aos sábados, acompanhado de feijoada brasileira; iii) em outubro, participação da escritora cearense Socorro Acioli na Feira do Livro de Maputo e oficinas de escrita no Centro; e iv) em novembro, a mencionada celebração pelos trinta anos do CCBM.

76. Em 2020, após o tradicional recesso de janeiro, o Centro Cultural Brasil-Moçambique reabriu em fevereiro, com a pré-estreia da leitura encenada do conto "Chovem Amores na Rua do Matador", de José Eduardo Agualusa e Mia Couto, que compareceu ao evento. A peça, do ator brasileiro Expedito Araújo, foi apresentada em primeira mão no CCBM e, não fosse pela pandemia de Covid-19, seria levada ao Brasil em turnê de divulgação do livro, então recém-lançado pelos renomados escritores africanos. Foram ainda realizados cerca de trinta eventos, entre eles a tradicional Festa de Carnaval do CCBM, uma edição da Roda de Samba do CCBM e uma mostra de cinema. Na sequência, o CCBM precisou ser fechado, em meados de março, em razão de determinações governamentais decorrentes da pandemia.

77. O Centro foi então exitosamente convertido em alojamento temporário para brasileiros em trânsito, no processo de repatriações decorrentes dos fechamentos de fronteiras e cancelamentos de voos. Abrigou, também, centro de coleta de doações de roupas e alimentos para deslocados do conflito de Cabo Delgado.

78. Com a decretação e sucessivas prorrogações de estados de Emergência e de Calamidade pelo governo moçambicano, as atividades culturais e educacionais do CCBM ficaram interrompidas até paulatinamente migrarem para ambiente online, com o selo (#CCBMEmCasa). De junho a dezembro daquele ano, de forma ainda experimental, foram realizados trinta eventos online, com destaques para a programação da Festa Junina Online do CCBB, com atividade culinária, show e palestra sobre festas populares no Brasil e em Moçambique; da Semana da Consciência Negra, com série de palestras e debates com convidados moçambicanos e brasileiros; e para o curso "Futebol, Linguagem e Arte",

concebido e ministrado pelo atual leitor brasileiro junto à Universidade Eduardo Mondlane, Gustavo Cerqueira Guimarães, professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

79. Naturalmente, um Centro com vocação para a congregação presencial enfrentou dificuldades para atrair público para eventos online, tendo em conta a concorrência com eventos virtuais realizados mundo afora. A despeito dos desafios impostos pela mudança para plataformas digitais, no entanto, o contexto representou oportunidade para ampliação do alcance do CCBM para o público não residente em Maputo, e mesmo para o não residente neste país, permitindo, em alguma medida, um reforço das relações culturais entre Brasil e Moçambique.

80. Em 2021, já com o aprendizado do ano anterior, foi possível promover, até o final de setembro, mais de 130 eventos, com média mensal conjunta de mais de 2.000 visualizações pelos perfis de mídia social do CCBM. Foram realizados debates, shows, exposições, mesas redondas, palestras e conversas com a participação de artistas, especialistas e comentadores moçambicanos e brasileiros.

81. Entre as atividades online e mistas, podem ser destacadas as seguintes: divulgação de músicas de carnaval, com apresentação da banda local "Mistura Fina"; divulgação de músicas de festas juninas, com apresentação da banda brasileira "Forró do Candeeiro", do projeto Cordel Viajante; celebração do "Dia Mundial da Língua Portuguesa", com a participação do escritor brasileiro Itamar Vieira Júnior em edição online do Festival Literário Resiliência e com o lançamento do "I Concurso Literário do Dia da Língua Portuguesa", em parceria com o Instituto Camões; homenagem aos 80 anos de Roberto e Erasmo Carlos, que contou com vídeo de agradecimento espontaneamente gravado por este último artista; e a exposição "Três Dimensões: Percursos, Densidades e Possibilidades", que reuniu conjunto inédito de esculturas moçambicanas produzidas a partir da década de 1970 por 54 artistas de variadas tendências, com base em acervos de diversos parceiros do CCBM.

VI) ASSUNTOS CONSULARES

a) Setor Consular

82. Desde o início de minha gestão, conferi prioridade aos trabalhos de reforma e modernização do Setor Consular da embaixada. Promovi a adoção de conta bancária consular em moeda local e a aceitação de cartões de débito para o pagamento de emolumentos consulares, demandas recorrentes do público consular. Contei com o valoroso apoio da Secretaria de Estado para a implementação de algumas providências essenciais para melhorar a prestação de serviços consulares, a saber: contratação de dois novos auxiliares locais para atendimento; reforma da área de atendimento ao público, inclusive balcões e arquivo; e adoção do sistema "e-consular" de agendamento de atendimentos online, desenvolvido recentemente no Itamaraty.

83. No conjunto, o Setor Consular da Embaixada em Maputo passou por mudanças profundas desde fins de 2018, sendo hoje gerido de forma modelar, tanto da perspectiva dos funcionários que nele trabalham quanto do público em geral. Desde meados de 2020, os atendimentos presenciais são realizados por agendamento, o tempo médio de permanência do público na repartição é de 20 a 30 minutos e praticamente todos os serviços que não demandam consultas à SERE são finalizados e entregues no ato.

84. Tão logo a situação sanitária assim o permita, julgo oportuno sejam realizados Consulados Itinerantes para atendimento à comunidade brasileira residente na região das cidades de Beira, Nampula e Tete, o que não foi possível ao longo de minha gestão.

b) Comunidade Brasileira

85. Nos anos anteriores ao advento da pandemia de Covid-19, foram registrados sucessivos e sustentados aumentos na quantidade de brasileiros residentes neste país, o que levou a comunidade residente a contar com um total entre 4 mil e 5 mil brasileiros. Em 2020, verificou-se reversão dessa tendência, com o regresso ao Brasil de cerca de dois mil compatriotas, em decorrência da pandemia de Covid-19 e, principalmente, da redução das atividades da Vale Moçambique, seguida da decisão da empresa de retirar-se da exploração de carvão na província de Tete e vender seus ativos no país.

86. A embaixada estima que, atualmente, de 2.500 a 3.500 brasileiros residam em Moçambique, dos quais cerca de 10% seriam menores de idade, com proporção equilibrada (em torno de 50%) entre os gêneros masculino e feminino. A comunidade continua a ser composta principalmente por funcionários de subsidiárias de empresas brasileiras; de empresas cuja propriedade é de brasileiros aqui residentes e de multinacionais com atuação no setor de petróleo e gás; por funcionários de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e agências do sistema ONU); funcionários de organizações não governamentais dos mais variados portes e por missionários cristãos, sobretudo evangélicos.

c) Assistência Consular

Ciclones em 2019

87. Por ocasião da passagem dos ciclones Idai e Kenneth, em 2019, além das ações de salvamento e apoio conduzidas por equipes de bombeiros brasileiros, em benefício da população atingida, em geral, reitera-se ter havido igualmente prestação de serviços à comunidade brasileira nas áreas afetadas (especialmente mediante a vacinação da comunidade brasileira residente na região, composta por cerca de 300 pessoas, contra surto de cólera decorrente dos ciclones).

Pandemia de Covid-19 e repatriações

88. Algumas das consequências da pandemia de Covid-19 foram a suspensão temporária de rotas aéreas e o fechamento de fronteiras terrestres, circunstâncias que demandaram fortemente o empenho do posto para bem orientar a comunidade brasileira residente neste país e apoiar os compatriotas que resolveram regressar ao Brasil.

89. Nesse desafiador contexto, sem descurar da manutenção do acompanhamento dos temas diplomáticos, dos serviços consulares e nem os cuidados com a saúde do público e dos servidores e auxiliares do posto, foram apoiados/viabilizados deslocamentos de regresso a países de residência ou de repatriação para mais de mil cidadãos brasileiros aqui retidos, inclusive com o fretamento de aeronave. Foi possível, com criatividade e pequenas adaptações, converter o auditório do Centro Cultural Brasil-Moçambique em abrigo temporário para brasileiros em situação de desvalimento que aguardavam o desfecho de trâmites para regresso ao Brasil.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA EM MAPUTO, MOÇAMBIQUE (CUMULATIVA COM ESSUATINI E MADAGASCAR)

Ministro Ademar Seabra da Cruz Junior

PERFIL DO CANDIDATO

MINISTRO ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR



O Ministro Ademar Seabra nasceu em Petrópolis – RJ, em 2 de outubro de 1965, tendo obtido sua graduação em direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestrado em ciência política na Universidade de Brasília (UnB); mestrado em filosofia das ciências sociais na *London School of Economics and Political Science* (LSE); e doutorado em ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP), com tese sobre teorias contemporâneas de justiça. É autor de diversos livros e artigos, no Brasil e no exterior, nas áreas de ciência política, política e relações internacionais.

Ingressou no Instituto Rio-Branco (IRBr) em 1990, onde depois lecionou, por diversos anos, as disciplinas "Introdução à Teoria das Relações Internacionais" e "Globalização e Sistema Político Internacional". Em 2001, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), obtendo o segundo lugar geral; e, em 2009, defendeu, com êxito, o trabalho "Diplomacia, Desenvolvimento e Sistemas Nacionais de Inovação – Estudo Comparado entre Brasil, China e Reino Unido", como requisito final para aprovação no Curso de Altos Estudos (CAE), trabalho mais tarde (2011) publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

No Brasil atuou, no começo de sua carreira, entre 1992 e 1996, como assessor do chefe do Departamento Cultural do Itamaraty; entre 2000 e 2003 chefiou o projeto BRA/00/001, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); entre 2009 e 2015, chefiou a Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty (DCTEC), tendo sido posteriormente lotado no Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a quem diretamente assessorou.

No exterior, serviu na Embaixada em Londres, entre 1996 e 2000, onde chefiou os setores cultural, de ciência, tecnologia e inovação; de 2003 a 2006 esteve lotado na Embaixada em Lima, onde chefiou o setor político; entre 2006 e 2009, na Embaixada em Montevidéu, tendo chefiado os setores econômico e de cooperação, com acompanhamento de temas do Mercosul. Entre 2016 e 2020, atuou como Cônsul-Geral Adjunto e chefe do setor de ciência, tecnologia e inovação do Consulado-Geral em Toronto e, atualmente, desempenha a função de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Varsóvia.

Participou de numerosas missões no exterior e esteve à frente de diversas negociações de interesse prioritário para o Brasil, tais como do grupo de trabalho

encarregado de discutir as condições de associação do Brasil à Organização Europeia de Pesquisa Nuclear (CERN - D.O.U. de 22/07/2010, seção 2, pág. 6); da força-tarefa Brasil-Noruega para pesquisa e desenvolvimento de petróleo e gás natural (D.O.U. de 11/10/12, Seção 2, pág. 7); chefiou a delegação brasileira à reunião de Chanceleres da III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cuzco, Peru (2004) e o grupo de trabalho Brasil-França de Inovação (Paris, 2013). Foi condecorado com a ordem "Oeiras 300 anos", do Governo do Estado do Piauí (2017).

Sua larga experiência em relações políticas e econômicas bilaterais, assistência às comunidades brasileiras no exterior, cooperação técnica, científica e tecnológica, diplomacia cultural e da inovação, certamente auxiliarão no tratamento dos temas de interesse do Brasil em Moçambique, além de em Madagascar e Essuatíni, países sobre os quais a embaixada em Maputo exerce cumulatividade.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência, no tocante aos países de sua jurisdição, a política externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares, com qualidade e presteza, ao cidadão no exterior.
Manter, ampliar e aprofundar o histórico de excelência das relações diplomáticas com os países da jurisdição do posto.
Explorar possibilidades e oportunidades de expansão, qualitativa e quantitativa, de iniciativas bilaterais com os países de sua jurisdição.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas bilaterais e a inserção econômica competitiva do Brasil nos países de sua jurisdição, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, com vistas ao aumento da competitividade da economia e das exportações brasileiras para esses países, inclusive com reflexos positivos em seu entorno africano.
2. Empreender esforços de coordenação com os países de sua jurisdição nessas entidades e mecanismos.
3. Buscar reforçar o apoio dos países de sua jurisdição aos interesses brasileiros nos diversos organismos multilaterais e instrumentos de concertação dos quais o Brasil e cada um dos países na jurisdição do posto sejam mutuamente integrantes.
4. Fortalecer relações bilaterais, de modo geral, com os países de sua jurisdição.
5. Intensificar a promoção dos produtos, investimentos, serviços e negócios brasileiros nos países de sua jurisdição, notadamente os intensivos em conhecimento e inovação.
6. Promover a imagem, a cultura, a civilização brasileira e o idioma português, na variante brasileira, nos países de sua jurisdição.
7. Promover serviços consulares de qualidade nos países de sua jurisdição, inclusive com recurso e participação de consulados honorários brasileiros, que poderão vir a ser criados nos países de sua jurisdição.
8. Aprofundar a cooperação técnica e em ciência, tecnologia e inovação, com atenção ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente, e ao combate às desigualdades.
9. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros nos países de sua jurisdição.
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e aos objetivos estratégicos do Posto)

I – Promoção de comércio e investimentos.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral.

a) Dar continuidade à divulgação de oportunidades de negócios na indústria moçambicana de petróleo e gás, por meio de seminários, reuniões e gestões;

b) Divulgar produtos e serviços brasileiros do setor de energias renováveis, notadamente relacionados às fontes fotovoltaica, eólica e de biocombustíveis/bioetanol;

c) Promover, na jurisdição do posto, produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros;

d) Intensificar relacionamento com a Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique (CCIABM); Agência para Promoção de Investimentos e Comércio (APIEX-Moçambique); e Confederação das Associações Econômicas de Moçambique;

e) Buscar ampliar a presença e a exposição de serviços e produtos brasileiros em feiras e eventos de promoção comercial – sobretudo nas edições anuais da Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Maputo (FACIM), principal evento do ramo em Moçambique;

f) Acompanhar o desenvolvimento de subsidiárias de empresas brasileiras ou de empresas moçambicanas de capital brasileiro atuantes na jurisdição do posto.

2. Promover o Brasil como destino de investimentos estrangeiros.

a) Realizar gestões em favor da aprovação, pelo Conselho de Ministros de Moçambique, do Acordo Bilateral de Cooperação e Facilitação de investimentos (ACFI).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 E 2:

1) Número de seminários de divulgação, junto ao empresariado brasileiro, das oportunidades de negócios na indústria moçambicana de petróleo e gás natural.

2) Número de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros do setor de energias renováveis.

3) Número de demandas atendidas pela embaixada, oriundas do setor privado brasileiro ou dos países na jurisdição do posto.

4) Número de gestões efetuadas em favor da aprovação do ACFI.

II - Relações políticas bilaterais.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Acompanhar, relatar e analisar a política interna e externa nos países de sua jurisdição, sob a perspectiva do interesse brasileiro.

a) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política interna e externa dos países sob jurisdição do posto;

b) Acompanhar e relatar a evolução do combate à insurgência na província de Cabo Delgado.

2. Manter e ampliar os canais bilaterais de diálogo.

a) Perscrutar possibilidades de realização de reuniões de alto nível previstas no Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, assinado em 2017.

3. Apoiar e fortalecer o adensamento das relações bilaterais por meio da promoção de visitas oficiais, reuniões técnicas e encontros entre instituições e atores dos setores público e privado.

a) Apoiar visitas oficiais de autoridades brasileiras a Moçambique e, eventualmente, aos demais países sob jurisdição do posto, assim como missões, reuniões e eventos, virtuais e presenciais, entre órgãos governamentais brasileiros e os dos países em questão.

4. Adensar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral.

a) Apoiar negociações de acordos que se façam necessários para fortalecer as relações bilaterais;

b) Apoiar a negociação de eventuais ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Moçambique

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 4:

1) Número de expedientes telegráficos produzidos pelo posto sobre política interna e externa e demais temas de interesse da política externa brasileira.

2) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais, agentes políticos, administrativos, econômicos e legislativos, inclusive com vistas à celebração e implementação de acordos.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Assegurar apoio a candidaturas apresentadas pelo Brasil e a posições brasileiras em fóruns internacionais.

a) Realizar gestões junto aos governos dos países sob jurisdição do posto em favor de candidaturas brasileiras em organismos internacionais;

2. Contribuir para a concertação bilateral em organismos internacionais.

a) Elaborar regularmente informações e análises sobre a atuação de Moçambique, Madagascar e Essuatíni em mecanismos regionais e organizações multilaterais, notadamente as Nações Unidas (ONU), a *Commonwealth*, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a União Africana (UA) e, no caso de Moçambique, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

b) acompanhar a candidatura de Moçambique a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mandato 2023-2024.

3. Fortalecer a concertação entre o Brasil, organismos internacionais e os países sob jurisdição do posto, para avaliar a possibilidade de ações trilaterais.

a) Manter consultas regulares junto aos respectivos governos dos países sob jurisdição do posto, bem como junto a agências especializadas das Nações Unidas e outros organismos internacionais situados em Moçambique, Madagascar e Essuatíni, com vistas a identificar oportunidades de cooperação no campo político e técnico trilateral;

b) avaliar, em coordenação com o governo moçambicano, possibilidades de parcerias humanitárias voltadas para o enfrentamento das consequências da insurgência em Cabo Delgado e das sequelas socioeconômicas da passagem dos ciclones Idai e Kenneth.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 3:

1. Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre atuação de Moçambique, Madagascar e Essuatíni em organizações internacionais.

2. Número de gestões junto aos respectivos governos para obtenção de apoio a pleitos brasileiros em fóruns internacionais.

3. Número de gestões com agências internacionais e entidades governamentais locais sobre a possibilidade de cooperação trilateral.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Intensificar a difusão cultural no âmbito do Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM).

a) Ampliar o escopo de eventos de promoção da diversidade das expressões artístico-culturais e da civilização brasileira;

b) organizar palestras e demais eventos públicos sobre temas da cultura e da civilização brasileiras, assim como de seu pensamento político-social.

2. Ampliar as atividades de promoção da modalidade brasileira da língua portuguesa desenvolvidas no âmbito do Centro Cultural Brasil-Moçambique (CCBM).

a) Continuar a divulgar o exame de proficiência em língua portuguesa “Celpe-Bras” e apoiar a realização de cursos preparatórios para o exame;

b) ampliar a divulgação da obra e do pensamento de escritores e acadêmicos brasileiros junto ao público local, a entidades como o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e Associação dos Escritores Moçambicanos.

3. Realização de atividades relacionadas ao bicentenário da Independência do Brasil.

a) Promover e divulgar atividades culturais, empresariais, acadêmicas e educacionais com vistas às celebrações do bicentenário da Independência do Brasil;

b) implementar projetos de difusão tais como "Bicentenário do Brasil em IV atos - perspectiva literária e cultural" e "Brasil 200 anos: Minicurso de Literatura Brasileira".

4. Promover a indústria cultural e criativa brasileira.

a) Incentivar e apoiar a participação de artistas, promotores e produtores culturais brasileiros em festivais e demais eventos nos países da jurisdição do posto.

ii) INDICADOR PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 4:

1) Número de reuniões e eventos relacionados à difusão da diversidade das expressões artístico-culturais brasileiras nos países da jurisdição do posto.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Buscar promover a cooperação com os países da jurisdição do posto, em níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente.

a) No tocante a Moçambique, apoiar e acompanhar as atividades de cooperação bilateral em temas tais como: recuperação das cadeias produtivas de áreas agricultáveis devastadas pelos ciclones Idai e Kenneth; fomento da produção e armazenamento de alimentos; fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional; e fortalecimento da capacidade local de gerenciamento de riscos de desastres;

b) difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, da sua biodiversidade e da sustentabilidade de sua produção de alimentos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS:

1) Número de encontros mantidos com interlocutores de entidades públicas e privadas sobre cooperação em desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

2) Iniciativas conduzidas, apoiadas ou acompanhadas pelo posto no âmbito da cooperação bilateral em áreas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

3) Número de comunicações produzidas ou circuladas pela embaixada sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e os países da jurisdição do posto.

a) Apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação em C,T&I;

b) promover iniciativas de mobilidade, intercâmbio acadêmico e de experiências de gestão, governamentais e privadas, na área de C,T&I.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DE METAS:

1) Número de reuniões e gestões do posto sobre o tema.

2) Número de ações de promoção científica e tecnológica realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre Brasil e Moçambique.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária e de mobilidade acadêmica conjuntas.

a) Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e de institutos de pesquisa brasileiros com seus homólogos nos países da jurisdição do posto;

b) incrementar o número de beneficiários de programas de bolsas para formação universitária (graduação e pós-graduação), especialmente no âmbito do acordo de incremento de bolsas (2021) entre a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e o Instituto de Bolsas de Estudo de Moçambique.

2. Ampliar o escopo da cooperação em temas culturais.

a) Incrementar o número de atividades de promoção da cultura brasileira e da variante brasileira da língua portuguesa;

b) propor parcerias com entidades do setor público e privado com vistas ao aprofundamento da cooperação em temas culturais.

3. Ampliar o diálogo em temas afetos à cooperação em saúde, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

a) Monitorar e relatar avanços realizados localmente na área de saúde e, em particular, no contexto de enfrentamento da pandemia de Covid-19;

b) no que se refere a Moçambique, dar seguimento à negociação em curso e apoiar a implementação de iniciativas de cooperação nas áreas de oncologia, saúde alimentar,

saúde neonatal, saúde oral, banco de leite humano e gestão hospitalar, entre possíveis outras.

4. Fomentar a cooperação bilateral na área de defesa.

a) Colaborar com a formação de oficiais moçambicanos, por meio de apoio aos instrutores militares brasileiros atuantes no Instituto Superior de Estudos de Defesa de Moçambique (ISEDEF);

b) buscar realizar edição da Conferência Bilateral de Estado-Maior (CBEM) Brasil-Moçambique.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 4:

1) Número de reuniões e contatos para fomento de parcerias entre instituições de ensino, bem como de parcerias resultantes.

2) Número de alunos contemplados com bolsas.

3) Número de parcerias estabelecidas para a realização de atividades culturais e de promoção do Brasil, nos países da jurisdição do posto.

4) Número de projetos de cooperação em saúde.

5) Número de oficiais brasileiros e moçambicanos e, eventualmente, de Essuatíni e Madagascar, envolvidos em projetos de cooperação na área de defesa.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Aprofundar o relacionamento bilateral com os países na jurisdição do posto, especialmente Moçambique - um dos principais beneficiários da cooperação técnica e humanitária brasileira.

a) Ampliar o escopo da cooperação técnica oferecida aos países da jurisdição do posto, valendo-se da entrada em vigor (decreto legislativo n° 10, de 17 de março de 2021) do novo acordo de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique;

b) fortalecer os mecanismos brasileiros de cooperação e ajuda humanitária, por meio de manutenção de canais diretos entre instituições competentes brasileiras e respectivas congêneres locais.

2. Reforçar ações de cooperação brasileira para apoio ao enfrentamento às consequências da insurgência na província de Cabo Delgado.

a) Acompanhar a situação humanitária decorrente do fenômeno da insurgência em Cabo Delgado e contribuir para os esforços de elaboração de programa de reforço da cooperação técnica e humanitária com Moçambique, ora em curso no âmbito do

governo federal, de modo a contemplar os três eixos considerados primordiais na composição de enfrentamento da insurgência, a saber: (i) promoção da segurança; (ii) ações humanitárias; e (iii) fomento ao desenvolvimento socioeconômico.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 E 2:

1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico de Moçambique, Essuatíni e Madagascar.

2) Número de projetos e inciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e para o combate às desigualdades.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Intensificar o contato com as comunidades brasileiras em Moçambique, Essuatíni e Madagascar.

a) Aprimorar, atualizar e digitalizar banco de dados sobre as comunidades brasileiras em Moçambique, Essuatíni e Madagascar;

b) Promover campanha de alistamento para as eleições de 2022;

c) Obter a anuência do governo malgaxe para instalação de consulado honorário em Antananarivo;

d) Avaliar a conveniência e oportunidade de propor a criação de consulado honorário em Mbabane, capital de Essuatíni.

2. Prestar atendimento consular eficiente e de qualidade.

a) Buscar promover formação continuada para funcionários do Setor Consular da embaixada em Maputo, de modo a aprimorar o atendimento ao público;

b) familiarizar a comunidade brasileira residente nos países da jurisdição do posto com os sistemas eletrônicos consulares (sistema “E-Consular”).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 E 2:

1) Número de atendimentos ao público, índice de elogios e de eventuais reclamações.

2) Gestões para obtenção da anuência do governo malgaxe para a criação de consulado honorário em Antananarivo.

SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

SF/22577.78576-64

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 4, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar*.

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

Vem ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho de Adhemar Seabra da Cruz e de Benedita Aguida da Silva Seabra da Cruz. Nasceu em 2 de outubro de 1965, em Petrópolis/RJ.

SF/22577.78576-64

Em 1987, graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ (UERJ). Em 1995, concluiu o mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e, em 1999, o mestrado em Filosofia, Lógica e Método Científico pela *London School of Economics and Political Science* (LSE), no Reino Unido. Finalmente, no ano de 2001, concluiu o Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1991); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2001); e de Altos Estudos (2009), no qual defendeu a tese intitulada "Diplomacia, Desenvolvimento e Sistemas Nacionais de Inovação: Estudo Comparado entre Brasil, China e Reino Unido".

Iniciou sua carreira, no ano de 1991, como Terceiro-Secretário, passando, em 1996, a Segundo-Secretário; em 2005, a Primeiro-Secretário; em 2009, a Conselheiro; e, em 2014, a Ministro de Segunda Classe.

No Brasil e no exterior, o diplomata serviu: de 2003 a 2006 na Embaixada em Lima, como Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios; de 2006 a 2009, na Embaixada em Montevidéu, como Primeiro-Secretário; de 2009 a 2015, como Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC); de 2015 a 2016, como Assessor Especial do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); em 2016, como Coordenador-Geral de procedimentos disciplinares da Corregedoria do Serviço Exterior; de 2016 a 2021, no Consulado-Geral em Toronto, como Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral; desde 2021, na Embaixada em Varsóvia, como Ministro-Conselheiro.

Também em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Moçambique, o Reino de Essuatíni e a República de Madagascar.

Brasil e Moçambique mantêm relações diplomáticas desde a independência desse país no ano de 1975. Na ocasião, o Brasil foi a primeira nação a reconhecer a autodeterminação moçambicana, comprovando a

relevância e a densidade das relações bilaterais. A identidade cultural, de língua e de passado colonial aproximam os povos de ambos os países.

SF/22577.78576-64

A frequência das visitas de alto nível revela o caráter estratégico desse relacionamento. Nessa linha, em maio de 2017, foi firmado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas. Ademais, o país é o maior beneficiário em destinação de recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Essa parceria alcança áreas diversas (como saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e projetos estruturantes, além do âmbito humanitário, a exemplo da assistência brasileira, inclusive com equipes de resgate, após o ciclone Idai assolar a nação africana em 2019

Além disso, destacam-se ações no campo da cooperação técnica, a exemplo da capacitação de diplomatas e militares moçambicanos por meio de programas existentes no Instituto Rio Branco e Ministério da Defesa e via ABC, e de projeto executado em parceria com a EMBRAPA, cujo objetivo é ampliar a capacidade institucional e de recursos humanos nacionais, do Malawi e de Moçambique, no que se refere ao uso e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades.

Vale, ainda, lembrar que as vultosas reservas de gás natural no norte do país poderão colocar Moçambique entre os maiores exportadores mundiais de gás, com surgimento de oportunidades para empresas brasileiras, bem como de intercâmbio de experiências. Um dos maiores desafios reside, contudo, nos conflitos entre grupos jihadistas no norte, notadamente na região de Cabo Delgado, que já acarretou milhares de mortes e o deslocamento de mais de um milhão de moçambicanos que necessitam de assistência humanitária.

Destaque-se que, de acordo com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Brasil é hoje o maior investidor estrangeiro no país. Em 2021, a corrente de comércio bilateral foi de 30,8 milhões de dólares, com superávit para o Brasil. Na pauta exportadora brasileira, prevalece a venda de uma variedade de produtos da indústria de transformação com destaque para carnes de aves (22%); móveis, colchões e semelhantes (9,9%); e calçados (4,9%). Já as importações, no entanto, foram extremamente concentradas no tabaco moçambicano, representando 90% das compras brasileiras.

O Reino de Essuatíni, antiga Suazilândia, mantém relações diplomáticas com o Brasil desde 1978.

O Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, ratificado pelo Brasil em 23 de dezembro de 2008, constitui o marco jurídico das relações na área da cooperação bilateral. No entanto, as iniciativas nesse campo estão aquém das potencialidades.

Brasil e Madagascar estabeleceram relações diplomáticas em 1996. No entanto, a suspensão do país da União Africana (UA) em 2009, devido a rupturas institucionais, paralisou esse relacionamento, o qual foi normalizado apenas com a plena reintegração de Madagascar ao organismo regional, em 2014.

Inexiste acordo de cooperação técnica bilateral, tampouco há registro de ações de projetos e ações simplificadas de parte do governo brasileiro em favor de Madagascar. Salientam-se as atividades de cooperação que ocorrem sobretudo no âmbito trilateral, em parcerias executadas pela ABC e sua contraparte japonesa, a JICA. No campo da cooperação humanitária, o Brasil faz doações por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/22577.78576-64

3

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *PEDRO LUIZ DALCERO*
CPF.: 78290090749
ID.: 6418 MRE

1963	Filho de Idálio José Dalcero e Maria Augusta Dalcero, nasce em 29 de abril, em Petrópolis-RJ
Dados Acadêmicos:	
1984	Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
1985	Pós-Graduação em Processo Civil, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiânia (PUC/GO)
1990	Master of Arts in Peace Studies, University of Notre Dame, EUA
2008	Diploma em Geopolítica e Geoeconomia pelo Instituto de Estudos Geopolíticos de Genebra
Cargos:	
1996	Terceiro-secretário
2002	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário, por merecimento
2008	Conselheiro, por merecimento
2013	Ministro de segunda classe, por merecimento
Funções:	
1998	Divisão de Formação e Treinamento, assistente
1998-00	Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assistente
2000-03	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente
2003-04	Presidência da República, Assessoria Especial, assessor
2004-06	Embaixada do Brasil no Panamá, Missão Transitória, segundo-secretário
2006-09	Delegação do Brasil em Genebra, primeiro-secretário
2009-10	Casa Civil da Presidência da República, chefe de Gabinete
2010-11	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, assessor especial
2011-15	Embaixada do Brasil em Lima, conselheiro
2015-	Representação junto à Conferência do Desarmamento, ministro-conselheiro
Publicações:	
1997	Globalização Financeira e Volatilidade de Capitais - a busca de uma alternativa racionalista, in Revista Brasileira de Política Internacional, novembro 1997
Condecorações:	
2003	Ordem do Rio Branco, Cavaleiro
2008	Ordem do Rio Branco, Oficial
2008	Medalha "Mérito Santos-Dumont"
2008	Knights of Rizal (KR), First Degree, Phillipines
2012	Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, Força Aérea Brasileira
2012	Amigo da Marinha, Marinha do Brasil
2017	Medalha Mérito Tamadaré, Marinha do Brasil
2018	Ordem do Mérito da Defesa, Ministério da Defesa

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2022

(nº 57/2022, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO LUIZ DALCERO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 57

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PEDRO LUIZ DALCERO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PEDRO LUIZ DALCERO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

EM nº 00020/2022 MRE

Brasília, 1 de Fevereiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PEDRO LUIZ DALCERO**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae **PEDRO LUIZ DALCERO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 58/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal, Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, ***submete***, à consideração dessa Casa, o nome do Senhor ***PEDRO LUIZ DALCERO***, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto

Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 17/02/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3192777** e o código CRC **845DD470** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

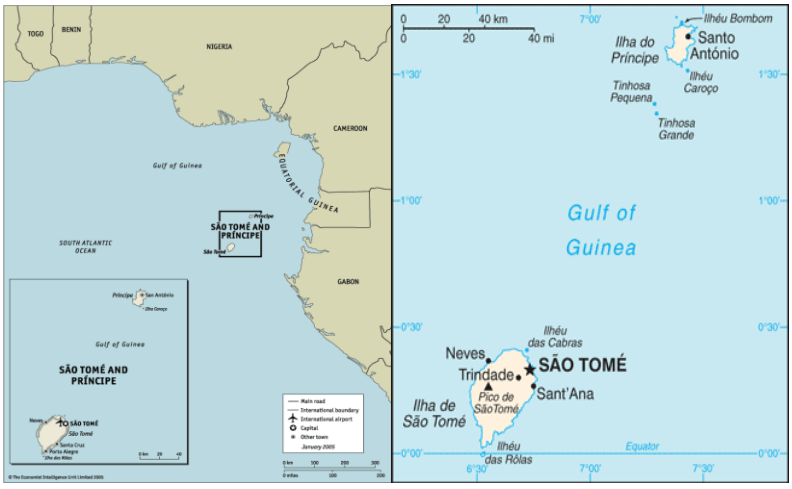
Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 –– Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE





Ostensivo

Divisão de África II – DAF II
Dezembro de 2021

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS 2
RELAÇÕES BILATERAIS 4
ECONOMIA 6
POLÍTICA INTERNA.....7
POLÍTICA EXTERNA.....7
MAPA 10
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS 11

PERFIS BIOGRÁFICOS



Carlos Manuel Vila Nova
Presidente

Nascido em 1959, em Neves, município do distrito de Lembá, graduou-se em engenharia de telecomunicações pela Universidade de Orã, na Argélia, em 1985. Em 1988, deixou chefia do departamento de informática da Diretoria de Estatística do Governo para se tornar gerente de vendas do Hotel Miramar. Foi promovido a Diretor do Hotel Miramar em 1992. Em 1997, tornou-se Diretor do hotel Pousada Boa Vista, e também fundou sua própria agência de viagens Mistral Voyages. Vila Nova continuou na indústria do turismo até entrar na política em 2010. Foi Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais no gabinete de Patrice Trovoada, de 2010 até 2012; e Ministro das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente entre 2014 e 2018. Em 2018, Vila Nova foi eleito para a Assembleia Nacional. Elegeu-se Presidente em setembro de 2021, no segundo turno, com 57,54% dos votos válidos.



Jorge Bom Jesus
Primeiro-Ministro

Nascido em 1963, em Conceição, distrito de Água Grande, graduou-se em literatura francesa e portuguesa, com mestrado em língua portuguesa e especialização em literatura africana pela Universidade de Toulouse, na França. Possui doutorado em administração pública pela Universidade de São Tomé e Príncipe. Entre 2008 e 2014, foi Ministro da Educação, Cultura e Ciência. Eleito presidente de seu partido em 2018, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em dezembro do mesmo ano.



Edite Ramos da Costa Ten Jua

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

Nascida em 1972, graduou-se em Direito, em 1999, concluiu pós-graduação em Comunicação e Marketing Político, em 2017, e iniciou, em 2013, doutorado em Administração Pública e Políticas Públicas – todos pela Universidade de Lisboa. Ten Jua foi titular do Ministério da Justiça, entre 2012 e 2014; Chefe Adjunta do Departamento Jurídico da Autoridade de Desenvolvimento Conjunto Nigéria-São Tomé e Príncipe, entre 2015 e 2018; Assessora do Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe para Assuntos Petrolíferos, entre 2018 e agosto de 2019; e Juíza Conselheira Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, entre agosto de 2019 e setembro de 2020, quando foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde a independência de São Tomé e Príncipe, em 1975, as relações bilaterais pautam-se por diálogo amplo e fraterno, que ganhou maior intensidade quando da instalação da embaixada do Brasil em São Tomé em 2003. A cooperação técnica é o eixo central no relacionamento entre os dois países, envolvendo iniciativas nas áreas de educação, saúde, informatização do governo local, agricultura, alfabetização de adultos, defesa, infraestrutura urbana, polícia, prevenção e controle do HIV e previdência social.

Visitas bilaterais

O então Presidente santomense Evaristo Carvalho esteve em Brasília em novembro de 2016, durante a Cúpula da CPLP, e voltou ao Brasil em março de 2018, para o 8º Fórum Mundial da Água, quando foi recebido pelo então Presidente Michel Temer.

O então Ministro Aloysio Nunes Ferreira realizou visita oficial a São Tomé e Príncipe em maio de 2017. Encontrou-se com o então Primeiro-Ministro Patrice Émery Trovoada, tendo a oportunidade de passar em revista os diversos projetos de cooperação técnica impulsionados pelos dois países e que servem de eixo central da relação bilateral. Em especial, foram discutidos programas nas áreas de formação e capacitação profissional, transferência de conhecimento, alimentação escolar e combate à tuberculose. Foram tratados, também, assuntos de defesa, comércio e investimentos.

Cooperação técnica e humanitária

A pauta de cooperação com São Tomé e Príncipe incluiu, desde 1998, 97 ações de cooperação, totalizando um orçamento de cerca de US$ 10 milhões alocados pela ABC.

A cooperaçao técnica entre os dois países abrange as áreas de educação, saúde, informatização do governo local, agricultura, alfabetização de adultos, defesa, infraestrutura urbana, polícia, prevenção e controle do HIV e previdência social.

Atualmente, a cooperação envolve cinco projetos em execução: (1) Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe; (2) Centro de Formação Profissional Brasil-STP – Fase II; (3) Capacitação Jurídica de Magistrados de São Tomé e Príncipe; (4) Desenvolvimento de Gestores do Governo da Região Autônoma do Príncipe – Fase II. (5) Reforço Institucional do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

O Laboratório Nacional de Referência para a Tuberculose, viabilizado no âmbito do projeto "Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe", tem sido também utilizado para detecção e diagnóstico da infecção pela Covid-19.

No âmbito da cooperação humanitária, o Brasil doou a São Tomé e Príncipe US$ 50 mil para a aquisição, por intermédio do PMA, de medicamentos e insumos hospitalares para contribuir com o "Plano de Contingência Nacional à Epidemia por Covid-19".

Cooperação educacional

São Tomé de Príncipe é o quinto maior beneficiado pelo Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) no continente africano (depois de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Benin e República Democrática do Congo). Desde o ano 2000, foram selecionados 394 estudantes de São Tomé e Príncipe. Para 2021, foram selecionados dois santomenses.

No continente africano, São Tomé e Príncipe ocupa o quinto lugar no ranking de países com maior número de estudantes no PEC-PG, de pós-graduação (Moçambique está em 1º lugar). Desde o ano 2000, foram selecionados 15 estudantes de São Tomé e Príncipe para o programa.

Desde o início das atividades da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), em 2011, 56 santomenses já se formaram pela instituição. Atualmente, a universidade conta com 44 alunos de São Tomé ativos na graduação, e 16 em cursos de especialização na pós-graduação.

Cooperação em defesa e ZOPACAS

São Tomé e Príncipe ocupa posição estratégica no Golfo da Guiné. A recorrência de ações de pirataria na região reforça a importância do arquipélago de São Tomé e Príncipe para a dinâmica geopolítica no Atlântico Sul e, consequentemente, para os interesses brasileiros na área de defesa.

A Marinha do Brasil estabeleceu, em novembro de 2014, o Núcleo da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, com o objetivo de apoiar a formação de militares, por meio de cursos e treinamentos, e auxiliar na organização e na estruturação da Guarda Costeira do país.

Desde 2009, O Ministério da Defesa em parceria com a ABC, por meio de Acordo de Cooperação, promove ações que viabilizam a oferta de cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras para militares estrangeiros. Em São Tomé e Príncipe, entre 2009 e 2021, foram contemplados nesse programa de capacitação um total de 50 militares.

A Marinha do Brasil estabeleceu o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), com presença de militares brasileiros, a fim de dar continuidade ao programa de formação da primeira Companhia de Fuzileiros Navais do país. O GAT encontra-se em sua 7ª edição (GAT-VII).

Em fevereiro de 2021, pelo segundo ano consecutivo, formou-se turma de fuzileiros navais da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe em curso ministrado diretamente por militares daquele corpo sob a supervisão e com auxílio dos assessores brasileiros do GAT e da Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe.

A Missão de Assessoria Naval constitui a principal iniciativa de cooperação em Defesa em curso, sob o comando de um Capitão-de-Fragata, e representa marco não apenas para a cooperação bilateral em defesa, mas também para as relações entre o Brasil e a África, tendo em vista o objetivo comum de promoção da segurança no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), da qual São Tomé e Príncipe é membro.

Comércio bilateral

Em 2020, as exportações brasileiras para São Tomé e Príncipe representaram US$ 3 milhões, uma queda de 4,5% em relação a 2019. As importações, por seu turno, estiveram na marca de US$ 6 mil, com decréscimo de 37% em relação a 2019.

Nesse contexto, a corrente de comércio bilateral correspondeu, em 2020, virtualmente, às exportações brasileiras, que foram compostas, principalmente, de arroz, outras preparações e conservantes, e açúcares.

Entre janeiro e outubro de 2021, as exportações brasileiras atingiram US$ 3 milhões (1,5% a mais do que no mesmo período no ano anterior) e as importações corresponderam a US$ 28 mil (367% a mais do que no mesmo período no ano anterior), totalizando uma corrente de comércio de US$ 3,3 milhões (2,3% a mais do que no mesmo período em 2020).

ECONOMIA

A economia de São Tomé depende significativamente da exportação de cacau. Nos últimos anos, a seca afetou severamente a produção do produto, e o governo vem envidando esforços para diversificar a economia do país, uma vez que variações no preço da commodity afetam sua economia de modo expressivo. O país depende também da importação de alimentos, combustível, bens manufaturados e de consumo. O governo tem buscado atrair investimentos estrangeiros para a nascente indústria ligada ao setor petrolífero no Golfo da Guiné. São Tomé e Príncipe tem a perspectiva de tornar-se produtor de petróleo e gás natural. Caso essa possibilidade venha a concretizar-se, as perspectivas econômicas do país poderão melhorar substancialmente. O setor de turismo guarda grande potencial.

São Tomé e Príncipe foi um dos 44 países que assinaram, em Kigali, em 21/03/2018, o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA).

O Banco Central não possui registro de investimentos brasileiros em São Tomé e Príncipe, tampouco de investimentos daquele país no Brasil.

POLÍTICA INTERNA

São Tomé e Príncipe conquistou a independência de Portugal em 12 de julho de 1975. Em 05/12/1975, foi aprovada a Constituição do país, que estabelece sistema jurídico misto, com direito civil baseado no modelo português e direito consuetudinário. O sistema de governo é semipresidencialista.

O Presidente da República é eleito por maioria absoluta pelo voto popular, em dois turnos se necessário, para mandato de cinco anos. Em 5 de setembro de 2021, foi realizado o segundo turno da eleição presidencial em São Tomé e Príncipe. Segundo a Comissão Nacional Eleitoral, foi eleito o candidato oposicionista Carlos Vila Nova, do partido Ação Democrática Independente (ADI), com 45.481 votos, correspondente a 57,54% dos votos válidos. Guilherme Posser da Costa, do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) obteve 42,46% dos votos. A abstenção ficou em 34,68%.

Apesar das incertezas causadas pelo pedido de recontagem dos votos do primeiro turno, a pedido do terceiro candidato mais votado, e pelas subsequentes decisões do Tribunal Constitucional, o sufrágio transcorreu em "ambiente pacífico e calmo, com base num quadro jurídico que integra amplamente as normas internacionais e continentais", segundo relatório preliminar da missão de observação eleitoral da União Africana.

O Poder Legislativo é unicameral, com 55 assentos de parlamentares eleitos por lista fechada para mandatos de quatro anos. Em 7 de outubro de 2018, realizaram-se eleições legislativas, autárquicas e regionais. O MLSTP, então oposicionista, saiu vitorioso, tendo indicado como primeiro-ministro Jorge Bom Jesus, em substituição a Patrice Trovoada, do ADI.

A taxa de abstenção no pleito de 2018 situou-se em torno de 19%, ou seja, votaram 80,65% dos 97.274 eleitores inscritos. Houve mais de 2 mil votos nulos e 885 votos brancos.

POLÍTICA EXTERNA

O governo santomense dedica especial esforço à atração de recursos externos que subsidiem o desenvolvimento do país ou que remedeiem lacunas orçamentárias.

O perfil de sua inserção internacional vem modificando-se nos últimos anos por dois motivos: (i) sua localização estratégica no coração do Golfo da Guiné, região de crescente importância global; e, sobretudo, (ii) a descoberta de reservas de petróleo no próprio mar territorial do país e em zona de exploração compartilhada com a Nigéria.

Em foros multilaterais, o país advoga propostas que garantam recursos para construção, manutenção ou aprimoramento de infraestruturas e apoio ao desenvolvimento.

Estados Unidos

Os EUA reforçaram sua política no país – sobretudo no que tange à presença militar – no contexto das descobertas petrolíferas e da frequência de atos criminosos naquela região. Nesse sentido, desenvolvem cooperação com São Tomé e Príncipe no campo do patrulhamento naval, a fim de fortalecer a proteção de sua zona marítima contra ataques e ameaças de piratas e traficantes internacionais. Por exemplo, os EUA apoiaram o Ministério da Defesa santomense na instalação de um sistema de radar que permite o monitoramento da navegação costeira entre o país e a África.

Europa

Mais de 80% das exportações santomenses são absorvidas pelo mercado europeu, notadamente o polonês, francês, belga e espanhol. Por outro lado, Portugal é responsável por quase 70% de tudo que é importado por São Tomé e Príncipe. No plano da cooperação, Portugal também se mantém como um dos principais fornecedores de financiamentos e de doações ao país.

China

Em 1997, São Tomé reconheceu o Taipé chinês como estado soberano, o que provocou, por um lado, o rompimento de relações diplomáticas com Pequim e, por outro lado, a notável ampliação da cooperação oferecida por Taipé, sobretudo nas áreas de saúde e infraestrutura.

Pequim e São Tomé voltaram a se aproximar nos últimos anos. Em 2013, São Tomé e Príncipe retomou as relações comerciais com a China, que, por sua vez, abriu escritório de representação comercial na capital santomense. Em 2014, o então Presidente santomense, Manuel Pinto da Costa, esteve em Pequim, em visita de caráter privado.

Em 2016, São Tomé e Príncipe e China restabeleceram relações diplomáticas. São Tomé reconheceu o Taipé chinês como "parte integrante e inalienável do território chinês" e rompeu laços com Taipé. São Tomé e Príncipe mantém, desde então, elevadas expectativas para receber investimentos chineses. Com a mudança de posição, o país ingressou, em 2017, no Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), mecanismo do qual agora fazem parte, além da China, todos os países de língua portuguesa.

Em janeiro de 2018, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da China visitou São Tomé e Príncipe. A China doou, recentemente, equipamentos e materiais para uso hospitalar e contribuiu com missões de médicos para atendimento à população são-tomense.

África

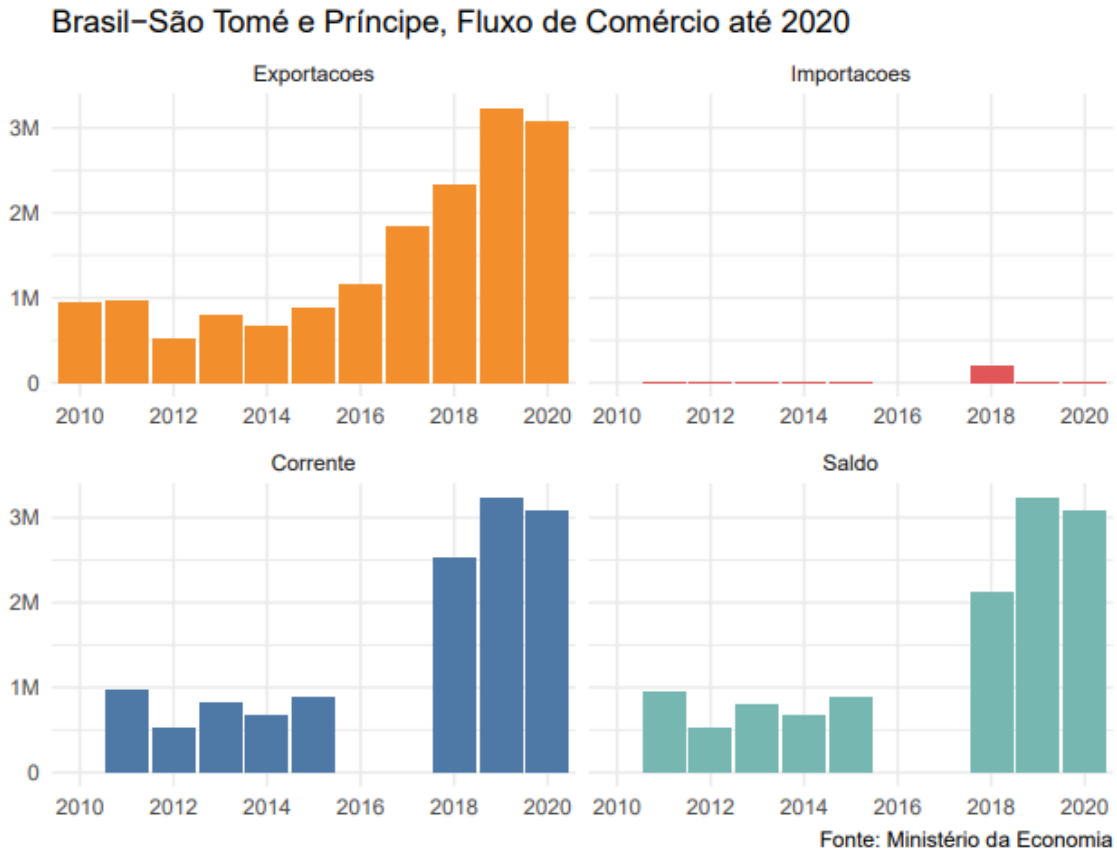
No contexto africano, Angola e Nigéria destacam-se como os principais parceiros econômicos do país. Com a Nigéria, São Tomé e Príncipe mantém zona comum de exploração de petróleo, com alguns resultados concretos, monitorados pela Autoridade Conjunta Nigéria/São Tomé e Príncipe. Angola, porém, continua sendo o destino internacional preferencial para políticos e empresários santomenses em busca de cooperação e parceiros. Nota-se, recentemente, aproximação com Guiné-Bissau, cujo

Presidente visitou São Tomé e Príncipe em junho de 2021, em retribuição à visita do Presidente Evaristo Carvalho, em maio de 2021 – as primeiras visitas intercambiadas entre Chefes de Estado de ambos os países.

MAPA


SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
PRINCIPE
Santo António
Iola
Santo Cristo
Nitreira
Portela do Lumiar
OCÉAN
Micoló
Guadalupe
Conde
Praia Gamboa
Neves
Santo Amaro
SAO TOMÉ
Madalena
Bombom
Pantufo
Trindade
Almas
Caixão Grande
Sta Catarina
Santana
SAO TOMÉ
ATLANTIQUE
Ribeira Afonso
S. João dos Angolares
Porto Alegre
Îlot Gago Coutinho (Îlot das Rolas)
0
10 km
MALABO
Île de Bioko
Douala
CAMEROUN
OCÉAN
GUINÉE ÉQUATORIALE
Principe
Pedras Tinhosas
SAO TOMÉ-ET-PRINCIPE
SAO TOMÉ
Sao Tomé
LIBREVILLE
ATLANTIQUE
GABON
Île d'Annobón (GUINÉE ÉQ.)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	3M (-4.542%)	3M (38.870%)	2M (26.520%)	2M (58.719%)	1M (31.324%)
Importacoes	6K (-36.75%)	9K (-95.45%)	206K (NA)	NA (NA)	NA (NA)
Saldo	3M (-4.4%)	3M (51.9%)	2M (NA)	NA (NA)	NA (NA)
Corrente	3M (-4.6%)	3M (27.9%)	3M (NA)	NA (NA)	NA (NA)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	882K (31.253%)	672K (-16.582%)	806K (54.379%)	522K (-45.659%)	960K (0.338%)
Importacoes	2K (-35.76%)	3K (-44.44%)	5K (360.31%)	1K (-42.51%)	2K (NA)
Saldo	880K (31.5%)	669K (-16.4%)	800K (53.7%)	521K (-45.7%)	958K (NA)
Corrente	884K (31.0%)	675K (-16.8%)	811K (55.0%)	523K (-45.7%)	962K (NA)



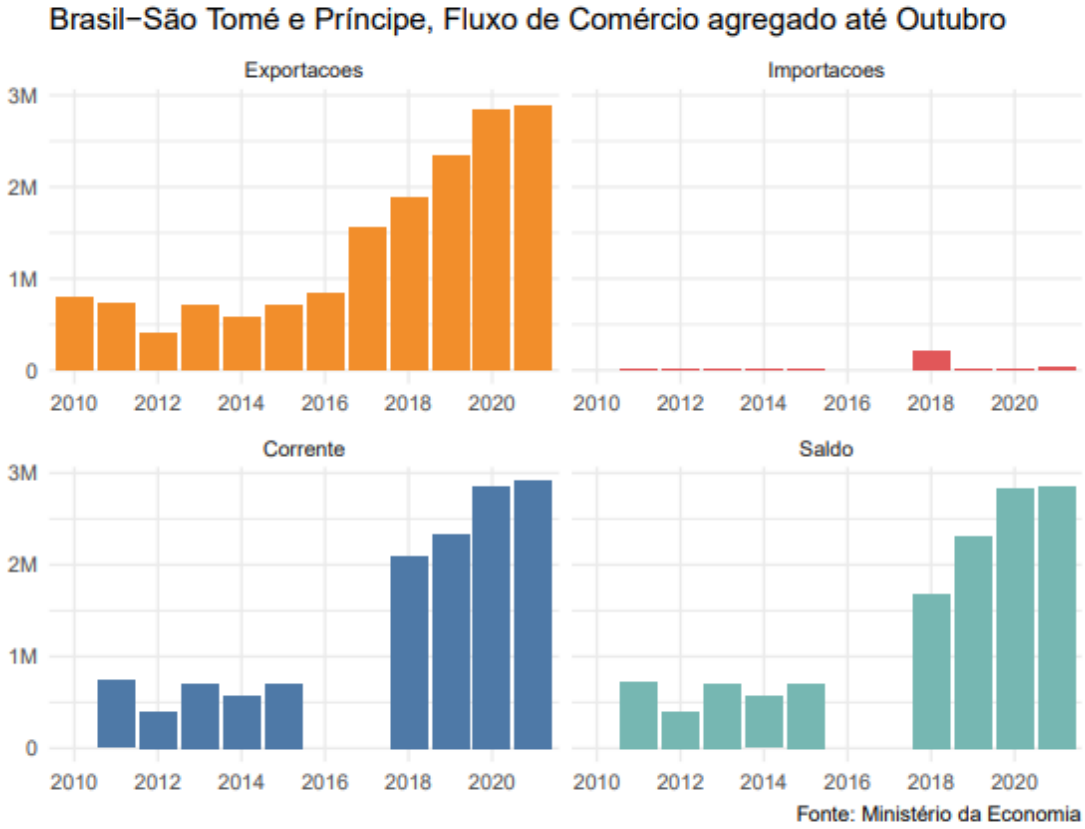
Brasil-São Tomé e Príncipe, Dados Comerciais

Dados Anuais

	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Variação	Proporção
2020						
	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	885.39K	43,5%	28,7%
		Arroz	1006	836.47K	1,4%	27,1%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	341.33K	-55,8%	11,1%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	270.94K	31,9%	8,8%
		Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc..	1704	133.96K	-27,2%	4,3%
	IMP	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalme..	8538	5.76K	6,7%	97,2%
		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	168.00	-85,5%	2,8%
2019						
	EXP	Arroz	1006	825.27K	50,0%	25,6%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	771.62K	236,5%	23,9%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	616.78K	65,5%	19,1%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	205.42K	64,5%	6,4%
		Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc..	1704	183.94K	242,4%	5,7%
	IMP	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalme..	8538	5.40K	-65,5%	57,6%
		Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecç..	8536	1.16K	9 550.0%	12,4%
2018						
	EXP	Arroz	1006	550.03K	690,7%	23,6%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	372.62K	-52,0%	16,0%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	229.34K	105,1%	9,9%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	124.85K	23,4%	5,4%
		Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc..	1704	53.72K	62,8%	2,3%
2017						
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	777.02K	454,6%	42,3%
		Outras preparações e conservas de carne, miudezas ..	1602	111.82K	-53,6%	6,1%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	101.14K	-12,8%	5,5%
		Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc..	1704	32.99K	-51,6%	1,8%

2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio



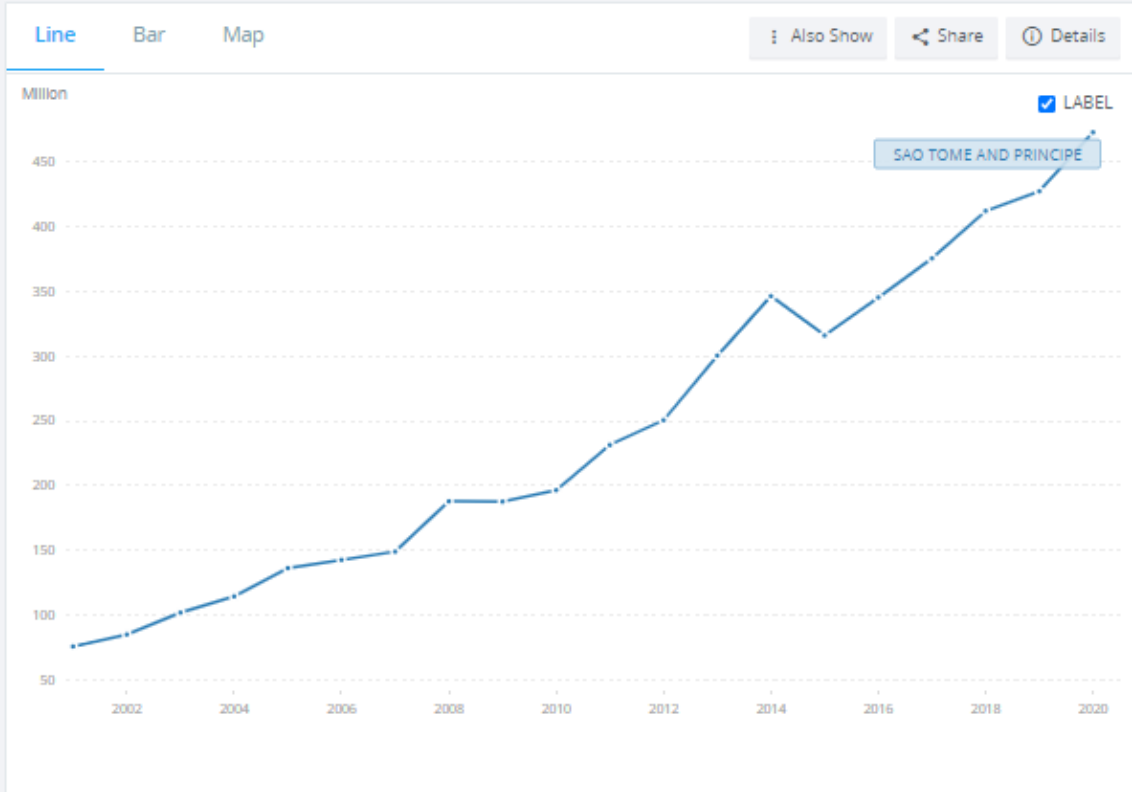
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	3M (1.59%)	3M (22.12%)	2M (23.12%)	2M (21.80%)	2M (84.07%)
Importacoes	28K (367.62%)	6K (-36.75%)	9K (-95.45%)	206K (NA)	NA (NA)
Saldo	3M (0.8%)	3M (22.4%)	2M (37.6%)	2M (NA)	NA (NA)
Corrente	3M (2.3%)	3M (21.9%)	2M (11.5%)	2M (NA)	NA (NA)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	845K (19.39%)	707K (24.66%)	567K (-19.81%)	708K (77.05%)	400K (-45.65%)
Importacoes	NA (NA)	2K (-35.76%)	3K (-44.30%)	5K (359.22%)	1K (-42.51%)
Saldo	NA (NA)	706K (25.0%)	565K (-19.6%)	703K (76.3%)	399K (-45.7%)
Corrente	NA (NA)	709K (24.4%)	570K (-20.0%)	713K (77.8%)	401K (-45.6%)

GDP (current US$) - Sao Tome and Principe

World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

License : CC BY-4.0



Selected Countries and Economies

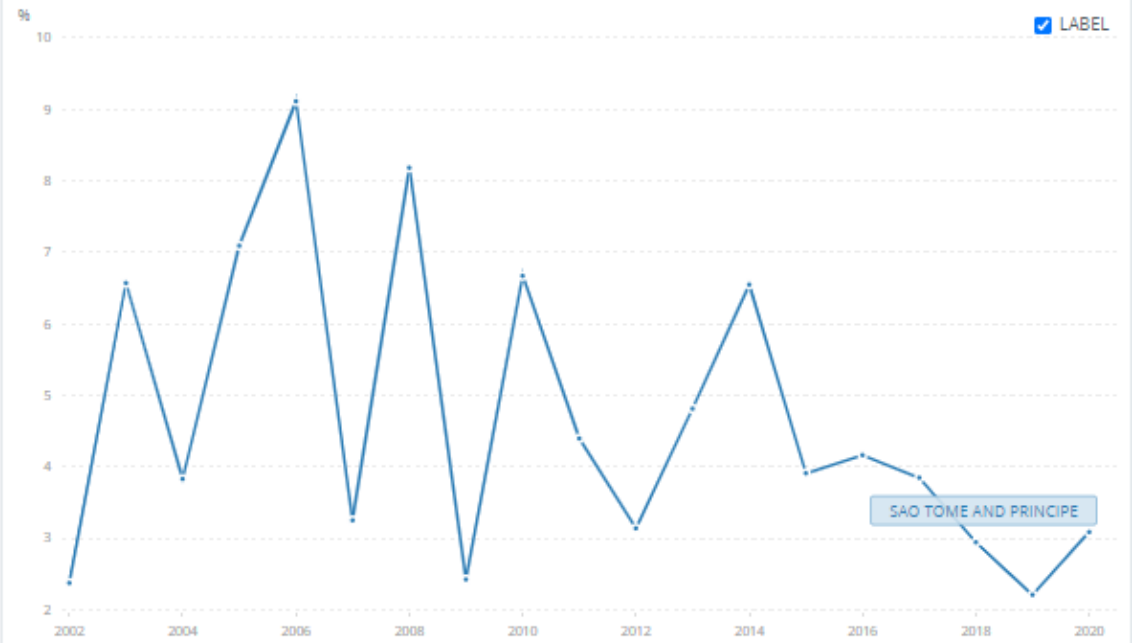
Country	Most Recent Year	Most Recent Value
Sao Tome and Principe	2020	472,914,470

GDP growth (annual %) - Sao Tome and Principe

World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

License : CC BY-4.0

Line Bar Map Also Show Share Details



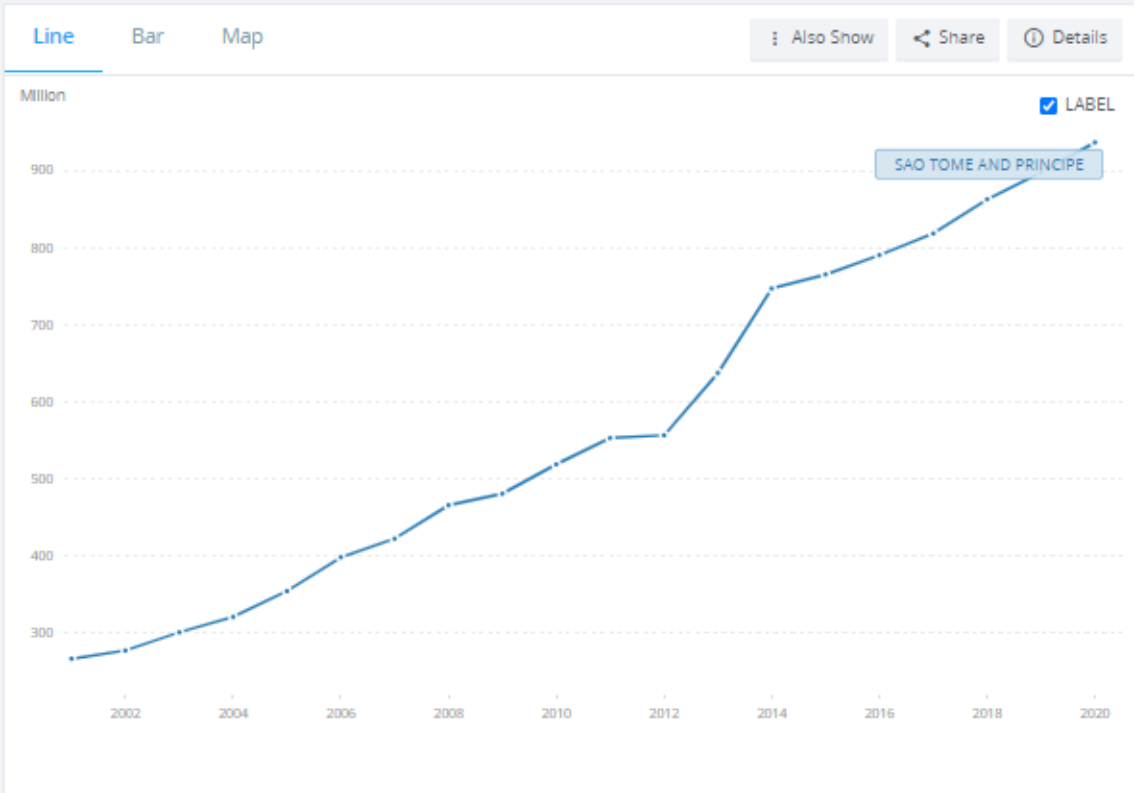
Selected Countries and Economies

Country	Most Recent Year	Most Recent Value	
Sao Tome and Principe	2020	3.1	

GDP, PPP (current international $) - Sao Tome and Principe

International Comparison Program, World Bank | World Development Indicators database, World Bank | Eurostat-OECD PPP Programme.

License : CC BY-4.0



Selected Countries and Economies

Country	Most Recent Year	Most Recent Value
Sao Tome and Principe	2020	936,715,813

GDP per capita growth (annual %) - Sao Tome and Principe

World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

License : CC BY-4.0



Selected Countries and Economies

Country	Most Recent Year	Most Recent Value	
Sao Tome and Principe	2020	1.2	

EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO (2017 - 2022)

EMBAIXADOR VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR

Apresento, a seguir, resumo do relatório de minha gestão na chefia deste posto no período de 26/01/2017 a 26/01/2022.

A cooperação constitui um dos pilares do trabalho da embaixada em São Tomé. A instalação da embaixada veio a dar um grande impulso à cooperação bilateral, que havia sido iniciada nos primeiros anos após a independência de São Tomé e Príncipe. No passado, a cooperação brasileira atingiu volume expressivo, chegando a ter, em dado momento, dezoito projetos em execução no país, que acabou firmando-se até hoje como o segundo maior beneficiário das exitosas iniciativas de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) no continente africano. Durante minha gestão, o número de projetos ora em execução simultânea chegou a oito. Nesse período foram concluídos os dois projetos que podem ser considerados os mais relevantes, em termos de importância estratégica para o país, implementados até hoje pela cooperação brasileira em São Tomé e Príncipe: o estabelecimento do Centro de Formação Profissional (executado em parceria pela ABC e pelo SENAI) e do Laboratório Nacional de Referência da Tuberculose (parceria entre a ABC e o Ministério da Saúde).

A cooperação brasileira tem sido bem recebida em São Tomé e Príncipe, contribuindo para isso os seguintes fatores: (i) alta qualificação dos técnicos envolvidos nos diversos projetos e sua familiaridade com os problemas enfrentados pelo país; (ii) a quase automática empatia entre brasileiros e santomenses, em vista da língua comum e das semelhanças culturais; (iii) e a importância estratégica de muitos dos projetos que o Brasil já implementou neste país no passado. A embaixada brasileira continua a receber com frequência novos pedidos de cooperação por parte de órgãos do governo e do estado santomenses nas mais diversas áreas.

Inicialmente a cooperação brasileira em São Tomé e Príncipe concentrou-se na área da educação, até hoje um dos principais eixos de sua atuação. Projeto de alfabetização solidária (ALFASOL) foi implementado na década de 1970 pelo então Ministério da Educação e Cultura do Brasil, que recebeu reconhecimento internacional e apoio por parte da UNESCO, e, ao longo de suas várias edições (a última encerrada em 2012), beneficiou mais de dez mil cidadãos santomenses. Também já a partir dos anos 1970, estudantes santomenses começaram a beneficiar-se das bolsas concedidas pelos Programas de Estudantes-Convênio de

Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), para formação superior no Brasil, processo que se mantém até hoje.

Ao longo do tempo, vários outros projetos na área da educação foram sendo implementados, proporcionando sobretudo assistência para aumentar o nível de capacitação de educadores santomenses. Foi concluído importante projeto, iniciado em 2015, com o objetivo de fortalecer e criar condições de sustentabilidade do Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar de São Tomé e Príncipe, o qual incluiu a capacitação de agentes escolares envolvidos com a confecção e distribuição de merendas escolares; o apoio ao aprimoramento da legislação referente à alimentação escolar; a criação de hortas escolares para fins pedagógicos; e a valorização de produtos locais na composição equilibrada dos cardápios de merendas escolares.

Também foi concluído projeto de reforço das capacidades na área de ensino superior, executado em parceria entre a ABC e o Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), que resultou na criação de mecanismo de avaliação externa de qualidade dos cursos superiores oferecidos pelas três instituições universitárias de São Tomé e Príncipe, essencial para a obtenção de reconhecimento internacional de seus diplomas, de maneira a habilitar os estudantes formados no país a acessarem formações de nível de pós-graduação em instituições estrangeiras. Tratou-se de um dos projetos mais exitosos já desenvolvidos pela cooperação brasileira no país.

Outra esfera importante da atuação da cooperação brasileira em São Tomé e Príncipe é a da saúde, que, ao lado da educação, acaba alcançando maior visibilidade aos olhos da população santomense. Em janeiro de 2018, tive a honra de inaugurar, juntamente com a então Ministra da Saúde de São Tomé e Príncipe, o Laboratório Nacional de Referência da Tuberculose, inteiramente construído a partir das fundações e totalmente equipado por recursos financiados pelo Ministério da Saúde do Brasil. O projeto, cuja execução será completada ao final deste ano, revelou-se de importância crucial para o país, uma vez que até então os santomenses dependiam de custosos exames laboratoriais encomendados no exterior para a confirmação de diagnósticos de tuberculose. Além disso, o laboratório acabou se revelando particularmente útil no início da pandemia de Covid-19, quando foi considerado a única instalação disponível capacitada a proceder à realização dos primeiros testes PCR no país.

Foi também concluída a implantação do Centro de Formação Profissional, que obteve avaliação altamente positiva por parte das autoridades de São Tomé e Príncipe e tem propiciado formações profissionais técnicas (mecânica de autos e motocicletas, informática, construção civil, eletricidade, panificação, costura, etc.) a centenas de jovens santomenses. Iniciado em 2010, o projeto incluiu também a construção a partir das fundações das instalações do centro, inauguradas em 2014,

e seu completo aparelhamento com financiamento total do SENAI. Foi também iniciada no período a negociação de uma segunda fase do projeto, cuja execução deveria ter começado em janeiro de 2020. A pandemia de Covid-19, porém, levou à reprogramação dos prazos de implementação originalmente acordados.

Outros projetos em execução durante o período da minha gestão foram os seguintes:

- "Reforço institucional do Banco Central de São Tomé e Príncipe", iniciado em 2018 em parceria entre a ABC e o Banco Central do Brasil, que prevê qualificação e desenvolvimento de recursos humanos, modernização de processos, otimização do uso de tecnologias de informação e a adequação às normas internacionais de contabilidade;

- "Fortalecimento do Ministério Público de São Tomé e Príncipe", iniciado em2017 em parceria entre a ABC e a Procuradoria Geral do Brasil, com o objetivo de reforçar as capacidades daquele órgão santomense para proceder a investigações em diversas áreas (criminal, ambiental, civil, tráfico de drogas, crimes cibernéticos e crimes financeiros);

- "Desenvolvimento dos Gestores do Governo da Região Autônoma do Príncipe", iniciado em 2018 em parceria entre a ABC e a Escola Nacional de Administração Pública, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelo Governo da Região Autônoma do Príncipe, incluindo capacitação de servidores; sua primeira fase encerrou-se no final de 2019, mas logo em seguida foi negociada uma segunda fase que, na prática, manteve o projeto operacional;

- "Apoio à implementação das Políticas de Proteção Integral das Famílias Vulneráveis de São Tomé e Príncipe", cooperação trilateral que envolve o Brasil e o UNICEF; iniciada em 2017 cuja negociação foi concluída em 2019.

Em 2017, concluiu-se projeto intitulado "Apoio ao Desenvolvimento Urbano em São Tomé e Príncipe", envolvendo parceria entre a ABC e a Caixa Econômica Federal, voltado à transferência de tecnologia para a fabricação de blocos de construção com o emprego da técnica solo-cimento, mais econômicos do que os tijolos convencionais. Foram edificadas em bairro periférico de São Tomé duas unidades protótipo de casas com uso dessa tecnologia (agora destinadas ao uso por seções de órgãos governamentais), as quais inaugurei em janeiro de 2020, juntamente com o então ministro das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente de São Tomé e Príncipe, atual presidente do país.

Com a assinatura do Acordo Brasil-São Tomé e Príncipe de Cooperação em Matéria de Defesa em 2010, a cooperação brasileira passou a um patamar ainda

mais elevado. A partir de 2014, o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil começou a atuar no país, com o objetivo de formar e treinar a Unidade de Fuzileiros Navais da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. A partir de 2018, o GAT passou a organizar cursos de especialização e supervisionar os trabalhos de formação e treinamento já a cargo de instrutores locais formados no âmbito da cooperação bilateral. Em 2015, instalou-se o Núcleo da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, renomeado em 2021 para Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe (MANBrSTP). O programa desenvolve ações de assistência mais ampla em termos de elaboração e implementação da estratégia marítima de defesa deste país, tarefa que foi desenvolvida com parceria das marinhas dos EUA e de Portugal. Muito apreciada pelas autoridades militares e governamentais santomenses, a atuação da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe revela-se de singular relevância, em vista dos crescentes problemas relacionados às atividades ilegais de pirataria, tráfico de drogas, armas e pessoas, contrabando e pesca ilegal que vêm se agravando na região do Golfo da Guiné nos últimos 15 anos.

Situado sobre a linha do Equador e à borda do Golfo da Guiné, São Tomé e Príncipe localiza-se num dos vértices da área do Atlântico Sul. O país é, do ponto de vista geográfico, de grande interesse para o Brasil e, em particular para a Marinha brasileira, cuja atuação em São Tomé, assim, reveste-se de importância crucial para o relacionamento e a cooperação entre os dois países. São Tomé e Príncipe também é membro da ZOPACAS. Em 2020 e 2021, a Embaixada do Brasil e a MANBrSTP organizaram a participação remota de autoridades santomenses, entre eles o Ministro da Defesa (que acompanhou o evento em 2020), em videoconferências que debateram temas de interesse para a atuação da ZOPACAS organizadas pela Marinha do Brasil.

A área cultural é outro pilar de grande importância da atuação da embaixada do Brasil em São Tomé. Como não poderia deixar de ser, a língua comum, as semelhanças culturais e mesmo a evolução histórica dos dois países, marcada pela herança da colonização portuguesa, fazem com que os santomenses em geral nutram grande simpatia e interesse pelo Brasil e sua cultura. Novelas brasileiras exibidas na televisão local e contatos dos numerosos estudantes que passaram anos no Brasil para obter suas formações universitárias contribuíram para reforçar essa visão. Em 2008, apenas cinco anos após a instalação da embaixada em São Tomé, o governo brasileiro criou o Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe (CCBSTP), que veio a atender os anseios dos santomenses em conhecer melhor a cultura brasileira.

Situado nas mesmas instalações da embaixada, o CCBSTP desenvolve atividades de divulgação da cultura brasileira em diversas áreas como literatura, audiovisual, gastronomia, música, teatro, exposições fotográficas e de artes plásticas, etc. Nesses eventos, ademais da cultura brasileira, o CCBSTP apoia também o

desenvolvimento cultural de São Tomé e Príncipe, acolhendo eventos (incluindo lançamentos de livros) de artistas e escritores locais. Atua ademais na difusão da variante brasileira da língua portuguesa oferecendo aulas de português para aperfeiçoamento ou ensino básico, muito procuradas não só por santomenses, mas também por vários expatriados residentes em São Tomé e Príncipe que não dominam o idioma. O CCBSTP também se ocupa da cooperação educacional, auxiliando os processos de seleção dos programas Estudante-Convênio (PEC-G e PEC-PG), mencionados acima, bem como das bolsas oferecidas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-Brasileira (UNILAB) e da aplicação do exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras). Também presta apoio ao processo de seleção de candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada da Marinha do Brasil, para a formação de oficiais da marinha mercante. A pandemia de Covid-19 determinou em 2020 a suspensão temporária de muitas dessas atividades, as quais já a partir do início de 2021 foram sendo retomadas pouco a pouco.

O CCBSTP também acabou por converter-se numa das principais referências de difusão cultural da cidade de São Tomé, favorecido pelo fato de abrigar as melhores e mais bem equipadas instalações da cidade para esse fim, incluindo um auditório com capacidade de 80 pessoas. Nessas condições, ademais de suas atividades regulares, o CCBSTP também atende os frequentes pedidos de uso de suas instalações para eventos culturais e sociais, de órgãos governamentais santomenses e da sociedade civil.

Entre as atividades recentes desenvolvidas pelo CCBSTP nos últimos anos, destacam-se:

- na área da literatura, o projeto “Café com Letras”, que consiste em encontros em que um convidado (eu mesmo o fiz em três ocasiões) apresenta algum livro de autor brasileiro ou escrito em língua portuguesa (também foram apresentadas obras de autores santomenses), formato muito apreciado pela sociedade local, com afluência assídua de estudantes e apreciadores da literatura;

- na área do audiovisual, o projeto “Cine Brasil”, que oferece sessões gratuitas com exibições semanais de filmes brasileiros (o CCBSTP dispõe de extensa videoteca que lhe permite manter programação diversificada por vários anos), sempre bastante concorridas, complementadas por sessões concomitantes de cinema infantil (permitindo a frequência por famílias);

- participação, em 2018, a convite do Presidente da Região Autônoma do Príncipe, nas atividades do chamado “Mês da Cultura” realizado anualmente na Ilha do Príncipe, ocasião em que foram organizadas sessões itinerantes dos projetos “Café com Letras” e “Cine Brasil”, além de exposição fotográfica, exibições de música

brasileira e apresentações de grupo de capoeira formado santomense; o Brasil foi o único país a organizar esse tipo de ação na Ilha do Príncipe;

- realização, em 2019, da Festa Junina, evento que a embaixada e o CCBSTP realizaram regularmente entre 2013 e 2016 e que retomei em 2019, não podendo, porém, dar continuidade a partir de 2020 por conta da pandemia de Covid-19; ao evento afluíram cerca de mil pessoas, inclusive turistas, fato muito apreciado pela então ministra da Cultura e do Turismo de São Tomé e Príncipe, que abriu o evento junto comigo; foi também uma ocasião para um interessante encontro das culturas brasileira e santomense, combinando as tradicionais brincadeiras, jogos e comidas típicas das festas juninas brasileiras (incluindo a dança de quadrilha e o casamento na roça) e danças típicas locais;

- projeto "Momento Brasil", que o CCBSTP montou a meu pedido, realizado em 2018 e 2019, consistindo em série de palestras sobre o Brasil que apresentei em escolas de nível secundário em São Tomé, abordando aspectos da história e da geografia, da população e de aspectos políticos, econômicos e sociais, destacando a formação da identidade cultural diversificada do povo brasileiro e abordando temas culturais como música, dança, festas regionais e gastronomia, além do esporte;

- projetos “Estação das Letras” e “Estação Brasil”, consistindo em programas semanais difundidos por emissora de rádio local, com divulgação da literatura e da música brasileiras, com utilização dos materiais disponíveis na biblioteca e na videoteca do CCBSTP.

Os êxitos obtidos pelas ações do Brasil em São Tomé e Príncipe nas áreas da cooperação e cultural, as quais sempre prestigiei pessoalmente, aliados à tradicional imagem favorável do país entre os santomenses, têm sem dúvida sido fatores fundamentais para a manutenção do bom estado das relações entre os dois países. Pode-se prever que as relações entre o Brasil e São Tomé e Príncipe continuarão a nortear-se, como tem sido nas últimas três décadas, basicamente por dois fatores: 1) a herança portuguesa, da qual decorrem o uso da mesma língua e semelhanças culturais entre os dois países, bem como a parceria no âmbito da Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP), na qual se encaixam as atividades do CCBSTP; e 2) a cooperação técnica, pela qual o Brasil presta assistência a São Tomé e Príncipe em seus esforços para superar os entraves que dificultam seu desenvolvimento econômico e social. Além disso, o interesse do Brasil na promoção da segurança na área do Atlântico Sul deverá consolidar-se também como importante fator das relações bilaterais.

Durante a minha gestão, foram organizados encontros com profissionais brasileiros em visita a São Tomé e Príncipe, incluindo técnicos da ABC e oficiais da Marinha do Brasil, envolvidos nas ações de cooperação e culturais, propiciando

oportunidades para troca de informações e avaliações sobre os rumos das diferentes iniciativas, bem como para promover encontros informais com suas contrapartes santomenses que, em alguns casos, serviram para destravar impasses e contornar dificuldades.

Ao finalizar o presente resumo de relatório, registro como importante momento das relações bilaterais ocorrido durante minha gestão a passagem por São Tomé, em visita de trabalho, do então senhor ministro de estado da Relações Exteriores, Aloysio Nunes, em maio de 2017.

Registro, por fim, meu agradecimento ao governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, pela oportunidade, apoio e confiança em mim depositada para o desempenho da missão como embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe nos últimos cinco anos.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Candidato: Ministro Pedro Luiz Dalcero

PERFIL DO CANDIDATO

MINISTRO PEDRO LUIZ DALCERO



Nascido em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1963, o ministro de segunda-classe Pedro Luiz Dalcero graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1984. Fez Pós-Graduação, lato sensu, em Processo Civil, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiânia (PUC/GO), em 1985, e possui mestrado em Estudos da Paz (*"Peace Studies"*) pela Universidade de Notre Dame, Indiana, EUA (1990). Concluiu, entre outros, curso sobre a "Empresa e o Poder Nacional", da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1994, e obteve Diploma em Geopolítica e Geoeconomia, pelo Instituto de Estudos Geopolíticos de Genebra (2008).

Ingressou na carreira diplomática em 1996. No Brasil, atuou no Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), entre 1998 e 2002; na Presidência da República, entre 2003 e 2004; na Divisão de Serviços Financeiros, do MRE, em 2006; na Casa Civil da Presidência da República, em 2009; e na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em 2010.

No exterior, o ministro Dalcero serviu na Embaixada do Brasil no Panamá, entre 2004 e 2006; na Delegação Permanente em Genebra, entre 2006 e 2008; na Delegação junto à Organização Mundial do Comércio em Genebra, em 2008; na Embaixada do Brasil em Lima, como Ministro-Conselheiro, entre 2011 e 2015; na Delegação Permanente em Genebra, entre 2015 e 2017, e na Representação Especial junto à Conferência do Desarmamento em Genebra, desde 2018 até o momento, onde desempenha a função de Ministro-Conselheiro.

O ministro Dalcero teve variada experiência profissional tanto na diplomacia bilateral quanto na multilateral, executando a política externa e defendendo os interesses brasileiros em diversos foros e situações. Nas ocasiões em que assumiu a encarregatura de negócios em três postos (Panamá, Lima e Genebra), muitas vezes por períodos longos, foi exposto aos desafios e responsabilidades relativos à chefia de representação diplomática em postos-chave para a diplomacia brasileira.

Em sua experiência diplomática multilateral, negociou na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Organização Mundial da Saúde (OMS), na Organização Internacional sobre Migrações (OIM), no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na Organização Meteorológica Mundial (OMM), em convenções sobre o transporte internacional de resíduos químicos perigosos (Roterdã, Estocolmo, Basiléia, e Minamata) e, mais recentemente, na Conferência do Desarmamento e em convenções

e tratados referentes às armas biológicas, armas convencionais, sistemas autônomos de armas letais e segurança espacial.

Na experiência diplomática bilateral, o ministro Dalcero contribuiu para o aprofundar parcerias em temas sensíveis e decisivos para o Brasil, como o combate ao tráfico internacional de drogas, de armas, e de pessoas, além da recuperação de ativos. Nessas condições, coordenou-se com a Adidância da Polícia Federal em Lima, apoiando as gestões da PF junto às autoridades peruanas. Tanto no Panamá quanto no Peru chefiou o setor comercial da Embaixada, consolidando experiência de promoção comercial de produtos e serviços brasileiros no exterior. O Centro Cultural Brasil-Peru é o mais antigo e um dos mais bem estruturados de rede do serviço exterior brasileiro, com intensa agenda de atividades. O setor consular de ambos os postos bilaterais esteve sob responsabilidade do ministro Dalcero, o que lhe permitiu exercer a proteção dos direitos de nacionais brasileiros no exterior.

A trajetória profissional do ministro Dalcero contém elementos que o habilitam a tratar dos interesses brasileiros em São Tomé e Príncipe. O arquipélago está localizado no Golfo da Guiné, área de maior pirataria da atualidade, com número crescente de episódios de roubo e desvio de embarcações. Além disso, o Golfo da Guiné está inserido no entorno estratégico brasileiro, definido pela Política Nacional de Defesa (PND). O país é membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), agrupamento diplomático de caráter cultural que também desenvolve parcerias econômico-comerciais e de defesa.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)[1]

VISÃO
Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO
Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior
3. Prestar serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO
Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO
Planejar e executar a Política Externa definida pela Presidência da República nas relações bilaterais com São Tomé e Príncipe, com especial atenção ao imperativo do

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos Postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a relação diplomática com São Tomé e Príncipe nas esferas bilaterais e multilaterais, no âmbito comunitário (CPLP) e atlântico (Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul – ZOPACAS), com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países.

2. Envidar esforços para desenvolver uma cooperação ampla com a República Democrática de São Tomé e Príncipe em áreas de interesse comum, tais como exploração sustentável dos recursos marinhos e do subsolo do oceano, bem como o combate à pirataria.

3. Buscar promover produtos e serviços brasileiros em São Tomé e Príncipe, assim como oportunidades de investimentos naquele país para empresas brasileiras.

4. Estimular o incremento do intercâmbio educacional entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, por meio de canais tradicionais – como os Programas Estudante-Convênio -, bem como com a utilização de técnicas e metodologias que ganharam maior reconhecimento com a pandemia de COVID-19 (ensino à distância).

5. Com os meios disponíveis, promover a imagem e cultura do Brasil em São Tomé e Príncipe, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira.

6. Oferecer serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro em São Tomé e Príncipe, ampliando as atividades já desenvolvidas de acesso do nacional brasileiro à prestação da assistência consular.

7. Envidar esforços para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio da articulação com o governo santomense.

8. Fazer gestões junto ao governo santomense a fim de ampliar os mecanismos de cooperação técnica, baseando-se na bem-sucedida experiência pretérita entre os dois países, com vistas inclusive a beneficiar terceiros países na região.

10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e a capacidade de resposta.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover o incremento e a diversificação do comércio bilateral

- *Buscar manter contatos com entidades empresariais e empresas brasileiras para informá-las a respeito de oportunidades de negócios em São Tomé e Príncipe.*

- *Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral.*

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificar potenciais mercados para produtos brasileiros.*

- *Sondar as autoridades e entidades empresariais de São Tomé e Príncipe com respeito à possibilidade de criação da "Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe", a fim de se constituir entidade do setor privado que poderia ser interlocutora legítima de entidades empresariais brasileiras.*

- *Realizar palestras dirigidas ao diálogo com o setor privado brasileiro.*

- *Apoiar empresários brasileiros interessados no mercado santomense.*

- *Multiplicar os contatos com o governo e o setor privado a fim de identificar oportunidades comerciais em benefício de exportadores brasileiros.*

- *Com os meios disponíveis, promover e incentivar contatos e encontros de pequenas e médias empresas (PMEs) com empresas de São Tomé e Príncipe, bem como a participação das PMEs brasileiras em feiras e outros eventos de promoção comercial realizados em São Tomé e Príncipe.*

- *Com os meios disponíveis, elaborar e/ou encomendar estudos exploratórios de complementaridade entre as duas economias*

- *Sondar o interesse e incentivar parcerias com entidades e empresas santomenses, e com a comunidade brasileira residente em São Tomé e Príncipe, com vistas a auxiliar os esforços de promoção de exportações brasileiras para São Tomé e Príncipe.*

2. Identificar oportunidades de intercâmbio de investimentos

- *Multiplicar os contatos com autoridades e entidades empresariais de São Tomé e Príncipe com vistas à identificação de oportunidades de intercâmbio de investimentos entre os dois países, com ênfase nos setores da agricultura e da aquicultura.*

- *Aprofundar a interlocução com o governo santomense, com vistas a promover medidas voltadas a facilitar o intercâmbio de investimentos entre os dois países.*

- *Explorar o interesse santomense em iniciar tratativas com vistas à negociação de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).*

- *Fazer o acompanhamento da conjuntura econômica de São Tomé e Príncipe, a fim de identificar oportunidades de aprofundamento do relacionamento econômico e comercial com o Brasil.*

3. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada**.

2) **Número de encontros e reuniões com** empresas, investidores e câmaras e associações de comércio.

3) **Números de eventos** (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições e rodadas de negócio) organizados pela Embaixada e com a participação desta.

4) **Número de encontros** com autoridades de São Tomé e Príncipe para tratar de assuntos relacionados à facilitação do relacionamento comercial bilateral e do intercâmbio de investimentos entre os dois países.

5) **Número de reuniões com representantes do governo de São Tomé e Príncipe** para tratar de possível Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

6) **Número de relatórios** de acompanhamento da economia de São Tomé e Príncipe e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada

7) **Número de atendimentos a consultas** telefônicas, por correio eletrônico ou outros meios virtuais.

8) **Número de cursos de capacitação e treinamento** para empresários brasileiros interessados em realizar negócios em São Tomé e Príncipe.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência

- *Produzir registro e análise sobre os principais temas de política interna e externa de São Tomé e Príncipe e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil, inclusive nas suas vertentes de segurança, defesa e exploração sustentável dos recursos marinhos.*

- *Produzir registro e análise de temas de política externa à luz da participação de São Tomé e Príncipe em foros internacionais, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a União Africana.*

- *Aprofundar a interlocução com autoridades civis e militares de São Tomé e Príncipe com vistas a estreitar diálogo bilateral transparente e profícuo para ambos os países.*

- *Estabelecer rede de contatos em São Tomé e Príncipe, a qual incluirá autoridades e sociedade civil santomense, bem como a comunidade internacional.*

- *Manter as missões brasileiras junto às Nações Unidas, em Nova York, junto à CPLP, em Lisboa, e a Embaixada junto à União Africana, em Adis Abeba, informadas a respeito dos principais desenvolvimentos da política interna e realidade socioeconômica santomense.*

- *Manter o Governo brasileiro, por meio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, informado a respeito dos principais desenvolvimentos nas fronteiras marítimas de São Tomé e Príncipe.*

- *Acompanhar desenvolvimentos no Atlântico Sul, inclusive aqueles relativos à revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).*

- *Elaborar materiais informativos que atendam às solicitações específicas oriundas da Secretaria das Relações Exteriores e outros órgãos públicos brasileiros.*

2. **Apoiar e fortalecer o adensamento das relações bilaterais por meio da promoção de visitas oficiais, reuniões técnicas e encontros entre instituições e atores dos setores público e privado**

- *Apoiar visitas oficiais de autoridades brasileiras a São Tomé e Príncipe, assim como missões, reuniões e eventos, virtuais e presenciais, entre órgãos governamentais brasileiros e de São Tomé e Príncipe.*

- *Explorar junto ao Congresso Brasileiro e ao parlamento santomense a possibilidade de constituição de um grupo parlamentar Brasil-São Tomé e Príncipe.*

3. Adensar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Apoiar negociações de acordos que se façam necessários para fortalecer as relações bilaterais.*

- *Apoiar a negociação de eventuais ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e São Tomé e Príncipe.*

- *Sondar o interesse do governo santomense em iniciar negociações com vistas a um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).*

- *Identificar temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro.*

- *Elaborar subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas por São Tomé e Príncipe.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número anual de telegramas expedidos pela Embaixada com registro e análise sobre temas de política interna e política externa de São Tomé e Príncipe, bem como outros temas de interesse da Política Externa Brasileira.

2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa santomense.

3) Número de reuniões de outra natureza, em formato presencial ou virtual, de que a embaixada participe.

4) Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte.

5) Número de acordos bilaterais e ajustes complementares concluídos durante a gestão.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio de São Tomé e Príncipe a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, assim como para a realização de eventos internacionais no Brasil, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

2. Contribuir para a concertação Brasil-São Tomé e Príncipe em fóruns multilaterais, com especial ênfase no âmbito da CPLP, como forma de alavancar a cooperação bilateral com São Tomé e Príncipe

- *Realizar gestões e apoiar encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e reuniões de cúpula.*

- *A possível candidatura de São Tomé e Príncipe à presidência "pro tempore" da CPLP, no biênio 2023-2025, abriria possibilidades ampliadas de atuação para o Posto, especialmente tendo em vista a eventual realização da Cúpula da CPLP, em São Tomé, em julho de 2023.*

- *Elaborar materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as posições de São Tomé e Príncipe na Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas, na CPLP, na União Africana, e outros foros de que o país faça parte.*

- *Realizar gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano.

2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais.

3) Índice de apoio santomense a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Procurar ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade santomense, diversificando as referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas

- *Com os meios disponíveis, buscar promover eventos de música e dança brasileira, clássica e popular, e apoio a festivais que contem com a participação de músicos ou dançarinos brasileiros.*

- *Estimular instituições santomenses interessadas na cultura brasileira.*

- *Procurar fomentar a produção e reprodução de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos).*

- *Empenhar-se em fomentar o conhecimento mais amplo da música brasileira.*

- *Aproveitar o potencial do Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe, em São Tomé, um dos principais espaços culturais e de ensino de português na cidade.*

- *Esforçar-se por organizar regularmente mostras de cinema brasileiro, bem como a ampliação da presença do material audiovisual brasileiro no mercado santomense.*

- *Procurar promover a literatura brasileira, inclusive por meio da realização de debates, via plataformas virtuais, com autores e autoras brasileiros das novas gerações.*

2. Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas ao bicentenário da Independência do Brasil e ao centenário da Semana de Arte Moderna

- *Promover eventos relativos ao bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado, dando-se ênfase à boa receptividade e ao otimismo que a declaração da independência pelo Brasil despertou no continente africano.*

- *Envidar esforços com vistas à realização de webinário sobre a importância estética, política e cultural da Semana de Arte Moderna com a participação de pesquisadores brasileiros e visando a atingir formadores de opinião na sociedade santomense.*

- *Incentivar artistas brasileiros a aproveitar a efeméride do centenário da Semana de Arte Moderna para realizar atividades, presenciais e/ou virtuais, com o público de São Tomé e Príncipe.*

3. Envidar esforços para ampliar as atividades de promoção da modalidade brasileira da língua portuguesa desenvolvidas no âmbito do Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe

- *Continuar a divulgar o exame de proficiência em língua portuguesa "Celpe-Bras", principal canal de acesso de estudantes santomenses aos programas de cooperação educacional oferecidos pelo Brasil, assim como apoiar a realização de cursos preparatórios para o exame.*

- *Buscar ampliar a divulgação da obra e do pensamento de escritores e acadêmicos brasileiros junto ao público local, a entidades acadêmicas e a escritores locais.*

4. Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Envidar esforços voltados para ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros quanto por projetos de cooperação e co-criação entre agentes culturais santomenses e brasileiros.*

5. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público santomense

- *Com os meios disponíveis, realizar eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção,*

para divulgação de produtos brasileiros, bem como em atividades culturais.

6. **Preparar evento em comemoração à efeméride dos 50 anos do estabelecimento das relações bilaterais, a ser celebrada em 2025**

- *Promover a celebração da efeméride junto às mídias sociais e os parlamentares dos dois países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número e público de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros organizados pelo Posto.**

2) **Número de eventos culturais alusivos ao bicentenário da Independência do Brasil e ao centenário da Semana de Arte Moderna.**

3) **Número de ações de promoção de música e dança.**

4) **Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira.**

5) **Número de ações de promoção do turismo.**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Identificar possibilidades de desenvolvimento de cooperação técnica bilateral, em níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente**

- *Incentivar a cooperação com o governo santomense no compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável.*

- *Incentivar a cooperação com o governo santomense no compartilhamento de técnicas de aquicultura. Assinale-se ter havido nos últimos anos uma redução da tonelagem e da dimensão dos espécimes capturados pelos pescadores artesanais santomenses, fenômeno atribuído à sobrepesca realizada por navios-usina europeus dentro da Zona Econômica Exclusiva de São Tomé e Príncipe.*

- *Apoiar eventuais iniciativas de cooperação técnica na geração de energias limpas, particularmente solar e eólica, bem como no gerenciamento de resíduos sólidos.*

- *Analisar os impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima em São Tomé e Príncipe. A COP-26, em outubro de 2021, em Glasgow, foi a primeira reunião internacional de que participou o recém empossado presidente Carlos Vila Nova, ocasião em que o mandatário santomense discursou afirmando que seu país já sofreu perda de território em razão da elevação do nível do mar.*

- *Apoiar possíveis iniciativas de cooperação bilateral que tenham presente a proteção e a preservação dos oceanos e fundos marinhos*

- *Difundir informações sobre iniciativas brasileiras e estabelecer parcerias em matéria de proteção ambiental, da sua biodiversidade e da sustentabilidade de sua produção de agroalimentos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de realização de reuniões, presenciais e virtuais, e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão.**

2) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano.**

3) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre cooperação técnica.**

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe**

- *Apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I).*

- *Promover iniciativas de mobilidade, intercâmbio acadêmico e de experiências de gestão, governamentais e privadas, na área de C,T&I.*

- *Explorar a possibilidade de cooperação entre os órgãos técnicos competentes, no Brasil e em São Tomé e Príncipe, nas áreas de governo*

eletrônico e ensino à distância. Recorde-se ser o país um arquipélago, com a Ilha de Príncipe distando 140 km da Ilha de São Tomé.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DE METAS

1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema.

2) Número de ações de promoção científica e tecnológica realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre Brasil e São Tomé e Príncipe.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral

- *Contribuir para o fortalecimento de programas existentes dedicados a apoiar projetos de mobilidade acadêmica e de pesquisa universitária.*

- *Ampliar o número de estudantes santomenses em instituições de graduação e pós-graduação brasileiras, especialmente por meio dos programas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Programa Estudante Convênio - Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG) do Ministério da Educação (MEC).*

- *Explorar junto a instituições de ensino brasileiras e santomenses a possibilidade da realização de cursos de formação à distância, por meio de plataformas virtuais.*

2. Ampliar o escopo da cooperação em temas culturais.

- *Com os meios disponíveis, incrementar o número de atividades de promoção da cultura brasileira e da variante brasileira da língua portuguesa.*

- *Fazer gestões junto a entidades do setor público e privado com vistas ao aprofundamento da cooperação em temas culturais.*

3. Ampliar o diálogo de cooperação na área da saúde, em particular no enfrentamento da pandemia de COVID-19

- *Monitorar os avanços realizados por São Tomé e Príncipe na área da saúde, sobretudo no combate ao SARS-COV-2.*

- *Buscar compartilhar experiências bem-sucedidas na área da saúde.*

- *Apoiar a interlocução entre autoridades governamentais de ambos os países sobre as medidas sanitárias para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.*

- *Identificar possibilidades de cooperação no combate à pandemia, em especial por meio da doação de medicamentos e material hospitalar.*

4. Explorar oportunidades de cooperação e intercâmbio na área da defesa

- *Elaborar materiais de registro e análise que, desde o ponto de vista do Posto, contribuam para a elaboração da Estratégia Marítima para o Golfo da Guiné, sendo concebida conjuntamente pelo Itamaraty e o Ministério da Defesa.*

- *Apoiar a Missão de Assessoria Naval (MAN) da Marinha do Brasil em STP constituída, em 2019, a partir de cooperação bilateral, desenvolvida desde 2015, cujo objetivo principal é o fortalecimento técnico e institucional da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GCSTP).*

- *Prestar apoio à Marinha do Brasil na realização das atividades de cooperação e treinamento com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. Assinale-se o relevante papel da Marinha brasileira na estruturação recente da Guarda Costeira santomense.*

- *Apoiar o Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), da Marinha do Brasil, que realiza atividades de formação e treinamento com os fuzileiros navais de São Tomé e Príncipe.*

- *Prestar apoio à Marinha do Brasil nas suas atividades de cooperação com vistas à estruturação da Autoridade Marítima de São Tomé e Príncipe.*

- *Atuar perante as autoridades de São Tomé e Príncipe com respeito aos temas relativos à Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS), inclusive a realização do II Simpósio Marítimo da ZOPACAS, em 2023. Na primeira edição do Simpósio, em 2021, foi tratado leque amplo de temas, com destaque para o crescimento da pirataria no Golfo da Guiné.*

- *Aprofundar o diálogo com autoridades santomenses a fim de fortalecer o combate a ilícitos transnacionais, sobretudo a pirataria. Observe-se que na costa oriental da África (Golfo de Áden/Costa da Somália/Mar Vermelho) houve redução da pirataria somente após a presença militar coordenada de vários países, em uma área geograficamente circunscrita e relativamente próxima das linhas costeiras. No Golfo da Guiné, por outro lado, os criminosos estão atuando em área de muito maior extensão e cada vez mais distante da costa, ampliando significativamente seu raio de ação.*

- *Concertar-se com São Tomé e Príncipe no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em tema de Defesa.*

- *Fazer gestões junto às autoridades santomenses para que participem da Operação Felino, realizada todos os anos na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), com a atuação combinada das três forças brasileiras (EB, MB e FAB) e com a participação de representantes dos países da CPLP.*

- *Aprofundar o diálogo com autoridades civis e militares de São Tomé e Príncipe com vistas a explorar oportunidades adicionais de cooperação e intercâmbio.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e santomenses durante a gestão.**

2) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação no campo da saúde.**

3) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto com autoridades de Defesa da São Tomé e Príncipe.**

4) **Índice de realização de ações de promoção de produtos de defesa e segurança.**

VII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo santomense com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**

- *Com os meios disponíveis, promover a cooperação técnica em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura, aquicultura e energia.*

- *Dar continuidade à carteira de projetos em andamento, no âmbito da cooperação técnica, especialmente os seguintes: (1) Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe; (2) Centro de Formação Profissional Brasil-STP – Fase II; (3) Capacitação Jurídica de Magistrados de São Tomé e Príncipe; (4) Desenvolvimento de Gestores do Governo da Região Autônoma do Príncipe – Fase II. (5) Reforço Institucional do Banco Central de São Tomé e Príncipe.*

- *Consultar o interesse do governo santomense em estabelecer projeto de cooperação com vistas à criação de Agência de Promoção de Exportações e Investimentos, nos moldes da APEX.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico.**

2) **Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.**

3) **Número de contatos com autoridades santomenses da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.**

4) **Número de matérias e entrevistas a divulgadas nos meios de comunicação social a respeito da cooperação oficial.**

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira em São Tomé e Príncipe, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços**

2. **Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais**

3. Realizar visitas a nacionais eventualmente presos em São Tomé e Príncipe a fim de prestar a assistência consular cabível

4. Organizar eleições na jurisdição do Posto

5. Utilizar as redes sociais do Posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de satisfação do consulente.

2) Número de inovações introduzidas na assistência consular que redundem em facilidade na prestação dos serviços.

3) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda.

4) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda.

5) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares.

6) Tempo de permanência do cidadão no setor consular.

7) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais.

8) Número de visitas a nacionais presos em São Tomé e Príncipe, se houver.

SENADO FEDERAL

Senadora SORAYA THRONICKE

SF/22067.88397-13

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 12, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO LUIZ DALCERO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe*.

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do nome do Senhor PEDRO LUIZ DALCERO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores em razão de preceito regimental, o Senhor PEDRO LUIZ DALCERO é filho de Idálio José Dalcero e Maria Augusta Dalcero, tendo nascido em 29 de abril de 1963, em Petrópolis-RJ.

SF/22067.88397-13

O diplomata em questão ingressou no Instituto Rio Branco, tornando-se Terceiro-Secretário em 1996. Foi promovido a Segundo-Secretário em 2002; a Primeiro-Secretário, em 2006; a Conselheiro em 2008; e a Ministro de Segunda Classe, em 2013.

Entre as funções desempenhadas pelo indicado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e em outros ministérios, destacam-se as de: Assessor da Assessoria Especial da Presidência da República (2003-04); Segundo-Secretário na Embaixada do Brasil no Panamá (2004-06); Primeiro-Secretário na Delegação do Brasil em Genebra (2006-09); Chefe de Gabinete na Casa Civil da Presidência da República (2009-10); Assessor Especial na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2010-11); Conselheiro na Embaixada do Brasil em Lima (2011-15); Ministro-Conselheiro na Representação junto à Conferência do Desarmamento (a partir de 2015).

O diplomata em apreço foi agraciado com a Ordem de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, no grau de Cavaleiro e Oficial; a Medalha "Mérito Santos-Dumont"; a *Knights of Rizal, First Degree*, pela Filipinas; a Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro; Ordem do Mérito Aeronáutico, Força Aérea Brasileira; a Amigo da Marinha, Marinha do Brasil; a Medalha Mérito Tamadaré, Marinha do Brasil; e Ordem do Mérito da Defesa, Ministério da Defesa.

O Ministério das Relações Exteriores, a seguir exigência regimental, anexou à mensagem presidencial informe sobre a República de Santo Tomé e Príncipe.

No que diz respeito às relações bilaterais, o documento encaminhado a esta Casa pelo Itamaraty ressalta que a cooperação técnica é o aspecto que se destaca, sendo efetivada em várias áreas, como educação, saúde, informatização do governo local, agricultura, alfabetização de adultos, defesa, infraestrutura urbana, polícia, prevenção e controle do HIV e previdência social.

Quanto à cooperação técnica e humanitária, cinco projetos estão em execução: (1) Apoio ao Programa de Luta contra a Tuberculose em São

SF/22067.88397-13

Tomé e Príncipe; (2) Centro de Formação Profissional Brasil-STP – Fase II; (3) Capacitação Jurídica de Magistrados de São Tomé e Príncipe; (4) Desenvolvimento de Gestores do Governo da Região Autônoma do Príncipe – Fase II. (5) Reforço Institucional do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Igualmente, o Brasil coopera com São Tomé e Príncipe em matéria de defesa, tendo a Marinha brasileira ali instalado um Núcleo de Missão Naval, em 2014, com o objetivo de, por meio de treinamento de oficiais e estruturação do poder naval, capacitar o país para estruturar sua guarda costeira. O sumário executivo encaminhado pelo Itamaraty ressalta que São Tomé e Príncipe ocupa posição estratégica no Golfo da Guiné, área de onde provém parte substancial das importações brasileiras de petróleo e que é afetada pela pirataria, o que ressalta a grande importância do arquipélago no contexto geopolítico do Atlântico Sul e na defesa dos interesses brasileiros.

No tocante ao comércio bilateral, em 2020, as exportações e importações brasileiras decresceram em relação ao ano anterior. Em 2021, as exportações alcançaram o patamar de US$ 3 milhões, principalmente, de arroz, outras preparações e conservantes, e açúcares.

O Embaixador Vilmar Rogeiro Coutinho Junior, em seu relatório de gestão (2017-2022), assim resume sua percepção à frente da missão diplomática brasileira:

> Os êxitos obtidos pelas ações do Brasil em São Tomé e Príncipe nas áreas da cooperação e cultural, as quais sempre prestigiei pessoalmente, aliados à tradicional imagem favorável do país entre os santomenses, têm sem dúvida sido fatores fundamentais para a manutenção do bom estado das relações entre os dois países. Pode-se prever que as relações entre o Brasil e São Tomé e Príncipe continuarão a nortear-se, como tem sido nas últimas três décadas, basicamente por dois fatores: 1) a herança portuguesa, da qual decorrem o uso da mesma língua e semelhanças culturais entre os dois países, bem como a parceria no âmbito da Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP), na qual se encaixam as atividades do CCBSTP [Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe]; e 2) a cooperação técnica, pela qual o Brasil presta

SF/22067.88397-13

> assistência a São Tomé e Príncipe em seus esforços para superar os entraves que dificultam seu desenvolvimento econômico e social. Além disso, o interesse do Brasil na promoção da segurança na área do Atlântico Sul deverá consolidar-se também como importante fator das relações bilaterais.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

4

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR*
CPF.: 238.617.381-04
ID.: 8124 MRE

1959	Filho de Vilmar Rogeiro Coutinho e Olga Bernardo Coutinho, nasce em Santos-SP, em 2 de setembro
Dados Acadêmicos:	
1982	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata – CPCD do Instituto Rio Branco
1989	"Diploma In Economics" da "London School of Economics" - LSE, Londres - Reino Unido
1990	XX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD do Instituto Rio Branco - IRBr
2005	XLIX Curso de Altos Estudos - CAE do do Instituto Rio Branco - IRBr do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, com a dissertação "A Política Automotiva do MERCOSUL: Um Novo Exercício de Equilíbrio de Interesses Estratégicos"
Cargos:	
1982	Terceiro-secretário
1986	Segundo-secretário
1995	Primeiro-secretário
2000	Conselheiro
2005	Ministro de segunda classe
2019	Ministro de segunda classe do Quadro Especial
Funções:	
1983-84	Divisão do Oriente Próximo I
1984-86	Embaixada em Argel
1986-89	Embaixada em Londres
1989-93	Divisão de Agricultura e Produtos de Base
1993-96	Embaixada em Londres
1996-00	Embaixada em Pretoria
2000-01	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior
2001-02	Divisão de Inteligência Comercial, chefe
2002	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, coordenador-geral
2003-05	Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI
2005-07	Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, chefe
2007-10	Embaixada em Havana, Ministro conselheiro
2010-13	Ministério das Minas e Energia, assessor especial
2013-15	Ministério do Esporte, assessor
2015-16	Divisão da Ásia Central, chefe
2016	Departamento do Serviço Exterior
2017-	Embaixada em São Tomé, embaixador
Condecorações:	
2010	Ordem de Rio Branco - Grande Oficial, do Ministério das Relações Exteriores

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 10, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 700

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

EM nº 00283/2021 MRE

Brasília, 10 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1040/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 17/12/2021, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

342

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3078797** e o código CRC **AF2F5D47** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009825/2021-12 SEI nº 3078797

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

ZIMBÁBUE







OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Dezembro de 2021

Sumário

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA	8
POLÍTICA EXTERNA	10
ECONOMIA	11
MAPA DO ZIMBÁBUE	13
DADOS BÁSICOS	14
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	15

PERFIS BIOGRÁFICOS



Emmerson Dambudzo Mnangagwa
Presidente da República

Nascido em 15/09/1942, em Shabani, na então Rodésia do Sul. Antigo aliado de Robert Mugabe, tendo-o acompanhado no Acordo de Lancaster House.

Participou das lutas pela independência zimbabuana. Formou-se em Direito pela Universidade da Zâmbia e exerceu por dois anos a advocacia.

Ocupou variados cargos na administração de Robert Mugabe, como Ministro da Segurança, da Justiça e de Moradias Rurais, tendo também sido vice-presidente da República e presidente do Parlamento.



Frederick Musiiwa Makamure Shava
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional

Nomeado em 09/02/2021, em substituição a Sibusiso Moyo, falecido em janeiro do mesmo ano por complicações decorrentes da Covid-19, ocupou vários cargos no governo desde a independência do Zimbábue.

Foi ministro do Trabalho de 1981 a 1986, antes de assumir o cargo de Ministro de Estado para Assuntos Políticos em 1987. Igualmente, serviu como diretor de administração do partido União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF, na sigla em inglês) antes de ser designado como Embaixador na China, onde serviu de 2007 a 2014.

A seguir, foi designado representante permanente do Zimbábue junto às Nações Unidas, em cujo âmbito foi presidente do Conselho de Segurança em julho de 2016.

Possui doutorado e mestrado em Parasitologia pelo Royal Holloway College da Universidade de Londres, além de mestrado em Ciências em Nematologia do Imperial College, Londres. É bacharel em Biologia pela Universidade do Zimbábue.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Zimbábue em 18 de abril de 1980 e abriu embaixada residente em Harare em 1987. Em agosto de 2004, o Zimbábue estabeleceu embaixada em Brasília, sua primeira representação residente na América do Sul.

A partir de 1991, teve lugar série de visitas ao Brasil de autoridades zimbabuanas de alto nível. O presidente Robert Mugabe, por exemplo, esteve no Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), em junho de 1992; em 1999, visitou a Embraer em São José dos Campos, e, em Brasília, participou de discussões relativas a combate ao HIV/AIDS, reforma agrária e política africana.

Em setembro de 2012, foi realizada, em Brasília, a II Comista Brasil-Zimbábue, que se seguiu à primeira edição da comissão, em 2009.

Ainda que a corrente comercial entre Brasil e Zimbábue se mostre contraída nos últimos anos (em 2020, foi de US$ 4 milhões), tal realidade dá-se por questões internas àquele país, como infraestrutura precária, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, entre outras, relativas à realidade econômica local.

Até dezembro de 2021, o intercâmbio comercial foi de US$ 9 milhões, composto basicamente de exportações do Brasil para o Zimbábue.

O Zimbábue, apesar dos desafios econômicos, conta com potencial significativo de crescimento: possui mais de 40 jazidas de minerais estratégicos, terras férteis e bem irrigadas (vale recordar que já foi celeiro da África Austral), infraestrutura abrangente que pode ser recuperada em curto prazo, parque industrial que também pode ser renovado, população instruída e qualificada, posição central no sul do continente, o que o poderia tornar um "hub" em termos de transporte, telecomunicações e comércio. O Zimbábue tem considerável possibilidade de voltar a ser uma economia de peso, do que o Brasil poderá se beneficiar.

No plano multilateral, o Zimbábue compartilha interesses comuns com o Brasil, em especial a democratização dos grandes foros e organismos internacionais.

A disponibilidade brasileira em cooperar com o Zimbábue é muito bem vista pelas lideranças do país. O ex-primeiro-ministro Morgan Tsvangirai chegou a dizer que seu país não teria *"nada a aprender com as grandes potências e tudo a aprender com o Brasil"*.

Componente essencial das relações bilaterais são as ações de cooperação técnica e humanitária desenvolvidas pela ABC.

COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL (2005–21)

A cooperação técnica com o Zimbábue está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado em 10 de setembro de 2006, em vigor internacional desde 7 de setembro de 2015.

Encontram-se em execução, em diferentes estágios, os seguintes projetos de cooperação técnica bilateral com o Zimbábue:

a) BRA/13/008 S-351 "Fortalecimento do Setor da Pecuária de Corte no Zimbábue".

Em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), já permitiu a instalação de Unidade Técnica Demonstrativa (UTD) no *Grasslands Research Institute*, com o objetivo de testar a adaptabilidade de seis (6) variedades de gramíneas às condições locais.

Em novembro de 2021, foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, durante a qual foram planejadas as atividades a serem executadas em 2022, bem como discutidas questões relativas ao protocolo de plantio e à irrigação da UTD. Na oportunidade, foi igualmente realizada visita técnica à UTD, com vistas a verificar *in loco* o desenvolvimento das gramíneas plantadas em fevereiro de 2019.

b) Fortalecimento do Setor Algodoeiro Zimbabueano ("Cotton Zimbabwe")

Em novembro de 2018, foi realizada missão de prospecção ao Zimbábue, com o objetivo de reunir subsídios para viabilizar a construção conjunta de projeto de cooperação técnica, a fim de apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva algodão zimbabueana. A missão em questão foi composta por técnicos da EMBRAPA, da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAD/MAPA).

À luz de reestruturações internas, EMBRAPA e ANATER deixaram a iniciativa, e a ABC convidou a Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG-MG) para integrarem o projeto em substituição àquelas instituições.

Atualmente, encontra-se em andamento processo de compra de equipamentos para a instalação de UTD.

c) Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão

O projeto em questão foi assinado em 12 de janeiro de 2021, com o objetivo de identificar variedades de algodão com maior adaptabilidade e resistência às secas e pragas encontradas nos países africanos que integram o projeto, contribuindo, dessa maneira, para o aumento da produtividade algodoeira nos seus territórios.

Para tanto, o documento prevê a participação dos 15 países africanos já beneficiados por projetos bilaterais e regionais de cooperação técnica brasileira em algodão: Benim; Burkina Faso; Burundi; Camarões; Chade; Costa do Marfim; Etiópia; Malaui; Mali; Moçambique; Quênia; Senegal; Tanzânia; Togo e **Zimbábue**.

d) Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais

Atualmente, o Zimbábue participa pontualmente de atividades de projeto regional na área de alimentação escolar, desenvolvido em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar. O projeto atua, prioritariamente, em favor de 23 países da África e da Ásia.

O Programa apoiou o Zimbábue, em 2014, na realização de uma visita de estudos ao Brasil, em Brasília e Salvador, na Bahia, para participar do seminário "Construindo políticas nacionais para o desenvolvimento social: segurança alimentar, nutrição e alimentação escolar", que apresentou as experiências brasileiras em alimentação escolar, agricultura familiar e redes de proteção social. Em 2016, foram elaborados o Relatório Preliminar e a Análise da Situação para a Estratégia de implementação. Ademais, há a previsão de seguimento do apoio técnico para o desenvolvimento de diferentes etapas de fortalecimento do programa nacional de alimentação escolar.

Em 2017, o país foi apoiado remotamente para avaliação das iniciativas de alimentação escolar e para o plano de implementação da política pública. Ademais, o projeto apoiou a participação de representante do Zimbábue, em 2019, na quarta edição do Dia Africano de Alimentação Escolar em Abidjan, na Costa do Marfim, que contou com 200 participantes de governos, sociedade civil e agências da ONU e participação remota do Presidente do FNDE.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

O Brasil mantém histórico de doações humanitárias destinadas ao Zimbábue. Mais recentemente, em 2019, o Governo brasileiro doou US$ 50 mil, por meio Programa Mundial de Alimentação (PMA), para apoio a ações locais de atendimento a vítimas do ciclone Idai. No mesmo ano, doou 8 mil comprimidos de medicamento antiparasitário Albendazol 400 mg, para atendimento a vítimas do Ciclone Idai, com valor declarado de US$ 134,86.

Cooperação Técnica Sul-Sul Descentralizada (Novas iniciativas)

A EMATER-DF apresentou, em novembro de 2019, por meio do Escritório de Assuntos Internacionais do GDF, interesse em conhecer a experiência zimbabuana na área de profissionalização de práticas de exportação de flores e plantas ornamentais, com vistas à transformação do Distrito Federal em um polo de distribuição internacional de floricultura. Após reuniões técnicas virtuais realizadas entre os técnicos da EMATER-DF e representantes zimbabuanos, sob coordenação da ABC, inclusive na mais recente dessas reuniões, realizada em 25/08/2021, foi discutida a possibilidade de missão técnica brasileira a Harare para elaboração/revisão da proposta final de documento de projeto, bem como a realização de visitas técnicas aos locais de produção e exportação de flores e plantas ornamentais, que deverão ocorrer na semana de 6 a 10 de dezembro de 2021.

POLÍTICA INTERNA

O parlamento do Zimbábue é bicameral. No Senado, há 80 assentos, sendo 60 deles ocupados por representantes diretamente eleitos por voto proporcional, na razão de seis para cada uma das dez províncias, e 16, por representantes eleitos indiretamente por conselhos governamentais regionais. Dois assentos são reservados para chefes de conselho regional, e dois, para membros com deficiências. Os senadores têm cinco anos de mandato. Na Assembleia Nacional, há 270 assentos, sendo: 210 ocupados por membros diretamente eleitos por maioria simples e 60 reservados para mulheres. Os membros da Assembleia também têm cinco anos de mandato.

As últimas eleições legislativas ocorreram em 30/07/2018, tendo a União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF), partido do presidente Emmerson Mnangagwa, assegurado, no Senado, 34 assentos, seguido pelo Movimento por Mudança Democrática – Aliança (MDC Alliance, na sigla em inglês), com 25, e o Movimento por Mudança Democrática – Tsvangirai (MDC-T, na sigla em inglês), com um.

Na Assembleia Nacional, o ZANU-PF levou 179 assentos, o MDC Alliance, 88; o MDC-T, um; a Frente Patriótica Nacional (NPF, na sigla em inglês), um; e houve um voto independente. Do total de parlamentares, 34,3% são mulheres.

No Poder Judiciário, a Corte Suprema consiste de um *chief justice* e quatro juízes. Já a Corte Constitucional possui o *chief justice* e seu substituto, ademais de nove outros juízes.

Os juízes da Corte Suprema são designados pelo presidente da República, sob recomendação da Comissão de Serviço Judicial, órgão independente composto pelo "chief justice", o presidente da Comissão de Serviço Público, o procurador-geral e dois a três membros apontados pelo presidente. Os juízes normalmente trabalham até os 65 anos, mas podem escolher permanecer até os 70 anos. Na Corte Constitucional, os juízes mantêm mandatos de quinze anos não-renováveis.

O atual presidente da República é Emmerson Mnangagwa, escolhido, em novembro de 2017, pelo ZANU-PF, para substituir Robert Mugabe, mandatário do Zimbábue desde a independência, em 1980. Nas eleições de julho de 2018, Mnangagwa foi reconduzido ao cargo, com 50,8% dos votos, seguido de perto por Nelson Chamisa (MDC - Alliance), com 44,3%. Chamisa ainda tentou contestar as eleições judicialmente, mas, em 24/08/2018, Mnangagwa foi oficialmente declarado vencedor por unanimidade pela Corte Suprema.

Para entender a política local, é necessário retornar às raízes da fundação do Zimbábue, quando o atual território zimbabuano pertencia ao Reino Unido, que, em 1923, anexou a porção sul da *British South Africa Company* (BSAC), instituída na região em 1880, criando a Rodésia do Sul.

Em 1961, minoria branca que se encontrava no poder formulou uma constituição que a favorecia. Em 1965, o governo local declarou unilateralmente a independência, criando a Rodésia, processo não reconhecido pelo Reino Unido, que demandava maiores direitos de voto para a população nativa.

Após sanções das Nações Unidas e conflitos armados de guerrilha, cujo fim ocorreu mediante o Acordo de Lancaster House, em 1979, houve eleições livres e, em 1980, foi declarada a independência do Zimbábue. Robert Mugabe tomou a frente do país, inicialmente como primeiro-ministro e, a partir de 1987, como presidente, tendo permanecido no comando do governo zimbabuano até sua queda, em 2017, afastado pelas forças armadas.

Durante o mandato de Mugabe, há que se sublinhar a crise gerada pela campanha de redistribuição de terras. Oficialmente, a reforma teve início em 1980, com a assinatura do Acordo de Lancaster House, como esforço para distribuir de maneira mais igualitária a terra entre fazendeiros negros e brancos, tendo estes historicamente desfrutado de *status* político e econômico superior.

A redistribuição de terras é possivelmente o tema mais crucial do Zimbábue. Recebeu diversas reprovações pela violência com que foi executada, resultando na morte de proprietários e trabalhadores das fazendas que foram alvo da reforma. A política resultou em colapso bancário e foi alvo de críticas da ONU, que identificou falhas no processo de indenização dos antigos donos de terras – algo igualmente demandado pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – e falta de material e pessoal necessários para realizar a redistribuição de maneira ordeira.

Como resultado do processo, houve expressiva queda na produção no campo, causando fome e duradoura crise econômica no Zimbábue, com aumento da pobreza e do trabalho rural informal, inclusive com mão de obra infantil.

Em 2019, o *Commercial Farmers Union* declarou que os fazendeiros brancos que haviam tido terras expropriadas aceitaram compensação provisória de US$ 17 milhões. Em 2020, o governo do Zimbábue anunciou que compensaria o investimento em infraestrutura realizado por aqueles fazendeiros, num total de US$ 3,5 bilhões.

O confisco das terras dos fazendeiros brancos no início da década de 2000 (o *Fast Track Land Reform Programme*) tem sido apontado como a causa central da introdução das sanções econômicas contra o Zimbábue pelos EUA e pela UE. Nesse processo, seguiram-se sanções financeiras contra indivíduos e entidades, restrições a viagens, proibição de transferências de material bélico e serviços de defesa, e suspensão da ajuda não humanitária ao governo zimbabuano. Atualmente, as sanções dos EUA aplicam-se a cem entidades e cidadãos zimbabuanos, incluindo o presidente Emmerson Manangagwa e o ministro da Segurança, Owen Ncube.

De parte da União Europeia, as sanções foram impostas pela primeira vez em fevereiro de 2002, mediante alegadas menções à escalada de violência no Zimbábue, à intimidação de opositores políticos e à repressão contra a imprensa independente. As medidas incluíam, então, o embargo ao comércio de armas e munições, o "congelamento" de ativos e a proibição de viagens, aos estados membros da UE, de pessoas selecionadas, "envolvidas em atividades que ameacem seriamente a democracia, o respeito pelos direitos humanos e o Estado de direito no Zimbábue".

Apesar de protestos do governo do Zimbábue e por parte da SADC contra as sanções, os EUA e a União Europeia mantêm-se firmes em negar que tais medidas sejam os principais responsáveis pelo contexto de estagnação e crise econômica por que passa o país.

Pandemia de Covid-19

A pandemia de Covid-19 tem gerado forte crise no Zimbábue. Dada a persistente precariedade do serviço de testes e a inexatidão dos dados sobre crescente número de cidadãos que retornam (muitos irregularmente) de países vizinhos, os números divulgados não reduzem a grande incerteza quanto à real situação e as perspectivas da pandemia no país.

No contexto da detecção da variante Ômicron do vírus da Covid-19 na região austral da África, o Zimbábue passou a fazer parte da lista de países com restrições temporárias de viagens ao Brasil, segundo a Portaria nº 660 de 27 de novembro de 2021, publicada pela Presidência da República/Casa Civil.

POLÍTICA EXTERNA

O Zimbábue é membro fundador da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e um dos 16 estados-membros da organização, estabelecida em 17 de agosto de 1992. O país, na pessoa do ex-presidente Robert Mugabe, considerado um dos *founding fathers* da organização, exerceu a presidência do bloco no período de 2014 a agosto de 2015. O relacionamento entre o Zimbábue e a SADC foi às vezes conflituoso na era Mugabe, que, não obstante, recebeu diversas homenagens dos países da Comunidade, quando de sua morte, em setembro de 2019.

De agosto de 2019 a agosto de 2020, o Zimbábue ocupou a presidência da "troika" para o órgão da SADC sobre política, defesa e cooperação em segurança. Como expressão de solidariedade ao Zimbábue, os países membros da SADC decidiram, na cúpula de agosto de 2019, declarar o dia 25 de outubro como dia de solidariedade contra as sanções, consideradas ilegais, impostas ao país, e resolveram promover atividades variadas naquele dia para demandar o fim imediato das medidas punitivas.

Os EUA, como nos tempos de Mugabe, continuam a ser denunciados pelo governo como promotor de agenda "anti-Zimbábue" por meio de "divulgação de informações falsas" sobre a situação no país.

ECONOMIA

A economia do Zimbábue é altamente dependente dos setores de mineração e agricultura. Entre 2002 e 2008, houve contínua contração do PIB e processo de hiperinflação. Entre as razões para essa espiral hiperinflacionária, destacam-se a desarticulação do setor agrícola, a queda da arrecadação tributária, a crescente impressão de moeda para financiar os sucessivos déficits públicos e o isolamento quanto aos principais mercados financeiros internacionais em decorrência das sanções norte-americanas e europeias. Em 2009, com taxas de inflação que chegavam a 1.500% ao ano, o governo do Zimbábue decidiu dolarizar a economia e permitir também a circulação de moedas de países vizinhos, como África do Sul e Botsuana, o que conseguiu debelar a hiperinflação, tendo os índices de preço recuado para menos de 10%.

Entre 2009 e 2012, a economia passou a registrar crescimento real de mais de 10% ao ano, antes de cair para baixo dos 3% entre 2013 e 2016, por conta de más colheitas, baixas receitas provenientes da exploração do diamante e da redução da taxa de investimento. Após certa recuperação da atividade econômica no biênio de 2017-18, nos últimos dois anos o PIB retraiu mais de 8%, para o que também contribuiu a pandemia de Covid-19.

De maneira geral, a volatilidade dos preços no setor de mineração e as deficiências de infraestrutura e regulatórias, somadas ao ambiente institucional pouco receptivo a investimentos privados e ao alto endividamento público e externo, têm prejudicado o desenvolvimento econômico do Zimbábue.

Em janeiro de 2015, como parte do esforço do governo de impulsionar o comércio e atrair investimentos estrangeiros, o *Reserve Bank of Zimbabwe* (RBZ) anunciou que o renmimbi chinês, a rúpia indiana, o dólar australiano e o iene japonês seriam aceitos legalmente no país. Em junho de 2019, porém, o RBZ aboliu o sistema de múltiplas moedas e instaurou novo dólar do Zimbábue.

O governo do Zimbábue tem buscado retomar contato com instituições financeiras internacionais. Em outubro de 2016, pagou aproximadamente US$ 108 milhões ao Fundo Monetário Internacional relativos a dívidas anteriores, mas analistas financeiros observam que dificilmente o país logrará novos programas de financiamento, por não dispor ainda de planos para pagar mais de US$ 1,7 bilhões ao Banco Mundial e ao Banco de Desenvolvimento Africano. Ademais, as instituições financeiras internacionais condicionam novos empréstimos a reformas fiscais e estruturais.

Empresas locais exportadoras e importadoras estão tendo seu desempenho afetado de forma negativa em função da crise econômica vivida pelo país.

Em fevereiro de 2020, o Zimbábue aderiu oficialmente à Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA, ou AfCTA, na sigla em inglês), por ocasião da 33ª Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado da União Africana, em Adis Abeba. No entanto, o país é membro do chamado grupo de países do G-6, que apoia a ZLCCA, mas argumenta que possuem desafios de desenvolvimento específicos. Os demais membros do G-6 são a Etiópia, Madagascar, Malauí, Sudão e Zâmbia.

ACORDOS BILATERAIS

1) **Acordo Comercial**
Firmado em Harare, 20/06/1988

2) **Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista Permanente de Cooperação**
Firmado no Rio de Janeiro, 10/09/2006

3) **Acordo de Cooperação Técnica**
Firmado no Rio de Janeiro, 10/09/2006.

4) **Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**
Firmado em Brasília, 11/05/2010.

5) **Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo**
Firmado em Foz do Iguaçu, 08/06/2010.

6) **Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico**
Firmado em Brasília, 16/11/2010.

7) **Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas**
Firmado em Brasília, 16/11/2010.

Acordo em processo de promulgação:

Acordo de Cooperação Cultural
Firmado em Brasília, 16/09/1999.

DAF II, 06/12/2021

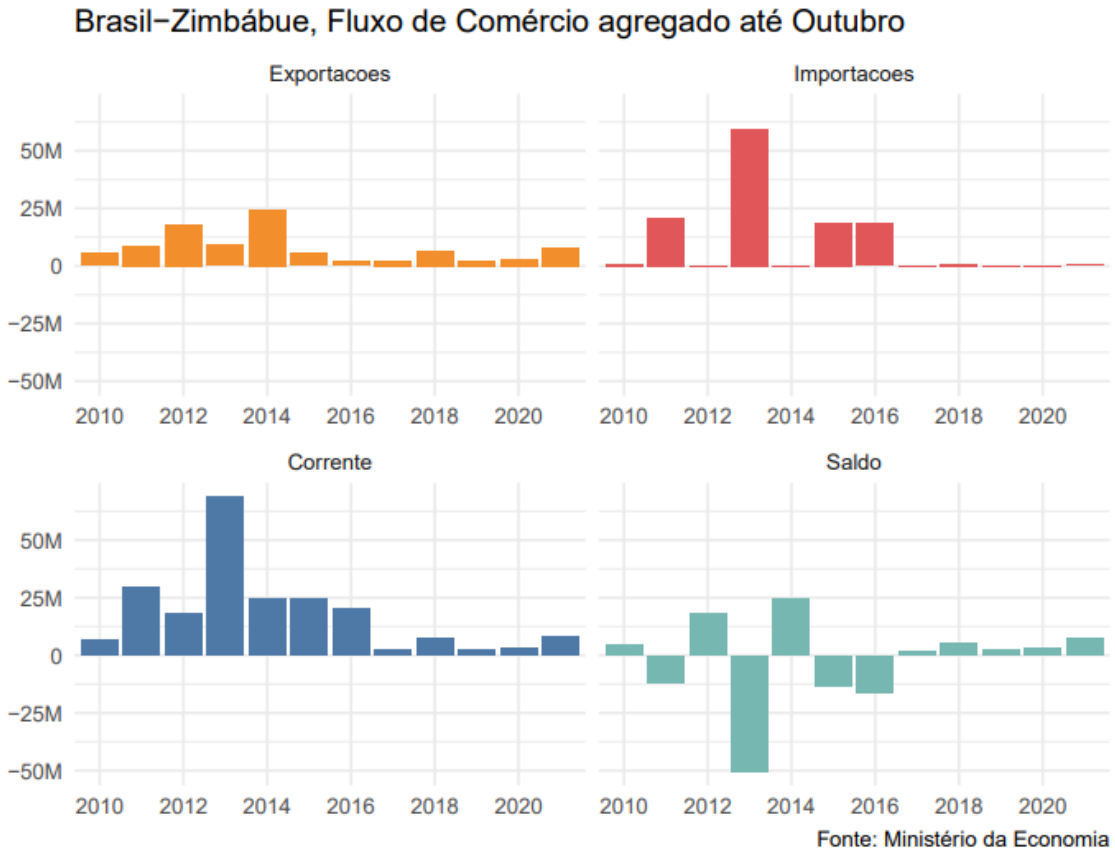
MAPA DO ZIMBÁBUE



DADOS BÁSICOS

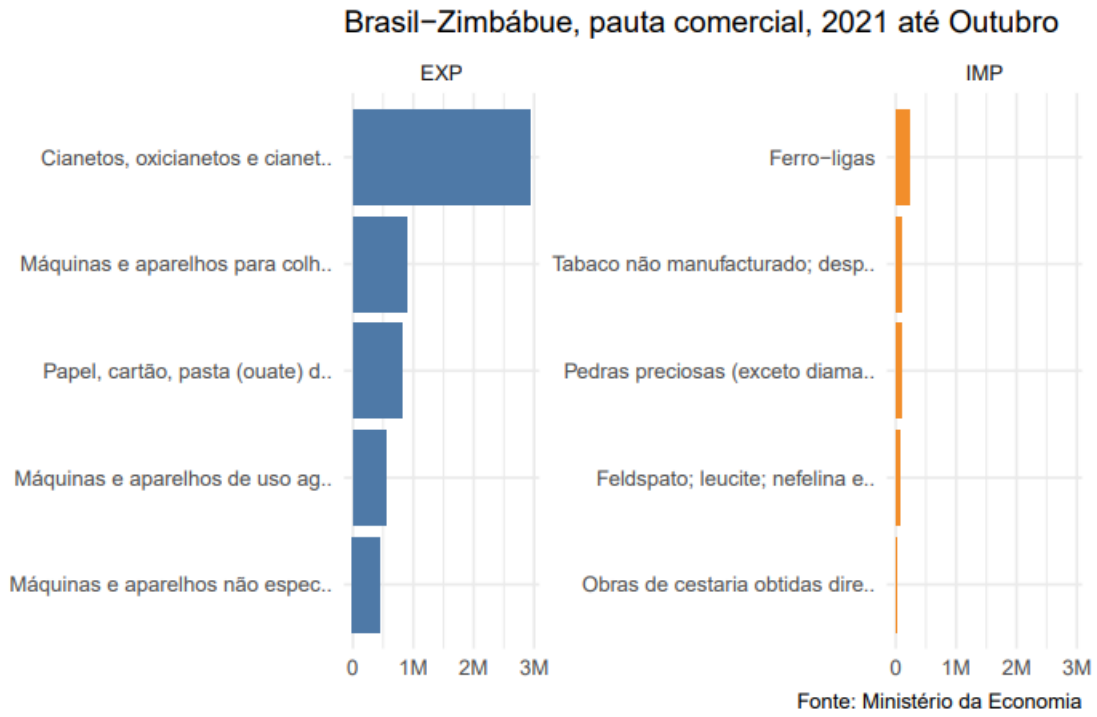
NOME OFICIAL:	República do Zimbábue
CAPITAL:	Harare
ÁREA:	390.757 Km²
POPULAÇÃO (est. 2020):	14,5 milhões
IDIOMAS:	Inglês (oficial), shona, ndebele e 13 outras línguas minoritárias
PRINCIPAIS ETNIAS:	Majoritariamente shona e ndebele
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantes (74,8%), católicos (7,3%), outros cristãos (5,3%), muçulmanos (0,5%) sem religião (10,5%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Emmerson Mnangagwa (desde novembro de 2017, reconduzido em julho de 2018)
CHANCELER:	Frederick Shava (desde 09/02/2021)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado
EMBAIXADOR EM HARARE:	A ser designado
PIB (2020): **PIB PPP (2020):**	US$ 16,77 bilhões US$ 43,03 bilhões
PIB per capita (2020): **PIB PPP per capita (2019):**	US$ 1.128,21 US$ 2.895,42
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar zimbabueano

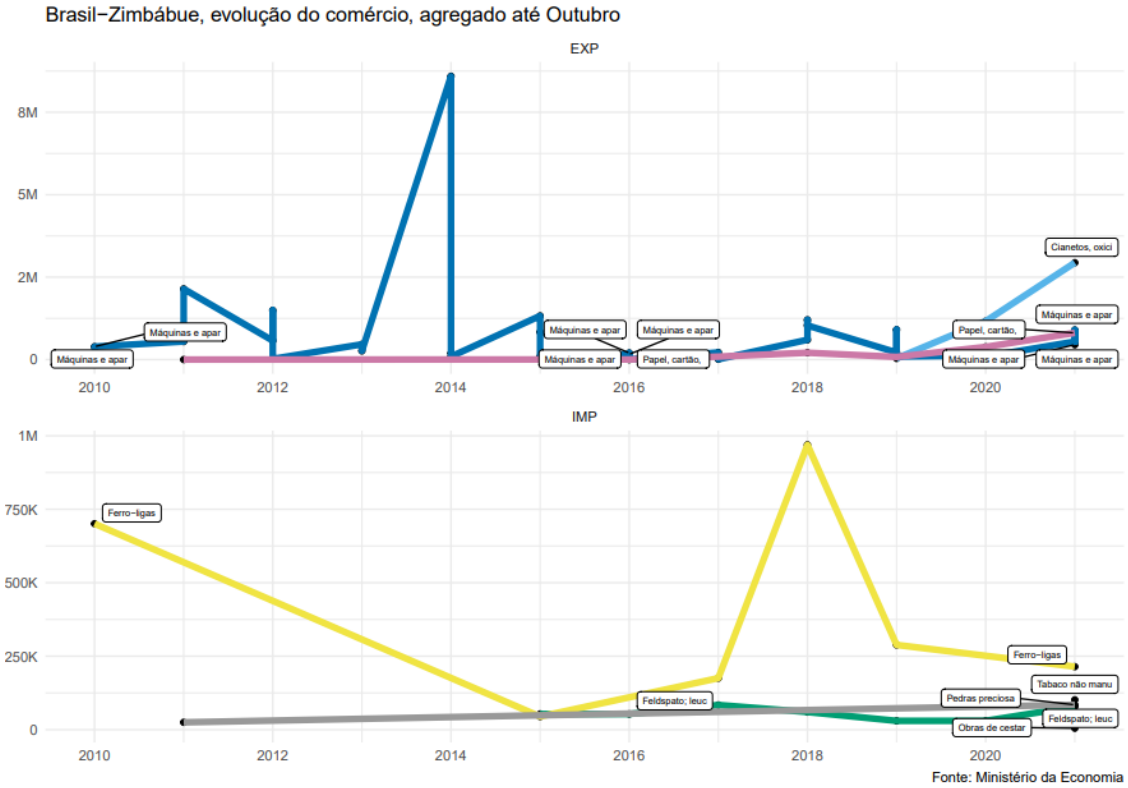
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



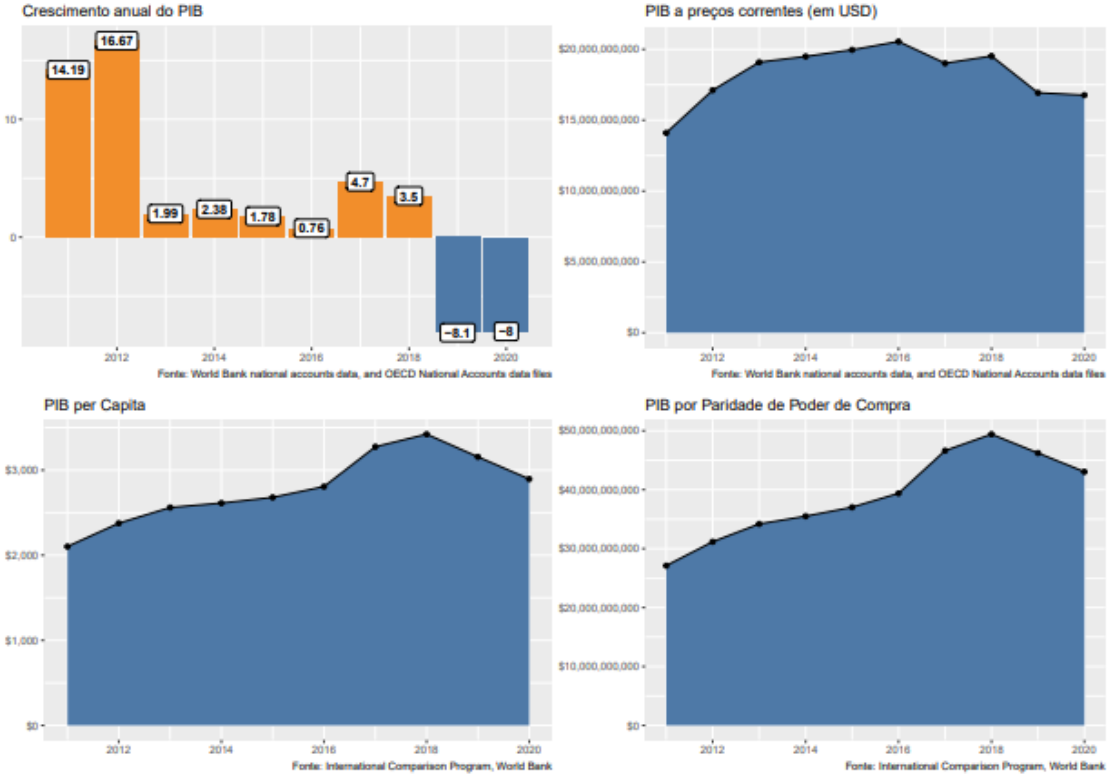
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	8M (165.94%)	3M (21.21%)	3M (-62.60%)	7M (194.56%)	2M (10.17%)
Importacoes	485K (1 494.619%)	30K (-90.725%)	328K (-69.049%)	1M (297.695%)	266K (-98.550%)
Saldo	8M (152.5%)	3M (38.1%)	2M (-61.4%)	6M (180.9%)	2M (-87.7%)
Corrente	9M (179.11%)	3M (8.26%)	3M (-63.48%)	8M (205.37%)	3M (-87.56%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	2M (-62.90%)	6M (-77.33%)	25M (168.79%)	9M (-49.77%)	18M (103.10%)
Importacoes	18M (-2.272%)	19M (44 539.692%)	42K (-99.929%)	60M (723 209.693%)	8K (-99.961%)
Saldo	-16M (-223.2%)	-13M (-154.0%)	25M (-51.4%)	-50M (-377.6%)	18M (52.1%)
Corrente	20M (-16.13%)	24M (-0.94%)	25M (-64.21%)	69M (277.76%)	18M (-39.07%)

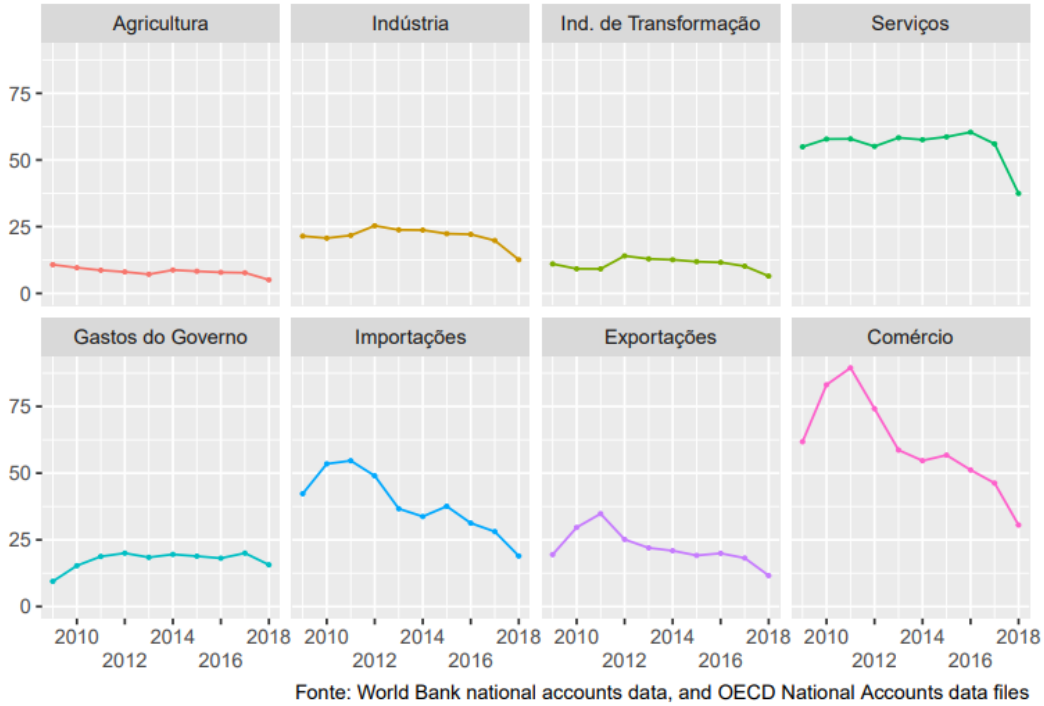

Brasil−Zimbábue, pauta comercial, 2021 até Outubro
EXP
IMP
Cianetos, oxicianetos e cianet..
Máquinas e aparelhos para colh..
Papel, cartão, pasta (ouate) d..
Máquinas e aparelhos de uso ag..
Máquinas e aparelhos não espec..
Ferro−ligas
Tabaco não manufacturado; desp..
Pedras preciosas (exceto diama..
Feldspato; leucite; nefelina e..
Obras de cestaria obtidas dire..
0
1M
2M
3M
Fonte: Ministério da Economia


Brasil−Zimbábue, evolução do comércio, agregado até Outubro
EXP
8M
5M
2M
0
2010
2012
2014
2016
2018
2020
Máquinas e apar
Cianetos, oxici
Papel, cartão,
IMP
1M
750K
500K
250K
0
Ferro−ligas
Feldspato; leuc
Pedras preciosa
Tabaco não manu
Obras de cestar
Fonte: Ministério da Economia

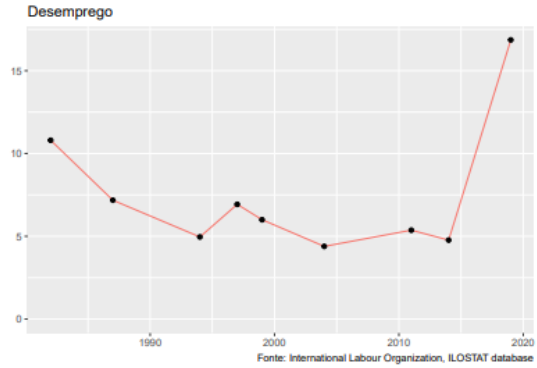
Produto Interno Bruto



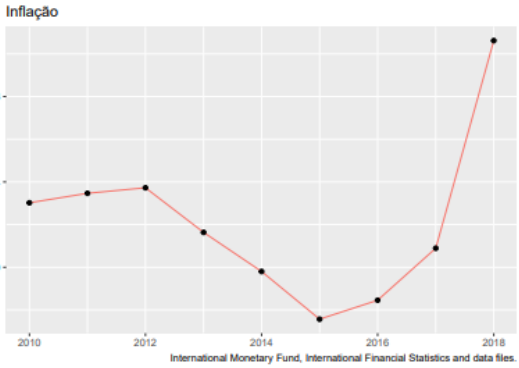
Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Indicadores de Inflação e Desemprego

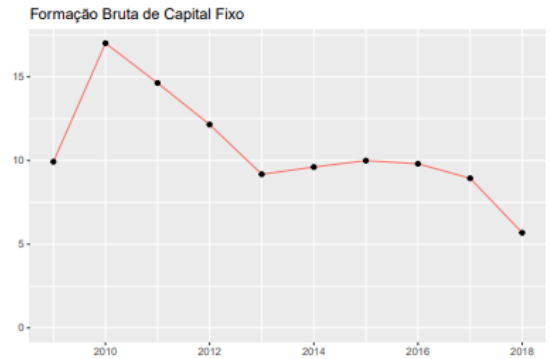


Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

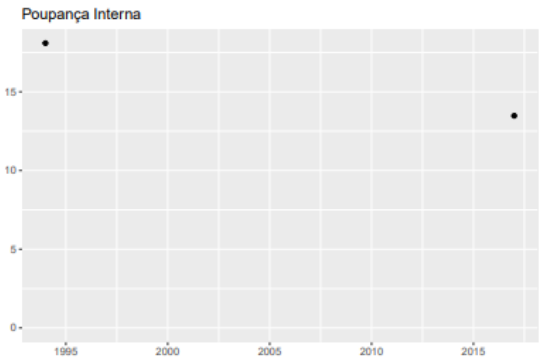


International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files.

Indicadores de Investimento

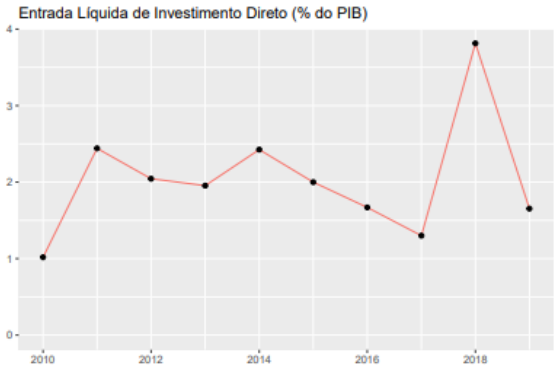


World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

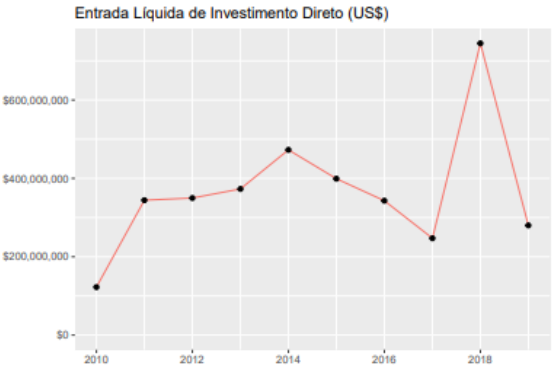


World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

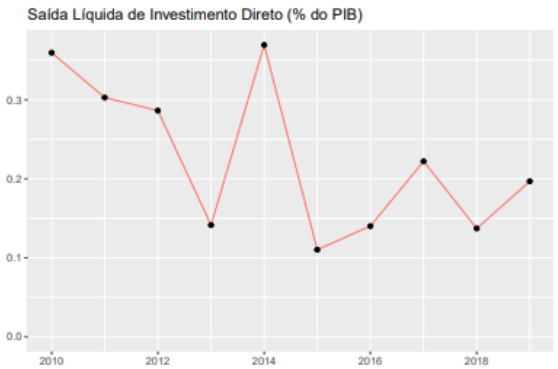
Fluxo de Investimentos



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.



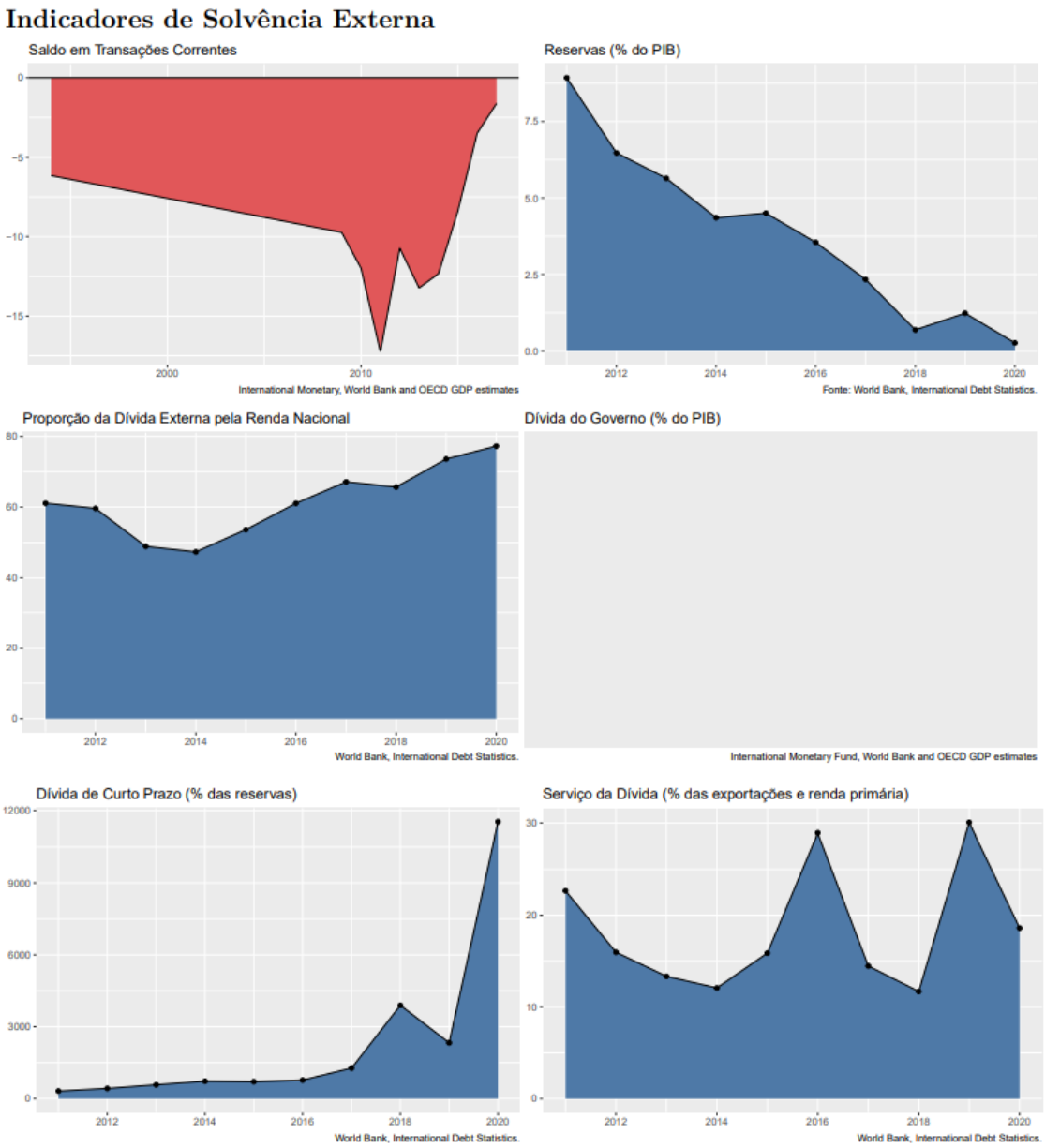
Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.


Indicadores de Solvência Externa
Saldo em Transações Correntes
International Monetary, World Bank and OECD GDP estimates
Reservas (% do PIB)
Fonte: World Bank, International Debt Statistics.
Proporção da Dívida Externa pela Renda Nacional
World Bank, International Debt Statistics.
Dívida do Governo (% do PIB)
International Monetary Fund, World Bank and OECD GDP estimates
Dívida de Curto Prazo (% das reservas)
World Bank, International Debt Statistics.
Serviço da Dívida (% das exportações e renda primária)
World Bank, International Debt Statistics.

EMBAIXADA DO BRASIL EM HARARE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA ANA MARIA PINTO MORALES

Apresento, a seguir, relatório de gestão relativo ao período compreendido desde a assunção da Embaixadora Ana Maria Pinto Morales (23/07/2017 – 01/08/2021) e que inclui a atual encarregatura de negócios do Ministro-Conselheiro José Roberto Procopiak (iniciada em 02/08/2021).

Relações Bilaterais

2. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Zimbábue em 18 de abril de 1980, tendo a Embaixada do Brasil residente em Harare sido aberta em 1987. O Zimbábue abriu Embaixada em Brasília em agosto de 2004, sua primeira representação residente na América do Sul.

3. Em 11 de setembro de 1991, o então presidente Fernando Collor visitou Harare, quando foram discutidos temas como tecnologia e meio ambiente, e foi assinada Declaração Conjunta. A partir desse mesmo ano, teve lugar série de visitas ao Brasil de autoridades zimbabueanas de alto nível. O então presidente Robert Mugabe esteve no Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), em junho de 1992; em 1999, visitou a Embraer, em São José dos Campos, ocasião em que participou de discussões relativas ao combate ao HIV/AIDS, à reforma agrária e à política africana.

4. Em 1996, o vice-presidente Marco Maciel participou em Harare da 6ª Cúpula do G-15. O então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim esteve duas vezes em Harare, em maio de 2003 e em outubro de 2008. A então vice-presidente Joice Mujuru esteve na cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff, acompanhada do então ministro interino dos Negócios Estrangeiros, Herbert Murerwa.

5. Foram realizadas duas sessões da Comissão Mista bilateral, uma em 2009 e outra em 2012. A disponibilidade brasileira em cooperar com o Zimbábue é muito bem-vista pelas lideranças do país.

6. No plano multilateral, o Zimbábue compartilha interesses comuns com o Brasil, em especial a democratização dos grandes organismos internacionais.

Comércio Brasil-Zimbábue

7. A corrente comercial entre Brasil e Zimbábue atingiu, em 2021, US$ 10,8 milhões, com crescimento de 151% em relação ao ano anterior, quando se registrou o total de US$ 4,1 milhões. As exportações do Brasil para o Zimbábue em 2021 alcançaram US$ 10,3 milhões, e as importações do Zimbábue somaram US$ 501,9 mil.

8. Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Zimbábue em 2021, foram: a) cianeto e oxicianeto de sódio; b) farinhas, pós e pellets de carnes; c) pedaços e miudezas de galos/galinhas congelados; d) papel; e) bombas para distribuição de combustíveis; f) secadores para produtos agrícolas; g) grades de discos de uso agrícola; g) semeadores; h)

máquinas de colheita; i) máquinas para a indústria de açúcar; j) máquinas para a fabricação de alimentos; k) máquinas de impressão; e l) tratores.

9. Os principais produtos exportados do Zimbábue para o Brasil em 2021 foram: a) tabaco; b) feldspato; c) pedras preciosas; e d) ferro-cromo.

10. De acordo com estudo do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, os produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado zimbabueano são os seguintes: a) medicamentos; b) milho; c) caminhões; d) aparelhos elétricos para telefonia; e) automóveis de passageiros; f) arroz; g) óleo de soja; h) trigo; i) adubos/fertilizantes; e j) máquinas para processamento de dados.

11. O Zimbábue conta com potencial econômico extraordinário: possui reservas de mais de 40 minerais estratégicos, terras férteis e bem irrigadas, infraestrutura abrangente, parque industrial que pode ser renovado, população instruída e qualificada, posição central no sul do continente, o que poderia torná-lo um "hub" em termos de transporte, telecomunicações e comércio. Altamente dependente da mineração, o Zimbábue é o terceiro maior produtor mundial de platina e o sexto maior produtor mundial de lítio, além de ser relevante produtor de ouro. Outros produtos importantes são o carvão (37° maior produtor mundial) e o tabaco. As exportações zimbabueanas em 2020 atingiram US$ 4,394 bilhões (crescimento de 2,69% em relação a 2019), e as importações, US$ 5,047 bilhões (crescimento de 5,43%).

12. Os principais mercados de exportação do Zimbábue em 2020 foram os seguintes: a) África do Sul (39%); b) Emirados Árabes Unidos (20%); c) Moçambique (9,27%); d) Uganda (2,89%); e) Bélgica (1,65%); f) Zâmbia (1,19%); g) Quênia (1,12%).

13. Os principais mercados de importação em 2020 foram os seguintes: a) África do Sul (49%); b) Singapura (10,8%); c) China (9,32%); d) Índia (3,21%); e) Maurício (3,2%); f) Moçambique (2,7%); g) Zâmbia (2,2%); h) Reino Unido (1,8%); i) Emirados Árabes Unidos (1,41%); e j) Estados Unidos (1,09%).

14. Os principais produtos importados pelo Zimbábue em 2020 foram: a) combustíveis (12,1%); b) milho branco (5,91%); c) energia elétrica (3,04%); d) medicamentos (2,65%); e) óleo de soja (2,54%); f) veículos (2,4%); g) fertilizantes (2,15%); h) arroz (2,1%); i) tratores (2,05%); e j) trigo (2,03%).

Cooperação Técnica Bilateral

15. A cooperação técnica com o Zimbábue está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado em 10 de setembro de 2006, em vigor internacional desde 7 de setembro de 2015.

16. Ao longo do período compreendido por este relatório, encontram-se em execução, em diferentes estágios, os seguintes projetos de cooperação técnica bilateral com o Zimbábue:

a) **BRA/13/008 S-351 “Fortalecimento do Setor da Pecuária de Corte no Zimbábue”.**

Em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), já permitiu a instalação de Unidade Técnica Demonstrativa (UTD) no *Grasslands Research Institute*, com o objetivo de testar a adaptabilidade de seis (6) variedades de gramíneas às condições locais.

Em novembro de 2021, foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, durante a qual foram planejadas as atividades a serem executadas em 2022, bem como discutidas questões relativas ao protocolo de plantio e à irrigação da UTD. Na oportunidade, foi igualmente realizada visita técnica à UTD, com vistas a verificar *in loco* o desenvolvimento das gramíneas plantadas em fevereiro de 2019.

b) Fortalecimento do Setor Algodoeiro Zimbabueano ("Cotton Zimbabwe")

Em novembro de 2018, foi realizada missão de prospecção ao Zimbábue, com o objetivo de reunir subsídios para viabilizar a construção conjunta de projeto de cooperação técnica, a fim de apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva algodão zimbabuana. A missão em questão foi composta por técnicos da EMBRAPA, da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAD/MAPA).

À luz de reestruturações internas do projeto, a ABC convidou a Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG-MG) para integrá-lo.

c) Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão

O projeto em questão foi assinado, em 12 de janeiro de 2021, com o objetivo de identificar variedades de algodão com maior adaptabilidade e resistência às secas e pragas encontradas nos países africanos que integram o projeto, contribuindo, dessa maneira, para o aumento da produtividade algodoeira nos seus territórios.

Para tanto, o documento prevê a participação dos 15 países africanos já beneficiados por projetos bilaterais e regionais de cooperação técnica brasileira em algodão: Benim; Burkina Faso; Burundi; Cameroun; Chade; Cotê d'Ivoire; Etiópia; Malawi; Mali; Moçambique; Quênia; Senegal; Tanzânia; Togo e Zimbábue.

Projetos no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

Em execução:

- Intercâmbio de Experiências e Diálogos de Políticas Públicas para Agricultura Familiar na África, cujo objetivo é contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade das políticas de desenvolvimento rural baseadas no fortalecimento da Agricultura Familiar em países africanos.

Está previsto estudo a ser desenvolvido no Zimbábue, com o objetivo de contribuir para a formulação de estratégias de institucionalização de programas e políticas voltados à identificação e ao apoio à agricultura familiar. Com isso, propugna-se consolidar e ampliar análises já existentes em diálogo com governo, comunidade acadêmica e sociedade civil. A viabilidade e a metodologia do referido estudo deverão ser discutidas no próximo Comitê de Acompanhamento do Projeto (CAP).

Projetos no âmbito do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Em execução:

- Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, em favor de 23 países africanos, incluindo o Zimbábue, executado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). Seu objetivo é reforçar a capacidade e os conhecimentos a nível nacional em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar, bem como apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é a instituição brasileira cooperante. O Programa apoiou o Zimbábue em 2014, na realização de uma visita de estudos ao Brasil, e em 2016 foram elaborados o Relatório Preliminar e a Análise da Situação para a Estratégia de implementação. Ademais, prevê-se continuidade do apoio técnico para o desenvolvimento de diferentes etapas de fortalecimento do programa nacional de alimentação escolar.

- Cooperação Sul-Sul Humanitária para o Fortalecimento de Capacidades Nacionais em Segurança Alimentar e Nutricional, executado em parceria com o PMA, visa a contribuir para a segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis nos países em desenvolvimento parceiros, por meio do apoio ao desenvolvimento de programas e políticas nacionais sustentáveis. A ABC autorizou o desembolso de US$ 50 mil para atender a população do Zimbábue, com vistas a mitigar os efeitos do Ciclone Idai que atingiu este país em março de 2019.

Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais

17. O Zimbábue participa pontualmente de atividades de projeto regional na área de alimentação escolar, desenvolvido em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar. O projeto atua, prioritariamente, em favor de 23 países da África e da Ásia.

18. O Programa apoiou o Zimbábue, em 2014, na realização de uma visita de estudos ao Brasil, em Brasília e Salvador, na Bahia, para participar do seminário "Construindo políticas nacionais para o desenvolvimento social: segurança alimentar, nutrição e alimentação escolar", que apresentou as experiências brasileiras em alimentação escolar, agricultura familiar e redes de proteção social. Em 2016, foram elaborados o Relatório Preliminar e a Análise da Situação para a Estratégia de implementação. Ademais, há a previsão de seguimento do apoio técnico para o desenvolvimento de diferentes etapas de fortalecimento do programa nacional de alimentação escolar.

19. Em 2017, o país foi apoiado remotamente para avaliação das iniciativas de alimentação escolar e para o plano de implementação da política pública. Ademais, o projeto apoiou a participação de representante do Zimbábue, em 2019, na quarta edição do Dia Africano de Alimentação Escolar em Abidjã, em Côte d'Ivoire, que contou com 200 participantes de governos, sociedade civil e agências da ONU e participação remota do Presidente do FNDE.

Cooperação Humanitária

20. O Brasil mantém histórico de doações humanitárias destinadas ao Zimbábue. Mais recentemente, em 2019, o Governo brasileiro (ABC) doou US$ 50 mil, por meio PMA, para apoio a ações locais de atendimento a vítimas do ciclone Idai. No mesmo ano, doou 8 mil comprimidos de medicamento antiparasitário Albendazol 400 mg, para atendimento a vítimas do Ciclone Idai, com valor declarado de US$ 134,86.

Cooperação Técnica Sul-Sul Descentralizada (Novas iniciativas)

21. A EMATER-DF apresentou, em novembro de 2019, por meio do Escritório de Assuntos Internacionais do GDF, interesse em conhecer a experiência zimbabuana na área de profissionalização de práticas de exportação de flores e plantas ornamentais, com vistas à transformação o Distrito Federal em polo de distribuição internacional de floricultura. Após reuniões técnicas virtuais realizadas entre os técnicos da EMATER-DF e representantes zimbabueanos, sob coordenação da ABC, inclusive a mais recente dessas reuniões, realizada em 25/08/2021, foi discutida a possibilidade de missão técnica brasileira a Harare para elaboração/revisão da proposta final de documento de projeto, bem como a realização de visitas técnicas aos locais de produção e exportação de flores e plantas ornamentais.

Política Interna

22. O parlamento do Zimbábue é bicameral. No Senado, há 80 assentos, sendo 60 deles ocupados por representantes diretamente eleitos por voto proporcional, na razão de seis para cada uma das dez províncias, e 16, por representantes eleitos indiretamente por conselhos governamentais regionais. Dois assentos são reservados para chefes de conselho regional, e dois, para membros com deficiências. Os senadores têm cinco anos de mandato. Na Assembleia Nacional, há 270 assentos, sendo: 210 ocupados por membros diretamente eleitos por maioria simples e 60 reservados para mulheres. Os membros da Assembleia também têm cinco anos de mandato.

23. As últimas eleições legislativas ocorreram em 30/07/2018, tendo a União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF, na sigla em inglês), partido do presidente Emmerson Mnangagwa, assegurado, no Senado, 34 assentos, seguido pelo Movimento por Mudança Democrática – Aliança (MDC Alliance, na sigla em inglês), com 25, e o Movimento por Mudança Democrática – Tsvangirai (MDC-T, na sigla em inglês), com um.

24. Na Assembleia Nacional, o ZANU-PF levou 179 assentos, o MDC Alliance, 88; o MDC-T, um; a Frente Patriótica Nacional (NPF, na sigla em inglês), um; e houve um voto independente. Do total de parlamentares, 34,3% são mulheres.

25. No Poder Judiciário, a Corte Suprema consiste de um presidente e quatro juízes. Já a Corte Constitucional é integrada por um presidente e seu substituto, ademais de nove outros juízes.

26. Os juízes da Corte Suprema são designados pelo presidente da República, sob recomendação da Comissão de Serviço Judicial, órgão independente. Os juízes normalmente trabalham até os 65 anos, mas podem escolher permanecer até os 70 anos. Na Corte Constitucional, os juízes cumprem mandatos de quinze anos, vedada recondução.

27. O atual presidente da República é Emmerson Mnangagwa, escolhido, em novembro de 2017, pelo ZANU-PF, para substituir Robert Mugabe, mandatário do Zimbábue desde a independência, em 1980. Nas eleições de julho de 2018, Mnangagwa foi reconduzido ao cargo, com 50,8% dos votos, seguido de perto por Nelson Chamisa (MDC - Alliance), com 44,3% de preferência. Chamisa ainda tentou contestar as eleições judicialmente, mas, em 24/08/2018, Mnangagwa foi oficialmente declarado vencedor por unanimidade pela Corte Suprema.

Política Externa

28. O Zimbábue é membro fundador da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e um dos 16 estados-membros da organização, estabelecida em 17 de agosto de 1992. O país, na pessoa do ex-presidente Robert Mugabe, considerado um dos *founding fathers* da organização, exerceu a presidência do bloco no período de 2014 a agosto de 2015.

29. Como presidente de turno da SADC entre 2014 e 2015, Mugabe promoveu o desenvolvimento e a adoção da "SADC Industrialization Strategy and Roadmap (2015-2063)". Tal estratégia visa transformar as economias da SADC de uma condição de dependentes de matérias-primas para economias que se beneficiam de valor agregado e beneficiamento, e economias impulsionadas por tecnologia.

30. A SADC teve participação ativa nas negociações políticas no país em 2008-2009 entre a oposição "Movement for Democratic Change (MDC), liderado por Morgan Tsvangirai, o "Movement for Democratic Change-Mutambara", encabeçado por Arthur Mutambara, e o partido governista "Zimbabwe African National Union-Patriotic Front" (ZANU-PF), chefiado por Robert Mugabe. Um acordo final foi alcançado em 11 de setembro de 2008, pelo qual Mugabe permaneceria presidente e Tsvangirai se tornaria primeiro-ministro, o MDC controlaria a polícia, o ZANU-PF controlaria o exército, e Mutambara se tornaria vice-primeiro-ministro. Em 15/9/2008, o acordo foi assinado em Harare na presença dos líderes da SADC, pondo fim à crise política.

Economia

31. Depois de ter registrado crescimento real de mais de 10% ao ano entre 2010 e 2013, a economia do Zimbábue cresceu abaixo dos 3% entre 2014 e 2017, por conta de más colheitas, baixas receitas provenientes do diamante e redução no investimento público.

32. Em 2021, a atividade econômica recuperou-se do choque adverso representado pela pandemia de Covid-19, com projeção de crescimento do PIB de 5,1%, após dois anos de retração. Entre os fatores que explicam essa retomada estão o aumento da produção agrícola (boa temporada de chuvas entre 2020 e 2021), aumento da utilização da capacidade instalada no setor industrial, estabilidade dos índices de preço e da taxa de câmbio, expansão do investimento público em infraestrutura e do consumo interno.

33. Para 2022, projeta-se maior expansão da economia, à medida que os impactos negativos da Covid-19 continuem a ceder, o nível das chuvas mantenha o mesmo patamar das temporadas anteriores e os investimentos públicos em infraestrutura (tal como previstos no *National Development Strategy* de 2020) forem mantidos. Ademais, o

aumento da cobertura vacinal tende favorecer a retomada do setor de serviços, em especial o turismo, importante fonte de divisas para o Zimbábue.

34. O Banco Central do Zimbábue divulgou documento sobre política monetária, em que salientou que os fundamentos do setor externo continuaram a exibir resiliência, conforme evidenciado por sólida performance da conta corrente em 2021, a qual teve superávit de US$ 926,8 milhões, o que representa um incremento de 36,6% em relação aos US$ 678,3 milhões registrados em 2020.

35. O país também registrou o maior recebimento de divisas da história, no total de US$ 9,6 bilhões em 2021, um incremento de 53,5% em comparação com 2020, assim distribuída:

- Exportações: US$ 6 bilhões
- Remessas internacionais da diáspora zimbabuana: US$ 1,4 bilhão (aumento de 43%)
- Remessas internacionais de ONGs: US$ 975,1 milhões
- Receita de empréstimos: US$ 876 milhões
- Receita de renda: US$ 118,9 milhões
- Investimentos estrangeiros: US$ 91,1 milhões.

36. Esse desempenho, que superou amplamente o recorde prévio de US$ 7,6 bilhões em 2013, é atribuído a preços elevados de commodities e elevadas remessas internacionais.

37. As exportações de mercadorias cresceram 28% em 2021, para US$ 6 bilhões, impulsionadas por incrementos em exportações de produtos minerais e agrícolas. As exportações de produtos manufaturados permaneceram estagnadas. As exportações de produtos minerais foram a base do aumento das exportações de mercadorias em 2021, crescendo 38,4%, para US$ 5 bilhões. As exportações agrícolas aumentaram 7,7%, para US$ 939,1 milhões, impulsionadas por exportações de tabaco.

38. As importações, por sua vez, cresceram 45,2%, para US$ 6,9 bilhões. As principais importações incluem mercadorias (57%), energia/combustível (13%) e serviços (11%), bem como maquinaria, matérias-primas, óleo cru, óleos comestíveis e fertilizantes. As importações de alimentos diminuíram em função da redução das importações de milho branco, devido à safra recorde.

39. No tocante ao comércio de serviços, continuou a ser impactado negativamente pela pandemia de Covid-19. Em consequência, as exportações de serviços diminuíram 34,9%, de US$ 331,4 milhões em 2020 para US$ 215,9 milhões em 2021, devido à forte contração em viagens, transportes e outras exportações comerciais.

40. No que respeita à venda de ouro, as entregas à “Fidelity Gold Refiners” (FGR) – empresa estatal que é a única autorizada a comprar ouro – cresceram de 19.052,65 kg em 2020 para 29.629,61 kg em 2021. O incremento deve-se basicamente ao incentivo de 5% dado pelo governo às entregas de ao menos 20 kg de ouro à FGR e um aumento de 2% para cada tonelada entregue à FGR. A venda de pequenos produtores também cresceu 98,3% para 18,5 toneladas. A venda dos produtores primários elevou-se em 14,6%, para 11,2 toneladas.

41. Um benefício relevante ocorrido na economia em 2021 foi o recebimento pelo Zimbábue em agosto, a exemplo de todos os países membros do FMI, de Direitos Especiais de Saque no montante de US$ 961 milhões. Segundo o Ministro das Finanças e Desenvolvimento Econômico, Prof. Mthuli Ncube, tais recursos serão aplicados nas seguintes áreas: horticultura, irrigação, cadeias críticas de valor na indústria manufatureira, mineradores de ouro de pequena escala, estabilização do dólar do Zimbábue, setores sociais, grupos vulneráveis, infraestrutura, indústria e turismo.

42. Outro marco importante ocorreu em setembro de 2021, quando o Zimbábue efetuou o primeiro pagamento aos dezessete credores do Clube de Paris em vinte anos, incluindo o Brasil. O total devido alcança US$ 10,7 bilhões, o que corresponde a 70% do PNB do país. O Zimbábue, como se recorda, também pagou os atrasados ao FMI em 2019, no montante de US$ 107,9 milhões, no âmbito do Plano de Lima.

43. Recomenda-se continuar a explorar as possibilidades de ampliação do comércio bilateral com o Zimbábue, uma vez que este país importa praticamente tudo que consome, sobretudo da África do Sul. A integração física com a África meridional e a entrada em vigor da Zona de Comércio Livre Continental Africana também são fatores a serem levados em conta neste exercício.

44. Recomenda-se, ademais, procurar dar continuidade aos programas de cooperação levados a cabo pela ABC, que são um sucesso absoluto e contam com enorme interesse da parte zimbabuana.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM HARARE

Candidato EMBAIXADOR VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Vilmar Rogeiro Coutinho Junior

Nasceu em Santos-SP, em 2 de setembro de 1959. Estudou Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e obteve o título de Pós-Graduação “Diploma in Economics” pela London School of Economics.

Ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1981, tendo sido o sexto colocado na classificação final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Concluiu os cursos regulares exigidos pelo Ministério das Relações Exteriores como requisito para progressão na Carreira de Diplomata, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), em 1990, e o Curso de Altos Estudos (CAE), em 2005, com a tese “A Política Automotiva do MERCOSUL: um novo exercício de equilíbrio de interesses estratégicos”, que recebeu a menção “Muito Bom”.

No Brasil, iniciou a carreira no Itamaraty atuando na área política na Divisão de Oriente Próximo (1983-1984). Em seguida, atuou nas áreas econômica (Divisão de Agricultura e Produtos de Base, 1990-1993), de promoção comercial (onde chefiou a Divisão de Informação Comercial, 2001-2003), e de integração regional (onde chefiou a Divisão do MERCOSUL, 2005- 2007). Atuou também como assessor para assuntos internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2000-2001), do Ministério de Minas e Energia (2010-2013) e do Ministério do Esporte (2013-2015). Exerceu a função de Coordenador Nacional do Brasil ante a Comissão de Comércio do MERCOSUL (2005-2006).

No exterior, o embaixador Coutinho serviu em missões permanentes nas Embaixadas do Brasil em Argel (1984-1986), Pretória (1996-2000) e Havana (2007-2010). Também cumpriu missões provisórias na Embaixadas no Kuwait (1992), na Costa do Marfim (2001) e no Mali (2016). Serviu na Delegação Permanente do Brasil ante os Organismos Internacionais Sediados em Londres – DELBRASLON (1986 a 1990) e no Setor de Agricultura e Produtos de Base da Embaixada do Brasil em Londres (1993-1996), quando atuou como delegado do Brasil perante a Organização Marítima Internacional (IMO), a Organização Internacional do Café (ICO), a Organização Internacional do Açúcar (ISO) e a Organização Internacional do Cacau (ICCO). Foi Presidente do Conselho Internacional do Açúcar em 1995. Esteve lotado na Delegação do Brasil perante a ALADI e o MERCOSUL em Montevidéu (2003-2005). Exerceu a Presidência da Comissão de Comércio do MERCOSUL em 2005. Foi nomeado em 2017 Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira

2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior

3. Prestar serviços consulares de qualidade

4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais

5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais

6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior

7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior

8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com insumos para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo Presidente da República, a fim de promover, defender e representar os interesses

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

do Brasil no Zimbábue, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar o relacionamento político entre o Brasil e o Zimbábue e fortalecer a parceria em áreas multilaterais de interesse dos dois países, fazendo, para tanto, o acompanhamento das políticas interna e externa do Zimbábue, com particular atenção a questões que possam ter impacto sobre as relações com o Brasil.

2. Promover produtos e serviços brasileiros no Zimbábue em apoio a empresas exportadoras brasileiras e buscar atrair a atenção de outros potenciais exportadores brasileiros para oportunidades comerciais identificadas no mercado zimbabueano.

3. Identificar e avaliar oportunidades de intercâmbio de investimentos entre o Brasil e o Zimbábue.

4. Explorar e estimular oportunidades de cooperação técnica bilateral, em especial nos setores agropecuário e de mineração.

5. Promover a imagem e a cultura do Brasil no Zimbábue, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, bem como a língua portuguesa na variante brasileira.

6. Promover o intercâmbio acadêmico e educacional entre o Brasil e o Zimbábue, estimulando contatos entre comunidades acadêmicas e científicas dos dois países e divulgando oportunidades de formação em instituições de ensino brasileiras, com benefício para a imagem do Brasil e para a difusão da cultura brasileira entre os zimbabueanos.

7. Prover serviços de atendimento consular de qualidade aos cidadãos brasileiros residentes ou de passagem pelo Zimbábue.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover o incremento e a diversificação do comércio bilateral

- Multiplicar os contatos com autoridades e entidades empresariais do Zimbábue com vistas à identificação de oportunidades comerciais em benefício de exportadores brasileiros;
- Manter contatos com entidades empresariais e empresas brasileiras para informá-las a respeito das oportunidades comerciais identificadas;
- Promover e estimular contatos e encontros entre entidades empresariais e empresas dos dois países, bem como a participação

brasileira em feiras e outros eventos de promoção comercial realizados no Zimbábue;
- Elaborar e/ou encomendar estudos exploratórios de complementaridade entre as duas economias;
- Promover parcerias com entidades e empresas zimbabueanos interessadas e com a comunidade brasileira residente no Zimbábue e em países vizinhos (particularmente África do Sul, Moçambique e Angola) com vistas a auxiliar os esforços de promoção de exportações brasileiras para o Zimbábue.

2. Identificar oportunidades de intercâmbio de investimentos

- Multiplicar os contatos com autoridades e entidades empresariais do Zimbábue com vistas à identificação de oportunidades de intercâmbio de investimentos entre os dois países, com ênfase nos setores de agricultura e mineração;
- Aprofundar a interlocução com o governo zimbabueano, para promover medidas voltadas a facilitar o intercâmbio de investimentos entre os dois países;
- Fazer o acompanhamento da conjuntura econômica do Zimbábue, a fim de identificar oportunidades de aprofundamento do relacionamento econômico e comercial com o Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de atendimentos de consultas de inteligência comercial prestados pela Embaixada

2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio

3) Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições e rodadas de negócio) organizados pela ou com a participação da Embaixada

4) Número de encontros com autoridades do Zimbábue para tratar de assuntos relacionados à facilitação do relacionamento comercial bilateral e do intercâmbio de investimentos entre os dois países

5) Número de relatórios de acompanhamento da economia do Zimbábue e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência

- Fazer o acompanhamento da política externa e da política interna do Zimbábue, com particular atenção a desdobramentos que possam ter impacto sobre o relacionamento bilateral com o Brasil

2. Aprofundar o diálogo político entre o Brasil e o Zimbábue

- Buscar reativar e estimular o funcionamento dos mecanismos de consultas bilaterais de forma a fortalecer o diálogo político bilateral

3. Promover a concertação em assuntos internacionais de interesse dos dois países

- Efetuar gestões de alto nível junto a autoridades do Zimbábue em linha com as orientações emanadas do Ministério das Relações Exteriores

4. Apoiar e buscar expandir e diversificar projetos bilaterais de cooperação técnica

- Prestar apoio e intermediar contatos para auxiliar a execução dos projetos de cooperação técnica em curso ou em fase de negociação com o Zimbábue, bem como estabelecer contatos com setores zimbabueanos e brasileiros potencialmente interessados em compartilhar experiências e promover novos projetos conjuntos de cooperação técnica

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa do Zimbábue

2) Número de reuniões e contatos com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa zimbabueanas

3) Número de reuniões de consultas políticas com autoridades do Zimbábue, em formato presencial ou virtual, para tratar de assuntos políticos

4) Número de reuniões de contatos com autoridades do Zimbábue e entidades privadas, em formato presencial ou virtual, para identificação de oportunidades de estabelecimento de novos projetos bilaterais de cooperação técnica

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a concertação de posições em organismos internacionais

- Fazer gestões no mais alto nível possível para promover a concertação de posições entre o Brasil e o Zimbábue em temas tratados em organismos internacionais

2. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- Fazer gestões no mais alto nível a fim de obter apoio do Zimbábue a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de reuniões com representantes do governo do Zimbábue para promover a concertação política em temas tratados em organismos internacionais e em favor de candidaturas internacionais do Brasil

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Divulgar a imagem do Brasil e a diversidade das expressões culturais brasileiras

- Promover a articulação com potenciais parceiros no Brasil e no Zimbábue, com vistas a realizar, conforme a disponibilidade orçamentário-financeira do Ministério das Relações Exteriores e a captação de patrocínios, eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, tais como apresentações musicais e exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação junto ao público zimbabueano de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos, entre outros
- Realizar palestras, apresentações e outros eventos públicos sobre temas diversos acerca da sociedade e da cultura brasileiras em instituições de ensino e pesquisa, meios de comunicação e canais digitais para ampliar o conhecimento do público zimbabueano sobre o Brasil, buscando, onde factível, envolver a comunidade brasileira residente no Zimbábue
- Divulgar a variante brasileira da língua portuguesa no Zimbábue para o público interessado
- Utilizar canais digitais da Embaixada para divulgar informações gerais sobre o Brasil, de modo a promover maior conhecimento a seu respeito, bem como sua imagem

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número eventos, reuniões e contatos realizados pela Embaixada para a promoção da imagem do brasil e de suas expressões culturais

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a ampliação dos contatos entre entidades governamentais, privadas e da sociedade civil afetas à proteção do meio ambiente

- Estabelecer contatos com entidades governamentais, privadas e da sociedade civil do Zimbábue com interesse na área da proteção ao meio ambiente, estimulando contatos e encontros com vistas ao intercâmbio de informações e possíveis ações conjuntas com suas contrapartes brasileiras

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número eventos, reuniões e contatos realizados ou intermediados pela Embaixada para a promover a aproximação e a cooperação entre entidades dos dois países com interesse em iniciativas de proteção ao meio ambiente

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Estabelecer contatos com setores governamentais e privados zimbabueanos e brasileiros potencialmente interessados em compartilhar experiências e promover a cooperação em temas de ciência, tecnologia e inovação

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de contatos a fim de promover a aproximação entre entidades brasileiras e zimbabueanas envolvidas em atividades ligadas à pesquisa ou aplicação de soluções nas áreas de ciência, tecnologia e inovação

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar o intercâmbio acadêmico
   - Divulgar oportunidades de formação e capacitação profissional ou técnica no Brasil a estudantes zimbabueanos e a entidades governamentais e privadas interessadas
   - Promover contatos e estimular encontros e intercâmbio de visitas e informações entre entidades acadêmicas brasileiras e zimbabueanas
   - Promover a diplomacia bilateral na área da saúde
   - Estimular contatos entre entidades do setor de saúde do Brasil e do Zimbábue com vistas à cooperação e intercâmbio de informações de interesse dos dois países
2. Explorar oportunidades de cooperação e intercâmbio na área da defesa
   - Estabelecer contatos com autoridades governamentais e militares do Zimbábue a fim de explorar possíveis oportunidades de cooperação e intercâmbio

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de estudantes zimbabueanos em instituições de ensino ou de formação profissional ou técnica no Brasil

2) Número de contatos, eventos, seminários, webinários e ações, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para promover a aproximação das comunidades acadêmicas e científicas dos dois países

3) Número de relatos e registros de ações de colaboração na área da saúde

4) Número de contatos na área da defesa

VIII - Cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Cooperação em matéria de políticas de inclusão social
   - Produzir informações e facilitar contatos e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais em matéria de políticas de inclusão social de interesse dos dois países

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito de experiências locais em matéria de políticas de inclusão social

2) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhados pela Embaixada

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira no Zimbábue
2. Manter contatos regulares com a comunidade brasileira residente no Zimbábue para prestar ou beneficiar-se de auxílio para contornar dificuldades e promover eventos de difusão da imagem e da cultura brasileiras
3. Utilizar os canais digitais da Embaixada para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira, buscando integrá-la, quando factível, em iniciativas da Embaixada

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda

2) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda

3) Tempo de espera para a prestação de serviços

4) Tempo de permanência do cidadão no setor consular

5) Número de comunicações de informação para a comunidade brasileira, em especial em situações de crise ou catástrofes naturais

6) Número de visitas e auxílios a nacionais presos e/ou desvalidos

7) Número de seguidores das redes sociais do posto

RELATÓRIO Nº , DE 2022

SF/22029.33942-06

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 10, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue*.

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que é filho de Vilmar Rogeiro Coutinho e Olga Bernardo Coutinho, tendo nascido em Santos-SP, em 2 de setembro de 1959.

Seu ingresso no Instituto Rio Branco ocorreu em 1982, ano em que frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 1990, concluiu Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2005, Curso de Altos Estudos, com a dissertação “A Política Automotiva do MERCOSUL: Um Novo Exercício de Equilíbrio de Interesses Estratégicos”.

Em 1989, obteve o "Diploma in Economics" da *London School of Economics* (LSE).

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata indicado, no Brasil, destacam-se as de Chefe da Divisão de Inteligência Comercial (2001-2002); Coordenador-Geral do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (2002); Chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul (2005 a 2007); Assessor Especial do Ministério das Minas e Energia (2010-2013); Assessor do Ministério do Esporte (2013-2015); e Chefe da Divisão da Ásia Central (2015-2016). No exterior, serviu, entre outros postos, na Embaixada em Londres, por duas vezes (1986-1989 e 1993-1996), na Embaixada em Pretoria (1996-2000); na Embaixada em Havana (2007-2010); e na Embaixada em São Tomé e Príncipe (desde 2017).

SF/22029.33942-06

Foi, ainda, agraciado com a Ordem de Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, no grau de Grande Oficial (2010).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Zimbábue.

Brasil e Zimbábue estabeleceram relações diplomáticas em 18 de abril de 1980. A embaixada residente em Harare foi aberta em 1987. Em Brasília, o Zimbábue estabeleceu sua primeira representação residente na América do Sul, em 2004.

Desde 1991, ocorreram visitas de alto nível de autoridades zimbabuanas ao Brasil. A I Comista Brasil-Zimbábue aconteceu no ano de 2009 e a segunda edição no ano de 2012.

Aspectos do cenário econômico do Zimbábue, marcado por infraestrutura precária, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, constituem entraves para as trocas comerciais com o Brasil. Assim, em 2020, a corrente de comércio entre os dois países foi de US$ 4 milhões e, em 2021, foi de US$ 9 milhões, basicamente composta de exportações do Brasil para o Zimbábue.

Vale, porém, o registro do potencial econômico do Zimbábue: o país, cuja posição central no sul do continente pode torná-lo um *hub* em termos de transporte, telecomunicações e comércio, conta com mais de 40

jazidas de minerais estratégicos, terras férteis e bem irrigadas. Ademais, detém ampla infraestrutura que pode vir a ser recuperada em curto prazo, bem como parque industrial que pode ser renovado e população com bom nível de instrução e qualificação.

Importante lembrar que atualmente as relações bilaterais são marcadas sobretudo pelas ações de cooperação desenvolvidas pela ABC, nos campos técnico e humanitário, com destaque para projetos voltados para o fortalecimento dos setores da pecuária de corte e do algodão no Zimbábue;

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/22029.33942-06

5

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *JANDYR FERREIRA DOS SANTOS*
CPF.: 027.998.437-51
ID.: 31436044 – SSP PR

1975	Filho de Jandyr Ferreira dos Santos e Maria Elmary Marchesini Moss Ferreira dos Santos, nasce 15 de março, em Coimbra, Portugal (brasileiro de acordo com o artigo 145, Inciso I, Letra C, da Emenda Constitucional de 1969)
Dados Acadêmicos:	
1992-1994	Colégio Naval, Marinha do Brasil, Angra dos Reis/RJ
1996-1999	Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR
2000	CGEnsino IRBr;
2002	PROFA I, IRBr
2003	Programa de Fellowship das Nações Unidas em Desarmamento
2007	CAD - IRBr
2011	CAE - IRBr - Tese intitulada "O Acordo de Cooperação Nuclear Civil Índia-EUA e o Regime Multilateral de Desarmamento e Não-Proliferação Nuclear: desafios e oportunidades para a atuação diplomática brasileira"
Cargos:	
2000	Terceiro-secretário
2005	Segundo-secretário
2008	Primeiro-secretário, por merecimento
2010	Conselheiro, por merecimento
2018	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
2002	Embaixada em Buenos Aires, Estágio profissionalizante - Instituto Rio Branco
2002-2006	Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (DDS), assistente e subchefe
2003	Missão junto à ONU, Nova York, terceiro-secretário em missão transitória;
2003	III sessão do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas sobre Rastreamento de Armas Pequenas e Armamento Leve, Nova York, chefe de delegação
2005	Missão junto à ONU, Nova York, Terceiro Secretário em missão transitória. Assessor do Presidente da VII Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), Embaixador Sergio de Queiroz Duarte
2006-2009	Missão junto à ONU, Nova York, segundo e primeiro secretário
2006	I, II e III sessão do Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas sobre o Registro de Armas Convencionais, Nova York, Chefe de delegaçã
2009-2010	Embaixada em Nova Delhi, primeiro-secretário
2010-2012	Embaixada em Maputo, primeiro-secretário e conselheiro
2012-2014	Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social (SECOM), diretor de Relações Públicas no Exterior
2014	Membro do Grupo de Coordenação da Transição IANA ("IANA Transition Coordination Group - ICG") da "Internet Corporation for Assigned Names and Numbers - ICANN", em representação da América Latina e Caribe
2014-2016	Divisão da Sociedade da Informação (DI), chefe
2016-2018	Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC), chefe
2018/2019	Embaixada em Beirute, ministro-conselheiro
2019-2020	Embaixada em Beirute, encarregado de negócios, ai.
2021-	Embaixada em Beirute, ministro-conselheiro

Condecorações	
2018	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2018	Medalha Amigo da Marinha, Brasil
2019	Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 88, DE 2021

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JANDYR FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 656

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de dezembro de 2021.

EM nº 00259/2021 MRE

Brasília, 25 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 990/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 02 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **JANDYR FERREIRA DOS SANTOS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos**

388

Documento assinado com certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 02/12/2021, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3044939** e o código CRC **8C732FDC** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009290/2021-80 SEI nº 3044939

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 –- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DA ETIÓPIA







MAÇO BÁSICO
Ostensivo
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Democrática Federal da Etiópia
GENTÍLICO	Etíope
CAPITAL	Adis Abeba
ÁREA	1 104 300 km²
POPULAÇÃO	112 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2019)
LÍNGUAS OFICIAIS	Amárico, oromo, afar, somali e inglês (a primeira é língua oficial desde 1930; as cinco últimas, desde 2020)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos ortodoxos (43,5%), muçulmanos (33,9%), cristãos protestantes (18,6%), animistas (2,6%), outras (1,4%) (Censo, 2007)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federativa Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Casa da Federação (*Yefedereshein Mikir Bete*) com 153 assentos para mandatos de 5 anos, e Casa dos Representantes do Povo (*Yehizb Tewokayoch Mekir Bete*) com 547 eleitos diretamente por 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Presidente Sahle-Work Zewde (desde outubro de 2018)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abiy Ahmed (desde abril de 2018, reconduzido em outubro de 2021)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Demeke Makonnen (desde novembro de 2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2020)	US$ 95,59 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US$ 272,02 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2020)	1,9% (2020); 9% (2019); 7,7% (2018); 10,1% (2017); 8% (2016); 10,4% (2015); 10,3% (2014);
PIB PER CAPITA (FMI, 2020)	US$ 974,09
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2020)	US$ 2 770,00
IDH (PNUD, 2019)	0,485; (173ª na classificação)
EXPECTATIVA DE VIDA (CIA, 2021)	67,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (CIA, 2021)	51,8%
DESEMPREGO (PNUD, 2019)	2,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Birr (USD 1 = ETB 40,25)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Yalew Abate Reta (desde 2018)
EMBAIXADOR EM ADIS ABEBA	Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso (desde 2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – FONTE: COMEX

BRASIL ETIÓPIA	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	48,5	34,3	55,4	62,8	20,8	22,1	13,7	30,6	25,9	8,0	11,7
Exportações	48,4	34,2	55,2	62,7	20,6	22,0	13,6	30,3	25,8	7,9	11,6
Importações	0,04	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,06	0,1	0,1
Saldo	**48,4**	**34,2**	**55,0**	**62,7**	**20,5**	**21,9**	**13,6**	**29,9**	**25,7**	**7,8**	**11,5**

PERFIS BIOGRÁFICOS

SAHLE-WORK ZEWDE
Chefe de Estado
Presidente



Nasceu em Adis Abeba, em 21 de fevereiro de 1950. Graduou-se em Ciências Naturais pela Universidade de Montpellier (França) antes de ingressar no serviço diplomático etíope. Como diplomata, chefiou as embaixadas da Etiópia no Senegal, no Djibuti e na França, além de ter sido representante permanente etíope na UNESCO. Serviu, ainda, como representante permanente da Etiópia na União Africana (UA) e na Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA).

Exerceu também funções na Organização das Nações Unidas (ONU) como representante especial do SGNU na República Centro Africana, Diretora-Geral do Escritório da ONU em Nairóbi e Chefe do Escritório das Nações Unidas na União Africana.

Em outubro de 2018, Sahle-Work foi eleita pelo parlamento etíope como Presidente da Etiópia, a primeira mulher a exercer o cargo no país.

ABIY AHMED ALI
Chefe de Governo
Primeiro-Ministro



Nasceu em Beshasa, na Estado Regional Nacional de Oromia, em 15 de agosto de 1976. Graduado em Ciências da Computação, é doutor em Mediação de Conflitos pela Universidade de Adis Abeba. Ingressou na carreira militar em 1993, e atuou nas áreas de inteligência e de comunicação, tendo sido reformado com a patente de coronel. Abiy Ahmed iniciou sua carreira política na Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO, na sigla em inglês), partido no poder na região de Oromia desde 1993 e então integrante da Frente Democrática Revolucionária dos Povos da Etiópia (EPRDF, na sigla em inglês). Em 2010, foi eleito membro do Parlamento. Em 2015, foi reeleito. No mesmo ano, assumiu o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia. Em abril de 2018, após renúncia de Hailemariam Desalegn, ascendeu ao cargo de primeiro-ministro. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 2019, por haver liderado a reaproximação entre seu país e a Eritreia, pondo termo à longa disputa de fronteira entre os dois países.

DEMEKE MEKONNEN
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Vice-primeiro-ministro



Nasceu na província de Gojame, atualmente parte do Estado Regional Nacional de Amara, em 1963. É formado em Biologia pela Universidade de Adis Abeba, com mestrado em Ciência Política pela Universidade de Bradford (Inglaterra). É vice-presidente do Partido da Prosperidade (PP), fundado pelo primeiro-ministro Abiy Ahmed em 2019, após dissolver a Frente Democrática Revolucionária dos Povos da Etiópia (EPRDF), que governou o país entre 1991 e 2019. Entre 2010 e 2019, liderou o Partido Democrático Amara, que integrava o EPRDF. Atuou também como ministro da Educação de 2010 a 2014. Além de ministro dos Negócios Estrangeiros, acumula o cargo de vice-primeiro-ministro da Etiópia, função que exerce desde 2012.

Em abril de 2014, na qualidade de vice-primeiro-ministro, Mekonnen liderou delegação etíope da área de ciência e tecnologia, interessada em conhecer o Programa Espacial Brasileiro e as políticas públicas implementadas na área. Em Brasília, Mekonnen manteve reuniões de trabalho no Ministério da Ciência e Tecnologia, na Agência Espacial Brasileira, no CNPq e na Embrapa.

APRESENTAÇÃO

A República Federal Democrática da Etiópia está situada na África Oriental, na sub-região do Chifre da África. É o país de maior peso nessa área, próxima do Oriente Médio e banhada pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Áden, por onde passam movimentadas rotas marítimas ligando o Oceano Índico ao Mar Mediterrâneo, por meio do Canal de Suez.

A Etiópia faz fronteira com a Eritreia, ao norte; com o Djibuti e a Somália, a leste; com esta e o Quênia, ao sul; e com o Sudão do Sul e o Sudão, a oeste. Desde a independência da Eritreia, em 1993, o país não tem acesso ao mar, utilizando-se, sobretudo, do Porto de Djibuti para suas trocas comerciais.

País de longa história, as origens da Etiópia remontam ao Reino de Axum (80 a.C. até 825 d.C.), uma das mais ricas civilizações da antiguidade tardia, ao lado da China, da Pérsia, do Egito e de Roma. O Rei Ezana, de Axum, adotou o cristianismo como religião oficial em princípios do século IV d.C., o que faz da Etiópia a segunda nação cristã mais antiga do mundo, depois da Armênia.

Durante o domínio colonial europeu na África, a Etiópia foi o único país do continente a manter-se independente, à exceção do curto período de ocupação italiana (1936-1941). Desse modo, logrou tornar-se membro da Sociedade das Nações e, posteriormente, membro fundador da Organização das Nações Unidas. Durante a descolonização, muitas nações africanas adotaram as cores da Etiópia em suas próprias bandeiras nacionais, e Adis Abeba foi escolhida como sede das organizações pan-africanas, a Organização da Unidade Africana (OUA) e sua sucessora, a União Africana (UA).

Com estimados 112 milhões de habitantes, a Etiópia é o segundo país mais populoso da África e a sétima maior economia do continente. Tem figurado entre os países com maior crescimento econômico no mundo, o que tem permitido ao país avançar na redução da pobreza. Entre 2004 e 2019, a média da taxa de crescimento anual do PIB etíope foi de 10,3%.

Adis Abeba é conhecida como a “capital diplomática” do continente, devido ao histórico de sua diplomacia, ao fato de ser sede da UA e à promoção de estabilidade securitária em seu entorno regional.

Para o Brasil, essas credenciais vêm tornando a Etiópia parceiro de crescente relevância no continente africano. A Etiópia, por sua vez, identifica o Brasil como importante parceiro, entre os países emergentes.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Etiópia estabeleceram relações diplomáticas em 1951. Em maio daquele ano foi criada a Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, funcionando cumulativamente com a Legação do Brasil no Cairo. Em julho de 1956, a sede da Legação foi transferida para Beirute. Em 1961, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba, mas o primeiro embaixador foi designado apenas em 1967. Em 1970, contudo, a embaixada foi desativada, e a representação brasileira junto ao país voltou a ter caráter cumulativo. A Embaixada do Brasil em Adis Abeba foi reaberta em 2005. A Etiópia, por sua vez, estabeleceu embaixada residente no Brasil em 2011, a primeira do país na América do Sul. Em outubro de 2021, a Embaixada da Etiópia em Brasília foi fechada temporariamente, no âmbito de ampla reestruturação empreendida pela Chancelaria etíope, que resultou no fechamento de 31 das 61 missões diplomáticas que aquele país mantinha no exterior.

Até a década de 2000, registraram-se esparsas visitas de alto nível entre os dois países, com destaque para a visita do Imperador Haile Selassie I (1930-1974) ao Brasil, em dezembro de 1960, ocasião em que foi recebido pelo presidente Juscelino Kubitschek. Durante sua estada em território brasileiro, ocorreu tentativa frustrada de golpe de estado na Etiópia, que obrigou o imperador etíope a retornar antecipadamente a seu país.

A reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba, em 2005, deu novo impulso ao relacionamento bilateral e inaugurou processo de intensificação da troca de visitas de alto nível. A iniciativa brasileira teve importância não apenas para o estreitamento das relações com a Etiópia, mas também para a intensificação do diálogo com a União Africana (UA).

Ainda em 2005, o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, realizou visita de trabalho à capital etíope, acompanhado de delegação integrada por representantes do ministério da Saúde, da Embrapa e do setor privado brasileiro. Na ocasião, manteve audiências com seu homólogo, Seyoum Mesfin, com o presidente da Comissão da UA, Alpha Oumar Konaré, e com o secretário-executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), também sediada em Adis Abeba.

A abertura da Embaixada da Etiópia em Brasília, em 2011, denotou, por sua vez, a expectativa etíope em relação ao Brasil, identificado como importante parceiro emergente. A Etiópia vê na cooperação com o Brasil instrumento não apenas para viabilizar seu projeto de desenvolvimento, particularmente nas áreas agrícola,

energética e de infraestrutura, mas também para o fortalecimento de suas políticas públicas, em especial na área social.

Com a abertura da missão etíope em Brasília, os contatos de alto nível tornaram-se mais frequentes. O então subsecretário-geral de Assuntos Políticos III do Itamaraty, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, visitou Adis Abeba regularmente como representante brasileiro nas Cúpulas da UA (2011, 2012 e 2013), bem como no funeral do primeiro-ministro Meles Zenawi, em agosto de 2012. Nessas ocasiões, sempre manteve encontros com altas autoridades etíopes.

Em abril de 2012, o então chanceler Antônio Patriota realizou visita oficial à Etiópia, ocasião em que foi recebido pelo então primeiro-ministro Meles Zenawi e manteve encontro de trabalho com seu homólogo à época, Hailemariam Desalegn. Este último manifestou interesse em atrair investimentos brasileiros, principalmente para projetos de infraestrutura, energia e mineração. Durante a visita, foram também assinados cinco atos bilaterais, entre os quais o Acordo de Cooperação Técnica, em etapa de promulgação pelo lado brasileiro. Esse acordo é importante para a efetivação do potencial de cooperação existente entre os dois países, principalmente nas áreas de agricultura, combate à pobreza e à fome, biocombustíveis e saúde.

A visita da então Presidente Dilma Rousseff a Adis Abeba, em maio de 2013, por ocasião das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana, foi a primeira de Chefe de Estado brasileiro à Etiópia. Na ocasião, foram celebrados quatro novos atos bilaterais, entre os quais se destacam o Acordo de Cooperação Educacional, em vigor desde abril de 2019; o Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, em vigor desde janeiro de 2019; e o Acordo de Serviços Aéreos, em vigor desde setembro de 2018.

Em julho de 2013, a Ethiopian Airlines, empresa estatal etíope, passou a operar a rota aérea Adis Abeba-São Paulo, em clara indicação do potencial das relações com o Brasil. Trata-se do primeiro voo comercial a conectar a África Oriental ao Brasil e, segundo a companhia, a conexão mais rápida entre a América do Sul e a China. A Ethiopian é considerada a maior empresa aérea africana, com frota de cerca de 80 aeronaves e ambiciosos planos de expansão, sendo, portanto, potencial cliente da Embraer. Em junho de 2015, a Ethiopian Airlines passou a beneficiar-se, na rota Adis Abeba-São Paulo, do Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional (ADT).

Em março de 2016, o então chanceler Mauro Vieira visitou Adis Abeba e manteve encontro com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Tedros Adhanom Ghebreyesus – hoje diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). No contexto da visita, foi assinado memorando para a promoção de comércio e investimentos e foram iniciadas tratativas para a assinatura do Acordo de Cooperação

e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre os dois países. As negociações do acordo foram concluídas em agosto de 2017 e o documento foi assinado em abril de 2018, no contexto da realização da I Reunião de Consultas Políticas, chefiada, pelo lado brasileiro, pelo então subsecretário para África e Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu. O acordo está em tramitação no Congresso Nacional.

A II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Etiópia foi realizada em maio de 2021, por videoconferência, e presidida pelo secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, embaixador Kenneth Haczynski da Nóbrega.

Quanto a visitas de altas autoridades etíopes ao Brasil, registrem-se a presença do primeiro-ministro Meles Zenawi no Brasil, em junho de 2012, à frente da delegação etíope na Conferência Rio+20; do ministro do Desenvolvimento Urbano e Construção, Hailemeskel Hailemarkos, em abril de 2012; do ministro das Finanças, Sufian Ahmed, em dezembro de 2012; do ministro do Desenvolvimento Urbano da Etiópia, Mekuria Haile, em dezembro de 2013; do vice-primeiro-ministro Demeke Mekonnen, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia, em abril de 2014; do ministro da Agricultura e Recursos Naturais, Eyasu Abraha Alle, à frente de missão de aprendizagem sobre boas práticas na área agrícola, com enfoque na produção do café, em dezembro de 2017; da ministra de Recursos Hídricos, Irrigação e Eletricidade, Wro Frenesh Mekuria, em março de 2018; e da ministra da Saúde, Lia Tadesse, à frente de delegação etíope da área social, em junho de 2019.

Embora as relações com a Etiópia tenham-se aprofundado desde 2005, ainda há vasto espaço para a ampliação e diversificação do relacionamento bilateral, em especial nos planos econômico-comercial, da cooperação técnica e do diálogo político.

Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral com a Etiópia, fortemente desequilibrado em favor do Brasil, ainda é modesto (menos de 0,01% do comércio do Brasil com o mundo). Após atingir o pico histórico de US$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 78,1% entre aquele ano e 2016, quando somou US$ 13,7 milhões. Em 2017, houve incremento de 123% na corrente de comércio, que somou US$ 31 milhões. A partir de 2018, o comércio bilateral tem oscilado. Em 2018, a corrente de comércio totalizou US$ 26 milhões, recuo de 15,5% em relação ao ano anterior. Em 2019, o intercâmbio totalizou apenas US$ 8 milhões, queda de quase 70% em relação a 2018. Em 2020, o comércio bilateral voltou a aumentar, somando US$ 12 milhões, um aumento de 45% em relação ao ano anterior. Naquele ano, o saldo comercial em favor do Brasil foi de US$ 11 milhões.

Em 2020, os principais produtos exportados pelo Brasil para a Etiópia foram preparações alimentícias, máquinas e aparelhos agrícolas, e lubrificantes. No mesmo ano, o Brasil importou da Etiópia, sobretudo, itens de vestuários.

Em um contexto de estratégia de desenvolvimento que inclui grandes obras de infraestrutura, o lado etíope tem manifestado reiteradamente interesse em atrair investimentos brasileiros para projetos estratégicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo nas áreas de infraestrutura, energia e mineração.

Espera-se que a assinatura do ACFI Brasil-Etiópia, ocorrida em abril de 2018, contribua para elevar o interesse de empresas brasileiras por investir naquele país.

Cooperação técnica

Como o acordo de cooperação técnica entre Brasil e Etiópia ainda não está em vigor, as iniciativas de cooperação são desenvolvidas ao abrigo de ato firmado com a União Africana em 2007, ou de acordos bilaterais sobre cooperação em temas específicos.

A cooperação em agricultura é especialmente relevante para a Etiópia, tendo em conta a vulnerabilidade do país a secas e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar de sua população. Ademais, a Etiópia manifesta interesse pela cooperação técnica brasileira nas seguintes áreas: segurança alimentar, energia e saneamento básico. Nesse sentido, a Agência Brasileira de Cooperação já desenvolveu atividades de cooperação voltadas para técnicas de produção agrícola em regiões semiáridas (2008); compartilhamento de experiências em biocombustíveis (2009-2010); e irrigação agrícola em pequena escala (2011).

Atualmente, estão em execução projetos bilaterais nas áreas florestal e da cotonicultura, bem como projetos trilaterais dedicados aos setores de segurança alimentar e saneamento básico. O projeto bilateral para o fortalecimento do manejo sustentável de florestas na Etiópia, iniciado em 2013 e com término previsto para 2022, tem por objetivo o aumento da capacidade técnica das instituições e dos agricultores locais na manutenção das florestas nativas e o reflorestamento de espaços degradados.

Também bilateral, o projeto “Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão”, iniciado em 2021 e com término previsto para 2022, busca impulsionar o desenvolvimento de variedades de algodão mais adaptáveis às condições locais dos países africanos, por meio da criação de rede sustentável de troca de material genético e de conhecimento entre os pesquisadores e técnicos dos países partícipes, entre os quais a Etiópia. Como ponto de partida, será

realizado, primeiramente, levantamento do setor algodoeiro de cada país, no qual serão destacados os aspectos de maior interesse e relevância na produção de algodão.

O projeto trilateral de apoio ao desenvolvimento de programa sustentável de alimentação escolar na Etiópia, iniciado em 2010 e com término previsto para 2022, é desenvolvido em parceria com o Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em parceria com o UNICEF, a ABC desenvolve projeto trilateral voltado para o fortalecimento das políticas públicas de saneamento básico da Etiópia, por meio da criação de sistema de regulação dos serviços (marco regulatório e agências reguladoras).

Cooperação humanitária

No plano humanitário, em 2011, a Etiópia foi incluída entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), estoques públicos de alimentos. Naquele ano, foram doadas 500 toneladas de feijão. Em 2012, foram enviadas à Etiópia 21.500 toneladas de arroz. No ano seguinte, foram doadas 1.500 toneladas de arroz.

Desde 2012, a Etiópia também é parte do programa PAA África ("Purchase from Africans for Africa"), iniciativa conjunta entre o Brasil, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o PMA, com apoio do Reino Unido, para promover as compras locais de alimentos como instrumento de sustentabilidade da assistência alimentar.

Também no âmbito da cooperação humanitária prestada pelo governo brasileiro, deve-se registrar a contribuição ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atender refugiados na Etiópia do conflito somali, em 2011, bem como doação, naquele mesmo ano, ao Fundo de População das Nações Unidas para Desenvolvimento, na Etiópia, de projeto de prevenção às diferentes formas de violência sexual entre mulheres e meninas deslocadas em zonas de conflito.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na Etiópia é atendida pela Embaixada do Brasil em Adis Abeba. Não há consulados honorários. Em 2021, a comunidade brasileira residente em Adis Abeba está estimada em aproximadamente 50 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

A atual configuração do território etíope surgiu na segunda metade do século XIX. Sob pressão da partilha da África pelas potências europeias e de invasões do Egito e do Sudão, o Império da Etiópia, até então situado no planalto central etíope, buscou expandir seu território para as terras baixas ao sul, ao oeste e a leste, a fim de resistir às ofensivas europeias e de manter-se independente. Com isso, incorporou em seu domínio as populações das etnias sidama, gurage, wolayta, afar, harari e somali, entre outras. O maior símbolo dessa resistência foi vitória da Etiópia, sob comando do Imperador Menelik II, sobre as forças invasoras italianas na Batalha de Adwa (1896).

O governo de Haile Selassie I

No início do reinado de Haile Selassie I, que ascendeu ao trono em 1930, a Etiópia novamente teve de enfrentar ofensiva expansionista da Itália. Diferentemente de 1896, os etíopes não resistiram, e o país foi ocupado entre 1936 e 1941. Neste último ano, com o apoio de tropas britânicas, forças nacionalistas etíopes expulsaram os italianos, e Selassie reassumiu o trono. A Etiópia permaneceu o único país da África que jamais foi colonizado por potência europeia.

Em 1952, foi criada a Federação da Etiópia e Eritreia, à qual se seguiu a anexação do segundo país pelo primeiro, em 1962. O Imperador Selassie empreendeu reformas para modernizar o Estado, mas o envolvimento da Etiópia em disputa territorial com a Somália e sucessivas revoltas camponesas desgastaram, progressivamente, o regime. No final dos anos 1960, o quadro era de descontentamento generalizado, alimentado por estagnação econômica, altas taxas de inflação e desemprego.

Em fevereiro de 1974, greves generalizadas na capital e rebeliões nas Forças Armadas forçaram a renúncia do Primeiro-Ministro Aklilu Wold, no cargo desde 1961.

O Derg

Ainda em 1974, o Imperador foi deposto, vindo a falecer menos de um ano depois. O poder passou ao Conselho Administrativo Militar Provisório (PMAC) ou "Derg" ("comitê", em amárico), integrado por 120 membros egressos das Forças Armadas. Após período de conflitos internos, que culminou no assassinato do presidente do Conselho e Chefe de Estado, General Aman Andon, o Derg

consolidou-se e anunciou, em dezembro de 1974, sua opção pelo modelo comunista, aproximando-se da União Soviética e de Cuba.

Dois meses depois, mais de cem companhias estrangeiras foram nacionalizadas ou parcialmente ocupadas. Após longo debate interno, o Derg optou pela linha marxista-leninista adotada pelo "All Ethiopia Socialist Movement", partido apoiado pelo vice-presidente do Conselho, Coronel Mengistu Haile Mariam, favorável à manutenção do regime militar.

O Partido Revolucionário do Povo da Etiópia (EPRP), também socialista, que defendia, porém, o estabelecimento de governo popular civil e a autodeterminação da Eritreia, passou à oposição. Em fevereiro de 1977, após eliminar a dissidência interna no Derg, contrária à militarização do regime, Mengistu assumiu a Presidência e intensificou a repressão.

Com a eliminação do EPRP, a oposição refugiou-se em Tigré, região norte do país, onde estabeleceu a Frente de Libertação do Povo do Tigré (TPFL), que se aliou aos separatistas eritreus na luta de guerrilha contra o governo estabelecido em Adis Abeba. Enquanto isso, o Derg procurou consolidar a revolução socialista, mediante a criação, em 1984, do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, que tinha por modelo o Partido Comunista soviético. Em 1987, foi promulgada nova Constituição, que instituiu a República Democrática da Etiópia. A partir de 1989, o afastamento do aliado soviético resultou no progressivo enfraquecimento do regime. As forças rebeldes da TPFL, incorporadas à coalizão Frente Democrática Revolucionária dos Povos da Etiópia (EPRDF) e aliadas aos separatistas da Eritreia, passaram então a obter sucessivas vitórias e lançaram ofensiva decisiva contra o regime em 1991.

Em maio daquele ano, os insurgentes conquistaram Adis Abeba e assumiram o poder, estabelecendo governo de transição liderado pelo líder da TPFL, Meles Zenawi.

A ascensão do EPRDF e a Constituição de 1995

Em julho de 1991, foi realizada conferência de paz, patrocinada por EUA e Reino Unido, em que se acordou a independência da Eritreia, formalizada por referendo popular em 1993. No plano interno, iniciou-se processo de descentralização, concedendo-se maior autonomia às regiões administrativas do país. Em 1995, realizaram-se eleições para as assembleias e governos locais, com ampla vitória da EPRDF. Paralelamente, o governo de transição iniciou programa de reformas econômicas com o objetivo de restabelecer a economia de mercado e reintegrar o país à economia mundial.

Nesse período, a coalizão de partidos étnicos agrupada em torno da EPRDF passou a ocupar posição de proeminência na política etíope. A TPLF, apesar de a

etnia tigrínia representar apenas 6,5% da população, era preponderante na coalizão governista, por sua liderança na luta contra o Derg. Partidos ligados às etnias demograficamente majoritárias – os oromos, e os amaras, respectivamente cerca de 35% e de 27% da população – também faziam parte da EPRDF, embora em posição política minoritária.

A atual Constituição, promulgada em agosto de 1995, formalizou o sistema de "federalismo étnico", ao conceder relativa autonomia às regiões administrativas, com previsão, inclusive, do direito à secessão. Em termos orçamentários, contudo, os governos regionais dependem em grande medida do governo federal.

De acordo com o modelo do federalismo étnico, a Etiópia está dividida em dez estados regionais: Tigré; Oromia; Amara; das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul; Somali; Afar; Benishangul-Gumuz; Gambela; Harari; e Sidama. A capital, Adis Abeba, e a cidade de Dire Dawa têm estatuto autônomo.

O sistema de governo é parlamentarista. O Parlamento etíope é integrado por câmara baixa (Casa dos Representantes do Povo, com 547 deputados) e por câmara alta (Casa da Federação, com 110 senadores). Os deputados são eleitos por voto popular direto, para mandatos de cinco anos, enquanto os senadores são escolhidos pelos conselhos das regiões administrativas, igualmente para mandato de cinco anos.
O Presidente da República, chefe de estado, exerce funções protocolares, sendo designado pelo Parlamento para mandato de seis anos. O primeiro-ministro é o chefe de governo, sem limite de mandato.

O Governo de Meles Zenawi (1991-2012)

O principal líder da TPLF, Meles Zenawi, foi presidente durante período de transição (1991-1994) e, após as eleições de 1995, tornou-se primeiro-ministro até sua morte, em 2012.

Na primeira década dos anos 2000, a EPRDF e Meles Zenawi seguiram sendo os atores principais da política etíope. Nas eleições de 2005, porém, os opositores conseguiram aumentar a representação na câmara baixa, conquistando 171 das 547 cadeiras. Ao contestar o resultado eleitoral, os opositores recusaram-se a assumir os assentos conquistados, o que desencadeou manifestações populares contrárias ao desfecho do pleito, as quais foram reprimidas, inclusive por meio de detenções de importantes lideranças oposicionistas. A partir de 2006, a justiça etíope passou a conceder, gradativamente, anistia aos presos políticos.

Nas eleições de 2010, o EPRDF obteve expressiva vitória, tendo assegurado 499 cadeiras na câmara baixa, ao passo que a oposição conquistou apenas duas vagas, e as demais foram preenchidas por partidos aliados ao EPRDF. Dessa maneira, Meles Zenawi foi reconduzido ao cargo de primeiro-ministro.

Durante o período em que Zenawi esteve à frente do país houve relativa estabilidade política e elevadas taxas de crescimento (acima de 10% entre 2004 e 2012). Em termos sociais, o país obteve significativos avanços na redução da pobreza.

O Governo de Hailemariam Desalegn (2012-2018)

Com a morte de Zenawi, em agosto de 2012, a Etiópia passou por importante teste de transição política. Devido à baixa participação relativa de etnias majoritárias na coligação governista, temia-se disputa interna para a escolha do novo PM. Adotou-se, contudo, saída legalista e consensuada, em processo estável e pacífico.

Em setembro de 2012, o vice-primeiro ministro Hailemariam Desalegn, de etnia wolayta e originário do estado regional das Nações, Nacionalidades e Povos do Sul, foi confirmado como novo primeiro-ministro. Em 2015 foram realizadas novas eleições. Com mais uma vitória da EPRDF, Desalegn foi reconduzido ao cargo. Sem eleger deputados, a oposição mais uma vez contestou o pleito, o que, entretanto, não angariou o mesmo apoio popular de uma década antes.

Desalegn e representantes da coalizão governista deram continuidade às políticas da administração anterior. Dessa forma, a implementação do plano quinquenal etíope ("Plano de Transformação e Crescimento da Etiópia") para o período 2010-2015, tornou-se prioridade do novo governo. Foi atribuída particular atenção ao desenvolvimento agrícola; à continuidade dos grandes projetos de infraestrutura; e à necessidade de melhora na qualidade da educação e na prestação de serviços.

A criação dos três cargos de vice-primeiro-ministro, distribuídos entre os três principais partidos regionais que compõem a coalizão governista, conjugada ao fato de Desalegn ser de minoria étnica do sul do país, contribuiu para conferir maior representatividade ao governo. A preocupação da EPRDF em se apresentar como coalizão de diferentes grupos étnicos não modificou, contudo, a efetiva predominância dos tigrínios na tomada de decisões no país.

Ao longo dos últimos anos, os bons resultados da economia etíope (taxas de crescimento do PIB superiores a 10% a.a.), sempre com forte participação estatal, foram essenciais à estabilidade do regime político. Em seu segundo mandato, Desalegn reuniu as políticas públicas para o desenvolvimento etíope no Segundo Plano de Crescimento e Transformação 2015-2020 (GTP-II), o qual se associou aos conceitos da Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

Mesmo com o significativo crescimento econômico, contudo, não foi possível acabar com o descontentamento popular, sobretudo nos estados regionais de Oromia e Amara. A combinação de crises regionais e intrapartidárias levaram à renúncia de Desalegn em fevereiro de 2018.

O Governo de Abiy Ahmed Ali (2018 -)

Após discussões sobre a sucessão de Desalegn, o Conselho da coalizão governista EPRDF indicou Abiy Ahmed como líder da agremiação, abrindo caminho para sua escolha como novo primeiro-ministro pelo Parlamento etíope, em 2 de abril de 2018.

Em seu primeiro discurso, Ahmed prometeu iniciar o processo de "cicatrização das feridas" pelo caminho da reconciliação. Defendeu o restabelecimento da paz com a Eritreia. Em junho de 2018, a promessa se concretizou com o anúncio da plena aceitação do Acordo de Argel, de dezembro de 2000, que havia encerrado a guerra com o vizinho setentrional.

Em seu primeiro ano, o governo de Abiy Ahmed implementou medidas reformistas, como a liberação de presos políticos e a demissão de altos funcionários civis e militares acusados de abusos de poder, e promoveu reaproximação com a Eritreia, cujas relações diplomáticas estavam rompidas desde o conflito militar de 1998. Em julho de 2018, Abiy Ahmed e o presidente eritreu assinaram histórica declaração de paz e amizade, que permitiu a retomada das relações entre os dois países.

Em 2019, o primeiro-ministro Ahmed dissolveu o EPRDF e criou nova agremiação, o Partido da Prosperidade, de caráter nacional e sem base étnica, com vistas às eleições gerais, incialmente previstas para junho de 2020. A TPLF, porém, rejeitou dissolver-se e integrar o novo partido. Com a eclosão da pandemia, o governo etíope decidiu postergar, em um ano, as eleições gerais, prorrogando automaticamente os mandatos parlamentares e do primeiro-ministro. Paralelamente a esses acontecimentos, houve o retorno de protestos populares, em especial na Oromia, e de conflitos étnicos, sobretudo no estado regional de Benishangul-Gumuz.

As eleições nacionais foram realizadas em junho de 2021. Alguns partidos de oposição, sobretudo do estado regional de Oromia, boicotaram o pleito, que não foi realizado em algumas regiões ou localidades por razões de segurança. O Partido da Prosperidade obteve a maioria no Parlamento e o primeiro-ministro Abiy Ahmed foi reconduzido à chefia de governo em outubro de 2021 para mais um mandato de cinco anos.

O conflito em Tigré

Com o adiamento das eleições pelo governo, referendada posteriormente pelo Parlamento, em razão da pandemia, a tensão entre o governo federal e a TPLF aumentou. Contrária ao adiamento das eleições, a TPLF conduziu eleições regionais em Tigré, conforme o calendário eleitoral original, em junho de 2020, sagrando-se vitoriosa. O pleito regional à revelia de Adis Abeba acirrou os ânimos entre a TPLF e o governo federal, que interrompeu o repasse de recursos para o orçamento regional de Tigré. Em novembro de 2020, forças da TPLF atacaram unidade das Forças de Defesa Etíopes (EDF) em Tigré, alegando tratar-se de ação preventiva, o que motivou início de campanha militar de Adis Abeba.

As tropas federais capturaram Mekele, capital de Tigré, em novembro de 2020, alegadamente com apoio de forças da Eritreia e do estado regional de Amara. Após reagruparem-se, os tigrínios lançaram ataque surpresa contra as tropas federais, retomaram Mekele, em junho de 2021, e seguiram avançando além das fronteiras do Tigré. Em agosto de 2021, as Forças de Defesa do Tigré (TDF) forjaram aliança com o Exército de Liberação Oromo (OLA), grupo armado dissidente da Frente de Libertação Oromo (OLF). O OLA iniciou mais uma frente de batalha no estado regional de Oromia, ao sul de Adis Abeba.

Após breve pausa nos combates, o governo etíope retomou ofensiva terrestre e aérea contra os tigrínios em outubro. As Forças de Defesa do Tigré (TDF) rechaçaram essa ofensiva e avançaram em direção a cidades estratégicas. Ao sul, o OLA também estaria avançando em direção à capital.

Há relatos de graves violações dos direitos humanos no terreno. O conflito deteriorou também a situação humanitária em Tigré, com o aumento de refugiados, deslocados internos e da população em situação de fome e em necessidade de ajuda humanitária.

Recentemente, têm-se intensificado os esforços de mediação internacionais, com vistas a promover um cessar-fogo, a prestar assistência humanitária à população atingida e negociar solução pacífica entre as partes em conflito. A União Africana designou o ex-presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, como enviado especial ao Chifre da África. No início de novembro, Obasanjo manteve contatos em Adis Abeba e Mekele em prol do diálogo. O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou declaração à imprensa (5/11/21) e realizou sessão (8/11/21) sobre a situação na Etiópia. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana aprovou comunicado sobre a questão em 8/11.

POLÍTICA EXTERNA

A Etiópia adota o pragmatismo como princípio de sua política externa, voltada para a preservação da integridade territorial e para o desenvolvimento socioeconômico do país. Adis Abeba abriga as sedes da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), além de significativo número de representações diplomáticas (137, segundo dados do governo etíope), razão pela qual é considerada a "capital diplomática" da África.

Cercado por focos de tensão, o país busca projetar-se como "ilha de estabilidade" na região do Chifre da África e tem privilegiado o relacionamento com parceiros dispostos a prestar-lhe ajuda econômica e militar, bem como cooperação técnica. O papel da Etiópia nos processos de promoção e manutenção da paz e segurança no entorno regional vem sendo amplamente reconhecido pela comunidade internacional. Importante contribuinte de tropas para operações de manutenção da paz da ONU, Adis Abeba ainda participa, com importante efetivo, de missões de paz realizadas pela União Africana, sobretudo a AMISOM, na Somália.

O engajamento no processo de reconstrução do estado na Somália, a mediação para o fim da crise no Sudão do Sul, a normalização das relações com a Eritreia, a luta contra o extremismo e o terrorismo, entre outras frentes de atuação etíopes, têm sido reconhecidos com significativos auxílios externos ao desenvolvimento do país.

Além das relações com os tradicionais parceiros internacionais, a Etiópia tem privilegiado o relacionamento com os principais países emergentes, considerados potencialmente estratégicos para a alavancagem de seu desenvolvimento econômico e social.

EUA

A Etiópia republicana permaneceu na órbita soviética até o final da década de 1980, quando a *perestroika*, a *glasnost* e a subsequente dissolução da URSS levariam ao fim da parceria estratégica entre os dois países. A deposição do regime de Mengistu, em 1991, e a retirada da URSS da região ocasionaram nova mudança de rumo na política externa etíope, que voltou a privilegiar o relacionamento com os EUA e a Europa ocidental. A Etiópia tornou-se, desde então, um dos maiores recipiendários de assistência ao desenvolvimento de doadores tradicionais na África subsaariana.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 reforçaram a parceria com a Europa e com os EUA, em particular, que passou a ver Adis Abeba como aliada-chave na "guerra contra o terror", devido, principalmente, a sua posição estratégica no Chifre da África. Operações conjuntas nos planos militar e de inteligência foram intensificadas. A intervenção etíope na Somália, em 2006, com o objetivo de pôr fim

ao domínio da União das Cortes Islâmicas (UIC) ajudou a cimentar as relações com os Estados Unidos.

China

A China é o principal parceiro comercial da Etiópia. O déficit comercial com o país asiático tem sido compensado pela concessão de créditos ao governo etíope. A China desponta como o maior provedor de financiamentos à Etiópia, normalmente direcionados para projetos executados por empresas chinesas, em especial nos setores agrícola, de infraestrutura e de energia.

Além da concessão de financiamento, a China é importante investidor no país. Destaca-se, nesse contexto, a instalação na Etiópia de fábricas automotivas e de equipamentos agrícolas. Ademais, a Etiópia constitui parceiro-chave para o projeto "Belt and Road Initiative" (BRI), que envolve vultosos investimentos em infraestrutura.

O elevado fluxo do comércio bilateral, bem como a crescente concessão de créditos e aportes de investimentos diretos, tornam a China prioridade natural para a diplomacia etíope. Nesse contexto, os dois países vêm passando por processo de grande intensificação do relacionamento, refletido em grande número de visitas bilaterais.

Egito

A Etiópia considera o aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Nilo como estratégico para o desenvolvimento socioeconômico e, portanto, central para sua política externa. A construção da Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD), no Nilo Azul, iniciada em 2011, possibilitará ao país atender crescente demanda energética (estima-se que cerca de 65% da população não tenha acesso a energia elétrica) e exportar o excedente gerado, o que também contribuirá para mitigar sua escassez de divisas. Quando estiver concluída, a GERD deverá ser a maior hidrelétrica em operação na África.

Contudo, a construção da GERD tem levantado suscetibilidades junto aos países à jusante da represa, em especial o Egito, que tem no Nilo mais de 97% de seu abastecimento de água e em cujas margens concentram-se 92% das terras aráveis do país. O governo egípcio acompanha com especial preocupação a construção da represa e teme a redução da vazão do trecho do Nilo que percorre seu território.

Desde julho de 2020, a União Africana busca mediar negociações de acordo definitivo sobre o cronograma de enchimento da represa.

Sudão

A relação bilateral com o Sudão deu salto qualitativo em 2003, quando a Etiópia concordou em resolver disputa fronteiriça que se arrastava há tempos, desocupando a região em litígio. Cartum, por sua vez, ofereceu melhores condições de acesso à cidade portuária de Porto Sudão. A participação da Etiópia na mediação das negociações do Acordo Abrangente de Paz, em 2005, entre o Norte e o Sul do Sudão, e, mais recentemente, o engajamento do país na Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), região disputada por Sudão e Sudão do Sul, composta em sua maioria por militares etíopes, contribuíram significativamente para a aproximação entre os dois países. O ativo papel desempenhado por Adis Abeba no âmbito da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), organização regional do Chifre da África, também contribui positivamente para o relacionamento bilateral.

A queda do presidente Omar Al Bashir, em 2019, e a ascensão do Governo de Transição no Sudão levaram a mudanças na política externa sudanesa, inclusive em questões de interesse da Etiópia, como a GERD.

Entre fins de 2020 e começo de 2021, a disputa de fronteira entre os dois países ressurgiu. Forças sudanesas voltaram ao território que vinha sendo ocupado por agricultores etíopes.

Sudão do Sul

A Etiópia participa ativamente da mediação conduzida pela IGAD do processo de paz no Sudão do Sul, auspiciando solução política entre as facções em conflito que permita a paz duradoura naquele país. A Etiópia contribui ainda com tropas para a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS).

Eritreia

A aliança entre a TPLF e o movimento separatista eritreu foi crucial para a queda do Derg, a ascensão do EPRDF e a independência da Eritreia em 1993, após quase três décadas de luta.

A partir de então, Asmara e Adis Abeba passaram a manter relacionamento cordial, motivados pela interdependência econômica, a exemplo da criação de moeda comum. Em 1997, entretanto, a Eritreia adotou moeda própria, aumentando consideravelmente os custos das transações comerciais etíopes com o país vizinho, em especial no tocante à utilização do porto eritreu de Assab, então principal ponto de escoamento do comércio externo etíope. As tensões na esfera econômica contribuíram para a deterioração política do relacionamento bilateral. Em maio de 1998, os dois países entraram em guerra, deflagrada por disputa pelo controle da localidade fronteiriça de Badme.

Somente em dezembro de 2000, com a ativa participação da presidência de turno da Argélia da então existente Organização da Unidade Africana (OUA), negociações entre Etiópia e Eritreia resultaram em acordo de paz assinado em Argel e saudado pela comunidade internacional. Apesar disso, o relacionamento entre Adis Abeba e Asmara permaneceu tenso nas primeiras décadas do século XXI.

Em passo político histórico para a superação das rivalidades, o primeiro-ministro etíope, Abyi Ahmed Ali, defendeu em seu discurso de posse, em abril de 2018, o restabelecimento da paz com a Eritreia. Clamou pelo fim de "anos de desentendimentos" e instou os dirigentes do país vizinho a "adotar a mesma posição". Declarou, ainda, que a Etiópia estava pronta para resolver as diferenças entre os dois povos, que "não estão apenas entrelaçados em interesses, mas também em sangue", em referência à história partilhada entre os dois países.

Em seguimento a essas declarações iniciais, o governo da Etiópia anunciou, em junho de 2018, a aceitação, em sua plenitude, do Acordo de Argel. Em julho de 2018, Abiy Ahmed e o presidente eritreu Isaias Afewerki assinaram histórica declaração de paz e amizade, que permitiu a normalização das relações entre os dois países. O acordo rendeu ao primeiro-ministro Abiy Ahmed o Prêmio Nobel da Paz de 2019.

Djibuti

Em decorrência da guerra com a Eritreia, no fim da década de 1990, a Etiópia perdeu o acesso ao porto de Assab e teve de redirecionar seu fluxo de comércio para o porto de Djibuti. Desde então, as relações bilaterais tornaram-se mais intensas. Atualmente, cerca de 95% do volume de comércio exterior etíope passa pelo Djibuti. Empresas etíopes, por sua vez, controlam parte do setor de logística no país.

Mesmo que a Etiópia reduza sua dependência do porto de Djibuti, por meio da utilização de outros portos da região (Porto Sudão; porto de Berbera, na Somalilândia; e eventual retorno ao porto de Assab, na Eritreia), no curto e no médio prazos a relação entre Etiópia e Djibuti permanecerá estreita. O Djibuti importa do país vizinho quase toda a eletricidade e água potável que consome e depende, em larga medida, da renda gerada pelos serviços portuários prestados à Etiópia.

Ademais, a nova ferrovia eletrificada entre a Etiópia e o Djibuti, com extensão total de 756 quilômetros – a primeira deste tipo a ligar dois países africanos –, iniciou operações na primeira semana de janeiro de 2018. A obra foi financiada pela China, no âmbito da iniciativa "Belt and Road Initiative". Os trens eletrificados destinam-se ao transporte tanto de passageiros quanto de cargas (inclusive, e crucialmente, combustível), encurtando o tempo de trajeto de mercadorias entre o porto de Djibuti e a Etiópia de três dias para doze horas.

Somália

Em dezembro de 2006, após meses de escalada nas tensões entre os dois países, a Etiópia interveio na Somália, com o objetivo de dar apoio ao Governo Federal de Transição (GFT) em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas (UIC). Ao longo desse ano, a UIC havia tomado controle de boa parte do sul da Somália, incluindo a capital Mogadíscio e o porto de Kismayo, deixando o GFT isolado em sua base em Baidoa. A invasão etíope foi rápida e bem-sucedida. Derrotados após dez dias de batalha, os militantes da UIC foram, em grande parte, deslocados em direção à fronteira com o Quênia, havendo o GFT se instalado em Mogadíscio.

No ano seguinte à presença etíope, a União Africana estabeleceu a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM), mandatada pelo CSNU. A AMISOM absorveu parte das tropas etíopes presentes em território somaliano.

Paralelamente à aproximação com Asmara, o presidente Abiy Ahmed tem buscado também maior entendimento entre Adis Abeba e Mogadíscio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Entre 2010 e 2019, a média da taxa de crescimento anual do PIB da Etiópia foi da ordem de 9,4%, o que situa a economia etíope entre aquelas de maior crescimento no mundo. Em 2020, contudo, o ritmo de crescimento do PIB etíope foi afetado pela pandemia de covid-19 e, em menor grau, por uma das piores pragas de gafanhoto dos últimos anos. Ainda assim, a Etiópia situa-se entre os poucos países do mundo cujo PIB não sofreu retração nesse ano, tendo crescido a uma taxa de 6%.

Os principais responsáveis pelo rápido crescimento da economia etíope foram a agricultura, o setor de serviços, a expansão dos investimentos públicos e a ampliação do consumo privado. Vale sublinhar, também, o bom desempenho dos novos setores industriais (como têxteis, calçados e aparelhos elétricos), o que indica progressiva maturação de investimentos e elevação da capacidade exportadora etíope.

A Etiópia apresenta, historicamente, saldo deficitário da balança comercial. Pelo lado das importações, verifica-se alta dependência do fornecimento de petróleo bruto e derivados, máquinas e bens manufaturados. E, pelo lado das exportações, predominam gêneros agrícolas – cerca de 56% das vendas externas em 2019 –, como café, chá, produtos hortícolas, óleo de sementes, oleaginosas, grãos, frutas e plantas vivas. O principal desafio dos últimos governos etíopes é reverter essa tendência deficitária, por meio da expansão das exportações de produtos manufaturados de maior valor agregado. O recente processo de industrialização e os planos de desenvolvimento foram responsáveis pela redução das importações de US$ 14,2

bilhões em 2014 para US$ 8,95 bilhões em 2019, o que representa queda de 55% do déficit na balança comercial. Contudo, as exportações sofreram queda de aproximadamente US$ 479 milhões, totalizando US$ 3,11 bilhões em 2019, redução de 14% em relação a 2014. Assim, a melhora do desempenho das exportações de manufaturados etíopes e a superação dos déficits na balança comercial seguirão sendo um dos principais desafios do governo etíope nos próximos anos.

Em 2019, os maiores fornecedores externos da Etiópia foram China (26,5%), Índia (9,25%) e França (8,8%). E os principais compradores foram China (16,6%), EUA (15,6%) e Emirados Árabes Unidos (8%). O Brasil é o 27º principal fornecedor externo da Etiópia e o 78º destino de suas exportações (dados de 2018).

Com vistas a dinamizar a economia do país, o governo etíope lançou, em 2020, o terceiro plano de desenvolvimento decenal *Growth and Transformation Plan* (GTP III). Os GTP I e II, quinquenais, centraram-se no desenvolvimento da infraestrutura do país; em projetos de investimento público na produção industrial; e em programas governamentais para redução da pobreza. As altas taxas de crescimento econômico aliadas a políticas públicas têm permitido ao país avançar na redução da pobreza. A parcela da população etíope vivendo abaixo da linha de pobreza, conforme o critério nacional, baixou de 30%, em 2011, para 24%, em 2016. O GTP III, por sua vez, enfatiza a expansão do setor privado do país, cuja economia apresenta ainda alto grau de participação estatal, em linha com a agenda reformista do primeiro-ministro Abiy Ahmed.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

400a.C.- 750	Formação, consolidação e declínio do Império Axumita onde hoje é a Etiópia
1270	Yekuno Amlak estabelece a dinastia salomônica sobre o Império da Etiópia
1490-1529	Guerras entre muçulmanos e cristãos
1889	Consolida-se monarquia única na região, sob a égide do Imperador Menelik I
1896	Governo etíope derrota o exército italiano na famosa Batalha de Adwa, impedindo temporariamente o expansionismo europeu
1930	Haile Selassie assume o trono etíope
1936-1941	Etiópia é ocupada por tropas italianas
1952	Criação da Federação da Etiópia e Eritreia
1962	Anexação da Eritreia pela Etiópia

1974	Imperador Haile Selassie é deposto e assume o poder governo militar (Derg), de orientação socialista
1977	Ascende ao poder o Coronel Mengistu Haile Mariam
1977-91	Instaura-se o "terror vermelho", período de grande repressão e violência
1991	Queda do Derg. Ascensão do governo liderado pela Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF)
1993	A Eritreia torna-se independente
1995	Primeiras eleições após a derrubada do Derg, com ampla vitória da EPRDF. Meles Zenawi assume o cargo de Primeiro-Ministro
1998-2000	Guerra entre a Etiópia e a Eritreia, deflagrada por disputa fronteiriça
2001	Estabelecida a Zona de Segurança Temporária entre a Etiópia e a Eritreia (UNMEE)
2002	Instituída, pelas Nações Unidas, comissão para demarcação das fronteiras entre Etiópia e Eritreia (*UN Eritrea-Ethiopia Boundary Comission - EBBC*)
2003	A EBBC apresenta relatório alegando que a cidade de Badme (sob administração etíope por décadas) pertence à Eritreia. O governo etíope rejeita as conclusões divulgadas e o processo de demarcação de fronteiras é interrompido
2005	Manifestações contra resultado das eleições são violentamente oprimidas e levam à prisão de inúmeros opositores do governo
2006-2009	A Etiópia invade a Somália para dar apoio ao Governo Federal de Transição em seu confronto com a União das Cortes Islâmicas
2007	A EBBC encerra seus trabalhos mesmo não tendo sido finalizado o processo de demarcação de fronteiras entre a Etiópia e a Eritreia
2008	O mandato da UNMEE expira e as tropas da ONU são retiradas
2010	Novas eleições dão vitória inconteste e absoluta ao EPRDF. Meles Zenawi permanece no cargo de Primeiro-Ministro
2011	Criação da Força Interina de Segurança para Abyei (UNISFA)
2011	Início da construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD), no Nilo Azul
2012	Morte de Meles Zenawi em agosto. Em setembro, Halemariam Desalegn é confirmado como primeiro-ministro até 2015. Transição de poder pacífica, perimeira em décadas
2013	Mulatu Teshome Wirtu é eleito Presidente da Etiópia
2014	Eleições parlamentares. Nova vitória do EPRDF
2014-2016	Manifestações contrárias ao governo nas regiões da Oromia e de Asmara, que concentram as duas maiores etnias do país
Fev/2018	Realização de greve geral na Oromia. Renúncia do primeiro-ministro

	Halemariam Desalegn
Abr/2018	Abril. Nomeação de Abiy Ahmed Ali
Jun/2018	Plena aceitação do Acordo de Argel, que deu fim à guerra com a Eritreia
Jun/2018	Suspensão do "Estado de Emergência" vigente no país desde fevereiro de 2018
Out/2019	O primeiro-ministro Abiy Ahmed é agraciado com o Prêmio Nobel da Paz
Nov/2020	Tem início o conflito no norte do país, opondo forças federais a forças regionais do Tigré. Forças federais conquistam Mekele, a capital regional.
Jun/2021	Realizadas eleições gerais, inicialmente agendadas para 2020, mas adiadas devido à pandemia. O Partido Progressista do primeiro-ministro Ahmed obtém a maioria no Parlamento.
Jun/2021	Forças tigrínias reconquistam Mekele e a maioria do território de Tigré
Out/2021	O primeiro-ministro assume novo mandato de cinco anos
Out/2021	Nova ofensiva do governo federal contra as Forças de Defesa do Tigré (TDF)
Nov/2021	Contraofensiva das TDF, conquistando cidades estratégicas a cerca de 400 km de distância de Adis Abeba

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Criação da Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia, com sede no Cairo
1960	Visita oficial do Imperador Haile Selassie ao Brasil
Início dos anos 60	Elevação da representação à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba
Final dos anos 60	Fechamento da embaixada em Adis Abeba
2004	Visita da Subsecretária-Geral Política e do Diretor do Departamento de África do Itamaraty a Adis Abeba
2005	Reabertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba
2005	Visita de trabalho do então Chanceler Celso Amorim a Adis Abeba, acompanhado de representantes do Ministério da Saúde, da Embrapa e do setor empresarial
2007	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty, embaixador Roberto Jaguaribe
2010	Reunião de Consultas Aeronáuticas Brasil-Etiópia, em Montreal
2010	Concessão de “agrément” em favor do Sr. Wutelaw Hailemarian Nigussie como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Etiópia junto ao governo brasileiro

2011	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba em janeiro, como representante brasileiro na XVI Cúpula da UA
2011	Reabertura da Embaixada da Etiópia no Brasil
2011	Missão de prospecção da ABC e da Embrapa é enviada a Adis Abeba
Jan/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XVIII Cúpula da UA
Fev/2012	Visita de integrantes do Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola (EIAR) à Embrapa
Mar/2012	Missão conjunta da ABC e Embrapa à Etiópia
Abr/2012	Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores, embaixador Antonio Patriota, a Adis Abeba, na qual foram mantidos encontros com o então PM Meles Zenawi e com o então Chanceler Hailemariam Desalegn
Jun/2012	Visita do então primeiro-ministro Meles Zenawi ao Brasil, chefiando delegação etíope para a Conferência Rio+20
Jul/2012	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XIX Cúpula da UA
Ago/2012	Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representa o governo brasileiro no funeral do PM Meles Zenawi
Jan/2013	Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Adis Abeba como representante brasileiro na XX Cúpula da UA
Mai/2013	Visita da então Presidente da República a Adis Abeba para participação, como convidada de honra, das comemorações do Jubileu de Ouro da UA. Na ocasião, a então presidente Dilma Roussef manteve encontro com o PM Hailemarian Desalegn
Dez/2013	Visita do ministro do Desenvolvimento Urbano etíope, Mekuria Haile, a Brasília
Jul/2013	Abertura de rota aérea Adis Abeba - São Paulo pela *Ethiopian Arilines*, empresa estatal etíope
Abr/2014	Visita do vice-primeiro-ministro Demeke Hassen a Brasília, à frente de missão de estudos na área de ciência e tecnologia
Jun/2015	Assinatura do "Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros de Transporte Aéreo e Marítimo Internacional"
Mar/2016	Visita do então chanceler brasileiro, embaixador Mauro Vieira, a Adis Abeba, ocasião em que manteve encontro com o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Tedros Adhanom Ghebreyesus
Abr/2018	Visita do Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, embaixador Fernando José Marroni de Abreu, a Adis Abeba, quando co-presidiu, com sua homóloga etíope, reunião de consultas políticas. Na ocasião, foi assinado o ACFI com a Etiópia

2019	Visita da ministra da Saúde da Etiópia, Lia Tadesse, ao Brasil, à frente de delegação etíope da área social, interessada em conhecer políticas públicas brasileiras na área.
Mai/2021	II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Etiópia, por videoconferência.

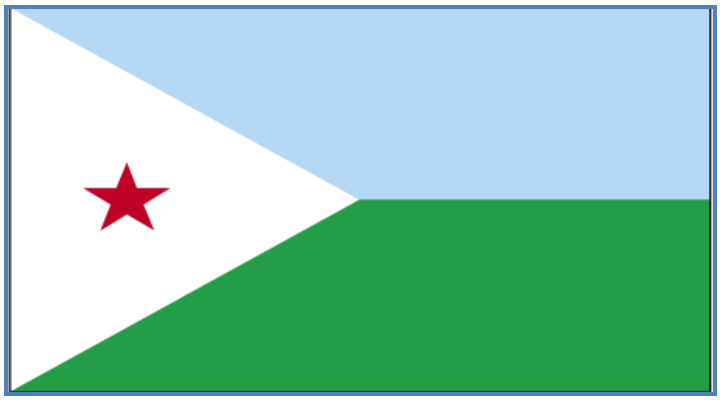
ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia	23/04/2012		Em promulgação (MRE)
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia	24/05/2013	10/05/2019	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	24/05/2013	18/03/2018	Em vigor
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia.	24/05/2013	22/11/2018	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da	22/06/2015	22/06/2015	Em vigor

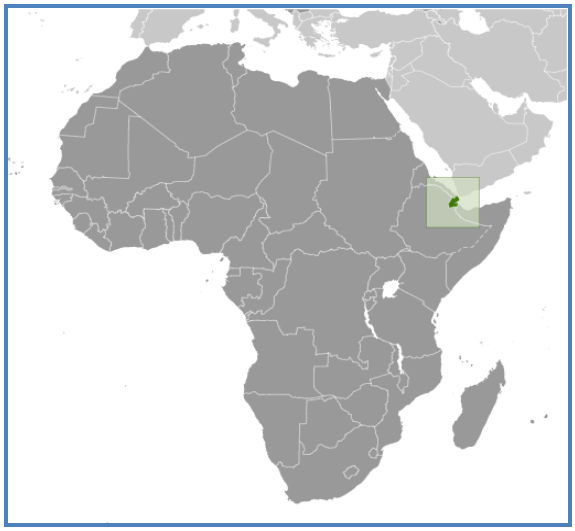
República Democrática Federal da Etiópia para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo e Marítimo Internacional			
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos	08/03/2016	08/03/2016	Em vigor
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia.	11/04/2018		Tramitação no Congresso Nacional

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO DJIBUTI







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Djibuti
GENTÍLICO	Djibutiano
CAPITAL	Cidade de Djibuti
ÁREA	23.200 km²
POPULAÇÃO	988.002 (est. 2020)
IDIOMAS OFICIAIS	Árabe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (94%) e cristianismo (6%)
SISTEMA DE GOVERNO	Semipresidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral, composto por 65 membros eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ismail Omar Guelleh (desde 8 de maio de 1999)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Abdoulkader Kamil Mohamed (desde 1º de abril de 2013)
CHANCELER	Mahamoud Ali Youssouf (desde 22 de maio de 2005)
PIB NOMINAL	US$ 3,41 bilhões (2020)
PIB PPP	US$ 5,65 bilhões (2020)
PIB *PER CAPITA*	US$ 3.070 (2020)
PIB PPP *PER CAPITA*	US$ 5.100 (2020)
VARIAÇÃO DO PIB	0,5% (2020); 7,5 (2019); 8,5 (2018); 5,1 (2017); 6,9 (2016); 7,7 (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,524 (166º entre 189 países – 2020)
EXPECTATIVA DE VIDA	67 anos (2019)
ALFABETIZAÇÃO	53% (2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	11,57% (2020)
UNIDADE MONETÁRIA	Franco djibutiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Nasser Mohamed Ousbo (residente em Havana)
EMBAIXADOR DO BRASIL NO DJIBUTI	Luiz Eduardo Villarinho Pedroso (residente em Adis Abeba)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – MDIC

BRASIL ➔ DJIBUTI	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	25,9	55	14,4	45,1	8	20,7	14,3	89,6	62,2	22,1	6,66	17,8
Exportações	25,9	55	14,4	45,1	8	20,7	14,3	89,6	62,2	22,1	6,66	17,8
Importações	0	0	0	0	0	0	0,01	0	0	0,01	0	0
Saldo	25,9	55	14,4	45,1	8	20,7	14,3	89,6	62,2	22,1	6,66	17,8

PRINCIPAIS PRODUTOS	**Exportação**	**Importação**

2019 e 2020	Carnes de aves e açúcar	Pescado inteiro

APRESENTAÇÃO

Localizado na África Oriental, o Djibuti faz fronteira com a Eritreia e Somália. Um dos menores países do continente africano em termos populacionais (cerca de 988 mil habitantes), o Djibuti tem localização estratégica como ponto de ligação entre o continente africano e a Península Arábica. O país está separado do Iêmen por apenas 30 km, pelo Estreito de Babelmândebe ("Bab el-Mandab", ou "Portal das Lágrimas"), ponto de passagem obrigatório da movimentada rota marítima que liga a Ásia e o Oriente Médio ao continente europeu, via Mar Vermelho e Canal de Suez. Estima-se que cerca de 30% de todo o comércio marítimo internacional passe por esse estreito, rota especialmente relevante para o trânsito de hidrocarbonetos.

O país tem perfil político moderado em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como papel construtivo de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de estabilização na Somália. Em decorrência de sua localização estratégica e estabilidade política, o Djibuti abriga bases militares de diversos países, como China, Espanha, EUA, França (que também abriga contingentes da Alemanha e Espanha), Itália e Japão. A Arábia Saudita também negocia a criação de uma base militar no Djibuti. Essas características tornam o país um ator de relevo no Chifre da África, região marcada pela volatilidade.

As principais fontes de divisas para a economia do Djibuti, país de escassos recursos naturais e reduzidas terras agricultáveis, provêm de serviços portuários e logísticos e do arrendamento de bases militares estrangeiras. Os quatro portos do país – Djibuti, Tadjura, Gubet e Doraleh – servem de apoio às rotas comerciais internacionais que transitam pelo Estreito de Babelmândebe e constituem porta de entrada ou saída para o comércio de países do Chifre da África e dos Grandes Lagos que não têm litoral, sobretudo para a Etiópia, país que vem apresentando uma das maiores taxas de crescimento econômico no mundo.

O desenvolvimento da atividade portuária tem canalizado ao Djibuti significativos investimentos externos, sobretudo da China, na área de infraestrutura, incluindo o setor ferroviário, o que tem permitido ao país apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos (média de cerca de 7%, entre 2015 e 2019).

PERFIS BIOGRÁFICOS

ISMAIL OMAR GUELLEH
Presidente da República



Ismail Omar Guelleh nasceu em 1947, em Dire Dawa, Etiópia. Na década de 1960, mudou-se para o Djibuti. Iniciou sua carreira profissional como servidor público da administração colonial francesa.

Em 1974, começou a militar na Liga Popular Africana, que buscava a independência do Djibuti. Em 1976, participou como delegado de seu país nas negociações ocorridas em Paris sobre a independência do Djibuti.

Em 1977, após a independência, foi nomeado chefe de gabinete do presidente da República, Hassan Aptidon, seu tio. Em 1987, tornou-se membro do Bureau Político do Djibuti. Em 1996, ocupou a Terceira Vice-Presidência do Bureau Político.

Foi eleito Presidente do país em 1999 e reeleito em 2005; em 2011, após emenda à Constituição que suprimiu o limite máximo do exercíco de dois mandatos presidenciais; em 2017; e em 2021.

ABDOULKADER KAMIL MOHAMED
Primeiro-Ministro



Abdoulkader Kamil Mohamed nasceu em Souali, no norte do Djibuti, em 1951. É formado em Ciências Técnicas pela Universidade de Limoges, na França. É membro histórico do partido "Rassemblement Populaire pour le Progrès" (Reunião Popular para o Progresso - RPP), que domina o cenário político do Djibuti desde sua independência. Exerce a chefia do governo desde 2013. Antes, foi ministro da Agricultura, Pecuária e Recursos Hídricos (2005-2011) e ministro da Defesa (2011-2013). De 1978 a 2005, exerceu o cargo de diretor-geral da

Autoridade de Águas do Djibuti.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com o Djibuti em outubro de 1996. Em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é ainda incipiente.

Em maio de 2005, o Pesidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, esteve no Brasil para participar da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), ocasião em que manteve encontro bilateral com o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em junho de 2010, a cumulatividade da Embaixada do Brasil no Djibuti foi transferida de Nairóbi para Adis Abeba. A medida contribuiu para facilitar os contatos bilaterais, dada a maior proximidade e conectividade aérea entre o Djibuti e a Etiópia. Em agosto de 2011, o Djibuti foi incluído entre os países beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo governo brasileiro.

Em junho de 2012, o então Primeiro-Ministro Dileita Mohamed Dileita esteve no Brasil para representar seu país na Rio+20. Na ocasião, manifestou interesse na aquisição de aeronaves Embraer. Em maio de 2013, estiveram no Brasil o Delegado Permanente do Djibuti junto à Unesco, embaixador Rachad Farah, e o então Embaixador djibutiano em Havana e, cumulativamente, junto ao Brasil, Ayeid Mousseid Yahya. A visita teve por objetivo obter o apoio brasileiro à candidatura do Embaixador Rached Farah à direção-geral da Unesco. Não há registro de troca de visitas de alto nível desde então.

Cooperação

As tratativas de cooperação técnica com o Djbuti iniciaram-se em 2010, durante visita do então Embaixador djibutiano não residente, Ayeid Mousseid Yahya, à Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Yahya manifestou interesse do governo de seu país em receber cooperação brasileira em áreas como gestão de recursos hídricos, combate à desertificação e saúde. Em outras ocasiões, autoridades do Djibuti indicaram, igualmente, interesse por cooperação brasileira em áreas como agricultura, irrigação, eletrificação rural e desenvolvimento social, bem como no estabelecimento de parceria do Centro Estudos e Pesquisa do Djibuti (CERD) e a Agência Djibutiana para o Desenvolvimento Social (ADDS) com instituições afins brasileiras.

Em janeiro de 2012, o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti foi assinado pela então Embaixadora do Brasil em Adis Abeba, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, e pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros do Djibuti, Mahmud ali Youssouf, por ocasião da apresentação das cartas credenciais da embaixadora brasileira naquele país. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2018 e encontra-se em fase de promulgação. Trata-se do primeiro acordo assinado bilateralmente entre os dois países, instrumento jurídico necessário à implementação de projetos de cooperação técnica bilaterais.

No contexto da pandemia de covid-19, o Brasil realizou doação humanitária de medicamentos (13.120 ampolas do antibiótico injetável Azitromicina 500mg) ao Djibuti, em julho de 2020.

Comércio e investimentos

O comércio biltateral é dominado pelas exportações brasileiras, que, historicamente, têm composto quase a totalidade da corrente de comércio. Os principais produtos exportados pelo Brasil são carnes de aves e açúcar. Do Djibuti, por sua vez, o Brasil importa, essencialmente, peixes vivos ornamentais em quantidade muito pequena.

O ápice do intercâmbio bilateral foi registrado em 2016, quando o comércio entre o Brasil e o Djibuti somou USD 89,6 milhões. Desde então, o fluxo de comércio vem decrescendo. Em 2019 somou USD 6,66 milhões, o menor resultado desde 2009. Em 2020, registrou-se incremento de 164% do intercâmbio bilateral, que totalizou USD 17,8 milhões.

A companhia aérea Air Djibouti estaria considerando a aquisição de aeronaves produzidas pela Embraer, no âmbito de atual projeto de ampliação da empresa. A Air Djibouti, contudo, ainda não dispõe de certificado que lhe permita operar diretamente aeronaves da Embraer. No momento, opera indiretamente dois aviões E-145 por meio da National Airways, companhia sediada em Adis Abeba.

Não há atualmente investimentos bilaterais, embora o setor de infraestrutura do Djibuti, em especial a área portuária e logística, permaneça atraente a investimentos estrangeiros. Até 2007, a empresa brasileira de construção civil Odebrecht participou do desenvolvimento das instalações portuárias da Cidade do Djibuti e da construção do porto de Doraleh, além de haver atuado em projetos habitacionais.

Existe potencial de cooperação com o Brasil na área energética. O Djibuti busca prospectar reservas de petróleo e gás em seu território e, simultaneamente,

investir em fontes de energia renovável, em especial energia geotérmica.

POLÍTICA INTERNA

Tradicionalmente, o atual território do Djibuti é habitado por populações das etnias afar e somali. Ex-colônia francesa, primeiro conhecida como Somalilândia Francesa (1894-1967) e, posteriormente, como Território Francês dos Afares e dos Issas (1967-1977), o Djibuti tornou-se independente em 1977, por meio de referendo popular.

Após a independência, Hassan Gouled Aptidon foi eleito o primeiro presidente do país, em 1981, quando introduziu regime de partido único (Reunião Popular para o Progresso - RPP). No começo da década de 1990, a Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD), que congregava vários movimentos de oposição, entrou em confronto armado contra as forças governamentais, deflagrando uma guerra civil. A FRUD demandava maior participação política para os afares, sendo o governo da RPP dominado pelo clã somali dos issas. Pressionado, o governo de Gouled Aptidon foi levado a fazer concessões à FRUD e abrandar o regime. Em 1992, foi aprovada nova Constituição, por referendo, que pôs fim ao regime de partido único. A RPP passou a integrar coalizão governamental, a União pela Maioria Presidencial (UMP), que domina, até hoje, o cenário político djibutiano. Aptidon foi reeleito consecutivamente por mais duas vezes para mandatos de seis anos, em 1987 e 1993.Em 1994, a FRUD e a RPP assinaram um acordo de paz, que encerrou temporariamente o conflito armado. O acordo de partilha de poder estipulou que os cargos de presidente e de primeiro-ministro não seriam ocupados por representantes da mesma etnia, isto é, somalis (issas) e afares dividiriam as chefias de estado e de governo; estabeleceu a incorporação de representantes da FRUD no governo e a integração de seus combatentes nas Forças Armadas do Djibuti.

Entretanto, dissidência da FRUD, liderada por Ahmed Dini, não aderiu ao acordo de paz de 1994. Assim, a guerra civil voltou a ser travada em 1996. Em 1999, Ismail Omar Guelleh, sobrinho e ex-chefe de gabinete de Aptidon, foi eleito presidente. A saída de Aptidon abriu espaço para novas negociações com Ahmed Dini, que estava exilado no Iêmen, aprofundando-se o processo de conciliação do país. Em março de 2001, foi assinado novo acordo de paz, resultando na desmobilização do grupo armado liderado por Dini. Este fundou o partido Aliança Republicana para o Desenvolvimento (ARD).

Ismail Guelleh foi reeleito para a presidência do país em 2005, 2011, 2016

e 2021. Os principais partidos de oposição passaram a boicotar os pleitos presidenciais, alegando irregularidades. Em 2010, reforma constitucional para acabar com o limite de dois mandatos presidenciais foi aprovada pelo Parlamento djibutiano.

Em fevereiro de 2013, após quase uma década de abstenção, a oposição participou das eleições legislativas no país. Na ocasião, a UMP obteve cinquenta e cinco assentos, enquanto a coalizão da oposição União pela Salvação Nacional (USN) obteve dez. O retorno dos partidos oposicionistas foi possível em razão de mudanças no sistema político do país, após a aprovação, em novembro de 2012, de novo modelo eleitoral. Até então, o sistema eleitoral possibilitava que a agremiação mais votada recebesse a totalidade das vagas em disputa.

A USN, contudo, não aceitou o resultado das eleições e instou seus apoiadores a se manifestarem, o que gerou confrontos com a polícia na capital e na cidade de Balbala. Os deputados da oposição boicotaram as sessões do parlamento nas eleições de 2013. Em setembro de 2014, o chanceler do Djibuti, encarregado pelo presidente Guelleh de conduzir negociações com a oposição logrou alcançar acordo que permitiu o retorno dos deputados ao parlamento. Em dezembro de 2014, após dezoito meses de negociações, o governo djibutiano e a USN assinaram acordo-quadro que pôs fim ao movimento parlamentar oposicionista e possibilitou o dialogo político em torno de reformas do sistema eleitoral do país.

Entre os principais pontos do acordo-quadro alcançado, figuram: a interrupção de qualquer ato que possa conduzir a situações de tensão entre o governo e os militantes de oposição; o compromisso de ambas as partes de observar a ordem constitucional, as leis e as liberdades fundamentais; e a adoção de reformas democráticas e institucionais imediatas.

Até o momento, no entanto, as mudanças políticas mais profundas propostas no documento não foram efetivadas.

O legislativo djibutiano é unicameral. A Assembleia Nacional é composta por 65 deputados, eleitos diretamente, com mandatos de cinco anos. Do total de parlamentares, 52 são eleitos diretamente, por maioria simples dos votos, e treze são eleitos indiretamente por votos de representação proporcional.

Em março de 2013, o Presidente Omar Guelleh nomeou Abdoulkader Kamil Mohamed como primeiro-ministro, em substituição a Dileita Mohamed Dileita, que havia permanecido no cargo por mais de uma década (2001-2013).

POLÍTICA EXTERNA

O principal trunfo do Djibuti em sua inserção internacional é sua localização geoestratégica. O país situa-se em ponto de ligação entre o continente africano e a Península Arábica. O Djibuti está separado do Iêmen pelo Estreito de Babelmândebe, ponto de passagem obrigatório da movimentada rota marítima que liga a Ásia e a Península Arábica ao continente europeu, via Golfo de Aden, Mar Vermelho e Canal de Suez, pelo qual se estima que passe cerca de 30% de todo o comércio marítimo internacional, particularmente de petróleo.

O combate ao terrorismo, a instabilidade na Somália e o incremento na pirataria no litoral desse país, no início dos anos 2000, bem como o aumento da competição entre os países do Golfo e a guerra no Iêmen, contribuíram para o renovado interesse estratégico do Djibuti, que tem estabelecido parcerias com potências tradicionais e emergentes.

Nesse contexto, o país tem se caracterizado pela crescente presença de bases militares estrangeiras em seu território. Atualmente, o Djibuti abriga bases militares dos seguintes países: China (única base militar fora do território chinês), EUA (única base fixa na África), França (que abriga também tropas da Alemanha e da Espanha), Itália e Japão (única base militar fora do território japonês). Também se encontra em negociação com a Arábia Saudita o arrendamento de área para instalações militares daquele país.

França

Entre os países doadores tradicionais, a França é parceiro relevante do Djibuti, destacando-se, pelos laços históricos entre os dois países, como importante investidor externo, prestador de assistência e cooperação e parceiro comercial. A ex-metrópole serviu também de garante da integridade territorial do país africano, onde, desde a independência djibutiana, manteve efetivo militar, com base em acordo de defesa. Posteriormente, essa presença militar francesa ampliou-se por meio do estabelecimento de base militar com efetivo de quase cinco mil homens. A base francesa abriga ainda tropas da Alemanha e da Espanha, que integram missão de combate à pirataria na costa da Somália.

Essa relação tradicional, contudo, convive com a crescente presença de novas potências, como a China, principal parceiro comercial e investidor estrangeiro no Djibuti, e de potências médias extrarregionais, como a Arábia Saudita, que, cada vez mais, competem por influência no Chifre da África em função da mencionada

importância geoestratégica da região.

No início de 2019, o Presidente da França, Emmanuel Macron, visitou o Djibuti, onde se reuniu com o Presidente Ismail Omar Guelleh. Na ocasião, Macron afirmou que diversas empresas francesas teriam interesse em explorar alternativas de atuação nas áreas de operações portuárias e de energia renovável.

Estados Unidos

Na esteira dos ataques de 11 de setembro de 2001, os EUA escolheram o Djibuti como parceiro especial na "guerra ao terror" e instalaram base militar no país africano. O Djibuti é o país da África subsaariana que mais recebe ajuda financeira dos EUA em termos *per capita*, sendo, também, considerado parceiro preferencial para lidar com temas de segurança no Chifre da África, em virtude de sua localização. O Djibuti sedia o Campo Lemonnier, única base permanente dos Estados Unidos na África Subsaariana, onde se encontram cerca de quatro mil militares de todas as Forças (Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais), servindo ademais de base para *drones* que atuam na África Oriental e no Oriente Médio. A concessão do Campo Lemonnier aos Estados Unidos foi renovada por trinta anos, em 2014.

China

A China, maior parceira comercial do Djibuti, vem-se constituindo também em importante financiadora de projetos de infraestrutura no país. Em janeiro de 2013, o governo do Djibuti concluiu negociações para a venda, por US$ 185 milhões, de 23,5% do Porto Multiuso de Doraleh (PMD) a companhia estatal chinesa. Em maio de 2017, o Djibuti inaugurou oficialmente o PMD, que ampliou significativamente a capacidade do país de receber mercadorias e navios de grande porte, sendo considerado o porto mais tecnologicamente avançado de todo o continente africano. O país asiático também financiou a construção de Zona Econômica Especial associada ao projeto portuário

A China é, ainda, planejadora e financiadora das maiores obras de integração do Djibuti com a Etiópia. Os investimentos externos em infraestrutura têm sido apontados como o principal motor para o elevado crescimento econômico apresentado pelo Djibuti nos últimos anos. O PMD está conectado à nova estrada férrea Djibuti-Etiópia, totalmente eletrificada, com extensão total de 756 quilômetros. A estrada de ferro iniciou operações em 2018.

A China vê o projeto como "colheita inicial" da iniciativa "Belt and Road"

e o Djibuti percebe o país asiático como principal parceiro na implementação do projeto nacional de se transformar em *hub* portuário e comercial da África Oriental.

Em 2015, inciaram-se negociações para criação de uma base naval chinesa no Djibuti. A Base de Apoio do Exército de Libertação Popular da China no Djibuti foi formalmente aberta em 1 de agosto de 2017, constituindo a primeira base extrarregional da China. Os primeiros exercícios foram realizados em 22 de setembro de 2017.

Países do Golfo

Além da forte presença econômica chinesa, tem sido crescente o aporte de investimentos de países do Golfo, especialmente a Arábia Saudita, tanto na construção de infraestrutura portuária, quanto em refinarias de petróleo no país.

O interesse estratégico dos países do Golfo pela região do Chifre da África explica-se, entre outros fatores, pela presença do estreito de Babelmândebe, importante entreposto comercial para a exportação de petróleo do Golfo para a Europa, bem como por sua proximidade em relação ao Iêmen (cerca de 30 km), onde, desde 2015, a Arábia Saudita lidera coalizão de países árabes, sobretudo os Emirados Árabes Unidos (EAU), contra os rebeldes houtis. Desde o lançamento da operação militar, nota-se aumento da presença militar dos países do Golfo na região.

Em 2015, os EAU concluíram acordo com a Eritreia para o estabelecimento de base militar no porto de Assab. Em 2017, anunciaram que estavam construindo base militar no porto de Berbera, na região autônoma da Somalilândia. No mesmo ano, como já observado, a Arábia Saudita iniciou negociações para o estabelecimento de base militar da no Djibuti.

Etiópia

As relações entre os dois países têm sido muito próximas e fluidas tanto no nível diplomático quanto no comercial. Recorde-se que, quando a Eritreia conquistou sua independência da Etiópia, em 1993, esta última tornou-se um país sem litoral e, portanto, dependente de vizinhos – especialmente o Djibuti – para ter acesso aos mercados internacionais. O porto do Djibuti, atualmente, é responsável por 95% das importações e exportações da Etiópia, tendo também ligação comercial crucial com o mercado etíope, por meio da já mencionada ferrovia Adis Abeba-Djibuti.

A Etiópia anunciou, recentemente, planos de adquirir participação no porto de Djibuti. As duas nações concordaram em trocar participações em empresas

públicas estratégicas em uma tentativa de aumentar a integração econômica. As trocas incluem, além do porto, empresas aéreas e de telecomunicações. O Djibuti deve receber, por exemplo, participação na Ethiopian Airlines, maior companhia aérea em receitas da África.

Eritreia

O Djibuti chegou a cortar relações com a Eritreia em 1998, mas as restabeleceu em 2000, com o fim do conflito entre a Eritreia e a Etiópia. Entre 2004 e 2006, o relacionamento entre o Djibuti e a Eritreia voltou a estreitar-se, com a assinatura de acordos políticos, econômicos e militares, mas sofreu novo revés em abril de 2008, quando o Djibuti acusou tropas eritreias de haverem violado seu território. O incidente provocou intensa movimentação militar na fronteira, apesar de tentativa de mediação da Liga Árabe e do Catar. Em junho de 2008, ocorreram fortes choques na região fronteiriça de Ras Doumeira.

Em janeiro de 2009, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1862, com o fim de solucionar o conflito entre o Djibuti e a Eritreia. Com a persistência da instabilidade na região, o CSNU viu-se impelido a adotar, em dezembro de 2009, a Resolução 1907, que impôs sanções à Eritreia pelo seu envolvimento na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti, previstas pela Resolução 1862.

Em junho de 2010, graças a esforços de mediação do Catar, foi assinado novo acordo entre Djibuti e Eritreia para a resolução do conflito fronteiriço. Entre as principais previsões do acordo, constam a verificação pelas tropas cataris da retirada das forças eritreias da região, o monitoramento da fronteira pelo Catar e o compromisso de solução, também sob supervisão do Catar, dos aspectos relativos a desaparecidos e prisioneiros de guerra.

IGAD

No plano regional, o Djibuti tem atuado com empenho no âmbito da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Organismo fundado em 1986, com sede na capital djibutiana, a IGAD foi idealizada pelo ex-Presidente Hassan Aptidon e teve, em sua origem, por objetivo precípuo, coordenar políticas e estratégias de combate à seca e de promoção do desenvolvimento. Posteriormente, a IGAD passou a voltar sua atenção para a solução de conflitos regionais, como nos casos da Somália, do Sudão e do Sudão do Sul. A IGAD

constitui atualmente importante foro político sub-regional no continente africano. Além de Djibuti, integram a IGAD: Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Consolidar o Djibuti como centro comercial e logístico regional é o principal objetivo do governo do Presidente Guelleh. Essa meta é sustentada por esquemas de infraestrutura ambiciosos, historicamente financiados por contratação de dívida pública. Devido à alta dívida externa assumida nos últimos anos, o governo djibutiano tem buscado substituir o modelo de investimento financiado por dívida pública por maior ênfase na captação de investimentos externos.

Não obstante, o Djibuti ainda se defronta com o desafio de promover a diversificação de sua economia. O setor de serviços responde por cerca de 85% do PIB, em função do peso das atividades portuárias e da presença de bases militares estrangeiras.

O país mantém estreitas relações comerciais com a Etiópia, que, desprovida de litoral, responde por cerca de 85% do tráfego nos portos do Djibuti e abastece o país com água potável e energia hidrelétrica, reduzindo a dependência do Djibuti de petróleo importado. No geral, a integração entre os vizinhos é benéfica aos dois países, mas observa-se certa vulnerabilidade djibutiana na medida em que qualquer revés na economia etíope reverberaria fortemente em sua economia.

A China é o principal parceiro comercial do Djibuti e se consolida também como principal investidor e fonte de financiamento para o país. Do ponto de vista chinês, o Djibuti representa peça importante da iniciativa “Belt and Road”, oferecendo acesso ao mercado da África Oriental, em especial etíope, pelo qual a China nutre especial interesse. No entanto, investimentos chineses podem sofrer quedas na medida em que a Etiópia venha adiversificar seu acesso ao mar. Diante disso, o Djibuti tenderá a continuar buscando diversificar suas parcerias econômicas, com países não como Arábia Saudita, Egito ou Japão.

Em relação aos indicadores macroeconômicos, após um crescimento médio de 7% entre 2015 e 2019, o PIB do Djibuti registrou crescimento de 0,5% em 2020, segundo o Banco Mundial. Embora modesto, esse crescimento foi maior do que a contração projetada inicialmente para 2020 (-1%), em decorrência dos efeitos negativos da pandemia de covid-19 sobre a economia mundial.

As perspectivas econômicas de médio prazo do país permanecem positivas, apesar do impacto duradouro da pandemia. O Banco Mundial prevê que a taxa de crescimento do PIB seja de 5,5% em 2021 e atinja uma média de 6,2% em 2022 e 2023, como resultado da esperada recuperação da reexportação da zonas econômicas especiais localizadas no país e das exportações de serviços de transporte, logística e telecomunicações para a Etiópia.

Ainda segundo o Banco Mundial, os projetos de infraestrutura em andamento no Djibouti, tais como a construção de um estaleiro de reparo de navios, um novo píer de petróleo no Porto de Damerjog e uma nova infraestrutura de hospitalidade, também devem impulsionar o crescimento e a criação de empregos. As obras de reparo e manutenção do estaleiro devem atrair mais navios para Djibouti, dando ao principal porto do país uma vantagem competitiva sobre os portos vizinhos e consolidando sua posição como um centro de comércio e logística regional.

Esse cenário positivo pode ser alterado caso se verifique uma recessão econômica mais prolongada na Etiópia, decorrente da combinação dos efeitos da pandemia e do conflito registrado naquele país. Nesse caso, os efeitos de eventual recessão etíope tenderão a afetar negativamente o Djibuti, dada a interdependência da economia dos dois países.

No que se refere à balança comercial, o Djibuti apresenta grande déficit comercial estrutural, impulsionado pela importação de bens para o mercado doméstico (principalmente alimentos, combustíveis e eletricidade). O Djibuti é praticamente desprovido de terras aráveis, com pouco desenvolvimento nos setores agrícola e industrial e força de trabalho em grande parte não qualificada.

Em 2019, mais de 43% das importações do Djibuti provieram da China, seguida pelos EAU (15%) e Índia (7%). O principais produtos importados pelo Djibuti foram petróleo, minérios e aço. Já com referência às exportações, os maiores compradores foram Arábia Saudita (46%), China (14%), e Índia (7%). Os principais produtos exportados pelo país foram animais, cloridos e legumes secos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Colônia francesa da Somalilândia estabelecida na região.
1892	Djibuti se torna a capital da Somalilândia Francesa.
1946	O Djibuti se torna território ultramarino dentro da União Francesa, com legisladores próprios e representantes no parlamento francês.
1946	A França cria base da Legião Estrangeira no Djibuti. A permanência da base é garantida por acordos após a independência do país.
1958	O Djibuti vota a favor de se tornar parte da Comunidade Francesa.
1967	Realização de referendo, no qual os afares e os europeus votam a favor da manutenção do território como parte da Comunidade Francesa. A Somalilândia Francesa passa, então, a se chamar Território Francês dos Afares e dos Issas.
1977	Realização de novo plebiscito torna o Território Francês dos Afares e dos Issas independente, sob o nome de Djibuti. Hassan Gouled Aptidon assume o cargo de presidente após a independência.
1981	O Djibuti torna-se estado unipartidário: União Popular pelo Progresso (RPP).
1992	Adotada constituição que permite sistema multipartidário limitado. Início de conflitos no norte do país entre tropas do governo e a Frente pela Restauração da Unidade e da Democracia (FRUD). Deflagra guerra civil.
1994	O governo e a facção principal da FRUD assinam acordo de partilha de poder que deveria por fim à guerra civil. Facção radical da FRUD, no entanto, mantem-se na luta armada.
1999	Presidente Aptidon anuncia que não concorrerá às eleições presidenciais. Ismail Omar Guelleh, sobrinho e chefe de gabinete de Aptidon, é eleito seu sucessor.
2000	O governo e a facção radical da FRUD assinam acordo de paz que finalmente põe fim à guerra civil.
2001	Os EUA estabelecem base militar no Djibuti, no contexto dos ataques terroristas de 11 de setembro.
2005	O presidente Guelleh concorre novamente às eleições presidenciais como único candidato, sob boicote dos candidatos da oposição.
2008	Eclosão de conflitos entre tropas djibutianas e eritreias na região em disputa de Ras Doumeira.
2010	O parlamento aprova emenda constitucional que permite que o presidente concorra a um terceiro mandato (abril).
2010	Eritreia e Djibuti entram em acordo para resolução pacífica de questões fronteiriças (junho).

2011	Presidente Guelleh vence mais uma eleição sob boicote da oposição.
2011	Japão estabelece base naval no Djibuti, a primeira do país fora de seu território, no âmbito dos esforços de combate à pirataria no litoral da Somália.
2013	Candidatos de oposição concorrem às eleições parlamentares, e conquistam 10 dos 65 assentos. A oposição, no entanto, acusou o governo de fraude nas eleições e iniciou boicote às sessões parlamentares.
2013	Itália cria base militar no Djibuti, no contexto do combate à pirataria no Golfo de Aden e no Oceano Índico.
2015	Assinatura de acordo-quadro entre governo e oposição, em dezembro de 2014, 8 parlamentares da oposição são reintegrados às sessões.
2017	O Presidente Guelleh vence a quarta eleição.
2017	China estabelece base militar naval no Djibuti, a primeira do país fora de seu território.
2021	O Presidente Guelleh é eleito para quinto mandato.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas por meio de assinatura de comunicado conjunto pelos Representantes do Brasil e do Djibuti junto à ONU.
2005	Visita ao Brasil do presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh, para participar da I Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA).
2010	A Embaixada brasileira em Adis Abeba (Etiópia) substitui a Embaixada brasileira em Nairóbi (Quênia) na função de representar cumulativamente o Brasil junto às autoridades djibutianas.
2011	Djibuti é incluído no rol de beneficiários da Lei 12.429, que regulamenta a doação de estoques públicos de alimentos pelo Governo Brasileiro.
2012	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica na Chancelaria djibutiana, por ocasião da apresentação de credenciais da Embaixadora brasileira não residente.
2013	Visita ao Brasil do Embaixador Rached Farad, Delegado Permanente do Djibuti junto à UNESCO, acompanhado do Embaixador do Djibuti em Havana, Ayeid Mousseid Yahya, com o objetivo de obter o apoio brasileiro à candidatura do Embaixador Farah à Direção Geral da UNESCO.

2021	O Brasil realiza doação humanitária de medicamentos (antibióticos) ao Djibuti, para contribuir no combate à pandemia de covid-19 naquele país (julho).

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	STATUS
Acordo De Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Djibuti	14/02/2012		Aguarda ratificação da outra Parte

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUDÃO DO SUL







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Sudão do Sul
GENTÍLICO	Sul-sudanês
CAPITAL	Juba
ÁREA	644.329 km²
POPULAÇÃO	10.984.074 (est. 2021)
IDIOMAS	Inglês (oficial) e cerca de 60 línguas nativas (nacionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (60,5%); islamismo (6,2%); religiões tradicionais (32,9%); outras (0,4%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Assembleia Nacional Legislativa e Conselho dos Estados
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Salva Kiir Mayardit (desde 2011)
CHANCELER	Beatrice Wani-Noah (desde 2020)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US$ 4,07 bilhões (2020)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	US$ 10,9 bilhões (2020)
PIB *PER CAPITA*	US$ 295,66 (2020)
PIB PPP *PER CAPITA*	US$ 791,31 (2020)
VARIAÇÃO DO PIB:	-6,6% (2020); 0,9% (2019); -1,9% (2018); -5,8% (2017); -13,5% (2016); -0,2% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,433 (185ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	57,9 anos
ALFABETIZAÇÃO	34,5 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO	12,2%.
UNIDADE MONETÁRIA	Libra sul-sudanesa
EMBAIXADOR DO BRASIL NO SUDÃO DO SUL	Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso (cumulativo)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL – SUDÃO DO SUL (fonte: MDIC) US$ mil FOB

BRASIL ➔ SUDÃO DO SUL	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	**29,1**	**-**	**692**	**-**	**216,9**	**442,2**	**1.808,6**	**4.135,5**
Exportações	29,1	-	692	-	192,1	428,3	1.808,5	4.135,5
Importações	0	-	0	-	24,8	13,9	0,1	0
Saldo	29,1	-	692	-	167,3	414,4	1.808,4	4.135,5

APRESENTAÇÃO

A República do Sudão do Sul, país mais jovem do mundo, tornou-se independente em 9 de julho de 2011, com extensivo apoio da comunidade internacional. A independência do país foi uma decorrência de longo conflito que opôs o norte, majoritariamente árabe e muçulmano e onde se concentrava o poder político e econômico, e o sul, predominantemente cristão ou animista, do antigo Sudão. Esse conflito durou mais de 50 anos. Estima-se que tenha custado a vida de cerca de 2,5 milhões de pessoas.

Apesar da conclusão exitosa do processo de secessão e da criação, em 2011, da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a história do país esteve marcada, desde seu início, por instabilidades e por conflitos armados localizados.

Em dezembro de 2013, teve início ciclo de conflitos intraestatais, motivados pela cisão entre as principais facções do governo recém-constituído, ligadas aos dois maiores grupos étnicos do país, dinka e nuer. Em 2015, graças aos esforços de mediação da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), as partes em conflito assinaram o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS). Em 2016, contudo, os conflitos foram reiniciados, com graves consequências humanitárias e econômicas.

Em setembro de 2018, novo acordo de paz foi firmado. Os episódios de violência diminuíram significativamente em 2019, permitindo o retorno de alguns refugiados anteriormente dispersos na região, sobretudo em Uganda. Em fevereiro de 2020, foi alcançado acordo que viabilizou a formação de um governo de transição.

A economia do Sudão do Sul está baseada na exploração do petróleo, cujas reservas, estimadas em 3,5 bilhões de barris, são consideradas as terceiras maiores da África subsaariana. O conflito interno, no entanto, tem prejudicado fortemente a economia do país, ao interromper a produção de petróleo, retomada em 2019, e a agricultura familiar.

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com a República do Sudão do Sul, em 9 de julho de 2011, dia da independência do país. Desde 2013, a Embaixada em Adis Abeba representa cumulativamente os interesses do Brasil junto ao governo sul-sudanês.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SALVA KIIR MAYARDIT
Presidente



Salva Kiir Mayardit nasceu em 1951, na região de Bahr el Ghazal, oeste do Sudão do Sul. Em fins da década de 1960, ingressou no grupo separatista sul-sudanês Anya Nya, que lutaria contra as forças de Cartum durante a I Guerra Civil Sudanesa. Em 1983, durante a II Guerra Civil Sudanesa, fundou, junto com outros líderes sul-sudaneses, o Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM), principal agrupamento de facções rebeldes que lutavam pela secessão do sul do Sudão.

Durante a década de 1990, Salva Kiir exerceu a função de Comandante do Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA), braço armado do SPLM. Após a assinatura do Acordo Abrangente de Paz (AAP) entre o Governo do Sudão e o SPLM, que pôs fim à guerra civil sudanesa, em janeiro de 2005, Salva Kiir assumiu o cargo de vice-presidente da região autônoma do Sul do Sudão. No entanto, após três semanas, com a morte do líder secessionista John Garang, coube a Salva Kiir ocupar o cargo de presidente do Sul do Sudão e de primeiro-vice-presidente do Sudão, conforme os termos do AAP. Em 2010, Kiir foi reeleito para a Presidência do Sul do Sudão, com 93% dos votos, o que levou o Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, a indicá-lo novamente ao posto de primeiro-vice-presidente do Sudão.

Com a secessão do Sudão do Sul, Salva Kiir assumiu, em 9 de julho de 2011, o cargo de Presidente do novo país. Inicialmente previsto para encerrar-se em 2015, o mandato do presidente Salva Kiir foi estendido até julho de 2018 pelo Parlamento sul-sudanês, devido à eclosão de conflito civil no país, em 2013. No momento, o presidente lidera um governo de transição, formado em fevereiro de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil esteve entre os primeiros países que reconheceram e estabeleceram relações diplomáticas com a República do Sudão do Sul, tendo-o feito em 9 de julho de 2011, dia da independência do país, o mais recente a emergir na comunidade internacional. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e o Sudão do Sul foi assinado em Juba pelo então Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos III do Itamaraty, responsável pelas relações do Brasil com a África e o Oriente Médio, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representante brasileiro à cerimônia de independência do país, e pelo então Chanceler sul-sudanês, Deng Alor.

A abertura de embaixada sul-sudanesa em Brasília chegou a ser anunciada por nota verbal ao Itamaraty em dezembro de 2011. Contudo, o recrudescimento das tensões entre o Sudão e o Sudão do Sul no período pós-independência; as fortes restrições orçamentárias enfrentadas por Juba, em função da interrupção temporária da produção de petróleo, entre 2012 e 2013; bem como a eclosão, em dezembro de 2013, de conflito civil, dificultaram o adensamento das relações entre o Sudão do Sul e o Brasil e impediram a concretização dos planos de abertura da embaixada.

Em fevereiro de 2013, foi criada, por meio do Decreto nº 7914, a Embaixada do Brasil em Juba, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba.

Na esfera multilateral, o Brasil manifestou nos foros apropriados, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas, seu apoio ao Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005 entre o Governo do Sudão e rebeldes do Sul, que viabilizou a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. O Brasil também cooperou para a implementação do AAP ao enviar missão de observação às eleições gerais de 2010, composta de parlamentares e de diplomata brasileiro. Por ocasião do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, em janeiro de 2011, o Brasil novamente enviou missão de observadores, composta de dois diplomatas.

O Brasil também apoiou o processo de paz entre Sul e Norte por meio do envio de policiais e oficiais militares à Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS). Após a independência do Sudão do Sul, a UNMIS foi substituída pela Missão de Assistência das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMISS), que continua a contar com a participação de policiais e militares brasileiros. Em novembro de 2021, o General de Brigada Marco Antônio Estevão Machado foi selecionado para o posto de chefe do Estado-Maior (“Force Chief of Staff”) da UNMISS, por um período

inicial de um ano. Militares brasileiros também integram a Força Interina das Nações Unidas em Abyei (UNISFA), região em disputa entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Cooperação técnica

Em função, sobretudo, de limitações impostas pelo cenário político doméstico no Sudão do Sul, não há projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação entre os dois países. Juba já expressou, contudo, seu desejo de beneficiar-se de cooperação com o Brasil, que é visto como um parceiro potencialmente estratégico para o desenvolvimento sul-sudanês. Foi igualmente discutida proposta de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica bilateral, a qual não teve encaminhamento até o momento devido ao cenário de conflito civil registrado no Sudão do Sul.

Autoridades sul-sudanesas mencionaram as áreas de agricultura e pecuária como prioritárias para eventual desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral. O Sudão do Sul tem a percepção de que o desenvolvimento agrícola, como vetor de promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da preservação ambiental, é crucial para o país. Há, dessa maneira, oportunidades para uma presença brasileira no país nesse campo.

Uma parceria na área agrícola com o Brasil, sobretudo nos cultivos de café e milho, poderia dar-se, na visão de ambos os países, não somente no campo da cooperação técnica, mas também no campo econômico-comercial, seja por meio de investimentos, seja por meio da aquisição, em bases comerciais, de maquinário, insumos e tecnologias agrícolas. O governo sul-sudanês manifestou, ainda, interesse em trabalhar com investidores brasileiros em áreas como petróleo (extração e refino) e mineração (ouro e urânio).

Cooperação humanitária

Em 2012, a cooperação brasileira com o país deu-se no contexto da cooperação humanitária em apoio às atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sudão e no Sudão do Sul. A contribuição brasileira (de US$ 300 mil) ao ACNUR visou ao apoio a ações emergenciais empreendidas no Sudão e no Sudão do Sul (com valor dividido igualmente), em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade nos dois países.

Em 2016, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em caráter de cooperação humanitária, destinou US$ 100 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), em apoio ao projeto PRRO South Sudan 200572 “Food and Nutrition

Assistance for Relief and Recovery, Supporting Transition and Enhancing Capabilities to Ensure Sustainable Hunger Solutions". O projeto possui como objetivo central a execução de programas de recuperação, transição e resiliência em áreas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Comércio bilateral

O comércio bilateral entre Brasil e Sudão do Sul é pouco expressivo e resume-se às exportações brasileiras de carne de aves. Em 2020, o intercâmbio comercial totalizou US$ 4,13 milhões, sendo composto exclusivamente por exportações brasileiras.

Embora o comércio seja ainda reduzido, eventual estabilização do país no futuro poderá gerar oportunidades comerciais para o Brasil, tendo em vista a competitividade das exportações brasileiras no mercado sul-sudanês. Há potencial de ampliação de negócios nos setores de transportes e infraestrutura.

POLÍTICA INTERNA

A história recente do Sudão do Sul é marcada por conflitos com o vizinho ao norte, o Sudão, os quais culminaram com a secessão sul-sudanesa em julho de 2011. As duas regiões, embora unidas por mais de 50 anos em um mesmo país, apresentam características distintas. O Norte possui população predominantemente árabe e muçulmana. O Sul é povoado por diversos grupos étnicos, sendo os majoritários os dinka e os nuer, entre os quais predominam o cristianismo e religiões tradicionais.

Os motivos para as dissensões entre as duas regiões remontam ao ano de 1821, quando o otomano Mohamed Ali Pasha dominou o Egito e o Sudão. O sul do Sudão era integrado à economia egípcio-sudanesa, para a qual fornecia, principalmente, escravos, madeira e marfim. O controle político turco-egípcio sobre o Sudão, contudo, nunca se firmou plenamente na região sul.

Em 1875, Ismail Pasha contratou o militar inglês George "Chinese" Gordon para consolidar o domínio turco-egípcio sobre o sul. Gordon tornou-se governador da província de Equatoria no atual Sudão do Sul e, mais tarde, governador-geral do Sudão. Nessa condição, Gordon impôs a abolição da escravidão para todo o Sudão. A decisão do britânico causou severa crise econômica e revoltas diversas. Essa situação foi aproveitada pelo sudanês Muhammad Ahmad Al-Mahdi, que uniu vasto exército islâmico e derrotou os ingleses, libertando o Sudão do domínio turco-egípcio.

A área que corresponde aos atuais estados do Sudão e do Sudão do Sul foi reconquistada por exército anglo-egípcio, liderado pelo britânico Lord Kitchener, em 1898. Desde então, o território sudanês foi governado, até 1956, pelo Condomínio Anglo-Egípcio. Os ingleses, contudo, decidiram separar formalmente a administração das duas regiões. A língua oficial adotada para a região foi o inglês, juntamente com línguas locais como o dinka, o nuer, o shilluk e o azande.

Em 1946, no entanto, quando os ingleses começaram a preparar sua retirada do Sudão, as autoridades coloniais decidiram consolidar em Cartum a administração de toda a região que corresponde hoje aos dois estados.

Em 1954, após onda de protestos nacionalistas em Cartum, foi criado o parlamento sudanês, o que marcou o início do processo de independência do Sudão, obtida em 1° de janeiro de 1956. O governo do Sudão foi formado pela elite urbana de Cartum, de origem árabe, sem participação relevante do sul nos processos decisórios do país.

Primeira guerra civil sudanesa

A resposta do sul aos movimentos de Cartum veio um ano antes da independência. Em 1955, na cidade de Torit, militares do “Equatoria Corps” – forças do sul criadas pelos britânicos em 1917 – recusaram-se a cumprir ordens de se deslocar para o Norte.

O motim de Torit é considerado o início da primeira guerra civil sudanesa. Começou, então, o conflito entre Cartum e o movimento rebelde Anya Nya (nome que significa "veneno de serpente", adotado, em 1963, pela guerrilha semiorganizada dos povos do sul sob a liderança de Joseph Lagu). Em 1969, com a tomada do poder em Cartum pelo Coronel Gaafar Nimeiry, abriu-se a possibilidade de negociar a paz. O novo governo do militar sudanês desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia recursos e vidas.

Em 1972, foi assinado o Acordo de Adis Abeba entre o Anya Nya e Cartum, o qual dava autonomia relativa ao sul do Sudão. Conseguiu-se que a região fosse governada como uma só entidade, sem divisões e com grande independência face ao governo de Cartum. Membros do Anya Nya seriam integrados ao Exército sudanês e determinou-se que, no sul do Sudão, as forças armadas seriam compostas por número igual de contingentes sulistas e nortistas. O Acordo também estipulava valores para projetos de desenvolvimento no sul.

Segunda guerra civil sudanesa

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980, contudo, a paz entre o norte e o sul do Sudão deteriorou-se, levando ao reinício do conflito em junho de 1983. A causa imediata da retomada das hostilidades foi a decisão de Cartum de redividir o sul em três regiões, tomada em junho de 1983 pelo presidente Gaafar Nimeiry. Analistas argumentam que a ação buscava enfraquecer a liderança única da região sul, com vistas a facilitar a exploração do petróleo, descoberto pela Chevron em 1978/79 na região de Bentiu, no sul do país. Ademais, também em 1983, Nimeiry adotou a xaria (lei islâmica) em todo o território do país, e eliminou os códigos civil e penal então existentes, marginalizando a população sulista, em sua maioria cristã.

Em meio à deterioração da paz entre as duas regiões, alguns oficiais sulistas, sob a liderança do tenente-coronel John Garang de Mabior, fugiram para a Etiópia e fundaram, na cidade de Gambella, o Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA). O braço político do grupo denominou-se, por sua vez, Movimento de Libertação do Povo do Sudão (SPLM).

Durante os governos dos Presidentes Nimeiry (1969-1985) e Sadiq Al-Mahdi (1986-1989), o exército sudanês estava enfraquecido, o que facilitou ao SPLA dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e a algumas regiões do norte. A partir de 1991, contudo, o SPLA começou a perder força, em função de mudanças no contexto regional e de divisões internas. Parte dos revoltosos, os chamados unionistas, tinha interesse na refundação do Sudão em bases mais inclusivas para a população do sul, sem recurso à secessão. Outra parte, os ditos secessionistas, advogavam a independência do sul do Sudão. Durante a década de 1990, continuaram os enfrentamentos entre SPLA, exército sudanês e outros grupos rebeldes sulistas.

O Acordo Abrangente de Paz (AAP)

Em 1999, mudanças políticas fizeram com que as lideranças sudanesas adotassem postura mais flexível e pragmática quanto à possibilidade de se buscar a paz. As negociações para o fim do conflito contaram com a ativa participação do organismo sub-regional IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, com sede no Djibuti) e intensificaram-se a partir de 2002. Naquele ano, assinou-se o Protocolo de Machakos (Quênia), que estabeleceu governo semiautônomo no sul do Sudão (o GoSS, Governo do Sul do Sudão) e assegurou aos sulistas representação política em Cartum, bem como metade da renda total da produção de petróleo, concentrada no sul do Sudão.

O Protocolo de Machakos abriu caminho para acordo de caráter definitivo, o Acordo Abrangente de Paz (AAP), celebrado em Nairóbi, em janeiro de 2005, que estabeleceu a realização de referendo sobre a independência do sul do país em prazo de 6 anos, bem como de consulta específica à população da região de Abyei, zona petrolífera limítrofe entre o Sul e o Norte, sobre qual dos dois territórios deveria integrar. As Partes, contudo, nos termos do AAP, deveriam empreender esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Assim como o Protocolo de Machakos, o AAP também estabeleceu termos para a representação política dos povos do sul, além de determinar o compartilhamento da riqueza advinda da extração de petróleo. O novo governo sudanês resultante do Acordo (o Governo de Unidade Nacional do Sudão) foi integrado por grupos políticos do Norte (NCP) e do Sul (SPLM), e tomou posse em julho de 2005. Previu-se, ademais, a realização de eleições gerais em 2010, tanto no sul quanto no norte.

Nesse contexto, o líder do SPLA, Salva Kiir Mayardit assumiu a presidência do GoSS e a primeira vice-presidência do Governo de Unidade Nacional do Sudão, em agosto de 2005, após a morte de John Garang, em acidente de helicóptero em Uganda. Kiir negociou com as diversas dissidências do SPLA e, em janeiro de 2006, o presidente do GoSS assinou a Declaração de Juba, pela qual as forças milicianas seriam integradas aos quadros do SPLA.

Nas eleições gerais de 2010, Kiir reelegeu-se presidente do GoSS por ampla maioria, o que lhe garantiu, nos termos do AAP, a vice-presidência do Sudão. Esse fato, aliado aos bons resultados obtidos pelo SPLM no pleito, foram fatores importantes para a realização do referendo de autodeterminação do sul.

Independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, referendo sobre a independência do sul do Sudão, com 98,83% do eleitorado optando pela secessão. O então Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir, cujo regime encontrava-se isolado internacionalmente, aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses estipulado pelo próprio AAP, foi emitida declaração formal de independência do Sudão do Sul, mais jovem país do continente africano e do mundo. Salva Kiir assumiu a presidência do novo país.

A secessão sul-sudanesa tem importante caráter simbólico para a África. Trata-se do primeiro movimento endógeno no continente com vistas à redefinição de fronteiras, por votação e decisão consensuada de forma mútua.

Um dia antes da independência do Sudão do Sul, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estabeleceu, por meio da Resolução 1996 (2011), a UNMISS (Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul). Entre os objetivos da missão, destacam-se o auxílio na consolidação de instituições sul-sudanesas, por meio da cooperação para a formulação de políticas nacionais em diversas áreas; a proteção da população civil; e a promoção da participação nos processos políticos, com o auxílio para a preparação e realização de eleições. A UNMISS conta com a participação de policiais e militares brasileiros. Em novembro de 2021, o General de Brigada Marco Antônio Estevão Machado foi selecionado para o posto de Chefe do Estado-Maior (Force Chief of Staff) da UNMISS, por um período inicial de um ano.

Divisões políticas e grupos insurgentes

Com a secessão sul-sudanesa, as diversas forças políticas do país, frequentemente agrupadas em torno de interesses comunitários com matizes étnicos, passaram a disputar espaço por maior participação política nas instituições governamentais do novo país. Com isso, começam a surgir crescentes fissuras no amálgama político que havia sido moldado pelo SPLM em torno da causa comum de resistência a Cartum. Em cenário de dificuldades econômicas e de mau gerenciamento das receitas provenientes do petróleo, também aumentou o descontentamento de parte da população com o governo do SPLM.

Nesse contexto, o governo sul-sudanês passou a enfrentar focos de insurgência armada de diversos grupos que se sentiam alijados do poder. Entre esses grupos, destacou-se o Exército de Libertação do Sudão do Sul (SSLA), então liderado por George Athor, ex-General do SPLM, com aspirações ao governo do estado de Jonglei, no sudeste do país. Assim, logo após a independência, tensões internas próprias da sociedade sul-sudanesa, baseadas, em grande medida, em interesses comunitários de matiz étnico, ganharam força. Como resultado, multiplicaram-se grupos insurgentes e milícias armadas de caráter comunitário e tornaram-se mais comuns os confrontos intercomunitários.

A disseminação e violência dos confrontos intercomunitários elevaram as pressões internacionais para que os diversos grupos armados sul-sudaneses alcançassem uma resolução negociada para os conflitos.

Em 2012 e 2013 foram assinados acordos de paz entre o governo e diversos grupos insurgentes. Com isso, parte das tropas do SSLA e de outros grupos armados foi incorporada ao exército sul-sudanês. Os acordos não propiciaram, no entanto, solução definitiva para as clivagens estruturais, ainda latentes na sociedade do jovem país africano.

Conflito interno e início do processo de paz

Em meados de dezembro de 2013, teve início o maior conflito civil desde a independência do Sudão do Sul, em 2011. Dessa vez, as hostilidades tiveram caráter predominantemente político. Tratou-se da divisão do SPLM em facções lideradas pelo presidente Salva Kiir e pelo então vice-presidente Riek Machar.

Ao longo de 2013, parcela do SPLM/A passou a atribuir os insucessos no plano econômico e a turbulência social à atitude apaziguadora do Presidente Salva Kiir em relação ao Sudão, bem como a seu autoritarismo à frente do governo. Com a reforma do gabinete, em julho de 2013, tornou-se pública a cisão no SPLM. Foram trocados todos os 29 ministros e secretários-executivos, além do próprio vice-presidente, Riek Machar.

O clima tornou-se mais tenso quando Riek Machar, figura política autônoma também associada à luta pela secessão, anunciou a intenção de concorrer à presidência do SPLM, possivelmente em preparação ao lançamento de candidatura para concorrer às eleições presidenciais de 2015. Assim, à medida que se aproximava o prazo para as eleições gerais no país, acirrou-se o quadro de duras disputas intrapartidárias no seio do SPLM.

Em 15 de dezembro de 2013, homens armados não identificados iniciaram tiroteio na capital, Juba, próximo ao Palácio presidencial. O presidente Salva Kiir acusou Machar, em transmissão televisiva em cadeia nacional, de tentativa frustrada de golpe de estado. Apesar de negar a versão do presidente, Machar posteriormente assumiu o comando dos revoltosos, que passaram a intitular-se SPLM na Oposição. Mesmo com origem em divergências intrapartidárias, o conflito apresentou também contornos étnicos, pois Kiir e Machar pertencem aos dois maiores grupos étnicos do Sudão do Sul, dinka e nuer, respectivamente.

O conflito no Sudão do Sul, de ampla repercussão regional e internacional, tem sido objeto de amplos esforços de mediação liderados pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). As violações dos sucessivos compromissos de cessar-fogo, bem como a multiplicação dos grupos envolvidos na

disputa pelo poder constituem, contudo, desafios importantes no âmbito do atual processo de paz.

Em agosto de 2015, a IGAD auspiciou assinatura do Acordo sobre a Resolução de Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), que previu, entre outras medidas, a formação de governo de transição e partilha de poder. O mandato presidencial de Salva Kiir foi prorrogado e Riek Machar foi reconduzido à vice-presidência. Foi estipulado prazo até outubro de 2018 para a realização de novas eleições, com vistas à formação do novo governo.

A criação de governo de transição, contudo, não foi capaz de impedir nova escalada de violência no Sudão do Sul, a partir de 2016, quando novas cisões políticas impediram o avanço do processo de diálogo e reconciliação nacional. Em julho de 2016, Riek Machar, que havia sido reconduzido ao cargo de vice-presidente pelo ARCSS, novamente deixou o poder, exilando-se, pouco depois, na África do Sul. Além disso, grupos políticos e militares que não fizeram parte das negociações do ARCSS questionaram a legitimidade do governo de transição e união nacional e reivindicaram sua inclusão no processo negociador.

Os efeitos cumulativos dos anos de conflitos agravaram a crise humanitária no país. Segundo estudos do Banco Mundial, níveis extremos de insegurança alimentar aguda persistem em todo o país, afetando aproximadamente 6 milhões de sul-sudaneses, cerca de metade da população. Estima-se que 1,4 milhão de crianças menores de 5 anos sofram de desnutrição grave. A população deslocada pela crise humanitária permanece elevada, sendo estimada, em 2021, em 4 milhões de pessoas. Desse total, 1,6 milhão de pessoas são deslocados internos e cerca de 2,4 milhões são refugiados, abrigados em seis países vizinhos, sobretudo Uganda. Em 2020, a situação foi agravada por grandes inundações e pelos impactos da pandemia de covid-19.

Revitalização do processo de paz e situação atual

Nesse contexto, a IGAD lançou, em junho de 2017, iniciativa de revitalização do processo de paz do Sudão do Sul, com vistas à adoção de um cessar-fogo permanente e de cronograma realista para implementação do ARCSS, com vistas à realização de eleições democráticas no fim do período do governo de transição. A primeira fase do processo foi concluída em dezembro de 2017, com a assinatura de Acordo sobre Cessação de Hostilidades, Proteção de Civis e Acesso Humanitário. Em que pesem as violações do cessar-fogo, o acordo tem sido fundamental para garantir condições básicas de estabilidade no país.

A segunda fase do processo, iniciada em fevereiro de 2018, chegou a ser suspensa, por não haver consenso entre as partes sobretudo quanto à realização de eleições, sendo posteriormente retomada, em março de 2018. As negociações prosseguiram até 12 de setembro de 2018, quando foi assinado, pelas partes em conflito, o Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (R-ARCSS), em Adis Abeba. O Acordo prevê a criação de novo governo de transição com partilha de poder entre as partes envolvidas na negociação. Esperava-se que o novo governo fosse formado em 2019, mas discordâncias entre Salva Kiir e Riek Machar impediram que isso ocorresse.

Em 20 de fevereiro de 2020, Salva Kiir e Riek Machar alcançam um acordo, viabilizando a formação de novo governo de unidade nacional, empossado em 22 de fevereiro de 2020. Salva Kiir permaneceu na presidência e Riek Machar assumiu uma das quatro vice-presidências previstas no R-ARCSS. O governo de transição terá mandato de três anos, com eleições previstas para 2022.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Sudão do Sul pautou-se, de início, pela negociação de questões pendentes com o vizinho do norte (República do Sudão), após o processo de secessão, sobretudo os termos de partição dos recursos prevenientes da venda de petróleo, cujo escoamento ainda se dá pelo território do norte, e a demarcação da fronteira comum. Com a eclosão do conflito interno sul-sudanês, contudo, essas frentes de negociação perderam prioridade e dinamismo, na medida em que a agenda internacional de Juba passou a centrar-se na mediação do conflito. A política externa do Sudão do Sul tem-se confundido, desde então, com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país.

Relacionamento Sudão do Sul - Sudão

Desde meados de 2012, as relações entre o Sudão do Sul e o Sudão têm registrado processo de distensão, que resulta de postura pragmática, tanto de Juba quanto de Cartum. Ao avaliar que o diálogo construtivo entre os dois países é condição essencial para a prosperidade de ambos, bem como para a paz e a estabilidade na região, as autoridades dos dois países têm obtido avanços nas negociações políticas das divergências em relação aos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e a demarcação da fronteira comum. Em setembro de 2012, mês marco nesse processo de distensão, os Presidentes do Sudão

do Sul e do Sudão firmaram importante acordo em Adis Abeba, comprometendo-se a retirar suas tropas da área de fronteira e retomar a produção e escoamento de petróleo, entre outras medidas.

Divergência fronteiriça mais importante, que persiste até os dias atuais, refere-se à região de Abyei, situada em área disputada entre grupos nômades pastoris (Misseriya), de origem árabe, tradicionalmente aliados a Cartum, e tribos sedentárias (Ngok-Dinka), de origem sul-sudanesa, aliadas ao SPLM/A. A região tem também importância econômica, dada a presença de grandes reservas petrolíferas e infraestrutura para sua extração e transporte. No âmbito das negociações do AAP, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local para a definição de sua nacionalidade. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o Norte).

A fim de monitorar a desmilitarização e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), que criou a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), que conta com participação de militares brasileiros. No contexto do atual conflito no Sudão do Sul, as negociações sobre a questão de Abyei foram praticamente interrompidas.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. Após a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a deter cerca de 75% das reservas de petróleo que antes pertenciam ao Sudão unificado. O território ao norte (República do Sudão), por sua vez, concentra as infraestruturas necessárias para refino e exportação do hidrocarboneto, de modo que o Sudão do Sul passou a acumular dívida com o país vizinho relativa aos custos de escoamento da produção de petróleo.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção de petróleo em seu território, em razão de valores, que considerava abusivos, cobrados pelo norte para escoamento e embarque de seu produto. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, ambos os países acordaram tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa. Embora tenham sido considerados planos de construção de oleoduto alternativo, com vistas à exportação da produção de petróleo sul-sudanesa pelo território da Etiópia ou do Quênia, o Sudão permanece, até o momento, como única alternativa logística.

Desde o recrudescimento da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, o Sudão passou a receber importante contingente de refugiados provenientes de zonas afetadas pelo conflito. Atualmente, estima-se em mais de 790 mil os refugiados sul-sudaneses no Sudão.

Uganda e Quênia

O Sudão do Sul passou, com a independência, a fortalecer vínculos com a região dos Grandes Lagos, em particular com Uganda e Quênia, países que constituem alternativas, a médio prazo, para o escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa e que possuem crescentes interesses econômicos no Sudão do Sul.

Uganda foi dos mais ativos apoiadores da secessão do Sudão do Sul. Preocupava o governo ugandense o risco de internacionalização do conflito civil sul-sudanês, além dos grandes deslocamentos humanos sul-sudaneses rumo a seu território. Estima-se em mais de 1 milhão o número de refugiados sul-sudaneses em Uganda, país que mais acolhe refugiados sul-sudaneses. Tendo em conta o interesse concreto na estabilidade do governo sul-sudanês, Uganda realizou ações militares no país em janeiro de 2014, com vistas a bloquear a escalada do atual conflito civil. Devido ao seu engajamento em outras crises regionais, sobretudo na Somália, Uganda logo passou a declarar, contudo, sua preferência pelo recurso à mediação na busca por solução para o conflito no Sudão do Sul.

IGAD E EAC

Como meio de diversificar seu relacionamento bilateral e consolidar alternativas regionais a seus fortes vínculos históricos e econômicos com a República do Sudão, o Sudão do Sul solicitou e obteve adesão à Comunidade da África Oriental (EAC), mecanismo de integração abrangente dos países da região (Quênia, Ruanda, Uganda, Tanzânia e Burundi). O Sudão do Sul aderiu, também, a outros dois importantes organismos sub-regionais: a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos (CIRGL). A IGAD é a organização sub-regional do Chifre da África, de que participam, além do Sudão do Sul, Djibuti (onde está sua sede), Etiópia, Eritreia, Somália, Sudão, Quênia e Uganda. A CIRGL, além do Sudão do Sul, tem por membros Angola, Burundi, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Quênia, Uganda, Ruanda, Sudão, Tanzânia e Zâmbia.

Etiópia

A Etiópia, que atua intensamente nos esforços de mediação desenvolvidos pela IGAD, como já observado, tem interesses concretos na estabilidade sul-sudanesa. Desde o início dos confrontos, mais 400 mil sul-sudaneses se refugiaram no território etíope, segundo o ACNUR. Além do empenho em alcançar solução política para o conflito, o país é um dos maiores contribuintes de tropas para a UNMISS. A UNISFA (Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei), região disputada, como já mencionado, por Sudão e Sudão do Sul, é composta, em sua grande maioria por efetivos etíopes (cerca de 4350 tropas).

Relações extracontinentais

Logo após sua independência, o Sudão do Sul contou com boas relações com os países ocidentais, sobretudo com os Estados Unidos e o Reino Unido, que participaram ativamente na articulação da autodeterminação sul-sudanesa. Desde 2011, EUA, Reino Unido, Holanda e Noruega constituem os principais fornecedores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para o Sudão do Sul.

Contudo, com a eclosão do conflito civil, em 2013, o país passou a ser objeto de atenções redobradas de parceiros extrarregionais, que têm exortado os sul-sudaneses a resolver suas diferenças de forma pacífica e em consonância com os esforços regionais de mediação. Nesse contexto, em 2014, os EUA editaram ordem executiva que estabelece sanções financeiras contra indivíduos e grupos que ameacem a paz, a segurança ou a estabilidade do Sudão do Sul. Em março de 2015, o CSNU adotou a Resolução 2206, que estabeleceu regime de sanções contra o país, com previsão de extensão às personalidades que não colaborassem para a solução do conflito. O regime de sanções contra o Sudão do Sul tem sido renovado pelo CSNU. A última renovação ocorreu em outubro de 2021, pela Resolução 2815, com vigência até 31 de outubro de 2022.

Desde o início de 2018, o Sudão do Sul foi objeto de renovadas pressões internacionais para que o acordo de cessação de hostilidades assinado em dezembro de 2017 seja respeitado e as partes se engajem construtivamente nas negociações. Após o presidente da Comissão da IGAD declarar-se favorável à aplicação de sanções contra indivíduos que têm buscado obstaculizar o processo de paz no Sudão do Sul, em fevereiro de 2018, foi anunciada, naquele mês, a proibição da exportação de armas pelos EUA para o país africano, bem como a imposição de sanções contra autoridades sul-sudanesas pela União Europeia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Sudão do Sul está baseada e na exploração do petróleo, cujas reservas, estimadas em 3,5 bilhões de barris, são consideradas o terceiro maior total da África subsaariana. O conflito interno, no entanto, tem prejudicado fortemente a economia do país, ao interromper a produção de petróleo. A agricultura e a pecuária são apontadas como as áreas mais promissoras para a promoção de uma necessária diversificação da economia, tendo em vista a grande disponibilidade de terras férteis no país. Estudos da FAO divulgados por ocasião da independência do Sudão do Sul (2011), indicavam que apenas 4,5% das terras disponíveis para a agricultura são efetivamente cultivadas. Embora o país tenha elevado potencial agrícola, os impactos negativos dos conflitos na agricultura familiar, fazem com que o Sudão do Sul dependa da importação de alimentos, o que aumenta consideravelmente a exposição do país a choques externos.

A economia sul-sudanesa depende também da ajuda internacional, proveniente sobretudo dos Estados Unidos e da União Europeia. Os doadores, contudo, têm-se mostrado cautelosos em razão da persistente instabilidade política.

A eclosão do conflito civil, em 2013, impactou negativamente a economia do Sudão do Sul ao minar os esforços de desenvolvimento pós-independência, afastar investimentos produtivos e comprometer a exploração do petróleo, que responde por grande parte da renda do país.

O reinício dos conflitos internos, em julho de 2016, neutralizou os poucos ganhos de desenvolvimento alcançados pelo Sudão do Sul desde sua independência. Como consequência, a economia sul-sudanesa permanece frágil e instável. Cerca de 82% da população do país vive abaixo da linha da pobreza, de acordo com as estimativas mais recentes do Banco Mundial.

A assinatura de acordo de paz, em 2018, e a formação do governo de transição, em 2020, viabilizaram a retomada da produção de petróleo, interrompida pelo conflito interno. O reinício da exploração petrolífera abriu a possibilidade para recuperação econômica, embora esse cenário positivo tenha sido dificultado pelos impactos econômicos da pandemia de covid-19.

Segundo o Banco Mundial, a economia sul-sudanesa havia se recuperado significativamente antes da pandemia de covid-19, com o crescimento real do produto interno bruto (PIB) atingindo 9,5% no ano fiscal 2019-2020. O setor de petróleo continuou a ser o principal impulsionador do crescimento, com produção

estimada de 62,1 milhões de barris no mesmo período, representando um aumento de 26,5% em relação aos 49,1 milhões de barris produzidos no ano fiscal anterior. No setor agrícola, a área cultivada aumentou 6% em 2020 em relação ao ano anterior, mas ainda está aquém dos níveis anteriores ao conflito.

O FMI prevê retração da economia sul-sudanesa de cerca de 4% no ano fiscal 2020-2021, em consequência da queda do preço do petróleo e de fortes enchentes registradas nesse período. Nesse contexto, o Fundo aprovou, em março de 2021, ajuda ao Sudão do Sul de US$ 174,2 milhões, na modalidade Rapid Credit Facility (RCF)

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1821	O otomano Mohamed Ali Pasha domina o Egito e o atual Sudão. Tribos do sul iniciaram contatos com os estrangeiros.
1899	Domínio inglês da região do Sudão. Sul e norte são separados em administrações distintas.
1946	Conferência de Juba decide consolidar em uma só entidade administrativa norte e sul do Sudão.
1954	Início do processo de independência do Sudão com a criação do parlamento.
1955	Motim no Sul dá início à Primeira Guerra Civil sudanesa.
1956	Independência do Sudão.
1972	Acordo de Adis Abeba põe fim ao conflito civil entre norte e sul. O sul passa a constituir entidade administrativa única a ser administrada com elevado grau de autonomia.
1983	Reinício do conflito civil. É fundado, na Etiópia, o Exército de libertação do Povo do Sudão (SPLA).
1999	Retomada das negociações entre Cartum e rebeldes do sul. Atuação da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organismo regional sediado no Djibuti.
2005	Assinatura, em Nairóbi, do Acordo Abrangente de Paz (AAP). Previsão de realização de referendo sobre a secessão do sul, em 6 anos. Retorno imediato da autonomia do Sul. Realização de eleições gerais em 2010. Repartição das receitas do petróleo e o estabelecimento de governo de unidade nacional.
2005/ago	Salva Kiir, fundador do SPLA assume a presidência do governo do Sul do Sudão e a vice-presidência no governo de Unidade Nacional.
2006	Governo do Sul do Sudão adota a Declaração de Juba, que previu a

	integração de milícias rebeldes ao SPLA.
2010	Reeleição de Salva Kiir como presidente do governo do Sul do Sudão, no âmbito das eleições gerais sudanesas.
2011/jan	Referendo sobre a independência do sul do Sudão, em que mais de 98% dos votos são favoráveis à separação.
2011/mai	Conflitos entre o sul e o norte culminam com a tomada de Abyei pelo Norte. Após acordo para a desmilitarização da região, CSNU criou a Força Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA).
2011/jul	Independência do Sudão do Sul.
2012/jan	Governo sul-sudanês interrompe fornecimento de petróleo, em razão dos preços cobrados pelo Sudão para o escoamento e embarque do produto.
2012/abr	Deterioração da situação na fronteira entre Sudão e Sudão do Sul.
2012/mai	Retomada das negociações entre os dois países.
2012/set	Assinados os Acordos de Adis Abeba, que estabelecem condições para retirada de tropas da região de fronteira, criação de zona desmilitarizada e retomada da produção de petróleo sul-sudanesa.
2013/abr	Retomada da produção de petróleo sul-sudanesa. O Presidente sudanês Omar Al-Bashir realiza a primeira visita a Juba após a independência.
2013/dez	Eclosão do atual conflito civil, opondo forças lideradas pelo presidente Salva Kirr às comandadas pelo ex-vice-presidente Riek Machar.
2014/jan	Sob os auspícios da IGAD, foi assinado o Acordo para a Cessação de Hostilidades, que se tornou uma das principais referências dos esforços de mediação política da crise sul-sudanesa. Não obstante os sucessivos compromissos de cessar-fogo firmados após esse acordo, jamais cessaram os episódios de enfrentamentos entre as partes em conflito.
2015/ago	Sob auspícios da IGAD foi assinado o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), que previu a formação de Governo Transitório de União Nacional e estipulou prazo até outubro de 2018 para a realização de novas eleições.
2016/abr	Riek Machar retorna a Juba e assume a vice-presidência no novo governo de união. Em julho é demitido e volta ao exílio.
2017/jun	IGAD lança o Fórum de Alto Nível para a Revitalização do ARCSS, para discutir medidas necessárias ao cessar-fogo permanente e à revisão e adoção de cronograma realista para a realização de eleições democráticas.
2017/dez	Assinatura do Acordo sobre Cessação de Hostilidades, Proteção de Civis e Acesso Humanitário.
2018/set	Assinatura do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (R-ARCSS), em Adis Abeba.
2020/fev	Assinatura de acordo de paz entre Salva Kiir e Riek Machar. Formação

	de novo governo de unidade nacional no Sudão do Sul, com base no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no país, assinado em 2018.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

9/1/2011	Governo brasileiro envia missão de observadores ao referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul.
9/7/2011	Governo brasileiro é representado na cerimônia de independência do Sudão do Sul pelo então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto. Na ocasião, o representante brasileiro assinou, juntamente com o Chanceler sul-sudanês, comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com o Sudão do Sul.
7/2/2013	Decreto nº 7914 cria a Embaixada brasileira em Juba, cumulativa com Adis Abeba.
2016	O Governo brasileiro saúda o retorno de Riek Machar a Juba e sua assunção ao cargo de Primeiro-Vice-Presidente do Sudão do Sul, marcos importantes na implementação do processo de solução política para o conflito sul-sudanês, ancorado no acordo de paz alcançado pelas partes em agosto de 2015 (27 de abril)
2020	O governo brasileiro saúda o estabelecimento, no último dia 22 de fevereiro, de governo de transição no Sudão do Sul, com base no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no país, assinado em 2018 (fevereiro).

EMBAIXADA DO BRASIL EM ADIS ABEBA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR LUIZ EDUARDO DE A. V. PEDROSO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (2019-2021):

I- POLÍTICA INTERNA

O período de minha gestão foi marcado por clara divisão em dois momentos. O primeiro, caracterizado pela "Abiymania", durou até o terceiro trimestre de 2019 e culminou com o recebimento, pelo primeiro-ministro Abiy Ahmed, do Nobel da Paz daquele ano; o segundo caracterizou-se por progressiva crise política e a eclosão de conflitos étnicos, aos quais vieram se somar os efeitos da pandemia de COVID-19. Ainda que o contexto pareça indicar uma estabilização do conflito civil com a região de Tigré (oficialmente iniciado em 4 de novembro de 2020) e tenha reduzido o temor de fragmentação do país, ao menos no curto prazo, não é possível antever seus efeitos em período de tempo mais longo.

2. O meu primeiro ano à frente desta embaixada coincidiu com a consolidação do poder do PM Abiy Ahmed, nomeado primeiro-ministro em abril de 2018, após prolongadas deliberações internas na "Ethiopian Peoples' Revolutionary Democratic Front" (EPRDF), coalizão de partidos étnicos até então dominada pela "Tigrayan People's Liberation Front" (TPLF), que tomara o poder em 1991, pondo fim ao governo de Mengistu Haile Mariam. Ao assumir o poder, Abiy Ahmed prometeu realizar reformas políticas e econômicas liberalizantes, reduzindo a presença do Estado na economia e seu controle sobre a vida dos cidadãos.

3. Como resultado da liberalização política, que incluiu a libertação de milhares de prisioneiros políticos e o fim da censura na internet, da melhora dos índices econômicos (que cresceram mais de 13% no ano fiscal 2018-2019) e do acordo de paz celebrado com a Eritreia (junho de 2018) o primeiro-ministro tornou-se muito popular entre oromos e amaras, que juntos compõem cerca de 70% da população etíope. O fenômeno da "Abiymania", com multidões recebendo o jovem primeiro-ministro (42 anos quando assumiu o cargo) em celebrações públicas, algo pouco usual no país, tornou-se recorrente para descrever os primeiros dois anos do novo governo.

4. Não obstante a defesa de Abiy de que os etíopes deviam sentir-se, em primeiro lugar, parte de uma nação e somente depois membros de um grupo étnico específico (são mais de 90 no país), tensões entre as diversas etnias que compõem a população nacional continuaram latentes, resultando em recorrentes episódios de violência étnica, como os que envolveram oromos, somalis e amaras, entre meados de 2019 e em boa parte de 2020. No nível político também foram registradas tentativas de subversão da ordem, como o fracassada tentativa de golpe na região de Amara em junho de 2019, quando foi assassinado o presidente regional, Ambachew Mekonnenassim, na capital local Bahir Dar, assim como o comandante das Forças Armadas etíopes, general Seare Mekonnen, em Adis Abeba.

5. Com efeito, o choque entre forças centrípetas - Abiy e seus aliados, que buscavam a centralização do poder, por meio da ideia de uma nação etíope - e centrífugas - opositores do PM, que defendiam a manutenção do modelo de federalismo étnico construído pela EPRDF, como forma de evitar o domínio de um grupo sobre os demais – caracterizou a quase totalidade dos conflitos durante o novo governo, que culminou na atual guerra civil. Nesse sentido, a dissolução, em dezembro de 2019, da EPRDF, composta por vários partidos regionais e étnicos, e sua substituição pelo "Prosperity Party", de caráter nacional e interétnico, marcou momento de acentuada ruptura do frágil equilíbrio político etíope. A recusa do TPLF em aderir à nova agremiação - único membro da EPRDF a fazê-lo - e, portanto, sua saída da administração nacional marcaram o isolamento tigrínio e o início das fricções com o governo federal, que desembocaria em conflito armado em novembro do ano seguinte.

6. A esse contexto de crise entre aliados e adversários do projeto de centralização do poder levado a cabo por Abiy Ahmed, veio a somar-se a pandemia que, além dos efeitos econômicos, provocou o adiamento das eleições gerais previstas originalmente para maio de 2020. Alegando que a consequente extensão do mandato do primeiro-ministro não tinha respaldo constitucional, a liderança tigrínia decidiu proceder com as eleições em sua região, em setembro de 2020. O governo federal, por sua vez, considerou a eleição em Tigré ilegal e, em outubro, o parlamento etíope suspendeu o repasse de verbas federais ao governo tigrínio.

7. Em resposta a ataque orquestrado à base militar na região de Tigré - que concentrava parcela significativa do efetivo e equipamento das tropas federais, reminiscência da guerra com a Eritreia (1998-2000) - pela "Frente de Libertação do Povo de Tigré" (TPLF), em 4 de novembro daquele ano, as autoridades federais anunciaram o início de operações militares na região, com o apoio de forças da região vizinha de Amara e, apesar das negativas iniciais, também do exército eritreu. Após poucas semanas, tropas federais ocuparam a capital regional Mekele e o governo declarou vitória ainda em 2020, alegando que os combates remanescentes eram apenas contra "pequenos focos de resistência".

8. Acostumados à guerra de guerrilha, desde os combates para derrubar o regime Derg (década de 1980), as forças tigrínias haviam apenas se retirado para áreas montanhosas e, após se reorganizarem, lançaram contraofensiva em abril de 2021, primeiro retomando o controle de áreas rurais e pequenas cidades, até reocuparem Mekele, em junho deste ano. A entrada do TPLF na capital regional foi motivo de celebração para a população local. Do lado do governo, a derrota militar foi tratada como recuo e declaração de cessar-fogo unilateral, que veio acompanhado de virtual bloqueio da região, com corte de serviços bancários, internet e eletricidade, bem como dificuldades para o acesso de ajuda humanitária.

9. Sob o manto da tentativa de romper o bloqueio de assistência humanitária, o TPLF recusou o cessar-fogo do governo e, em nova ofensiva, adentrou as regiões contíguas de Afar e Amara, tendo, em novembro último, chegado a cerca de 190km de Adis Abeba, antes que nova ofensiva do governo liderada na frente de batalha pelo próprio PM Abiy Ahmed, após rápida operação para reequipar suas forças armadas - sobretudo com a aquisição de "drones" - obrigasse-os a recuar.

10. Cabe ressaltar que, apesar da decretação de estado de emergência por seis meses, no dia 02/11, não houve limitações ou censura à internet no país. Não há registro de cerceamento de vozes opositoras na rede e o acesso a mídias sociais permanece normal. Considerando-se que o acesso à internet se dá, sobretudo, por meio da telefonia móvel, tal fato pode ser visto como manutenção do compromisso liberalizante do governo, não obstante o retorno à prisão, ainda em 2020, de alguns líderes opositores, sobretudo oromos, como é caso de seu principal expoente Jawal Mohamed, detido desde junho de 2020.

11. Como resultado do encarceramento de seus líderes, os principais partidos oromos ("Oromo Liberation Front - OLF" e "Oromo Federalist Congress - OFC") recusaram-se a participar das eleições gerais do país, realizadas, após sucessivos atrasos, em duas etapas, em 21/06 e 30/09. Não obstante a promessa de criar uma democracia multipartidária no país, o boicote por parte do OLF e do OFC, somado à não realização de pleito no Tigré, levou o partido de Abiy a conquistar mais de 95% dos assentos em disputa, em votação considerada credível pela missão de observação da União Africana.

12. Apesar de dispor de ampla maioria para governar, Abiy cumpriu sua promessa de incluir representantes de outros partidos no governo, nomeando-os para postos na área social, como Educação, Inovação e Tecnologia, e Cultura e Esporte, que seus adversários alegam ter baixo orçamento e pouca autonomia. Vale destacar ainda, a despeito de estar a Etiópia muito provavelmente a atravessar a maior crise política de sua história contemporânea, a cerimônia de posse
pública do PM - a primeira da história do país, realizada na Praça Meskel (a principal de Adis Abeba) - logrou atrair público estimado em cerca de 100 mil pessoas, em outubro último.

II- POLÍTICA EXTERNA

13. Também no plano externo, a atuação da Etiópia foi profundamente impactada pela guerra civil. No início de seu governo, Abiy buscou melhorar as relações do país com seus vizinhos, tendo por base o reestabelecimento dos laços com a Eritreia, antiga província etíope que conquistou independência em 1993, e com a qual o país permanecia tecnicamente em guerra desde 2000. Com efeito, ainda em meados de 2018, foi assinado acordo de paz entre os dois países, o que levou Abiy a ser agraciado, no ano subsequente, com o Nobel da Paz. Tal reconhecimento impulsionou o papel do premier etíope como articulador da paz na região, tendo sido instrumental na formação do governo civil-militar no Sudão, após a queda de Al Bashir em 2019, bem como para solucionar as disputas entre instituições do governo somali, e entre o presidente Salva Kiir e seu vice, Riek Machar, no Sudão do Sul, que levaram a inúmeros episódios de violência e, em alguns momentos, ao retorno da guerra civil.

14. Se, por um lado, as relações com o ocidente sofreram abalos, por outro, a Etiópia tem ampliado suas relações com a China, maior investidor e credor externo do país, bem como com a Índia e, principalmente, com os países do Oriente Médio (Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Catar e Kuwait) e com a Turquia, que se tornou o terceiro maior investidor neste país. Ressalto, por oportuno, que Turquia e EAU são também os principais fornecedores de material bélico para a modernização das Forças Armadas etíopes (ENDF, na sigla em inglês), essencial no esforço de guerra contra as forças regionais tigrínias (TDF, na sigla em inglês).

15. Convém destacar ainda as relações do país com Sudão e, sobretudo, Egito, ambas marcadas pelo contencioso relativo à "Grand Ethiopian Rennaissance Dam" (GERD), cuja barragem, construída no Nilo Azul, muito próximo à fronteira com o Sudão, ameaçaria a segurança hídrica dos países à jusante, segundo Cairo e Cartum. A falta de avanço das negociações sobre um regime hídrico para a barragem na União Africana (UA) tem gerado ruídos com o Egito por influência na bacia do Nilo.

16. No tocante às organizações internacionais, cabe ressaltar que a Etiópia tradicionalmente mantém a defesa do multilateralismo e tem participação ativa em diversos órgãos, sendo o cargo de diretor-geral da OMS ocupado por um etíope, cuja candidatura foi apoiada pelo Brasil. Em 2021, Adis Abeba tentou, sem sucesso, emplacar candidato para a direção da “United Nations Industrial Development Organization” (UNIDO). O Dr. Arkebe Oqubay, também tigrínio, mas de oposição ao TPLF, acabou derrotado por candidato proveniente da Alemanha.

17. Sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a Etiópia não favorece um desfecho para o futuro próximo, pois projeta, para as próximas décadas, crescimento econômico e de poder (agora algo comprometido em função do conflito civil em curso no país), na comparação com outros candidatos africanos engajados na disputa por um dos dois assentos permanentes que poderiam ser conferidos ao continente em um CSNU reformado pela métrica do "Consenso de Ezulwini", que guia a posição africana nessa matéria. Há que se destacar ainda que a Etiópia era, ao menos até a eclosão do atual conflito civil, um dos maiores contribuintes de tropas para operações de paz no mundo, embora esse esforço esteja concentrado na região da África Oriental.

18. Em sua atuação na UA, a Etiópia opta por um baixo perfil, apoiando-se para isso em sua forte Chancelaria. Contudo, diante da decisão tomada em julho último, no sentido de fechar 31 de suas 60 representações diplomáticas e consulares mundo afora (10 somente no Continente Africano), tal estratégia deverá ser objeto de reformulação, visto o ressurgimento de debates na organização sobre a guerra civil no país, hoje o principal conflito interno e a maior crise humanitária do continente.

19. Apesar do conflito, Adis Abeba, como sede da União Africana, da Comissão Econômica para a África das Nações Unidas (UNECA), de vários fundos, programas e agências especializadas das Nações Unidas, bem como outras de organizações internacionais e regionais, é a terceira maior cidade em presença da comunidade diplomática no mundo, depois de Nova York e Genebra. Trata-se, portanto, de interlocutor indispensável sobre os temas regionais e continentais e que tem conquistado destaque na esfera multilateral.

III- RELAÇÕES BILATERAIS E DIPLOMACIA DA SAÚDE

20. A Etiópia é o segundo maior país em população da África, sede da União Africana e da UNECA, base da maior empresa de aviação civil do continente e um dos maiores contribuintes de tropas para as operações de paz das Nações Unidas. Cumpre ter presente o crescimento econômico vigoroso que o país logrou obter ao longo das últimas duas décadas - interrompido somente pela pandemia e pelo atual conflito civil - e o processo em curso de abertura de sua economia. Desse

modo, são inegáveis as oportunidades, presentes e futuras, para os interesses brasileiros, que recomendam o aprofundamento das relações bilaterais em diferentes segmentos.

21. A existência de um voo direto entre Adis Abeba e São Paulo, da estatal Ethiopian Airlines, que tem hoje três frequências semanais (antes da pandemia, eram seis voos semanais), não deixa de ser um dos instrumentos disponíveis para atingir esse objetivo. Seja pela importância que o contexto africano possui para o Brasil, seja pela possibilidade de coordenação multilateral, é desejável manter e, dentro do possível, intensificar o diálogo político bilateral.

22. No período de minha gestão, devem ser destacados alguns eventos, como a visita da ministra da Saúde etíope Lia Tadesse ao Brasil, entre 9 e 12 de junho de 2019, ocasião em que manteve encontros com o então Ministro da Cidadania, Osmar Terra, e seu então homólogo, Ministro Luiz Henrique Mandetta, a fim de conhecer o programa de banco de leite materno brasileiro. A visita abriu importante canal de interlocução com as autoridades etíopes do setor, inclusive em programas ligados ao desenvolvimento da primeira infância, com a ida ao Brasil de especialista na área da Municipalidade de Adis Abeba, em setembro de 2019, e gerou, também, a doação brasileira 50.000 ampolas do antibiótico azitromicina injetável para o governo local, materializada em maio de 2021, no âmbito dos programas brasileiros de diplomacia da saúde gerenciados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A visita do então chanceler etíope, Guedu Andargachew, ao Brasil, originalmente programada para março de 2020 de forma a coincidir com a 2ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Etiópia, teve de ser adiada por conta da pandemia, e aguarda momento oportuno para ser reagendada.

23. Em 21 de maio de 2021, realizou-se a 2ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Etiópia, em modalidade virtual (igualmente devido à pandemia), que também se inseriu no âmbito das comemorações dos 70 anos de relacionamento bilateral (1951-2021). A delegação brasileira foi chefiada pelo secretário de negociações bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA), embaixador Kenneth da Nóbrega. Pelo lado etíope, a delegação foi liderada pelo vice-ministro para assuntos políticos do ministério dos negócios estrangeiros, embaixador Redwan Hussien. Na ocasião, foram passados em revista os temas da cooperação bilateral, o que pode ser aprofundado durante eventual visita do atual chanceler etíope (e vice-primeiro-ministro) Demeke Mekonnen ao Brasil, cujo convite foi renovado pelo senhor SOMEA.

24. Cabe destacar ainda que há acordos em processo de negociação, como o de transferência de pessoas condenadas, cuja minuta encontra-se em análise pelo governo etíope, bem como o de facilitação de investimentos, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados, que agora está em apreciação no Senado Federal (PDL 829/2021).

25. Como ocorre com muitos países do continente, maior avanço no relacionamento bilateral depende, principalmente, dos contatos entre autoridades de ambas as partes. Nesse sentido, visitas bilaterais encontram-se prejudicadas pela pandemia. De todo modo, recomenda-se a retomada de visitas e contatos presenciais de alto nível, inclusive com a realização conjunta de missões comerciais, pois há considerável potencial para exportações e investimentos brasileiros no país. Nessa dinâmica, registra-se que o fechamento das atividades da adidância de defesa, em agosto de 2020, constituiu entrave adicional para o adensamento das relações entre as Forças Armadas dos dois países, inclusive nas áreas comercial e securitária (essa última, com reflexos também para a equipe

da embaixada e comunidade). Da mesma forma, o recente fechamento da embaixada etíope em Brasília também representa obstáculo para a interlocução fluida entre ambos os governos.

IV- DIPLOMACIA PÚBLICA

26. No âmbito dos esforços que foram empreendidos para dar impulso ao relacionamento bilateral, vale também registrar visita que fiz à Comissão de Relações Exteriores do Parlamento etíope, em dezembro de 2020, com o objetivo de aprimorar os contatos com aquele órgão governamental e explorar possibilidades de dar boa visibilidade às comemorações dos 70 anos de relacionamento bilateral (1951-2021).

27. Ainda nessa seara, caberia também registrar o agraciamento da Ordem de Rio Branco, em 2021, a dois dirigentes da Ethiopian Airlines (seu CEO, bem como o gerente para a América Latina e chefe do escritório regional em São Paulo), tendo em vista o crucial papel desempenhado pela empresa aérea no transporte de nacionais brasileiros na operação de repatriamento promovida pelo governo brasileiro, em 2020, por ocasião da pandemia, assim como pela logística propiciada pela empresa para o transporte de insumos médico-hospitalares (inclusive vacinas) para o Brasil e o restante da América do Sul.

28. Vale também registrar o substancial aprimoramento ao longo de minha gestão das plataformas de divulgação utilizadas pelo posto, que incluem o sítio eletrônico e o perfil mantido na rede social Facebook, além da criação de conta na rede Twitter, em agosto de 2019, e de grupo direcionado à comunidade no aplicativo WhatsApp, em março de 2020. Tais ferramentas se mostraram de vital relevância na interlocução com nossa comunidade implantada na Etiópia - bem como de viajantes brasileiros - por ocasião dos diversos momentos em que foram verificadas situações de tensão social/política no país (em momentos tópicos no decorrer do segundo semestre de 2019; ao longo de quase todo o segundo semestre de 2020; e no ano de 2021, como um todo), e no contexto da atual pandemia, desde fevereiro de 2020.

V- ECONOMIA

29. A Etiópia é atualmente a segunda maior economia do leste da África, após o Quênia. Até a eclosão da pandemia e do conflito em Tigré, o país vinha crescendo em média num ritmo cerca de 10% ao ano, por mais de duas décadas. Ainda que o país tenha escapado à recessão em 2020, houve redução do ritmo de crescimento para 6,1% e a expectativa é de novo arrefecimento este ano, para cerca de 2%, principalmente devido ao conflito civil em curso. O modelo de desenvolvimento do país, calcado na forte presença do estado na economia, seja por investimentos diretos seja por meio de estatais, gerou expressivo endividamento público ao longo das últimas décadas.

30. Somente nos últimos anos, com a adoção da agenda liberal de redução do papel do estado na economia e maior liberdade econômica para os agentes privados pelo governo do PM Abiy Ahmed, a relação dívida/PIB parece ter-se estabilizado, tendo caído para 56% do produto interno bruto em 2020, segundo o FMI. Contudo, as necessidades de financiamento do país ainda são significativas, dadas sua grande carência de infraestrutura, baixa carga tributária (em média de 10% do PIB, de 2017 a 2020) e alto déficit comercial (USD 10,59 bilhões em 2020). A despeito da inexistência de estatísticas oficiais, a situação fiscal certamente em muito se agravou no último

ano, devido à pandemia e às necessidades de financiamento do conflito interno. Ainda assim, estima-se que, findo o conflito, os déficits devam retornar a patamares menores, tendo em vista a preocupação do governo com a situação fiscal do Estado.

31. A crônica escassez de divisas do país, fruto de contínuos déficits comerciais (desde 2014 o país registra déficits anuais superiores a USD 10 bilhões), impõe rígido controle sobre a circulação de divisas, já que o Birr etíope não é conversível, e torna o país extremamente dependente de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Se antes europeus e norte-americanos lideravam tais aportes, hoje as três principais fontes de IED no país são China, Arábia Saudita e Turquia. Cabe ressaltar o interesse específico da Arábia Saudita em ter a região do Chifre da África como importante fornecedor de alimentos.

32. Se o crescimento etíope ainda está muito associado a grandes projetos de infraestrutura (do qual o país ainda carece, sobretudo em transporte terrestre e energia) e parques industriais voltados à exportação - ambos com forte impulso estatal -, é possível perceber, cada vez mais, o desenvolvimento de um setor privado autônomo, em áreas como agricultura, finanças e serviços digitais. Com efeito, mudanças na lei bancária (que garantia excessivo controle estatal) têm levado ao surgimento de inúmeros bancos privados e, consequentemente, ao crescimento da cobertura bancária que, por sua vez, tem permitido a ampliação do estoque de crédito para a economia local, tornando o setor privado menos dependente do crédito oficial, majoritariamente comprometido (50% do gasto público) com as gigantescas obras de infraestrutura.

33. Ressalto, ainda, as reformas econômicas de cunho liberalizante introduzidas pelo governo Abiy, para além do setor bancário, como a concessão, este ano, de licença adicional de exploração de serviços de telecomunicações, que põe fim ao monopólio da estatal Ethiotelecom (que deverá ser parcialmente privatizada) no setor, bem como a criação de órgão para absorver as dívidas de diversas estatais que estariam sendo preparadas para a venda a investidores privados, como a Ethiopian Sugar Corporation.

34. Organismos internacionais são unânimes em apontar as boas perspectivas de crescimento etíope no médio e longo prazos, desde que o conflito não perdure, já que os altos gastos implicados reduzem os recursos disponíveis para investimentos e gastos sociais, bem como pressionam a dívida externa do país. Em janeiro de 2021, buscou-se reestruturar a dívida, por meio da adesão ao "Common Framework for Debt Treatments beyond the Debt Service Suspension Initiative (DSSI)", no âmbito do G20. Outro desafio para o país é a redução dos déficits comerciais, o que poderia ser obtido pela modernização de sua agricultura, inclusive pela produção de biocombustíveis, tornando o país menos dependente de importações (somente as importações de petróleo e derivados somam mais de USD 3 bilhões anuais), pela ampliação do setor manufatureiro e conclusão de grandes projetos de infraestrutura, como a GERD, que permitiriam ao país aumentar a competitividade de sua indústria, bem como ampliar significativamente suas exportações de energia para países vizinhos.

35. A entrada em vigor da Área de Livre Comércio Continental Africana também pode impulsionar o crescimento econômico etíope, desde que o país supere a barreira da falta de integração física com os vizinhos e demais países do continente. Com esse objetivo, o país lançou um plano

decenal (2021-2030) na área de transportes que prevê a conexão, por modais rodoviários e ferroviários com os países vizinhos, a fim, inclusive, de obter outras saídas portuárias, reduzindo sua dependência do porto de Djibuti, responsável, atualmente, por cerca de 90% do comércio exterior etíope.

VI- COMÉRCIO

36. Após a abertura do setor comercial na embaixada em Addis Abeba, no segundo trimestre de 2018, verificou-se rápido incremento nas consultas de empresas brasileiras interessadas em exportar seus produtos para o mercado etíope, que totalizaram cerca de 250 ao longo de minha gestão. Os principais setores de interesse são commodities agrícolas, produtos alimentícios, vestuário e máquinas e equipamentos (principalmente para construção civil e agricultura).

37. O incremento nas consultas reflete-se também no aumento dos volumes exportados pelo Brasil, que passaram de USD 7.975.791, em 2019, para USD 11.566.684, em 2020, e já alcançando USD 11.666.073, em 2021 (até o mês de novembro). Considerando que as importações de produtos etíopes não chegam à casa de USD 500 mil (concentradas sobretudo em itens de vestuário), o saldo da balança comercial bilateral é virtualmente igual às nossas exportações. Convém destacar, nesse sentido, que, ao contrário do que ocorre com muitos países africanos, as exportações brasileiras para a Etiópia caracterizam-se pelo predomínio de produtos industrializados (cerca de 90% da pauta), principalmente maquinário agrícola e para construção civil, além de material elétrico e hidráulico. No setor agrícola, destaca-se a exportação de frango (vivo ou congelado). Os relativamente baixos números da importação de produtos agropecuários advém menos da falta de demanda etíope, testemunhada pelas constantes consultas ao SECOM do posto, e mais pela ausência de resposta aos contatos feitos por empresários locais com potenciais exportadores brasileiros, sobretudo no setor de açúcar. Como resultado, parte das importações etíopes destes produtos vêm por meio de "tradings" sediadas em terceiros países.

38. Tendo em vista a expansão de serviços financeiros e da economia digital no país, o posto buscou criar oportunidades para o Brasil nesses setores, trocando experiências com empresas como a varejista Casas Bahia e o Nubank, na Etiópia. Reunião virtual entre funcionários do referido banco digital e autoridades locais ocorreu no ano passado, mas, em virtude da pandemia e do conflito civil no país, ainda não foi possível dar seguimento às tratativas.

39. Convém notar que, na cultura etíope, o fechamento de negócios é normalmente precedido de contatos pessoais e do estabelecimento de relação de confiança entre empresários dos dois países, o que tem sido muito dificultado pelo contexto da pandemia e pela resistência do empresariado brasileiro em visitar este país - o que não ocorre com os de outras nacionalidades, como China, Turquia, Índia e membros da União Europeia. Nesse sentido, ressalto ainda que mais de uma tentativa de empresário etíope em importar produtos brasileiros por meio de contatos obtidos em páginas de internet levaram a fraudes, uma delas identificada pelo posto antes de gerado qualquer prejuízo para o importador.

40. Dado o desconhecimento brasileiro sobre o potencial do mercado etíope, considero fundamental reforçar o SECOM do posto, por meio do financiamento de atividades de inteligência comercial, como a elaboração do guia "Como exportar Etiópia", constante do projeto de PEPCOM para

2022 enviado pelo posto, bem como da realização de seminários, ainda que em formato virtual, para o estabelecimento de contatos iniciais entre o empresariado etíope e brasileiro. Destaco, nesse sentido, que as marcas brasileiras mais conhecidas neste país (Tramontina e
Lorenzetti) e com excelente aceitação no mercado, contam com representantes estabelecidos no país há anos, e cuja atuação tem sido fundamental para ampliar as vendas desses fabricantes no mercado local, apesar das dificuldades impostas pela já mencionada restrição de acesso a divisas estrangeiras.

VII- COOPERAÇÃO

41. O Brasil mantinha com a Etiópia programa de cooperação militar concentrado na área de forças de segurança em operações de promoção da paz ("peacekeeping operations"), desde 2017, por meio do "Peace Support Training Center" (PSTC), órgão do governo etíope especialmente dedicado a este fim. A Etiópia é um dos países com o maior número de tropas em operações do tipo no âmbito das Nações Unidas, além de contingente significativo sob os auspícios da União Africana, como no caso da Somália. Tendo em vista a experiência brasileira no Haiti, os dois países possuem conhecimentos no mesmo campo, que são de interesse mútuo.

42. No que diz respeito à cooperação técnica, foram realizadas duas missões ao país durante minha gestão, ambas em 2019. A primeira, realizada no período de 8 a 14 de maio, foi liderada pela ABC com o objetivo de realizar mapeamento de boas práticas e potencialidades da cooperação do Brasil e do Reino Unido na Etiópia, no contexto da elaboração da nova estratégia de parceria entre a ABC e sua equivalente britânica. Como resultado, foi elaborado projeto de correção de solos ácidos, ainda em atividade.

43. A segunda missão, realizada em âmbito bilateral, ocorreu entre 25 e 30 de novembro do mesmo ano, e foi direcionada as áreas de cotonicultura e cafeicultura. Sob a coordenação do Sr. Nelci Peres Caixeta (ABC), a equipe da missão, composta por especialistas da Universidade Federal de Lavras e da Associação Mineira de Produtores de Algodão (AMIPA), em reunião com membros do Ethiopian Institute of Agricultural Research (EIAR), definiu o baixo rendimento da produção de algodão como problema central do setor na Etiópia e desenvolveu projeto que, após o interregno da fase mais aguda da pandemia, teve início em setembro de 2021. No que concerne ao café, não foi possível avançar na elaboração de projeto e ficou acertada missão etíope à Viçosa, que acabou adiada devido à pandemia.

44. Ressalto que a parceria Brasil-Reino Unido para cooperação na Etiópia já havia rendido frutos, como na construção de planta de tratamento de esgoto em Wukro, na região do Tigré (também tendo o UNICEF como parceiro) e que, portanto, deve ser explorada novamente, em contexto interno mais favorável. O Ministério de Recursos Hídricos, Irrigação e Eletricidade da Etiópia (MoWIE) atribui especial importância à iniciativa, sobretudo pela possibilidade de o desenho técnico para o sistema de esgoto condominial, desenvolvido por equipe da CAGECE (Companhia de Águas e Esgoto do Ceará), ser replicado em outras regiões do país, no contexto do acentuado processo de urbanização nacional.

45. Além dos projetos já mencionados, há outro em andamento - e cujo início precede a minha assunção - na área de manejo florestal executado em cooperação entre a EMBRAPA e o Instituto

Etíope para Pesquisa em Meio Ambiente e Florestas (EEFRI), que visa a contribuir para a sustentabilidade da exploração florestal na Etiópia mediante o aumento da capacidade técnica das instituições e dos agricultores na manutenção das florestas nativas e o reflorestamento de espaços degradados.

46. Ressalto que existem também demandas de cooperação ainda não atendidas pela parte brasileira, nos setores de caju e controle de aguapé no Lago Tana, maior do país, localizado na região de amara.

47. A aventada parceria com o IBGE para desenvolvimento do censo etíope não prosperou, devido ao cancelamento da coleta de dados pelo governo etíope, em razão do adiamento "sine die" do censo populacional, ainda em 2019. Permanece, no entanto, o interesse na retomada do projeto em momento apropriado.

VIII- CULTURA E DIVULGAÇÃO

48. Em linha com as propostas do Posto para o PACP 2019, foram realizadas duas exibições do filme "Nise - coração da loucura" (2015), do diretor Roberto Berliner, como parte do "13th Addis International Film Festival", em abril/maio de 2019. Registro, também, a participação no citado festival de outro filme de coprodução nacional, "O deserto do deserto" (2017), dirigido pelo cineasta Samir Abujamra, o qual não contou com o apoio oficial da embaixada. O artista, contudo, teve participação em evento comemorativo do Dia Internacional da Língua Portuguesa promovido pelo grupo CPLP, em cinema nesta capital, também em maio daquele ano, desta feita com apoio do Departamento Cultural.

49. Ainda na área de cinema, registro a participação do filme "Tim Maia" (2014), do diretor Mauro Lima, no contexto do "6th Ethiopian Film Festival", em dezembro de 2019, também com apoio do Departamento Cultural.

50. O posto iniciou, em setembro de 2019, projeto de veiculação de 22 programas de rádio na estação local "Afro FM", iniciativa que se mostrou positiva no esforço para a divulgação da música popular brasileira, ainda bastante desconhecida do público etíope. Em função da eclosão da pandemia, a série de programas foi interrompida em março de 2020 e retomada em janeiro de 2021 até o mês de março último. Em dezembro de 2021, teve início a segunda edição da iniciativa.

51. No tocante às atividades voltadas para a comunidade, registro a organização de três eventos dirigidos ao público infanto-juvenil com o objetivo de manutenção da identidade cultural junto a este grupo etário. Infelizmente, tal iniciativa, sem ônus para o erário (por ser dirigido por membros da comunidade), foi igualmente suspensa em razão da pandemia.

52. Diante da retomada paulatina de atividades presenciais, no dia 16 de dezembro de 2021, realizou-se a inauguração do espaço cultural "Brasil in Addis", localizado nas dependências da residência oficial e cujo custo de adaptação gerou ônus mínimo para o erário. Na ocasião, projetou-se filme e organizou-se exposição de coleção de fotografias alusivas à temática desportiva.

IX- CPLP

53. Com a participação das demais Embaixadas da CPLP presentes nesta capital (Angola, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique e Portugal), são realizadas reuniões periódicas (tentativamente bimestral) com o objetivo de trocar impressões sobre o contexto político local, bem como auscultar (no caso do Brasil e Portugal) tendências a serem verificadas pelos parceiros africanos no âmbito da União Africana. Ao longo de minha gestão, já me coube a presidência de um desse úteis exercícios, em julho de 2020, devendo a próxima reunião também estar a cargo do embaixador do Brasil (rotatividade de acordo com a ordem alfabética).

54. O grupo de países organizou eventos de celebração da cultura dos países lusófonos em maio de 2019 (por conta do dia internacional da Língua Portuguesa), ainda durante a presidência brasileira do grupo local da CPLP (posição mantida pelo Brasil, diante da ausência de representação de Cabo Verde nesta capital). Sede da União Africana, com mais de 140 representações diplomáticas residentes, a cidade de Adis Abeba constitui foro político privilegiado para promoção da CPLP em suas múltiplas vertentes. Os eventos presenciais, financiados por orçamento coletivo das embaixadas da CPLP, são recebidos positivamente e despertaram interesse por sua realização em bases regulares, infelizmente suspensas em 2020 e 2021, por conta da atual pandemia.

X- TEMAS CONSULARES E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

55. Com a inauguração de voo direto da empresa aérea Ethiopian Airlines entre as cidades de Adis Abeba e São Paulo, em 2015, o fluxo de passageiros entre o Brasil e a Etiópia tem acarretado aumento significativo na demanda por serviços consulares do posto e de assistência a brasileiros. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação, 105.000 passageiros viajaram entre o Brasil e a Etiópia, ou vice-versa, em 2018 (contra 53.219, em 2016, e 82.296, em 2017); 95.700, em 2019; 31.500, em 2020; e 28.400 em 2021.

56. Essa elevada demanda por serviços consulares, incluindo o processamento de vistos, emissão de documentos a cidadãos brasileiros e verificação da legitimidade de documentos de passageiros em trânsito (parte cada vez mais significativa das atribuições do setor consular), acarretou tendência quase que constante de aumento da renda consular até o ano de 2019 (antes da eclosão da atual pandemia). Com efeito, as cifras da arrecadação passaram de USD 26.117,04, em 2016, para USD 30.059,12 em 2017, e USD 69.501,88, em 2018. No ano de minha assunção, 2019, o total da renda consular representou remessa para o Tesouro Nacional de USD 43.836,89. Em 2020, apesar da pandemia, a soma arrecadada significou USD 21.992,05. Até outubro de 2021, o total arrecadado representou USD 3.981,10, o que já seria reflexo também da crise securitária experimentada neste país

57. No contexto dos períodos de distúrbios sociais/políticos (2019 e 2020), bem como da decretação de estado de emergência pelo governo etíope (2021), o posto vem mantendo sistemática rotina de alertas e mensagens à comunidade brasileira (residente ou em trânsito no país), com recomendações sobre segurança.

58. Estimada em aproximadamente 50 indivíduos, a comunidade brasileira na Etiópia inclui missionários, compatriotas casados com etíopes, funcionários de organismos internacionais e de grandes empresas, bem como pilotos da Ethiopian Airlines (este último coletivo, responsável por

quase 50% da comunidade). Soma-se a esse grupo número incerto de turistas e empresários em viagem, tendência que sofreu nítido declínio com o advento da pandemia.

59. O setor consular continua a prestar assistência a número significativo de nacionais detidos por tráfico de drogas em trânsito nesta capital. Com efeito, em 2019, 17 brasileiros foram detidos (três, em janeiro; um, em fevereiro; um, em março; um, em maio; três, em outubro; seis, em novembro e dois, em dezembro) e dois presos foram indultados (um, em janeiro e um, em novembro).

60. Em 2020, apesar da pandemia, cinco compatriotas também foram detidos (dois, em janeiro; um, em setembro; um, em outubro e um, em novembro). 16 presos foram indultados (dois, em janeiro e 14, em março).

61. Em 2021, houve três detenções de nacionais brasileiros (um, em maio; um, em junho e um, em dezembro) e seis presos foram indultados em maio. Atualmente, encontram-se detidos quatro compatriotas (três mulheres e um binacional, também detentor de nacionalidade angolana).

62. Registra-se, igualmente, a existência de mecanismo de cooperação consular para prestar assistência a nacionais da região em situações de emergência que não disponham de representação diplomática nesta capital (durante a minha gestão, a embaixada prestou assistência a cidadãos oriundos da Bolívia, da Colômbia e do Peru). A iniciativa se reveste de especial importância diante do fato de que a Etiópia não é país signatário da Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

63. Via de regra, o setor consular mantém reuniões regulares com a chancelaria local, companhias aéreas (Ethiopian Airlines e outras) e agentes aeroportuários, com vistas a estabelecer protocolos de atendimento rápido em situações diversas envolvendo passageiros brasileiros, sempre buscando sensibilizar as autoridades etíopes da necessidade de que se conceda tratamento digno, diante dos relatos recebidos de brasileiros que passam pelo Aeroporto Internacional de Bole (sobretudo no tocante aos procedimentos de verificação e a checagem por drogas, feita em condições que muitas vezes ferem a dignidade do consulente).

64. Registro, por fim, que diante da decisão tomada em julho de 2021, por parte do Governo Abiy, no sentido de encerrar as atividades da embaixada da Etiópia em Brasília (consumada em setembro de 2021), esta embaixada passou a também assegurar a legalização consular de documentos emitidos no Brasil.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ADIS ABEBA

Candidato Ministro de Segunda Classe Jandyr Ferreira dos Santos

PERFIL DO CANDIDATO

Ministro de Segunda Classe Jandyr Ferreira dos Santos



O Ministro de Segunda Classe Jandyr Ferreira dos Santos ingressou na carreira diplomática em julho de 2000. Antes de iniciar sua carreira no Itamaraty, concluiu os estudos secundários em Angra dos Reis (RJ), no Colégio Naval da Marinha do Brasil, e formou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná.

Após ingressar na carreira diplomática, trabalhou na Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis. Removido para o exterior em fevereiro de 2006, serviu na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York; na Embaixada do Brasil na Índia e na Embaixada do Brasil em Moçambique, onde foi promovido a Conselheiro em novembro de 2010.

Retornou ao Brasil em novembro de 2012 e ocupou funções na estrutura do Ministério das Relações Exteriores, em particular a Chefia da Divisão da Sociedade da Informação (DI) e a Chefia da Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC), ocasião em que se dedicou à divulgação de produtos brasileiros no exterior, organização de missões empresariais e promoção do produto turístico brasileiro.

Promovido a Ministro de Segunda Classe em junho de 2018, foi transferido para a Embaixada do Brasil em Beirute, Líbano, onde exerceu a função de Ministro-Conselheiro e, entre maio de 2019 e dezembro de 2020, a Encarregatura de Negócios.

Concluiu em agosto de 2007 o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e, em dezembro de 2011, o Curso de Altos Estudos do Itamaraty (CAE), com a tese intitulada "O Acordo de Cooperação Nuclear Civil Índia-EUA e o Regime Multilateral de Desarmamento e Não-Proliferação Nuclear: desafios e oportunidades para a atuação diplomática brasileira". O diplomata é Comendador da Ordem de Rio Branco.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE – PEI-MRE[1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com informações e análises sobre a situação política, social e econômica na Etiópia para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1) Aprofundar o diálogo político com a Etiópia e ampliar a participação de produtos e empresas brasileiras no mercado local, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2) Promover a imagem e a cultura do Brasil na Etiópia.
3) Por meio do diálogo político e da cooperação bilateral, angariar apoio da Etiópia para o fortalecimento e reforma gradual das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
4) Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
5) Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
6) Prover serviços consulares de qualidade e aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
7) Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral, com ênfase em produtos de maior valor agregado

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado tanto para produtos do agronegócio como para bens industriais.*
- *Buscar elaborar ou encomendar estudos exploratórios sobre a complementaridade das economias do Brasil e da Etiópia.*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado, de modo a fomentar o fluxo de comércio direto entre o Brasil e a Etiópia.*
- *Manter interlocução constante com os principais importadores etíopes de produtos do agronegócio brasileiro e outros atores locais relevantes.*
- *Apoiar, inclusive por meio da participação brasileira em eventos, a promoção de produtos da indústria nacional, como aeronaves, máquinas e equipamentos do setor agrícola, produtos farmacêuticos entre outros, em consulta junto a associações setoriais e à Apex Brasil.*

- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, de modo a contribuir para a promoção dos produtos e serviços brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada**
2) **Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio**
3) **Números de eventos (seminários, "webinários", palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada**
4) **Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e etíopes, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado**

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a situação política, social e de segurança na Etiópia, com vistas a prover os formuladores de política externa com subsídios para tomada de decisões**
   - *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa da Etiópia e suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*
   - *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*
2) **Apoiar a manutenção dos mecanismos diplomáticos de alto nível, como as Consultas Políticas, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado**
   - *Apoiar a realização do mecanismo de Consultas Políticas, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e a cooperação entre os dois países, bem como coordenação sobre temas multilaterais.*
   - *Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Etiópia.*
   - *Fomentar a coordenação, o intercâmbio e a cooperação em áreas de interesse comum, como agricultura e promoção do desenvolvimento.*
3) **Fomentar a cooperação interparlamentar entre os dois países**
   - *Apoiar a realização de visitas ou reuniões entre parlamentares brasileiros e etíopes.*
   - *Apoiar eventuais iniciativas conjuntas de parlamentares brasileiros e etíopes.*
4) **Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral**
   - *Realizar gestões junto ao governo etíope, para negociação de acordos de interesse brasileiro.*
   - *Informar e analisar propostas do governo etíope para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*
   - *Subsidiar o diálogo com diferentes órgãos brasileiros em temas relacionados à Etiópia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Etiópia

2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil, com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa etíopes

3) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos, em formato presencial ou virtual

4) Número de visitas de autoridades de parte a parte

5) Número de reuniões com representantes do governo da Etiópia, para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões, negociação de acordos ou visitas de alto nível

6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Contribuir para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial durante o mandato a ser exercido no biênio 2022-2023

- *Manter diálogo com interlocutores relevantes, em especial representantes do governo da Etiópia, da sociedade civil etíope e de missões internacionais sediadas na Etiópia.*
- *Manter diálogo, em particular, com a União Africana (UA), sediada em Adis Abeba.*

2) Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio da Etiópia a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de expedientes do Posto sobre a União Africana (UA)

2) Número de reuniões com representantes do governo da Etiópia, da sociedade civil etíope e da UA para discutir temas de interesse do Conselho de Segurança das Nações Unidas

3) Número de gestões com representantes do governo da Etiópia para fazer gestões em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Propor junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras.*
- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público etíope sobre o Brasil.*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Etiópia.*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Etiópia e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira.*

2) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público etíope

- *Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil e a área comercial do MRE, para divulgação de produtos brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Etiópia**
2) **Número de eventos para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Etiópia**
3) **Número de palestras para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Etiópia**
4) **Número de entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Etiópia**
5) **Número de eventos realizados para promover a marca Brasil**

V - COOPERAÇÃO TÉCNICA, EDUCACIONAL E EM SAÚDE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Estimular o aumento do número de estudantes da Etiópia no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)**
   - *Buscar aumentar a divulgação do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) no país.*
2) **Dar continuidade a projetos existentes e prospectar eventuais novos projetos de cooperação técnica na área**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de candidatos etíopes selecionados no PEC-G**
2) **Número de reuniões com o Ministério da Educação local para aprimorar a seleção de candidatos ao PEC-G**
3) **Número de ações de divulgação dos programas de cooperação educacional brasileiros (PEC-G e PEC-PG)**

4) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre cooperação técnica durante a gestão**
5) **Número de contatos com autoridades competentes da Etiópia para fins de cooperação técnica durante a gestão**

VI - ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS RELATIVOS AO DJIBUTI

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Acompanhar os desenvolvimentos políticos e econômicos no Djibuti

- *Continuar a manter diálogo com as autoridades djibutianas e com o corpo diplomático lotado no Djibuti.*
- *Verificar possibilidades de cooperação técnica com o Djibuti.*
- *Identificar eventuais oportunidades para ampliação do comércio bilateral entre o Brasil e o Djibuti.*
- *Identificar eventuais oportunidades para empresas brasileiras no Djibuti.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de contatos com autoridades djibutianas durante a gestão**
2) **Número de contatos com diplomatas do Djibuti durante a gestão**
3) **Número de telegramas e informações sobre a situação no Djibuti produzidos durante a gestão**
4) **Número de contatos com empresas brasileiras potencialmente interessadas no Djibuti durante a gestão**
5) **Número de contatos com autoridades competentes do Djibuti para fins de cooperação técnica durante a gestão**

VII - ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS RELATIVOS AO SUDÃO DO SUL

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Acompanhar os desenvolvimentos políticos e econômicos no Sudão do Sul

- *Continuar a manter diálogo com as autoridades sul-sudanesas e com o corpo diplomático lotado em Juba.*
- *Identificar eventuais oportunidades para empresas brasileiras no Sudão do Sul.*
- *Identificar eventuais oportunidades para ampliação do comércio bilateral entre o Brasil e o Sudão do Sul*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

2) **Número de contatos com autoridades sul-sudanesas durante a gestão**
3) **Número de contatos com diplomatas do Sudão do Sul durante a gestão**
4) **Número de telegramas e informações sobre a situação no Sudão do Sul produzidos durante a gestão**
5) **Número de contatos com empresas brasileiras potencialmente interessadas no Sudão do Sul durante a gestão**

VIII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira**
2) **Realizar visitas a nacionais presos, quando houver, a fim de prestar a assistência consular cabível**
3) **Incrementar o uso das redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda**
2) **Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda**
3) **Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares**
4) **Número de consulados itinerantes realizados, caso necessários**
5) **Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais**

SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

RELATÓRIO Nº , DE 2022

SF/22386.46110-76

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 88, de 2021, da Presidência da República (nº 656, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor JANDYR FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul*.

Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor JANDYR FERREIRA DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibouti e na República do Sudão do Sul.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do

Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

O indicado é filho de Jandyr Ferreira dos Santos e Maria Elmary Marchesini Moss Ferreira dos Santos, nascido em 15 de março de 1975, em Coimbra, Portugal. É brasileiro nato, de acordo com o artigo 145, inciso I, alínea *c*, da Emenda Constitucional de 1969.

Em 1999, concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (2000); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2007); e de Altos Estudos (2011), ocasião em que defendeu a tese "O Acordo de Cooperação Nuclear Civil Índia-EUA e o Regime Multilateral de Desarmamento e Não-Proliferação Nuclear: desafios e oportunidades para a atuação diplomática brasileira".

Iniciou sua carreira, no ano de 2000, como Terceiro-Secretário. Em 2005, tornou-se Segundo-Secretário; em 2008, chegou a Primeiro-Secretário; em 2010, a Conselheiro; e em 2018, a Ministro de Segunda Classe. Todas as promoções por merecimento.

No Brasil, o diplomata serviu na Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (2002 a 2006); na Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República, como Diretor de Relações Públicas no Exterior, de 2012 a 2014; na Divisão da Sociedade da Informação, como Chefe, entre 2014 e 2016; na Divisão de Operações de Promoção Comercial, como Chefe, de 2016 a 2018.

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à ONU, como segundo e primeiro-secretário, entre 2006 e 2009; na Embaixada em Nova Delhi, como primeiro-secretário, de 2009 a 2010; na Embaixada em Maputo, como primeiro-secretário e conselheiro, de 2010 a 2012; na Embaixada em Beirute, como ministro-conselheiro e encarregado de negócios, entre 2018 até o presente.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Democrática Federal da Etiópia, a República do Djibouti e a República do Sudão do Sul.

SF/22386.46110-76

Etiópia

A República Federal Democrática da Etiópia está situada na África Oriental, na sub-região do Chifre da África. É o país de maior peso nessa área, próxima do Oriente Médio e banhada pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Áden, por onde passam movimentadas rotas marítimas ligando o Oceano Índico ao Mar Mediterrâneo, por meio do Canal de Suez.

Adis Abeba é conhecida como a "capital diplomática" do continente, devido ao histórico de sua diplomacia, ao fato de ser sede da UA e à promoção de estabilidade securitária em seu entorno regional.

Para o Brasil, essas credenciais vêm tornando a Etiópia parceiro de crescente relevância no continente africano. A Etiópia, por sua vez, identifica o Brasil como importante parceiro, entre os países emergentes.

Brasil e Etiópia estabeleceram relações diplomáticas em 1951. Em 1961, a representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada, com sede em Adis Abeba, mas o primeiro embaixador foi designado apenas em 1967. Em 1970, contudo, a embaixada foi desativada, e a representação brasileira junto ao país voltou a ter caráter cumulativo. A Embaixada do Brasil em Adis Abeba foi reaberta em 2005. A Etiópia, por sua vez, estabeleceu embaixada residente no Brasil em 2011, a primeira do país na América do Sul. Em outubro de 2021, a Embaixada da Etiópia em Brasília foi fechada temporariamente, no âmbito de ampla reestruturação empreendida pela Chancelaria etíope, que resultou no fechamento de 31 das 61 missões diplomáticas que aquele país mantinha no exterior.

O comércio bilateral com a Etiópia, fortemente desequilibrado em favor do Brasil, ainda é modesto (menos de 0,01% do comércio do Brasil com o mundo). Após atingir o pico histórico de US$ 62,6 milhões, em 2013, reduziu-se em 78,1% entre aquele ano e 2016, quando somou US$ 13,7 milhões. Em 2017, houve incremento de 123% na corrente de comércio, que somou US$ 31 milhões. A partir de 2018, o comércio bilateral tem oscilado. Em 2018, a corrente de comércio totalizou US$ 26 milhões, recuo de 15,5% em relação ao ano anterior. Em 2019, o intercâmbio totalizou apenas US$ 8 milhões, queda de quase 70% em relação a 2018. Em 2020, o comércio bilateral voltou a aumentar, somando US$ 12 milhões, um aumento de 45% em relação ao ano anterior. Naquele ano, o saldo comercial em favor do Brasil foi de US$ 11 milhões.

SF/22386.46110-76

Em um contexto de estratégia de desenvolvimento que inclui grandes obras de infraestrutura, o lado etíope tem manifestado reiteradamente interesse em atrair investimentos brasileiros para projetos estratégicos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo nas áreas de infraestrutura, energia e mineração.

Espera-se que a assinatura do ACFI Brasil-Etiópia, ocorrida em abril de 2018, contribua para elevar o interesse de empresas brasileiras por investir naquele país.

Como o acordo de cooperação técnica entre Brasil e Etiópia ainda não está em vigor, as iniciativas de cooperação são desenvolvidas ao abrigo de ato firmado com a União Africana em 2007, ou de acordos bilaterais sobre cooperação em temas específicos. A cooperação em agricultura é especialmente relevante para a Etiópia, tendo em conta a vulnerabilidade do país a secas e a necessidade de fortalecer a segurança alimentar de sua população. Ademais, a Etiópia manifesta interesse pela cooperação técnica brasileira nas seguintes áreas: segurança alimentar, energia e saneamento básico.

Djibouti

Localizado na África Oriental, o Djibuti faz fronteira com a Eritreia e Somália. Um dos menores países do continente africano em termos populacionais (cerca de 988 mil habitantes), o Djibuti tem localização estratégica como ponto de ligação entre o continente africano e a Península Arábica. O país está separado do Iêmen por apenas 30 km, pelo Estreito de Babelmândebe (“Bab el-Mandab”, ou “Portal das Lágrimas”), ponto de passagem obrigatório da movimentada rota marítima que liga a Ásia e o Oriente Médio ao continente europeu, via Mar Vermelho e Canal de Suez. Estima-se que cerca de 30% de todo o comércio marítimo internacional passe por esse estreito, rota especialmente relevante para o trânsito de hidrocarbonetos.

O país tem perfil político moderado em relação a temas da agenda regional e internacional, bem como papel construtivo de mediador e contribuinte de tropas para os esforços de estabilização na Somália. Em decorrência de sua localização estratégica e estabilidade política, o Djibuti abriga bases militares de diversos países, como China, Espanha, EUA, França (que também abriga contingentes da Alemanha e Espanha), Itália e Japão. A Arábia Saudita também negocia a criação de uma base militar no

SF/22386.46110-76

Djibuti. Essas características tornam o país um ator de relevo no Chifre da África, região marcada pela volatilidade.

As principais fontes de divisas para a economia do Djibuti, país de escassos recursos naturais e reduzidas terras agricultáveis, provêm de serviços portuários e logísticos e do arrendamento de bases militares estrangeiras. Os quatro portos do país – Djibuti, Tadjura, Gubet e Doraleh – servem de apoio às rotas comerciais internacionais que transitam pelo Estreito de Babelmândebe e constituem porta de entrada ou saída para o comércio de países do Chifre da África e dos Grandes Lagos que não têm litoral, sobretudo para a Etiópia, país que vem apresentando uma das maiores taxas de crescimento econômico no mundo.

O desenvolvimento da atividade portuária tem canalizado ao Djibuti significativos investimentos externos, sobretudo da China, na área de infraestrutura, incluindo o setor ferroviário, o que tem permitido ao país apresentar elevadas taxas de crescimento nos últimos anos (média de cerca de 7%, entre 2015 e 2019).

O Brasil estabeleceu relações com o Djibuti em outubro de 1996. Em que pesem os esforços de aproximação nos últimos anos, o relacionamento bilateral é ainda incipiente.

O comércio bitateral é dominado pelas exportações brasileiras, que, historicamente, têm composto quase a totalidade da corrente de comércio. Os principais produtos exportados pelo Brasil são carnes de aves e açúcar. Do Djibuti, por sua vez, o Brasil importa, essencialmente, peixes vivos ornamentais em quantidade muito pequena.

O ápice do intercâmbio bilateral foi registrado em 2016, quando o comércio entre o Brasil e o Djibuti somou USD 89,6 milhões. Desde então, o fluxo de comércio vem decrescendo. Em 2019 somou USD 6,66 milhões, o menor resultado desde 2009. Em 2020, registrou-se incremento de 164% do intercâmbio bilateral, que totalizou USD 17,8 milhões.

Sudão do Sul

A República do Sudão do Sul, país mais jovem do mundo, tornou-se independente em 9 de julho de 2011, com extensivo apoio da comunidade internacional. A independência do país foi uma decorrência de longo conflito que opôs o norte, majoritariamente árabe e muçulmano e onde se concentrava o poder político e econômico, e o sul, predominantemente

SF/22386.46110-76

cristão ou animista, do antigo Sudão. Esse conflito durou mais de 50 anos. Estima-se que tenha custado a vida de cerca de 2,5 milhões de pessoas.

Apesar da conclusão exitosa do processo de secessão e da criação, em 2011, da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a história do país esteve marcada, desde seu início, por instabilidades e por conflitos armados localizados.

A economia do Sudão do Sul está baseada na exploração do petróleo, cujas reservas, estimadas em 3,5 bilhões de barris, são consideradas as terceiras maiores da África subsaariana. O conflito interno, no entanto, tem prejudicado fortemente a economia do país, ao interromper a produção de petróleo, retomada em 2019, e a agricultura familiar.

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer e estabelecer relações diplomáticas com a República do Sudão do Sul, em 9 de julho de 2011, dia da independência do país. Desde 2013, a Embaixada em Adis Abeba representa cumulativamente os interesses do Brasil junto ao governo sul-sudanês.

Em fevereiro de 2013, foi criada, por meio do Decreto nº 7914,a Embaixada do Brasil em Juba, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba.

Na esfera multilateral, o Brasil manifestou nos foros apropriados, em especial no Conselho de Segurança das Nações Unidas, seu apoio ao Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005 entre o Governo do Sudão e rebeldes do Sul, que viabilizou a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul. O Brasil também cooperou para a implementação do AAP ao enviar missão de observação às eleições gerais de 2010, composta de parlamentares e de diplomata brasileiro. Por ocasião do referendo sobre a autodeterminação do Sudão do Sul, em janeiro de 2011, o Brasil novamente enviou missão de observadores, composta de dois diplomatas.

Em função, sobretudo, de limitações impostas pelo cenário político doméstico no Sudão do Sul, não há projetos ou iniciativas de cooperação em negociação ou implementação entre os dois países. Juba já expressou, contudo, seu desejo de beneficiar-se de cooperação com o Brasil, que é visto como um parceiro potencialmente estratégico para o desenvolvimento sul-sudanês. Foi igualmente discutida proposta de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica bilateral, a qual não teve encaminhamento

SF/22386.46110-76

até o momento devido ao cenário de conflito civil registrado no Sudão do Sul.

Autoridades sul-sudanesas mencionaram as áreas de agricultura e pecuária como prioritárias para eventual desenvolvimento de projetos de cooperação bilateral. O Sudão do Sul tem a percepção de que o desenvolvimento agrícola, como vetor de promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da preservação ambiental, é crucial para o país. Há, dessa maneira, oportunidades para uma presença brasileira no país nesse campo.

O comércio bilateral entre Brasil e Sudão do Sul é pouco expressivo e resume-se às exportações brasileiras de carne de aves. Em 2020, o intercâmbio comercial totalizou US$ 4,13 milhões, sendo composto exclusivamente por exportações brasileiras.

Embora o comércio seja ainda reduzido, eventual estabilização do país no futuro poderá gerar oportunidades comerciais para o Brasil, tendo em vista a competitividade das exportações brasileiras no mercado sul-sudanês. Há potencial de ampliação de negócios nos setores de transportes e infraestrutura.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/22386.46110-76

6

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO*
CPF.: 287.726.441-68
ID.: 8034 MRE

1963	Filho de Luiz Villarinho Pedroso e Maria Rosita de Aguiar Pedroso, nasce em 19 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1984	CPCD - IRBr
1995	CAD - IRBr
2010	CAE - IRBr - O recente fenômeno imigratório de nacionais brasileiros na Bélgica: um caso singular no contexto das Comunidades Brasileiras no exterior. Análise e perspectivas de sua inserção na sociedade belga
Cargos:	
1985	Terceiro-secretário
1990	Segundo-secretário
1999	Primeiro-secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2010	Ministro de segunda classe
Funções:	
1986-87	Divisão de Imigração, assistente
1987-91	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
1991-95	Embaixada em Madri, segundo-secretário
1995-2000	Embaixada em Beirute, segundo-secretário, primeiro-secretário, conselheiro, comissionado, e encarregado de negócios
2000-03	Divisão do Oriente Próximo, assistente
2003-05	Divisão do Pessoal, assessor
2005-06	Coordenação-Geral de Planejamento de Pessoal, coordenador
2006-09	Embaixada em Bruxelas, conselheiro
2009-14	Consulado-Geral em Beirute, cônsul-geral adjunto e encarregado do consulado-geral
2014-19	Embaixada em Atenas, ministro-conselheiro, encarregado de negócio,
2019-	Embaixada em Adis Abeba. Observador do Brasil junto à União Africana. Representante do Brasil na Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA)
2019-	Embaixador não residente no Djibouti (cumulatividade)
Condecorações:	
1997	Ordem Nacional do Cedro, República Libanesa, Oficial
1999	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2004	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial (promoção)
2012	Medalha Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil)
Publicações:	
2011	"O Recente Fenômeno Imigratório de Nacionais Brasileiros na Bélgica" - Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE), Brasília/DF

KARINA CARNEIRO MORAIS
Chefe, substituta, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe
Divisão de México e América Central

EL SALVADOR



OSTENSIVO

2021

EL SALVADOR – DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de El Salvador
CAPITAL	São Salvador
TERRITÓRIO	20.721 Km²
POPULAÇÃO (2019, FMI)	6,701 milhões
IDIOMAS	Espanhol (oficial), Nahua (língua indígena)
RELIGIÕES	Católica Romana (57%), Protestantes (21%), outras (5%), nenhuma (17%)
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Legislativa, com 84 deputados)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Nayib Bukele (desde 01/06/2019)
CHANCELER	Alexandra Hill (desde 01/06/2019)
PIB (Banco Mundial, 2020)	US$ 24,639 bilhões
PIB PPP (Banco Mundial, 2020)	US$ 55,1 bilhões
PIB per capita (Banco Mundial, 2020)	US$ 3.799
PIB PPP per capita (Banco Mundial, 2020)	US$ 8.499
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial)	-8,6% (2020); 2,1% (2019) 2,5% (2018); 3,9% (2017); 4,3% (2016); 2,3% (2015)
IDH (2020, PNUD)	0,673 (124º entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020, PNUD)	73,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2020, PNUD)	89%
UNIDADE MONETÁRIA	Colón salvadorenho, dólar estadunidense e bitcoin.
EMBAIXADOR EM SÃO SALVADOR	João André Pinto Dias Lima
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Víctor M. Lagos Pizzati
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	400 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil El Salvador	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	**182,6**	**139,9**	**88,1**	**113,3**	**93,4**	**125,2**	**107,2**	**108,29**	**90,4**
Exportações	173,4	130,6	77,4	106,2	87,6	120,2	101,2	101,0	85,1
Importações	9,2	9,3	10,7	7,1	5,9	5,0	6,0	7,3	5,3
Saldo	164,2	121,3	66,7	99,1	81,6	115,2	95,2	93,7	79,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

NAYIB BUKELE - PRESIDENTE



Nayib Bukele nasceu em São Salvador, em 24/6/1981. Sua família, de origem palestina, é proprietária do *Grupo Corporativo Bukele*, com empresas em diferentes setores da economia salvadorenha. Seu pai foi presidente da Associação Islâmica Árabe Salvadorenha. Bukele atuou como empresário desde os 18 anos. Estreou na política em 2012, quando elegeu-se prefeito da pequena cidade de Nuevo Cuscatlán. Posteriormente, foi prefeito de São Salvador (2015-2018) pela Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN). Disputou pelo Grande Aliança pela Unidade Nacional (GANA) as eleições presidenciais de fevereiro de 2019, quando ganhou com 53,1% dos votos.

ALEXANDRA HILL – CHANCELER



Alexandra Hill Tinoco é filha de Jaime Hill, um dos mais importantes empresários salvadorenhos e ex-secretário de governo de São Salvador na gestão de Bukele. É bacharel em Ciência pela Universidade de Boston, com pós-graduação em Políticas Públicas de Saúde pela Universidade Johns Hopkins. Foi diretora da *Fundación Antidrogas de El Salvador* (Fundasalva), criada por seu pai. Nessa condição, desenvolveu projetos em cooperação com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), com a Organização Mundial de Saúde (OMS), com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

RELAÇÕES BILATERAIS

Breve panorama recente

As relações entre o Brasil e El Salvador são tradicionalmente amistosas e construtivas. No início do século XXI ganharam densidade no contexto de aproximação do Brasil com a América Central, alcançando patamar inédito na história. A cooperação técnica permanece como o principal lastro das relações bilaterais. El Salvador é um dos principais interlocutores do Brasil na América Central e o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na região.

Em 2016, as relações bilaterais passaram por momento delicado, em função das reações do governo salvadorenho ao processo de *impeachment* no Brasil. Naquele contexto, o governo brasileiro adiou a XI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-El Salvador, prevista para ocorrer em julho de 2016.

A retomada das atividades de cooperação, com a realização da XI Reunião do GT de Cooperação Técnica, em abril de 2017, reconduziu as relações bilaterais ao nível amistoso e construtivo que tradicionalmente as caracterizou. A visita do então chanceler Hugo Martínez ao Brasil, em outubro de 2017, sinalizou a plena normalização das relações bilaterais. Na ocasião, foram assinados importantes instrumentos, com destaque para o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas.

Em 2021, celebraram-se 115 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. No ano anterior, comemorou-se o 25º aniversário da criação da Comissão Brasileira de Instrução Militar em El Salvador, atualmente integrada por quatro oficiais do Exército Brasileiro. Desde 1995, a atuação ininterrupta dos instrutores militares brasileiros é sempre elogiada e agradecida pela parte salvadorenha, dada a alta qualidade da cooperação prestada. Também é motivo de reiterados agradecimentos a acolhida, pelas escolas militares brasileiras, de oficiais-alunos das Forças Armadas salvadorenhas.

Comércio Bilateral

A corrente de comércio Brasil-El Salvador atingiu seu ponto mais alto em 2008, registrando US$ 252,83 milhões. Desde então, perdeu dinamismo, o que faz com que a relação comercial seja uma das áreas do relacionamento bilateral que mais necessita ser revigorada.

Segundo estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Economia, as exportações brasileiras para El Salvador somaram, em 2020, 85,16 milhões, enquanto as importações totalizaram US$ 5,29 milhões (em comparação, em 2019, o Brasil exportou um total de US$ 101,08 milhões, ao passo que importações somaram US$ 7,30 milhões). O valor das exportações brasileiras para El Salvador, em 2019, foi, por sua vez, aproximadamente metade do que se registrou 10 anos antes.

Cooperação Técnica Bilateral

Fundamento da relação bilateral, a cooperação técnica com El Salvador está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, celebrado em 20 de maio de 1986 e promulgado em 29 de outubro de 1998. O programa de cooperação técnica caracteriza-se pela troca de conhecimentos em setores de interesse estratégico para El Salvador.

Em 2021, o programa bilateral é composto pelos seguintes projetos em andamento:

(i) "Fortalecimento institucional para a gestão de recursos hídricos em El Salvador", que tem por objetivo apoiar as instituições salvadorenhas na implementação de uma rede de controle de qualidade de água para a gestão de recursos hídricos;

(ii) "Fortalecimento na área da vigilância e regulação sanitária em El Salvador", que visa a fortalecer a capacidade técnica do Ministério da Saúde por meio da transferência de conhecimentos regulatórios em farmacovigilância, regulação de preços, uso racional de medicamentos e avaliação de tecnologias sanitárias;

(iii) "Fortalecimento da promoção de doação de sangue voluntária ou altruísta", que tem a finalidade de promover a doação voluntária altruísta como pilar fundamental da segurança transfusional;

(iv) "Fortalecimento das capacidades de equipe multidisciplinar de saúde para abordagem integral de doenças não transmissíveis priorizadas", cujo objetivo é fortalecer as competências técnicas da equipe multidisciplinar do Ministério da Saúde salvadorenho, no âmbito da abordagem integral das doenças não transmissíveis priorizadas, de maneira a reduzir a mortalidade e as complicações de saúde relacionadas a elas;

(v) "Apoio técnico para a implementação do programa de certificação da qualidade da Rede Global de Bancos de Leite Humano em El Salvador", cuja finalidade é contribuir com a melhoria da qualidade da atenção neonatal em El Salvador, apoiando o fortalecimento das atividades e processos dos bancos de leite, como estratégia de segurança alimentar e nutricional para recém-nascidos, por meio do estabelecimento e implementação do Programa de Certificação da Qualidade da Rede Global de Bancos de Leite Humano.

Devido às restrições de mobilidade impostas pela pandemia do COVID-19 e a sobrecarga dos Ministérios da Saúde (MS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na resposta à pandemia, a execução do programa de cooperação técnica bilateral, no que se refere aos projetos na área de saúde, não teve avanços significativos no ano de 2020. No entanto, o projeto na área de recursos hídricos foi reformulado de forma a abarcar atividades virtuais (para o ano de 2021) e o projeto na área de Bancos de Leite Humano está sendo reformulado, com vistas à sua execução também por meio virtual.

Mecanismo de Consultas Políticas

Em 25 de outubro de 2017, durante a visita ao Brasil do chanceler de El Salvador, Hugo Martínez, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República de El Salvador para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.

A I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas ocorreu em 30 de junho de 2021, em formato virtual. A delegação brasileira foi chefiada pelo secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, enquanto a chefia da delegação salvadorenha esteve a cargo da vice-ministra de Relações Exteriores de El Salvador, Adriana Mira.

A ocasião permitiu passar em revista o estado da relação bilateral, com discussões sobre candidaturas dos dois países a organismos internacionais, sobre o convênio em vigor entre academias diplomáticas, sobre bolsas de estudo e cursos de formação e sobre o programa bilateral de cooperação técnica. Temas regionais também foram abordados, bem como assuntos econômicos, com destaque para negociação de produtos agrícolas e a possibilidade de negociação de acordo entre o Mercosul e El Salvador.

Acordo entre Academias Diplomáticas

Proposta de Convênio de Cooperação entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e o *Instituto Especializado de Educación Superior para la Formación Diplomática de la República de El Salvador* (IEESFORD) foi encaminhado à Chancelaria salvadorenha em novembro de 2015. O instrumento foi assinado em outubro de 2017, por ocasião da visita do então chanceler Hugo Martinez a Brasília.

Desde a assinatura do acordo, o governo salvadorenho tem sublinhado o interesse em vê-lo operacionalizado. A Chancelaria local considera que o Convênio contribuiria significativamente para o projeto de reformulação da academia diplomática local, um passo fundamental para a profissionalização da carreira de diplomata em El Salvador.

Apoio em matéria de bolsas e cursos de formação

Tradicionalmente, o Brasil oferece vagas para estudantes salvadorenhos em universidades brasileiras mediante quatro programas, oferecidos anualmente: PEC-G, PEC-PG, UNILA e OEA/GCUB:

PEC-G e PEC-PG

El Salvador faz parte do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). O PEC-G oferece vagas gratuitas para cursos completos de graduação no Brasil. Participam do programa 118 Instituições de Ensino Superior (IES), entre públicas e privadas. São oferecidas vagas em todas as áreas do conhecimento, e não há reserva de vagas por país. Cada estudante selecionado deve contar com um responsável financeiro, para a sua manutenção durante toda a estadia no Brasil, com o compromisso de envio de, no mínimo, US$ 600 mensais. Não há oferta automática de

bolsas, mas o MRE e as IES podem oferecer bolsas de R$ 622,00 mensais a alunos com desempenho acadêmico de excelência.

O PEC-PG oferece bolsas de doutorado a alunos estrangeiros, no mesmo valor das oferecidas aos brasileiros, R$ 2.200,00. Tanto o PEC-G como o PEC-PG estão abertos a estudantes de países com os quais o Brasil mantém acordos de cooperação cultural ou educacional.

De 2000 a 2021, foram selecionados 26 estudantes salvadorenhos para o PEC-G e 5 estudantes para o PEC-PG.

UNILA

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada em 2010, é uma universidade pública bilíngue (português-espanhol), sediada em Foz do Iguaçu-PR. Sua missão institucional é a de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Anualmente, a universidade abre seu Processo Seletivo Internacional (PSI) para estudantes de 32 países da América Latina e do Caribe.

Em 2020, havia 32 estudantes de El Salvador na UNILA, em cursos de graduação e pós-graduação.

Após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar a pandemia de COVID-19, a Embaixada de El Salvador procurou a UNILA para desenvolver ação para apoiar os estudantes salvadorenhos da Universidade. Dessa forma, o Governo de El Salvador destinou auxílio emergencial de R$ 300 a cada discente, em parcela única, com o objetivo de garantir alimentação e hospedagem neste período de crise.

Além disso, durante visita oficial da então vice-ministra de Relações Exteriores de El Salvador, Cindy Mariella Portal Salazar, e membros da Embaixada salvadorenha no Brasil à Universidade, em 23/10/2020, ficou estabelecido que a Embaixada iria propor apoio financeiro aos alunos selecionados no Processo de Seleção Internacional (PSI), para a viagem até Foz do Iguaçu e para a permanência deles na cidade.

BOLSAS BRASIL (Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação - PAEC OEA/GCUB)

Programa coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), com apoio da Divisão de Temas Educacionais (DTED/MRE), por meio do qual são oferecidas bolsas para estudantes dos demais 33 estados-membros da OEA (o Brasil não é beneficiário), para realização de mestrado ou doutorado em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O programa teve início em 2011 e já ofereceu mais de 4200 bolsas em nível de pós-graduação. Até o presente, cerca de 70 salvadorenhos foram selecionados para estudar em IES brasileiras no âmbito do programa.

Negociação Mercosul-El Salvador

Proposta de termos de referência para negociação de acordo de livre comércio foi apresentada pelo MERCOSUL a países da América Central e Caribe de forma individualizada em setembro de 2020.

Em junho de 2021, o MERCOSUL recebeu de El Salvador reação preliminar à proposta do bloco de termos de referência para negociação de acordo de livre comércio. O país centro-americano manifestou interesse preliminar nas negociações e sua disposição de iniciar discussões sobre os termos de referência.

Comércio de alimentos e produtos agrícolas

Desde 2001, autoridades salvadorenhas do Ministério de Agricultura e Pecuária impõem proibição de importação de produtos e subprodutos de bovinos, ovinos, caprinos e porcinos de países afetados pela febre aftosa sem vacina. Esse dispositivo legal vem impedindo a entrada de produtos cárneos brasileiros. Até agora, todas as gestões realizadas junto às autoridades locais mostraram-se infrutíferas.

Um dos principais desafios à exportação de produtos do agronegócio brasileiro a El Salvador é o fato de este país manter acordos de livre comércio (geral ou parcial) com a maior parte de seus principais fornecedores que desfrutam, ademais, de proximidade geográfica do mercado salvadorenho e de maior facilidade de meios de transporte. Entretanto, estima-se que o mercado salvadorenho apresenta oportunidades aos produtores agrícolas brasileiros, já que a produção agrícola salvadorenha não supre a demanda alimentar do país.

A pauta exportadora de produtos agrícolas do Brasil a El Salvador costuma ser bastante concentrada em poucos produtos. Entre 2019 e 2020, o Brasil exportou um valor total de US$ 63,5 milhões em produtos agrícolas para o país. Deste total, as exportações de milho contabilizaram sozinhas cerca de 60% do valor exportado. Quando se somam produtos como massas alimentícias, café e xarope de glicose, tem-se aproximadamente 85% do total do valor dos produtos agrícolas exportados no período.

Estão em curso negociações para obter a liberação sanitária para a exportação de material genético bovino. Em maio de 2021, a Embaixada do Brasil em São Salvador encaminhou ao Ministério de Agricultura e Pecuária de El Salvador documentos elaborados pelo MAPA necessários à exportação de sêmen bovino do Brasil ao país, em que se inclui proposta de modelo de Certificado Zoosanitário Internacional (CZI).

POLÍTICA INTERNA

El Salvador é uma república presidencialista. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, eleito para mandato de cinco anos, sem possibilidade de reeleição imediata. O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa (AL), unicameral, constituída por 84 deputados com mandato de três anos. No Poder Judiciário, a Corte Suprema de Justiça (CSJ) é composta por 15 magistrados eleitos pela Assembleia Legislativa.

Eleição de Nayib Bukele em 2019

A política salvadorenha, tradicionalmente marcada por intensa polarização entre os dois principais partidos políticos do país – a FMLN (*Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*), à esquerda, e a ARENA (*Alianza Republicana Nacionalista*), à direita – viveu processo de transformação com a eleição de Nayib Bukele.

Em 3 de fevereiro de 2019 foram realizadas eleições presidenciais. Apesar da baixa participação (51,8% dos 5,2 milhões de eleitores registrados votaram), Bukele foi eleito em primeiro turno com 53,1% dos votos válidos. O segundo colocado, Carlos Calleja (ARENA), obteve 31,7 % dos votos, e o terceiro colocado, Hugo Martínez, candidato governista (FMLN), recebeu apenas 14,4% dos votos válidos.

A candidatura de Bukele foi seguidamente contestada, tanto pelos partidos políticos tradicionais, quanto pela justiça. Para conseguir lançar-se como candidato à presidência, filiou-se ao *Gran Alianza por la Unidad Nacional* (GANA), partido que se origina de dissidência da ARENA, após ter passado por diversas outras siglas. O partido que Bukele criou, *Nuevas Ideas*, não se encontrava legalizado no momento das eleições.

Ideologicamente, Bukele circulou entre agremiações de esquerda e de direita. Na campanha, apresentou-se como "pró-livre mercado e anti-neoliberal". Como candidato antissistema, fez campanha exitosa pelas redes sociais e muito endereçada ao eleitorado jovem.

A eleição de Bukele representou, sobretudo, forte golpe aos dois partidos tradicionais. A ARENA perdeu cerca de 30% dos votos recebidos nas eleições presidenciais de 2014, ao passo que a FMLN teve uma votação ao redor de 75% menor do que a daquela eleição.

Em seu discurso de vitória, Bukele afirmou que trabalharia "com todas as forças políticas do país", fundamental naquele primeiro momento, em que o controle do Legislativo e das administrações regionais ainda era exercido pela ARENA e pela FMLN.

Crise de Segurança Pública e Migração

A crise de segurança pública constitui um dos principais problemas de El Salvador. As gangues *Mara Salvatrucha* (MS-13) e *Barrio 18* possuem estimados 60 mil membros e são responsáveis por 70% dos homicídios no país e pela quase

totalidade dos crimes de extorsão. A criminalidade está na origem de boa parte dos fluxos migratórios em direção aos EUA.

Plano de repressão ao crime organizado

Uma das primeiras medidas anunciadas pelo presidente Nayib Bukele após a posse foi o lançamento de um plano abrangente de segurança para o país, que apresenta uma das mais altas taxas de homicídios do mundo (50,3 por 100 mil habitantes, em 2018). A segurança foi um dos principais temas debatidos durante a eleição presidencial, e Bukele esforça-se para demonstrar resultados nessa área.

O plano estrutura-se em três eixos: i) ataque às fontes de financiamento das gangues; ii) recuperação dos centros das grandes cidades; e iii) controle das comunicações nas prisões.

O Passivo Político da Guerra Civil

Os impactos políticos e sociais decorrentes da guerra civil em El Salvador (1979-1992) manifestam-se até hoje no país. Em julho de 2016, a Corte Suprema de Justiça (CSJ) de El Salvador declarou inconstitucional a Lei de Anistia de 1993. O documento figurava como pressuposto básico do processo de reconciliação nacional, que permitiu que a FMLN passasse da condição de movimento guerrilheiro a partido político. À época, a FMLN acusou a CSJ de tentar romper a coesão existente entre as Forças Armadas e o governo.

Em janeiro de 2017, durante as celebrações do 25º aniversário dos Acordos de Paz de 1992, Sánchez Cerén exortou todos os setores do país a trabalhar em torno de "acordos de segunda geração". Na ocasião, apresentou "facilitador" indicado pelo Secretário-Geral da ONU para trabalhar em busca de elementos de convergência em temas de segurança, saúde, educação e economia, que não haviam sido contemplados pelos Acordos de 1992. Em agosto, a ONU comunicou o cancelamento da missão.

Projeto de lei de voto no exterior

Em 15 de janeiro de 2020, o vice-presidente de El Salvador entregou à Assembleia da República novo projeto de lei de voto de cidadãos salvadorenhos residentes no exterior. O tema é considerado prioritário pelo governo Bukele, já que a atual administração elegeu a melhoria da assistência aos salvadorenhos que vivem fora do país (cerca da metade da atual população de El Salvador) como eixo central de sua política externa.

O projeto de lei apresentado prevê o voto eletrônico e a possibilidade de votação nas eleições municipais e para a Assembleia da República em todos os Consulados e Embaixadas de El Salvador. Atualmente, o voto no exterior é exercido via postal e apenas para Presidente da República, sendo que poucas repartições consulares encontram-se capacitadas para o processo.

Calcula-se que mais de 500 mil salvadorenhos estariam habilitados a votar no exterior em 2021, sendo que, nas últimas eleições presidenciais (março de 2019), menos de quatro mil participaram do escrutínio.

Desentendimentos recentes entre Executivo e Legislativo

Em fevereiro de 2020, a recusa pela grande maioria dos deputados dos dois maiores partidos de oposição (FMLN e ARENA) de atender a uma convocação do Conselho de Ministros para votar a aprovação de empréstimo US$ 109 milhões, a pedido do Executivo, para dar início à 3ª fase do Plano de Controle Territorial, acirrou o ambiente político no país. O embate culminou com a decisão do presidente Nayib Bukele, em 7 de fevereiro, por meio do Conselho de Ministros, de convocar extraordinariamente a Assembleia para tratar do assunto. A oposição, por sua vez, considerou que os dispositivos apresentados como justificativa para a convocação não a justificavam adequadamente. Em resposta, o presidente afirmou que, caso os deputados não comparecessem à sessão extraordinária, estariam transgredindo a Constituição, ensejando a aplicação do art. 87 da Constituição salvadorenha, que diz respeito ao direito à insurreição.

Ao mesmo tempo, Bukele fez um chamado ao povo a dirigir-se à Assembleia Legislativa. O Chefe da Polícia Nacional Civil e o Ministro da Defesa, ambos fardados e ao lado de seus estados-maiores, vieram a público afiançar o apoio incondicional ao presidente. A Assembleia foi cercada por mais de mil policiais e militares, que ocuparam o edifício, inclusive a sala do Plenário. Apenas 28 dos 84 deputados estiveram presentes à sessão.

Tanto a ARENA quanto a FMLN convocaram seus seguidores a estarem alertas. A ARENA fez apelo à União Europeia, Organização dos Estados Americanos, Nações Unidas e à comunidade internacional.

Ao final do dia em que convocou a população à Assembleia Legislativa, Bukele discursou em frente ao prédio do Legislativo. Deu um ultimato, de mais uma semana, para que os deputados aprovassem o empréstimo.

Dias depois, a “Sala del Constitucional” da Corte Suprema de Justiça, por votação unânime, admitiu uma queixa de inconstitucionalidade contra a decisão do Conselho de Ministros de convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Legislativa para aprovação de empréstimo solicitado pelo presidente Bukele.

Eleições de 2021

Em 28 de fevereiro de 2021, ocorreram eleições locais e legislativas em El Salvador. O resultado foi amplamente favorável ao partido governista (*Nuevas Ideas*), que alcançou maioria legislativa, o que ajudou a superar a situação de desentendimento entre Executivo e Legislativo que marcou o início da administração Bukele.

Destituições na Suprema Corte e na Procuradoria

Em 1º de maio de 2021, imediatamente após a abertura da nova legislatura, com maioria governista, os parlamentares recém-empossados decidiram substituir os magistrados e suplentes da câmara especial da Corte Suprema de Justiça, encarregada de julgar casos de constitucionalidade, pedidos de "habeas corpus" e disputas entre Poderes do Estado. Também foi substituído o Procurador Geral (*Fiscal General*).

A decisão despertou reações internacionais, em particular dos EUA, que manifestaram sua oposição por meio do Secretário de Estado Antony Blinken, da Vice-Presidente Kamala Harris e da Secretária Assistente para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Julie Chung. Registrou-se reação contrária também por parte de União Europeia, Nações Unidas, Canadá e Secretaria Geral da OEA.

Em reunião com o corpo diplomático em São Salvador, transmitida pela televisão local, Bukele defendeu a legalidade das medidas tomadas pelo Congresso salvadorenho, que se conformaria ainda à prática local. Disse não compreender a reação internacional.

Pouco depois, o enviado especial dos EUA para o Triângulo Norte, Ricardo Zúñiga, viajou para São Salvador (11-12 de maio/2021). Em comunicado, o Departamento de Estado apresentou como objetivo da missão "o fortalecimento da governança democrática, o respeito aos direitos humanos e o combate à corrupção". Na capital salvadorenha, Zúñiga reuniu-se com a Junta Diretora da Assembleia Legislativa e com o presidente Bukele.

ECONOMIA

Características gerais da economia salvadorenha

Embora a economia salvadorenha seja regionalmente relevante, o crescimento econômico do país é tradicionalmente baixo e figura entre seus principais problemas, ao lado de dificuldades relacionadas ao déficit fiscal e ao nível de endividamento. A economia salvadorenha foi dolarizada em 2001.

De modo geral, a economia de El Salvador apresenta: (i) baixa carga tributária; (ii) dependência econômica dos Estados Unidos e das transferências de migrantes; (iii) pobreza e desigualdade acentuadas; e (iv) baixa produtividade.

O quadro de baixo crescimento da economia, que figura entre os principais problemas enfrentados pelo país nos últimos 30 anos, acentuou-se a partir da virada do século e agravou-se como resultado da crise internacional. De 2001 a 2016, El Salvador apresentou o menor crescimento médio do PIB na América Central, de 1,93% ao ano.

Entre os principais entraves ao crescimento da economia salvadorenha destacam-se escassez de investimento, baixa produtividade, altas taxas de criminalidade, ambiente de negócios em geral desfavorável, insustentabilidade das políticas fiscais e intenso fluxo migratório. El Salvador não possui reservas importantes de recursos naturais, o que leva a um quadro crônico de dependência, sobretudo de insumos energéticos.

No lado positivo, cabe registrar a participação de El Salvador em acordos abrangentes de livre-comércio, em particular o CAFTA-RD (*Central America Free Trade Agreement and Dominican Republic*, assinado em 2004 com os EUA, América Central e República Dominicana), o acordo de livre comércio com a União Europeia e o acordo com o México.

A remessa de dólares dos salvadorenhos residentes nos EUA constitui a principal fonte de recursos do país, correspondendo a cerca de 20% do PIB. No total, 20% dos salvadorenhos residem no exterior. Nesse cenário, o endurecimento da política migratória dos EUA representa também um perigo econômico para El Salvador, que pode ver-se confrontado, abruptamente, com uma redução considerável das remessas econômicas que hoje o beneficiam.

A fragilidade da economia salvadorenha é reforçada pela continuidade dos déficits de conta corrente e fiscal. A limitada reforma fiscal de 2017 não impediu a escalada do déficit fiscal. Por ser um país de economia dolarizada, o déficit fiscal deve ser financiado com o aumento do endividamento público, tendo em vista a impossibilidade de expansão monetária doméstica.

A balança comercial salvadorenha é estruturalmente deficitária devido à necessidade de importação de combustíveis e de bens industriais. Têxteis e calçados constituem os principais produtos de exportação.

Desempenho econômico recente

De acordo com o Banco Central de Reserva de El Salvador (BCR), em 2020, no contexto dos impactos da pandemia, o PIB salvadorenho totalizou US$

24.639 milhões, nível similar ao registrado em 2016 (US$ 24.191 milhões). Trata-se, ainda, de redução de 8,6% em comparação ao ano anterior.

Os setores que registraram a maior queda foram: serviços de entretenimento (-47,9%), restaurantes e hotéis (-27,4%), transporte (-15,2%), construção (-15,1%), indústria (-11,8%) e comércio (-7,7%).

Para 2021, o BCR estima possível crescimento entre 5% e 6%.

Aumento no nível das remessas de migrantes no início de 2021

Nos primeiros quatro meses de 2021 ocorreu um amplo crescimento nas remessas de divisas para El Salvador, segundo o BCR. Segundo os dados divulgados, El Salvador recebeu, até abril de 2021 US$ 2.350,36 milhões em remessas, o que representa um crescimento de 47,3% com relação ao mesmo período de 2020. Só no mês de abril teriam sido recebidos US$ 644,5 milhões, mais do dobro do que se verificou em abril do ano anterior, quando estas somaram US$ 287,3 milhões. Ainda, o total de remessas nos primeiros quatro meses de 2021 foi 32,4% maior do que o recebido no mesmo período de 2019.

Adoção do bitcoin como moeda de curso legal

Em 5 de junho de 2021, o presidente Nayib Bukele anunciou, em evento internacional, o envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa para tornar El Salvador o primeiro país do mundo a adotar uma criptomoeda - o bitcoin - como moeda de curso legal internamente. Logo após o anúncio, Bukele publicou, em sua conta no Twitter, que o bitcoin teria um valor de mercado equivalente a US$ 680 bilhões e que, se 1% desse total fosse investido em El Salvador, o PIB do país cresceria 25%. Ao afirmar que o bitcoin deverá ter 10 milhões de potenciais usuários em El Salvador, destacou que a criptomoeda passaria a ser a forma mais rápida e menos custosa de transferir remessas do exterior a El Salvador. Segundo ele, os valores recebidos por mais de um milhão de salvadorenhos de seus parentes no exterior deveriam crescer, já que o bitcoin permite transferências diretas, sem intermediários, em contexto no qual 70% da população local não conta com contas bancárias por estarem na economia informal. Ainda no anúncio original, Bukele ofereceu residência permanente no país para os cripto-empreendedores estrangeiros.

O projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Nacional de El Salvador em 8 de junho de 2021, tendo entrado em vigor 90 dias depois. Entre as disposições da legislação adotada inclui-se que:

i) a taxa de câmbio do bitcoin, com relação ao dólar norte-americano, será estabelecida livremente pelo mercado (o Estado garantirá, por meio de um fideicomisso criado no *Banco de Desarrollo de El Salvador* - BANDESAL, a conversibilidade automática do bitcoin);

ii) todos os preços de mercadorias e serviços poderão ser expressos em bitcoin;

iii) os impostos poderão ser pagos em bitcoin;

iv) as transações financeiras realizadas em bitcoin não estarão sujeitas ao imposto sobre os lucros de capital (como é o caso das operações realizadas em outras moedas de livre curso);

v) para fins contábeis, o dólar norte-americano continuará a ser a moeda de referência;

vi) todos os agentes econômicos deverão aceitar o bitcoin como forma de pagamento;

vii) sem prejuízo das atividades do setor privado, o Estado promoverá alternativas que permitam ao usuário realizar transações em bitcoin, assegurando a conversibilidade automática e instantânea dos bitcoins a dólares norte-americanos, caso tal usuário assim o deseje;

viii) as limitações às alternativas de conversão automática e instantânea do bitcoin serão determinadas em legislação específica que regulamente o tema;

ix) o Poder Executivo criará a estrutura institucional necessária para a aplicação da Lei.

Com a entrada em vigor da legislação, El Salvador passou a ter duas moedas não nacionais de curso legal (dólar americano e bitcoin).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa salvadorenha tem, entre seus principais focos, o relacionamento com os EUA e a América Central. O governo de Nayib Bukele reafirma essa orientação e, à diferença das administrações da FMLN, reivindica uma política exterior universal, com prioridade para a atração de investimentos, a mudança da imagem de El Salvador no mundo, e a condução dos temas relativos à migração e apoio à grande comunidade de expatriados.

Além da vinculação tradicional aos EUA e à América Central, El Salvador tem na Europa importante fonte de cooperação e comércio, que ganhou relevância com o acordo de associação firmado entre a União Europeia e o Sistema de Integração Centro-americano (SICA), em 2012. Em 2004, foi assinado o acordo de livre comércio entre os EUA e o SICA – o CAFTA-DR (*Central America Free Trade Agreement and Dominican Republic*).

Outro parceiro relevante foi Taiwan, com o qual El Salvador firmou acordo de livre comércio em 2007 e manteve intensa cooperação (com investimentos de Taiwan foi construída a sede do Ministério de Relações Exteriores de El Salvador). Os dois países firmaram, em 2014, programa de cooperação 2014-2019. Não obstante, El Salvador passou a reconhecer a República Popular da China em agosto de 2018.

Relações El Salvador-Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos são fundamentais para a política externa salvadorenha. De acordo com relatório da Chancelaria de El Salvador, 2,8 milhões de salvadorenhos vivem nos EUA, que também figura como seu principal parceiro comercial, respondendo por 47,9% das exportações e fornecendo 37,2% das importações.

O endurecimento da política migratória norte-americana gera apreensão na sociedade salvadorenha, não somente em razão da importância das remessas de divisas, mas também pela incapacidade da economia local de absorver os nacionais deportados.

Relacionamentos regionais

Ao ser eleito, Bukele determinou o alinhamento de El Salvador com as posições defendidas pelos EUA e pelo Grupo de Lima. Da mesma forma, o presidente salvadorenho tem confrontado o regime sandinista na vizinha Nicarágua. As relações entre os dois países pioraram após Daniel Ortega conceder, em julho de 2019, a cidadania nicaraguense ao ex-presidente salvadorenho Maurício Funes, condenado pela justiça em seu país.

Não obstante, a integração centro-americana constitui tema importante para El Salvador, que abriga a sede do SICA. Honduras, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e Panamá estão entre os principais parceiros comerciais de El Salvador.

Com Honduras e Nicarágua, subsistem diferendos no Golfo de Fonseca, apesar de decisão da Corte Internacional de Justiça de 1992, que dirimiu a maior

parte da disputa. Em 2012, os três países decidiram cooperar para fazer da região uma "zona de paz, desenvolvimento sustentável e segurança". Desde então, autoridades dos três países têm mantido reuniões periódicas para impulsionar projetos de desenvolvimento daquela área, sob os auspícios do Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE).

Estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China

Em 20 de agosto de 2018, o então presidente Salvador Sanchez Cerén anunciou, em cadeia nacional de televisão, o rompimento de relações diplomáticas com Taiwan e o subsequente estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China. O anúncio foi realizado pouco mais de um ano após decisão de igual teor por parte do governo do Panamá.

Em junho de 2019, o presidente Bukele afirmou que as relações de El Salvador com a China estavam já estabelecidas e que seu país reconhecia a importância do país asiático no mundo.

Visita de Estado de Bukele à República Popular da China

Entre os dias 1 e 6 de dezembro de 2019, o presidente Nayib Bukele realizou visita de Estado à China, durante a qual manteve reunião de trabalho com o presidente Xi Jiping, em Pequim. Nessa ocasião, o mandatário salvadorenho reconheceu "o Governo de Pequim como o único governo legítimo, representante de toda a China, da qual faz parte Taiwan, parte inalienável do território chinês". Além disso, foram assinados memorandos de entendimento para cooperação nas áreas comercial, de ciência e tecnologia, turismo, esporte, agricultura, além de terem sido negociados aportes de recursos chineses para projetos em El Salvador, a saber, construção de nova biblioteca nacional em São Salvador e de estação de tratamento de água.

Não foram incluídos, no entanto, projetos de maior importância para o governo de Bukele listados em seu Plano de Governo, como construção de ferrovia, reabilitação de infraestrutura portuária de "La Unión" e construção de novo aeroporto. O Presidente Bukele também citou outros compromissos chineses nas áreas de intercâmbio cultural, de ajuda ao Programa *Crecer Juntos* (de iniciativa da primeira-dama salvadorenha), de incremento no comércio bilateral e de investimentos na indústria, com vistas a transformar El Salvador num *hub* chinês para a região.

Em Xangai, o presidente Bukele cumpriu agenda na área de promoção comercial, manifestando interesse em aumentar exportações de café, açúcar, mariscos e têxteis para o mercado chinês.

Rompimento de relações diplomáticas com a RASD

Em 15 de junho de 2019, o presidente Nayib Bukele anunciou o rompimento de relações diplomáticas entre El Salvador e a República Árabe Saharauí Democrática e a intenção de fortalecer os laços bilaterais com o Marrocos. Na ocasião, estava acompanhado pelo ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional marroquino, Nasser Bourita, que estava em visita oficial a El Salvador.

Em seguida à declaração, foi assinado um Acordo de Cooperação entre os dois países.

Bukele alegou ter sido um erro o reconhecimento da Frente Polisário pelo governo da Frente Martí Farabundo de Libertação Nacional, em 2009. Segundo ele, El Salvador deveria "abrir-se ao mundo árabe".

Marco Integral Regional para a Proteção e Soluções (MIRPS)

O Marco Integral Regional para a Proteção e Soluções (MIRPS) surgiu em 2017, com a assinatura da Declaração de San Pedro Sula por Belize, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Panamá. Em julho de 2019, El Salvador tornou-se o sétimo membro da iniciativa. Trata-se de um arranjo regional de cooperação, liderado pelos Estados, mas com apoio, entre outros, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), da OEA e do SICA, que tem por objetivo promover mecanismos de responsabilidade compartilhada em busca de soluções para refugiados, pessoas em busca de asilo, deslocados internos e pessoas que retornaram a seu país. Dessa forma, o MIRPS é uma iniciativa pioneira na aplicação do Marco de Resposta Integral aos Refugiados (CRRF).

O Brasil integra grupo de países amigos do MIRPS, que também inclui Argentina, Colômbia, Canadá, EUA, Espanha, Itália, França, Santa Sé, Suíça, Uruguai e União Europeia.

MAPA DE EL SALVADOR



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-EL SALVADOR

1896 Abertura de Consulado brasileiro em El Salvador.
1906 Criação de Legação em Cuba com ação cumulativa em El Salvador.
1953 Elevação da Legação em El Salvador à Categoria de Embaixada.
1965 Convênio Cultural.
1971 Convênio sobre bolsas de estudo e criação de Comissão de Comércio.
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.
1986 Termo Aditivo ao Convênio de Intercâmbio Cultural na Área do Ensino Técnico e da Formação Profissional. Acordo por Troca de Notas, sobre Dispensa de Visto para Titulares de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço Brasileiro e Salvadorenhos.
2002 Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.
2005 Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.
2007 Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns.
2008 Visita do então presidente Lula da Silva a El Salvador, no âmbito da III Cúpula Brasil-SICA.
Visita do então presidente Lula da Silva a El Salvador, no âmbito da XVIII Cúpula Ibero-Americana.
2009 Visita do presidente Lula da Silva a El Salvador, no contexto da posse do Presidente Mauricio Funes.
Visita do então presidente Mauricio Funes ao Brasil.
2010 Visita do então presidente Lula da Silva a El Salvador.
Brasil doa US$ 130 mil ao *Instituto Salvadoreño para el Desarollo Integral de la Niñez y Adolescencia*.
Visita do então presidente Mauricio Funes ao Brasil.
Seminário "Encontro Empresarial Brasil–El Salvador: Oportunidades de Investimentos", na sede da FIESP, em São Paulo.
2011 Visita da então primeira-dama de El Salvador, Vanda Pignato, ao Brasil.
Encontro da então primeira-dama de El Salvador com o então chanceler Antonio Patriota.
2013 Assinado contrato entre a Comissão Executiva Hidrelétrica do Rio Lempa (CEL) e a construtora Queiróz Galvão para execução das obras de ampliação da hidrelétrica.
2013 Visita da então primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social de El Salvador, Vanda Pignato, ao Brasil.
Encontros da então primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social de El Salvador, Vanda Pignato, com a então presidente Dilma Rousseff e com o então chanceler Antonio Patriota.
2013 Visita do então chanceler de El Salvador, Jaime Miranda, ao Brasil.

Inauguração do Escritório Comercial de El Salvador na cidade de São Paulo. Encontro do então chanceler Jaime Miranda com então Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad.

2014 O então assessor-chefe da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, participa, na qualidade de enviado especial do Brasil, da posse presidencial de Sanchez Cerén em El Salvador.

2014 Visita do então vice-presidente de El Salvador, Oscar Ortíz, ao Brasil.

2015 O então ministro da Justiça e Segurança Pública de El Salvador, Benito Antonio Lara, visita Brasília e Rio de Janeiro.

2017 El Salvador adota o padrão nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T)

2017 Visita do então chanceler de El Salvador, Hugo Martínez, ao Brasil.

2019 O então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, representa o governo brasileiro na cerimônia de posse presidencial em El Salvador.

2021 Realização, por videoconferência, da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-El Salvador.

QUADRO DE ACORDOS

Título do Acordo	Data de celebração	Status	Data de promulgação
Emenda, p.t.n., ao Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador	24/10/2017	Tramitação Congresso Nacional	-
Convênio de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Especializado de Educação Superior para a Formação Diplomática da República de El Salvador.	25/10/2017	Em Vigor	10/11/2017
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República de El Salvador para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.	25/10/2017	Em Vigor	16/05/2018
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano"	27/08/2014	Em Vigor	29/09/2014
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador pra a Implementação do Projeto "Elaboração de Política Pública de Comercialização Agrícola para Agricultura Familiar de El Salvador"	01/11/2013	Em Vigor	27/11/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Programa Territórios de Progresso, Fase II"	01/11/2013	Em Vigor	14/11/2013

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio ao Estabelecimento dos Fundamentos de Polícia Comunitária em El Salvador"	25/03/2013	Em Vigor	20/11/2014
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Programa de Educação Alimentar e Nutricional Cozinha Brasil – El Salvador"	21/06/2012	Em Vigor	23/07/2012
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do projeto "Apoio ao Sistema de Inovação no Setor Agropecuário de El Salvador"	07/02/2012	Em Vigor	21/05/2012
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do projeto "Elaboração de Política Pública de Comercialização Agrícola para a Agricultura Familiar de El Salvador	07/02/2012	Em Vigor	21/05/2012
Declaração para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Proteção dos Direitos das Mulheres	28/04/2011	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes"	27/04/2011	Em Vigor	05/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio às Ações de Atenção à Saúde e Formação de Conselhos dos Povos Indígenas de El Salvador"	27/04/2011	Em Vigor	05/12/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Unidade Móvel para Capacitação Profissional em El Salvador”	27/04/2011	Em Vigor	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia do Programa Brasileiro “Projovem-Prisional” para El Salvador”	26/04/2011	Em Vigor	05/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Aperfeiçoamento Técnico-Profissional de Bombeiros em Prevenção e Investigação de Incêndios e Busca e Resgate de Vítimas”	26/04/2011	Em Vigor	05/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio à Criação de um Programa de Inserção Social para Crianças, Adolescentes e Jovens Vítimas de Violência Sexual”	26/04/2011	Em Vigor	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos para a Implementação e Desenvolvimento de Ações de Defesa Civil (Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução)”	26/04/2011	Em Vigor	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia do Programas Brasileiros “Projeto” e “Mulheres da Paz” para El Salvador”	26/04/2011	Em Vigor	05/12/2011

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para Criação do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador"	26/04/2011	Em Vigor	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Transferência de Modelo de Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Territorial"	26/04/2011	Em Vigor	05/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto " Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Segurança Presidencial de El Salvador – Fase II"	20/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Pintando a Liberdade"	20/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Capacitação Técnica de Inteligência Policial"	20/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado"	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Capacitação em Boas Práticas em Ecoturismo e Turismo de Aventura para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em El Salvador"	09/08/2010	Em Vigor	29/10/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Cooperação Técnica para a Implementação e Gestão do Sistema de Proteção Social em El Salvador"	09/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio a Transferência de Metodologia Brasileira do Programa Talentos do Brasil para El Salvador"	09/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica para Implementação do Centro de Formação Profissional Brasil – El Salvador	09/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar"	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio a Criação de Marcos Legais para a Implementação da Certificação Digital"	02/07/2010	Em Vigor	03/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Qualificação Técnica em Tecnologias Livres"	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Reforço no Processo Produtivo de Cana-de-Açúcar"	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Reforço à Diversificação Agroprodutiva de El Salvador”	02/07/2010	Em Vigor	03/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano em El Salvador”	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Segurança Presidencial de El Salvador”	26/02/2010	Em Vigor	24/03/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de El Salvador”	26/02/2010	Em Vigor	24/03/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Social	26/02/2010	Em Vigor	24/03/2010
Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Capacitação em Análise de Informação sobre Crimes contra o Meio Ambiente"	01/12/2008	Em Vigor	03/02/2009
Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Capacitação em Análise de Informação para o Pessoal da Divisão de Investigação de Homicídios e da Polícia Nacional Civil e da Procuradoria Geral da República de El Salvador"	01/12/2008	Em Vigor	03/02/2009

Memorando de Entendimento para Cooperação em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia entre o Brasil e El Salvador	29/05/2008	Em Vigor	04/07/2008
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Turística entre o Brasil e El Salvador	29/05/2008	Em Vigor	04/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Adoção de Tecnologias Modernas para a Produção de Etanol em El Salvador".	05/12/2007	Em Vigor	07/12/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Capacitação em Análise de Informação sobre Crimes contra o Meio Ambiente"	05/12/2007	Em Vigor	07/12/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Processo Agrícola e Industrial para Produção de Biodiesel a partir da Mamona"	05/12/2007	Em Vigor	07/12/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Capacitação em Análise de Informação para o Pessoal da Divisão de Investigação de Homicídios e da Polícia Nacional Civil e da Procuradoria Geral da República de El Salvador"	05/12/2007	Em Vigor	03/02/2009
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador	24/07/2007	Situação especial	
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	24/07/2007	Em Vigor	19/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Resposta à Epidemia de HIV/AIDS em El Salvador"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Manejo Agronômico e Processamento da Castanha e Pedúnculo do Caju"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Manejo Agronômico e Processamento do Coco Anão, Alto e Híbrido"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Desenvolvimento do Processo Agro-Produtivo da Mamona"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Conservação da Arquitetura Tradicional de Centros e Conjuntos e Históricos e sua Paisagem Cultural"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.	13/09/2005	Em Vigor	26/09/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto Assistência e Tratamento a Pessoas vivendo com HIV/AIDS em El Salvador.	05/02/2004	Em Vigor	19/02/2004
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	21/08/2002	Em Vigor	13/09/2006

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Estruturação de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade de El Salvador".	12/05/1999	Em Vigor	08/07/1999
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS".	02/02/1999	Em Vigor	05/04/1999
Acordo, por Troca de Notas, sobre Dispensa de Visto para Titulares de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço Brasileiro e Salvadorenhos Brasil - El Salvador.	20/05/1986	Em Vigor	27/05/1986
Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador.	20/05/1986	Em Vigor	30/10/1998
Termo Aditivo ao Convênio de Intercâmbio Cultural na Área do Ensino Técnico e da Formação Profissional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador.	20/05/1986	Em Vigor	27/05/1986
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador.	30/08/1984	Em Vigor	01/07/1985
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Salvadorenhos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador.	15/07/1971	Em Vigor	24/08/1971
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador.	15/07/1971	Em Vigor	24/08/1971
Declaração Conjunta Brasil - El Salvador.	15/07/1971	Em Vigor	24/08/1971
Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Estados Unidos do Brasil e a República de El Salvador.	30/11/1965	Em Vigor	19/01/1968
Convenção de Arbitramento entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República de El Salvador.	03/09/1909	Em Vigor	

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro
de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 29

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.

EM nº 00012/2022 MRE

Brasília, 25 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de El Salvador, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 41/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 28/01/2022, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3153945** e o código CRC **3D8A20E8** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000673/2022-73 SEI nº 3153945

EMBAIXADA DO BRASIL EM EL SALVADOR

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR JOÃO ANDRÉ LIMA

As relações entre o Brasil e El Salvador atravessam momento de grande vitalidade e perfeita sintonia na condução dos vários temas da agenda bilateral e multilateral, após um período de relativo esfriamento, em 2016, quando o então governo da Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional-FMLN demonstrou reticência em relação a episódios políticos, eminentemente internos do Brasil, e a decisões de natureza jurídico-política tomadas soberanamente pelos poderes constituídos brasileiros.

2. Em consequência do clima menos amistoso que então se criou, o Brasil viu-se na contingência de suspender certas ações no âmbito bilateral, como atividades do programa de cooperação técnica e contatos de alto nível entre autoridades dos dois países. Em fins de 2017, em gesto de reaproximação e de reconstrução da confiança, o então Chanceler salvadorenho Hugo Martínez realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve conversações com seu homólogo brasileiro, Ministro Aloysio Nunes Ferreira Filho, e assinou três instrumentos que versam sobre temas relevantes para o aprofundamento dos vínculos, a saber, o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-El Salvador, o Convênio de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Especializado de Educação Superior para a Formação Diplomática de El Salvador e uma Emenda ao Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Brasil e El Salvador.

3. As relações bilaterais, assim, retornaram a patamar de normalidade até, pelo menos, meados de 2018, quando o então presidente salvadorenho Salvador Sánchez Cerén voltou a pronunciar-se publicamente, em termos pouco aceitáveis, acerca do processo jurídico-político vivido pelo Brasil, em 2016, e do sistema judiciário do país. Como resultado, o relacionamento bilateral sofreu novo percalço, felizmente superado com a eleição do novo governo salvadorenho, em 2 de fevereiro de 2019.

4. Com o intuito de demonstrar o desejo de retomar plenamente o bom ritmo das relações entre os dois países, o governo brasileiro enviou, na ocasião, uma delegação de alto nível para a posse do Presidente Nayib Bukele, realizada em 1º de junho de 2019, em São Salvador. Chefiada pelo ex-Ministro da Saúde, Dr Luiz Henrique Mandetta, a missão foi muito bem recebida, tendo o novo governo entendido e apreciado a atitude brasileira de buscar afastar quaisquer embaraços ao bom andamento das relações, e, por sua parte, vem conferindo, desde então, prioridade aos laços com o Brasil.

5. El Salvador é o menor país em extensão territorial das Américas (21.040 mil km2) e o de maior concentração demográfica (população de cerca de 6.5 milhões de pessoas); em termos gerais, tem uma superfície aproximada à do Estado de Sergipe, mas com cerca de três vezes o número de seus habitantes. Situado em região montanhosa e vulcânica, é o único país da América Central que não ostenta uma costa caribenha. Apesar de todo voltado ao Oceano Pacífico, historicamente o país não se expandiu em direção ao mar, já que as costas não ofereciam bons portos naturais. Por esse motivo, não se vislumbram, na faixa costeira de El Salvador, grandes cidades ou mesmo o aproveitamento mais intensivo de suas potencialidades,

como o turismo. O atual governo, ao contrário, vem implementando projeto dirigido ao desenvolvimento da região costeira, com base na prática do surfe, denominado "Surf City", com a execução de obras de infraestrutura, hotelaria e amenidades, com a finalidade de dar significado econômico àquela área e atrair turistas e investimentos estrangeiros. Acrescente-se que, por sua posição geográfica e estratégica, o país se presta muito bem a se tornar centro de operações logísticas, comerciais e de transportes.

6. A criminalidade e a violência interna vêm-se constituindo, tradicionalmente, em relevantes óbices ao progresso econômico e social do país, além de uma das principais causas do elevado êxodo de salvadorenhos, que cada vez mais procuram emigrar para outros países. É importante ter em conta que os índices de criminalidade se têm reduzido substancialmente desde 2019, como resultado de políticas de segurança que passaram a ser adotadas pelo governo Bukele, com o emprego mais intenso de contingentes das Forças Armadas em operações contra o crime organizado.

7. O país adotou, desde 2001, o dólar norte-americano como moeda oficial. Em iniciativa inédita e recente, o atual governo decidiu que uma criptomoeda, o Bitcoin, também passasse a ser, a partir do último dia 7 de setembro, moeda de curso legal, cujo valor obedece exclusivamente a critérios de livre mercado.

8. Após um longo período de mais de dez anos de guerra civil durante a década de 80, que deixou profundas marcas na história recente de El Salvador, a atual etapa de estabilidade política - com a sucessão de governos democraticamente eleitos - teve início com a assinatura dos Acordos de Paz de Chapultepec, em 1992. Dentre os principais pontos dos acordos, destacam-se:

- Reforma das Forças Armadas e desmobilização de todas as unidades armadas da guerrilha;
- Substituição da Guarda Nacional pela Polícia Nacional Civil;
- Modificações no sistema judicial e órgãos de defesa dos direitos humanos; e
- Alterações no sistema eleitoral.

9. Os Acordos de Chapultepec também propiciaram o aparecimento de um regime político na prática bipartidário, em que as duas principais agremiações (a Aliança Republicana Nacionalista ARENA e a Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional FMLN), amplamente majoritárias, revezavam-se no poder, e representavam, respectivamente, a direita e a esquerda do espectro político-eleitoral salvadorenho.

10. Nas eleições presidenciais de 1994 (as primeiras das quais a FMLN participou como partido político), saiu vencedor Armando Calderón Sol, o candidato da ARENA. Durante seu governo, Calderón Sol implementou um plano de privatização de várias grandes empresas estatais e introduziu outras medidas econômicas de caráter neoliberal. Seguiram-se a ele dois outros presidentes dos quadros da ARENA: Francisco Flores e Antonio Saca.

11. A FMLN emergiu fortalecida do pleito legislativo e municipal de 1997, tendo conquistado a prefeitura de São Salvador. Contudo, somente conseguiu eleger um presidente da república em 2009, quando Carlos Mauricio Funes Cartagena chegou ao poder. O partido logrou a eleição do substituto de Funes, Salvador Sánchez Cerén, que governou de 2014 a 2019.

12. O ano de 2019 marcou a chegada ao poder do presidente Nayib Bukele, que concorreu sob

a legenda da Gran Alianza Nacional (GANA), um partido de menor expressão, fundado por políticos que deixaram a ARENA. Já na presidência, viu aprovada a criação de seu próprio partido político, o Nuevas Ideas. Com grande poder de comunicação e domínio das plataformas sociais, o então candidato Bukele angariou apoio maciço da população, em especial das camadas mais jovens do eleitorado. Os seus contínuos ataques aos partidos e políticos tradicionais, assim como à corrupção a eles associada, garantiu-lhe, igualmente, a simpatia dos "desiludidos" com a velha política. Venceu a corrida presidencial em primeiro turno. O mais recente triunfo do mandatário salvadorenho foi a forma determinada com que enfrentou a pandemia da COVID-19, tendo garantido o fornecimento de grande número de diferentes vacinas a El Salvador, que hoje se sobressai como um dos maiores êxitos de vacinação precoce nas Américas. Exitoso também tem sido o seu plano de obras e construções, muito voltado à combalida infraestrutura do país e às necessidades básicas da população. O resultado mais imediato foi a vitória esmagadora do oficialismo nas eleições legislativas e municipais de fevereiro último. O presidente tem, contudo, adotado medidas que desagradam a seus opositores e que, por outro lado, lhe valeram críticas internacionais, sobretudo por apoiar a substituição, pela nova Assembleia Legislativa de maioria governista, dos juízes da "Sala de lo Constitucional" da Corte Suprema de Justiça e do Procurador-Geral da República, antes da finalização de seus mandatos. Deve-se enfatizar o claro apoio popular de que desfruta o Presidente Bukele no país, confirmado em diversas pesquisas de opinião desde o tempo em que era candidato à presidência e consolidado com a conquista, em primeiro turno, da presidência nas eleições de 2019 e de larga maioria nos pleitos legislativos e municipais de 2021.

13. No que diz respeito à economia de El Salvador, assinale-se que o Produto Interno Bruto (US$ 24,6 bilhões, em 2020) tem crescido, nos últimos 20 anos, em média 2,3% ao ano, o que alguns especialistas locais consideram um número baixo para cristalizar um desenvolvimento consistente do país. Em 2020, com a pandemia, esse cenário foi mais negativo, tendo a economia sofrido uma queda de 7,9%, em comparação ao ano anterior, devido ao confinamento e suspensão de certas atividades comerciais. As perspectivas para a economia salvadorenha, em 2021, são bem favoráveis: segundo o Banco Central de Reserva salvadorenho, a economia cresceu 24,5% no segundo trimestre de 2021 e mantém projeção de incremento de 9% em 2021.

14. Ainda de acordo com o Banco Central de Reserva de El Salvador, em 2020, a dívida do país chegou a 87,9% do PIB. E, segundo a Fundación Salvadoreña para el Desarrollo Económico y Social (FUSADES), a dívida poderá aumentar, em 2021, para o equivalente a 96,4% do PIB. A inflação acha-se sob controle desde 2001, quando se adotou o dólar norte-americano. Com isso, o risco cambial é menor, o que gera segurança maior a investidores estrangeiros. O comércio absorve a maioria da população economicamente ativa, seguido por outros serviços, agricultura, manufatura e construção. O país registrou uma redução do índice de pobreza, que passou de 39%, em 2007, para 29%, em 2017; a pobreza extrema também caiu, de 15% a 8,5%, no período.

15. Entre os principais produtos importados de El Salvador estão: óleos, medicamentos, telefones, gás, automóveis, camisetas, milho; os produtos de exportação salvadorenhos são: vestuário, açúcar, café, plásticos, capacitores elétricos, papel e medicamentos.

16. As exportações salvadorenhas realizam-se principalmente para os Estados Unidos (45%, na média dos últimos 10 anos), Honduras, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, México e República Dominicana, muito em função dos tratados de livre comércio que envolvem tais países.

17. Por outro lado, as importações de El Salvador são originárias sobretudo dos Estados Unidos (33%, na média dos últimos 10 anos), República Popular da China, Guatemala, entre outros; além disso, El Salvador conta com tratados de livre comércio com os Estados Unidos, Cuba, República Dominicana, Panamá, Trinidad e Tobago, Venezuela, Chile, Colômbia e Taiwan; acordos de Alcance Parcial em processo de negociação com a Coreia do Sul, Bolívia, Peru, Equador e Canadá; ademais do Mercado Comum Centro-Americano com a Guatemala, Honduras, Nicarágua e Costa Rica e de Acordo de Associação com a União Europeia.

18. Como mencionado anteriormente, as relações entre o Brasil e El Salvador passam por período particularmente auspicioso, com realizações concretas em benefício mútuo e excelente patamar de entendimento recíproco. Essa realidade foi confirmada durante a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-El Salvador, realizada, de maneira virtual, em 30 de junho de 2021, quando foram tratados temas importantes que compõem a extensa agenda entre os dois países, seja na dimensão bilateral, seja ainda na regional ou multilateral. O encontro foi presidido, pelo lado brasileiro, pelo Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, do Itamaraty, e, pela parte salvadorenha, pela Vice-Ministra de Relações Exteriores e Integração, do Ministério das Relações Exteriores, tendo ambas autoridades sido acompanhadas pelas respectivas delegações. É bem verdade que a pandemia, por assim dizer, limitou a realização de contatos pessoais de alto nível e técnico entre as atuais autoridades dos dois países, fato que não chegou a prejudicar, no entanto, a fluidez do diálogo e o alto grau de cooperação nos dois sentidos.

19. A citada reunião de Consultas Políticas teve como pano de fundo as comemorações dos 115 anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (1906), efeméride naturalmente celebrada durante o encontro. Um vínculo que nasceu da proximidade geográfica e do conjunto de valores que compartilhamos como povos com passado comum e habitantes de um mesmo continente, mas também sob o signo da colaboração: nos primeiros 50 anos de relacionamento formal, mantivemos um diálogo profícuo sobre o tema do café (que perdura até os dias de hoje), sendo El Salvador importante produtor à época. Essa colaboração pode ser percebida igualmente por ocasião da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, negociado e firmado pelos dois países (em 1988) quando El Salvador passava por um dos momentos mais dramáticos de sua história - no auge de uma guerra civil que ceifou milhares de vidas e assolou o país nos anos 80. Esse ato bem revela o propósito permanente brasileiro de estar ao lado de El Salvador e apoiar o país, além de demonstrar disposição construtiva nas mais diversas situações.

20. Costuma-se dizer que, se fosse possível sintetizar, em uma palavra apenas, o traço mais marcante das relações entre o Brasil e El Salvador, essa seria necessariamente cooperação. É a que melhor caracteriza o tipo de relacionamento que vem existindo entre os dois países ao longo do tempo e que, atualmente, se consubstancia em diversas vertentes, como a já citada cooperação técnica, a cooperação humanitária, a cooperação cultural/educacional, a cooperação militar e a cooperação em temas políticos e econômicos. O governo salvadorenho não poupa palavras de agradecimento pela assistência recebida do lado brasileiro em todos esses domínios.

21. Vale ressaltar que a cooperação técnica, após a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Cientifica e Tecnológica, tornou-se um dos pilares mais importantes e dinâmicos das relações bilaterais.

22. Ao longo do tempo, o Brasil vem prestando, sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação-ABC junto a outras entidades brasileiras, assistência técnica por meio de programas e projetos de qualidade e de grande relevância, em diferentes áreas prioritárias para El Salvador (social, agricultura, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, proteção social, entre outras), os quais fortalecem as instituições e fomentam o progresso socioeconômico local. O Brasil é sempre considerado, pelas diferentes autoridades salvadorenhas, um dos principais parceiros que contribuem para o desenvolvimento do país e de sua população, em temas variados como, por exemplo, apoio à reserva e comercialização de grãos básicos, doação de sangue e hemoderivados, vigilância e regulação sanitária, banco de leite humano, treinamento de bombeiros em resgate veicular e incêndios, proteção de crianças e apoio a mulheres, entre outros.

23. Segundo dados da ABC, El Salvador é, hoje em dia, o segundo país que mais se beneficia da cooperação brasileira na América Latina e o Caribe. Mencione-se que, nos últimos dez anos, foram executados mais de 70 projetos entre os dois países.

24. O Brasil vem atendendo periodicamente às demandas de cooperação técnica por parte de El Salvador, as quais são apresentadas nas reuniões da Comissão Mista de Cooperação Técnica, a cada dois anos. A XIII Comissão Mista, que estava prevista para ocorrer em 2020, teve de ser adiada devido à pandemia, e deverá realizar-se em breve, em data a confirmar-se.

25. Recentemente foram assinados, em cerimônia com a presença do Ministro do Meio Ambiente, da Vice-Ministra de Relações Exteriores e Integração, da Diretora da Agência de El Salvador para a Cooperação Internacional e do Diretor do Centro de Tecnologia Agropecuária e Florestal, ademais do Chefe do Posto, 3 novos Ajustes Complementares relativos aos seguintes projetos: "Capacitação Técnica para o Fortalecimento Institucional do Corpo de Bombeiros de El Salvador", "Fortalecimento Institucional com foco no Melhoramento de Hortaliças Adaptáveis às Mudanças Climáticas", e "Apoio à implementação de Regulamentos sobre o Acesso a Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados e Participação nos Benefícios Derivados de seu Uso". As atividades previstas nesses projetos terão início proximamente, e vêm somar-se aos seguintes 5 projetos que se encontram ativos: "Apoio Técnico para a implementação do Programa de Acreditação da Qualidade da Rede Global de Bancos de Leite Humano em El Salvador", "Fortalecimento das Capacidades de Pessoal de Saúde Multidisciplinar para Abordagem Integral das Doenças Não Transmissíveis Priorizadas", "Fortalecimento Institucional para a Gestão de Recursos Hídricos em El Salvador", "Fortalecimento para a Promoção da Doação de Sangue Voluntária e Altruísta", e "Fortalecimento na Área de Regulação e Vigilância Sanitária em El Salvador".

26. O Brasil também desenvolve iniciativas trilaterais de cooperação técnica, em conjunto com outros organismos multilaterais e/ou agências de cooperação. Em El Salvador, nos últimos anos, têm sido implementados projetos conjuntos com o Programa Mundial de Alimentos-PMA, por exemplo no tema de agricultura familiar, alimentação escolar e segurança alimentar; foram ainda completadas 3 fases de projeto sobre Polícia Comunitária, com a JICA, do Japão, e a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

27. É importante ressaltar o excelente diálogo estabelecido entre a Agência Brasileira de Cooperação e a nova Agência de El Salvador para a Cooperação Internacional-ESCO. Em recente reunião virtual, os diretores de ambas as agências confirmaram o compromisso de

continuar a manter uma estreita colaboração e manifestaram o desejo de concretar novos projetos e de dar continuidade à sólida e ampla cooperação entre ambos os países.

28. No que tange à cooperação humanitária, o Brasil, por intermédio do Ministério da Saúde e sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação, tem respondido, com regularidade, às solicitações nesse sentido efetuadas pelo Governo salvadorenho. Nos últimos anos, realizaram-se três doações de medicamentos antirretrovirais e uma de remédios para o tratamento da Leishmaniose; e, no contexto da pandemia, foi efetuada a doação, com recursos próprios da Agência Brasileira de Cooperação, de uniformes hospitalares descartáveis para o pessoal de primeira linha dos hospitais de El Salvador, bem como de artigos de limpeza e de higiene pessoal para os detentos dos centros penais salvadorenhos. As cerimônias de entrega da ajuda humanitária brasileira têm contado invariavelmente com a presença dos titulares do Ministério da Saúde e de altos representantes do Ministério das Relações Exteriores, os quais, em reiteradas ocasiões, expressam o reconhecimento do Governo salvadorenho. Tais iniciativas configuram gesto de amizade e fortalecem a imagem do Brasil como país que presta todo o auxílio possível, mesmo em tempos difíceis.

29. O Brasil vem, desde 1995, mantendo cooperação na área do ensino militar. Por 26 anos ininterruptamente, oficiais brasileiros vêm atuando em El Salvador como professores nas escolas militares do país. Nos dias que correm, praticamente todos os oficias das Forças Armadas salvadorenhas tiveram, em algum momento de suas carreiras, um professor militar brasileiro, em diversos casos, mais de um instrutor do Brasil. É importante ter em conta que a bandeira nacional encontra-se hasteada no mastro principal da Escola de Comando e Estado Maior salvadorenha desde aquela data, fato que constitui símbolo perfeito do excelente nível da cooperação militar entre ambos os países e um motivo de continuadas celebrações. Até hoje, 52 oficiais brasileiros (44 do Exército e 8 da Força Aérea) se desempenharam como instrutores das Forças Armadas, em missões de um a dois anos. A Representação de Instrução Militar Brasil-El Salvador foi estabelecida na esteira da presença, de 1992 a 1994, de militares brasileiros na ONUSAL (missão das Nações Unidas para garantir o clima de conciliação no país, após a assinatura dos acordos de paz, em 1992). Atualmente, El Salvador conta com quatro oficiais do Exército Brasileiros como professores em suas escolas militares. Ademais, há cadetes salvadorenhos em academias militares no Brasil.

30. Não é necessário enfatizar que a cooperação militar, objeto de reiterados elogios e agradecimentos por parte das autoridades militares e civis de El Salvador, vem contribuindo para o aprimoramento das relações bilaterais e para o melhor entendimento entre os dois países.

31. No que diz respeito à cooperação cultural/educacional, ressalte-se que o Brasil vem, tradicionalmente, oferecendo vagas para estudantes salvadorenhos em universidades brasileiras mediante quatro programas, que são abertos anualmente e divulgados à Chancelaria deste país e a potenciais alunos. Assim sendo, os estudantes salvadorenhos contam com as seguintes opções para estudar no Brasil:

- Programa de Estudante Convênio de Graduação PEC-G (estudos de graduação em instituições de ensino superior);
- Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação PEC-PG (para formação em cursos de pós-graduação strictu sensu, mestrado e doutorado, em instituições de ensino superior);
- Bolsas da Universidade Federal de Integração Latino-Americana-UNILA (vagas em cerca de 30 cursos); e

- Programa Aliança para a Educação e Capacitação (o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras oferece bolsas de estudos a estudantes de países membros da OEA para cursos de mestrado e doutorado em instituições de ensino superior brasileiras). Observe-se que, desde seu início, o programa PEC-G já trouxe ao Brasil 26 salvadorenhos, enquanto o PEC-PG, 6. O país é o 35º maior beneficiário do programa, marca relevante quando se considera o tamanho de sua população.

32. Ainda nesse campo, o Brasil instalou e subvenciona o Centro Cultural Brasil-El Salvador, ligado à Embaixada em São Salvador, para o ensino do português e divulgação da cultura brasileira. O Centro Cultural funciona desde 1986 e, em média, conta com cerca de 260 alunos, já tendo chegado a quase 600 estudantes quando dos grandes eventos esportivos realizados no Brasil (especialmente a Copa do Mundo de Futebol e a Olimpíada do Rio de Janeiro). Atualmente, o número de alunos sofreu uma certa redução, devido à pandemia e à suspensão das classes presenciais. Os cursos vêm sendo oferecidos na modalidade virtual e deverão voltar a ser presenciais apenas no próximo ano. O Centro Cultural desenvolve ativa agenda de eventos, presenciais e virtuais, para promover a cultura brasileira, ademais da língua portuguesa, tais como festivais de cinema brasileiro, peças de teatro, debates, conversações, programas de rádio, entre outros.

33. Da mesma forma, verifica-se uma profícua cooperação em temas políticos e econômicos, com uma saudável convergência entre os dois países em diversos pontos da agenda regional e internacional, inclusive no âmbito multilateral, o que vem permitindo avanços substantivos nessas vertentes da política externa. Tal sintonia pode ser aquilatada pelo apoio recíproco a candidaturas lançadas pelos dois países nos últimos tempos (por exemplo, no caso do Brasil, a postulação para membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a candidatura para juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos) e na percepção de ambos do quadro mais amplo regional.

34. No que concerne à temática econômico-comercial entre o Brasil e El Salvador, sublinhe-se que as estatísticas do comércio bilateral elaboradas nos dois países revelam uma sensível disparidade entre os valores obtidos, o que poderia refletir critérios distintos na identificação ou indicação do porto de destino final ou de partida dos produtos importados ou exportados pelos países centro-americanos. Assim é que, segundo as cifras publicadas pela Secretaria de Comércio Exterior brasileira referentes a 2020, as exportações do Brasil para este país totalizaram US$ 85,16 milhões; houve redução em comparação a 2019, quando as exportações brasileiras atingiram US$ 101,08 milhões. Por outro lado, as importações brasileiras de produtos de El Salvador, em 2020, chegaram a US$ 5,29 milhões, sendo que, em 2019, a importação foi de US$ 7,30 milhões. Diferentemente dos valores apresentados pelo órgão brasileiro, as estatísticas do Banco Central de Reserva de El Salvador indicam que as importações provenientes do Brasil, em 2020, foram de US$ 153,18 milhões, ao passo que as exportações salvadorenhas para o nosso país, no mesmo ano, ascenderam a US$5,70 milhões. O fluxo de comércio, tradicionalmente superavitário a favor do Brasil, vem perdendo intensidade nos últimos anos (registre-se que o mais alto índice de exportação do Brasil para El Salvador se deu em 2008, de US$ 249,30 milhões, segundo os números oficiais brasileiros. Ao redor de 95% das exportações brasileiras para El Salvador são compostas de produtos manufaturados ou semi-manufaturados, enquanto as importações brasileiras deste país são constituídas basicamente por itens como peixe em conserva e têxteis.

35. Os empresários brasileiros poderiam buscar aproveitar, com maior vigor, as vantagens de

El Salvador como destino de investimentos e mercadorias, em vista de seus custos competitivos para os negócios (mão-de-obra, gerenciamento). Nesse sentido, refira-se à empresa brasileira Pettenati Centro América, do setor têxtil, que se instalou neste país, em 2008, com uma planta na cidade de Santa Ana. Trata-se de investimento que, no decorrer do tempo, chega a cerca de US$ 80,00 milhões, com a geração de aproximadamente 800 empregos locais. A empresa, renomada em seu ramo de atividades, beneficia-se dos acordos de livre comércio entre El Salvador e os Estados Unidos, para onde exporta a sua produção. Da mesma forma, as empresas brasileiras Geométrica Engenharia de Negócios e Concremat Engenharia e Tecnologia, no último ano, conjuntamente ganharam três licitações internacionais neste país para o estudo de viabilidade e desenho final de três importantes projetos, tendo instalado escritório em El Salvador no ano passado. Deve-se assinalar ainda missão de prospecção de negócios da APLA-Arranjo Produtivo Local de Álcool, integrada por dirigentes e companhias que conformam essa entidade, com o intuito de promover equipamentos e tecnologias brasileiros para a produção de etanol e açúcar (moendas, turbinas, caldeiras, arados, tratores, engenharia genética). Houve igualmente visita de veterinária indicada pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu para participar de Feira Ganadeira Internacional neste país; a profissional brasileira esteve como jurada em exposição de gado, tendo os pecuaristas locais demonstrado interesse na tecnologia brasileira de melhoramento de raças bovinas. Da mesma forma, encontram-se adiantadas conversações entre a Embraer e o governo salvadorenho, as quais poderiam envolver equipamentos tanto do ramo da aviação militar, quanto civil.

36. Ademais de produtos manufaturados e semi-manufaturados, principais itens da exportação do Brasil a este país, como se viu anteriormente, os empresários e investidores brasileiros poderiam, como os casos acima ilustram bem, buscar concentrar esforços na identificação de oportunidades no setor agrícola local (a agricultura representa 5,8% do PIB e ocupa 18,6% dos empregos do país). Entre os produtos mais relevantes da economia agropecuária deste país estão: café, milho, sorgo, feijão, cana de açúcar, leite, ovos e carne de aves. Grande parte dos produtos agrícolas é importada de países vizinhos, já que a produção nacional não supre totalmente a demanda alimentar. Por outro lado, no setor de serviços o governo salvadorenho vem implementando diversos projetos de infraestrutura que requerem investimentos externos, entre os quais a ampliação e modernização do Porto La Unión, a construção de um aeroporto internacional na região oriental do país, e o aumento e a manutenção da rede de rodovias. Com o intuito de facilitar o melhor conhecimento, por parte dos empresários brasileiros, do mercado salvadorenho para exportação e investimentos, a Embaixada, atendendo a solicitação nesse sentido da área de promoção comercial e investimentos do Itamaraty, contratou a empresa de consultoria internacional Deloitte Consulting S.A de C.V. para elaborar um "Guia como Exportar para El Salvador", que já se encontra disponível em formato eletrônico, com informações atualizadas sobre temas de interesse para o empresário nacional.

37. Ainda no que diz respeito à área econômica, deve-se ter presente a questão das barreiras sanitárias para a exportação de produtos cárneos do Brasil para este país. Desde 2001, as autoridades sanitárias do Ministério da Agricultura e Pecuária de El Salvador impõem proibição de importação de produtos e subprodutos de bovinos, ovinos, caprinos e porcinos de países afetados pela febre aftosa, com ou sem vacina. No entanto, manifestação do governo local de interesse na aquisição de material genético bovino brasileiro constituiu um primeiro passo importante para se buscar superar o entrave. Recentemente, houve uma evolução positiva do assunto, tendo o Ministério de Agricultura e Pecuária de El Salvador emitido nova portaria, em que abre a possibilidade de importação de produtos cárneos e derivados procedentes de regiões de países

livres de febre aftosa sem vacinação, ao contrário, portanto, do documento anterior de 2001. Em decorrência das deliberações da primeira reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-El Salvador, já se produziram os primeiros contatos entre os Ministérios de Agricultura e Pecuária dos dois países, com vistas a superar o entrave.

38. Outro tema relevante relaciona-se à iniciativa do Mercosul de propor a El Salvador iniciar negociações de um acordo de livre comércio. O governo salvadorenho manifestou interesse no assunto e indicou que as tratativas deveriam levar em consideração as assimetrias e diferenças entre as economias consideradas. O Brasil, na qualidade de presidente Pro Tempore do Mercosul em 2021, procurou identificar, com o lado salvadorenho, data para a primeira reunião, de maneira virtual, entre o bloco e El Salvador.

39. Encontra-se em negociação igualmente um acordo aéreo bilateral, com a finalidade de dinamizar os setores de turismo e de serviços e ampliar a conectividade internacional. As autoridades brasileiras avaliam minuta de instrumento e sugeriram, à parte salvadorenha, algumas modificações, que visam a aprimorar o texto.

40. Também está sendo negociada uma Carta de Intenções sobre TV Digital. Como se sabe, El Salvador passou a adotar, desde 2017, o sistema nipo-brasileiro de TV Digital, e o lado brasileiro prontificou-se a prestar cooperação para a sua implantação neste país.

41. Cabe registrar que, em 10 de abril de 2020, em coordenação com a SERE e com os demais Postos na América Central, logrou-se a organização de voo humanitário por meio do qual foram repatriados 22 turistas brasileiros e 2 salvadorenhos casados com brasileiras, retidos neste país em razão da pandemia por COVID-19. Desde o início da pandemia em El Salvador, as autoridades locais adotaram severas ações de contenção do contágio pelo vírus, que incluíram, ademais de outras medidas, a restrição da circulação das pessoas e o fechamento do aeroporto internacional, que permaneceu em operação, até setembro do último ano, apenas para voos comerciais de carga e para fins humanitários. O setor consular da Embaixada, durante esse período, esteve à disposição dos brasileiros retidos e acompanhou a situação dos mesmos até a partida deste país. Dentre as providências de assistência consular adotadas, destacam-se o contato telefônico permanente com os brasileiros retidos e suas famílias no Brasil, solicitação de recursos para tratamento médico de nacional que se viu acometido por doença durante o período de quarentena e indicação de psicólogo e de grupos de apoio psicológico gratuito e "online".

42. As seguintes linhas de ação futuras poderiam ser sugeridas para o aprimoramento das relações entre o Brasil e El Salvador:

a) Tendo presente que está próxima a superação do momento mais difícil da pandemia, poder-se-ia retomar a troca de visitas de autoridades de alto nível entre os dois países;

b) Abertura de uma Adidância de Defesa junto à Embaixada, em vista do excelente nível de diálogo na área militar, ilustrado pelos 26 anos de cooperação no campo do ensino militar. Recorde-se que El Salvador já instalou uma Adidância Militar junto à Embaixada em Brasília;

c) Examinar a viabilidade de a Missão de Instrução Militar Brasil-El Salvador poder contar, pela primeira vez, com oficial da Marinha de Guerra do Brasil como professor,

já que, até o presente, participaram como instrutores militares do Exército e da Força Aérea;

d) Organização de missões empresariais para a prospecção de negócios e investimentos em El Salvador, conforme sugestões apresentadas no plano de promoção comercial do Posto;

e) Possibilidade de abertura de linha aérea direta entre os dois países, que poderia beneficiar-se do fluxo de turistas nos dois sentidos e do fato de o aeroporto de São Salvador tornar-se, aos poucos, um "hub" importante da região.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO SALVADOR, EL SALVADOR

Candidato MSC LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO

PERFIL DO CANDIDATO



Nascido em 19/6/1963, no Rio de Janeiro, o Ministro de Segunda Classe Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso ingressou na carreira diplomática em 1984. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1995, e o Curso de Altos Estudos (CAE), em 2010, com a tese "O recente fenômeno imigratório de nacionais brasileiros na Bélgica: Um caso singular no contexto das comunidades brasileiras no exterior. Análise e perspectivas de sua inserção na sociedade belga", a qual foi posteriormente publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) sob o título de “O recente fenômeno imigratório de nacionais brasileiros na Bélgica” (2011).

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assistente da Divisão de Imigração (1986-1987), da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (1987-1991) e da Divisão do Oriente Próximo (2000-2003). Foi assessor e chefe interino da Divisão do Pessoal (2003-2005) e Coordenador-Geral de Planejamento de Pessoal (2005-2006)

No exterior, serviu na Embaixada em Madri (1991-1995), na Embaixada em Beirute (1995-2000), na Embaixada em Bruxelas (2006-2009), no Consulado-Geral em Beirute (2009-2014), quando ocupou a função de Cônsul-Geral Adjunto, tendo também assumido a encarregatura do Consulado-Geral em diversas ocasiões. Na Embaixada em Atenas (2014-2019), serviu com Ministro-Conselheiro, tendo assumido a encarregatura de negócios também por diversas ocasiões, inclusive durante período prolongado, entre outubro de 2016 e abril de 2017. Desde janeiro de 2019 é embaixador do Brasil na Etiópia com cumulatividade no Djibuti, bem como observador do Brasil junto à União Africana e representante do Brasil na Comissão Econômica das Nações Unidas para a África.

Sua trajetória diplomática demonstra sua capacidade para defesa e promoção dos interesses brasileiros como embaixador em El Salvador.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)[1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como representação do governo brasileiro junto ao governo salvadorenho capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros em El Salvador e de prestar assistência aos cidadãos brasileiros residentes naquele país, por meio de ação diplomática e consular estruturada, dinâmica e atenta para as condições locais.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações com vistas à promoção das diretrizes de política externa brasileira nas relações com El Salvador.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência e integridade na realização de tarefas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias com lideranças governamentais, empresariais e sociais salvadorenhas, promovendo o estreitamento das relações bilaterais e regionais com El Salvador.
2. Promover a imagem e a cultura do Brasil em El Salvador.
3. Promover assistência consular à comunidade brasileira local.
4. Ampliar a influência do Brasil nos contatos com autoridades salvadorenhas e com parceiros internacionais estabelecidos em El Salvador.
5. Fortalecer as relações bilaterais com El Salvador e com os demais países da América Central.
6. Intensificar a promoção de produtos brasileiros em El Salvador.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Prestar assistência aos empresários brasileiros;
2) Prestar assistência a empresas salvadorenhas em seus contatos com exportadores brasileiros e contribuir para a solução de eventuais problemas surgidos entre empresas dos dois países, zelando pala imagem do Brasil e dos empresários brasileiros;
3) Atender às consultas recebidas, tanto por parte de empresas brasileiras quanto salvadorenhas, sobre oportunidades de negócios;
4) Manter a Secretaria de Estado de Relações Exteriores (SERE) atualizada sobre a evolução da situação econômico-financeira de El Salvador.
5) Defender os interesses de produtores brasileiros quanto ao acesso ao mercado salvadorenho, sobretudo à luz de barreiras não tarifárias indevidas; e
6) Dar continuidade às negociações, iniciadas em dezembro de 2021, em torno de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e El Salvador.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de encontros e reuniões com empresas, associações comerciais e grêmios empresariais;
2) Número de eventos de promoção comercial organizados ou com participação da embaixada;
3) Número de consultas atendidas de promoção comercial, estudos de inteligência comercial realizados e solução de pendências comerciais implementadas;
4) Número de documentos preparados pela embaixada sobre a situação econômica e financeira de El Salvador;
5) Número de oportunidades comerciais identificadas; e
6) Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras.

II - Relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Manter a Secretaria de Estado das Relações Exteriores informada e atualizada sobre os acontecimentos políticos e sociais de El Salvador;
2) Defender e promover os interesses do Brasil junto ao governo local, ao setor privado e à sociedade em geral;

3) Manter boas relações e contatos permanentes com as principais autoridades do país;
4) Trabalhar em conjunto com o corpo diplomático acreditado em El Salvador; e
5) Promover visitas de autoridades brasileiras a El Salvador e de autoridades salvadorenhas ao Brasil, para ampliar o conhecimento mútuo e o aprofundamento da relação bilateral.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de comunicações trocadas com a SERE sobre temas de política interna, externa e de relações bilaterais;
2) Número de gestões junto à chancelaria local e a outras autoridades dos âmbitos público e privado, relatados à SERE;
4) Número de Notas trocadas com a chancelaria salvadorenha; e
5) Número de visitas de autoridades de ambos os países.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Realizar gestões junto às autoridades salvadorenhas em defesa de candidaturas brasileiras a organismos internacionais;
2) Acompanhar a atuação de El Salvador nas organizações internacionais;
3) Coordenar posições com o governo local em temas regionais de interesse do governo brasileiro; e
4) Acompanhar os trabalhos do Sistema de Integração Centro-Americanos (SICA), com sede em São Salvador, e promover os interesses do Brasil junto ao organismo.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) **Número de expedientes enviados à Secretaria de Estado sobre a temática multilateral;**
2) **Número de gestões (por nota verbal ou pessoais) em favor de candidatos brasileiros a postos em organismos internacionais; e**
3) **Número de gestões ou reuniões junto a representantes do SICA.**

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Fortalecer a imagem do Brasil em El Salvador por meio da promoção de suas manifestações culturais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de eventos e atividades culturais para promoção da cultura e da imagem do Brasil;
2) Número de parcerias com meios de comunicação locais para promover a cultura e o turismo no Brasil;
3) Número de contatos e reuniões com atores públicos e privados ligados às atividades de promoção cultural brasileira; e
4) Número de participantes, ouvintes ou assistentes contemplados pelas atividades realizadas.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Identificar possibilidades de cooperação técnica na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental;
2) Promover a negociação de acordos de cooperação técnica na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental; e
3) Proporcionar a implementação de acordos de cooperação técnica na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais voltadas para a cooperação em desenvolvimento sustentável; e
2) Número de projetos de cooperação em desenvolvimento sustentável implementados;

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Identificar potenciais projetos de cooperação na área, com o apoio de parceiros do setor de CT&I; e
2) Estimular a cooperação na área agrícola, com o apoio da EMBRAPA e outras instituições brasileiras especializadas em agricultura e pecuária tropicais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) **Número de reuniões/contatos com autoridades locais, setor privado e organizações da sociedade civil para fins de promoção de parcerias e possibilidades de atuação conjunta nas áreas de ciência, tecnologia e inovação; e**
2) **Número de projetos de cooperação em CT&I desenvolvidos**.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Expandir os cursos de português como língua estrangeira no Centro Cultural Brasil-El Salvador e nas universidades e outros centros de estudo salvadorenhos;
2) Dar continuidade à participação da embaixada em eventos de divulgação das bolsas de estudo brasileiras e de promoção da língua portuguesa; e
3) Estimular a cooperação educacional, através de parcerias entre instituições de ensino.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de inscritos em cursos de língua portuguesa no Centro Cultural Brasil-El Salvador, comparativamente a anos anteriores;
2) Número de eventos universitários de que participa a embaixada;
3) Número de eventos culturais promovidos pela embaixada; e
4) Número de estudantes salvadorenhos enviados ao Brasil para graduação ou pós-graduação em universidades brasileiras.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Identificar, estimular e acompanhar projetos de cooperação bilateral ou multilateral que propiciem oportunidades de capacitação prestada pelo Brasil;
2) Identificar oportunidades de cooperação que atendam aos interesses do país receptor; e
3) Reforçar os projetos coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação que já estão em andamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de projetos de cooperação com impacto no desenvolvimento socioeconômico e no combate às desigualdades implementados;
2) Número de reuniões do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, voltadas para o tema do desenvolvimento socioeconômico e do combate às desigualdades; e
3) Número de comunicações com a SERE sobre os temas de cooperação nessa área.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior:

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Prestar assistência consular aos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito por El Salvador e aos salvadorenhos e outros estrangeiros que viajem ao Brasil a turismo, estudo ou negócios;
2) Aperfeiçoar ainda mais, quando aplicável, o atendimento no setor consular da embaixada em São Salvador;
3) Organizar a votação, em El salvador, da eleição presidencial brasileira de 2022, de acordo com as instruções do TSE; e
4) Organizar o apoio e atendimento consular aos estudantes salvadorenhos que recebem bolsas de estudo para universidades brasileiras.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de atendimentos ao público: concessões de passaportes e de vistos; serviços de registro civil e de lavração de procurações, entre outros;
2) Número de repatriações e auxílios; e
3) Número de eleitores cadastrados no pleito brasileiro de 2022.

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

SF/22513.40197-53

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 6, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador*.

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O indicado é filho de Luiz Villarinho Pedroso e Maria Rosita de Aguiar Pedroso. Nasceu em 19 de junho de 1963, no Rio de Janeiro/RJ.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1985. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1990. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário, em 1999; a Conselheiro, em 2005; e a Ministro de Segunda Classe, em 2010.

SF/22513.40197-53

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1984. Em 1995, concluiu Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2010, o Curso de Altos Estudos, ocasião em que defendeu a tese "O recente fenômeno imigratório de nacionais brasileiros na Bélgica: um caso singular no contexto das Comunidades Brasileiras no exterior. Análise e perspectivas de sua inserção na sociedade belga".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro e Encarregado de Negócios, de 1995 a 2000, na Embaixada em Beirute; Assistente da Divisão do Oriente Próximo de 2000 a 2003; Assessor da Divisão de Pessoal de 2003 a 2005; Coordenador-Geral de Planejamento de Pessoal de 2005 a 2006; Conselheiro na Embaixada em Bruxelas de 2006 a 2009; Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral em Beirute de 2009 a 2014; Ministro-Conselheiro, Encarregado de Negócios na Embaixada em Atenas de 2014 a 2019; Observador do Brasil junto à União Africana e Representante do Brasil na Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) e Embaixador não residente no Djibouti (cumulatividade) desde 2019.

O indicado foi agraciado com as seguintes condecorações: Ordem Nacional do Cedro, República Libanesa, no grau de Oficial, em 1997; Ordem de Rio Branco, Brasil, no grau de Cavaleiro, em 1999; Ordem de Rio Branco, Brasil, promoção para o grau de Oficial, em 2004; Medalha Mérito Tamandaré da Marinha do Brasil, em 2012.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República de El Salvador.

Com relações bilaterais tradicionalmente amistosas e construtivas, o início do século XXI testemunhou o adensamento desse relacionamento, dentro de um contexto de aproximação do Brasil com a América Central. Em 2021, completaram-se 115 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e El Salvador.

É no campo da cooperação técnica que as relações bilaterais se sobressaem, uma vez que El Salvador é o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na América Central. Essa cooperação tem suas bases no Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, celebrado em 20 de maio de 1986 e promulgado em 29 de outubro de 1998.

Os seguintes projetos encontram-se em andamento: (i) fortalecimento institucional para a gestão de recursos hídricos em El Salvador; (ii) fortalecimento na área da vigilância e regulação sanitária em El Salvador; (iii) fortalecimento da promoção de doação de sangue voluntária ou altruísta; (iv) fortalecimento das capacidades de equipe multidisciplinar de saúde para abordagem integral de doenças não transmissíveis priorizadas; (v) apoio técnico para a implementação do programa de certificação da qualidade da Rede Global de Bancos de Leite Humano em El Salvador.

Por outro lado, o comércio bilateral necessita ser revigorado. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Economia, as exportações brasileiras para El Salvador totalizaram, no ano de 2020, US$ 85,16 milhões. E as importações US$ 5,29 milhões. Comparativamente, no ano 2019, o Brasil exportou um total de US$ 101,08 milhões, e importou US$ 7,30 milhões. Ainda assim, esse valor das exportações brasileiras de 2019 para El Salvador, foi cerca de metade da cifra atingida há 10 anos.

Vale, ainda, o registro da assinatura de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas durante a XI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, em abril de 2017.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

SF/22513.40197-53

, Relatora

SF/22513.40197-53

7

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JULIANO FÉRES NASCIMENTO*
CPF.:004.713.957-90
ID.: 10641 MRE

1970	Filho de Luiz Geraldo do Nascimento e Maria Esmeralda Féres do Nascimento, nasce em 17 de janeiro, em Bom Jesus do Itabapoana/RJ
Dados Acadêmicos:	
1992	Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1993	CPCD - IRBr
2002	CAD - IRBr
2009	CAE - IRBr. "O Marrocos como plataforma para a exportação brasileira com destino à União Europeia: aspectos comerciais da 'Parceria Euro-Mediterrânea'"
Cargos:	
1994	Terceiro-secretário
1999	Segundo-secretário, por antiguidade
2004	Primeiro-secretário, por merecimento
2007	Conselheiro, por merecimento
2010	Ministro de segunda classe, por merecimento
2019	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1994-96	Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
1996	Assessoria de Imprensa do Gabinete e Assessoria de Comunicação Social, assistente
1997-99	Subchefia do Cerimonial, assessor
1999-02	Embaixada em Madri, segundo e primeiro-secretário
2002-05	Embaixada em Pretória, primeiro-secretário
2005-07	Embaixada em Rabat, conselheiro
2007-10	Cerimonial da Presidência da República, chefe adjunto
2011-15	Embaixada na Cidade do México, ministro de segunda classe
2015-18	Embaixada em Lima, ministro de segunda classe
2019-	Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, chefe
Condecorações:	
1997	Ordem da Rosa Branca, Finlândia, Cavaleiro
1997	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
1997	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1998	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Cavaleiro
1998	Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
1999	Ordem do Libertador San Martin, Argentina, Cavaleiro
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2009	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
2009	Medalha do Pacificador, Brasil
2009	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2019	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2019	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 192

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, parágrafo único, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JULIANO FÉRES NASCIMENTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JULIANO FÉRES NASCIMENTO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de abril de 2022.

EM nº 00053/2022 MRE

Brasília, 12 de Abril de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JULIANO FÉRES NASCIMENTO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o organismo internacional e curriculum vitae de **JULIANO FÉRES NASCIMENTO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 208/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 20/04/2022, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3318476** e o código CRC **3C7A28C9** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 –– Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

Ministério das Relações Exteriores

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

MARÇO DE 2022

OSTENSIVO

INFORMAÇÕES GERAIS

Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa.

A língua comum é o alicerce da Comunidade, formada por Estados membros que também compartilham laços históricos, étnicos e culturais. A CPLP tem, consoante seus estatutos, três objetivos centrais, que constituem os três pilares de sua atuação internacional: concertação político-diplomática; cooperação em todos os domínios; e promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios, consagrados nos Estatutos da organização: igualdade soberana dos estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional e integridade territorial; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A origem da Comunidade como organismo intergovernamental remonta ao primeiro encontro de chefes de estado e de governo de língua portuguesa (São Luís do Maranhão, novembro de 1989), de iniciativa do então presidente José Sarney. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede na cidade da Praia, Cabo Verde. Em 2005, o IILP foi integrado formalmente à organização como principal foro de coordenação comunitária para a promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP possui três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (com reuniões bienais); o Conselho de Ministros, formado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões ordinárias anuais), e o Comitê de Concertação Permanente (CCP, com reuniões mensais na sede na CPLP em Lisboa), que reúne os representantes permanentes dos estados membros junto à organização. Além disso, desde 2002, integram a estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

Já a Assembleia Parlamentar da CPLP foi constituída em 2007, também como órgão integrante da organização. Instalada desde 2009, ela visa a promover o diálogo e a integração entre os parlamentos dos estados membros, sem ter, porém, competência legislativa. A AP-CPLP reúne representações de todos os Parlamentos dos Estados membros, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países. Seu funcionamento e calendário são independentes do calendário da CPLP. Em reunião em abril de 2015, em Luanda, os presidentes dos grupos nacionais da Assembleia Parlamentar anunciaram que a capital angolana sediaria o Secretariado Permanente da Assembleia Parlamentar, o que ainda não foi concretizado.

A presidência da CPLP tem caráter rotativo, com mandato de dois anos. O estado membro que sedia a Conferência de Chefes de Estado e de Governo assume a presidência da Comunidade pelo período subsequente. Cabo Verde assumiu a presidência por ocasião da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Santa Maria, em 17 e 18 de julho de 2018, sucedendo o Brasil (2016-2018) e Timor-Leste (2014-2016). A partir da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 17 de julho de 2021, Angola assumiu a presidência rotativa pelo biênio 2021-2023. Encontra-se em processo de definição qual estado-membro sucederá Angola.

O país que ocupa a presidência coordena as reuniões dos três órgãos deliberativos - Conferência, Conselho de Ministros e CCP, bem como as reuniões setoriais e as de pontos focais de cooperação. Em todas as instâncias deliberativas da CPLP, as decisões são tomadas por consenso.

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. Suas funções principais são implementar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos; assegurar a execução dos programas de cooperação além de representar a CPLP em instrumentos firmados com outros entes internacionais. É comandado pelo/a secretário/a executivo/a, secundado/a pelo/a diretor(a)-geral. Ao Secretariado Executivo subordinam-se 3 diretorias: de Cooperação; de Ação Cultural e Língua Portuguesa; e a de Finanças.

A nomeação do Secretário Executivo é objeto de decisão política, em bases rotativas entre os estados membros (usualmente por ordem alfabética de país), para mandatos de dois anos renováveis por mais dois, ao passo que a de diretor-geral é resultante de concurso público internacional. De janeiro de 2019 até 17 de julho de 2021, o cargo de secretário executivo foi ocupado pelo embaixador português Francisco Ribeiro Telles. Por ocasião da Cúpula de Luanda, em 17/7/2021, assumiu o cargo Zacarias Albano da Costa, ex-chanceler de Timor Leste. É a primeira vez que um nacional timorense estará à frente do Secretariado. Já o atual diretor-geral, Embaixador Armindo de Brito Fernandes, nacional de São Tomé e Príncipe, assumiu suas funções em fevereiro de 2020.

O Secretariado Executivo conta hoje com cerca de 40 funcionários.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de estado dos diferentes setores governamentais de todos os estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos setores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a presidência de turno. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano. O Brasil é representado na Reunião de Pontos Focais de Cooperação pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), unidade do Ministério das Relações Exteriores.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A primeira é facultada a terceiros países ou organizações internacionais ou regionais, enquanto a segunda diz respeito a entidades estatais ou das sociedades civis dos nove países identificadas com os princípios e propósitos da CPLP.

A ação político-diplomática da Comunidade desenvolve-se em vários níveis. O mais imediato compreende o diálogo político entre os estados membros com vistas ao fortalecimento institucional nos países da CPLP. Esse diálogo tem desdobramentos práticos em iniciativas concretas de cooperação e apoio em casos de crise, seja no interior dos órgãos comunitários, seja em colaboração com outros organismos regionais a que pertençam os estados membros, seja ainda em concertação com terceiros estados ou organismos. Existe espaço para estreita coordenação dos nove países nos foros multilaterais, em questões como segurança alimentar e energética, migrações internacionais, construção da paz em situações pós-conflito, entre outras.

Nas sedes de organismos internacionais e em diversas capitais, foram criados os "Grupos CPLP", formados pelos representantes permanentes e embaixadores dos

estados membros, com o objetivo de manter o diálogo e a articulação política sobre os temas pertinentes a cada Grupo. A CPLP tem tido participação construtiva, em consulta com outros atores internacionais, em crises políticas, como o processo de independência de Timor-Leste.

A CPLP busca, ademais, incentivar maior coordenação entre seus estados membros nos diversos foros multilaterais de que participam, bem como articular o apoio conjunto a candidaturas de seus membros a organismos internacionais. A declaração de apoio conjunto a eventuais candidaturas de estados membros a cargos e funções em organismos internacionais é formalizada nos comunicados finais e declarações das reuniões do Conselho de Ministros e das Cúpulas. Cabe lembrar que a CPLP foi o primeiro organismo internacional a apoiar em bloco, na Cúpula de Luanda, em 2010, candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO. A CPLP apoiou, também, a candidatura do embaixador Roberto Azevêdo ao cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013, além de ter endossado a candidatura do Dr. José Graziano da Silva à sua reeleição na FAO, em 2015. Em Reunião Informal do Conselho de Ministros da CPLP, à margem da 73ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2016, os estados membros da CPLP encorajaram a candidatura do português António Guterres ao cargo de Secretário Geral das Nações Unidas. António Guterres foi eleito pela AGNU em 13 de outubro de 2016 e participou da Cúpula da CPLP em Brasília no mesmo ano. A candidatura da Senadora Mara Gabrilli ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas contou com o apoio em bloco dos países da CPLP.

Também a presença da CPLP no acompanhamento de processos eleitorais de estados membros, sempre a pedido destes, tem sido frequente. Além de contribuir com regularidade para o financiamento das missões de observação eleitoral (MOEs) no âmbito da CPLP, o Brasil integrou todas as mais de 30 missões de observação eleitoral desde que elas foram instituídas, tendo sido a mais recente aquela realizada no Timor Leste em março de 2022. Na visão brasileira, as MOEs contribuem para o desenvolvimento institucional em bases democráticas dos estados membros.

Em 1999, a 54ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) concedeu o status de Observador à CPLP. Desde 2005, a Assembleia Geral adota, a cada dois anos, resolução sobre a cooperação entre as duas organizações, tendo sido a mais recente em agosto de 2017. Além disso, a CPLP possui acordos de cooperação e memorandos de entendimento com alguns dos principais organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI); a ONU-Mulheres, entre outros.

Na área da cooperação, a atuação da CPLP engloba hoje número significativo de temas, seja por meio da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, seja no âmbito das Reuniões Setoriais Ministeriais: ambiente, saúde, trabalho, previdência social, educação, cultura, defesa, igualdade de gênero, justiça, turismo, ciência e tecnologia, direitos humanos, juventude, esportes e comércio. Muitas dessas áreas já elaboraram planos estratégicos de cooperação, que se encontram hoje em diferentes fases de implementação.

A promoção da língua portuguesa é, juntamente com a concertação política e a cooperação técnica, um dos pilares regimentais da CPLP. O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde, é o órgão da CPLP encarregado da

coordenação de políticas e do desenvolvimento de projetos para a promoção da língua portuguesa. Seu atual diretor executivo é o linguista Incanha Intumbo, da Guiné-Bissau.

Atualmente, o IILP desenvolve projetos como o Vocabulário Ortográfico Comum, que pretende incorporar vocabulários de todos os países membros, bem como o Portal do Professor, destinado a oferecer material didático gratuito para o ensino de português como língua estrangeira. O IILP recentemente iniciou projeto para harmonização da terminologia técnica e científica entre os países membros. O Brasil acredita que o instituto deverá ter seu papel gradualmente estendido para a realização de projetos de interesse dos países membros da CPLP, a exemplo de um guia gramatical comum de referência e um dicionário básico construído a partir do Vocabulário Ortográfico Comum.

A CPLP realizou, em 2010, 2013, 2016 e 2021, Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, respectivamente em Brasília, Lisboa, Díli e Cabo Verde (formato virtual). As conferências têm-se mostrado profícuas para a discussão de políticas com vistas à promoção do idioma compartilhado.

Embora as negociações que resultaram na assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), em 1990, antecedam a criação da CPLP, os desdobramentos mais recentes do tema foram incorporados à agenda da organização, especialmente nas atividades desenvolvidas pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O Acordo Ortográfico é um tratado internacional de que fazem parte Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, com o objetivo de criar ortografia unificada para o português.

Brasil e Portugal já ratificaram e implementaram o Acordo. Em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Bissau o instrumento, já ratificado, está em fase de implementação. Já em Angola e Moçambique, resta pendente a ratificação.

Em 2010, a Guiné Equatorial adotou o português como a terceira língua oficial do país, ao lado do espanhol e do francês. Em 2014, o país tornou-se estado membro da CPLP. O processo de adesão foi acompanhado por um plano de trabalho negociado entre o governo da Guiné Equatorial e o Secretariado Executivo da CPLP, que formalizou o compromisso do país de promover o português em seu território, bem como de aproximar as estruturas institucionais equato-guineenses dos valores e princípios da CPLP.

Um dos maiores gestos da Guiné Equatorial no processo de ingresso na CPLP foi a declaração de moratória na aplicação da pena de morte no país. Em Brasília, durante a XI Cúpula da Comunidade, o presidente Obiang solicitou o apoio técnico dos estados membros para a harmonização legislativa de seu país, no sentido de converter a moratória da pena de morte em abolição plena do instituto.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente grande diversidade de temas. A "Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)", aprovada pelos chefes de estado e de governo durante a cúpula de Brasília, indica rumos a serem priorizados pela Comunidade nos próximos anos, notadamente: a facilitação da circulação de pessoas no espaço comunitário, a interação cultural, educacional e científica com os países Observadores Associados, além do incentivo ao incremento dos fluxos econômicos entre os países de língua portuguesa.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil desempenhou papel decisivo no processo que levou à criação da CPLP, em 1996, tendo como antecedente a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa ocorrida em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, por iniciativa do então presidente José Sarney. Alguns anos depois, em 1993, o então embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, realizou, por instrução do então presidente Itamar Franco, missão junto aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), com o objetivo de propor e discutir a constituição de uma comunidade de países de língua portuguesa, o que se revelou fundamental nas negociações que levaram à criação da CPLP, em 1996.

O Brasil comandou o Secretariado Executivo da CPLP no período de 2000 a 2004, primeiramente com a senhora Dulce Maria Pereira, primeira mulher a exercer essa função, entre 2000 e 2002, e em seguida com o embaixador José Augusto de Médicis, entre 2002 e 2004. O Brasil esteve também à frente da Direção Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) entre 2010 e 2014, na pessoa do professor Gilvan Müller de Oliveira.

O Brasil exerceu a presidência rotativa da CPLP no período de 2002 a 2004 e entre 2016 e 2018. Foi também o primeiro estado membro a estabelecer uma Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa, em julho de 2006, dedicada exclusivamente à Comunidade.

SEGUIMENTO DA XIII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP (LUANDA, 17 DE JULHO DE 2021)

- As Reuniões Ordinárias do Conselho de Ministros da CPLP acontecem anualmente; a cada dois anos, elas se dão na véspera da Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Em 2021, o Conselho de Ministros reuniu-se no dia 16 de julho, em preparação à cúpula do dia 17.
- A XXVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros coincidiu com o aniversário de 25 anos da CPLP, efeméride que mereceu balanços e celebrações em Luanda. O Centro Cultural Brasil-Angola preparou, na oportunidade, programação cultural específica.
- O conclave também marcou o encerramento da presidência de turno cabo-verdiana da Comunidade. Iniciada em 2018 e prolongada em um ano em função da pandemia de Covid-19, a presidência cabo-verdiana dedicou-se, prioritariamente, à negociação do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP.
- Com a assunção da presidência de turno da CPLP por Angola, a temática econômico-comercial passou ao centro dos debates na Comunidade. Angola declarou que o lema de sua presidência seria "Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável". Durante a cúpula, os chefes de Estado e de Governo foram chamados a intervir sobre o tema "Fortalecer e Promover a Cooperação Econômica e Empresarial em Tempos de Pandemia, em prol do Desenvolvimento Sustentável dos Países da CPLP".
- A intenção de Angola é a de elevar a cooperação econômico-empresarial a objetivo central da CPLP, ao lado dos objetivos constitutivos de concertação político-diplomática, cooperação em todos os domínios e promoção e difusão da língua portuguesa.
- A cúpula também ensejou o anúncio do nome de Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente de Portugal, como o vencedor do prêmio “José Aparecido de Oliveira”, concedido bienalmente pela CPLP a personalidades ou instituições que se destaquem na promoção dos princípios e objetivos da Comunidade.
- O conclave elegeu o novo Secretário Executivo da CPLP, o ex-Ministro das Relações Exteriores timorense Zacarias Albano da Costa, que recebeu o bastão do Embaixador português Francisco Ribeiro Telles, no cargo desde janeiro de 2019.
- Em preparação à XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CCEG), as Assembleias Nacionais de Cabo Verde e de Guiné-Bissau realizaram a X Sessão da Assembleia Parlamentar da CPLP, em 7 e 8 de julho, em Bissau, sob o tema “Ambiente de negócios e desenvolvimento sustentável nos países membros da CPLP no pós-Covid-19”. O órgão propicia diálogo entre os parlamentos nacionais e possui caráter consultivo. Membros da Câmara dos Deputados participaram do encontro.
- A XIII Cúpula da CPLP aprovou, entre outros, o Acordo de Mobilidade da CPLP; a concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP para 10 novos países (Canadá, Catar, EUA, Irlanda, Espanha, Índia, Costa do Marfim, Peru, Grécia, Romênia) e três organizações internacionais (Conferência Ibero-Americana, G7+ e Organização Europeia de Direito Público), totalizando 32 Observadores Associados; resoluções sobre mudança climática e sobre segurança alimentar; e a Declaração de Luanda, que consubstancia os principais consensos alcançados pelos Estados membros da CPLP nas suas três áreas centrais de atuação.

- Destacam-se na Declaração de Luanda manifestação sobre a situação humanitária em Cabo Delgado (Moçambique); apoio aos processos eleitorais nos estados membros, ao multilateralismo, à democracia e aos direitos humanos; apoio a esforços de paz conduzidos na África (Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e Fórum Pan-Africano para a Cultura da Paz); incentivo aos "Grupos CPLP" organizados ao redor do mundo; bem como apoio recíproco a candidaturas.
- O Brasil recebeu o endosso da CPLP para quatro candidaturas (Conselho de Segurança da ONU, Conselho de Direitos Humanos, Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo e Comissão de Direito Internacional da ONU), além do renovado apoio à "aspiração do Brasil de ocupar assento permanente num CSNU reformado".

ACORDO DE MOBILIDADE

- As negociações em torno do Acordo sobre a Mobilidade entre os estados membros da CPLP começaram em meados de 2018. Em reunião técnica realizada em fevereiro último, logrou-se consenso em torno do projeto de acordo.
- A presidência de turno cabo-verdiana convocou a XV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP (videoconferência, 26/03/2021) com o objetivo precípuo de examinar o acordo de mobilidade. Na ocasião, seu texto foi endossado, para submissão à XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
- O Brasil participou ativamente das reuniões técnicas negociadoras, em estreita coordenação com as autoridades migratórias pertinentes (Ministério da Justiça e Segurança Pública e, em seu âmbito, da Polícia Federal).
- O acordo visa à criação de quadro de cooperação em matéria de mobilidade dos cidadãos dos Estados membros da CPLP, por meio de sistema flexível e variável que atenda às particularidades relativas a cada Estado.
- O acordo confere aos Estados um leque de soluções que lhes permite assumir compromissos decorrentes da mobilidade de forma faseada e com níveis diferenciados de integração, bem como ajustar os impactos do acordo às suas especificidades internas, nas dimensões política, social e administrativa.
- O Acordo prevê a criação de três modalidades de mobilidade:
    I. Estada de Curta Duração CPLP: entrada e permanência de nacional de uma Parte no território de outra Parte, com dispensa de autorização administrativa prévia, por um curto período, nos termos da legislação interna da Parte de acolhimento;
    II. Visto de Estada Temporária CPLP: autorização administrativa concedida ao nacional de uma Parte para entrada e estada de duração superior às estadas de curta duração no território de outra Parte e não superior a doze meses;
    III. Visto de Residência CPLP: autorização administrativa concedida ao nacional de uma Parte para a entrada no território de outra Parte com a finalidade de, nesta Parte, requerer e obter Autorização de Residência CPLP.
- A visita do Secretário Executivo da CPLP a Brasília, em fevereiro de 2022, deu impulso à tramitação do Acordo sobre a Mobilidade nas duas casas do Legislativo, tendo sido aprovado no Senado Federal precisamente em 17/2, dia do regresso do

SE-CPLP a Lisboa. No dia seguinte o decreto legislativo correspondente foi publicado.

- A Carta de Ratificação do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP foi depositada pessoalmente pelo Ministro das Relações Exteriores na sede da CPLP, em Sessão Solene realizada no dia 7/3/2022. Está em tramitação o decreto presidencial que colocará o acordo em vigor internamente.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

- Sob o título "Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável", Angola assumiu a presidência de turno da CPLP, por ocasião da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Luanda, 17 de julho de 2021). Com isso, o foco do agrupamento deixou de ser a questão da mobilidade (tema da presidência cabo-verdiana) e passou a ser a cooperação econômica. O tema do debate geral da cúpula foi "Fortalecer e Promover a Cooperação Econômica e Empresarial em Tempos de Pandemia, em prol do Desenvolvimento Sustentável dos Países da CPLP".
- Embora não se encontre entre os três objetivos constitutivos da CPLP (concertação política, cooperação em todos os domínios e promoção da língua portuguesa), a necessidade de fomentar e promover o potencial econômico e comercial da CPLP tem sido menção recorrente em intervenções de diversos estados membros. O tema habita as diretrizes da Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026), aprovada na Cúpula de Brasília (2016).
- A Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP), criada em 2009 por empresários moçambicanos e portugueses, tem procurado dar impulso ao aprofundamento das relações entre empresários e investidores dos países da Comunidade. A despeito do uso da sigla CPLP no nome, a CE é entidade de direito privado, detentora do status de Observador Consultivo da CPLP. A entidade organizou evento internacional de envergadura, a Conferência de Mercado da CPLP (Maputo, maio de 2018), e, mais recentemente, fórum de negócios em Malabo (maio de 2021). Atualmente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa o Brasil na CE-CPLP. A CE é a única entidade multissetorial dedicada especificamente ao mercado da CPLP.
- Realizou-se em São Tomé, em março de 2022, a II Cimeira de Negócios da Confederação Empresarial da CPLP. O evento contou com a participação de cerca de 150 empresários e representantes comerciais. As apresentações organizaram-se em oito painéis temáticos: turismo sustentável; economia do mar, agricultura e transformação alimentar; Compacto Lusófono e instrumentos de financiamento de investimentos; Emprego Jovem; Autoridades de STP; Transformação Digital, Telecomunicações e Novas Tecnologias; Energia e Infraestruturas; e Internacionalização de Empresas.
- Ainda no âmbito da cooperação em temas econômico-comerciais, cumpre mencionar as ações de cooperação levadas a cabo pela Conferência dos Diretores-Gerais de Aduana da CPLP, na qual a Receita Federal do Brasil cumpre papel importante. Iniciada em 1983, a dinâmica colaboração entre as aduanas lusófonas centra-se na troca de informações, na capacitação dos recursos humanos e na harmonização de políticas e procedimentos, além do combate à fraude fiscal e aduaneira, recorrendo a Acordos de Assistência Mútua ou ao intercâmbio de melhores práticas.

- Em favor do incremento da cooperação econômico-comercial, destacam-se os seguintes fatos: i) a CPLP, em seu conjunto, é o 4º produtor mundial de petróleo (Angola, Brasil, Guiné Equatorial, Moçambique e Timor-Leste); ii) na CPLP se concentram 50% das descobertas de recursos energéticos ocorridas desde o início do século XXI (Angola, Brasil e Moçambique); iii) na CPLP encontram-se 16% das reservas mundiais de água doce, ademais de uma vasta e rica plataforma continental de recursos marinhos e minerais. Cumpre recordar que todos os países da CPLP são costeiros.
- Outra importante potencialidade da Comunidade na vertente econômica deriva do fato de seus estados membros pertencerem a grandes blocos econômicos, como MERCOSUL, União Europeia, SADC e Acordo de Livre Comércio Continental Africano. Ademais, há perspectiva de entrada de Timor-Leste na ASEAN. Esse fator faz da CPLP importante polo de atração de países e organizações terceiras, conforme atesta o número crescente de Observadores Associados da Comunidade.
- Entende-se que o aprofundamento da cooperação econômica entre os países da CPLP seria facilitado pelas intensas relações bilaterais, pelos vínculos histórico-culturais e pelo idioma comum.

ANÁLISE DOS FLUXOS ECONÔMICO-COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CPLP

- Apesar da crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19, houve retomada do crescimento das exportações brasileiras a países da CPLP. As exportações do Brasil atingiram o patamar de US$ 2 bilhões em 2020.
- O crescimento das exportações deve-se quase que exclusivamente aos embarques de óleos brutos de petróleo. Em 2019, o Brasil exportou pouco mais de US$ 250 milhões. Em 2020, esse número mais que triplicou, ultrapassando os US$ 875 milhões.
- Os produtos do agronegócio somaram US$ 714 milhões e responderam por cerca de 34% do total exportado pelo Brasil para os países da CPLP em 2020. Os principais produtos são soja em grãos e sementes, cereais, açúcar e confeitaria, carnes e madeira. Em relação a 2019, houve queda do valor total exportado (US$ 858 milhões) e do percentual do agronegócio em relação às exportações totais (50,7%). Nos últimos três anos, verificou-se tendência de queda das exportações agrícolas brasileiras para os países da CPLP, sobretudo das vendas de carnes, frutas e soja, e nível inédito de concentração em óleos brutos de petróleo.
- Dentre os membros da CPLP, os principais destinos das exportações brasileiras do agronegócio em 2020 foram Portugal (60%), Angola (33%) e Cabo Verde (3%). Nos últimos três anos, as exportações de produtos agropecuários para Portugal e Cabo Verde mantiveram-se relativamente estáveis, ao passo que as vendas para Angola se reduziram significativamente. Desse modo, a participação do mercado angolano reduziu-se de 42% para 33% no período de 2018 a 2020.
- As importações brasileiras mantiveram-se estáveis entre 2019 e 2020.
- O principal produto importado pelo Brasil de países da CPLP é o azeite, oriundo sobretudo de Portugal. Outros produtos, como petróleo, vinhos, máquinas e peixes também aparecem como destaque da pauta importadora, em menor proporção que o

azeite. As vendas de produtos do agronegócio originários de países da CPLP para o Brasil totalizaram US$ 483 milhões em 2020 e representaram 46,6% do total importado pelo Brasil dos países do bloco. Os principais fornecedores foram Portugal e Moçambique.

- Quanto ao saldo comercial, o Brasil coleciona seguidos superávits nos últimos 10 anos, na faixa de US$ 1 bilhão de dólares.

PRÊMIO JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

- O Prêmio José Aparecido de Oliveira (JAO), instituído em 2011 pela CPLP, homenageia personalidades e instituições que se distingam na promoção dos princípios, valores e objetivos da Comunidade, bem como na realização de estudos e trabalhos de investigação que se inscrevam nesse âmbito. No montante de € 30 mil, ele é conferido a cada dois anos, sempre por ocasião das cúpulas da agremiação, a nome que resulte do consenso dos estados membros.
- As candidaturas são apresentadas à razão de uma por entidade pelos estados membros, Observadores Associados e Observadores Consultivos. O júri é composto pelos representantes permanentes dos estados membros junto da CPLP e delibera por maioria absoluta. A atribuição é feita em cerimônia pública e solene, à margem da Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- Em sua primeira edição, em 2012, o prêmio foi atribuído ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; em 2014, o premiado foi o ex-Presidente do Timor-Leste, Xanana Gusmão, juntamente com a Igreja Católica Timorense. Já na Cúpula de 2016, realizada em Brasília, a CPLP premiou, *ex æquo*, o ex-Presidente de Portugal, Jorge Fernando Branco de Sampaio; o ex-Secretário Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para África, Carlos Lopes; e o primeiro Representante Permanente do Brasil junto à CPLP, Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira. Em 2018, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, foi o premiado.
- Na última Cúpula foi agraciado com o prêmio o Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa.

COOPERAÇÃO NA CPLP

- Desde a criação da CPLP, em 1996, o Brasil tem sido líder na proposição e implementação de ações de cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico dos países-membros. A cooperação brasileira tem coberto amplo conjunto de temas, dos quais atualmente sobressaem saúde, recursos hídricos, ensino superior e direitos das pessoas com deficiência.
- Em 2022, estão em execução 3 projetos de cooperação técnica regional com a CPLP:

(i) Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES); (ii) Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP; e (iii) Capoeira: Formação Técnico-Profissional e Cidadania.

- Embora já finalizado, o projeto de cooperação intitulado “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não

Governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP", executado pela Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, teve atividades implementadas com êxito em Díli (Timor Leste) e em Bissau, durante 2019.

- A cooperação na área de saúde é uma das mais expressivas vertentes de atuação do Brasil no âmbito da CPLP. Uma das iniciativas de maior sucesso é a "Rede de Bancos de Leite Humano da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", criada em outubro de 2018. Além da disseminação dos conhecimentos brasileiros sobre bancos de leite humano, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, em seu papel de entidade assessora da CPLP para implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde, também apoia a capacitação de recursos humanos em saúde pública e a consolidação dos institutos nacionais de saúde pública dos países membros da CPLP.
- Ademais, a ABC viabilizou o apoio metodológico e logístico à discussão em torno dos mecanismos de governança e gestão da Cooperação na CPLP, que resultou nos seguintes instrumentos: Manual de Cooperação da CPLP, Regimento Interno da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026, Quadro Bienal de Cooperação da CPLP e Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP. Esse processo proporcionou o aprimoramento dos documentos técnicos que envolvem a elaboração dos projetos, relatórios, pareceres técnicos e prestação de contas.

COOPERAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

- No contexto do combate à pandemia de Covid-19, até o momento, o Brasil efetuou as seguintes doações humanitárias em favor de países da CPLP:
  - US$ 100 mil para aquisição de equipamentos, medicamentos, e materiais médicos em Moçambique, com apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA);
  - Envio ao porto da Beira, em Moçambique, com apoio do PMA, de 4 mil toneladas de arroz beneficiado dos estoques públicos brasileiros administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para reforçar a segurança alimentar e nutricional moçambicana;
  - US$ 50 mil para aquisição de medicamentos e insumos hospitalares, com vistas a contribuir para o "Plano de Contingência Nacional à Epidemia", do governo de São Tomé e Príncipe, com o apoio do PMA.
- O Brasil tem atendido a demandas de auxílio humanitário de um total de 18 países em desenvolvimento, muitos deles africanos, bem como de organismos internacionais, a exemplo do Centro de Prevenção e Controle de Doenças da União Africana, para o qual o Brasil doou US$ 250 mil.
- Por ocasião da XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em 9 de dezembro de 2020, aprovou-se resolução sobre reforço da Cooperação na CPLP em situações de emergência. Encontra-se em elaboração proposta de instrumento de

referência, com recomendações para promoção da cooperação multilateral em tempos de emergência.

LÍNGUA PORTUGUESA

- Em suas ações de difusão da língua portuguesa, o Brasil busca sempre valorizar o **caráter pluricêntrico** do idioma, exercício que permite a representação de todas as variantes do idioma e o fortalecimento do valor econômico da língua portuguesa.
- Na perspectiva brasileira, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), órgão vinculado à CPLP e sediado em Praia (Cabo Verde), desenvolve trabalho fundamental para gestão do idioma em âmbito internacional.
- A atuação do Ministério das Relações Exteriores na difusão da língua portuguesa ocorre em três planos: i) no âmbito de ações gestadas por organizações internacionais, como a CPLP; ii) em ações bilaterais, nomeadamente com Portugal; e iii) unilateralmente, por meio de uma rede de ensino no exterior que remonta à década de 1940.
- A rede de ensino do MRE conta atualmente com 24 Centros Culturais Brasileiros, 5 Núcleos de Ensino de Português e 32 Leitorados nos cinco continentes. No período pré-pandemia, a rede do MRE chegou a atender mais de 20 mil alunos por semestre.
- A CPLP realizou, em 2010, 2013, 2016 e 2021, Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, respectivamente em Brasília, Lisboa, Díli e Cabo Verde (formato virtual). As conferências têm-se mostrado profícuas para a discussão de políticas com vistas à promoção do idioma compartilhado.

Perfis Biográficos

SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP



ZACARIAS ALBANO DA COSTA
Secretário Executivo da CPLP

Tem 57 anos, é formado em Humanidades pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga. Antes da independência do Timor-Leste, participou ativamente da "Frente Diplomática", tendo representado a Resistência Timorense junto às Instituições Europeias, em Bruxelas (1995-2000). Retornou ao Timor-Leste em 2000, onde exerceu funções no Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) e na Agência Americana para o Desenvolvimento (USAID), além de ter sido um dos fundadores da Cruz Vermelha do Timor-Leste. Em 2000, fundou o Partido Social Democrata (PSD) timorense. Em 2006, foi eleito Deputado no Parlamento Nacional. Entre 2007 e 2012, ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Após deixar a carreira política, lecionou na Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional do Timor-Leste (2013-2014) e desempenhou funções na Confederação Empresarial da CPLP e na União de Exportadores da CPLP. Em outubro de 2018, foi chefe da Missão de Observação Eleitoral da CPLP às Eleições Legislativas, Autárquicas e Regionais em São Tomé e Príncipe.



EMBAIXADOR ARMINDO DE BRITO FERNANDES
Diretor Geral da CPLP

Natural de São Tomé e Príncipe, é Mestre em Direito Internacional pela Universidade Estatal de Kiev (1989) e diplomata de carreira. Já ocupou os cargos de Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades; de embaixador em Angola; de chefe da Missão Diplomática de São Tomé e Príncipe junto à União Europeia e aos organismos do Sistema das Nações Unidas na Europa.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP)



PROF. DR. INCANHA INTUMBO
Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)

Natural de Guiné-Bissau. Em 2001, formou-se em Estudos Portugueses e Franceses pela Universidade de Coimbra. Em seu mestrado em Linguística Descritiva, comparou as gramáticas do crioulo guineense, do português e da língua guineense balanta. É Doutor em Letras pela Universidade de Coimbra. Após um primeiro mandato (2019-2020) como Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), foi reconduzido ao cargo para novo biênio, por decisão da XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (dezembro de 2020).

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Estados membros	**9 Estados membros:** Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial (desde 2014), Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (desde 2002)
Observadores Associados	**Desde 2006:** República de Maurício. **Desde 2008:** Senegal. **Desde 2014:** Geórgia, Japão, Namíbia, Turquia. **Desde 2016:** República Tcheca, República Eslovaca, Hungria, Uruguai. **Desde 2018:** Argentina, Chile, Itália, Andorra, França, Luxemburgo, Sérvia, Reino Unido, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura. **Desde 2021:** Canadá, Estado do Qatar, Estados Unidos da América, Irlanda, Reino de Espanha, República da Índia, República da Costa do Marfim, República do Peru, República Helénica, Romênia, Conferência Ibero-Americana, g7+, Organização Europeia de Direito Público (OEDP/EPLO)
Fundação	17 de julho de 1996
Ano de adesão do Brasil	1996 (membro fundador)
Sede	Lisboa (Portugal), sede do Secretariado Executivo da CPLP
Principais órgãos	Conferência de Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores; Comitê de Concertação Permanente; Secretariado Executivo; Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Reunião de Pontos Focais de Cooperação; Conferências e Reuniões Ministeriais; Assembleia Parlamentar.
Principais chefias	Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros; Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros; Secretário/a Executivo/a (precedência protocolar equivalente à de chanceler);
Secretário Executivo	Zacarias Albano da Costa, desde 17/07/2021
Diretor-Geral (responsabilidades administrativas)	Armindo Brito Fernandes (São Tomé e Príncipe), desde fevereiro de 2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1989	Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro.
1990	Assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
1993	Missão do Embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira, aos países africanos de língua portuguesa, para discutir a criação de uma comunidade de países de língua oficial portuguesa.
1996	I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 17 de julho – Cimeira Constitutiva da CPLP. Portugal assume a presidência rotativa da CPLP. Marcolino José Carlos Moco (Angola) é escolhido o primeiro Secretário Executivo da CPLP.
1998	II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na Cidade da Praia, em 16 e 17 de julho. Cabo Verde assume a presidência rotativa da CPLP.
1999	Missão de observadores da CPLP ao referendo sobre a autodeterminação do Timor-Leste, em agosto – primeira missão de observação eleitoral da CPLP. CPLP ganha status de Observador na Organização das Nações Unidas (ONU).
2000	III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 17 e 18 de julho. Moçambique assume a presidência rotativa da CPLP. Dulce Maria Pereira (Brasil) é escolhida Secretária Executiva da CPLP.
2002	IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 31 de julho e 1 de agosto. Brasil assume a presidência rotativa da CPLP. Timor-Leste, independente desde 20 de maio de 2002, é admitido como Estado membro da CPLP. José Augusto de Médicis (Brasil) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2004	V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, em 26 e 27 de julho. São Tomé e Príncipe assume a presidência rotativa da CPLP. Luís de Matos Monteiro da Fonseca (Cabo Verde) é escolhido Secretário Executivo da CPLP.
2005	O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é incorporado à arquitetura institucional da CPLP como um de seus órgãos.
2006	VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Bissau, em 16 e 17 de julho. Guiné-Bissau assume a presidência rotativa da CPLP. Guiné Equatorial e República da Ilha Maurícia são admitidas como Observadores Associados da CPLP. O Brasil abre sua Missão Permanente junto à CPLP, em Lisboa.
2007	A Guiné-Bissau abre sua Missão Permanente junto à CPLP.
2008	VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Lisboa, em 25 de julho. Portugal assume a presidência rotativa da CPLP. Domingos Simões Pereira é escolhido Secretário Executivo da CPLP.

	Senegal é admitido como Observador Associado da CPLP. Helder Vaz Lopes (Guiné-Bissau) assume como o primeiro Diretor-Geral da CPLP. Tem início o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP), projeto co-financiado por Brasil e Portugal, inspirado no programa brasileiro DOCTV.
2009	Portugal e Timor-Leste abrem suas Missões Permanentes junto à CPLP. Instituído o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, a ser comemorado no dia 5 de maio. A data refere-se ao dia em que ocorreu a primeira reunião de ministros da cultura dos países da CPLP, em 2000.
2010	VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Luanda, em 23 de julho. Angola assume a presidência rotativa da CPLP. Angola abre sua Missão Permanente junto à CPLP. I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Brasília, em março. Adoção do Plano de Ação de Brasília. O professor brasileiro Gilvan Müller de Oliveira é escolhido Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). São adotados os novos Estatutos do IILP, ainda em processo de ratificação. A CPLP declara seu apoio ao candidato brasileiro à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). A Guiné Equatorial adota o português como língua oficial e apresenta sua candidatura a membro pleno da CPLP. Criado o Prêmio José Aparecido de Oliveira, por iniciativa brasileira.
2011	I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro. O apoio da CPLP contribui para a eleição de José Graziano da Silva para a Direção-Geral da FAO.
2012	CPLP inaugura sua nova sede, em Lisboa. IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Maputo, em 20 de julho. Moçambique assume a presidência rotativa da CPLP. Murade Isaac Miriguy Murargy (Moçambique) é escolhido Secretário Executivo da CPLP. Moçambique abre sua Missão Permanente junto à CPLP. O Prêmio José Aparecido de Oliveira é concedido pela primeira vez ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aprovada atualização dos Estatutos da CPLP, em processo de ratificação.
2013	II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Lisboa, em outubro. Adoção do Plano de Ação de Lisboa. CPLP apoia em bloco a candidatura do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo para a Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).
2014	X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Díli, em 23 de julho. Timor-Leste assume a presidência rotativa da CPLP. Georgina Benrós de Mello (Cabo Verde) assume como Diretora-Geral da CPLP. A Guiné Equatorial é admitida como membro pleno da CPLP. Geórgia, Japão, Namíbia e Turquia são admitidos como Observadores Associados da CPLP.

	A professora Marisa Guião Mendonça (Moçambique) é escolhida a nova Diretora-Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). O brasileiro Carlos Alves de Moura é designado como Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau. Exerce suas funções até a Cúpula de Díli, em julho. Início das atividades do grupo de trabalho encarregado de elaborar proposta de nova visão estratégica para a CPLP.
2015	Lançado o programa CPLP Audiovisual, que conta com apoio financeiro brasileiro. Em visita à sede da CPLP, em Lisboa, o então vice-presidente Michel Temer anuncia a disposição do Brasil de sediar a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em 2016. O oferecimento brasileiro é oficialmente aceito pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, em sua reunião anual, em Díli, em 24 de julho.
2016	O Brasil assume a presidência de turno da CPLP, em 1º de novembro, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília.
2017	No cenário da presidência de turno brasileira, realizam-se as seguintes reuniões ministeriais em território nacional: • X Reunião de Ministros da Cultura (5 de maio, Salvador); • II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (8 de junho, Brasília); • XV Conferência de Ministros da Justiça (29 de junho, Brasília); • IX Reunião dos Ministros do Turismo (29 de junho, Foz do Iguaçu); • XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (20 de julho, Brasília); • IV Reunião de Ministros da Saúde (26 de outubro, Brasília); • V Reunião das Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (31 de outubro de 2017, Brasília); • II Reunião de Ministros de Energia (22 de novembro, Foz do Iguaçu).
2018	Ainda sob a presidência brasileira, ocorrem as seguintes reuniões: • III Reunião dos Ministros do Comércio (13 de março, Brasília); • X Reunião dos Ministros da Educação (16 de março, Salvador); • VII Reunião dos Ministros do Ambiente e a Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água nos Países da CPLP (ambas em 21 de março, Brasília); • VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (21 de junho, Brasília). Em 18 de julho, Cabo Verde assume a presidência da Comunidade, por ocasião da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada naquele país. A delegação brasileira foi chefiada pelo então presidente Michel Temer.
2019	Em 1º de janeiro, o embaixador português Francisco Ribeiro Telles assume como secretário executivo da CPLP, por dois anos.
2020	Em fevereiro, o embaixador santomense Armindo de Brito Fernandes assume

	a Direção-Geral da CPLP.
2021	Em 17 de julho, realizou-se a XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo: • Assunção da presidência de turno por Angola para o biênio 2021-2023; • Assinatura do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados membros da CPLP; • Aprovação das candidaturas a Observador Associado da CPLP dos seguintes países e organismos internacionais: Canadá, Catar, Costa do Marfim, Espanha, EUA, Grécia, Irlanda, Peru, Romênia, Grupo G7+, Conferência Ibero-Americana e Organização Europeia e Direito Público; • Adoção de versão revisada do Regulamento dos Observadores Associados, que visa a fortalecer os vínculos entre a CPLP e os Observadores, propiciando à Comunidade extrair maior proveito de sua crescente projeção internacional; • Anúncio do nome de Marcelo Rebelo de Sousa, presidente da República Portuguesa, como o vencedor do prêmio "José Aparecido de Oliveira", concedido bienalmente pela CPLP a personalidades ou instituições que se destaquem na promoção dos princípios e objetivos da Comunidade; • Passagem de bastão do atual secretário executivo da CPLP, o embaixador português Francisco Ribeiro Telles, para seu sucessor, o ex-chanceler timorense Zacarias Albano da Costa.

ATOS INTERNACIONAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
1. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	16/12/1990	01/01/2007	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 6.583, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189, de 30/09/2008
2. Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	17/07/1998	01/01/2007	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 6.584, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189, DE 30/09/2008
3. Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	25/07/2004	01/01/2007	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 6.585, de 29/09/2008; D.O.U. nº 189, de 30/09/2008
4. Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP	17/07/1996	17/04/2000	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 5.002, de 03/03/2004; D.O.U. nº 43, de 04/03/2004
5. Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/1996	17/04/2000	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 5.002, de 03/03/2004; D.O.U. nº 43, de 04/03/2004
6. Resolução sobre Revisão dos Estatutos da CPLP – XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros	02/11/2007	02/11/2007	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 8.339, de 13/11/2014; D.O.U. nº 221, de 14/11/2014
7. Revisão dos Novos	20/07/2017	Sem informação	Sendo preparada

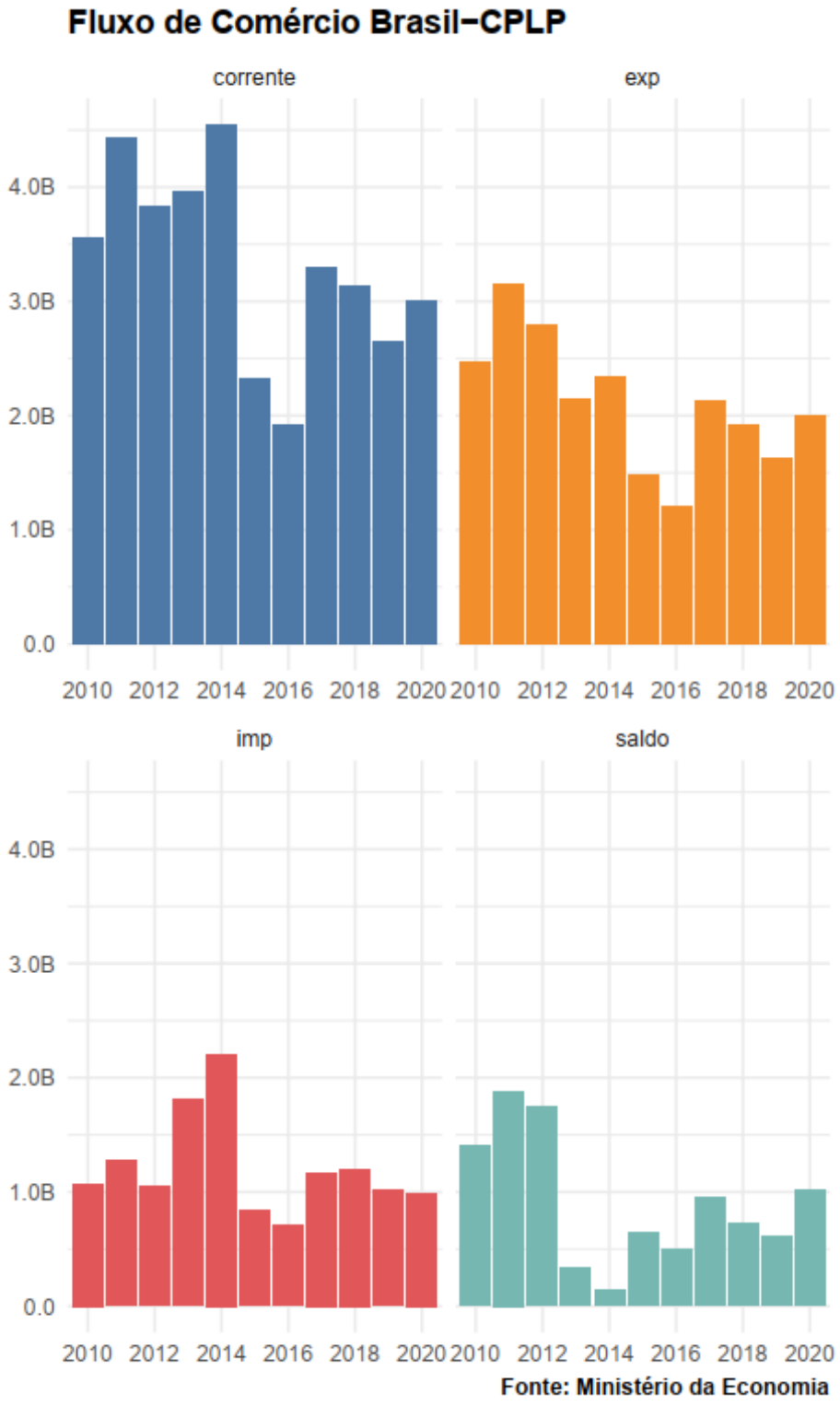
Estatutos da CPLP		sobre entrada em vigor.	exposição de motivos no **MRE** para envio à Casa Civil
8. Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/1998	Sem informação sobre entrada em vigor.	Decreto Legislativo nº 264 de 28/12/2000; D.O.U. nº 250, de 29/12/2000
9. XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Resolução sobre a Aprovação do Regimento Interno do IILP	22/07/2011	Sem informação sobre entrada em vigor.	A Exposição de Motivos foi assinada pelo MinC e está em análise pelo MEC.
10. Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da CPLP	24/07/2008	01/05/2014 Entrada em vigor apenas para os Estados membros que depositaram os instrumentos de ratificação ou equivalentes: Moçambique, Timor-Leste e Portugal	**Sob exame da SGEB/MRE**
11. Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da CPLP	02/11/2007	01/09/2015 Entrada em vigor após a ratificação por Cabo Verde (2015), Portugal (2014) e Timor-Leste (2009)	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 9100, de 19/07/2017; D.O.U. nº 138, de 20/07/2017
12. Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP	30/07/2002 Dados obtidos no Concórdia	01/02/2006 Ratificado por: Angola (15/7/03); Portugal (13/8/03); São Tomé e Príncipe (16/9/03); Moçambique (4/1/04); Cabo Verde (1/3/04); Brasil (12/1/06) e Guiné-Bissau (24/11/06).	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 6.771, de 16/02/2009; D.O.U. nº 33, de 17/02/2009
13. Acordo sobre Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para	30/07/2002	01/02/2006 Ratificado por: Angola (15/7/03);	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº

Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração		Portugal (13/8/03); São Tomé e Príncipe (16/9/03); Cabo Verde (1/3/04); Moçambique (4/1/05); Brasil (12/1/2006) e Guiné-Bissau (4/1/05).	6.529, de 04/08/2008; D.O.U. nº 149, de 05/08/2008
14. Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP	30/07/2002	01/06/2004	**Em vigor** Acordo publicado no D.O.U. nº 33, Seção 1, de 14/02/2003
15. Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas	30/07/2002	01/11/2005	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 6.475, de 05/06/2008; D.O.U. nº 107, de 06/06/2008
16. Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da CPLP	30/07/2002	01/07/2004	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 6.471, de 04/06/2008; D.O.U. nº 106, de 05/06/2008
17. Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	17/07/2000	RATIFICAÇÕES: Guiné-Bissau 15/1/2001; Portugal 6/2/2001; Moçambique 15/5/2001; São Tomé e Príncipe 20/12/2002; Cabo Verde 28/8/2003; Brasil 10/7/2003. (Tel. 776, de 30/7/2008). DELBRASCPLP	**Aprovado pelo Congresso Nacional** Decreto Legislativo nº 329, de 10/07/2003; D.O.U. nº 132, de 11/07/2003 Embora não tenha sido ainda promulgado, o Brasil aplica os termos do Acordo.
18. Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados	23/11/2005	01/08/2009	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº

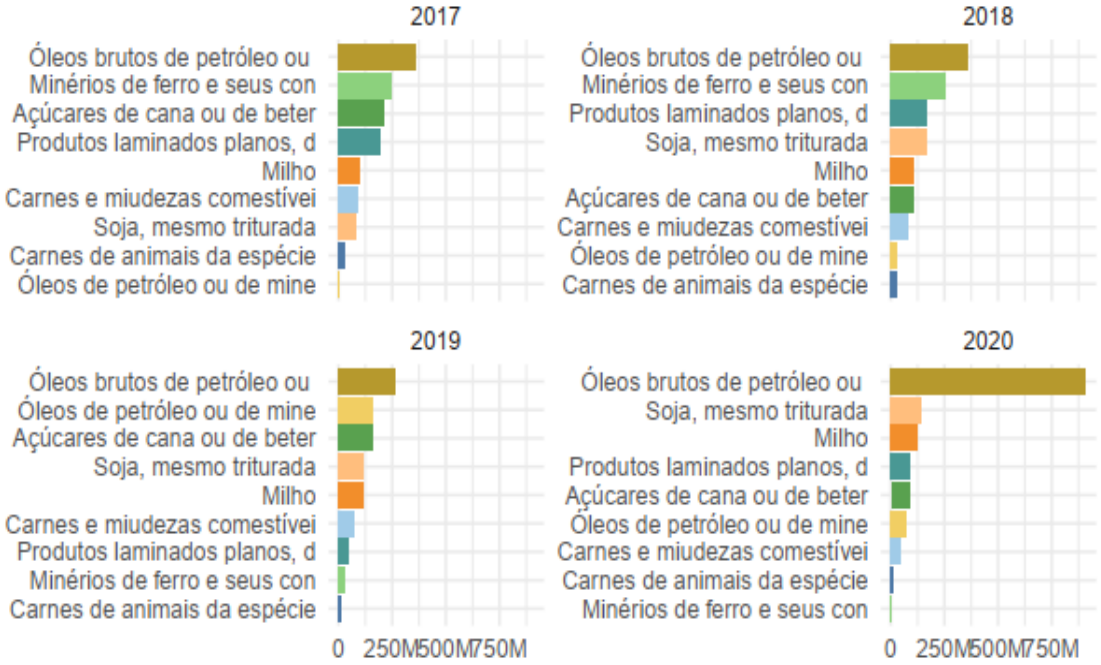
Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa			8.049, de 11/07/2013; D.O.U. nº 133, de 12/07/2013
19. Convenção de Extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005	01/06/2009	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 7.935, de 19/02/2013; D.O.U. nº 34, de 20/02/2013
20. Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	23/11/2005	01/08/2009	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 8.833, de 4/8/2016; D.O.U. de 5/8/2016
21. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infrações Aduaneiras	26/09/1986	14/11/2009	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 8.361, de 17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
22. Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas	26/09/1986	14/11/2009	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 8.361, de 17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
23. Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Portuguesa	26/09/1986	14/11/2009	**Em vigor** Decreto de Promulgação nº 8.361, de 17/11/2014; D.O.U. nº 223, de 18/11/2014
24. Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	24/07/2015	Não entrou em vigor ainda.	Com a incorporação da Previdência Social pelo Ministério da Fazenda, o texto da Convenção foi reencaminhado, em 16/6/17, para

			o Min. da Fazenda para preparação de Exposição de Motivos.
25. Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP	17/07/2021	No plano internacional, o Acordo entra m vigor para o Brasil a partir do dia **1/4/22**. O Brasil é o sexto estado membro da CPLP a ratificar o acordo, somando-se a Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Portugal, Guiné-Bissau e Moçambique.	Decreto Legislativo publicado em 18/02/2022. Depósito da Carta de Ratificação em 07/03/2022. Aguarda-se a publicação do Decreto Presidencial com vistas à internalização do instrumento no ordenamento brasileiro.

FLUXOS DE COMÉRCIO

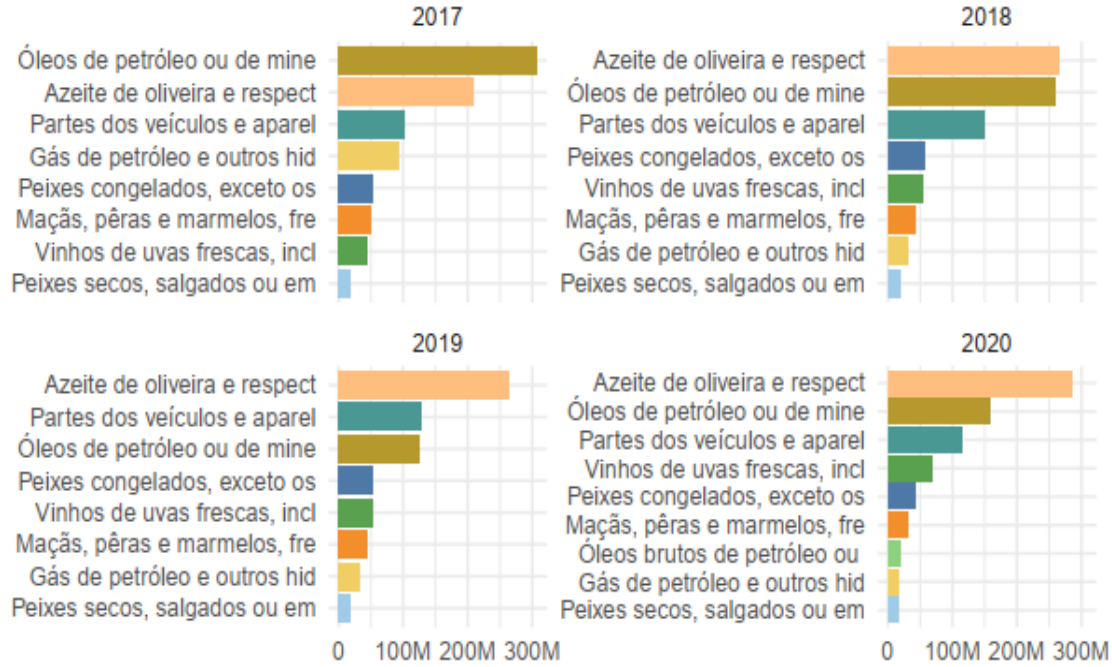


Exportações brasileiras à CPLP



Fonte: Ministério da Economia

Importações brasileiras da CPLP



Fonte: Ministério da Economia

MISSÃO DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

RELATÓRIO DE GESTÃO (2018 - 2021)

EMBAIXADOR PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS

Assumi a chefia da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP no dia 22 de agosto de 2019. A minha gestão, cujos principais contornos passo a delinear a seguir, esteve condicionada por três marcos temporais importantes. O primeiro foi a presidência "pro tempore" da República de Cabo Verde, iniciada em 2018 e que acabou por estender-se até julho de 2021. O segundo é a presidência angolana, ainda em curso. E o terceiro, a irrupção e agravamento da pandemia da Covid-19, que em Portugal poderia datar-se do diploma legal que, a 2 de março de 2020, começou a tratar dos impactos daquela situação emergencial.

A PRESIDÊNCIA CABO-VERDIANA (2018-2021)

Foram justamente esses impactos que levaram à prorrogação da presidência cabo-verdiana por mais um ano. Essa decisão, adotada de comum acordo por todos os países membros, permitiu que algumas das metas mais importantes daquela presidência fossem afinal alcançadas. Mas, ainda assim, a emergência sanitária não deixou de impactar as atividades da CPLP, particularmente no ano de 2020.

A presidência cabo-verdiana teve por lema "Cultura, Pessoas e Oceanos". Ficou marcada sobretudo pelas negociações que levaram à assinatura, já na cúpula de Luanda, a 17 de julho de 2021, do Acordo sobre Mobilidade da CPLP. Esta foi, sem dúvida, uma das grandes conquistas da organização na sua história, por seu potencial de provocar efeitos muito concretos na circulação de estudantes, trabalhadores e profissionais qualificados – aproximando, com isso, as sociedades dos países membros e nelas reforçando o sentimento de pertencimento à Comunidade.

O período também ficou marcado por ampliação sem precedentes no número de observadores associados à CPLP. Na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Luanda, 17 de julho de 2021), que marcou o fim da presidência cabo-verdiana e o início da angolana, esse estatuto foi atribuído a dez países (Canadá, Catar, Costa do Marfim, Espanha, Estados Unidos, Grécia, Índia, Irlanda, Peru e Romênia) e a três organizações internacionais (Conferência Ibero-Americana, G7+ e Organização Europeia de Direito Público). Assim, o número de observadores associados elevou-se a 32 (trinta e dois).

Essa ampliação ilustra de maneira inequívoca o interesse crescente que a CPLP tem despertado na comunidade internacional. Ademais, traz consigo um desafio não despiciendo para a organização: a de atualizar o marco normativo com vistas a estimular e aperfeiçoar a interação entre observadores associados e países membros, favorecendo a cooperação técnica e potencializando a promoção da língua portuguesa. No futuro

imediato, será importante conferir a atenção devida à revisão do Regulamento dos Observadores Associados, levando em conta inclusive o perfil muito heterogêneo dos países em questão (universo que comporta, a um só tempo, doadores e receptores potenciais de projetos de cooperação).

CONCERTAÇÃO POLÍTICA

Em anos recentes, a Missão do Brasil teve desempenho muito satisfatório na busca de endossos da Comunidade a candidaturas brasileiras em outras organizações internacionais. Destaco muito especialmente os pleitos brasileiros a integrar a Comissão de Direito Internacional (2023-2027), o Conselho de Segurança (2022-2023), o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (2024-2026) e o Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo (2021-2025). Tudo isso veio somar-se ao reiterado apoio da CPLP e de seus membros à pretensão brasileira a vir a ocupar assento permanente no CSNU.

Diante desses resultados, parece incontroverso que o Brasil é um dos principais beneficiários dos esforços de concertação política no âmbito da CPLP. Pelo peso relativo do País na Comunidade, pelo protagonismo que teve na sua criação, pelos laços de amizade que unem o Brasil a todos os membros - por todos esses elementos, a CPLP destaca-se como organização de imenso potencial para a projeção internacional dos interesses brasileiros. E, embora seja difícil mensurá-lo com exatidão, não será irrazoável estimar que os apoios que o Brasil ali tem granjeado possam transcender o universo da organização e influenciar, em alguma medida, as posições dos grupos regionais de que fazem parte os membros da CPLP (tais como a União Africana, a CEDEAO, a SADC ou a própria União Europeia).

OS GRUPOS CPLP

Sempre no domínio da concertação política, caberá destacar o papel desempenhado pelos chamados "Grupos CPLP". Constituídos, cada um deles, por ao menos três representações dos países membros junto a Governos estrangeiros ou a organizações internacionais, os Grupos CPLP têm como objetivos, dentre outros, coordenar posições relativamente a interesses comuns; assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais; realizar diligências conjuntas sobre temas de interesse comum; trocar informações sobre a realidade do país onde se encontrem; apoiar a realização de eventos organizados no âmbito da CPLP; e divulgar as atividades e realizações da própria organização.

Hoje existem cerca de 40 Grupos CPLP já constituídos. Cada um deles atua com relativa autonomia, em atenção às circunstâncias específicas dos países ou organizações que constituem o seu campo de ação. Dentre as ações desempenhadas, destacam-se a concertação de apoios nas Nações Unidas; o acompanhamento de programas da UNESCO para a proteção do patrimônio cultural de seus membros; a sensibilização da FAO para a importância de determinados programas alimentares; a obtenção de apoios

da União Europeia a iniciativas de ajuda ao desenvolvimento; e a promoção do português pelo mundo e como língua de trabalho nas organizações internacionais.

Desde março de 2022, a Missão do Brasil iniciou entendimentos com o Secretariado Executivo e com a Representação Permanente de Portugal no sentido de fortalecer o engajamento e a coordenação dos Grupos CPLP em atividade. Trata-se, sobretudo, de aperfeiçoar a comunicação com a CPLP e o eventual compartilhamento de boas práticas entre os Grupos existentes.

TEMAS ELEITORAIS E PARLAMENTARES

Dediquei atenção especial às articulações que frutificaram em duas missões de observação eleitoral: as que acompanharam as eleições presidenciais na Guiné-Bissau (2019) e no Timor Leste (2022). Para além do papel de relevo que cumprem no âmbito da concertação política, recorde-se que essas missões se revestem de particular significado para países onde a independência e a consolidação democrática são processos recentes. Só neste ano de 2022, haverá eleições em seis dos nove países membros da CPLP, e em boa parte dos casos a Comunidade terá papel de relevo a cumprir nos esforços multilaterais de fortalecimento institucional dos países em questão.

Neste domínio, também merece destaque a dimensão parlamentar da CPLP. Saliente-se particularmente a realização da X Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP (Bissau, 7 e 8 de julho de 2021), sob o lema "Ambiente de negócios e desenvolvimento sustentável nos países membros da CPLP no pós-COVID 19". A delegação brasileira esteve integrada pelos deputados federais Rosângela Gomes (que participou de encontro da Rede de Mulheres Parlamentares) e Márcio Marinho (que tomou parte na Comissão Permanente de Língua, Educação, Ciência e Cultura). Na ocasião, a presidência do fórum transferiu-se do presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, sr. Austelino Tavares Correia, para o seu homólogo da Guiné-Bissau, sr. Cipriano Cassamá, que a exercerá até 2023.

A PRESIDÊNCIA ANGOLANA: A AGENDA ECONÔMICA

Iniciada em julho de 2021, a presidência angolana da CPLP caracteriza-se sobretudo por uma ênfase renovada nos temas econômicos, comerciais e financeiros. Os propósitos angolanos estão bem ilustrados no lema da presidência: "Fortalecer e promover a cooperação econômica e empresarial em tempos de pandemia, em prol do desenvolvimento sustentável dos países da CPLP".

De modo geral, Angola tem estimulado o debate acerca de eventual ampliação dos objetivos estatutários da Comunidade, com vistas a dar a devida centralidade a estes temas econômicos. Por ora, essa agenda deveria desenvolver-se ao sabor dos objetivos que a presidência angolana propôs para este biênio: (1) melhoria do ambiente de negócios no âmbito da CPLP; (2) implementação efetiva de mecanismo de cooperação entre agências de promoção das exportações e investimentos; (3) promoção de iniciativas de treinamento e capacitação técnica de funcionários e empresários; (4) estímulo ao incremento de investimentos recíprocos na CPLP; e (5) estímulo ao comércio no interior da CPLP.

Todos estes temas, naturalmente, merecem atenção especial da parte do Brasil, na medida em que convergem com os nossos próprios esforços em diversificar parcerias econômicas e promover exportações para países de crescimento elevado. No mais, convém não perder de vista as potencialidades deste grupo de países, decerto heterogêneo, mas que congrega nações que exercem jurisdição sobre 8% das terras emersas do planeta, onde se registraram 50% das descobertas petrolíferas ocorridas no presente século e onde se encontram 14% das reservas mundiais de água doce (para além dos recursos marinhos e minerais de relevo existentes em vastíssimas plataformas continentais). A tudo isso há que somar-se o fato de os membros da CPLP participarem de distintos projetos de integração, que em boa medida lhes conferem importância superior à de seu próprio peso econômico: para além do Mercosul (Brasil) e da União Europeia (Portugal), é o caso da CEDEAO (Cabo Verde e Guiné-Bissau), da CEEAC (Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe) e da SADC (Angola e Moçambique). Com o eventual ingresso de Timor Leste na ASEAN, a Comunidade passaria a contar, de resto, com uma porta de entrada para um mercado consumidor de 2 bilhões de pessoas.

Até aqui, a principal realização da presidência angolana, no que respeita a esta agenda econômica, foi a constituição do Fórum das Agências de Promoção do Comércio e do Investimento da CPLP, em 18 de fevereiro de 2022. O evento, realizado em formato híbrido a partir de Luanda, contou com a participação da Apex-Brasil. Na ocasião, foram aprovadas a Declaração Constitutiva e os Estatutos da nova instância comunitária, mas ainda não foi possível consensuar um plano de ação em que se venham a engajar as agências participantes.

A presidência angolana, de resto, também tem concentrado esforços para a realização de uma primeira Reunião Conjunta de Ministros da Economia, Comércio e Finanças. A Missão do Brasil tem integrado a delegação brasileira às reuniões técnicas preparatórias, contribuindo para articular os interesses nacionais na negociação da "Agenda Estratégica para o Reforço da Cooperação Econômica na CPLP 2022-2027", complementada por um plano de ação estruturado em sete eixos (promoção do comércio; promoção do investimento; capacitação empresarial e institucional; melhoria dos mecanismos de financiamento; reforço da competitividade; propriedade industrial; e desenvolvimento de infraestruturas nacionais para a qualidade).

COOPERAÇÃO

A cooperação entre os seus membros, e a da própria Comunidade com distintos parceiros no apoio ao desenvolvimento, é um dos pilares estratégicos da CPLP. Neste âmbito estão contempladas não apenas iniciativas de cooperação técnica, no sentido mais estrito, mas também diversas reuniões ministeriais setoriais.

Desde a criação da CPLP, em 1996, o Brasil tem exercido protagonismo na proposição e financiamento de projetos de cooperação, em iniciativas que vão do aleitamento materno à gestão de recursos hídricos e aos direitos das pessoas com deficiências. Em articulação permanente com a ABC, a Missão do Brasil atuou, em minha gestão, para que a CPLP contemple adequadamente, nessa agenda, as perspectivas dos países em

desenvolvimento, para além de garantir visão de conjunto e coerência no tratamento dos interesses brasileiros.

O principal fórum responsável pela agenda de cooperação, na CPLP, é a Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC). Ao longo de minha gestão, a Missão do Brasil acompanhou a realização de quatro edições da RPFC: XL RPFC (18-19 de fevereiro de 2020), XLI RPFC (5-6 de abril de 2021), XLII RPFC (12-13 de julho de 2021) e a XLIII RPFC (15-16 de março de 2022). A XLIV RPFC está prevista para ocorrer nos dias 30 e 31 de maio de 2022.

Para além das RPFC, ao longo de minha gestão realizaram-se oito reuniões do grupo de trabalho encarregado da revisão do Regulamento do Fundo Especial da CPLP. Esse regulamento revisto foi afinal aprovado da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Luanda, 17 de julho de 2021). Também ali se adotou uma Resolução sobre a Definição de uma Nova Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP. No marco dessa Resolução, aprovou-se também um manual revisto de Cooperação da CPLP (esforço aliás iniciado na última presidência brasileira), cuja publicação foi custeada por recursos brasileiros. Com tudo isso, alcançou-se uma notável modernização da normativa comunitária em governança e gestão da cooperação, com aperfeiçoamentos que vão de modelos para análise de propostas a relatórios de execução financeira e prestação de contas.

No que respeita ao Brasil, há três projetos de cooperação de nossa iniciativa em andamento na CPLP. O primeiro é a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES). Executada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a RIPES promove o intercâmbio do conhecimento e a mobilidade acadêmica no espaço da Comunidade. Atualmente, encontra-se em fase de finalização novo plano de trabalho do projeto.

O segundo projeto em andamento é o Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP. Executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a iniciativa está ancorada na transferência de tecnologia de redes e de sistemas locais de monitoramento hidrológico, na capacitação de quadros de funcionários locais, e no intercâmbio de experiências no desenvolvimento de marcos legais e de gestão de instituições responsáveis pelo tema.

Há, por fim, o projeto intitulado "Capoeira: Formação Técnico-Profissional e Cidadania". A iniciativa busca compartilhar conhecimento técnico-metodológico e teórico sobre a arte e a prática esportiva da capoeira, assim como sobre sua utilização como recurso pedagógico, artístico e cultural. A primeira fase do projeto foi executada em São Tomé e Príncipe, tendo como parceira nacional o Centro Cultural Raízes do Brasil. Uma proposta de novo encaminhamento para expansão do projeto está em fase de desenho, no nível técnico.

Para além dessas três iniciativas em curso registre-se que, durante a minha gestão, foi concluído com êxito o projeto intitulado "Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não Governamentais para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP". Estabeleceu-se, de resto, a "Rede de Bancos de Leite Humano da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa".

Também por iniciativa brasileira, estão em curso conversas exploratórias com vistas a delinear três novos âmbitos de cooperação: um novo programa na área de direitos da pessoa com deficiência; um programa para elaboração, divulgação, implementação e fortalecimento de guias alimentares; e uma iniciativa de aperfeiçoamento das metodologias de levantamento das estatísticas de cooperação jurídica internacional.

Registre-se, por fim, que o Brasil também tem empenhado recursos no Curso de Português para Diplomatas Africanos em Brasília e no Curso de Português para Diplomatas da Latino-Americanos em Brasília, ambos conduzidos em parceira com a Universidade de Brasília. O êxito da primeira edição destes cursos, realizada em 2014, levou à continuidade e expansão do projeto nos anos seguintes, contribuindo de resto para maior divulgação da CPLP entre os agentes diplomáticos estrangeiros.

REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS

Durante a minha gestão, a Missão envolveu-se na preparação e realização de doze reuniões ministeriais ocorridas sob a presidência cabo-verdiana, e mais cinco sob a presidência angolana. Para fins de registro, as reuniões havidas no primeiro caso foram as seguintes: VI Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (Praia, 6 de novembro de 2019); X Reunião dos Ministros do Turismo da CPLP (São Felipe, 15 de novembro de 2019); XVI Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Santa Maria, 22 de novembro de 2019); IV Reunião dos Ministros do Mar da CPLP (São Vicente, 26 de novembro de 2019); V Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP (Lisboa, 13 de dezembro de 2019); I Reunião Interministerial de Governação Eletrônica (virtual, 28 de outubro de 2020); III Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da CPLP (virtual, 6 de novembro de 2020); XI Reunião de Ministros da Educação (virtual, 18 de novembro de 2020); VIII Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP (virtual, 26 de novembro de 2020); II Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água na CPLP (virtual, 27 de novembro de 2020); XIV Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP (virtual, 30 de março de 2021); e XX Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados da CPLP (virtual, 1 de junho de 2021).

Já sob a presidência angolana, realizaram-se os seguintes encontros setoriais: IX Reunião Ordinária de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 19 de janeiro de 2022); XIII Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (virtual, 7 de fevereiro de 2022); XVII Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 4 de março de 2022); VI Reunião de Ministros da Saúde da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 25 de março de 2022); II Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da CPLP (virtual, 31 de março de 2022).

Estão previstas ainda, para os próximos meses, a VII Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 29 de abril de 2022); a I Reunião Conjunta de Ministros de Economia, Comércio e Finanças da CPLP (Luanda, em formato híbrido, 29 de abril de 2022); a XI Reunião de Ministros de Turismo da CPLP (Luanda, 3 de maio de 2022); a XII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP (Luanda,

4 de maio de 2022); e a V Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar (em local e data a confirmar).

À luz das datas e dados elencados acima, constata-se que, após um período inicial de grande ativismo, sob a presidência cabo-verdiana, a agenda setorial paralisou-se durante grande parte do ano de 2020, em razão da pandemia da Covid-19. Desde fins daquele ano, algumas reuniões passaram a realizar-se por plataformas virtuais. Com a presidência angolana, tornou-se mais frequente um formato híbrido, que conjuga o presencial ao virtual. A despeito de dificuldades eventuais, o novo formato tem permitido um acompanhamento mais próximo destas agendas pela Missão do Brasil, não apenas nas reuniões ministeriais em si, mas sobretudo nas fases preparatórias.

Permito-me duas observações adicionais. A primeira está relacionada à grande abrangência temática desses mecanismos de diálogo, o que em si ilustra o quanto os Estados membros passam a atribuir uma importância crescente à CPLP na elaboração de suas políticas públicas, na condução de suas agendas internacionais e no desenho de suas pautas de cooperação.

Em segundo lugar, registro que a participação do Governo brasileiro nesses diálogos setoriais tende a intensificar-se ao sabor das prioridades da nossa agenda internacional. Nesse contexto, permito-me destacar a atuação que desenvolvemos no domínio da saúde. A título ilustrativo, destaco que, por ocasião da VI Reunião de Ministros da Saúde, em março passado, foi adotada a Resolução Sobre o Plano de Abordagem às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na CPLP, de iniciativa brasileira. Também merece menção a aprovação da Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência, na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em 9 de dezembro de 2020 (cuja implementação muito se beneficiará, no futuro, da eventual convocação de um grupo de trabalho que proponha orientações sobre a cooperação nesses cenários emergenciais).

PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A promoção e a difusão da língua portuguesa constituem o terceiro pilar de atuação da CPLP. Neste particular, recordo que a Conferência Geral da UNESCO, em novembro de 2019, houve por bem proclamar o dia 5 de maio como o Dia Mundial da Língua Portuguesa.

Esta é uma conquista digna de celebrar-se. Matriz identitária da CPLP, a língua portuguesa é um dos idiomas de maior difusão no planeta, e registra acelerado processo de expansão. É o principal idioma do Hemisfério Sul; está presente em quatro continentes e, no total, é falada por 265 milhões de pessoas em nove países. Ao adotar essa resolução, a UNESCO reconhece a contribuição de monta do português para a disseminação da cultura e da civilização, o seu papel no fomento da cooperação internacional e o seu relevo no diálogo intercultural. Para além de tudo isso, no entanto, a conquista deve servir como catalisador para ações sustentadas de promoção do nosso idioma, no longo prazo - e aqui reside o principal desafio dos formuladores e executores de políticas públicas neste âmbito, no futuro imediato.

Registre-se que o 5 de maio já se vinha celebrando, no âmbito da CPLP, desde 2005, e passou a integrar o calendário oficial da organização desde 2009. Com o gesto da UNESCO, as celebrações da data cresceram em importância e amplitude, passando a realizar-se também noutros organismos internacionais (casos da ONU e da própria UNESCO). Diante disso e a despeito dos desafios postos pela pandemia, busquei intensificar as ações de celebração da efeméride, contribuindo, de resto, para maior articulação da rede de postos do Itamaraty em torno da data.

Nesse contexto, destaco a publicação "Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português". O lançamento da obra deu-se durante o seminário internacional "25 anos de CPLP – Jornada Agostinho da Silva", organizado nesta capital, de forma coordenada, pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com apoio desta Missão e da Embaixada do Brasil em Lisboa, a 11 de novembro de 2021. A publicação foi organizada pelo Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty, e editada pela FUNAG. Trata-se de obra de referência estruturada em 33 verbetes, redigidos por especialistas em diversas áreas do conhecimento, que revelam a abrangência das ações brasileiras na difusão do idioma no mundo.

Neste âmbito, também destaco a aprovação de dois documentos que, somados, destacam o potencial da língua portuguesa como idioma global, pluricontinental e pluricêntrico, nos domínios do ensino, da cultura, da economia criativa, da colaboração e da ciência - e, ainda, como língua oficial e de trabalho em organizações internacionais.

O primeiro desses documentos é o Plano Operacional para a Difusão e Promoção da Língua Portuguesa 2021-2026, aprovado pelo Conselho de Concertação Permanente da CPLP em outubro de 2021. Trata-se de marco normativo voltado a solidificar os esforços neste domínio, ao propugnar a construção de uma estratégia consistente que congregue os países membros e demais atores relevantes na busca desse objetivo comum.

Nesse contexto, o Plano Operacional prestou uma contribuição de relevo ao dissipar ambiguidades antes existentes acerca dos limites das atribuições da Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa (DACLP), por um lado, e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), por outro. Nos termos do Plano, ao IILP caberá sobretudo funcionar como foro para a gestão compartilhada de projetos de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa. A DACLP, por seu turno, deverá dedicar prioridade às iniciativas de difusão da cultura dos países membros, de fortalecimento das economias criativas em língua portuguesa e de apoio à execução de projetos já consensuais no âmbito do Conselho Científico do IILP.

O segundo documento é o Plano de Ação da Praia, adotado durante a IV Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada de 26 a 28 de maio de 2021. O documento - evolução dos anteriores Planos de Ação de Brasília (2010), Lisboa (2014) e Díli (2018) - tem por premissa o reforço do caráter pluricêntrico da língua portuguesa, e busca de resto salientar o potencial econômico do idioma.

As atividades previstas no Plano de Ação deveriam, em boa medida, desenvolver-se em estreita coordenação entre os já referidos DACLP e o IILP (em particular o seu Conselho Científico). Ao fazer esse registro, permito-me, de resto, salientar a importância que o

Governo brasileiro atribui e deve continuar atribuindo, no futuro, ao IILP, entendido como foro privilegiado para a elaboração das estratégias de gestão compartilhada do idioma. Na avaliação desta Missão, o papel a ser desempenhado por esse Instituto não deve necessariamente ter caráter executivo -ele deve, antes, conformar-se como núcleo de planejamento de ações e articulação de agentes encarregados de executar projetos neste domínio.

Por todas essas razões, esforcei-me, ao longo de minha gestão, para que o Brasil dedicasse recursos a importantes projetos do IILP. Foram os casos, nomeadamente, da harmonização das Terminologias Científicas e Técnicas Comuns em Língua Portuguesa (liderado pela Universidade Federal de São Carlos); da realização de duas edições do Concurso IILP-Itamaraty de Artigos Científicos sobre a Língua Portuguesa; de uma nova edição da revista científica "Platô"; do Curso de Português como Língua Pluricêntrica; e do projeto de estudo sobre o uso da Língua Portuguesa na Internet.

Para além dessas atividades, registre-se que o IILP, nesse período, deu continuidade a duas outras iniciativas de relevo. O Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna, uma plataforma “online”, contribui para a propagação do português em terceiros países, mas também naqueles membros da comunidade onde existem parcelas importantes da população que não dominam perfeitamente o idioma. Já o Vocabulário Ortográfico Comum coordena os esforços dos membros na elaboração de vocabulários nacionais, em consonância com os princípios do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP). Até o momento, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste já submeteram os seus vocabulários nacionais ao acervo comum.

O ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ainda no âmbito do idioma, cumpre reconhecer que persistem desafios para alcançar-se a plena efetividade do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em todos os países membros da CPLP. Por um lado, registre-se que o acordo foi ratificado por todos os países lusófonos, à exceção de Angola e Moçambique.

A despeito disso, saliente-se que mesmo os países onde o acordo está plenamente vigente distam muito entre si no que respeita à sua aplicação. O Brasil, de todo o modo, a esta altura cumpriu tudo o que pactuou em 1990: a imprensa em sua quase totalidade adotou as suas disposições já a partir de janeiro de 2009, sem que se registrassem quaisquer resistências dignas de nota; a indústria editorial, que chega a publicar 20 mil títulos novos todos os anos (ou 50 mil, se levarmos em conta as reimpressões), introduziu todas as mudanças progressivamente a cada edição; no sistema escolar, a introdução das novas regras acompanhou o calendário do Programa Nacional do Livro Didático, que renova os livros utilizados a cada triênio. O Brasil, em suma, adotou com êxito as medidas que lhe correspondiam, contribuindo com isso para o fortalecimento do português como língua internacional e pluricêntrica.

Neste ponto, será útil uma palavra de advertência aos futuros formuladores e executores de políticas públicas neste domínio. Convirá insistir sempre em equacionar as questões pendentes, de modo a garantir a plena adoção do Acordo Ortográfico por todos os países membros da CPLP. Contemplar a hipótese de reabrir negociações a esse respeito, como

já propuseram outros países membros, traria o risco de agravar as discrepâncias ortográficas, à inexistência duma base comum, prejudicando as perspectivas do português como língua de trabalho e ocasionando prejuízos ao mercado editorial.

Uma última necessidade a merecer atenção no futuro é a de encontrar mecanismos para reduzir barreiras existentes à movimentação de livros no espaço comunitário - objetivo de resto plenamente convergente com a meta consensual de estabelecer-se um espaço para a livre circulação de bens e serviços culturais.

TEMAS DE DEFESA

Para além dos três pilares clássicos da CPLP, e da importância crescente que vem ganhando a agenda econômica, há um quinto eixo de atuação da Comunidade, a que a Missão procurou dedicar maior atenção. Refiro-me à cooperação no domínio da Defesa, particularmente no âmbito naval, num contexto marcado pela emergência ou agravamento das chamadas "novas ameaças" no Atlântico Sul e no Golfo da Guiné (terrorismo transnacional, tráfico de drogas, pirataria etc.).

Aqui, como noutros âmbitos, a cooperação também se viu negativamente afetada pela pandemia da Covid-19. No entanto, com a progressiva normalização dos intercâmbios, espera-se possam retomar-se os exercícios da Operação Felino, que congrega as Forças Armadas dos países membros. A Operação, recorde-se, foi concebida para oferecer treinamento e instrução conjuntos, e teve as suas últimas edições, na carta e no terreno, no mês de setembro de 2019, em Cabo Ledo, Angola. No Brasil, o esforço é coordenado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Também durante a minha gestão buscou-se dar maior dinamismo ao Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP). Sediado em Maputo, o Centro dedica-se a promover pesquisas e estudos e a divulgação de conhecimento em matéria de defesa entre os membros da CPLP. Uma de suas principais atividades é a realização de seminários e encontros entre militares, funcionários dos respectivos Ministérios de Defesa, diplomatas e representantes da comunidade acadêmica, sempre com foco em temas da segurança internacional e no papel das Forças Armadas no enfrentamento dos desafios contemporâneos (tais como o terrorismo, as alterações climáticas, as crises humanitárias e epidemias).

A despeito das restrições associadas à pandemia, registro com satisfação que o Centro de fato intensificou as suas atividades sob a direção do CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo, da Marinha do Brasil, em mandato que se estendeu de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2022. Em setembro de 2021, inaugurou-se um "Espaço CPLP", materializado graças a recursos brasileiros do Fundo Especial da organização. Para a concreção exitosa dessa iniciativa, foi fundamental o diálogo estreito que esta Missão manteve com a direção do Centro, sempre com vistas a potencializar a vocação estratégica daquele órgão - cuja sede, saliente-se, se situa no "triângulo estratégico" da CPLP, quase à junção dos oceanos Índico e Atlântico.

CONTRIBUIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS BRASILEIRAS

Ao encerrar este relatório de gestão, permito-me deixar um breve registro das pendências do Estado brasileiro no que respeita ao orçamento da CPLP. Recentemente, o Ministério das Relações Exteriores tem conduzido esforço de monta para regularizar o fluxo das contribuições devidas pelo Brasil ao orçamento de diversos organismos internacionais, dentre os quais a CPLP. A despeito disso e da política de "crescimento zero" do orçamento do Secretariado Executivo da organização (adotada desde 2015), o Brasil ainda mantém um saldo devedor importante.

Atualmente, estão em atraso os pagamentos da totalidade da cota devida em 2021, no valor de 768.453,68 euros, e de uma parcela da cota devida em 2020, no valor de 170.321,34 euros. A cota de 2022, também no valor de 768.453,68 euros, tampouco foi honrada - mas tecnicamente não se pode considerar em atraso, por ser convenção adotada pelo Secretariado a de considerar como prazo limite para o pagamento o último dia do ano.

A contribuição do Brasil corresponde a 28% do orçamento anual do Secretariado. No entanto, o nosso país acumula 75% das contribuições atualmente em atraso. Ao lado do Brasil, apenas São Tomé e Príncipe mantém dívidas referentes ao exercício de 2020. Contraste-se esse quadro com os de Portugal e Moçambique, que já quitaram as suas contribuições referentes a 2022, e com o do Timor Leste, que antecipou o pagamento da cota de 2023.

Os estatutos da CPLP não preveem quaisquer sanções para a inadimplência. Não obstante, essa situação pode acarretar prejuízos para a imagem do Brasil no seio da organização - mormente diante dos esforços realizados pelos demais Estados membros, num quadro de não poucas dificuldades operacionais do Secretariado, fruto da escassez de recursos.

Como já se salientou neste mesmo relatório, por seu peso relativo na CPLP, pelo protagonismo que teve na sua criação, pelos laços de amizade que o unem aos demais membros, o Brasil tem na CPLP uma das organizações internacionais de maior potencial, no que respeita à projeção dos interesses nacionais. De todas as organizações que o Brasil integra, a CPLP talvez seja aquela em que o nosso país é o mais incontornável e o mais benquisto. Por todos esses fatores, bem se justificaria um esforço concentrado para saldar as dívidas existentes com a organização e regularizar o fluxo de contribuições futuras.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA

MISSÃO DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Candidato: EMBAIXADOR JULIANO FÉRES NASCIMENTO

PERFIL DO CANDIDATO



O embaixador **Juliano Féres Nascimento** integra os quadros do Ministério das Relações Exteriores desde 1994. Ao longo de 28 anos, teve experiência nas mais variadas áreas de atuação do serviço diplomático, em diversas funções no Brasil e no exterior.

Nasceu a 17 de janeiro de 1970 em Bom Jesus do Itabapoana, no estado do Rio de Janeiro, e cursou Economia e Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1988 a 1992.

Egresso do Instituto Rio Branco em 1994, trabalhou no Departamento de Comunicações e Documentação do Ministério (1994-1996), para, a seguir, ocupar-se de temas de imprensa no Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Entre 1997 e 1999 trabalhou no Cerimonial do Ministério. Entre 2007 e 2010, após período de serviço no exterior, foi chefe adjunto do Cerimonial da Presidência da República. Em 2019, assumiu a titularidade da Assessoria Diplomática do senhor vice-presidente da República. Naquela função, apoia na condução de temas relevantes da agenda diplomática brasileira em que o senhor vice-presidente da República passou a atuar, por expressa orientação do Chefe de Estado, como o Conselho Nacional da Amazônia Legal; as comissões permanentes de alto nível que estruturam o diálogo e a cooperação do Brasil com China, Rússia e Nigéria; e aspectos das relações com países sul-americanos e com a própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Madri (1999-2002), Pretória (2002-2005), Rabat (2005-2007), Cidade do México (2011-2015) e Lima (2015-2018). Entre as funções desempenhadas naqueles postos, destacam-se as chefias dos setores consular, comercial e econômico em ambos os países africanos. Participou ativamente da negociação do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU). No México e no Peru, desempenhou a função de ministro-conselheiro, como diplomata mais sênior depois do embaixador.

Tendo sido o senhor vice-presidente da República incumbido de representar o Brasil na 23ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em junho de 2021, em Luanda, coube ao embaixador Juliano Féres Nascimento papel relevante na preparação de posições oficiais levadas pelo General Antonio Hamilton Mourão ao fórum mais elevado da comunidade. Na ocasião, decidiu-se fortalecer a atuação da CPLP no âmbito econômico-comercial, em complementação aos eixos estatutários da organização (i.e., o diálogo e a concertação políticos, a promoção cultural e da língua portuguesa e a cooperação nos mais distintos âmbitos). Foi na mesma ocasião, de resto, que se assinou o Acordo de Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP, aprovado de forma muito expedita pelo Congresso Nacional, e cujo instrumento de ratificação foi depositado pelo sr. Ministro das Relações Exteriores, junto ao Secretário Executivo da CPLP, em março de 2022.

O Embaixador Juliano Féres Nascimento é casado e tem três filhos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em sua atuação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Coordenar a participação brasileira, em articulação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nas diversas instâncias políticas, setoriais e técnicas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de maneira a garantir que o interesse nacional seja plasmado na condução das atividades desempenhas pela CPLP, em sua atuação externa e em seus métodos de trabalho;

2. Aprofundar a concertação político-diplomática entre os estados membros da CPLP, com especial ênfase no reforço da sua presença e na concertação de posições comuns nos foros internacionais;

3. Defender os interesses brasileiros na gestão compartilhada da Língua Portuguesa pelas instituições comunitárias;

4. Acompanhar a execução da carteira de projetos de cooperação da CPLP, com especial atenção àqueles que contam com contribuições financeiras do Brasil ou que sejam executados por instituições brasileiras;

5. Aprofundar os contatos políticos e a cooperação com os demais estados membros e observadores associados, em caráter subsidiário e complementar ao relacionamento bilateral entre o Brasil e esses países;

6. Contribuir para a ampliação do alcance, da projeção e do prestígio da CPLP no mundo e, por consequência, da inserção internacional do Brasil;

7. Contribuir para a harmonização da atuação da CPLP, de seus documentos estratégicos de cooperação e dos critérios de avaliação de propostas de iniciativas de cooperação às prioridades do Brasil e dos países receptores de cooperação; e

8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar a futura implementação da "Agenda Estratégica para o Reforço da Cooperação Econômica na CPLP 2022-2027";
   Estima-se que a agenda será aprovada durante a I Reunião Conjunta dos Ministros da Economia, Comércio e Finanças da CPLP, prevista para 29 de abril de 2022, em Luanda

2. Acompanhar, relatar e avaliar os diálogos setoriais na área econômica existentes entre os Estados membros;
   A exemplo do Fórum das Agências de Promoção do Comércio e do Investimento da CPLP; do Encontro de Lisboa entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa; da Reunião do Conselho de Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP; e do Fórum das Inspeções de Segurança Alimentar e das Atividades Econômicas da CPLP — assim como aqueles que vierem a ser lançados no futuro

3. Acompanhar e informar das atividades de iniciativa da Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP), considerando seu estatuto de Observador Consultivo da Organização;

4. Em articulação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, propor temas, iniciativas e atividades de aprofundamento do diálogo econômico-comercial no âmbito da CPLP, em consonância com os interesses e prioridades nacionais;

5. Incentivar o intercâmbio de experiências e melhores práticas entre os Estados membros da CPLP na área da promoção do comércio e do investimento;

6. Facilitar e apoiar o estabelecimento de contatos e o conhecimento mútuo entre, de um lado, as instituições brasileiras, de natureza pública ou privada, interessadas em ampliar sua atuação no espaço comunitário e, de outro, as suas congêneres nos demais países da CPLP; e

7. Buscar a integração da dimensão econômica e empresarial, quando couber, aos demais âmbitos de atuação da CPLP, de modo a contribuir para a divulgação das potencialidades do Brasil, em consonância com as prioridades da política comercial brasileira.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de telegramas e demais relatórios do Posto sobre a implementação da "Agenda Estratégica para o Reforço da Cooperação Econômica na CPLP 2022-2027";

2. Número de expedientes telegráficos e demais relatórios sobre os diálogos em matéria econômica, financeira e comercial no âmbito da CPLP e da Confederação Empresarial; e
3. Participação em eventos convocados pela presidência de turno da CPLP, pelo Secretariado Executivo da CPLP, pela Confederação Empresarial da CPLP, entre outros atores, que tratem do tema econômico-comercial.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS;

[**NOTA:** A atuação da Missão do Brasil junto à CPLP dá-se fundamentalmente no âmbito multilateral. Ainda assim, o contato frequente com os demais Estados membros da CPLP proporciona oportunidade para o aprofundamento das relações políticas bilaterais, que merece ser aproveitada a contento.]

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Por meio do contato regular com os demais Representantes Permanentes dos estados membros junto à CPLP, obter informações sobre a conjuntura política, econômica e social dos membros da Comunidade, a fim de contribuir com subsídios para a formulação da política externa brasileira para as relações bilaterais com os países lusófonos;

2. Acompanhar, em articulação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e as Embaixadas do Brasil nos países da CPLP, os desenvolvimentos dos processos políticos e eleitorais nos países da CPLP e suas repercussões para Organização, sobretudo no que respeita à conformação de Missões de Observação Eleitoral da CPLP;

3. Colaborar na articulação de reuniões bilaterais entre autoridades brasileiras e representantes dos demais países da CPLP à margem dos eventos ministeriais setoriais e das reuniões estatutárias da organização, a exemplo da Reunião do Conselho de Ministros e da Conferência de Chefes de Estado e de Governo; e

4. Realizar gestões junto aos Representantes Permanentes dos Estados membros da CPLP para angariar apoio a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes telegráficos que transmitam informações sobre a conjuntura política, econômica e social dos Estados membros; e
2. Número de reuniões bilaterais à margem dos eventos da CPLP.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Preparar, coordenar, acompanhar e relatar a participação brasileira nas reuniões mensais do Comitê de Concertação Permanente, assim como nas reuniões preparatórias e extraordinárias, de modo a assegurar que as perspectivas do Brasil e o interesse nacional estejam refletidos nas decisões tomadas por consenso pelo respectivo órgão da CPLP;
2. Angariar o apoio dos demais estados membros da CPLP e buscar o endosso da Organização às candidaturas brasileiras em outros foros internacionais;
3. Incentivar a adoção, em outros foros internacionais, de perspectivas comuns aos estados membros da CPLP, em coordenação com os respectivos "Grupos CPLP";
4. Acompanhar a execução dos projetos de cooperação técnica da CPLP, sobretudo aqueles que contem com financiamento brasileiro;
5. Acompanhar e relatar as reuniões ministeriais realizadas no âmbito dos diálogos inter-setoriais promovidos no marco institucional da CPLP;
6. Facilitar a comunicação do Secretariado Executivo da CPLP e da presidência de turno com as instâncias governamentais brasileiras envolvidas nas atividades e iniciativas da Organização;
7. Acompanhar e defender os interesses e perspectivas brasileiros no processo de constituição de Missões de Observação Eleitoral da CPLP; e
8. Acompanhar e subsidiar autoridades brasileiras por ocasião de visitas oficiais e reuniões de trabalho na sede da CPLP.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes telegráficos com relatos de reuniões promovidas no âmbito do Comitê de Concertação Permanente da CPLP, bem como de seu Grupo de Trabalho preparatório;
2. Número de candidaturas brasileiras a cargos em outros organismos multilaterais endossadas pela CPLP;
3. Número de intervenções, pronunciamentos e discursos em instâncias multilaterais proferidos em nome da CPLP;
4. Número de visitas oficiais e de reuniões de trabalho de autoridades brasileiras com representantes da CPLP; e
5. Número de Missões de Observação Eleitoral da CPLP.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a imagem e a cultura do Brasil e de seus produtos e serviços, por meio das ferramentas de diplomacia pública, visando à divulgação de informações atualizadas e precisas;
2. Assegurar que as iniciativas e atividades que contem com o apoio institucional da CPLP apresentem uma imagem do Brasil adequada à riqueza e diversidade da cultura nacional;
3. Promover a variante brasileira da língua portuguesa;

   Estabelecer interlocução e encetar parcerias com agentes e instituições com vistas a promover iniciativas de divulgação da literatura, da produção audiovisual e da música brasileira (em particular a canção popular, pelo seu potencial como veículo de difusão da variante brasileira da língua portuguesa)

   Zelar pelo reconhecimento da legitimidade da variante brasileira e do caráter pluricêntrico da língua portuguesa, de acordo com os princípios consagrados no Plano de Ação de Díli para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa
4. Incentivar a cooperação entre os países da CPLP no campo do patrimônio cultural, com vistas à sua preservação e difusão, inclusive de modo a valorizar o Brasil como destino turístico;
5. Acompanhar as reuniões e iniciativas articuladas no âmbito da Comissão do Patrimônio Cultural da CPLP;
6. Acompanhar as reuniões setoriais de Ministros do Turismo da CPLP e monitorar a implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP (2016-2026) e respectivos Planos de Ação;
7. Monitorar as ações desenvolvidas pela Direção de Ação Cultural e Língua da Portuguesa da CPLP, de modo a assegurar que as iniciativas estejam em consonância com os interesses estratégicos do Brasil para promoção da cultura dos países da CPLP e da língua portuguesa;
8. Em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e as Embaixadas do Brasil sediadas nos países membros da CPLP e com os postos diplomáticos brasileiros em organismos multilaterais com vistas a potencializar o alcance das iniciativas comunitárias de promoção e difusão da língua portuguesa; e
9. Apoiar projetos e iniciativas que promovam a cultura e a variante brasileira da língua portuguesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Evolução no número de atividades e iniciativas para as quais é concedido apoio institucional da CPLP;

2. Número de atividades realizadas no âmbito da Reunião de Ministros da Cultura da CPLP com acompanhamento da Missão do Brasil;
3. Número de atividades realizadas no âmbito da Reunião de Ministros do Turismo da CPLP com acompanhamento da Missão do Brasil;
4. Número de iniciativas alusivas ao Dia Mundial da Língua Portuguesa promovidas no âmbito de outras organizações internacionais e em terceiros países;
5. Número de expedientes telegráficos sobre ações no âmbito da difusão cultural e da promoção do turismo; e
6. Número de projetos e eventos apoiados pela Missão que promovam a imagem do Brasil no espaço dos países da CPLP.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar e acompanhar a negociação de declarações políticas e de planos de ação, assim como a realização das reuniões setoriais da CPLP em matéria ambiental, tais como a Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP e a Reunião dos Ministros Responsáveis pela Água da CPLP;

2. Acompanhar a implementação das atividades inscritas nos Planos Estratégicos de Cooperação do Ambiente da CPLP (PECA-CPLP);

3. Contribuir a para articulação de posições conjuntas sobre o desenvolvimento sustentável dos países membros em instâncias multilaterais; e

4. Contribuir para a imagem internacional do Brasil em matéria de sustentabilidade ambiental por meio da divulgação de iniciativas brasileiras aos demais países membros da CPLP.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões da CPLP, em nível técnico e em nível ministerial, sobre temas do desenvolvimento sustentável, incluindo a proteção ao meio ambiente;
2. Relatórios de avaliação do grau de cumprimento dos Planos Estratégicos de Cooperação do Ambiente da CPLP (PECA-CPLP);
3. Número de pronunciamentos conjuntos dos países da CPLP em instâncias multilaterais sobre o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente; e
4. Número de iniciativas de cooperação do Governo brasileiro relacionadas ao desenvolvimento sustentável com acompanhamento da Missão do Brasil.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar as reuniões setoriais de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e monitorar a implementação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral dos Domínios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 2022-2026 e dos seus respectivos Planos de Ação;
2. Monitorar a execução do projeto "Rede de Cátedras e Centros de Excelência dos Estados membros da CPLP" e facilitar a comunicação entre o Secretariado Executivo da CPLP e as instâncias governamentais brasileiras envolvidas na iniciativa;
3. Acompanhar as reuniões realizadas no âmbito do projeto "Agências Reguladoras do Ensino Superior dos Estados Membros da CPLP" e facilitar a comunicação entre o Secretariado Executivo da CPLP e as instâncias governamentais brasileiras envolvidas na iniciativa; e
4. Monitorar a execução do projeto "Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP" e facilitar a comunicação entre o Secretariado Executivo da CPLP e as instâncias governamentais brasileiras envolvidas na iniciativa, em especial o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), uma das entidades executoras do projeto.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de atividades realizadas no âmbito da Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP com acompanhamento da Missão do Brasil;
2. Número de telegramas expedidos sobre o tema Ciência, Tecnologia e Inovação;
3. Número de reuniões realizadas no âmbito do projeto "Rede de Cátedras e Centros de Excelência dos Estados membros da CPLP" com acompanhamento da Missão do Brasil;
4. Número de reuniões realizadas no âmbito do projeto "Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP" com acompanhamento da Missão do Brasil; e
5. Número de reuniões realizadas no âmbito do projeto "Agências Reguladoras do Ensino Superior dos Estados Membros da CPLP" com acompanhamento da Missão do Brasil.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar as reuniões setoriais de Ministros da Educação da CPLP e monitorar a implementação do Plano Estratégico de Educação da CPLP 2022-2026 e respectivos Planos de Ação;
    - Facilitar a comunicação entre o Secretariado Executivo da CPLP, de um lado, e, de outro, os peritos nacionais brasileiros designados pelo Ministério da Educação para temas relacionados à CPLP.
2. Monitorar as atividades do Grupo de Trabalho da Rede de Escolas Amigas da CPLP, com vistas à elaboração da proposta de "Quadro de referência para a criação da Rede de Escolas Amigas da CPLP", tendo em conta a perspectiva de lançamento público da Rede em 2023;
3. Contribuir para promover, de forma articulada, atividades alusivas ao Dia Mundial da Língua Portuguesa e ao Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, nos contextos educativos dos Estados membros da CPLP;
4. Informar o Secretariado Executivo e os demais estados membros da CPLP sobre as iniciativas brasileiras alusivas ao Dia Mundial da Língua Portuguesa e ao Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP;
5. Apoiar e desenvolver projetos e iniciativas culturais dedicadas à promoção da variante brasileira da língua portuguesa;
6. Apoiar, estimular e promover a cooperação multilateral no campo da gestão e promoção do patrimônio histórico, artístico e cultural;
    - Acompanhar as reuniões da Comissão do Patrimônio Cultural da CPLP e facilitar o diálogo entre o Secretariado Executivo da organização, de um lado; e, de outro, os peritos nacionais brasileiros designados para atuar neste âmbito e as instituições nacionais responsáveis pela conservação de patrimônio, sobretudo no que se refere à História compartilhada pelos países de língua portuguesa;
7. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação multilateral na área da Cultura;
    - Apoiar processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre documentos comunitários norteadores das ações na área de promoção cultural;
8. Acompanhar as reuniões setoriais de Ministros da Cultura da CPLP e monitorar a implementação do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2021-2026) e respectivos Planos de Ação;
9. Acompanhar as reuniões setoriais de Ministros da Saúde da CPLP e monitorar a implementação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde 2022-2026 e respectivos Planos de Ação;
10. Apoiar e acompanhar o processo preparatório, a negociação de declarações políticas e de planos de ação, assim como a realização da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, da Reunião do Grupo Técnico em Saúde da CPLP e da Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP;

11. Acompanhar as atividades de consolidação do Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta à Emergências em Saúde Pública da CPLP (EMARESP-CPLP);
12. Divulgar oportunidades de capacitação técnica oferecidas por instituições brasileiras aos demais países da CPLP;
13. Acompanhar o processo de negociação de instrumentos entre a CPLP e a Organização Mundial da Saúde, garantindo sua conformidade com os interesses estratégicos do Brasil na área;
14. Facilitar a comunicação entre o Secretariado Executivo da CPLP e os peritos nacionais brasileiros designados pelo Ministério da Saúde para temas relacionados à CPLP;
15. Monitorar as decisões emanadas das Reuniões de Ministros da Defesa da CPLP e as atividades promovidas pelo Centro de Análise Estratégica dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP); e
16. Divulgar e dar visibilidade às publicações produzidas e aos eventos organizados pelo Centro de Análise Estratégica dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes telegráficos do Posto a respeito dos temas de Educação, Cultura, Saúde e Defesa;
2. Número de publicações, nas redes sociais da Missão, relacionadas aos temas de Educação, Cultura, Saúde e Defesa;
3. Número de reuniões formais realizadas nos âmbitos das reuniões de Ministros da Educação, da Saúde, da Cultura e da Defesa da CPLP com acompanhamento da Missão;
4. Número de projetos e iniciativas culturais desenvolvidas e/ou apoiadas pela Missão;
5. Número de reuniões da CPLP, em nível técnico e em nível ministerial, sobre saúde;
6. Relatórios de avaliação do grau de cumprimento dos Planos Estratégicos de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP); e
7. Número de iniciativas de cooperação técnica do Governo brasileiro relacionadas à saúde.

VIII - COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar as edições da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e garantir, junto aos demais países membros, o apoio político adequado às posições técnicas do Governo brasileiro em relação às propostas de iniciativas de cooperação;

2. Garantir a fluidez do fluxo de informações entre o Secretariado Executivo e os pontos focais temáticos no Governo brasileiro nas diversas iniciativas de cooperação em andamento para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

3. Garantir o enquadramento adequado da abordagem de cooperação da CPLP e sua compatibilidade com os princípios da cooperação técnica adotados pelo Governo brasileiro;

4. Apoiar e acompanhar o processo preparatório, a negociação de declarações políticas e de planos de ação, assim como a realização de reuniões ministeriais da CPLP que tratem de temas de natureza social, tais como a Reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, a Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, a Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP, entre outras existentes ou que venham a ser instituídas;

5. Acompanhar a execução da carteira de projetos de cooperação da CPLP como um todo e, em particular, dos projetos propostos pelo Brasil, que contem com financiamento de recursos brasileiros e/ou sejam executados por instituições nacionais; e

6. Em articulação com a Agência Brasileira de Cooperação, auscultar as necessidades de cooperação técnica para o desenvolvimento socioeconômico dos países da CPLP de forma a contribuir para a elaboração de iniciativas que atendam às prioridades identificadas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de Reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP realizadas com acompanhamento da Missão;

2. Número de gestões realizadas pela Missão por instrução da Secretaria de Estado sobre a cooperação para o desenvolvimento socioeconômico;

3. Número de reuniões em nível técnico e ministeriais no âmbito da agenda social da CPLP sobre temas como segurança alimentar e nutricional, igualdade de gênero, juventude e desporto, entre outros; e

4. Número de projetos de cooperação técnica do Brasil aprovados pela Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Monitorar a implementação do Acordo Sobre Mobilidade da CPLP;
2. Monitorar a aplicação do Acordo sobre Concessão de Vistos para Estudantes Nacionais dos estados da CPLP;
3. Monitorar a aplicação do Acordo de Cooperação Consular entre os estados membros da CPLP; e
4. Monitorar a aplicação do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes telegráficos e de eventuais reuniões, com a participação da Missão, sobre temas afetos ao Acordo sobre Mobilidade da CPLP; ao Acordo sobre Concessão de Vistos para Estudantes Nacionais dos estados membros da CPLP; ao Acordo de Cooperação Consular entre os estados membros da CPLP; e ao Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da CPLP.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/22120.94010-99

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 41, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor JULIANO FÉRES NASCIMENTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

SF/22120.94010-99

atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

O indicado nasceu em 17 de janeiro de 1970 em Bom Jesus do Itabapoana/RJ. É filho de Luiz Geraldo do Nascimento e Maria Esmeralda Féres do Nascimento.

Cursou Economia e Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1988 a 1992.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1993); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2002); e de Altos Estudos (2009), ocasião em que defendeu a tese "O Marrocos como plataforma para a exportação brasileira com destino à União Europeia: aspectos comerciais da 'Parceria Euro-Mediterrânea'".

Iniciou sua carreira, no ano de 1994, como Terceiro-Secretário. Por antiguidade, em 1999, tornou-se Segundo-Secretário. Por merecimento, em 2004, chegou a Primeiro-Secretário; em 2007, a Conselheiro; em 2010, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2019, a Ministro de Primeira Classe.

No Brasil, atuou no Departamento de Comunicações e Documentação do Ministério (1994-1996), para, a seguir, ocupar-se de temas de imprensa no Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Entre 1997 e 1999 trabalhou no Cerimonial do Ministério. Entre 2007 e 2010, foi chefe adjunto do Cerimonial da Presidência da República. Em 2019, assumiu a titularidade da Assessoria Diplomática do senhor vice-presidente da República. Assim, tem atuado em questões atinentes ao Conselho Nacional da Amazônia Legal; às comissões permanentes de alto nível que estruturam o diálogo e a cooperação do Brasil com China, Rússia e Nigéria; e a aspectos das relações com países sul-americanos e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No exterior, serviu nas Embaixadas do Brasil em Madri (1999-2002), Pretória (2002-2005), Rabat (2005-2007), Cidade do México (2011-

SF/22120.94010-99

2015) e Lima (2015-2018), merecendo destaque entre as funções desempenhadas naqueles postos, as chefias dos setores consular, comercial e econômico em ambos os países africanos. Ademais, teve participação na negociação do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU). No México e no Peru, desempenhou a função de ministro-conselheiro. Em 2021, desempenhou papel relevante na preparação de posições oficiais levadas pelo Vice-Presidente da República na 23ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Luanda. Como resultado dessa Conferência, as partes decidiram fortalecer a atuação da CPLP no âmbito econômico-comercial, em complementação aos eixos estatutários da organização e firmaram o Acordo de Mobilidade entre os Estados Membros da CPLP, cujo instrumento de ratificação já foi depositado pelo Brasil.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a CPLP, que foi criada em 17 de julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa e é integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste. Vale destacar que o Brasil teve atuação marcante na criação da CPLP.

São países que compartilham laços históricos, étnicos e culturais. Desse modo, os três pilares da CPLP, consagrados em seus estatutos, são: concertação político-diplomática; cooperação em todos os domínios; e promoção e difusão da língua portuguesa.

Sua atuação deve se pautar por princípios como igualdade soberana dos estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada estado; respeito pela sua identidade nacional e integridade territorial; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Há três órgãos deliberativos no seio da CPLP: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, com reuniões bienais; o Conselho de

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/22120.94010-99

Ministros, composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, com reuniões ordinárias anuais; e o Comitê de Concertação Permanente, com reuniões mensais na sede da CPLP em Lisboa. Este último reúne os representantes permanentes dos estados membros junto à organização.

Ademais, as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais de Cooperação passaram a integrar a estrutura da CPLP em 2002 e a Assembleia Parlamentar, cujo objetivo é estimular o diálogo e a integração entre os parlamentos dos estados membros, em 2007. Ela não conta, porém, com competência legislativa.

A Presidência tem caráter rotativo, com mandato de dois anos. Por sua vez, o Secretariado Executivo é o órgão operacional da organização.

Por fim, é importante destacar que a atuação da CPLP abrange o diálogo político entre os estados membros, com o fim de fortalecê-los institucionalmente, bem como desenvolver maior coordenação entre os estados membros nos diversos foros multilaterais de que participam.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/22120.94010-99

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br